



MINISTÉRIO DO ESPORTE
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer
e Inclusão Social

Relatório de Gestão do
Exercício de 2013

Brasília-DF
2014



MINISTÉRIO DO ESPORTE
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

Relatório de Gestão do Exercício de 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno.

SUMÁRIO

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO	10
INTRODUÇÃO	11
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	13
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	13
1.1.1 Relatório de Gestão Individual	13
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	16
1.3 ORGANOGRAMA	19
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	23
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO	29
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS	32
2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	33
2.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE	33
2.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS	44
2.2.1 Objetivo	45
2.2.1.2 Análise Situacional	50
2.2.2 Ações	54
2.2.2.1 Ações – OFSS	54
2.2.2.2 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados - OFSS	58
2.2.2.3 Análise Situacional	59
2.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO	60
3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	61
3.1 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	61
3.2 INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS	64
4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	67
4.1 EXECUÇÃO DAS DESPESAS	67
4.1.1 Programação	67
4.1.1.1 Análise Crítica	68
4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa	69
4.1.3 Realização da Despesa	70
4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	70
4.1.3.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total	71
4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ73	75
4.1.3.4 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	76
4.1.3.5 Análise crítica da realização da despesa	76
4.2 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	77
4.2.1 Análise Crítica	78
4.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	79
4.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	79
4.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	98
4.3.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	99
4.3.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	100
4.3.5 Análise Crítica	101
5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	102
5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	102
5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	103
5.1.1.1 Lotação	103
5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada	104
5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho	105
5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções	105
5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	106
5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	107
5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	108

5.2	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	109
5.2.1	Composição do Quadro de Estagiários.....	109
6.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	110
6.1	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	110
6.1.1	Análise Crítica.....	113
7	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	122
7.1	TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU	122
7.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	122
7.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	124
7.2	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	125
7.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício.....	125
7.2.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	128
7.3	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....	131
7.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	131
7.3.2	Situação do Cumprimento das Obrigações.....	132
7.4	ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV.....	133
8	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	135
9	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	136
9.1	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	136
9.1.1	Declaração com Ressalva	136
10	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	137
10.1	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ.....	137

LISTA DE QUADROS

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	13
QUADRO A.2.2.1 – OBJETIVO.....	45
QUADRO A.2.2.2.1 – AÇÕES – OFSS.....	54
QUADRO A.2.2.2.2 – AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2013 - RESTOS A PAGAR – OFSS.....	58
QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	61
QUADRO A.4.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS.....	67
QUADRO A.4.1.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA.....	69
QUADRO A.4.1.3.1– DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL.....	70
QUADRO A.4.1.3.2 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL.....	71
QUADRO A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ.....	73
QUADRO A.4.1.3.4 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	75
QUADRO A.4.2 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	77
QUADRO A.4.3.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	79
QUADRO A.4.3.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	98
QUADRO A.4.3.3 – RESUMO DA PRSTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIOS, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATO DE REPASSE.....	99
QUADRO A.4.3.4 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.....	100
QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	103
QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ.....	104
QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO).....	105
QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA.....	106
QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	107
QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.....	108
QUADRO A.5.2.1 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS– Situação apurada em 31/12/2013.....	109
QUADRO A.6.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	110
QUADRO A.7.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	122
QUADRO A.7.1.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO.....	124
QUADRO A.7.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	125
QUADRO A.7.2.2 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO.....	128
QUADRO A.7.3.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR.....	131
QUADRO A.7.4 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	133
QUADRO A.9.1.1 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	136

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01 – Fluxo da Informação.....	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Macroprocessos Finalísticos.....	24
Tabela 02 – Macroprocessos de Apoio	29
Tabela 03 – Quantitativo de Prestações de Contas.....	101
Tabela 04 – Sistemas em Operação	115
Tabela 05 – Sistemas em Desenvolvimento.....	119
Tabela 06 – Sistema em Fase de Projeto	120

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Esporte e Educação.....	138
Anexo 2 – Programa Segundo Tempo	142
Anexo 3 – Programas Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável	221
Anexo 4 – Rede CEDES	324
Anexo 5 – Jogos e Eventos	329
Anexo 6 – Políticas Esportivas Indígenas	336
Anexo 7 – Programa Brasil Voluntário	340
Anexo 8 – Emendas Parlamentares.....	342
Anexo 9 – Celebração de Parcerias.....	393
Anexo 10 – Acompanhamento Operacional da Execução Física das Parcerias	405
Anexo 11 – Avaliação das Prestações de Contas e Órgãos de Controle	417
Anexo 12 – Suprimentos e Logística	419
Anexo 13 – Sistemas Informatizados.....	426

LISTA DE SIGLAS

AECI – Assessoria Especial de Controle Interno
API – *Application Programming Interface* (Interface de Programação de Aplicativos)
ATG – Assessoria Técnica do Gabinete
ASCOD – Assessoria de Consolidação de Dados e Controle
AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
AVIL – Avaliações in loco das Equipes de Colaboração

BI – Inteligência Geral da Plataforma SNELIS

CAUC – Cadastro Único de Convênios
CAP – Caderno de Apoio Pedagógico
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPRE – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBDE – Confederação Brasileira de Desporto Escolar
CBDU – Confederação Brasileira de Desporto Universitário
CEDES – Centro de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer
CGAAV – Sub-Coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação
CGAO – Coordenação Geral de Acompanhamento Operacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social
CGAO – LIES – Coordenação Geral de Acompanhamento Operacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social
CGAPA – Sub-Coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo
CGCON – Coordenação Geral de Avaliação e Controle de Convênios
CGDEP – Sub-Coordenação Geral de Desenvolvimento Pedagógico
CGEED – Coordenação Geral de Esporte e Educação
CGEE – Centro de Gestão e Estudo Estratégico
CGES – Coordenação Geral de Suprimentos e Logística
CGFISCO – Coordenação Geral de Fiscalização e Análise do Cumprimento do Objeto
CGFOR – Coordenação Geral de Formalização de Convênios
CGGP – Coordenação Geral de Gestão de Pessoas
CGIPI – Coordenação Geral de Integração de Políticas e Programas Intersectoriais
CGJEV – Coordenação Geral de Jogos e Eventos
CGPCO – Coordenação Geral de Prestação de Contas
CGPEIN – Coordenação Geral de Políticas Esportivas Indígenas
CGPEL – Coordenação Geral de Estudos e Pesquisa de Esporte e Lazer
CGPES – Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas
CGSIS – Sub-Coordenação Geral de Sistemas
CGU – Controladoria Geral da União
CIAMPRua – Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional de População em Situação de Rua e Comitê Gestor de Ações Indigenistas
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPI – Conselho Nacional da Pessoa Idosa
CNPIR – Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAAD – Coordenação Geral de Apoio Técnico e Administrativo
COMBRACE – Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte
CONADE – Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência
CONAETI – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONANDA– Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONJUVE – Conselho Nacional da Juventude
CONSUDE – Conselho Sul-Americano de Desporto
COP – Coordenação de Orçamento e Planejamento
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CPGF – Cartão de Credito Corporativo
CREF – Conselho Regional de Educação Física
CSUP – Coordenação de Suprimentos e Logística

DAS – Direção e Assessoria Superior
DBR – Declaração de Bens de Renda
DEDAP – Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais
DEGEP – Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social
DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional
DGI – Departamento de Gestão Interna
DN – Decisão Normativa
DOU – Diário Oficial da União
DPF – Departamento de Polícia Federal
DPGE – Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica

EA – Equipe de Analista
EaD – Ensino à Distância
ECs – Equipes Colaboradoras
EG – Equipe Gestora
ENAREL – Encontro Nacional de Recreação e Lazer
EP – Equipe Pedagógica
ESEF – Escola de Educação Física
e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão

FAURGS – Fundação e Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
FJECI – Festival e Jogos das Escolas e Comunidades
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Geolocalizador – Sistema adaptado de Geoprocessamento
GM – Gabinete do Ministro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEA – Início Efetivo das Atividades
IFCE – Instituto Federal do Ceará
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
INDÍGENA – Controle das Comunidades e dos Jogos Indígenas
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

JPI – Jogos dos Povos Indígenas

LAI – Lei de Acesso à Informação
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual

ME – Ministério do Esporte
MEC – Ministério da Educação
MF – Ministério da Fazenda

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade

OBTV – Ordem de Bancária de Transferência Voluntária
ONG – Organização não governamental
OI – Ordem de Início

PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PCF – Prestação de Contas Final
PCPR – Prestação de Contas da Presidenta da República
PCT – Povos e Comunidades Tradicionais
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PELC – Programa Esporte e Lazer da Cidade
PME – Programa Mais Educação
PPA – Plano Plurianual
PPC – Planejamento Pedagógico do Convênio
PPNs – Planejamento Pedagógico dos Núcleos
PPP – Plano de Providências Permanente
PROESP/BR – Projeto Esporte Brasil
PROFESP – Programa Força no Esporte
PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PST – Programa Segundo Tempo
PT – Plano de Trabalho

RAP – Resto a Pagar
RC – Relatório Consolidado
RFB – Receita Federal do Brasil
RH – Recursos Humanos
RPV – Relatório Parciais de Visitas

SAMA – Sistema de Acompanhamento e Monitoramento Administrativo dos Programas
SAS – Solicitação de Ajustes nos Sistemas
SE – Secretaria Executiva
SGC – Sistema de Gerenciamento de Cargos e Recursos Humanos
SNEAR – Secretária Nacional de Esporte de Alto Rendimento
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPA – Sistema Integrado de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo
SIC – Sistema Informativo de Convênios
SICAD – Sistema Integrado de Cadastros Gerais
SICAPP – Sistema Alteração dos Planejamentos Pedagógicos de Convênios e Núcleos
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal
SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SNFDDT – Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor
SINFOCC – Sistema de Informações dos Convênios para a Casa Civil
SIORG – Sistema de Informação Organizacionais

SISAC – Sistema de Controle de Ações de Comunicação
SISCA – Sistema de Controle de Acessos
SISCRT – Sistema Integrado de Certificação da Capacitação dos Recursos Humanos
SISEVENT – Sistema de Eventos
SISIND – Sistema de Indicadores do Programa Segundo
SISRAC - Sistema Integrado de Relatórios de Acompanhamento dos Convênios
SNDEL – Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
SNEED – Secretaria Nacional de Esporte Educacional
SNELIS – Secretária Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social
SRI/PR – Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
STMEDU – Sistema PST no MAIS EDUCAÇÃO

TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação

UEM – Universidade Estadual de Maringá
UF – Unidade Federativa
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso
UFP – Universidade Fernando Pessoa
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRR – Universidade Federal de Roraima
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*
(Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
UNESP – Universidade Federal de São Paulo
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

VS – Vida Saudável

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO
PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO
DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

Apresenta-se a seguir o **Relatório de Gestão Individual** da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNEIIS/ME, relativo ao exercício de 2013, elaborado em estrita consonância com as normas de regência (Instrução Normativa TCU nº 63/2010; Decisão Normativa TCU nº 127/2013; e Portaria TCU nº 175/2013).

Nesse sentido, o presente Relatório de Gestão foi devidamente estruturado conforme a natureza jurídica desta Unidade – Órgão da Administração Direta do Poder Executivo – observando-se os itens determinados no Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013.

Contudo, **não há conteúdo integral a declarar** quanto aos itens abaixo relacionados, em face dos respectivos motivos que justificam:

- **Item 3.1 Estrutura de Governança:** Conteúdo não exigido pela DN TCU nº 127/2013;
- **Item 3.3 Renumeração Paga a Administradores:** Conteúdo não exigido pela DN TCU nº 127/2013;
- **Item 3.4 Sistema de Correição:** O gerenciamento é feito no âmbito do Gabinete Ministro – GM, cabendo à SE/ME consolidar as informações das Unidades de sua estrutura e outras que compõem o processo de contas de forma individual;
- **Item 3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU:** Haja vista que a unidade de correição está vinculada a outra unidade – GM/ME;
- **Item 4.2 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos:** Não houve Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos pelas UJ no Exercício de 2013;
- **Item 4.5 Suprimento de Fundos:** A UJ não utiliza Suprimentos de Fundos tipo B e Cartões de Crédito Corporativo;
- **Item 4.6 Renúncias Tributárias Sob a Gestão da UJ:** Os programas executados pela UJ não prevêm incentivo de Renúncia Tributária;
- **Item 4.7 Gestão de Precatórios:** Conteúdo não exigido pela DN TCU nº 127/2013;
- **Item 6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros:** A gestão é de responsabilidade da SE, sendo esta UJ apenas usuária;
- **Item 6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário:** A gestão é de responsabilidade da SE, sendo esta UJ apenas usuária;
- **Item 6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros:** Conteúdo não exigido pela DN TCU nº 127/2013;
- **Item 8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis:** Considerando que tal item tem por foco licitações sustentáveis, é de competência da DGI a gestão dos procedimentos de aquisição, cabendo a SE consolidar as informações relativas;
- **Item 8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água:** O gerenciamento é feito no âmbito do Gabinete Ministro – GM, cabendo à SE/ME consolidar as informações das Unidades de sua estrutura e outras que compõem o processo de contas de forma individual;
- **Item 9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna:** Os órgãos da administração direta não possuem Unidades de Auditoria Interna.
- **Item 9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário:** As informações são de responsabilidade do DGI/SE;
- **Item 11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público:** Unidade Jurisdicionada não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;

- **Item 11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008:** Em face da apresentação da Declaração do Contador, não cabe à Administração Direta o atendimento deste item;
- **Item 11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976:** Em face da apresentação da Declaração do Contador, não cabe à Administração Direta o atendimento deste item;
- **Item 11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais:** A UJ não é uma Empresa Estatal;
- **Item 11.6 Relatório de Auditoria Independente:** Essa estrutura não se aplica para Órgão de Administração Direta.

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Preliminarmente, cumpre destacar **que não há conteúdo** a declarar nos subitens 1.1.2, 1.1.3 e 1.1.4 (determinados no Anexo II da DN TCU nº 127/2013 e cuja numeração corresponde à Portaria TCU nº 175/2013), devido esta unidade estar relacionada individualmente no Anexo I da DN TCU nº 127/2013.

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Esporte		Código SIORG: 36670	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social			
Denominação abreviada: SNELIS			
Código SIORG: 116516		Código LOA: 51000	Código SIAFI: 180073
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais (Tabela CNAE/IBGE)			CNPJ: -
			Código CNAE: 8412-4
Telefones/Fax contato:	de (061) 3217-9452	(061) 3217-9451	(061) 3217-9417
Endereços eletrônicos: central_segundotempo@esporte.gov.br ; esportenaescola@esporte.gov.br ; cgel@esporte.gov.br ; eventossnelis@esporte.gov.br ; formalizacao.snelis@esporte.gov.br ; operacao_pst@esporte.gov.br			
Página da Internet: www.esporte.gov.br/snelis			
Endereço Postal: SEPN Quadra 511 – Edifício Bittar, 2º Andar – CEP: 70.758-900, Brasília/DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto 7.629 de 21 de julho de 2011(publicado no DOU de 22 de julho de 2011) que altera a Estrutura Regimental da antiga SNEED para SNELIS, incorporando outros programas.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
PST Portaria Interministerial MEC/ME nº 3.497, de 24 de novembro de 2003 – Instituiu o PST Portaria nº 32, de 17 de março de 2005 – Normas e Diretrizes do PST Portaria nº 135, de 26 de outubro de 2005 – Revogada pela Portaria nº 137, em 20 de junho de 2008 – Necessidade de cadastramento Portaria nº 167, de 11 de setembro de 2006 – Critérios de seleção e julgamento de propostas para formalização			

Portaria nº 183, de 05 de outubro de 2006 – Regulamenta a descentralização de crédito
Portaria nº 137, de 20 de junho de 2008 – Liberação de parcela
Disponibilização do Programa Nº 5100020120091 no SICONV, para seleção de entidades parceiras que desenvolveram o programa em exercícios anteriores com boa execução.

PELC

Chamamento Público – Edital nº 001/2012 – Entidade Prefeituras Municipais
Edital nº 001/2012 – SNELIS – Chamamento Público de Projetos de Esporte e de Lazer. Tema: “Implantação e Desenvolvimento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer”
Chamamento Público – Edital nº 002/2012 – Entidade Federais
Edital de Seleção para bolsista do Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Programas PELC e Vida Saudável (Consultores Regionais)
Edital de Seleção para bolsista do Projeto de Formação do Programa Esporte e Lazer e Vida Saudável na Cidade
Edital de Chamada Pública nº 001/2013 PELC
Edital de Chamada Pública nº 002/2013 Vida Saudável

Pintando a Liberdade/Cidadania

Portaria nº 249, de 19 de outubro de 2012
Portaria nº 87, de 25 de abril de 2012

Jogos e Eventos

Edital nº 003/2012 – SNELIS – Chamamento Público da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social para seleção de Projetos de Competições e Eventos de Esporte e Lazer

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

Livro

- 1- Fundamentos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à ação (Amauri Bássoli e Gianna Lepre Perim, 2009)
- 2- Programa Segundo Tempo no Agreste de Pernambuco (Ana Rita Lorenzini – Organizadora, 2009)
- 3- Estudos Brasileiros sobre o Esporte – Ênfase no esporte-educacional (Manoel José Gomes Tubino, 2010)
- 4- Caderno de Apoio Pedagógico – CAP (Ministério do Esporte em parceria com British Council, 2010)
- 5- Sistema de Monitoramento & Avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte (Eustáquia Salvadora de Sousa, Vânia de Fátima Noronha Alves, Carla Andreia Ribeiro, Daniel Marangon Duffles Teixeira, Duval Magalhães Fernandes, Maria Aparecida Dias Venâncio, 2010)
- 6- Ensinando e Aprendendo Esporte no Programa Segundo Tempo – Volumes I e II (Amauri Bássoli, Cláudio Kravchyhyn, Evando Moreira e Raquel Stoilov Pereira, 2011)
- 7- Livro Recreio nas Férias e os Valores Olímpicos (Amauri Bássoli e Giuliano Pimentel, 2011)
- 8- Livro Programa Segundo Tempo: memória, experiências, avaliação e perspectivas no encontro das equipes colaboradas, editora da Universidade Estadual de Maringá (organizado pela Equipe do Centro de Memória do Esporte da Escolar de Educação Física da UFRGS e coordenado pela Prof.ª Dr.ª Silvana Vilodre Goelher, 2012)
- 9- Brincar, Jogar, Viver: Lazer e Intersetorialidade com o PELC (Leila Mirtes de Magalhães Pinto, Débora Alice Machado da Silva, Rejane Penna Rodrigues, Claudia Regina Bonalume e Luiz Roberto Marlheiros Araújo) – 2ª Edição
- 10- Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social – Coletânea dos Premiados de 2010
- 11- Cartilha – Política Intersetorial: PELC e PRONASCI – Volume 01
- 12- Cartilha – Programação no Programa Esporte e Lazer da Cidade – Volume 02
- 13- Cartilha – Esporte e Lazer no PELC /PRONASCI –Volume 03
- 14- Cartilha – Gestão de Convênio dos Núcleos do Programa e Lazer da Cidade PELC e PRONASCI – Volume 04
- 15- Cartilha – Manual de Implantação das Praças da Juventude –Volume 05
- 16- Cartilha – Política Intersetorial: Formação, Comunicação, Monitoramento e Avaliação – Volume 06
- 17- Livro “Recreio nas Férias”: PST 10 anos – celebrar com sustentabilidade
- 18- Manual de Práticas para a Iniciação Esportiva no Programa Segundo Tempo
- 19- PST/Navegar – Aspectos Técnicos e Pedagógicos
- 20- Novos exemplares do Livro Fundamentos do Programa Segundo Tempo e do Caderno de Apoio Pedagógico – CAP

Diretrizes

- 1- Segundo Tempo Padrão – Diretrizes e Orientações para Estabelecimentos de Parcerias 2011
(<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundoTempo/DiretrizesdoProgramaSegundoTempo.pdf>)
- 2- Segundo Tempo Padrão – Diretrizes 2012 e modelos (SICONV - Programa Nº 5100020120091)
- 3- Segundo Tempo Universitário – Diretrizes e Orientações para Estabelecimentos de Parcerias 2011
(<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundoTempo/universitarioDeficiencia/DiretrizesPSTUniversitario.pdf>)

- 4- Segundo Tempo Adaptado – Diretrizes e Orientações para Estabelecimentos de Parcerias 2011
(<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundoTempo/universitarioDeficiencia/DiretrizesPSTPessoaDeficiencia.pdf>)
- 5- Segundo Tempo Navegar – Diretrizes e Orientações para Estabelecimentos de Parcerias 2011
(http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundoTempo/DiretrizesNAVEGAR_24_08_2011.pdf)
- 6- Esporte e Lazer da Cidade – Diretrizes e Orientações para Estabelecimentos de Parcerias 2012
(<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/PELC2012/diretrizesEdital2012V4.pdf>)
- 7- Esporte e Lazer da Cidade – Diretrizes Emendas Parlamentares 2012
(<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/PELC2012/diretrizesPELCEmendasV4.pdf>)
- 8 – Segundo Tempo Padrão e Esporte na Escola – Diretrizes 2013
(<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/segundo-tempo/orientacoes/manuais-de-diretrizes>)
- 9- Esporte e Lazer da Cidade – Diretrizes Edital PELC 2013
(<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/diretrizesPELCEdital2013.pdf>)
- 10- Vida Saudável – Diretrizes Edital Vida Saudável 2013
(<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/PELC2013/diretrizesVidaSaudavelEdital2013SemQuadro.pdf>)

Links

<http://www.esporte.gov.br/snelis/segundotempo/default.jsp>
<http://www.esporte.gov.br/snelis/segundotempo/maiseducacao/default.jsp>
<http://www.esporte.gov.br/snelis/segundotempo/recreioNasFerias.jsp>
<http://www.esporte.gov.br/snelis/esporteLazer/default.jsp>
<http://www.esporte.gov.br/snelis/competicoesEventos/default.jsp>
<http://www.esporte.gov.br/snelis/jogosIndigenas/XJogos/apresentacao.jsp>
<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/rede-cedes/publicacoes-cientificas>
<http://www.labomidia.ufsc.br/redecedes/>
<http://www.ufrgs.br/ceme/pst/>
<http://snelis-me.com.br/portal/>
<http://www.esporte.gov.br/sndel/esportelazer/Formadores.jsp>
<http://www.esporte.gov.br/snelis/esportelazer/default.jsp>
<http://www2.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/editalPELC2013.pdf>
<http://www2.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/editalVS2013.pdf>
<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/esporte-e-lazer-da-cidade/editais-2013>
<http://www.ufrgs.br/ceme/pst/site/>

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
180002	Departamento de Gestão Interna – DGI
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
180001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
180002	00001

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

I. Finalidade

A criação da **Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNE LIS** se deu no processo de reestruturação do Ministério do Esporte, aprovado pelo Decreto nº 7.529, de 21 de julho de 2011, mediante a fusão entre a Secretaria Nacional de Esporte Educacional – SNEED e a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer – SNDEL.

Sua missão precípua consiste em “Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida”, com vistas ao cumprimento do Objetivo 0669 do Plano Plurianual 2012-2015.

Importante ressaltar que tal objetivo vem ao encontro do cumprimento dos Arts. 217 e 206 da Constituição Federal, tendo o Esporte e o Lazer como direitos de cada cidadão, e sendo dever do Estado garantir o seu acesso à sociedade como instrumento de formação integral dos indivíduos e de melhoria da qualidade de vida.

Desde 2003 o Esporte e o Lazer vêm se materializando com um instrumento de desenvolvimento humano e de inclusão social, mediante a democratização de programas e projetos a toda sociedade, especialmente em favor das classes mais carentes.

Não há dúvidas quanto aos benefícios trazidos pela prática esportiva e do lazer na vida cotidiana das pessoas, desde a infância até a fase idosa, o que fortalece a finalidade desta Secretaria e potencializa as estratégias de atuação (programas e projetos), com vistas a consolidar o Esporte e o Lazer em uma Política de Estado.

Para cumprir com sua finalidade, qual seja, a ampliação e qualificação do acesso ao esporte e ao lazer, os principais Programas e ações desenvolvidos são:

- Programa Segundo Tempo – PST Padrão e demais projetos especiais;
- Programa Segundo Tempo no Mais Educação – Esporte da Escola;
- Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC e suas vertentes Núcleos Urbanos e Comunidades Tradicionais;
- Programa Vida Saudável;
- Programa Rede Cedes;
- Apoio a Eventos de esporte participação e escolar;
- Realização dos Jogos dos Povos Indígenas.

II. Competência Institucional

Com base no **Decreto nº 7.784, de 07/08/2012** (Art. 15), compete à **Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNE LIS**:

- I. fazer proposições sobre assuntos da sua área para compor a política e o Plano Nacional de Esporte;
- II. Coordenar, formular e implementar políticas relativas ao esporte educacional, desenvolvendo gestão de planejamento, avaliação e controle de programas, projetos e ações;
- III. Implantar as decisões relativas ao Plano Nacional de Esporte e aos Programas Esportivos Educacionais, de Lazer e de Inclusão Social;
- IV. Planejar, supervisionar, coordenar e elaborar estudos compreendendo:
 - a) o desenvolvimento das políticas, programas e projetos esportivo-educacionais, de lazer e inclusão social;
 - b) a execução das ações de produção de materiais esportivos em âmbito nacional; e
 - c) a execução das ações de promoção de eventos;
- V. Zelar pelo cumprimento da legislação esportiva;
- VI. Prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva a outros órgãos da administração pública federal, Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades não governamentais sem fins lucrativos;
- VII. Manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e com governos estrangeiros, para o desenvolvimento dos programas sociais esportivos e de lazer;
- VIII. Articular-se com outros órgãos da administração pública federal, tendo em vista a execução de ações integradas na área dos programas sociais esportivos e de lazer;
- IX. Planejar, coordenar e acompanhar estudos com as universidades e outras instituições correlatas com vistas à obtenção de novas tecnologias voltadas ao desenvolvimento do esporte educacional, recreativo e de lazer para a inclusão social; e
- X. Articular-se com os demais entes da federação para implementar política de esporte nas escolas.

As competências do **Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social** e do **Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte**, estão definidas pelo **Decreto nº 7.784, de 07/08/12** (Arts. 16 e 17 respectivamente), encontrando-se a seguir elencadas:

a) Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social:

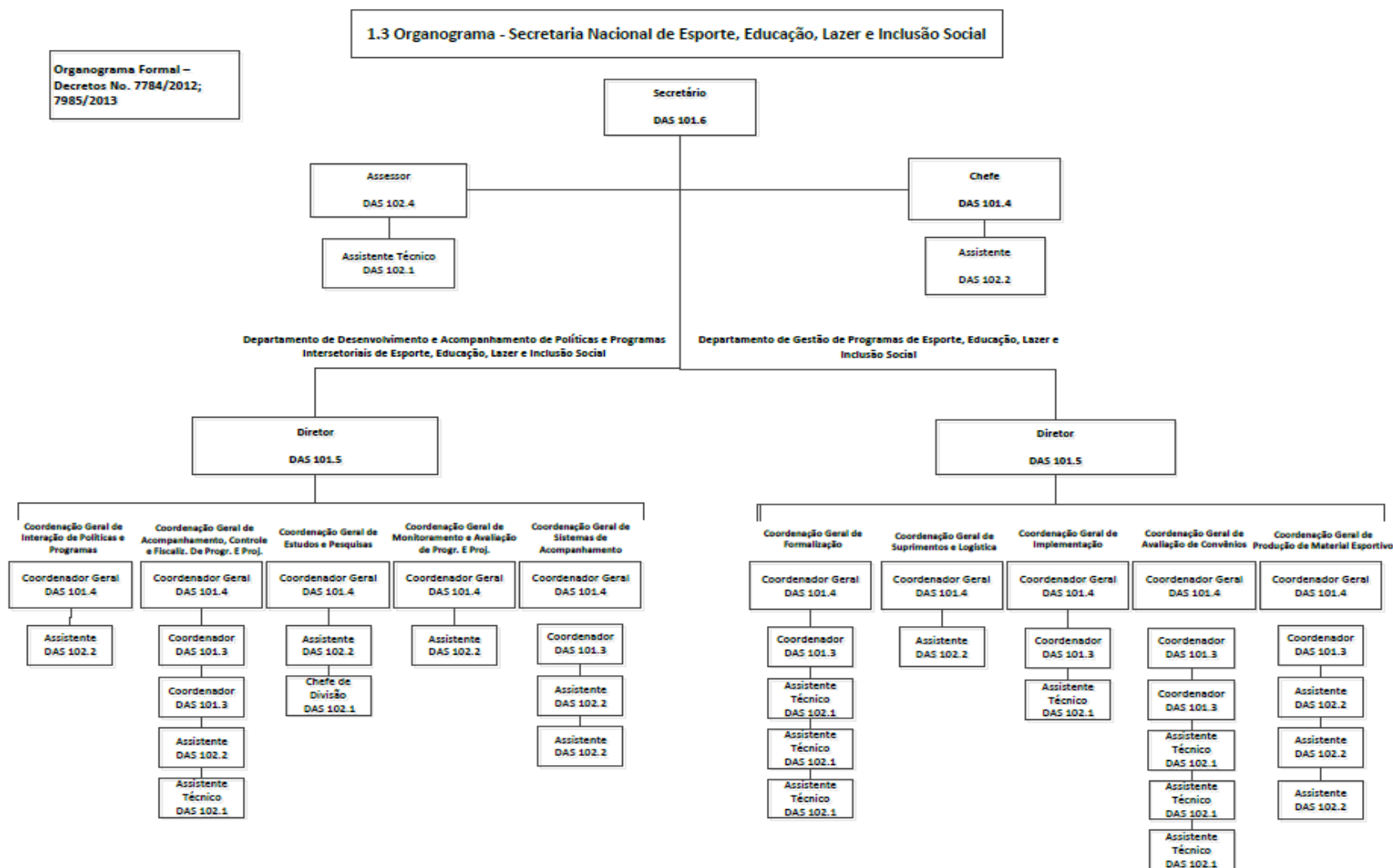
- I. Planejar, desenvolver e acompanhar o processo de seleção de propostas e de formalização de convênios, contratos de repasse e termos de cooperação para a execução dos programas, projetos e ações governamentais;
- II. Articular ações necessárias para estruturar a implementação dos programas, projetos e ações governamentais;

- III. Coordenar e monitorar a execução dos convênios com vistas a subsidiar a análise técnica da prestação de contas;
- IV. Programar a aquisição e a distribuição de materiais e uniformes necessários para os programas, políticas, projetos e ações esportivas, em articulação com o Departamento de Gestão Interna;
- V. Acompanhar a execução orçamentária e financeira dos programas, projeto e ações, para subsidiar a tomada de decisão; e
- VI. Articular os sistemas de monitoramento e avaliação dos programas de que trata esse departamento, com os sistemas estruturados de planejamento, monitoramento, orçamento e finanças existentes no governo federal.

b) Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersectoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social:

- I. Subsidiar a formulação e implementação dos programas, projetos e ações destinados ao desenvolvimento do esporte educacional, de lazer e inclusão social;
- II. Promover estudos sobre os programas, projetos e ações governamentais, visando à integração das políticas intersectoriais de esporte com as de educação, de saúde, de segurança pública e de ação social;
- III. Propor instrumentos de articulação das políticas, programas, e projetos esportivos e de lazer com as políticas e programas educacionais;
- IV. Promover eventos e estruturar processo de formação e capacitação de pessoas para os programas esportivos sociais e de lazer;
- V. Efetuar o acompanhamento pedagógico, o controle e a fiscalização dos programas, projetos e ações, para orientação dos processos educacionais implantados;
- VI. Monitorar e avaliar os programas, projetos e ações, construindo indicadores e instrumentos de registro para o aperfeiçoamento administrativo, pedagógico e de fiscalização;
- VII. Elaborar estudos e pesquisas para orientar as práticas esportivas e paraesportivas que favoreçam o desenvolvimento dos programas sociais de esporte e lazer e a promoção da qualidade de vida da população, fomentando a produção do conhecimento na área; e
- VIII. Estabelecer parcerias com instituições de ensino e de pesquisa para criar e implementar novas tecnologias voltadas ao desenvolvimento do esporte e do lazer como instrumento de educação, saúde e inclusão social.

1.3 Organograma



No **Decreto nº 7.985, de 08/04/2013** (que alterou o Decreto nº. 7.784, de 07/08/12), restou estabelecido o quadro de pessoal da **Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS**, conforme o **Organograma Formal** apresentado na página anterior.

Conforme se verifica, neste organograma estão vinculados à unidade **44** cargos comissionados, sendo **01** (um) DAS 101.6; **02** (dois) DAS 101.5; **11** (onze) DAS 101.4; **01** (um) DAS 102.4; **08** (oito) DAS 101.3; **11** (onze) DAS 102.2 e **10** (dez) DAS 102.1.

Embora a estrutura administrativa da SNELIS já tenha sido aprovada após a sua constituição (ou seja, após a fusão da SNEED e SNDEL), essa desde 2012 está sendo reavaliada de forma a se alinhar às novas metas e aos novos objetivos apresentados à unidade, diante do novo ciclo de gestão que se estabelecerá em 2013 (em decorrência do PPA 2012 – 2015).

Ressalta-se que a SNELIS passou a gerenciar, além das políticas de esporte e educação, esporte e lazer, as políticas de esporte e inclusão social, estas já representadas na sua própria definição institucional. Assim, a estratégia que se apresentou mais viável foi a representação horizontal das temáticas políticas, com a representação vertical dos processos de gestão de tais políticas.

Desta forma, desde 2012 foi estabelecida uma nova proposta de estrutura organizacional, em que basicamente os Departamentos foram divididos em duas frentes distintas: **(1)** formulação e avaliação de políticas e **(2)** gestão técnica e operacional das políticas; além de desenhada uma estrutura mais robusta vinculada ao Gabinete da Secretaria, para fazer frente à demanda de gestão da informação, de orçamento e de administração.

Contudo, em 2013 foram realizadas algumas fusões entre Coordenações vinculadas aos dois Departamentos, quais sejam:

- Do **Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais – DEDAP**: A **CGEED** (que em 2012 tinha por objetivo promover e potencializar as políticas públicas de esporte e educação por meio do Programa Segundo Tempo Padrão e seus Projetos Especiais) foi incorporada à **CGIPI** (Coordenação Geral de Integração de Políticas e Programas Intersetoriais); bem como foi incorporada nesse Departamento a Coordenação de Orçamento e Planejamento - COP.
- Do **Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – DEGEP**: A **CGAO-LIES** (Coordenação Geral de Acompanhamento Operacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social) foi incorporada à **CGAO** (Coordenação Geral de Acompanhamento Operacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social); e a **CGFISCO** (Coordenação Geral de Fiscalização e Análise do Cumprimento do Objeto) foi incorporada à **CCGON** (Coordenação Geral de Avaliação e Controle de Convênios).

Além dessas alterações, em 2013 foi retomada a Assessoria Técnica de Gabinete, com uma função de articulação parlamentar e subsídios direto ao Secretário. E, ainda, foi vinculada a Assessoria para implementação do Programa Brasil Voluntário da Copa do Mundo FIFA 2014.

Como tal estrutura vem sendo ajustada desde 2012 e infelizmente não foi oficializada na reestruturação, mas absorvida na dinâmica da Secretaria, destaca-se a necessidade de estabelecer tal paralelo, considerando que as atividades de gestão foram realizadas sobre este formato, o qual se encontra desenhado no **Organograma Funcional** a seguir apresentado.

Com efeito, considerando que adequada a organização e a estrutura operada em 2013 no âmbito de Coordenações, fica a tarefa da revisão da estrutura oficial da SNELIS, no âmbito das competências/atribuições, à luz da melhor funcionalidade dos Programas/ações estratégicas.

Para tanto, caberá inclusive uma avaliação sobre a amplitude das atribuições de cada um dos setores da SNELIS e as limitações de gestão frente à precariedade da estrutura de apoio, haja vista o pequeno número de DAS nos níveis 1 a 3 vinculados às Coordenações, assim como o baixo número de servidores.

Apesar da perspectiva de ampliação do quadro de funcionários por meio da realização de concurso público efetivo ou temporário, além de maior investimento na área de Tecnologia da Informação para desenvolvimento de sistemas de gestão que otimizem os pontos de controle, em 2013 tal estrutura ainda foi avaliada de forma deficitária, considerando a demanda já existente e a demanda a ser cumprida, em decorrência das metas do PPA, o que pode impactar de forma significativa no desempenho institucional da Secretaria.

1.4 Macroprocessos finalísticos

Em face da fusão entre SNEED e SNDEL, e de forma a permitir a revisão do Plano Estratégico para a realidade da nova Secretaria – SNELIS, foi realizado um estudo prévio e estruturado um projeto básico para a contratação de prestação de serviços, visando a implantação de modelo de planejamento estratégico e objetivando a modernização da sua gestão (a partir da disseminação de métodos, instrumentos, ferramentas e melhores práticas em gestão estratégica, compartilhamento de resultados, interoperabilidade de linguagens, racionalização de recursos, cultura voltada ao alcance de resultados e à prestação de contas).

Entretanto, tal proposta não foi contemplada, considerando a tramitação de contrato único proposto pela Secretaria Executiva, que contemplará todas as unidades deste Ministério e encontra-se em curso.

Segundo informações prestadas pelo DPGE/SE, atualmente o Ministério está em fase de elaboração do seu Realinhamento Estratégico através do Contrato Administrativo nº 47/2012, firmado em 23/12/2012 e com vigência de 18 meses com a organização social Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE (CNPJ 04.724.690/0001-82). Em virtude de sobrestamento do processo, o mesmo teve seu período de vigência estendido em 172 dias (período do sobrestamento ocorrido).

Contudo, mesmo sem a realização sistematizada de um processo de planejamento estratégico na Secretaria, foram restabelecidas funções e responsabilidades relacionadas com os processos de trabalho, constituindo uma estrutura lógica desde a concepção das políticas e permeando a formalização, acompanhamento e avaliação da Prestação de Contas das parcerias.

Desta forma, classifica-se a seguir os quatro principais macroprocessos finalísticos estabelecidos para um melhor alcance dos resultados:

- **Macroprocesso Finalístico 1:** Formulação, articulação e planejamento das ações, programas, projetos e atividades a serem desenvolvidas pela SNELIS;
- **Macroprocesso Finalístico 2:** Celebração de parcerias – por meio de transferência voluntária (Convênios) ou por destaques orçamentários entre órgãos federais (Termos de Cooperação);
- **Macroprocesso Finalístico 3:** Acompanhamento operacional e pedagógico das parcerias;
- **Macroprocesso Finalístico 4:** Análise do aspecto técnico da Prestação de Contas Final (cumprimento do objeto pactuado) das parcerias formalizadas/executadas.

Conforme se verifica, os macroprocessos finalísticos da SNELIS foram estruturados por etapas e com grau de responsabilidade claramente estabelecido (considerados blocos), ou seja, segregados/organizados de tal forma que permitem a visão global das áreas/processos de trabalho e identificar o alcance dos objetivos estratégicos, especialmente a produção de projetos sociais esportivos com grau de excelência.

Tabela 01 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocesso Finalístico 1: Formulação, articulação e planejamento das ações, programas, projetos e atividades a serem desenvolvidas pela SNELIS	
Sob a competência do DEDAP, de forma articulada com quatro Coordenações Temáticas responsáveis pelo desenvolvimento de procedimentos, fluxos, conforme descritos nos anexos abaixo relacionados: CGIPI: responsável pelos programas, ações e iniciativas ligadas ao desenvolvimento das Políticas de Esporte Educacional que tem como grande marca a parceria intersetorial com o MEC. Anexo 01 – Esporte e Educação e Anexo 02 – Programa Segundo Tempo (Detalhamento do Processo, Produtos, Clientes e/ou Necessidades). CGEPEL: responsável pelos programas, ações e iniciativas ligadas ao desenvolvimento de Políticas de Esporte Participativo e de Lazer, além do fomento e difusão de estudos e pesquisas para o setor. Anexo 03 – Programas Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável e Anexo 04 – Rede CEDES (Detalhamento do Processo, Produtos, Clientes e/ou Necessidades). CGJEV: responsável pelas ações e iniciativas ligadas ao desenvolvimento de eventos de esporte de caráter participativo e escolas na perspectiva de democratização e estruturação do sistema esportivo brasileiro, além de ter assumido em 2013 as articulações intersetoriais, passando a responder pelas representações da SNELIS em comissões, conselhos e trabalhos intersetoriais com	• Formulação e implementação dos programas, projetos e ações destinados ao desenvolvimento do esporte educacional, de lazer e inclusão social; • Promoção de estudos e análises sobre os programas, projetos e ações governamentais, visando à integração das políticas Intersetoriais de esporte com as de educação, de saúde, de segurança pública e de ação social; • Proposição de instrumentos de articulação das políticas, programas e projetos esportivos e de lazer com as políticas e programas educacionais; • Promoção de eventos e estruturar processo de formação e capacitação de recursos humanos destinados aos programas esportivo-sociais e de lazer; • Acompanhamento pedagógico, e o controle dos programas, projetos e ações referentes à sua área de atuação para orientação dos processos educacionais implantados; • Monitoramento e avaliação dos programas, projetos e ações, construindo indicadores e instrumentos de registro para o aperfeiçoamento administrativo, pedagógico e de fiscalização; • Realização de estudos e pesquisas para orientar as práticas esportivas e paraesportivas que favoreçam o desenvolvimento dos programas sociais de esporte e lazer e a promoção da qualidade de vida da população, fomentando a produção do conhecimento na área; • Estabelecimento de parcerias com instituições de ensino e de pesquisa para criar e implementar novas tecnologias voltadas ao desenvolvimento do esporte e do lazer como instrumento de educação, saúde e inclusão social; • Desenvolvimento de pesquisas de avaliação de resultados e de avaliação de impacto das Políticas de Esporte Educacional, com o objetivo de obter/manter os indicadores de desempenho dos Programas em andamento; • Acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos programas, projeto e ações, para subsidiar a tomada de decisão; e • Articulação dos sistemas de monitoramento e avaliação dos programas de que trata esse departamento, com os sistemas estruturados de planejamento, monitoramento, orçamento e finanças existentes no governo federal.

outros órgãos federais, em especial no desenvolvimento de Políticas Sociais. Anexo 05 – Jogos e Eventos (Detalhamento do Processo, Produtos, Clientes e/ou Necessidades). CGPEIN: responsável pelas ações e iniciativas ligadas ao desenvolvimento das Políticas para atendimento da população indígena. Anexo 06 – Políticas Esportivas Indígenas (Detalhamento do Processo, Produtos, Clientes e/ou Necessidades).	
Macroprocesso Finalístico 2: Celebração de parcerias – por meio de transferência voluntária (Convênios) ou por destaques orçamentários entre órgãos federais (Termos de Cooperação)	
Sob a competência da CGFOR, tem por objetivo geral a adoção de todos os procedimentos inerentes à formalização de parcerias. Anexo 09 – Celebração de Parcerias (Detalhamento do Processo, Produtos, Clientes e/ou Necessidades).	• Elaboração/Coordenação dos processos de Editais Públicos lançados pela Secretaria, com monitoramento dos projetos apresentados e suas respectivas avaliações quanto ao atendimento dos requisitos previstos; • Organização e orientações para fins de celebração das parcerias, inclusive sobre a atualização das normatizações que a regulamentam; • Analisar e planejar a execução das transferências voluntárias realizadas por meio de Convênios, bem como das descentralizações de recursos por meio dos Termos de Cooperação, no âmbito da Política de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social; • Elaborar Pareceres referentes à análise técnica e de custos dos projetos selecionados; • Publicação dos resultados de Seleções, tanto parciais quanto finais; • Elaborar minuta dos instrumentos a serem celebrados, com o conseqüente acompanhamento da publicação dos termos referentes; • Manifestar quanto aos recursos interpostos pelos participantes; • Acompanhar os recursos a serem empenhados e suas respectivas descentralizações/repasses; • Coordenar e analisar as Emendas Parlamentares, bem como o respectivo processo de formalização das parcerias; • Organização de manuais orientadores, modelos de termos de referências, declarações etc.

Macroprocesso Finalístico 3: Acompanhamento operacional e pedagógico das parcerias	
Sob a competência da CGAO, tem por objetivo geral a gestão das ações e iniciativas ligadas ao desenvolvimento de uma política de acompanhamento operacional das parcerias, de forma a subsidiar todo o processo de avaliação da parceria com a possibilidade de correção de rumos e atividades. Anexo 10 – Acompanhamento Operacional da Execução Física das Parcerias (Detalhamento do Processo, Produtos, Clientes e/ou Necessidades).	• Orientação aos parceiros para a correta implementação e execução do projeto/ parceria; • Monitoramento dos prazos para o cumprimento das ações pactuadas e demandas de possíveis ajustes no decorrer na execução; • Acompanhar operacionalmente as parcerias durante toda a execução no Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal – SICONV, envolvendo o planejamento e a estruturação das ações, com a função de orientar a estruturação das ações estipuladas no Plano de Trabalho, no que diz respeito à Política de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social; • Monitorar a alimentação do sistema SICONV e demais sistemas desenvolvidos pelo ME, para a gestão das parcerias celebradas no âmbito da SNELIS; • Analisar pleitos e emitir pareceres referentes aos processos incidentes na execução das parcerias; • Acompanhar e fiscalizar “in loco”, buscando diagnosticar o desempenho dos convenientes, implementando medidas de controle primário que visem ao cumprimento do objeto dos convênios/termos de cooperação, com a qualidade e efetividade necessária ao pleno atendimento do público – alvo estabelecido; e • Articular de forma integrada com as demais áreas da SNELIS com o objetivo de complementar o acompanhamento das parcerias.
Macroprocesso Finalístico 4: Análise do aspecto técnico da Prestação de Contas Final (cumprimento do objeto pactuado) das parcerias formalizadas/executadas.	
Sob a competência da CGCON, tem por objetivo geral as ações e iniciativas de análise processual e registros finais da parceria com vistas à análise do cumprimento ou não do objeto pactuado, para fins de aprovação ou não da Prestação de Contas Final, como também subsidiar possíveis decisões sobre a continuidade da parceria. Nesse macroprocesso incluem-se também ações de manifestações aos órgãos de controle e instrumentos de comunicação com a sociedade, durante e posterior a execução das parcerias.	• Promover a avaliação da execução física/cumprimento do objeto dos projetos concluídos, denunciados ou rescindidos no âmbito da Política de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, tendo como atribuições básicas: diligenciar parceiros, emitir Parecer Técnico e/ou reanalisar pareceres já emitidos; • Estabelecer a interface com a Coordenação Geral de Prestação de Contas/ CGPCO, quanto à emissão de pareceres técnicos e financeiros, respectivamente, obedecendo à ordem prioritária solicitada pelos órgãos de controle; • Inserir documentos e informações relevantes às atividades da área no SIC (Sistema de Informação de Convênio); • Analisar e encaminhar demandas de órgãos de controle interno e externo (TCU, CGU, MP e DPF), bem como de Prefeituras e Câmaras Legislativas; • Atender requerimentos de cidadãos, gerando resposta por meio de ofícios;

Anexo 11 – Avaliação das Prestações de Contas e Órgãos de Controle (Detalhamento do Processo, Produtos, Clientes e/ou Necessidades).	• Cumprir e monitorar os prazos das solicitações internas e externas; • Elaborar os relatórios de acompanhamento frente às demandas dos órgãos de controle; • Elaborar requisições e solicitações às Coordenações Gerais da SNE LIS; • Acompanhar/Levantar os Acórdãos do TCU, bem como tomada de providências decorrentes; • Instruir os processos administrativos com o intuito de subsidiar as áreas demandadas pelos órgãos de controle; e • Elaborar memorandos e despachos deliberativos entre as coordenações.

Ressalta-se que os **Macroprocessos 2, 3 e 4** estão sobre responsabilidade direta do **Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – DEGEP**, quem tem entre suas atribuições:

- Planejar, desenvolver e acompanhar o processo de seleção de propostas, e de formalização de convênios, contratos de repasse e termos de cooperação objetivando a execução dos programas, projetos e ações governamentais;
- Articular ações necessárias para estruturar a implementação dos programas, projetos e ações governamentais;
- Coordenar e monitorar, em sua área de atuação, a execução dos convênios com vistas à subsidiar a análise técnica da prestação de contas;
- Programar a aquisição e a distribuição de materiais e uniformes necessários para os programas, políticas, projetos e ações esportivas, em articulação com o Departamento de Gestão Interna.

Em decorrência desses Macroprocessos Finalísticos, especialmente a partir das definições de diretrizes e de critérios para seleção dos parceiros, bem como das operações de formalização, do acompanhamento operacional e pedagógico, e do controle na avaliação da Prestação de Contas Final, entende-se que já são gerados como principais resultados:

- Recursos públicos fiscalizados;
- Gestores melhor qualificados;
- Boas práticas de gestão pública implementadas;
- Controle social fomentado e exercitado;
- Atuação transparente;
- Agentes/entidades infratoras responsabilizados; e
- Recursos públicos recuperados.

Não obstante, o que se espera para 2014 é efetivar o processo de planejamento estratégico da SNEIS, que possibilitará rever seus processos, procedimentos e fluxos, com vistas à qualificação da sua missão de implementação dos Programas Sociais do Ministério do Esporte, tendo como foco a descentralização e ampliação da abrangência dos Programas e ações, bem como a melhoria das tecnologias aplicadas a gestão para garantia da transparência, controle, acompanhamento e avaliação das Políticas implementadas, trazendo aos programas a dimensão de Políticas de Estado que garantam os preceitos constitucionais de esporte e lazer como direitos sociais.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Para a administração dos programas/ações da SNELIS, no sentido de garantir suporte adequado, funcionamento coordenado e melhor desempenho dos vários subsistemas sob sua gestão, fundamentais ao alcance dos seus objetivos/finalidades institucionais, classifica-se a seguir os **quatro principais Macroprocessos de Apoio** da unidade:

- **Macroprocesso de Apoio 1:** Gestão da Execução Orçamentária e Financeira;
- **Macroprocesso de Apoio 2:** Gestão de Suprimentos e Logística;
- **Macroprocesso de Apoio 3:** Gestão de Pessoas;
- **Macroprocesso de Apoio 4:** Gestão de Tecnologia da Informação.

Tabela 02 – Macroprocessos de Apoio

Macroprocesso de Apoio 1: Gestão da Execução Orçamentária e Financeira	
Sob a competência da Coordenação Geral de Orçamento e Planejamento – COP, tem por objetivo geral o acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira, de forma a dar suporte à gestão da unidade sobre disponibilidade orçamentária, liquidação de parcelas, etc.	• Elaboração de proposta orçamentária; • Acompanhamento da execução orçamentária: Conferência das Notas de Empenho e de crédito; • Acompanhamento da execução financeira: Conferência das Ordens Bancárias e Programação Financeira; Notas de Empenho e de crédito; Formalização de Parcerias (convênios e Emendas Parlamentares): publicações de convênios no D.O.U e de Termo de Cooperação no Portal do ME; Empenhos e pagamentos realizados; Cláusulas suspensivas; RAP; • Atualização de banco de dados dos Programas: Planilha Gaia; Planilha Presidência; Planilha Ministro; Planilha de parcerias vigentes/expiradas: atualização de termos aditivos/prorrogação “de ofício”; término de vigência); • Realização de filtros nas bases de dados (Planilha e Sistemas), conforme demandas apresentadas); • Atendimento de demandas pontuais apresentadas pelos Departamentos e Gabinete da SNELIS (Elaboração de Ofícios, Memorandos, Planilhas, etc.); • Levantamento de dados e elaboração/consolidação de relatórios gerenciais, mensagem presidencial, PCPR, balanços de gestão, Relatório de Gestão; • Alimentação de sistemas, como o SIOP; • Revisão anual das metas do PPA; e • Levantamento de dados e elaboração de respostas de mídia.
Macroprocesso de Apoio 2: Gestão de Suprimentos e Logística	
Sob a competência da Coordenação Geral de Suprimentos e Logística – CGES, tem por objetivo principal assegurar o suprimento das parcerias com os recursos materiais necessários ao	• Gestão dos suprimentos necessários para execução do Programa Segundo Tempo (kits de materiais esportivos e uniformes); • Gestão dos contratos administrativos de fornecimento de materiais e logística de distribuição; • Controle do estoque de materiais;

desenvolvimento dos Projetos Esportivos. Anexo 12 – Suprimentos e Logísticas (Detalhamento do Processo, Produtos, Clientes e/ou Necessidades).	• Gestão dos materiais produzidos no âmbito dos Programas Pintando a Liberdade e Cidadania; • Controle das distribuições e das doações dos materiais esportivos e pedagógicos dos programas; e • Acompanhamento do processo licitatório de compra de materiais.
Macroprocesso de Apoio 3: Gestão de Pessoas	
Sob a competência da Coordenação de Apoio Administrativo – COAAD , tem por objetivo geral a gestão de demandas (atos de servidores/terceirizados/estagiários - cumprimento/legalidade), da estrutura física (uso de equipamentos/ambiente de trabalho) e de pessoal (desenvolvimento de profissionais/competências).	• Promover a organização e modernização interna da Secretaria; • Assegurar a utilização dos recursos de informática; • Supervisionar a preparação e reprodução de documentos; • Assegurar o funcionamento do protocolo, recepção, expedição e distribuição de malotes e correspondências; • Organizar e manter os arquivos de documentos da Secretaria; • Providenciar junto à Administração, a prestação dos serviços de copa, segurança, manutenção e limpeza das instalações físicas; • Supervisionar a requisição e manutenção de máquinas, equipamentos, controlar a movimentação e a conservação dos bens patrimoniais no âmbito da Secretaria; • Dar suporte ao Gabinete e demais setores da Unidade, quanto às necessidades logísticas e operacionais (chaveiro, eletricitista, telefonia, rede, informática, etc.); • Promover a divulgação de normas e procedimentos relativos à organização e funcionamento do Ministério do Esporte e da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social entre os servidores da Secretaria; • Acompanhar e informar as atividades relativas à movimentação de recursos humanos no âmbito da Secretaria, bem como receber, distribuir e devolver contas telefônicas, contracheques, controles de frequência, notificação de férias, relatórios de execução de horas e demais documentos de interesse dos funcionários da Secretaria; • Formalizar e acompanhar os processos de capacitação, treinamentos e aperfeiçoamento dos servidores da Secretaria; • Divulgar eventos culturais e esportivos realizados com a participação da Secretaria, de interesse dos servidores; e • Assistir ao Secretário e Chefe de Gabinete, exercendo outras atribuições que lhes forem cometidas, em assuntos relacionados à sua área de competência, e em consonância com as atribuições da Coordenação.
Macroprocesso de Apoio 4: Gestão de Tecnologia da Informação.	
Sob a competência da Sub-Coordenação Geral de Sistemas – CGSIS , tem como objetivo geral	• Coordenação Geral das Equipes de Brasília e da UEM Maringá; • Acompanhamento de todas as tarefas inerentes à TI e que impactam diretamente no desempenho dos sistemas utilizados no PST e demais

o estudo, análise e desenvolvimento de soluções informatizadas (sistemas) para web. Anexo 13 – Sistemas Informatizados (Detalhamento do Processo, Produtos, Clientes e/ou Necessidades).	programas SNELIS; • Elaboração, acompanhamento e participação nas capacitações de Equipes Colaboradoras, Coordenações dos Convênios, e usuários internos e externos, no que diz respeito à operação e suporte dos Sistemas Informatizados; • Assessoramento técnico administrativo à Diretoria e Gabinete do Secretário Nacional de Esporte Educacional, Lazer e Inclusão Social. Participação e Acompanhamento na gestão administrativa da Secretaria atuando em algumas de suas Coordenações para o aprimoramento dos controles administrativos em geral; • Atuação na análise de negócios (regras) e compatibilização com a elaboração dos Sistemas Informatizados (Engenharia de Sistemas); • Gerenciamento do Projeto Geral da Plataforma Informatizada (UEM); • Análise de rotinas, processos, procedimentos e regras de negócio, objetivando o desenvolvimento de soluções informatizadas para a Secretaria; • Suporte técnico para implantação dos sistemas; • Suporte técnico corretivo e proativo para melhoria dos sistemas em uso; e • Pesquisa e articulação de novas tecnologias e soluções informatizadas com aplicabilidade na plataforma informatizada.

Ressalte-se que esse modelo lógico está em contínua construção, podendo evoluir a partir do Planejamento Estratégico da unidade que se encontra em desenvolvimento, por meio de acréscimos, supressões e redefinições de seus escopos.

1.6 Principais Parceiros

Para o desenvolvimento das Políticas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, a SNElIS tem como principais parceiros os Governos Municipais e Estaduais, o Ministério da Educação, o Ministério da Defesa e as Universidades Públicas.

No caso específico dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável, os principais parceiros são as Prefeituras Municipais e as Universidades Públicas, na busca pela municipalização da Política Nacional de Esporte e Lazer, em consonância com as contribuições acadêmicas da área. Além disso, por meio da importante parceria existente entre o Ministério do Esporte e a Universidade Federal de Minas Gerais são desenvolvidos os módulos de formação do PELC, que buscam promover a capacitação de todos os agentes sociais envolvidos nos programas.

Em relação ao Programa Segundo Tempo, o principal parceiro é o Ministério da Educação, sendo possível, por meio da integração das políticas de educação e de esporte, dar escala ao programa, ampliando significativamente o número de beneficiados com a inserção do Segundo Tempo no Programa Mais Educação (Esporte da Escola). Outra importante parceria é com o Ministério da Defesa que disponibiliza sua infraestrutura esportiva para oferecer atividades esportivas a crianças e jovens em situação de risco social, por meio do Programa Forças no Esporte.

Cabe citar, ainda, a parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, que viabiliza a capacitação e o acompanhamento *in loco* dos núcleos do Segundo Tempo, colocando uma Rede de Professores Educação Física e Esporte de Universidades Públicas a serviço do Programa.

Em relação aos Programas Pintando a Liberdade/Cidadania, as parcerias prioritariamente com Governos Estaduais tiveram encerradas suas atividades em dezembro de 2013, com exceção do Convênio nº 755916/2011, firmado com a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Estado do Paraná, que recebeu o Recurso/ME somente um ano após a sua formalização e, por esta razão, foi prorrogado “de ofício”. Entretanto, foi estabelecida uma importante parceria com o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – DEPEN para recepcionar as fábricas adquiridas nas parcerias dos programas e então dar sequência à Política de assistência e geração de renda nos sistemas penitenciários, levando em conta a competência e expertise do órgão.

Para o desenvolvimento da Política de Eventos de Esporte Estudantil, os principais parceiros da Secretaria são a Confederação Brasileira de Desporto Escolar, a Confederação Brasileira de Desporto Universitário e o Ministério da Defesa.

Para o desenvolvimento da Política de Eventos de Esporte de Participação, em 2013 contamos com a parceria com o Governo Estadual de Mato Grosso para a realização dos Jogos Nacionais Indígenas.

Já com relação às ações de Pesquisa, em 2013 também foram priorizadas as parcerias públicas com Universidades na realização de eventos científicos e a parceria com o CNPq para a realização do Edital ME/CNPq 91/2013, que selecionou projetos em 6 linhas de pesquisa.

2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 Planejamento da unidade

Em articulação com os preceitos constitucionais de garantia do direito ao acesso a Políticas de Esporte e Lazer da população brasileira a SNELIS possui a responsabilidade institucional de *“ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida”*, macro-objetivo estabelecido no Plano Plurianual 2012-2015 para o Ministério do Esporte.

A gestão traçou metas e desafios a cumprir no decorrer do ano de 2013, dando destaque especial ao desafio de retomada da execução orçamentária tão prejudicada em 2012 – fruto do processo de ajustes em função da unificação das secretarias, assim como das frequentes mudanças de titulares na pasta.

Para cumprir tal mister, os Programas/Ações sob a responsabilidade da SNELIS foram contempladas na LOA por meio dos seguintes Programas, Objetivos e Ações Orçamentárias:

I. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- **Programa 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos**

Objetivo 0669 (Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.)

Ações Orçamentárias

- ✓ **20JP** (Desenvolvimento de atividades e apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer e inclusão Social);
- ✓ **20JQ** (Realização e Apoio a Competições e Eventos de Esporte e Lazer); e
- ✓ **20JS** (Fomento à Pesquisa, Memória, Difusão e Formação em Políticas Sociais de Esporte e Lazer).

Objetivo 0686 (Coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados)

Ação Orçamentária

- ✓ **20DB** (Apoio à Realização da Copa do Mundo FIFA 2014).

- **Programa 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas**

Objetivo 0964

Ação Orçamentária

- ✓ **2494** (Realização dos Jogos Indígenas).

II. PROGRAMAS SOB RESPONSABILIDADE DA SNELIS

No âmbito da **Ação Orçamentária “20JP”**, em 2013 foi dada continuidade ao desenvolvimento dos seus principais Programas desta Secretaria, quais sejam:

- **Segundo Tempo – PST;**
- **Segundo Tempo Esporte na Escola;**
- **Esporte e Lazer da Cidade – PELC;**
- **Vida Saudável; e**
- **Programas Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania.**

a) Programa Segundo Tempo

O **Segundo Tempo** é um programa que visa democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social.

Tem como estratégia de funcionamento a implantação de núcleos, por meio do estabelecimento de alianças e parcerias institucionais com entidades públicas que disponham de condições técnicas para executá-lo.

As parcerias celebradas para a execução do Programa Segundo Tempo (PST) oferecem atividades esportivas para o referido público alvo, no contra turno escolar, contribuindo assim para a formação integral, a melhoria da qualidade de vida, a promoção da saúde, o desenvolvimento humano e a inclusão social.

Para atender às diferentes demandas da sociedade, o Programa Segundo Tempo oferece outros formatos além do PST – Padrão, com algumas peculiaridades especiais, quais sejam: PST Institutos Federais, PST Universitário, PST Adaptado, PST – Navegar e PST Forças no Esporte.

A fundamentação pedagógica do Programa Segundo Tempo – em todas as suas vertentes – está pautada na oferta de múltiplas vivências do esporte em suas diversas modalidades, trabalhadas na perspectiva do Esporte Educacional, por meio de ações planejadas, inclusivas e lúdicas, como estímulo à vida ativa.

Ressalte-se que em 2013 foi mantida a Parceria com a UFRGS, dando continuidade ao projeto de Capacitação e Acompanhamento Pedagógico dos Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo no Brasil.

b) Programa Segundo Tempo – Esporte na Escola (Parceria com o Mais Educação/MEC)

Desde a criação do Programa Segundo Tempo (PST) em 2003, o Ministério do Esporte (ME) tem buscado integrar a política esportiva educacional com a política de educação, de forma a incentivar a prática esportiva nas escolas.

Entendendo que o caminho para a democratização do esporte é a escola, em 2009 o Ministério do Esporte (ME) e o Ministério da Educação (MEC) integraram suas políticas, de modo a estabelecer as condições mínimas necessárias para viabilizar a oferta do Esporte Educacional integrado ao projeto pedagógico escolar, na perspectiva da educação em tempo integral.

A proposta de integração foi concretizada pela inserção do PST nas escolas participantes do Programa Mais Educação (PME).

Nos anos de 2011 e 2012, a integração do PST e do PME foi chamada de PST na Escola. Já em 2013 passou a ser chamada de Esporte na Escola. Entretanto, para que o nome da parceria expresse melhor o conceito da proposta, a partir de 2014 essa iniciativa será denominada Esporte da Escola.

A política interministerial entre o ME e o MEC estabelece como princípios norteadores o esporte e o lazer como direito de cada um e dever do Estado, a universalização e inclusão social, a democratização da gestão democrática, a prática pedagógica que respeite o aluno como sujeito produtor do conhecimento e a formação profissional.

Nesse sentido, o Esporte na Escola/Esporte da Escola teve/tem como objetivo viabilizar a oferta do Esporte Educacional na escola, integrado ao projeto político pedagógico, na perspectiva da educação em tempo integral, sendo que as ações esportivas nesse contexto devem preservar todos os fundamentos filosóficos e pedagógicos previstos para o PST padrão.

Visa, ainda, oferecer a crianças, jovens e adolescentes o acesso à prática e à cultura do esporte como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida.

Além da viabilidade pedagógica, cumpre ressaltar que a parceria com o MEC por meio do Programa Mais Educação (na Iniciativa Esporte da Escola), também é viável pelo modelo estabelecido (cabendo ao ME o fornecimento dos Materiais Esportivos/Didáticos e a formação de pessoal, prescindindo a transferência de recursos por meio de transferência voluntária - convênios).

Resultados do PST (Padrão e Esporte da Escola)

Como resultados obtidos nos últimos anos, o PST teve um crescimento exponencial, possibilitando o atendimento anual de mais de 1,2 milhão de beneficiados, especialmente em função da priorização que o Ministério do Esporte tem dado às políticas esportivas educacionais e de inclusão social.

No entanto, se considerarmos o potencial público-alvo do programa, que são crianças, adolescentes e jovens em idade escolar que não possuem acesso ao esporte, percebe-se a grandiosidade do desafio, visto tem-se hoje, no país, cerca de 50 milhões de alunos matriculados nas escolas públicas da Educação Básica (federais, municipais e estaduais), segundo demonstra o Censo INEP de 2012.

Registra-se que em **2013 o PST** beneficiou cerca de **4,1 milhões** de pessoas em mais de 3.600 municípios, distribuídas em 3.646 núcleos (por meio do PST Padrão) e 22.161 escolas (por meio da parceria com o MEC).

Desse total, **3,7 milhões** de escolares foram atendidos no âmbito do Programa Mais Educação, enquanto que **381.600** foram beneficiados por meio do PST nas suas diversas formas de parcerias.

Conforme se verifica, houve um redirecionamento na estratégia de atendimento, transferindo-se o maior volume de atendimento do PST nas capitais e municípios para as Escolas do Programa Mais Educação.

Cabe destacar que em 2013 não houve a realização de chamamento público para realização de novas parcerias, tendo sido formalizadas parcerias apenas com entidades remanescentes do final de 2012, bem como os estados e municípios incluídos no Programa Juventude Viva, e com as cidades sedes e regiões metropolitanas da Copa do Mundo 2014; tendo, ainda, sido priorizadas as parcerias

que obtiveram um bom indicador de atendimento e os projetos especiais que abarcavam novas estratégias de funcionamento.

No âmbito do PST, destaca-se, como exemplo, a ampliação da parceria do ME com o Ministério da Defesa, por meio do Programa Forças no Esporte (PROFESP), que conta com a infraestrutura das organizações militares para atender crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, prioritariamente da rede pública escolar, e que estejam em situação de vulnerabilidade social.

Registre-se que todas as ações desenvolvidas pela Coordenação da área temática e resultados alcançados encontram-se detalhados no **Anexo 01 - Esporte e Educação** e no **Anexo 02 - Programa Segundo Tempo**, inclusive abordando as temáticas a seguir destacadas: Reestruturação de Coordenações; Fluxo de Procedimentos; Convênios com entidades públicas; Parceria com a UFRGS; Processo de Capacitação e Proposta Pedagógica do PST; Formação Profissional/Capacitações Pedagógicas; Planejamento pedagógico de capacitação à distância; Editoração; Encontros Regionalizados das Equipes Colaboradoras; Acompanhamento “in loco”/Processamento de Relatórios Consolidados; Parceria com Ministério da Educação; Sistemas; e Resultados Alcançados, dentre outros.

c) **Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)**, tem por objetivo geral contribuir com a democratização do acesso ao esporte recreativo e ao lazer, por meio da promoção de ações educativas que propiciam: a prática de atividades físicas, culturais e de lazer, que envolvam todas as faixas etárias e as pessoas portadoras de deficiência; o estímulo à convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias; o fomento à pesquisa e à socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direito de todos.

O PELC possui dois tipos de núcleos: “Urbano” e “Para Povos e Comunidades Tradicionais – PCT”. O núcleo “Urbano” está situado na sede do município, podendo ser instalado em bairros e em áreas metropolitanas periféricas agrupadas sem eu redor, com o objetivo de atender aos habitantes dessas localidades. O núcleo “Para Povos e Comunidades Tradicionais” tem o seu foco voltado para grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios tradicionais.

A partir de 2013 o Vida Saudável, que no exercício anterior era um núcleo do PELC, foi desmembrado e implantado como um Programa social de esporte e lazer.

Resultados PELC

Especificamente com relação à formalização de projetos/execução orçamentária, em **2013** no âmbito do **PELC** foram empenhados/publicados **36 convênios** (destes **16** do **Projeto Legado Social**), sendo **03** firmados com Governos de Estado (atendendo 65 municípios), 33 com Prefeituras (atendendo 33 municípios) e **3 termos de cooperação** com Entidades Federais de ensino superior (atendendo 6 municípios), totalizando **195.900 beneficiados**.

Ainda no âmbito do PELC, foram formalizadas **09 parcerias por meio de Emendas Parlamentares** (todas com Prefeituras Municipais), totalizando 19.280 beneficiados.

d) **Programa Vida Saudável (VS)**, que anteriormente consistia núcleo do PELC – Todas as Idades, a partir de 2013 foi desmembrado e implantado como um Programa Social de Esporte e Lazer, também com o objetivo de democratizar o lazer e o esporte recreativo, contudo priorizando o

protagonismo da pessoa que envelhece, na perspectiva da emancipação humana e do desenvolvimento comunitário. Assim, promove acesso de idosos, acima de 60 anos, à prática de atividades físicas, culturais e de lazer.

Resultados do Vida Saudável

Em **2013** empenhado/publicado **23 convênios** (destes **09** do Projeto Legado Social), sendo 22 firmados com Prefeituras, atendendo 22 municípios, 01 com Governo de Estado atendendo 39 municípios e 04 Termos de Cooperação com Entidades Federais de ensino superior (atendendo 4 municípios), totalizando **27.150 beneficiados**.

As parcerias no PELC e VS contemplaram a iniciativa da gestão de implementação do “Projeto Legado Social Esportivo e de Lazer nas Cidades – sede e regiões metropolitanas da Copa do Mundo”, destinando-se ao atendimento das 12 cidades e regiões metropolitanas, voltadas para o Legado Social Esportivo e de Lazer nas Cidades-Sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e suas regiões metropolitanas.

Reitere-se em 2013, ainda, a parceria com a UFMG voltada às ações de formação/capacitação e acompanhamento pedagógico dos Programas PELC e Vida Saudável, com vistas ao seu contínuo aprimoramento.

Registre-se que todas as ações desenvolvidas pela Coordenação da área temática e resultados alcançados encontram-se detalhados no **Anexo 03 - Programas Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável**, inclusive abordando as temáticas a seguir destacadas: Editais, Emendas, Formalizações/Renovações; Reorganização das Diretrizes; Sistema MIMBOÉ; Capacitação Gerencial; Parceria com a UFMG; dentre outros.

e) Programas Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania

O Programa Pintando a Liberdade e Pitando Cidadania por determinação da gestão em julho de 2013 foi extinto no âmbito desta Pasta Ministerial. Sendo assim, todos os convênios encerraram em 31 de dezembro de 2013, totalizando o encerramento de 05 parcerias. Cabe destacar que apenas o Convênio nº 755916/2011, firmado com a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Estado do Paraná continua em execução.

Outra decisão de extrema importância adotada por esta Unidade Gestora com respeito ao Pintando, foi à constituição da Comissão Especial de Inventário designada pela Portaria nº 216, de 16 de agosto de 2013, com a finalidade de executar o inventário físico do acervo patrimonial adquirido por órgãos públicos e entidades privadas com recursos de convênios.

Até o dado momento a Comissão realizou vistorias a todas as sedes das Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos, bem como solicitou a relação dos bens adquiridos no âmbito dos instrumentos celebrados com as Entidades Públicas (Planilha 02 do Anexo 10 – Acompanhamento Operacional da Execução Física das Parcerias).

Cabe destacar que todos os maquinários adquiridos no âmbito do programa e localizados nas visitas realizadas tiveram como fiel depositário o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, do Ministério da Justiça.

No âmbito da **Ação Orçamentária “20JQ”**, são viabilizados a promoção e o apoio a eventos de esporte e lazer, inclusive os de criação nacional, identidade cultural, natureza comunitária e interdisciplinar; a participação em eventos que possibilitem a iniciação e a vivência esportiva; além do desenvolvimento e apoio a ações ligadas a estudos, diálogos e práticas de esporte e lazer.

Em 2013 a ação 20JQ foi composta de **02 (dois) Planos Orçamentários**, sendo o **Plano Orçamentário 01** para “Eventos e Competições Educacionais”, e o **Plano Orçamentário 02** para “Eventos e Competições de Participação”.

Assim, as duas linhas de atuação em 2013 para desenvolvimento das ações foram:

1. **Apoio a Eventos de Esporte e Lazer:** Apoio a eventos científicos e/ou atividades de esporte e lazer, de abrangência local, regional ou nacional, tais como festivais, jogos, torneios, campeonatos, entre outros, que tenham a finalidade de contribuir para o desenvolvimento do esporte e do lazer, e para a integração dos praticantes de qualquer idade na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente, inclusive os eventos/atividades voltados para o esporte e lazer de criação nacional, identidade cultural, natureza comunitária e interdisciplinar;
2. **Estruturação e Apoio ao Desenvolvimento de Competições de Esporte Estudantil:** Apoio à estruturação e ao desenvolvimento de competição esportiva de abrangência local, regional, nacional ou internacional, seja para organizar competição ou para viabilizar a participação de delegações em competições que contribuam para o desenvolvimento da Política de Esporte Estudantil, articulando as ações voltadas à formação esportiva (múltiplas vivências), iniciação esportiva e competições estudantis, decorrentes dos sistemas de educação básica ou superior, de forma assistemática de educação e de calendários esportivos oficiais, tendo como finalidade alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para a vivência esportiva.

Embora o Brasil tenha avançado, especialmente na educação básica, enorme desafios ainda aparecem para a democratização do acesso ao esporte, dentre eles:

- a) Assegurar o direito às práticas esportivas e de lazer a toda a população brasileira, propondo ações diferenciadas a públicos específicos (universitários, idosos, pessoas com deficiências, entre outros);
- b) Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, através de programas de inclusão social em todo o território nacional;
- c) Expandir e modernizar os espaços públicos esportivos;
- d) Estruturar o sistema de competições estudantis, ampliando e qualificando a participação de estudantes de todas as idades;
- e) Promover competições e eventos esportivos acessíveis à população e que motivem a prática esportiva regular;
- f) Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população em geral, promovendo exercício da cidadania e o desenvolvimento social das áreas atendidas pelos seus programas.

Nesse contexto, a finalidade da Realização e Apoio a Eventos e Competições de Esporte Participativo e de Esporte Escolar é desenvolver atividades que contribuam para ampliar o acesso ao esporte a todas as faixas etárias, estruturar e apoiar o desenvolvimento de uma política de esporte escolar, articulando as ações voltadas à formação esportiva, iniciação esportiva e competições estudantis, bem como apoiar ações ligadas ao estudo e prática de esporte e lazer.

Registre-se que todas as ações desenvolvidas pela Coordenação da área temática e resultados alcançados encontram-se detalhados no **Anexo 05 - Jogos e Eventos**, inclusive abordando as temáticas a seguir destacadas: Programa de Realização e Apoio a Eventos e Competições de Esporte Participativo e de Esporte Escolar; Eventos e Competições Educacionais; Eventos e Competições de Participação.

Resultados: totalizando 21 Eventos em 2013

No âmbito da **Ação Orçamentária “20JS”**, em 2013 foi atendida a demanda da Rede CEDES – Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer, criada em 2003 com o objetivo de produzir pesquisas induzidas e semi-induzidas, visando maximizar o acesso ao conhecimento científico e tecnológico nas áreas da gestão do esporte recreativo e do lazer, bem como difundir os resultados dos estudos e pesquisas realizados pela Rede CEDES, bem como apoio a eventos de caráter científico.

O histórico da criação/desenvolvimento da Rede CEDES se encontra no **Anexo 04 – Rede Cedes**. Ademais, encontra-se detalhado no **Antexo 03 – Programas Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável** as seguintes temáticas: Resultados da Chamada ME/CNPq Nº 091/2013; a Articulação Intersetorial - Ministério do Esporte e Ministério da Saúde.

No exercício de 2013 a estrutura da Rede foi repensada/reorganizada, com o objetivo de valorizá-la, tendo sido realizado o “Seminário Nacional da Rede CEDES: 10 anos de produção”, esse com o objetivo de apontar caminhos para as políticas de investimento no campo da pesquisa através da Rede, bem como analisar os desafios estratégicos voltados para a qualificação das políticas públicas de esporte e lazer.

Em decorrência do seminário, foram sistematizadas propostas na elaboração de um Documento Final (SEMINARIO NACIONAL REDE CEDES - RESPOSTA SNEELIS), que se encontra anexado a este relatório (Texto 01 do Anexo 04 – Rede CEDES).

A ação estruturante na aplicação dos recursos disponíveis para fomento e difusão de pesquisas foi executada em 2013 através da Chamada ME/CNPq Nº 091/2013 - Seleção pública de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, voltados para o desenvolvimento do Esporte em suas diferentes dimensões. Mesmo não tendo como foco central a REDE CEDES, esse edital possibilitou participação dos diversos pesquisadores da rede no processo de seleção supracitado. Nessa parceria foram repassados recursos para 12 projetos selecionados nas linhas de pesquisa ligadas ao escopo de pesquisas da REDE CEDES.

Para tanto, foram formalizados e aditivados os seguintes Termos de Cooperação, a saber:

- ✓ 2 (duas) parcerias com a Universidade de Brasília, para a realização do CONBRACE e Seminário Nacional da Rede Cedes – 10 Anos de Produção, respectivamente, Termo Cooperação nº 016/2013 e nº 017/2013; e

- ✓ 1 (um) Termo de Cooperação nº 038 com a Universidade Federal de Minas Gerais para a realização do Encontro Nacional de Recreação e Lazer - ENAREL, apesar de ter caráter científico, por questões de disponibilidade orçamentária e guardando consonância com o descritor da ação, foi contemplado na ação 20JQ, no Plano Orçamentário de Esporte Participação;
- ✓ Foi formalizado o Convênio nº 787093/2013 com a Universidade Estadual de Maringá, objetivando a realização do V Congresso Internacional de Pedagogia do Esporte e II Congresso Internacional de Educação Física e Esporte Olímpico e Paraolímpico, apesar de ter caráter científico, por questões de disponibilidade orçamentária e guardando consonância com o descritor da ação, foi contemplado na ação 20JQ, no Plano Orçamentário de Esporte Participação;
- ✓ Registra-se, ainda, a suplementação de valores dos Termos de Cooperação com a Universidade Federal de Paraná – UFPR, e com a Universidade Federal de Pernambuco.

Cabe salientar que o produto dos estudos é difundido por meio digital e acesso aberto (site do ME e Repositório da Rede CEDES). O Repositório Institucional da Rede CEDE beneficia gestores, agentes e estudiosos envolvidos com as políticas sociais de esporte e lazer. Ademais, destacamos que no exercício de 2013 foi publicado o livro “Jogo Tradicional e Cultura”, fruto da pesquisa do Termo de Cooperação firmado com a Universidade Federal de Santa Maria e o livro "Lazer em Ouro Preto e Mariana: espaços e equipamentos", resultado da Parceria com a Universidade Federal de Ouro Preto.

Diretamente do Orçamento previsto na **ação 20JS**, foram então apoiados 2 eventos (CONBRACE E SEMINÁRIO DA REDE CEDES) e 12 projetos aprovados no Edital do CNPq.

f) Emendas Parlamentares

As Emendas Parlamentares representam uma importante contribuição na ampliação da implementação das iniciativas da SNEIS com vistas à democratização do acesso a Políticas de Esporte e Lazer e na ação de eventos de esporte participação e educacional possibilitou as seguintes parcerias:

Desta forma, em 2013 foi atribuído a uma Coordenação específica (ATG) o desafio de acompanhar/viabilizar a execução das Emendas Parlamentares destinadas às **Ações 20JP; 20JQ e 20JS**.

Para tanto, foram estabelecidas diversas ações pró ativas, destacando-se as seguintes: orientações às Assessorias Parlamentares; mobilização e organização junto às entidades indicadas para receber os recursos oriundos das Emendas (especialmente para a construção dos Projetos Técnicos; cadastramento das Propostas no SICONV); Acompanhamento e agilização dos procedimentos relativos à formação de processo.

Com efeito, tais iniciativas foram fundamentais para a finalização de **16** projetos, além de representar o esforço da gestão para a viabilização das Emendas destinadas aos programas desta pasta.

Registre-se que todas as ações desenvolvidas pela Coordenação da área temática e resultados alcançados encontram-se detalhados no **Anexo 08 - Emendas Parlamentares**, inclusive abordando

as temáticas a seguir destacadas: Análise da Execução por Ação Orçamentária – Emendas e Dificuldades encontradas na execução das Emendas Parlamentares.

Programa 2035 e Objetivo 0686

No âmbito da **Ação Orçamentária “20DB”**, encontra-se sob a gestão da SNELIS o **Programa Brasil Voluntário**, criado para selecionar e capacitar os voluntários que atuarão de forma harmônica e complementar ao Programa de Voluntariado da FIFA na Copa das Confederações da FIFA 2013 e na Copa do Mundo da FIFA 2014.

Durante o ano de 2013, foram sensibilizadas **43 mil pessoas** para participar do programa, com a seleção de **13 mil candidatos** para participar dos cursos de capacitação à distância.

Destes, **7 mil** se mostraram aptos a participar da capacitação presencial. Ao final de todo o processo de capacitação, foram convocados **4.285 voluntários** para atuar na Copa das Confederações.

Registre-se que todas as ações desenvolvidas pela Coordenação da área temática e resultados alcançados encontram-se detalhados no **Anexo 07 - Programa Brasil Voluntário**, inclusive abordando as temáticas a seguir destacadas: Modelo adotado para o desenvolvimento/acompanhamento; Ajustes realizados em face do formato previamente apresentado (com as correspondentes justificativas); Resultados Alcançados e Desafios.

Programa 2065 e Objetivo 0964

No âmbito da **Ação Orçamentária 2494**, está prevista a realização dos Jogos Indígenas.

Para tanto, a SNELIS, dentro de suas competências e possibilidades, tem buscado incentivar, fomentar e valorizar o esporte tradicional indígena; bem como implementar programas e projetos voltados a esse público, fomentando a participação, ampliação e efetivação de programas já existentes no Ministério do Esporte, no intuito da valorização dos atletas indígenas dando-lhes, na medida do possível, a oportunidade de ascensão no esporte profissional.

Contudo, o orçamento destinado em 2013 para o cumprimento desta ação se fez suficiente para a realização do Evento “Jogos dos Povos Indígenas”, o qual foi executado por meio da Ação 20JQ.

Registre-se que todas as ações desenvolvidas pela Coordenação da área temática e resultados alcançados encontram-se detalhados no **Anexo 06 - Políticas Esportivas Indígenas**, inclusive abordando as temáticas a seguir destacadas: Público Alvo; Princípios; Meios de Difusão; Objetivo Geral; Resultados Diretos Esperados; Resultados Indiretos Esperados; Articulações realizadas/concluídas (Jogos dos Povos Indígenas JPI 2013); Ações em desenvolvimento; Ações iniciadas; Resultados Positivos.

III. INICIATIVAS E RESULTADOS RELEVANTES

Desta forma, apesar dos inúmeros percalços ocorridos durante o exercício de 2013, esta UJ envidou todos os esforços no sentido do cumprimento de suas atribuições, da execução orçamentária e do alcance das metas estabelecidas para os programas sob a sua gestão, tendo obtido os resultados positivos, dentre os quais cabe destacar:

- Ampliação do acesso de escolares e da população ao Esporte e ao Lazer, por meio dos programas **Segundo Tempo – PST**; **Segundo Tempo – PST no Mais Educação**; **Esporte e Lazer da Cidade – PELC**;
- Qualificação da formatação do **Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC**, sendo definidos dois tipos de núcleos de esporte recreativo e de lazer para todas as idades: **PELC Urbano** e **PELC para Povos e Comunidades Tradicionais** (direcionados aos grupos culturalmente diferenciados);
- Valorização do **Vida Saudável**, passando a ser um importante programa social, atendendo especificamente a adultos com idade a partir de 45 anos e idosos;
- Investimentos no Sistema de Formação, Monitoramento e Avaliação das ações de Esporte e Lazer, que garantirão em 2013 a capacitação de agentes sociais e gestores *in loco* e à distância, bem como o acompanhamento dos convênios vigentes, através dos consultores selecionados, com vistas a avaliar de forma sistemática as políticas implementadas;
- Apoio a um calendário de competições no âmbito do **Esporte Escolar** e à realização de Eventos Internacionais no âmbito do **Esporte Universitário**, em parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU) e Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE).

Não obstante ter aumentado substancialmente suas atribuições, ações orçamentárias e responsabilidades institucionais, a nova estrutura administrativa da SNELIS não cresceu na mesma proporção, o que já indicava no momento de sua criação, a necessidade de estudos e adequações visando a adoção de métodos mais eficazes para o desenvolvimento de suas ações.

Vale destacar que essa Secretaria teve no ano de 2013 uma rotatividade de gestores, no primeiro semestre passou pela pasta três titulares, isso sem dúvida trouxe imensas dificuldades para o processo de Planejamento e Implantação das Políticas.

A partir de Julho de 2013 a gestão tomou as seguintes medidas:

- Reorganizou as equipes (conforme demonstrado no decorrer desse relatório);
- Promoveu revisão de procedimentos e processos nos fluxos da Secretaria (conforme demonstrado no decorrer desse relatório, desde o processo de celebração, passando pelo acompanhamento e até a análise de cumprimento do objeto após o encerramento das parcerias);
- Definiu estratégias para ampliação das parcerias;
- Retomar os processos que tiveram a celebração interrompida em 2012, referente a propostas aprovadas no Edital dos Programas PELC e VS;
- Chamar como proponente específico parceiros do PST, PELC e VS que demonstraram interesse em continuar a implementação do Programa na sua cidade, destacando a importância do programa para a população e fazendo os ajustes e aprimoramento necessário a partir da última parceria;

- Chamar como proponente específico Prefeituras e Governos Estaduais das cidades sedes e regiões metropolitanas para implementação da iniciativa Legado Social e Esportivo de Esporte e Lazer, fazendo chegar nessas cidades os Programas PELC, VS e PST;
- Efetivar Termos Aditivos em convênios com vistas a ampliar o número de núcleos e com isto possibilitar a inclusão de mais pessoas em nossos programas através das parcerias em curso e com execuções exitosas, em especial localizadas nas cidades sedes e regiões metropolitanas da Copa do Mundo 2014;
- Efetuar novos repasses em Termos de Cooperação vigentes (Universidades, Ministério da Defesa, IFES) para garantir a continuidade e/ou ampliação do atendimento nos programas PST, PELC e VS;
- A mobilização junto aos Parlamentares para inserção de Emendas ao orçamento e organizar um atendimento específico com vistas a orientar os gabinetes parlamentares para efetivação das emendas previstas para o exercício, junto aos programas da SNELIS;
- Ademais, considerando a estrutura em funcionamento na SNELIS e a divisão e organização dos trabalhos nas duas Diretorias, importa destacar que os pleitos apresentados para formalização passaram inicialmente pelo DEDAP para análise de mérito e parecer para encaminhamento ao DEGEP para fins de formalização da parceria. Tal estratégia objetivou que as orientações acerca das diretrizes e ações a serem financiadas fossem prestadas às entidades pelas coordenações temáticas, para que a equipe de formalização passasse a tratar apenas as parcerias viáveis e tomasse a partir daí as medidas cabíveis para cumprimento das obrigações legais a serem cumpridas pelas entidades proponentes da parceria. Com efeito, essa iniciativa tornou o processo mais ágil e desconcentrou da coordenação de formalização a tarefa de orientações preliminares para apresentação dos pleitos.

Desta forma, a SNELIS, restabelece em 2013 um processo de planejamento na sua estrutura física e de pessoal, bem como deu seqüência à revisão de processos, procedimentos e fluxos, que tem como foco a qualificação e a interação entre seus setores, na perspectiva da materialização da ampliação do atendimento à população a Programas Sociais de Esporte e Lazer.

Reitera-se que para 2014 o desafio é integrar esse esforço na ação de realinhamento estratégico do Ministério e consolidar a reestruturação da SNELIS, em harmonia com os desafios e o atual contexto das Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

Preliminarmente, cumpre destacar **que não há conteúdo** a declarar nos subitens abaixo relacionados (determinados no Anexo II da DN TCU nº 127/2013 e cuja numeração corresponde à Portaria TCU nº 175/2013), devido os seguintes motivos:

- **2.2.1 Programa Temático:** As informações relacionadas a Programa Temático são de responsabilidade da SE;
- **2.2.1.1 Análise Situacional:** As informações relacionadas a Programa Temático são de responsabilidade da SE.

2.2.1 Objetivo

QUADRO A.2.2.1 – OBJETIVO

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.					
Código	0669	Órgão	Ministério do Esporte/ Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNEIIS/ME			
Programa	Esporte e Grandes Eventos Esportivos			Código	2035	

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Incluir nas diretrizes dos programas relacionados ao esporte, lazer e atividade física a equidade de gênero e raça	Diretriz Revisada	6	6	6	100

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
2	Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas ao seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social (Segundo Tempo), beneficiando 1.296.000 na capitais e municípios com mais de 1000 habitantes e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação.	Beneficiados	7.432.960	4.061.861	6.887.300	92,65
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
2.1	Nacional	Beneficiados	241.000,00	148.200	148.200	61,49
2.2	Região Centro-Oeste	Beneficiados	505.017,00	262.759	262.759	52
2.3	Região Nordeste	Beneficiados	2.033.595,00	1.989.923	1.989.923	97,85
2.4	Região Norte	Beneficiados	887.638,00	566.262	566.262	63,80
2.5	Região Sudeste	Beneficiados	2.961.661,00	726.768	726.768	24,54
2.6	Região Sul	Beneficiados	804.049,00	367.949	367.949	45,76
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
3	Criar 228 projetos esportivos de Legado Social dos Grandes Eventos - Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, voltados à inclusão social, juventude e educação.	Projeto de Legado	228	65	90	39,47
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
3.1	Cidades-sede	Projetos de Legado	12,00	12	12	100
3.2	Nacional	Projetos de Legado	215,00	53	78	36,28
3.3	Rio de Janeiro	Projetos de Legado	1,00	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
4	Criar projetos de esporte e atividade física que contribuam com a promoção da saúde e da qualidade de vida da população, com atenção especial aos idosos nos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer nas 27 capitais e 553 municípios	Municípios	553	62	93	16,03
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
4.1	Nacional	Municípios	327,00	52	78	23,84
4.2	Região Centro-Oeste	Municípios	10,00	1	2	20
4.3	Região Nordeste	Municípios	42,00	3	4	10
4.4	Região Norte	Municípios	12,00	-	-	-
4.5	Região Sudeste	Municípios	122,00	4	6	5
4.6	Região Sul	Municípios	40,00	2	3	8
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
5	Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte	Municípios	553	103	137	24,77

	recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.					
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
5.1	Nacional	Municípios	327,00	92	107	33
5.2	Região Centro-Oeste	Municípios	10,00	02	03	30
5.3	Região Nordeste	Municípios	42,00	01	09	21
5.4	Região Norte	Municípios	12,00	-	01	08
5.5	Região Sudeste	Municípios	122,00	08	10	08
5.6	Região Sul	Municípios	40,00	-	07	18

METAS QUALITATIVAS	
Seqüencial	Descrição da Meta
1	Incluir nas diretrizes dos programas relacionados ao esporte, lazer e atividade física a equidade de gênero e raça.
2	Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas ao seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social (Segundo Tempo), beneficiando 1.296.000 nas capitais e municípios com mais de 1000 habitantes e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação.
3	Criar 228 projetos esportivos de Legado Social dos Grandes Eventos - Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, voltados à inclusão social, juventude e educação.
4	Criar projetos de esporte e atividade física que contribuam com a promoção da saúde e da qualidade de vida da população, com atenção especial aos idosos nos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer nas 27 capitais e 553 municípios.
5	Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados					
Código	0686	Órgão	Ministério do Esporte/ Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS/ME			
Programa	Esporte e Grandes Eventos Esportivos			Código	2035	

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Apoiar o programa de voluntariado da Copa do Mundo FIFA 2014, com mobilização de 30.000 voluntários.	Un.	30.000	4.285	4.285	14,28%
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1.1	Cidades - sede	Un.	21.000	4.285	4.285	14,28
1.2	Nacional	Un.	9.000	-	-	-

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Apoiar o programa de voluntariado da Copa do Mundo FIFA 2014, com mobilização de 30.000 voluntários.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.					
Código	0964	Órgão	Ministério da Justiça			
Programa	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas			Código	2065	

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Apoiar a realização de 150 eventos (seminários, reuniões, cursos e etc.) das organizações indígenas nas diversas regiões do país, em suas iniciativas próprias e em processos de formação, para promoção de seus direitos sociais e qualificação das políticas públicas	Eventos	150	0	0	0
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1.1	Nacional	Eventos	150	0	0	0

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Apoiar a realização de 150 eventos (seminários, reuniões, cursos e etc.) das organizações indígenas nas diversas regiões do país, em suas iniciativas próprias e em processos de formação, para promoção de seus direitos sociais e qualificação das políticas públicas.

Fonte: SIOP

2.2.1.2 Análise Situacional

Preliminarmente, cumpre registrar que os resultados das Metas “quantitativas” e “qualitativas” encontram-se devidamente apresentados no **item 2.2.1** do presente Relatório.

PROGRAMA 2035

➤ **OBJETIVO 0669:** “Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.”

Iniciativa 02HW: Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias e Pintando a Cidadania).

Ações:

- 20JP (Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte Educacional e de Esporte e Lazer);
- 20JQ (Realização e Apoio a Competições e Eventos de Esporte e Lazer);
- 2362 (Produção de Material Esportivo por Detentos – Pintando a Liberdade).

Iniciativa 02HZ: Fomento à pesquisa, publicação, difusão do conhecimento e desenvolvimento de ações de formação e diagnósticos de políticas de esporte e lazer.

Ação:

- 20JS (Fomento à pesquisa, memória, difusão e formação em Políticas Sociais de Esporte e Lazer).

Iniciativa 02IO: Implantação de Ações de Esporte e Lazer como legado social dos grandes eventos.

Ação:

- 20JR (Desenvolvimento de Ações de Esporte e Lazer como Legado Social dos Grandes Eventos).

- Com relação à **Meta 1** “*Incluir nas diretrizes dos programas relacionados ao esporte, lazer e atividade física a equidade de gênero e raça*”, em 2013 manteve-se todas as ações implementadas/informadas em 2012, quais sejam:

(1) Capítulo do livro Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo com o tema “Corpo, Gênero e Sexualidade – Educando para a diversidade”; (2) Consolidação “da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social” nas Diretrizes do PST Padrão de 2012, no item “o que se espera com o desenvolvimento dos Projetos”, incluindo-se raça e gênero em sentido macro; (3) Capacitações de pessoal com orientações voltadas ao tema; (4) Inserido nas Diretrizes do Esporte da Escola (PST no Mais Educação – desenvolvido em parceria com o MEC) o objetivo específico de “Promover a inclusão, minimizando as desigualdades e qualquer tipo de discriminação por condições físicas, sociais, de raça, de gênero, de cor ou de qualquer natureza que limitem o acesso à prática esportiva”; (5) Nas Diretrizes do PELC o objetivo de ampliar ações de democratização do acesso a conhecimentos e práticas de esporte e lazer, considerando direitos sociais de todos os cidadãos, assim como fomentar ações integradas com as demais políticas públicas, com vistas à promoção de inclusão social e do desenvolvimento humano;

Em complemento, foi realizado o **Seminário Nacional “Mulheres, Esporte e Lazer e Políticas Públicas”**, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, com o objetivo de

apresentar as políticas formuladas que integram o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; oportunizar o contato com importantes pesquisadoras do país em torno desse tema e com atletas e ex-atletas ocupando outras funções no mundo do esporte, assim como tratar dos desafios e oportunidades para as mulheres brasileiras na atualidade, incluindo a realização dos grandes eventos esportivos.

- No tocante à **Meta 2** “*Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas ao seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social (Segundo Tempo), beneficiando 1.296.000 nas capitais e municípios com mais de 1000 habitantes e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação*”, **os resultados alcançados em 2013 indicam o atendimento de 4.061.861 crianças e jovens.**

Tal resultado corresponde a **92,65%** da realização da meta como um todo, considerando a previsão de atendimento de 7.432.960 até 2015.

Em face do obtido no exercício anterior (aproximadamente 2,4 milhões em 2012), verifica-se uma **majoração de 1.661.861** do acesso ao esporte por crianças, adolescentes e jovens escolares, correspondendo a aproximadamente **55%** de aumento frente ao total do exercício anterior.

Ademais, tendo por referência a projeção/quantidade de atendimento prevista no Relatório de Gestão 2010 para o exercício de 2013 (3.303.537,75), verifica-se que foi possível **superar em mais 23%** a meta de ampliar 50% ao ano o atendimento do PST.

- Acerca da **Meta 3** “*Criar 228 projetos esportivos de Legado Social dos Grandes Eventos - Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, voltados à inclusão social, juventude e educação*”, **em 2013 foram formalizados 65 projetos específicos**, destinados ao atendimento das 12 cidades e regiões metropolitanas, voltadas para o Legado Social Esportivo e de Lazer nas Cidades-Sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e suas regiões metropolitanas, totalizando:

- **16** do PST (Ação Orçamentária **20JP**);
- **06** do Vida Saudável (Ação Orçamentária **20JP**);
- **19** do PELC (Ação Orçamentária **20JP**);
- **23** Eventos (Ação Orçamentária **20JQ**), como legado dos megaeventos;
- **01** Livro “Legados do Esporte Brasileiro” (Ação Orçamentária **20JS**).

Desta forma, somando-se o total de 65 projetos de 2013, com o quantitativo de 25 projetos de legado obtido em 2012, obtém-se 90 projetos como resultado realizado até 2013, o que corresponde a **39,47%** do previsto.

Conforme se pode verificar, os resultados apresentam avanço em face do exercício anterior, no qual essa meta restou prejudicada em função do substancial corte orçamentário.

- Já com relação à **Meta 4** “*Criar projetos de esporte e atividade física que contribuam com a promoção da saúde e da qualidade de vida da população, com atenção especial aos idosos nos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer nas 27 capitais e 553 municípios.*”, **em 2013 foram atendidas 2 capital e 60 municípios (por meio de 23 projetos formalizados).**

Assim, somando-se tal resultado aos projetos de 2012 (**31 municípios** por meio de 31 projetos, tem-se o total de **1 capital** e **91 municípios** (54 projetos criados até 2013), o que corresponde ao alcance de **15,86%** da meta estabelecida.

Convém destacar que em 2013 houve um aumento relevante do número de municípios atendidos, além do número de núcleos/beneficiados por projeto (objetivando o Legado Social), razão pela qual resta evidente a evolução do Programa.

- Por fim, com relação à **Meta 5** “*Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.*”, **em 2013 foram atendidos 103 municípios (por meio de 35 projetos empenhados/publicados).**

Somando-se tal resultado ao de 2012 (**34 municípios** por meio de 34 projetos, tem-se o total de **137 projetos** criados até 2013.

Em face da meta prevista no PPA 2012-2015 (criar projetos em 553 municípios), computa-se que foi atingido o percentual de **24,77%** em 2 anos.

Ainda no âmbito do PELC, foram formalizadas **09 parcerias por meio de Emendas Parlamentares** (todas com Prefeituras Municipais), totalizando 09 municípios e 19.280 beneficiados.

➤ **OBJETIVO 0686:** Coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados.

Iniciativa 0210: Apoio às ações necessárias para promoção, preparação, organização, realização e legado da Copa do Mundo FIFA 2014 e Copa das Confederações FIFA 2013, tais como: ações especiais de promoção e de participação em eventos internacionais para a divulgação do Brasil como país sede da Copa do Mundo FIFA 2014, bem como eventos e campanhas nacionais; realização e atualização de estudos, levantamentos e pesquisas de dados e informações (quantitativos e qualitativos), com vistas a subsidiar a organização da Copa do Mundo 2014; contratação de serviços especializados de consultoria; criação, implantação e gestão de sistema de monitoramento das ações relativas à organização da Copa do Mundo FIFA 2014, com abrangência nas três esferas de Governo; apoio às ações de inteligência e segurança pública; aquisição/locação de equipamentos e serviços de manutenção de instalações esportivas; despesas diversas com outros serviços necessários. Visando, dessa forma, coordenar e acompanhar a preparação do Brasil para a Copa do Mundo FIFA 2014.

Ação:

- 20DB - Apoio à Realização da Copa do Mundo FIFA 2014

- Para esse objetivo foi estabelecida a **Meta 1** de “*Apoiar o programa de voluntariado da Copa do Mundo FIFA 2014, com mobilização de 30 mil voluntários*”, **cujo cumprimento foi iniciado em 2013 por meio do Programa de Voluntariado, o qual alcançou o percentual de 14,28%.**

Inicialmente trabalhou-se com a meta de mobilização de 30 mil voluntários do programa, sendo a meta de 7 mil voluntários na Copa das Confederações 2013 e 23 mil voluntários para a Copa do Mundo FIFA 2014.

Durante o ano de 2013, foram sensibilizadas **43 mil pessoas** para participar do programa, com a seleção de **13 mil candidatos** para participar dos cursos de capacitação à distância. Destes, **7 mil** se mostraram aptos a participar da capacitação presencial.

Ao final de todo o processo de capacitação, foram convocados **4.285 voluntários** para atuar na Copa das Confederações.

Após a experiência da Copa das Confederações, as metas de mobilização para o ano de 2014 foram ajustadas de 23 mil para 18 mil voluntários, visto que foi constatado que o quantitativo de 1.500 voluntários por cidade-sede supre a necessidade local de apoio voluntário ao evento Copa do Mundo FIFA 2014.

PROGRAMA 2065

➤ **OBJETIVO 0964:** “Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.”

Iniciativa 0428: Promover o acesso as políticas de proteção e promoção social dos povos indígenas, através da gestão compartilhada, articulação intersetorial com participação indígena e da adequação das políticas sociais do Estado Brasileiro, considerando-se as especificidades étnico-culturais e territoriais e as perspectivas de gênero e geracional destes povos.

Ação 2494:

- Realização dos Jogos dos Povos Indígenas.

- Para esse objetivo foi estabelecida a **Meta 1** de “*Apoiar a realização de 150 eventos (seminários, reuniões, cursos e etc.) das organizações indígenas nas diversas regiões do país, em suas iniciativas próprias e em processos de formação, para promoção de seus direitos sociais e qualificação das políticas públicas*”, a qual não foi possível o cumprimento, em face da limitação orçamentária.

Embora tenha ficado sob a responsabilidade desta UJ o cumprimento da referida meta, por meio da Ação 2494, na qual foi destinado o orçamento de R\$ 100.000,00, tal recurso não se fez suficiente para a realização de eventos.

Ressalte-se que em 2013 a gestão executou o evento “Jogos dos Povos Indígenas” por meio da Ação 20JQ, no valor de R\$ 2.999.444,13.

2.2.2 Ações

Preliminarmente, cumpre destacar **que não há conteúdo** a declarar nos subitens abaixo relacionados (determinados no Anexo II da DN TCU nº 127/2013 e cuja numeração corresponde à Portaria TCU nº 175/2013), devido os seguintes motivos:

- **2.2.2.2 Ação/Subtítulos – OFSS:** A SNELIS não é responsável por nenhum subtítulo da ação;
- **2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS:** Não teve movimentação em ação não prevista em LOA;
- **2.2.3.4 Ações – Orçamentos de Investimento – OI:** A SNELIS não teve ação de investimento prevista em LOA.

2.2.2.1 Ações – OFSS

QUADRO A.2.2.2.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
Código	20JP			Tipo: Atividade		
Título	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social					
Iniciativa	Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias, Pintando a Cidadania, Legados Sociais dos Grandes Eventos)					
Objetivo	Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.				Código: 0669	
Programa	Esporte e Grandes Eventos Esportivos			Código: 2035	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	51101 – Ministério do Esporte					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
197.555.158	191.918.158	93.413.045	23.946.565	23.761.156	185.409	69.466.480
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa Beneficiada			Unidade	7.673.000	7.673.900	4.701.100
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
29.000.890	13.203.421	14.284.045	Pessoa Beneficiada	Unidade	100.454	

Identificação da Ação						
Código	20JQ				Tipo: Atividade	
Título	Realização e Apoio a Eventos e Competições de Esporte Participativo e de Esporte Escolar					
Iniciativa	Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias, Pintando a Cidadania, Legados Sociais dos Grandes Eventos)					
Objetivo	Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.				Código: 0669	
Programa	Esporte e Grandes Eventos Esportivos Código: 2035 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	51101 – Ministério do Esporte					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
31.525.000	37.462.000	25.852.827	18.728.093	18.728.093	0	7.124.733
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsão	Reprogramado	Realizado	
Evento apoiado		Unidade	20	20	21	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.656.712	248.703	1.402.162	Evento apoiado	Unidade	5	

Identificação da Ação							
Código	20JS			Tipo: Atividade			
Título	Fomento à Pesquisa, Memória, Difusão e Formação em Políticas Sociais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social.						
Iniciativa	Fomento à pesquisa, publicação, difusão do conhecimento e desenvolvimento de ações de formação e diagnósticos de políticas de esporte e lazer.						
Objetivo	Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.				Código: 0669		
Programa	Esporte e Grandes Eventos Esportivos Código: 2035 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	51101 – Ministério do Esporte						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
3.300.000	3.300.000	2.901.343	1.897.737	998.235	899.502	1.003.606	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto apoiado			Unidade		30	30	15
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
99.349	99.349	0	Projeto apoiado		Unidade	4	

Identificação da Ação						
Código	2494				Tipo: Atividade	
Título	Realização dos Jogos dos Povos Indígenas					
Iniciativa	Promover o acesso às políticas de proteção e promoção social e ambiental dos povos indígenas, através da gestão compartilhada, articulação intersetorial com participação indígena e da adequação das políticas sociais do Estado Brasileiro, considerando-se as especificidades étnico-culturais e territoriais, o etnodesenvolvimento e as perspectivas de gênero e geracional destes povos					
Objetivo	Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.				Código: 0948	
Programa	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas Código: 2065 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	Ministério da Justiça					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
100.000	100.000	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Etnia Beneficiada		Unidade	16	16	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
99.000	0	102.190	Etnia Beneficiada	Unidade	0	

2.2.2.2 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

QUADRO A.2.2.2.2 – AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2013 - RESTOS A PAGAR – OFSS

Identificação da Ação					
Código	4377		Tipo: Atividade		
Título	Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional.				
Iniciativa	02HW - Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer.				
Objetivo	Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens. Código:				
Programa	Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo			Código: 8028	
	Tipo:				
Unidade Orçamentária	51101 – Ministério do Esporte				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
58.850.616,12	20.556.790,26	35.064.470,55	-	-	-

Identificação da Ação					
Código	2362		Tipo:		
Título	Produção de Material Esportivo por Detentos - Pintando a Liberdade.				
Iniciativa					
Objetivo	Contribuir para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e por populações em situação de vulnerabilidade social Código:				
Programa	Inclusão Social pelo Esporte		Código: 2035	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	51101 – Ministério do Esporte				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.009.777,000	0,00	1.009.777,00	-	-	-

2.2.2.3 Análise Situacional

Relacionada à execução da ação 20JP considera-se significativo o empenho de cerca de 60% do valor previsto na ação levando em conta as emendas parlamentares, tendo sido usado todo limite orçamentário liberado, mas ainda reiterando a dificuldade na execução das emendas por dificuldades entre a intenção parlamentar e a decisão das gestões locais em apresentação das proposta e conclusão dos processos de celebração das parcerias. Vale ainda destacar o grande valor de empenhos não liquidados por falta de limite financeiro, sendo os mesmos inscritos em Restos a Pagar para 2014. As metas físicas foram reprogramas em função da queda de execução em 2012, que inviabilizou o crescimento de 50% por ano conforme inicialmente previsto, além da nova metodologia de registro das metas físicas no Programa Esporte e Lazer da Cidade também contemplado nessa mesma ação. Tal reprogramação encontra-se registrada e justificada no SIOP.

Relacionada à execução da Ação 20JQ, considera-se significativo o empenho de cerca de 70% do valor previsto e reajustado na ação, levando em conta as emendas parlamentares, tendo sido usado todo limite orçamentário liberado, mas ainda reiterando a dificuldade na execução das emendas por dificuldades entre a intenção parlamentar e a decisão das gestões locais em apresentação das proposta e conclusão dos processos de celebração das parcerias. Vale ainda destacar que os empenhos não liquidados referem-se as emendas que foram celebradas ao final do exercício com datas previstas de realização para o ano de 2014, tendo tido seus empenhos inscritos em Restos a Pagar para 2014.

Relacionada à execução da ação 20JS, considera-se significativo o empenho de cerca de 90% do valor previsto, levando em conta a emenda parlamentar, tendo sido usado a integralidade dos recursos do orçamento e apenas não executando o valor previsto para a emenda, reiterando a dificuldade na execução das emendas por dificuldades entre a intenção parlamentar e a decisão das gestões locais em apresentação das proposta e conclusão dos processos de celebração das parcerias. Vale ainda destacar que o maior volume de recurso foi executado no Termo de Cooperação junto ao CNPq para realização do Edital de fomento a pesquisa e parte desse recurso empenhado não foi executado ainda pelo CNPq, e apenas 3 eventos/projetos foram apoiados, celebrados e pagos em 2013.

Apenas na ação 2494 à execução orçamentário, física e financeira não foi efetivada.

O Objeto das ações 4377 e 2362 passaram a ser tratados na ação 20JP a partir de 2013, os valores apresentados foram previstos em parcerias formalizadas em anos anteriores que se mantiveram vigentes em 2013 e portanto tiveram os valores reinscritos.

2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Embora não tenham sido desenvolvidos Indicadores, convém destacar alguns resultados qualitativos nas ações implantadas pela gestão em 2013, dentre eles:

- O volume de propostas apresentadas nos Editais dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável;
- O volume de pesquisas apresentadas no Edital do CNPq;
- A iniciativa de Legado Social Esportivo, levando os Programas para as cidades sedes da Copa do Mundo de 2014, resignificando o olhar dos parceiros ao papel dos Mega Eventos no processo de democratização do esporte e lazer como direito social;
- A retomada na execução orçamentária, financeira e física da Secretaria;
- A reorganização das equipes, procedimentos, fluxos com vistas à qualificação e à agilidade da gestão na implementação dos programas e ações;
- A consolidação das parcerias com Universidades nas estratégias de acompanhamento pedagógico e capacitação dos recursos humanos;
- A qualificação das parcerias com os Ministérios da Defesa e da Educação, com vistas à efetivação de Política estruturante para o esporte educacional;
- A estruturação da plataforma de EaD para ampliação da abrangência nos processos de capacitação de recursos humanos;
- A simplificação no processo de celebração das parcerias;
- Qualificação das gestões locais através do processo de capacitação gerencial aos parceiros de nossos programas.

3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS						VALORES				
Ambiente de Controle						1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.										x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.									x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.									x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.								x		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.									x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.										x
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.									x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.									x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.										x
Avaliação de Risco						1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.										x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.							x			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.							x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.							x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.							x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.							x			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.									x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.								x		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.									x	
Procedimentos de Controle						1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.									x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.									x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios										x

que possam derivar de sua aplicação.					
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		x			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		x			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		x			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		x			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	

Análise Crítica:

1) Sobre os elementos do tópico “Ambiente de Controle”: Importa destacar que todos os procedimentos de controles implementados no âmbito de todos os programas de responsabilidade da SNELIS, abrangendo desde a formalização das parcerias, passando pelo acompanhamento até a avaliação das Prestações de Contas (os quais se encontram devidamente detalhados nos itens de cada programa que compõem este Relatório de Gestão), são essenciais e demonstram o empenho da gestão em exercer controle sobre suas ações, com vistas ao alcance dos objetivos pretendidos e da correta aplicação dos recursos públicos investidos.

No sentido de fortalecer ainda mais esse ambiente, no exercício de 2013 a gestão voltou suas Equipes para participação em diversos eventos (a exemplo de reuniões e capacitações), de forma a assegurar o respectivo envolvimento em situações de crise, tomada de decisões, diagnósticos, assuntos afetos a outras áreas, e, por consequência, promover a integração de informações, troca de experiências e aprimoramento de instrumentos/fluxos internos.

Ainda nesse sentido, em 2013 a comunicação entre as áreas também estreitada com a mudança de layout (retirando-se as divisórias de todas as salas e com isso aproximando demandas/recursos humanos) e com a redução de procedimentos formais (especialmente relativos à comunicação interna).

Contudo, cabe registrar que algumas áreas que tiveram sua criação mais recente (CGPEIN e CGJEV) ainda precisam ser fortalecidas.

De outra parte, embora a estrutura formal da SNELIS (decorrente da junção da SNDEL e SNEED) tenha sido aprovada pelo Decreto nº 7.529/2011 (e posteriormente pelos Decretos nºs 7.784/2012 e 7.985/2013), houve readequação de forma a se alinhar às novas metas e aos novos objetivos apresentados à unidade (diante do novo ciclo de gestão que se estabelecerá no próximo exercício, em decorrência do PPA 2012 – 2015), o que de sobremaneira influencia na avaliação dos itens “7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.” e “8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.” do presente quadro.

2) Sobre os elementos do tópico “Avaliação de Riscos”: Os programas sob a gestão da SNELIS estão contemplados no Programa 2035, cujos objetivos e metas vinculados estão devidamente previstos no PPA 2012-2015.

Quanto aos riscos, embora a gestão os tenha mapeado e tratado em 2013, no sentido de dirimi-los nas políticas públicas implementadas, há que se considerar que a falta de Planejamento Estratégico - objeto de avaliação dos itens 1.4, 1.5 e 2.1 do presente Relatório de Gestão – não favoreceu avaliações/diagnósticos precisos para mensuração, classificação e deliberações mais pontuais.

Acerca de fraudes e desvios, nunca foi comprovada qualquer relação efetiva com processos internos da unidade. Contudo, mesmo considerando que os procedimentos de controle implementados por esta UJ são efetivos, a análise dos processos é meramente documental e, portanto, não há como garantir a inexistência de fraude no âmbito das entidades parceiras, até porque não há ingerência da SNELIS/ME sobre os seus atos, ficando as entidades obrigadas a cumprir a legislação aplicável. Diante desse contexto, não houve qualquer caso que ensejasse a instauração de sindicância.

3) Sobre os elementos do tópico “Procedimentos”: De forma geral, a SNELIS tem implementado diversos mecanismos de controle desde a formalização, passando pelo acompanhamento até a Prestação de Contas de todos os programas sob a sua gestão. Ressalta-se que os custos relacionados foram devidamente balizados na realidade de mercado (menor preço) e na viabilidade (frente ao volume de recursos aportados nas parcerias), a exemplo dos processos de capacitação e monitoramento “in loco”.

4) Sobre os elementos do tópico “Informação e Comunicação”: Importa destacar que, além dos controles e sistemas internos implementados, em 2013 foi alimentado de forma sistemática o SICONV (destacando-se os módulos de execução e prestação de contas), bem como as Planilhas GAIA (posicionando mensalmente a Presidenta da República sobre o andamento das ações desta UJ) e do Ministro (posicionando semanalmente a instância máxima deste ME também sobre o andamento das ações desta UJ).

Ressalta-se, ainda, que o conjunto desses registros de informações permitiu, ao longo do exercício de 2013, a tomada de decisões sobre a formalização ou não de parcerias; liberação ou não de pagamentos; concessão ou não de autorização para início das atividades; rescisão e/ou reprovação de contas, entre outras.

5) Sobre os elementos do tópico “Monitoramento”: Embora esta UJ disponha, além do SICONV e SIAFI, de vários sistemas desenvolvidos especificamente para os projetos de sua competência, ainda há dificuldades para a avaliação interna e sistemática, bem como para o processamento de informações requeridas. Portanto, embora haja mecanismos, instrumentos e sistemas apropriados, a gestão reconhece a necessidade de avaliação sistemática, aprimoramento e direcionamento para melhorar o uso, inclusive mediante a precisão de “fontes de pesquisa”, de forma a assegurar a agilidade e a precisão dos dados levantados pelas diversas áreas internas.

3.2 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

Conforme informado anteriormente no Relatório de Gestão 2013, nos últimos anos houve um esforço da gestão em desenvolver indicadores específicos para o Segundo Tempo. Entretanto, a partir da criação da SNEIS e a incorporação de novos programas e ações, tornou-se necessário estabelecer indicadores para todos os programas, o que se daria no escopo da proposta de planejamento estratégico, ainda não realizado como tratado no **item 1.4** do presente Relatório.

Assim, ainda estão sendo utilizados os indicadores estabelecidos para o acompanhamento **das 07 metas previstas no PPA 2012-2015 (sendo 05 relativas ao Objetivo 0669, 01 ao Objetivo 0948 e 01 ao Objetivo 0686)**, com seus respectivos métodos de aferição, os quais foram utilizados para fins de apuração do alcance dos resultados pretendidos, conforme a seguir apresentado:

PROGRAMA 2035

➤ **Objeto 0669:** “Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.”

- **META 1:** “Incluir nas diretrizes dos programas relacionados ao esporte, lazer e atividade física a equidade de gênero e raça.”

INDICADOR: Programa com Diretrizes contemplando a equidade de gênero e raça.

MÉTODO DE APURAÇÃO: Verificar no texto das Diretrizes dos projetos de esporte, lazer e atividade física, a inserção da equidade de gênero.

RESULTADOS: Conforme já informado/detalhado no item 2.2.1 do presente, Em 2013 manteve-se as 05 as ações implementadas/informadas em 2012; e realizado o Seminário Nacional “Mulheres, Esporte e Lazer e Políticas Públicas”.

- **META 2:** “Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas ao seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social (Segundo Tempo), beneficiando 1.296.000 nas capitais e municípios com mais de 1000 habitantes e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação.”

INDICADOR: Beneficiado atendido por região.

MÉTODO DE APURAÇÃO: Levantamento realizado por meio do cadastramento dos beneficiados em quantitativos do Sistema do Segundo Tempo e Sistema do MEC, o SIMEC, por região.

RESULTADOS: Conforme já informado/detalhado no item 2.2.1 do presente, os resultados alcançados em 2013 indicam o atendimento de 4.061.861 crianças e jovens, correspondendo a 92,65% da realização da meta como um todo (PPA 2012-2015).

- **META 3:** “Criar 228 projetos esportivos de Legado Social dos Grandes Eventos – Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, voltados à inclusão social, juventude e educação.”

INDICADOR: Projeto de legado implantado.

MÉTODO DE APURAÇÃO: Levantamento das implantações de projetos de legado: relatórios gerenciais do Ministério do Esporte com a implantação de projetos de legado sociais dos grandes eventos nas cidades indicadas.

RESULTADOS: Conforme já informado/detalhado no item 2.2.1 do presente, em 2013 foram formalizados 65 projetos de legado, os quais somados aos 25 projetos de 2012, obteve-se 90 projetos como resultado realizado até 2013, correspondendo a **39,47%**.

- **META 4:** “Criar projetos de esporte e atividade física que contribuam com a promoção da saúde e da qualidade de vida da população, com atenção especial aos idosos nos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer nas 27 capitais e 553 municípios.”

INDICADOR: Projeto de esporte e atividade física implantado.

MÉTODO DE APURAÇÃO: Levantamento das implantações de projetos de esporte e atividade física: relatórios gerenciais do Ministério do Esporte com a implantação de esporte e atividade física nas capitais e nos municípios indicados.

RESULTADOS: Conforme já informado/detalhado no item 2.2.1 do presente, em 2013 foram atendidas 1 capital e 60 municípios (por meio de 23 projetos formalizados), os quais somando-se ao resultado de 2012 (**31 municípios** por meio de 31 projetos – fonte Relatório de Gestão), tem-se o total de **1 capital** e **91 municípios** (54 projetos criados até 2013), o que corresponde ao alcance de **15,86%** da meta estabelecida.

- **META 5:** “Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC – Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.”

INDICADOR: Municípios atendidos com núcleos de esporte e lazer por região

MÉTODO DE APURAÇÃO: Resultado do levantamento dos sistemas gerenciais do Ministério quanto aos núcleos implantados e municípios atendidos, por região.

RESULTADOS: Conforme já informado/detalhado no item 2.2.1 do presente, em 2013 foram atendidos 103 municípios (por meio de 35 projetos empenhados/publicados), os quais somados ao resultado de 2012 (34 municípios por meio de 34 projetos), tem-se o total de 137 projetos criados até 2013. Em face da meta prevista no PPA 2012-2015 (criar projetos em 553 municípios), computa-se que atingido o percentual de **24,77%** em 2 anos.

PROGRAMA 2035

- **Objetivo 0686** : Coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados.

- **META 1:** *“Apoiar o programa de voluntariado da Copa do Mundo FIFA 2014, com mobilização de 30 mil voluntários”*

INDICADOR: Iniciativa apoiada

MÉTODO DE APURAÇÃO: Iniciativa que concorra para a preparação do país para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos correlatos.

RESULTADOS: Conforme já informado/detalhado no item 2.2.1 do presente, o cumprimento foi iniciado em 2013 por meio do Programa de Voluntariado, o qual convocou **4.285 voluntários** para atuar na Copa das Confederações e alcançou o percentual de 14,28%.

PROGRAMA 2065

- **Objetivo 0964:** “Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.”

- **META 1:** *“Apoiar a realização de 150 eventos (seminários, reuniões, cursos e etc.) das organizações indígenas nas diversas regiões do país, em suas iniciativas próprias e em processos de formação, para promoção de seus direitos sociais e qualificação das políticas públicas”.*

INDICADOR: Etnia beneficiada

MÉTODO DE APURAÇÃO: Realização e apoio a projetos em parcerias para a execução de atividades esportivas vinculadas às manifestações de caráter e raízes culturais dos povos indígenas das diversas etnias do país.

RESULTADOS: A referida meta não foi executada pela Ação 2494, na qual foi destinada o orçamento de R\$ 100.000,00, em virtude da insuficiência dos recursos destinados. Em 2013 a gestão executou o evento “Jogos dos Povos Indígenas” por meio da Ação 20JQ, no valor de R\$ 2.999.444,13.

4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Execução das despesas

4.1.1 Programação

QUADRO A.4.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária : Ministério do Esporte			Código UO: 51101		UGO: 180002	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			-	-	216.870.158	
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	20.783.000	
	Especiais	Abertos	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	
	Créditos Cancelados		-	-	10.128.000	
Outras Operações			-	-	-	
Dotação final 2013 (A)			-	-	227.525.158	
Dotação final 2012 (B)			-	-	243.834.535	
Variação (B/A-1)*100			-	-	11	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras	
DOTAÇÃO INICIAL			15.510.000	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		425.000	-	-	-
	Especiais	Abertos	0	-	-	-
		Reabertos	0	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	0	-	-	-
		Reabertos	1.433.334	-	-	-
	Créditos Cancelados		12.213.334	-	-	-
Outras Operações			0	-	-	-
Dotação final 2013 (A)			5.155.000	-	-	-
Dotação final 2012 (B)			8.900.953	-	-	-
Variação (A/B-1)*100			74	-	-	-

4.1.1.1 Análise Crítica

O **Quadro A.4.1.1** aponta a dotação inicial e a dotação final, levando em conta os valores previstos na LOA e os créditos referentes às emendas parlamentares e as movimentações feitas entre ações durante o ano.

Nos valores previstos para despesas em investimentos o valor apontado se deu em função dos erros de GND na apresentação das emendas junto a Ação 20JP, que ocasionou providências de alteração no decorrer do exercício e se traduziu em impedimento para celebração das parcerias e execução dos valores apresentados. Tal equívoco se dá pela confusão na indicação de emendas para execução de obras que são recepcionadas por outra ação orçamentária 5450 que não está sob responsabilidade da SNELIS.

A variação do ano de 2012 para 2013 em custeio é negativa em função da queda no orçamento fruto da baixa execução e em capital é positiva, em função do erro em GND conforme apontado acima.

Portanto a soma geral dos valores de 2013 (R\$ 232.380.158,00) tiveram uma redução em relação a 2012 (R\$ 252.735.488,00) em função da baixa execução.

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Preliminarmente, cumpre destacar **que não há conteúdo** a declarar no subitem **4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa** (determinado no Anexo II da DN TCU nº 127/2013 e cuja numeração corresponde à Portaria TCU nº 175/2013), devido a inexistência de Movimentação Orçamentária Interna no exercício.

QUADRO A.4.1.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	180002	110407	27812203520JP	-	-	2.649.603
Concedidos	180002	153037	27812203520JP	-	-	84.010
Concedidos	180002	153045	27812203520JP	-	-	10.800
Concedidos	180002	153052	27812203520JP	-	-	12.298
Concedidos	180002	153114	27812203520JP	-	-	8.000.000
Concedidos	180002	153115	27812203520JP	-	-	31.762
Concedidos	180002	153278	27812203520JP	-	-	2.336.747
Concedidos	180002	153080	27812203520JP	-	-	2.400
Concedidos	180002	154040	27812203520JP	-	-	26.400
Concedidos	180002	154045	27812203520JP	-	-	24.010
Concedidos	180002	158303	27812203520JP	-	-	81.591
Concedidos	180002	158323	27812203520JP	-	-	55.524
Concedidos	180002	158145	27812203520JP	-	-	18.682
Concedidos	180002	158129	27812203520JP	-	-	5.400
Concedidos	180002	153278	27812203520JQ	-	-	237.600
Concedidos	180002	110407	27812203520JQ	-	-	930.223
Concedidos	180002	154040	27812203520JS	-	-	1.037.352
Concedidos	180002	364102	27812203520JS	-	-	1.584.174
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	180002	110407	27812203520JP	13.000	-	-
Concedidos	180002	153061	27812203520JP	3.693	-	-
Concedidos	180002	154041	27812203520JP	5.396	-	-
Concedidos	180002	158303	27812203520JP	7.781	-	-
Concedidos	180002	158323	27812203520JP	31.438	-	-
Concedidos	180002	364102	27812203520JS	299.748	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-

4.1.3 Realização da Despesa

Preliminarmente, cumpre destacar **que não há conteúdo** a declarar nos subitens abaixo relacionados (determinados no Anexo II da DN TCU nº 127/2013 e cuja numeração corresponde à Portaria TCU nº 175/2013), devido os seguintes motivos:

- **4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ:** Informação de competência da DGI;
- **4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidades de Contratação – Créditos de Movimentação:** Não houve execução de créditos recebidos por movimentação interna e externa.

4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

QUADRO A.4.1.3.1– DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária: Ministério do Esporte		Código UO: 51101		UGO: 180002
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	2.897.556	7.696.790	2.792.439	7.639.759
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	2.897.556	7.696.790	2.792.439	7.639.759
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	3.220.687	3.095.341	3.177.350	3.085.934
h) Dispensa	3.131.577	2.876.995	3.090.664	2.868.730
i) Inexigibilidade	89.110	218.346	86.686	217.204
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	28.949.053	-	28.182.847	-
k) Pagamento em Folha	27.565.039	-	26.802.000	-
l) Diárias	1.384.014	-	1.380.847	-
5. Outros	38.454.152	15.570.344	37.517.695	13.439.836
6. Total (1+2+3+4+5)	73.521.449	26.362.475	71.670.331	24.165.529

Fonte: SIAFI Gerencial/Operacional

4.1.3.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

QUADRO A.4.1.3.2 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária: Ministério do Esporte					Código UO: 51101		UGO: 180002	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Nome 1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes								
339039 - Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	13.081.431,42	8.987.647,00	12.322.963,81	5.691.883,00		3.292.764,00	12.279.117,58	5.670.305,00
335041 - Contribuições	14.822.642,62	12.335.621,00	14.645.162,62	9.049.659,00		3.240.962,00	14.645.162,62	6.923.420,00
334041 - Contribuições	86.848.445,92	31.974.139,00	13.493.208,42	9.824.410,00		22.149.729,00	13.493.208,42	9.824.410,00
Demais elementos do grupo	7.414.694,19	3.191.186,00	4.111.060,51	1.700.057,00		1.491.129,00	3.069.995,46	1.695.929,00
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
41 - Contribuições	299.748,62	-	299.748,62	-		-	-	-
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	537.128,50	-	433.816,00	-		-	433.816,00	-
52 - Equipamentos e Material Permanente	1.838.919,06	-	359.262,90	-		-	359.262,90	-
Demais elementos do grupo	60.995,99	-	16.147,60	-		-	16.147,60	-
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo								

6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial/Operacional

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

QUADRO A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

Unidade Orçamentária: Ministério do Esporte					Código UO: 51101		UGO: 180002	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Nome 1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes								
41 – Contribuições	101.671.088,54	8.987.647	28.138.371,07	5.691.883	73.532.715,50	3.292.764	28.138.371,04	5.670.305
39 - Outros serviços de terceiros	810.186,00	12.335.621	631.640,06	9.094.659	178.545,94	3.240.962	631.640,06	6.923.420
3º elemento de despesa	-	31.974.139	-	9.824.410	-	22.149.729	-	9.824.410
Demais elementos do grupo	-	3.191.186	-	1.700.057	-	1.491.129	-	1.695.929
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
41 - Contribuições	2.376.047,56		-	793.078,90	-	1.582.968,66	-	793.078,90
2º elemento de despesa	-		-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-		-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-		-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-		-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-		-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-		-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-		-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida								

1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial/Operacional

4.1.3.4 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.1.3.4 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Nome 1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes								
39 - Outros serviços de terceiros- PJ	12.271.245	-	12.271.245	-	2.953	-	12.271.245	-
30 - Material de Consumo	1.505.530	-	1.505.530	-	43.740	-	1.505.530	-
18 - Auxílio financeiro a estudantes	998.850	-	998.850	-	-	-	998.850	-
Demais elementos do grupo	2.173.522	-	2.173.522	-	132.738	-	2.173.522	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
20 - Auxílio financeiro a pesquisadores	299.749	-	299.749	-	-	-	299.749	-
52 - Equipamento e material permanente	60.996	-	60.996	-	314	-	60.996	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	299.749	-	299.749	-	-	-	299.749	-
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial/Operacional

4.1.3.5 Análise crítica da realização da despesa

Com a retomada da Coordenação Geral de Orçamento e Planejamento - COP, em 2013 foi efetivada uma metodologia de monitoramento dos recursos orçamentários e financeiros, o que possibilitou intervenções por parte da gestão para superação de dificuldades encontradas na execução no ano anterior.

Os destaques feitos à outros órgãos federais, passaram a ser monitorados para que fossem confirmados os empenhos, liquidações e pagamentos conforme pactuado, tendo sido encaminhadas diligências às entidades, sempre que necessário, para evitar devoluções dos destaques repassados ou mesmos as reinscrições em Restos a Pagar para o exercício subsequente.

Tal monitoramento proporcionou à gestão orientar as entidades sobre a execução conforme pactuado, ao tempo em que cada demanda de ajustes na forma da execução, no que diz respeito aos elementos de despesas para melhor execução das atividades necessárias para o atendimento a população, foi devidamente analisada e, na medida do possível, autorizada pela área técnica.

Ao final do ano o contingenciamento para execução em custeio de todo o orçamento da União impactou diretamente na execução orçamentária das parcerias dos Programas da SNELIS – firmadas com as Universidades e o Ministério da Defesa, tendo como desdobramento alterações na forma de execução, para assim evitar paralisações nas parcerias.

Assim como, foi efetivada uma metodologia de comunicação e monitoramento com o Departamento de Gestão Estratégica da Secretaria Executiva, para controle na execução do orçamento previsto em cada ação sobre responsabilidade da SNELIS. Nesse sentido, foram promovidas, sempre que necessário, solicitações de ajustes entre os valores previstos e descontingenciados e, com isso, foi possível executar a estratégia em curso de retomada da execução orçamentária e financeira, ampliando a abrangência dos convênios firmados junto aos Programas da SNELIS.

A liberação de novos limites para execução do orçamento, nos últimos dias do ano, também traz sem dúvidas grandes dificuldades na execução, pois a motivação e a tramitação dos processos até a efetiva celebração das parcerias e execução do orçamento muitas vezes não se confirma em função de falta de tempo hábil.

Outro destaque é o crescimento tanto na execução orçamentária como na execução financeira, contudo não na mesma proporção, pois com as celebrações confirmadas ao fim do ano muitos empenhos foram inscritos em Restos a Pagar para 2013 e por isso a execução financeira foi inferior à execução orçamentária.

4.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.2 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	2.196.945	2.196.852	-22	71
2011	10.147	10.147	-	-
2010	1.970,12	-	-	1.970
2009	54.461	-	-	54.461
2008	-	-	-	-
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	30.955.951	13.603.997	- 15.785.207	1.566.747
2011	59.903.664	20.352.821	-37.032.480,22	2.518.363
2010	1.084.445	317.078	-12.996	754.371
2009	-	-	-	-
2008	1.000	-	1.000	0

Fonte: SIAFI Gerencial/Operacional

4.2.1 Análise Crítica

O grande volume de restos a pagar se dá, em especial, em função da metodologia de pagamento das parcerias, qual seja; 2 (duas) parcelas, condicionando a liberação da 2ª parcela à confirmação do início do atendimento efetivo à população.

Portanto, antes da liberação da 2ª parcela as entidades parceiras têm uma série de providências a adotar, como medida prévia ao recebimento da autorização para iniciar as atividades – denominada de Ordem de Início, descritas nesse relatório no **Anexo 10 – Acompanhamento Operacional da Execução Física das Parcerias**.

Outra motivação para os restos a pagar se dá em função do volume de parcerias formalizadas no final do exercício que, por indisponibilidade de limite financeiro, ficam com o pagamento para o ano seguinte.

O quadro aponta que houve avanços na execução de Restos a Pagar de exercícios anteriores, fato ocorrido em função da decisão da gestão em estabelecer uma prazo máximo para que os convênios garantissem o início do atendimento à população, e para os casos em que o atendimento não fosse confirmado seriam rescindidos os convênios. Essa medida demandou uma atenção maior das entidades para a confirmação do início do atendimento e com isso foi possível contar o tempo para liberação de pagamento das 2ª parcelas pactuadas ainda em 2013.

Outro fator motivador para a liberação dos recursos foi o Decreto Presidencial nº 7654/2012, que estabeleceu limites para utilização dos empenhos até dois anos posterior, exceto para os casos em que as atividades tenham sido iniciadas nesse período – o que justificaria então a manutenção dos referidos empenhos. Com isso, para que os convênios não tivessem seus empenhos cancelados até junho de 2013 a equipe de acompanhamento operacional diligenciou e teve respostas significativas por parte das entidades conveniadas, com a efetivação do início do atendimento à população e com isso a liberação da 2ª parcela ainda no ano de 2013.

4.3 Transferências de Recursos

4.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO A.4.3.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Ministério do Esporte									
CNPJ: 02.973.091/0001-77						UG/GESTÃO: 180002			
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	002/2008	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	138.425,00	0,00	0,00	138.425,00	29/08/08	30/06/13	4
3	007/2012	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	158.700,00	0,00	158.700,00	158.700,00	07/07/15	07/02/15	1
3	010/2012	Universidade Federal de Sergipe	82.250,00	0,00	0,00	0,00	07/07/12	07/02/15	4
3	033/2011	Ministério da Defesa	14.773.000,00	0,00	1.523.289,30	5.643.354,89	29/03/11	31/12/14	1
3	107/2011	Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Bahia	39.800,00	0,00	2.566,78	2.566,78	26/09/11	31/12/13	1
3	108/2011	Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Baiano	39.800,00	0,00	0,00	1.997,40	22/09/11	31/12/13	1
3	112/2011	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais	19.900,00	0,00	2.700,00	9.093,29	22/09/11	31/12/13	1
3	114/2011	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano	39.800,00	0,00	5.400,00	5.400,00	22/09/11	31/12/13	1
3	115/2011	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	39.800,00	0,00	0,00	106,80	22/09/11	31/12/13	1
3	123/2011	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	39.800,00	0,00	0,00	0,00	11/10/11	31/12/13	1
3	147/2011	Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia	108.650,00	0,00	56.400,00	248.650,00	22/11/11	22/01/14	1

		Ocupacional/UFGM							
3	148/2011	Universidade Federal de Alfenas - PST Pessoa com Deficiência	216.300,00	0,00	86.299,90	129.912,75	22/11/11	22/01/14	1
3	151/2011	Universidade Federal de Santa Maria - PST Pessoa com Deficiência	216.300,00	0,00	0,00	26.400,00	24/11/11	24/01/14	1
3	152/2011	Universidade Federal de Pelotas/Deficiente	107.650,00	0,00	47.850,00	98.533,70	24/11/11	24/01/14	1
3	158/2011	Universidade Federal de Pernambuco - PST Pessoa com Deficiência	216.300,00	0,00	28.650,00	52.649,12	22/11/11	22/01/14	1
3	159/2011	Universidade Federal de Viçosa - PST Pessoa com Deficiência	216.300,00	0,00	0,00	215.968,04	22/11/11	22/01/14	1
3	161/2011	Universidade Tecnológica do Paraná - PST Pessoa com Deficiência	216.300,00	0,00	23.480,04	106.583,00	22/11/11	22/01/14	1
3	162/2011	Universidade Federal de Mato Grosso/Deficiente	107.650,00	0,00	0,00	107.650,00	22/11/11	22/01/14	1
3	165/2011	Universidade Federal de Roraima - PST Padrão	443.100,00	0,00	31.200,00	80.998,64	22/11/11	22/01/14	4
3	166/2011	Universidade Federal de Goiás - PST Pessoa com Deficiência	216.300,00	0,00	0,00	165.900,00	22/11/11	22/01/14	1
3	169/2011	Universidade Federal do ABC	108.650,00	0,00	20.000,00	20.000,00	24/11/11	24/01/14	1
3	171/2011	Universidade de Brasília	108.650,00	0,00	21.828,35	55.239,74	29/11/11	29/01/14	1
3	172/2011	Universidade Federal de Alagoas	108.650,00	0,00	0,00	0,00	24/11/11	24/01/14	1
3	173/2011	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	108.650,00	0,00	0,00	18.484,03	24/11/11	24/01/14	1
3	174/2011	Universidade Federal do Paraná	108.650,00	0,00	0,00	82.250,00	24/11/11	24/02/14	1
3	176/2011	Universidade Federal do Pará	108.650,00	0,00	0,00	108.650,00	24/11/11	24/01/14	1
3	177/2011	Universidade Federal de Juiz de Fora - PST Pessoa com Deficiência	216.300,00	0,00	83.100,00	135.100,00	24/11/11	24/01/14	1
3	181/2011	Universidade Federal do Ceará - PST Pessoa com Deficiência	216.300,00	0,00	39.600,00	121.850,00	30/11/11	30/01/14	1
3	183/2011	Universidade Federal do Espírito Santo	108.650,00	0,00	0,00	82.250,00	30/11/11	30/12/13	1
3	186/2011	Universidade Federal de São João Del Rei	108.650,00	0,00	24.450,00	77.600,00	30/11/11	30/01/14	1
3	187/2011	Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará	59.700,00	0,00	0,00	35.833,54	30/11/11	30/11/12	1
3	191/2011	Universidade Federal de Juiz de Fora - PST Padrão	1.802.700,00	0,00	0,00	0,00	05/12/11	05/02/14	4
3	193/2011	Universidade Federal do Rio de Janeiro	108.650,00	0,00	14.400,00	14.400,00	05/12/11	05/02/14	1
3	196/2011	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	19.900,00	0,00	0,00	0,00	06/12/11	06/12/12	1
3	201/2011	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	19.900,00	0,00	0,00	19.899,50	08/12/11	08/12/12	1
3	36/2013	Universidade Federal de Minas Gerais	438.000,00	0,00	76.400,00	76.400,00	20/09/201	20/11/20	1

							3	15	
1	217/2007	Paraná Esporte	5.869.010,00	1.633.600,00	0,00	5.869.010,00	31/12/07	17/10/13	6
1	281/2007	Secretaria de Estado de Esporte e da Juventude	8.095.400,00	4.335.200,00	0	8.095.400,00	31/12/07	12/01/13	4
1	446/2007	Prefeitura Municipal de Goiânia	2.791.145,00	534.600,00	0	2.791.145,00	31/12/07	28/06/13	4
1	702290/2008	Prefeitura Municipal de Nilópolis	2.032.600,00	79.140,00	0,00	2.032.600,00	31/12/08	16/05/13	4
1	702768/2008	Prefeitura Municipal de Ibiá	238.392,60	43.200,00	0,00	238.392,60	31/12/08	08/07/13	6
1	710832/2009	Prefeitura Municipal de Brejões	99.482,00	18.960,00	0,00	99.482,00	22/12/09	25/04/13	4
1	717891/2009	Prefeitura Municipal de Aquiraz	686.400,00	91.810,00	686.400,00	686.400,00	31/12/09	11/12/13	4
1	717920/2009	Prefeitura Municipal de Prado	127.000,00	25.980,00	0,00	127.000,00	31/12/09	31/07/13	4
1	717921/2009	Prefeitura Municipal de Capela do Alto Alegre	162.804,00	11.976,50	0,00	81.402,00	30/12/09	31/07/13	4
1	718222/2009	Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte	1.618.300,00	175.800,15	0,00	1.618.300,00	14/12/09	13/06/13	4
1	719312/2009	Prefeitura Municipal de Santa Bárbara D'oeste	353.500,00	68.750,00	0,00	353.500,00	24/12/09	13/02/13	4
1	719989/2009	Prefeitura Municipal de Matões	162.190,00	27.073,40	0,00	162.190,00	20/12/09	28/06/13	4
1	721164/2009	Prefeitura Municipal de Divinópolis	194.750,00	36.583,32	0,00	194.750,00	30/12/09	20/05/13	6
1	722279/2009	Prefeitura Municipal de Santa Luzia	1.654.290,00	147.695,00	1.062.723,14	1.062.723,14	29/12/09	30/07/13	4
1	722283/2009	Prefeitura Municipal de Alvorada	416.802,00	55.300,00	0,00	416.802,00	31/12/09	09/09/13	6
1	722288/2009	Prefeitura Municipal de Sertãozinho	290.000,00	43.080,00	0,00	290.000,00	31/12/09	31/12/13	4
1	722300/2009	Prefeitura Municipal de Suzano	669.800,00	111.250,00	0,00	669.800,00	30/12/09	11/07/13	6
1	722554/2009	Prefeitura Municipal de Botucatu	1.336.800,00	128.875,00	0,00	1.336.800,00	24/12/09	30/06/14	1
1	722557/2009	Prefeitura Municipal de Unaí	290.000,00	43.480,00	0,00	290.000,00	30/12/09	01/07/13	4
1	723429/2009	Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba	194.750,00	33.790,00	0,00	194.750,00	30/12/09	10/07/13	4
1	723432/2009	Governo do Estado do Amapá - Secretaria de Estado do Desporto e do lazer	3.931.800,00	812.044,80	0,00	1.965.900,00	30/12/09	01/11/13	4
1	724192/2009	Prefeitura Municipal de Amélia Rodrigues	159.000,00	21.800,00	0,00	159.000,00	28/12/09	25/04/13	4
1	725342/2009	Prefeitura Municipal de Matina	162.804,00	10.704,35	0,00	81.402,00	31/12/09	04/07/13	6
1	725507/2009	Prefeitura Municipal de Governador Valadares	272.000,00	47.305,00	0,00	272.000,00	31/12/09	08/08/13	4
1	725528/2009	Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer	6.792.752,00	757.326,40	3.865.964,52	3.865.964,52	31/12/09	31/12/13	4
1	725609/2009	Prefeitura Municipal de Rio Claro	353.500,00	53.650,00	0,00	353.500,00	31/12/09	10/06/13	4
1	725700/2009	Prefeitura Municipal de São José da Lapa	162.999,40	38.025,20	162.999,40	162.999,40	30/12/09	01/04/14	1
1	726117/2009	Prefeitura Municipal de Sobral	2.976.300,00	459.155,18	0,00	2.976.300,00	31/12/09	28/07/13	4
1	726119/2009	Prefeitura Municipal de Janaúba	164.800,00	20.044,00	0,00	164.800,00	30/12/09	01/03/13	4
1	726147/2009	Prefeitura Municipal de Maracanaú	916.500,00	360.971,50	916.500,00	916.500,00	30/12/09	28/02/13	4
1	726209/2009	Prefeitura Municipal de Graça	131.250,00	30.775,50	0,00	131.250,00	31/12/09	08/02/13	4
1	736407/2010	Prefeitura Municipal de General Sampaio	200.800,00	18.500,00	0,00	200.800,00	01/07/10	08/03/14	1

1	737657/2010	Prefeitura Municipal de Criciúma	1.656.600,00	170.992,08	1.656.600,00	1.656.600,00	02/07/10	01/05/14	1
1	738398/2010	Prefeitura Municipal de Francisco Morato	358.400,00	117.329,16	0,00	358.400,00	29/06/10	16/10/13	4
1	738550/2010	Prefeitura Municipal de Dourados	315.191,20	106.366,92	0,00	315.191,20	30/06/10	13/09/14	1
1	738834/2010	Prefeitura Municipal de Guarujá	849.228,96	181.491,84	0,00	849.228,96	26/06/10	30/08/14	1
1	739424/2010	Prefeitura Municipal de Ceres	279.300,00	24.400,00	0,00	279.300,00	30/06/10	28/01/13	4
1	739426/2010	Prefeitura Municipal de Itajaí	1.243.900,00	266.835,04	0,00	1.243.900,00	01/07/10	17/04/14	1
1	739427/2010	Prefeitura Municipal de Santos Estância Balneária	1.243.900,00	782.800,00	1.243.900,00	1.243.900,00	30/06/10	20/06/14	1
1	739428/2010	Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte	848.940,00	110.600,00	0,00	848.940,00	30/06/10	26/05/13	4
1	739430/2010	Prefeitura Municipal de Lins	763.190,20	104.640,00	0,00	763.190,20	30/06/10	30/06/13	4
1	739431/2010	Prefeitura Municipal de Nova Ponte	200.780,00	38.495,94	0,00	200.780,00	30/06/10	21/01/13	4
1	739432/2010	Prefeitura Municipal da Estância de Ribeirão Pires	358.400,00	55.685,72	358.400,00	358.400,00	01/07/10	05/09/14	1
1	739434/2010	Prefeitura Municipal de Lapa	849.720,00	128.722,00	0,00	849.720,00	30/06/10	23/12/13	4
1	739435/2010	Prefeitura Municipal de Umarizal	336.799,99	52.420,00	0,00	336.799,99	30/06/10	12/04/13	6
1	739437/2010	Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul	2.042.906,00	352.029,24	0,00	1.021.453,00	30/06/10	01/01/15	1
1	739439/2010	Prefeitura Municipal de Porto Vitória	122.000,00	38.053,06	0,00	122.000,00	30/06/10	13/02/13	4
1	739441/2010	Prefeitura Municipal de Parobé	358.317,00	72.000,00	0,00	336.759,50	30/06/10	04/09/14	1
1	739519/2010	Prefeitura Municipal de Araras	437.200,00	64.793,60	0,00	437.200,00	30/06/10	01/08/13	4
1	739535/2010	Prefeitura Municipal de Buritizeiro	200.341,60	37.640,00	200.341,60	200.341,60	30/06/10	17/05/14	1
1	739536/2010	Prefeitura Municipal de Coração de Jesus	121.989,80	4.850,00	0,00	121.989,80	30/06/10	03/03/13	4
1	739708/2010	Prefeitura Municipal de Pirassununga	320.260,00	62.300,00	0,00	217.730,00	30/06/10	08/10/13	4
1	740266/2010	Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira	515.999,00	44.920,00	0,00	515.999,00	30/06/10	02/06/13	4
1	740312/2010	Prefeitura Municipal de Itaú	437.200,00	58.910,00	0,00	437.200,00	30/06/10	10/07/13	4
1	740365/2010	Prefeitura Municipal de Vitória	661.335,10	416.949,49	0,00	661.335,10	01/07/10	24/12/13	4
1	740366/2010	Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz	279.600,00	44.110,00	0,00	279.600,00	30/06/10	01/11/13	4
1	740367/2010	Prefeitura Municipal de João Pessoa	2.777.750,00	155.652,00	0,00	2.777.750,00	30/06/10	20/01/13	4
1	740444/2010	Prefeitura Municipal de Carapicuíba	1.656.600,00	394.278,40	0,00	1.656.600,00	31/12/10	22/02/13	4
1	740451/2010	Prefeitura Municipal de General Carneiro	161.394,00	37.157,58	0,00	161.394,00	30/06/10	08/07/13	4
1	740495/2010	Prefeitura Municipal de Ibiaí	121.887,20	22.800,00	0,00	121.887,20	30/06/10	08/08/13	6
1	741087/2010	Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu	849.842,40	147.820,00	0,00	849.842,40	30/06/10	20/09/13	4
1	741096/2010	Prefeitura Municipal de Juitituba	200.800,00	67.661,22	0,00	100.400,00	01/07/10	30/06/14	1
1	741103/2010	Prefeitura Municipal de Santana do Matos	200.800,00	29.510,00	0,00	200.800,00	30/06/10	21/04/13	4
1	741468/2010	Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba	437.100,00	57.478,10	437.100,00	437.100,00	25/06/10	13/12/13	4
1	741530/2010	Prefeitura Municipal de Pau Darco	122.000,00	27.810,00	0,00	122.000,00	30/06/10	13/07/13	4
1	741836/2010	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante	358.400,00	51.510,00	0,00	358.400,00	01/07/10	24/09/13	4

1	742312/2010	Associação Pestalozzi de Goiânia	100.000,00	22.080,00	0,00	100.000,00	01/07/10	18/05/13	4
1	742847/2010	Prefeitura Municipal de Maceió	2.050.600,00	300.604,74	2.050.600,00	2.050.600,00	01/07/10	24/05/14	1
1	742849/2010	Prefeitura Municipal de Anápolis	1.971.479,36	412.279,74	0,00	1.971.479,36	01/07/10	30/11/13	4
1	742862/2010	Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes	200.800,00	36.710,00	0,00	200.800,00	01/07/10	15/04/13	4
1	742865/2010	Prefeitura Municipal de Caxias	277.945,80	29.403,66	0,00	138.972,90	30/06/10	01/01/15	1
1	742896/2010	Prefeitura Municipal de Venha Ver	200.800,00	36.710,00	0,00	200.800,00	30/06/10	02/01/13	4
1	742897/2010	Prefeitura Municipal de Tenente Ananias	200.800,00	36.710,00	0,00	200.800,00	01/07/10	20/02/13	4
1	743597/2010	Prefeitura Municipal de Tabatinga	121.990,00	28.920,00	121.990,00	121.990,00	01/07/10	10/09/14	1
1	743811/2010	Secretaria de Estado de Turismo e Lazer	11.843.700,00	2.970.600,00	0,00	5.921.850,00	30/06/10	30/05/14	1
1	750903/2010	Prefeitura Municipal de Aracaju	1.137.100,00	70.653,10	0,00	568.550,00	31/12/10	24/06/14	1
1	750913/2010	Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu	196.800,00	39.435,76	0,00	196.800,00	31/12/10	04/08/13	4
1	750914/2010	Prefeitura Municipal de Camaçari	619.200,00	86.169,60	0,00	309.600,00	31/12/10	14/09/14	1
1	750953/2010	Prefeitura Municipal de Olinda	388.800,00	40.760,00	0,00	388.800,00	31/12/10	12/03/13	4
1	750957/2010	Prefeitura Municipal de Trindade do Sul	196.800,00	25.173,36	0,00	196.800,00	31/12/10	11/06/13	4
1	750976/2010	Prefeitura Municipal Vitória da Conquista	2.115.800,00	215.910,00	0,00	1.057.900,00	31/12/10	17/02/15	1
1	751945/2010	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	5.147.300,00	736.971,58	0,00	5.147.300,00	31/12/10	18/12/13	1
1	751946/2010	Prefeitura Municipal de Fortaleza	1.003.200,00	348.773,33	0,00	981.600,00	31/12/10	22/08/14	1
1	757611/2011	Prefeitura Municipal de Caruaru	443.100,00	38.540,00	0,00	221.550,00	30/12/11	04/09/14	1
1	757612/2011	Prefeitura Municipal do Senhor do Bonfim	796.800,00	33.200,00	0,00	398.400,00	27/12/11	24/08/14	1
1	757613/2011	Prefeitura Municipal de Petrolina	1.324.650,00	55.193,75	0,00	662.325,00	27/12/11	17/07/14	1
1	757614/2011	Prefeitura Municipal de Ipatinga	443.100,00	165.743,40	443.100,00	443.100,00	28/12/11	16/04/14	1
1	757615/2011	Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves	443.100,00	38.608,70	221.550,00	221.550,00	28/12/11	12/07/15	1
1	757617/2011	Prefeitura Municipal de Luiz Gomes	256.500,00	7.695,00	128.250,00	128.250,00	30/12/11	09/07/15	1
1	757618/2011	Prefeitura Municipal de Cachoeirinhas	443.100,00	39.504,41	0,00	221.550,00	30/12/11	27/07/14	1
1	757619/2011	Prefeitura Municipal de Jequié	921.000,00	89.040,00	460.500,00	460.500,00	27/12/11	09/07/15	1
1	757620/2011	Fundação dos Esportes do Piauí	6.141.600,00	752.400,00	0,00	3.070.800,00	28/12/11	12/04/13	6
1	757947/2011	Prefeitura Municipal de Betim	6.043.140,00	160.000,00	1.802.700,00	1.802.700,00	27/12/11	31/12/15	1
1	757949/2011	Fundação Municipal de Esporte de Florianópolis	796.800,00	97.899,84	398.400,00	398.400,00	28/12/11	06/11/15	1
1	757953/2011	Prefeitura Municipal de Capão Bonito	349.650,00	16.482,00	0,00	174.825,00	27/12/11	06/09/14	1
1	757954/2011	Secretaria de Estado de Esporte e Lazer	5.123.700,00	1.528.398,24	0,00	2.561.850,00	27/12/11	14/11/13	6
1	757955/2011	Prefeitura Municipal de Guariba	194.400,00	5.870,00	0,00	97.200,00	28/12/11	26/07/14	1
1	758182/2011	Prefeitura Municipal de Petrópolis	132.300,00	16.930,43	66.150,00	66.150,00	28/12/11	02/07/15	1
1	758183/2011	Prefeitura Municipal de Buritis	225.450,00	5.870,00	0,00	112.725,00	27/12/11	23/07/14	1

1	758184/2011	Prefeitura Municipal de Caxambu	132.300,00	5.300,00	66.150,00	66.150,00	27/12/11	04/07/15	1
1	758186/2011	Prefeitura Municipal de Joca Claudino	101.250,00	2.805,00	0,00	50.625,00	27/12/11	06/09/14	1
1	758187/2011	Prefeitura Municipal de Francisco Alves	132.300,00	5.512,24	66.150,00	66.150,00	27/12/11	09/07/15	1
1	758188/2011	Prefeitura Municipal de Rondonópolis	443.100,00	18.470,00	443.100,00	443.100,00	27/12/11	16/04/14	1
1	758189/2011	Prefeitura Municipal de Brumado	132.300,00	8.112,50	0,00	66.150,00	28/12/11	23/07/14	1
1	758210/2011	Prefeitura Municipal de Urucuia	132.300,00	4.300,00	0,00	132.300,00	27/12/11	25/07/14	1
1	758212/2011	Prefeitura Municipal de Xangri-lá	132.300,00	3.973,47	66.150,00	66.150,00	28/12/11	11/07/15	1
1	758215/2011	Fundação Municipal de Esporte - FUNESP	1.107.300,00	395.958,00	1.107.300,00	1.107.300,00	28/12/11	16/04/14	1
1	758643/2011	Prefeitura Municipal de Piracuruca	256.500,00	11.280,00	128.250,00	128.250,00	27/12/11	11/07/15	1
1	758652/2011	Prefeitura Municipal de Onda Verde	101.250,00	3.339,80	0,00	50.625,00	30/12/11	22/08/14	4
1	758655/2011	Prefeitura Municipal de São Mateus	349.650,00	17.200,00	0,00	174.825,00	27/12/11	27/07/14	1
1	758661/2011	Prefeitura Municipal de Arinos	194.400,00	6.200,00	0,00	97.200,00	27/12/11	27/07/14	1
1	758664/2011	Governo do Estado do Ceará	15.626.700,00	1.736.300,00	15.626.700,00	15.626.700,00	27/12/11	16/04/14	1
1	758669/2011	Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas	101.250,00	2.120,00	0,00	50.625,00	27/12/11	13/07/14	1
1	759270/2011	Prefeitura Municipal de Major Sales	132.300,00	3.440,00	66.150,00	66.150,00	27/12/11	02/05/16	1
1	759272/2011	Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães	5.651.190,00	73.236,40	1.647.450,00	1.647.450,00	27/12/11	31/12/15	1
1	759273/2011	Prefeitura Municipal de José de Freitas	349.650,00	11.280,00	0,00	174.825,00	30/12/11	26/07/14	1
1	759274/2011	Prefeitura Municipal de Rio Grande do Piauí	101.250,00	4.064,00	50.625,00	50.625,00	27/12/11	04/07/15	1
1	759275/2011	Prefeitura Municipal de Ubá	598.350,00	61.263,00	598.344,00	598.344,00	27/12/11	16/04/14	1
1	759277/2011	Prefeitura Municipal de Três Rios	505.200,00	116.144,00	505.200,00	505.200,00	27/12/11	20/04/14	1
1	759278/2011	Prefeitura Municipal de Sardoá	101.250,00	3.350,00	50.625,00	50.625,00	28/12/11	11/07/15	1
1	759279/2011	Prefeitura Municipal de Paulo Afonso	318.600,00	51.873,60	0,00	159.300,00	28/12/11	13/07/14	1
1	759280/2011	Prefeitura Municipal de Monsenhor Gil	132.300,00	5.920,00	0,00	66.150,00	27/12/11	20/07/14	1
1	759281/2011	Prefeitura Municipal de Bom Jesus	225.450,00	9.400,00	112.725,00	112.725,00	27/12/11	11/07/15	1
1	759282/2011	Prefeitura Municipal de Chapada Gaucha	163.350,00	4.700,00	0,00	81.675,00	28/12/11	13/11/13	4
1	759284/2011	Prefeitura Municipal de Brejo Santo	349.650,00	19.629,00	0,00	174.825,00	27/12/11	20/07/14	1
1	759285/2011	Prefeitura Municipal de Pedra do Anta	101.250,00	21.140,00	0,00	50.625,00	28/12/11	13/07/14	1
1	759286/2011	Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete	132.300,00	24.239,50	0,00	66.150,00	27/12/11	05/09/14	1
1	759471/2011	Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni	132.300,00	21.420,00	66.150,00	66.150,00	28/12/11	02/07/15	1
1	759535/2011	Prefeitura Municipal de Porto	194.400,00	7.520,00	97.200,00	97.200,00	28/12/11	04/07/15	1
1	759537/2011	Prefeitura Municipal de Oeiras	287.550,00	13.160,00	143.775,00	143.775,00	27/12/11	04/07/15	1
1	759542/2011	Prefeitura Municipal de Valença do Piauí	194.400,00	7.520,00	0,00	97.200,00	28/12/11	20/07/14	1
1	759547/2011	Prefeitura Municipal de Lagoa dos Patos	101.250,00	2.950,60	0,00	50.625,00	28/12/11	20/07/14	1

1	759550/2011	Prefeitura Municipal de Sidrolândia	318.600,00	9.749,00	0,00	159.300,00	27/12/11	27/07/14	1
1	759551/2011	Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes	2.466.900,00	998.527,66	2.466.900,00	2.466.900,00	28/12/11	04/09/14	1
1	759689/2011	Prefeitura Municipal de Varzelândia	132.300,00	3.973,47	0,00	66.150,00	28/12/11	07/09/14	1
1	759779/2011	Prefeitura Municipal de Maria da Fé	163.350,00	6.408,00	81.675,00	81.675,00	27/12/11	11/07/15	1
1	759780/2011	Prefeitura Municipal de Planaltino	132.300,00	3.975,00	0,00	66.150,00	30/12/11	05/09/14	1
1	759781/2011	Prefeitura Municipal de Bento Fernandes	101.250,00	4.480,00	0,00	50.625,00	28/12/11	27/07/14	1
1	759782/2011	Prefeitura Municipal de Gavião	101.250,00	4.000,00	0,00	50.625,00	27/12/11	20/07/14	1
1	759783/2011	Prefeitura Municipal de Piripiri	443.100,00	18.800,00	221.550,00	221.550,00	28/12/11	01/07/15	1
1	759784/2011	Prefeitura Municipal de Mirantes	132.300,00	3.800,00	132.300,00	132.300,00	28/12/11	20/07/14	1
1	759785/2011	Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano	443.100,00	38.612,00	443.100,00	443.100,00	28/12/11	16/04/14	1
1	759786/2011	Prefeitura Municipal de São Gonçalo	2.466.900,00	102.788,00	0,00	1.233.450,00	28/12/11	13/07/14	1
1	759788/2011	Prefeitura Municipal de Coreaú	163.350,00	4.815,00	0,00	81.675,00	28/12/11	06/09/14	1
1	759789/2011	Prefeitura Municipal de Campina Verde	163.350,00	3.524,00	81.675,00	81.675,00	27/12/11	12/04/15	1
1	759790/2011	Prefeitura Municipal de Urandi	132.300,00	2.700,00	0,00	66.150,00	28/12/11	06/09/14	1
1	759792/2011	Prefeitura Municipal de Sete Lagoas	567.300,00	44.647,20	0,00	283.650,00	28/12/11	02/03/15	1
1	759849/2011	Prefeitura Municipal de Serra do Ramalho	194.400,00	3.976,00	97.200,00	97.200,00	30/12/11	01/07/15	1
1	759985/2011	Prefeitura Municipal de Pintadas	163.350,00	3.492,00	0,00	81.675,00	28/12/11	02/01/15	1
1	759992/2011	Prefeitura Municipal de Água Branca	163.350,00	5.640,00	0,00	81.675,00	27/12/11	20/07/14	1
1	759994/2011	Prefeitura Municipal de Tanque Novo	101.250,00	7.600,00	50.625,00	50.625,00	27/12/11	04/07/15	1
1	760000/2011	Prefeitura Municipal de Potim	132.300,00	2.945,00	66.150,00	66.150,00	27/12/11	04/07/15	1
1	760001/2011	Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul	194.400,00	16.904,35	0,00	97.200,00	27/12/11	26/07/14	1
1	760010/2011	Prefeitura Municipal de Santa Branca	132.300,00	5.300,00	66.150,00	66.150,00	28/12/11	04/07/15	1
1	760012/2011	Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul	101.250,00	3.502,00	101.250,00	101.250,00	27/12/11	27/07/14	1
1	760014/2011	Prefeitura Municipal de São Félix de Minas	101.250,00	2.578,40	0,00	50.625,00	28/12/11	23/07/14	1
1	760019/2011	Prefeitura Municipal de Ipiranga do Piauí	132.300,00	5.920,00	66.150,00	66.150,00	28/12/11	01/07/15	1
1	760020/2011	Prefeitura Municipal de Caucaia	796.800,00	33.200,00	0,00	398.400,00	30/12/11	23/08/14	1
1	760021/2011	Prefeitura Municipal de Moju	194.400,00	8.323,00	0,00	97.200,00	28/12/11	27/07/14	1
1	760024/2011	Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste	101.250,00	4.480,00	50.625,00	50.625,00	28/12/11	01/07/15	1
1	760025/2011	Prefeitura Municipal de Itápolis	194.400,00	13.669,40	0,00	97.200,00	27/12/11	18/07/14	1
1	760026/2011	Prefeitura Municipal de Anguera	101.250,00	3.680,00	0,00	50.625,00	28/12/11	06/09/14	1
1	760027/2011	Prefeitura Municipal de Coronel Pacheco	101.250,00	4.000,00	50.625,00	50.625,00	28/12/11	01/07/15	1
1	760033/2011	Prefeitura Municipal de Teresina	1.802.700,00	118.725,40	0,00	901.350,00	27/12/11	16/04/14	1
1	760036/2011	Prefeitura Municipal de São Fidélis	194.400,00	3.980,00	0,00	97.200,00	28/12/11	05/09/14	1
1	760038/2011	Prefeitura Municipal de Barras	443.100,00	18.800,00	221.550,00	221.550,00	28/12/11	04/07/15	1
1	760046/2011	Prefeitura Municipal de Andradina	163.350,00	97.129,05	0,00	81.675,00	27/12/11	27/07/14	1

1	760059/2011	Prefeitura Municipal de Santarém	318.600,00	66.436,60	318.600,00	318.600,00	27/12/11	19/04/14	1
1	760067/2011	Prefeitura Municipal de Registro	443.100,00	18.500,40	221.550,00	221.550,00	27/12/11	18/04/15	1
1	760072/2011	Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa	101.250,00	3.350,00	50.625,00	50.625,00	28/12/11	30/04/16	1
1	760074/2011	Superintendência de Desportos do Estado da Bahia/SUDESB	2.497.950,00	1.673.749,60	0,00	1.742.400,00	28/12/11	13/07/14	1
1	760077/2011	Prefeitura Municipal de Santa Barbara do Monte Verde	101.250,00	2.120,00	0,00	50.625,00	28/12/11	19/04/14	1
1	760078/2011	Prefeitura Municipal de São Carlos	443.100,00	38.530,43	0,00	221.550,00	28/12/11	11/11/13	4
1	760081/2011	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	1.802.700,00	793.793,00	0,00	901.350,00	28/12/11	16/04/14	1
1	760082/2011	Agência Goiana de Esporte e Lazer	2.249.550,00	249.950,00	0,00	1.124.775,00	28/12/11	13/11/13	4
1	760083/2011	Prefeitura Municipal de Branquinha	132.300,00	4.407,88	66.150,00	66.150,00	28/12/11	02/07/15	1
1	760084/2011	Prefeitura Municipal de Chapada	101.250,00	5.292,83	0,00	50.625,00	28/12/11	20/12/13	4
1	760086/2011	Prefeitura Municipal de Itaitinga	225.450,00	12.750,00	0,00	112.725,00	27/12/11	06/09/14	1
1	760087/2011	Prefeitura Municipal de Maracá	132.300,00	2.700,00	0,00	66.150,00	28/12/11	18/07/14	1
1	760088/2011	Prefeitura Municipal de Goianá	101.250,00	4.000,00	0,00	50.625,00	27/12/11	13/07/14	1
1	760089/2011	Prefeitura Municipal de Estrela - Navegar		34.629,00	110.648,48	110.648,48	27/12/11		4
1	760090/2011	Prefeitura Municipal de Laje do Muriaé	194.400,00	6.660,00	0,00	97.200,00	28/12/11	11/11/13	4
1	760091/2011	Fundação de Desporto e lazer do Mato Grosso do Sul	2.820.600,00	313.400,00	0,00	1.410.300,00	28/12/11	16/04/14	1
1	760093/2011	Prefeitura Municipal de Lima Duarte	163.350,00	4.110,00	163.350,00	163.350,00	28/12/11	16/04/14	1
1	760095/2011	Prefeitura Municipal de Trindade	443.100,00	20.364,00	221.550,00	221.550,00	28/12/11	09/07/15	1
1	760157/2011	Prefeitura Municipal de Rio Grande	287.550,00	11.981,25	0,00	143.775,00	28/12/11	01/01/15	1
1	760201/2011	Prefeitura Municipal de Regeneração	163.350,00	8.880,00	0,00	81.675,00	28/12/11	20/07/14	1
1	760202/2011	Prefeitura Municipal de Penedo	256.500,00	13.290,00	128.250,00	128.250,00	28/12/11	09/07/15	1
1	760223/2011	Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí	101.250,00	4.064,00	50.625,00	50.625,00	28/12/11	04/07/15	1
1	760256/2011	Prefeitura Municipal de Silva Jardim	194.400,00	10.000,00	97.200,00	97.200,00	28/12/11	11/07/15	1
1	760352/2011	Prefeitura Municipal de Capitólio - Navegar	108.152,55	42.750,00	54.076,27	54.076,27	27/12/11	30/12/13	6
1	760353/2011	Prefeitura Municipal de Guarujá - Navegar	110.240,67	73.239,00	0,00	55.120,34	28/12/11	14/02/14	1
1	760465/2011	Prefeitura Municipal de Pedra Branca	256.500,00	5.500,00	0,00	128.250,00	28/12/11	27/07/14	1
1	760466/2011	Prefeitura Municipal de Ananindeua - Navegar	108.811,34	25.500,00	0,00	54.405,67	27/12/11	11/11/13	4
1	760469/2011	Prefeitura Municipal de Além Paraíba	225.450,00	5.550,00	0,00	112.725,00	28/12/11	23/08/14	1
1	760470/2011	Prefeitura Municipal de Douradina	101.250,00	2.600,00	0,00	50.625,00	28/12/11	27/07/14	1
1	760472/2011	Prefeitura Municipal de Passos	629.400,00	54.730,43	314.700,00	314.700,00	28/12/11	01/07/15	1
1	760474/2011	Prefeitura Municipal de São João do Caiua	101.250,00	2.092,00	50.625,00	50.625,00	27/12/11	27/02/14	1
1	760475/2011	Prefeitura Municipal de Matias Barbosa	132.300,00	2.799,60	66.150,00	66.150,00	28/12/11	02/07/15	1
1	760476/2011	Secretaria Municipal de Desporto, Lazer e Juventude	4.304.250,00	594.956,36	0,00	2.152.125,00	28/12/11	24/07/14	1
1	761164/2011	Agência Goiana de Esporte e Lazer - Navegar	336.980,16	37.670,00	0,00	168.490,08	28/12/11	14/08/13	4
1	761179/2011	Prefeitura Municipal de Ilha Bela - Navegar	90.761,31	24.219,20	0,00	45.380,66	29/12/11	18/02/14	1

1	761180/2011	Prefeitura Municipal de Alto Piquiri	132.300,00	2.800,00	0,00	66.150,00	28/12/11	06/09/14	1
1	761181/2011	Paraná Esporte - Navegar	261.710,40	66.156,00	0,00	0,00	28/12/11	10/12/14	1
1	761186/2011	Secretaria de Estado do Esporte do Maranhão	5.123.700,00	570.030,00	0,00	2.561.850,00	28/12/11	13/07/14	1
1	761286/2011	Prefeitura Municipal de Imaruí - Navegar	107.533,70	32.005,00	0,00	53.766,85	31/12/11	22/03/15	1
1	761287/2011	Secretaria da Juventude e Esportes - Navegar	90.142,74	11.000,00	0,00	45.071,37	28/12/11	14/08/13	4
1	761288/2011	Prefeitura Municipal de Maricá - Navegar	131.456,94	44.647,20	0,00	54.550,47	28/12/11	22/04/15	1
1	761556/2011	Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu / Navegar	93.142,00	45.100,00	0,00	46.571,00	30/12/11	28/06/13	4
1	770928/2012	Prefeitura Municipal de Doutor Ricardo	78.600,00	27.225,20	0,00	78.600,00	06/07/2012	01/03/15	1
1	770933/2012	Prefeitura Municipal de Igarapé	248.100,00	120.645,22	124.050,00	124.050,00	06/07/2012	30/06/15	1
1	770937/2012	Prefeitura Municipal de Estrela	78.600,00	26.548,12	0,00	39.300,00	06/07/2012	28/02/15	1
1	770940/2012	Prefeitura Municipal de Montes Claros	596.400,00	24.850,00	298.200,00	298.200,00	18/10/2013	30/12/15	1
1	770949/2012	Prefeitura Municipal de Patos de Minas	272.400,00	25.725,00	136.200,00	136.200,00	06/07/2012	01/04/15	1
1	770951/2012	Prefeitura Municipal de Ribeira do Pombal	369.600,00	34.908,00	0,00	0,00	19/12/13	19/06/15	1
1	770954/2012	Prefeitura Municipal de Volta Redonda	1.633.200,00	147.440,00	816.600,00	816.600,00	06/07/2012	01/04/15	1
1	770959/2012	Prefeitura Municipal de Maranguape	418.200,00	109.862,00	0,00	209.100,00	06/07/2012	28/02/15	1
1	771265/2012	Prefeitura Municipal de Maricá	418.200,00	103.890,60	0,00	209.100,00	06/07/2012	06/01/15	1
1	771403/2012	Prefeitura Municipal de São Sebastião do Passé	620.700,00	21.450,00	310.350,00	310.350,00	16/07/13	09/12/15	1
1	771414/2012	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo	596.400,00	51.865,00	298.200,00	298.200,00	31/12/12	28/02/15	1
1	771417/2012	Prefeitura Municipal da Estância Hidromineral de Poá	151.500,00	19.355,00	75.750,00	75.750,00	24/12/12	30/06/15	1
1	771432/2012	Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto	321.000,00	29.000,00	160.500,00	160.500,00	28/12/12	26/06/15	1
1	771729/2012	Prefeitura Municipal de Cristais Paulista	102.900,00	30.976,00	51.450,00	51.450,00	29/11/12	30/03/15	1
1	771731/2012	Prefeitura Municipal de Lapão	248.100,00	6.900,00	124.050,00	124.050,00	31/12/12	29/06/15	1
1	771732/2012	Secretaria Estadual da Juventude e dos Esportes	248.100,00	31.500,00	124.050,00	124.050,00	29/11/12	05/05/15	1
1	771736/2012	Prefeitura Municipal de Uberaba	839.400,00	508.049,44	419.700,00	419.700,00	31/12/2012	28/02/15	1
1	772262/2012	Prefeitura Municipal de Encantado	102.900,00	15.387,00	51.450,00	51.450,00	26/12/2012	29/06/15	1
1	772270/2012	Prefeitura Municipal de Floriano	418.200,00	17.425,00	209.100,00	209.100,00	28/11/13	25/02/16	1
1	778892/2012	Governo do Estado do Paraná - Secretaria de Esportes	4.062.969,20	772.516,00	0,00	0,00	05/12/13	05/07/15	1

		do PST Modalidades	Estado						
1	787121/2013	Secretario de Estado da Educação e do Esporte/AL	847.250,00	44.644,16	847.250,00	847.250,00	06/12/13	26/04/16	1
1	787376/2013	Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro	432.000,00	20.046,00	0,00	0,00	26/11/13	26/02/16	1
1	788169/2013	Prefeitura Municipal de Sabará	989.280,00	185.704,00	0,00	0,00	20/12/2013	20/12/15	1
1	788224/2013	Secretaria de Estado da Educação do Pará	1.724.625,00	172.462,50	0,00	0,00	31/12/13	30/04/16	1
1	788239/2013	Prefeitura Municipal de Pinhais	411.840,00	38.186,00	0,00	0,00	31/12/13	31/12/15	1
1	789503/2013	Prefeitura Municipal de Itaboraí	2.786.760,00	242.346,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/15	1
1	791539/2013	Prefeitura Municipal de Olinda	497.520,00	25.200,00	0,00	0,00	31/12/13	31/12/15	1
1	791541/2013	Prefeitura Municipal de Belford Roxo	1.866.600,00	167.994,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/15	1
1	792830/2013	Prefeitura Municipal de Osasco	2.529.720,00	473.319,23	0,00	0,00	31/12/13	31/12/15	1
1	793310/2013	Prefeitura Municipal de Niterói	497.520,00	43.262,61	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/15	1
1	793312/2013	Prefeitura Municipal de Contagem	3.021.480,00	262.737,54	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/15	1
1	793315/2013	Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes - Navegar	910.750,96	182.826,84	0,00	0,00	31/12/13	30/04/16	1
1	793506/2013	Prefeitura Municipal de Seropédica	369.000,00	32.100,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/15	1
1	797541/2013	Prefeitura Municipal de Mesquita	411.840,00	35.813,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/15	1
1	797558/2013	Prefeitura Municipal de Natal	754.560,00	31.440,00	0,00	0,00	11/11/13	11/11/15	1
1	797561/2013	Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais	583.200,00	60.342,00	0,00	0,00	31/12/13	31/12/15	1
1	737470/2010	Prefeitura Municipal de São Borja	119.425,00	45.690,00	0,00	119.425,00	01/07/2010	28/03/2013	4
1	737650/2010	Prefeitura Municipal de Lapa	100.000,00	25.077,41	0,00	100.000,00	01/07/2010	30/06/2013	4
1	738416/2010	Prefeitura Municipal de Redenção	110.320,00	4.326,00	0,00	110.320,00	30/06/2010	05/01/2013	4
1	738420/2010	Prefeitura Municipal de Cascavel	120.940,00	5.476,00	0,00	120.940,00	30/06/2010	01/03/2013	4
1	738573/2010	Fundação de Assistência ao Menor Inhumense-FAMI	337.461,00	68.983,00	0,00	337.461,00	30/12/2010	06/03/2013	4
1	738585/2010	Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer	607.534,24	322.538,00	0,00	607.534,24	30/06/2010	14/01/2010	4

							0	13	
1	741733/2010	Prefeitura Municipal de Sabará	110.928,00	20.648,00	0,00	110.928,00	28/12/2010	07/02/2013	4
1	741789/2010	Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul	100.000,00	3.000,00	0,00	100.000,00	30/12/2010	03/12/2013	4
1	742517/2010	Prefeitura Municipal de Volta Redonda	106.086,00	59.460,00	0,00	106.086,00	01/07/2010	09/03/2013	4
1	748264/2010	Instituto S.O.S Pequeninos	292.721,47	79.116,48	292.721,47	292.721,47	30/12/2010	10/05/2013	4
1	748266/2010	Projeto Vida Plena	172.770,66	33.060,00	0,00	172.770,66	30/12/2010	23/02/2013	4
1	750664/2010	Prefeitura Municipal de Monte Alegre	230.000,00	18.390,00	0,00	230.000,00	30/12/2010	03/04/2013	4
1	750824/2010	Prefeitura Municipal de Assu	100.000,00	18.870,24	0,00	100.000,00	30/12/2010	30/11/2013	4
1	750924/2010	Prefeitura Municipal de Araporã	100.000,00	34.359,06	0,00	100.000,00	31/12/2010	25/02/2013	4
1	750927/2010	Prefeitura Municipal de Canoas	700.000,00	15.000,00	0,00	700.000,00	29/12/2010	15/01/2013	4
1	751007/2010	Prefeitura Municipal de Cacoal	170.000,00	7.500,00	0,00	170.000,00	21/12/2010	15/06/2013	4
1	751856/2010	Prefeitura Municipal de Cubatão	299.999,00	133.016,42	0,00	299.999,00	29/12/2010	30/01/2013	4
1	755978/2011	Fundação Municipal de Esporte-FUNESP	100.000,00	18.168,00	0,00	100.000,00	28/10/2011	31/03/2013	4
1	756143/2011	Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira	87.252,00	21.635,00	0,00	87.252,00	30/12/2011	30/06/2014	1
1	756144/2011	Prefeitura Municipal de Sobral	156.343,00	20.536,00	0,00	156.343,00	10/11/2011	07/05/2013	4
1	756145/2011	Prefeitura Municipal de Tabaporã	70.000,00	37.154,00	0,00	70.000,00	30/12/2011	15/04/2013	4
1	764589/2011	Prefeitura Municipal de Dourados	200.000,00	30.360,00	0,00	200.000,00	30/12/2011	15/04/2014	1
1	764591/2011	Prefeitura Municipal de Aracajú	200.000,00	8.333,33	0,00	200.000,00	30/12/2011	22/07/2014	1
1	764595/2011	Prefeitura Municipal de Queimados	286.155,00	40.000,00	0,00	286.155,00	30/12/2011	05/09/2014	1
1	764596/2011	Prefeitura Municipal de Porto Alegre	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	30/12/11	23/07/20	4

								13	
1	764601/2011	Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães	900.000,00	0,00	0,00	900.000,00	30/12/11	19/07/2013	4
1	767916/2011	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	1.000.000,00	388.190,00	0,00	1.000.000,00	30/12/2011	30/04/2014	1
1	767922/2011	Prefeitura Municipal de João Monlevade	249.688,00	21.712,00	0,00	249.688,00	30/12/2011	08/07/2014	1
1	774055/2012	Prefeitura Municipal de Cuité	170.713,50	10.715,00	170.713,50	170.713,50	26/11/2013	10/06/2015	1
1	774056/2012	Prefeitura Municipal de Janaúba	346.080,00	14.670,00	346.080,00	346.080,00	09/10/2013	30/04/2015	1
1	774057/2012	Prefeitura Municipal de Ribeirão Corrente	169.150,00	4.238,00	169.150,00	169.150,00	26/07/2013	07/03/2015	1
1	774058/2012	Prefeitura Municipal de Maracajá	175.799,65	5.764,10	175.799,65	175.799,65	31/12/2012	12/11/2014	1
1	774059/2012	Prefeitura Municipal de Major Sales	175.800,00	3.700,00	175.800,00	175.800,00	26/07/2013	07/03/2015	1
1	774060/2012	Prefeitura Municipal de José da Penha	175.800,00	3.700,00	175.800,00	175.800,00	31/12/2012	26/01/2015	1
1	774088/2012	Prefeitura Municipal de Tururu	175.800,00	7.315,00	175.800,00	175.800,00	27/11/2013	10/06/2015	1
1	774089/2012	Prefeitura Municipal de Monsenhor Gil	135.480,00	5.645,00	135.480,00	135.480,00	31/12/2012	29/04/2015	1
1	774091/2012	Prefeitura Municipal de Quarto Centenário	165.486,85	5.789,63	165.486,85	165.486,85	31/12/2012	26/11/2014	1
1	774092/2012	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora dos Remédios	135.480,00	5.645,00	135.480,00	135.480,00	29/07/2013	07/03/2015	1
1	774093/2012	Prefeitura Municipal de Anhembi	163.011,87	7.469,00	163.011,87	163.011,87	31/12/2012	01/02/2015	1
1	774094/2012	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo	518.909,16	49.560,00	518.909,16	518.909,16	17/07/2013	07/03/2015	1
1	774101/2012	Prefeitura Municipal de Não Me Toque	175.637,69	3.654,00	175.637,69	175.637,69	31/12/2012	21/10/2014	1
1	774102/2012	Prefeitura Municipal de Ipameri	175.797,00	7.152,00	175.797,00	175.797,00	29/07/2013	26/03/2015	1
1	774104/2012	Prefeitura Municipal de Regeneração	135.480,00	5.645,00	0,00	0,00	20/12/2013	20/06/2015	1
1	774110/2012	Prefeitura Municipal de Sumé	175.800,00	3.590,00	175.800,00	175.800,00	31/12/2013	07/11/2015	1

							2	14	
1	774111/2012	Prefeitura Municipal de Inhumas	135.480,00	5.645,00	135.480,00	135.480,00	31/12/2012	27/10/2014	1
1	774112/2012	Prefeitura Municipal de Malhada de Pedras	175.798,59	3.587,73	175.798,59	175.798,59	11/09/2013	07/04/2015	1
1	774113/2012	Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba	765.111,75	67.089,39	765.111,75	765.111,75	01/07/2013	05/02/2015	1
1	774114/2012	Prefeitura Municipal de São João da Canabrava	135.480,00	5.645,00	135.480,00	135.480,00	31/12/2012	21/10/2014	1
1	774115/2012	Prefeitura Municipal de Tangará da Serra	328.429,57	31.734,12	328.429,57	328.429,57	19/06/2013	21/01/2015	1
1	774117/2012	Prefeitura Municipal de Cascavel	165.720,00	15.288,40	165.720,00	165.720,00	31/12/2012	02/01/2015	1
1	774119/2012	Prefeitura Municipal de Santa Cruz dos Milagres	135.470,00	5.645,00	135.470,00	135.470,00	31/12/2012	02/01/2015	1
1	774120/2012	Prefeitura Municipal de Estrela	128.096,26	39.092,00	128.096,26	128.096,26	31/12/2012	21/10/2014	1
1	774125/2012	Prefeitura Municipal da Estância Turística de Piraju	172.822,90	3.587,75	172.822,90	172.822,90	19/06/2013	21/01/2015	1
1	774126/2012	Prefeitura Municipal de Matões	135.480,00	5.645,00	135.480,00	135.480,00	28/12/2012	12/01/2015	1
1	774127/2012	Prefeitura Municipal de Sidrolândia	132.761,50	5.516,00	132.594,27	132.594,27	31/12/2012	24/10/2014	1
1	774128/2012	Prefeitura Municipal de Lagoa do Sítio	135.480,00	5.645,00	135.480,00	135.480,00	19/06/2013	21/01/2015	1
1	774129/2012	Prefeitura Municipal de Icapuí	175.800,00	7.315,00	175.800,00	175.800,00	19/06/2013	23/01/2015	1
1	774166/2012	Prefeitura Municipal de Wall Ferraz	135.480,00	5.645,00	135.480,00	135.480,00	27/11/2013	25/06/2015	1
1	774167/2012	Prefeitura Municipal de Dirce Reis	129.387,40	4.200,00	129.387,40	129.387,40	20/12/2012	22/10/2014	1
1	774168/2012	Prefeitura Municipal de Ararendá	172.507,50	6.815,00	172.507,50	172.507,50	18/09/2013	15/04/2015	1
1	774169/2012	Prefeitura Municipal de Jataí	256.892,49	22.950,00	256.892,49	256.892,49	20/12/2012	23/10/2014	1
1	774170/2012	Prefeitura Municipal de Água Branca	135.480,00	5.645,00	135.480,00	135.480,00	16/07/2013	29/01/2015	1
1	774172/2012	Prefeitura Municipal de Ribeiro Gonçalves	135.480,00	5.645,00	135.480,00	135.480,00	04/10/2013	24/04/2015	1

							3	15	
1	774173/2012	Prefeitura Municipal de Esperantina	135.480,00	5.645,00	135.480,00	135.480,00	18/11/2013	25/06/2015	1
1	775058/2012	Prefeitura Municipal de Montes Claros	742.087,20	35.517,50	742.087,20	742.087,20	23/09/2013	23/03/2015	1
1	775059/2012	Prefeitura Municipal de Guaiúba	175.462,10	6.815,00	175.462,10	175.462,10	19/06/2013	21/01/2015	1
1	775060/2012	Prefeitura Municipal de Maripá	158.412,00	3.290,00	158.412,00	158.412,00	31/12/2012	23/10/2014	1
1	775065/2012	Prefeitura Municipal de Rio Grande	326.997,15	38.916,00	326.997,15	326.997,15	29/05/2013	26/06/2015	1
1	775067/2012	Prefeitura Municipal de Bocaína	135.480,00	5.645,00	0,00	0,00	09/12/2013	09/06/2015	1
1	775068/2012	Prefeitura Municipal de São José do Divino	135.480,00	5.645,00	135.480,00	135.480,00	28/12/2012	23/10/2014	1
1	775069/2012	Prefeitura Municipal de Betânia do Piauí	135.480,00	5.645,00	135.480,00	135.480,00	20/06/2013	18/01/2015	1
1	775070/2012	Prefeitura Municipal de Valença do Piauí	135.480,00	5.645,00	135.480,00	135.480,00	31/12/2012	24/10/2014	1
1	775071/2012	Prefeitura Municipal de Timóteo	329.196,11	29.000,00	329.196,11	329.196,11	15/10/2013	05/05/2015	1
1	775072/2012	Prefeitura Municipal de São João da Varjota	135.480,00	5.645,00	135.480,00	135.480,00	19/06/2013	09/01/2015	1
1	775073/2012	Prefeitura Municipal de Joca Claudino	172.709,73	3.925,00	172.709,73	172.709,73	31/12/2012	09/01/2015	1
1	775075/2012	Prefeitura Municipal de São Félix do Piauí	135.480,00	5.645,00	135.480,00	135.480,00	28/12/2012	27/01/2015	1
1	775076/2012	Prefeitura Municipal Barroquinha	175.800,00	7.315,00	175.800,00	175.800,00	28/12/2012	28/10/2014	1
1	775077/2012	Prefeitura Municipal de Joca Marques	135.480,00	5.645,00	135.480,00	135.480,00	27/11/2013	25/06/2015	1
1	776062/2012	Prefeitura Municipal de Igarapé	171.760,93	15.228,00	171.760,93	171.760,93	31/12/2012	22/10/2014	1
1	785377/2013	Prefeitura Municipal de Cubatão	250.000,00	59.858,46	0,00	0,00	24/12/2013	24/02/2015	1
1	787256/2013	Secretaria de Estado da Educação e do Esporte de Alagoas - JUVENTUDE VIVA	485.539,00	25.875,00	485.539,00	485.539,00	04/12/2013	26/06/2015	1
1	787553/2013	Prefeitura Municipal de Arapiraca	350.070,75	15.220,00	350.070,75	350.070,75	27/11/2013	10/06/2015	1

							3	15	
1	788171/2013	Prefeitura Municipal de Pinhais	590.720,00	51.366,96	0,00	0,00	19/12/2013	19/12/2015	1
1	788175/2013	Prefeitura Municipal de Betim - LEGADO	1.416.320,00	123.158,26	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2015	1
1	788238/2013	Prefeitura Municipal de Sabará-LEGADO	1.829.120,00	159.053,92	0,00	0,00	18/12/2013	18/12/2015	1
1	789496/2013	Prefeitura Municipal de Contagem-LEGADO	1.640.307,40	142.637,20	740.154,00	740.154,00	17/12/2013	26/12/2015	1
1	789499/2013	Prefeitura Municipal de Itaboraí	1.416.320,00	126.782,50	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2015	1
1	790967/2013	Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro	13.961.600,00	1.214.052,17	0,00	0,00	24/12/2013	24/12/2015	1
1	791091/2013	Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes (LEGADO)	840.320,00	124.930,63	0,00	0,00	24/12/2013	24/12/2015	1
1	791092/2013	Prefeitura Municipal de Campina Grande-LEGADO	1.416.320,00	123.158,26	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2015	1
1	791172/2013	Prefeitura Municipal de Olinda-LEGADO	810.951,00	37.798,88	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2015	1
1	791453/2013	Prefeitura Municipal de Morrinhos	200.000,00	5.568,50	0,00	0,00	31/12/2013	03/03/2015	1
1	791884/2013	Prefeitura Municipal de Umuarama	313.451,82	34.758,00	0,00	0,00	31/12/2013	30/06/2015	1
1	791885/2013	Prefeitura Municipal de Seropédica	1.691.520,00	147.088,70	0,00	0,00	24/12/2013	24/12/2015	1
1	791918/2013	Prefeitura Municipal de Cruz	100.000,00	4.044,00	0,00	0,00	31/12/2013	03/03/2015	1
1	792119/2013	Governo do Estado do Ceará	13.961.600,00	734.821,05	0,00	0,00	20/12/2013	20/12/2015	1
1	793311/2013	Prefeitura Municipal de Cuiabá-LEGADO	5.447.040,00	325.734,56	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2015	1
1	793314/2013	Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais	315.500,25	31.552,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2015	1
1	793507/2013	Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer-MANAUS	3.480.320,00	248.070,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2015	1
1	794448/2013	Prefeitura Municipal de Amontada	100.000,00	2.300,00	0,00	0,00	31/12/2013	03/03/2015	1
1	795053/2013	Governo do Estado do Paraná	3.200.640,00	355.626,67	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2015	1

							3	15	
1	796337/2013	Governo do Estado do Rio de Janeiro	1.648.800,00	410.760,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2015	1
1	797293/2013	Prefeitura Municipal de Osasco	1.416.320,00	240.863,28	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2015	1
1	797539/2013	Prefeitura Municipal de Mesquita	1.416.320,00	123.158,26	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2015	1
1	797542/2013	Prefeitura Municipal de Recife-LEGADO	6.272.640,00	1.105.561,82	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2015	1
1	797547/2013	Prefeitura Municipal de Cachoeirinha (LEGADO)	519.413,48	57.819,60	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2015	1
1	797559/2013	Prefeitura Municipal de Niterói	2.104.320,00	194.000,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2015	1
1	797560/2013	Fundação Municipal de Esporte - FUNESP	1.416.320,00	113.305,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2015	1
1	797562/2013	Prefeitura Municipal de Formoso do Araguaia	175.800,00	3.868,16	0,00	0,00	31/12/2013	30/06/2015	1
1	797563/2013	Prefeitura Municipal de Natal	1.640.310,00	68.346,67	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2015	1
1	798684/2013	Prefeitura Municipal de Macapá	800.000,00	35.462,29	0,00	0,00	31/12/2013	30/04/2015	1
1	798686/2013	Prefeitura Municipal de Cascavel	100.000,00	4.500,00	0,00	0,00	31/12/2013	03/03/2015	1
1	798687/2013	Prefeitura Municipal de Pacajús	100.000,00	5.051,94	0,00	0,00	19/12/2013	03/03/2015	1
1	798692/2013	Prefeitura Municipal de Acaraú	100.000,00	8.751,77	0,00	0,00	31/12/2013	03/03/2015	1
1	799947/2013	Prefeitura Municipal de Rio Bonito	882.829,29	77.939,00	0,00	0,00	27/12/2013	03/03/2015	1
3	214/2011	Universidade Federal de Santa Maria	291.600,00	8.000,00	0,00	283.600,00	22/12/2011	01/05/2013	4
3	239/2012	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará-Campus Canindé	523.914,74	0,00	197.600,00	197.600,00	20/11/2012	20/05/2014	1
3	58/2013	Universidade Federal de Mato Grosso-LEGADO	491.400,00	0,00	0,00	0,00	13/12/2013	18/04/2014	1
3	228/2012	Universidade Federal do Mato Grosso	254.920,29	1.350,00	24.010,00	254.920,29	09/11/2012	09/05/2014	1
3	205/2012	Universidade Federal de Santa Maria	332.608,00	5.934,00	0,00	332.608,00	05/10/2012	05/04/2020	1

							2	14	
3	206/2012	Universidade Federal de Pernambuco	370.440,00	0,00	168.500,00	168.500,00	09/10/2012	09/04/2014	1
3	208/2012	Universidade Federal de Alagoas	454.913,22	0,00	10.200,00	10.200,00	10/10/2012	10/04/2014	1
3	045/2013	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campos Muzambinho	132.174,80	14.671,00	0,00	0,00	01/11/2013	01/04/2015	1
3	230/2012	Universidade Federal do Maranhão	352.080,00	0,00	249.730,70	0,00	08/11/2012	08/05/2014	1
3	210/2012	Universidade Federal de Juiz de Fora	518.393,34	2.020,00	317.001,60	393.023,10	15/10/2012	15/04/2014	1
1	20/2013	UNB	39.927.132,56	0,00	8.000.000,00	8.000.000,00	01/04/2013	01/12/2016	1
1	209/2012	UFMG - PELC	4.724.178,15	0,00	2.208.040,15	2.208.040,15	15/10/2012	15/10/2014	1
1	017/2013	UNB - Rede CEDES	248.804,10	0,00	183.984,53	183.984,53	28/05/2013	28/05/2014	1
1	016/2013	UNB - CONBRACE E CONICE	800.000,00	0,00	800.000,00	800.000,00	02/08/2013	07/08/2013	4
3	38/2013	ENAREL/UFMG	237.600,00	0,00	237.600,00	237.600,00	13/11/2013	16/11/2013	4
3	14/2013	Ministério da Defesa (Ter. de Coop)	300.000,00	0,00	300.000,00	300.000,00	30/08/2013	08/10/2013	4
3	15/2013	Ministério da Defesa (Ter. de Coop)	500.000,00	0,00	500.000,00	500.000,00	15/07/2013	20/07/2013	4
3	25/2013	Ministério da Defesa	177.452,40	0,00	177.452,40	177.452,40	03/09/2013	08/09/2013	4
1	701821/2008	ADC Bradesco - Associação Desportiva Classista	2.482.161,27	275.795,70	0,00	275.795,70	21/12/2008	21/05/2013	4
1	773586/2012	Confederação Brasileira de Desporto Escolar	1.917.201,20	0,00	1.917.201,20	1.917.201,20	03/08/2012	07/09/2013	4
1	774977/2012	Prefeitura do Município de Espigão do Oeste	100.000,00	2.500,00	100.000,00	100.000,00	06/12/2012	04/04/2013	4
1	782709/2013	Confederação Brasileira do Desporto Universitário-CBDU	5.405.908,29	0,00	5.405.908,29	5.405.908,29	27/06/2013	27/09/2013	4
1	783299/2013	Fundo de Desenvolvimento Desportivo do Estado de Mato Grosso	2.999.444,13	658.520,00	2.999.444,13	2.999.444,13	02/09/2013	31/12/2013	4
1	785929/2013	Confederação Brasileira do Desporto Escolar - CBDE	356.150,00	0,00	356.150,00	356.150,00	11/09/2013	11/12/2013	4

							3	13	
1	787257/2013	Confederação Brasileira do Desporto Escolar – CBDE	1.066.680,00	0,00	1.066.680,00	1.066.680,00	12/11/2013	12/02/2014	1
1	787097/2013	Confederação Brasileira de Desporto Escolar - CBDE	6.515.798,13	0,00	6.515.798,13	6.515.798,13	12/11/2013	12/03/2014	1
1	787093/2013	Universidade Estadual de Maringá	127.408,39	14.159,00	127.408,39	127.408,39	13/11/2013	04/02/2014	1
1	793944/2013	Prefeitura Municipal Macapá	300.000,00	16.112,80	0,00	0,00	31/12/2013	30/06/2014	1
1	794655/2013	Copa do Mundo 2014 é no Cabo Campeonato de Futebol Estudantil	3.000.000,00	150.000,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/08/2014	1
1	788170/2013	UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros	350.000,00	18.421,05	0,00	0,00	31/12/2013	30/06/2014	1
1	117/2007	Fundação Catarinense de Desportos	1.199.694,45	799.796,30	0,00	0,00	31/12/2007	31/12/2013	4
1	124/2006	Secretaria da Justiça e Cidadania	695.144,98	77.238,33	0,00	0,00	29/06/2006	28/12/2013	4
1	154/2006	Fundação de Esportes do Piauí	261.473,45	29.052,61	0,00	0,00	30/06/2006	31/07/2013	4
1	160/2007	Secretaria da Justiça e da Cidadania	474.057,87	52.673,10	0,00	0,00	31/12/2007	31/12/2013	4
1	700394/2008	Secretaria De Estado e Adm. Penitenciária	927.568,01	18.929,96	0,00	927.568,01	30/12/2008	02/09/2013	4
1	700991/2008	Secretaria da Juventude e dos Esportes- Casa de Custódia de Palmas	1.003.899,01	111.544,34	0,00	1.003.899,01	31/12/2008	23/04/2014	1
1	702257/2008	Secretaria De Esporte, Lazer e Juventude-SEIJ	1.760.101,53	35.920,44	0,00	1.760.101,53	29/12/2008	29/12/2013	4
1	738912/2010	Secretaria de Estado da Justiça	1.299.781,37	144.420,15	0,00	1.299.781,37	01/07/2010	11/09/2013	4
1	740415/2010	Secretaria de Estado da Justiça	1.191.587,37	297.896,84	0,00	1.191.587,37	02/07/2010	31/12/2013	4
1	742501/2010	Agência Goiana de Esporte e Lazer	1.188.244,95	132.027,22	0,00	1.188.244,95	02/07/2010	31/12/2013	4
1	744728/2010	Secretaria de Estado de Educação e Esporte	1.183.109,26	11.950,60	0,00	1.183.109,26	30/12/2010	25/09/2013	4
1	752120/2010	Fundação Nova Chance	811.841,32	91.500,00	0,00	811.841,32	30/12/2010	29/06/2013	4
1	755916/2011	Secretaria de Estado da Justiça, Cid. e D.Humanos	1.580.000,00	395.000,00	0,00	1.580.000,00	30/12/2011	21/11/2012	4

								1	13	
<u>LEGENDA</u>										
Modalidade:					Situação da Transferência:					
1 - Convênio					1 - Adimplente					
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente					
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa					
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído					
					5 - Excluído					
					6 - Rescindido					
					7 - Arquivado					
Fonte: DW/SICONV/SIAFI										

4.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.4.3.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Ministério do Esporte					
CNPJ:	02.973.091/0001-77					
UG/GESTÃO:	180002/000001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	97	15	128	104.857.321	68.627.420	85.014.374
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	5	2	32	17.489.636	5.403.611	11.338.000
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	0
Totais	102	17	160	122.167.214	73.671.032	96.352.374

Fonte: SICONV / SIAFI

4.3.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO A.4.3.3 – RESUMO DA PRSTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIOS, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATO DE REPASSE. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social					
CNPJ: 02.961.362/0001-74		UG/GESTÃO: 180002/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	115	-	-
		Montante Repassado	64.912.039,28	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	21	-	-
		Montante Repassado	13.669.929,76	-	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	13	-	-
		Montante Repassado	18.701.480,77	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	40	-	-
		Montante Repassado	46.690.258,23	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	13	-	-
		Montante Repassado	7.448.166,85	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	11	-	-
		Montante Repassado	16.965.505,15	-	-
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	2	-	-
		Montante Repassado	963.254,84	-	-
Fonte: SIAFI					

4.3.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO A.4.3.4 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE. **Posição 31/12**
em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social					
CNPJ: 02.961.362/0001-74			UG/GESTÃO: 180002/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas			115	-
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	7	-
			Quantidade Reprovada	1	-
			Quantidade de TCE	0	-
			Montante Repassado (R\$)	10.339.542,79	-
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	17	-
	Montante Repassado (R\$)		11.730.302,61	-	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	17	-
			Quantidade Reprovada	0	-
			Quantidade de TCE	0	-
			Montante Repassado (R\$)	7.775.786,44	-
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	73	-
			Montante Repassado (R\$)	35.066.407,44	-
2012	Quantidade de contas prestadas			139	-
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	33	-	
		Quantidade Reprovada	0	-	
		Quantidade de TCE	0	-	
		Montante repassado	22.912.566,74	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	76	-	
		Montante repassado (R\$)	41.621.102,26	-	
2011	Quantidade de Contas Prestadas			91	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	7	-	
		Quantidade Reprovada	1	-	
		Quantidade de TCE	0	-	
		Montante Repassado	3.206.256,01	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	70	-	
		Montante Repassado	33.123.162,99	-	
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	262	-	
		Montante Repassado	155.028.834,87	-	
Fonte: SIAFI E SICONV					

4.3.5 Análise Crítica

Preliminarmente, conforme já exposto no **item 1.4** do presente Relatório, a Coordenação Geral de Controle – CGCON/SNELIS é a unidade responsável apenas pela análise da execução física/cumprimento do objeto de todas as Prestações de Contas apresentadas e relativas aos Programas sob a gestão da SNELIS (Anexo 11 - Avaliação das Prestações de Contas e Órgãos de Controle).

Assim sendo, fica sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Prestação de Contas – CGPCO/SE/ME o recebimento das Prestações de Contas, a avaliação do Aspecto Financeiro e o registro da inadimplência em caso de omissão desse dever.

Portanto, compete à referida unidade o controle específico dos parceiros inadimplentes e todas as medidas conseqüentes da inadimplência efetiva, como inscrição no CAUC e abertura de Tomada de Contas Especial.

Em 2013, vale repetir, a CGCON continuou enfrentando os impactos decorrentes da constituição da SNELIS, mediante a fusão da SNEED com a SNDEL e aglutinamento de todos os programas delas oriundos, em virtude da limitação da força de trabalho (3 servidores) para fazer frente à grande quantidade de processos com Prestação de Contas a analisar.

Desta forma, embora tenha empreendido todos os esforços para dar vazão ao passivo de Prestação de Contas, inclusive considerando o prazo regulamentar, no exercício de 2013 foi possível proferir a análise do “cumprimento do objeto” de **78** Prestações de Contas, cujos resultados encontram-se especificados na tabela abaixo:

Tabela 03 – Quantitativo de Prestações de Contas

Prestações de contas aprovadas em 2013	76
Prestações de contas reprovadas em 2013	2

Tais quantitativos representam a soma das análises de PCF relativas aos exercícios de 2013, 2012, 2011 e anteriores a 2011, embora o Quadro A.4.3.4 detalhe apenas as “contas não analisadas” dos exercícios anteriores a 2011.

Convém registrar que o quantitativo informado no item “contas analisadas” corresponde ao efetivamente analisado em 2013, tendo os resultados obtidos nos exercícios anteriores sido oportunamente registrados nos Relatórios de Gestão respectivos.

Ademais, vale destacar que a quantidade massiva de convênios que tiveram o Aspecto Técnico da Prestação de Contas analisado (cumprimento do objeto), obteve aprovação, seja total, seja parcial (76), em contraponto à quantidade reprovada (2). Desta forma, depreende-se que a política pública vem sendo implementada satisfatoriamente pelas entidades parceiras, o que representa a efetividade dos repasses realizados pela SNELIS.

Contudo, ainda fica sob a competência da CGPCO/SE/ME promover, na sequência, a análise do Aspecto Financeiro de todas as Prestações de Contas.

De outra parte, foram objeto de reanálise **33** Prestações de Contas, encontrando-se ainda pendentes de análise **498** contas, conforme levantamento realizado no exercício de 2013.

5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

Preliminarmente, cumpre destacar **que não há conteúdo** a declarar nos subitens abaixo relacionados (determinados no Anexo II da DN TCU nº 127/2013 e cuja numeração corresponde à Portaria TCU nº 175/2013), devido os seguintes motivos:

- **5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas:** Informação de competência da SE;
- **5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria:** Informação de competência da SE;
- **5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada:** Informação de competência da SE;
- **5.1.5 Cadastramento no SISAC:** Informação de competência da CGGP/DGI/SE;
- **5.1.5.1 Atos sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC:** Informação de competência da CGGP/DGI/SE;
- **5.1.5.2 Atos sujeitos à Comunicação ao TCU:** Informação de competência da CGGP/DGI/SE;
- **5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no SISAC:** Informação de competência da CGGP/DGI/SE;
- **5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico:** Informação de competência da CGGP/DGI/SE;
- **5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos:** Informação de competência da CGGP/DGI/SE;
- **5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos:** Informação de competência da CGGP/DGI/SE;
- **5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos:** A UJ não tem indicadores desenvolvidos para a área de pessoal, ainda sem previsão de desenvolvê-los.

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 Lotação

QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	8	8	0	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	8	8	0	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	8	8		1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	44	29	17	17
4. Total de Servidores (1+2+3)	52	37	17	18

Fonte: CGGP/DGI/SE

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	1
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (Lei nº 11.356/2006)	1
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	1
Fonte: CGGP/DGI/SE	

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	44	41	20	24
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	44	41	20	24
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		7	1	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		5	2	4
1.2.4. Sem Vínculo	44	29	17	17
1.2.5. Aposentados				1
2. Funções Gratificadas	0	1	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		1		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	44	42	20	24

Fonte: CGGP/DGI/SE

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	4	9	5	4	1
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	4	9	5	4	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão	8	12	7	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	8	12	7		
2.3. Funções Gratificadas					
3. Totais (1+2)	12	21	12	4	1

Fonte: CGGP/DGI/SE

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

**QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	1	4	16	0	2	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira				1	4	16		2	
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	1	9	17	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				1	8	17			
2.3. Funções Gratificadas					1				
3. Totais (1+2)	0	0	0	2	13	33	0	2	0
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: CGGP/DGI/SE

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retrocessões	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	234.933,00	0,00	41.297,00	16.673,00	43.346,00	12.662,00	276.601,00	0,00	0,00	625.512,00
	2012	324.286,00	0,00	49.171,00	15.157,00	58.620,00	19.719,00	278.966,00	80.709,00	0,00	826.628,00
	2011	210.630,00	0,00	71.563,00	20.761,00	41.690,00	13.000,00	183.800,00	0,00	0,00	541.444,00
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	210.927,00	1.859.741,00	156.296,00	49.505,00	10.088.873,00	33.798,00	245.466,00	0,00	0,00	12.644.606,00
	2012	298.567,00	1.888.694,00	203.079,00	65.941,00	663.676,00	47.811,00	287.864,00	83.345,00	0,00	3.538.977,00
	2011	226.979,00	1.165.500,00	191.831,00	53.499,00	392.122,00	34.899,00	242.300,00	0,00	0,00	2.307.130,00
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	59.470,00	6.996,00	8.547,00	3.075,00	10.715,00	13.995,00	36.972,00	374,00	0,00	140.144,00
	2012	119.072,00	14.459,00	7.869,00	6.189,00	17.931,00	18.210,00	66.726,00	42.300,00	168,00	292.924,00
	2011	45.950,00	5.978,00	24.500,00	4.850,00	7.296,00	4.770,00	21.300,00	0,00	124,00	114.768,00

Fonte: SIAPE

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

Preliminarmente, cumpre destacar **que não há conteúdo** a declarar nos subitens abaixo relacionados (determinados no Anexo II da DN TCU nº 127/2013 e cuja numeração corresponde à Portaria TCU nº 175/2013), devido os seguintes motivos:

- **5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão:** Informação de Competência da DGI;
- **5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados:** Informação de competência da DGI;
- **5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada:** Tais contratos são de gestão do Departamento de Gestão Interna/SE e atendem a todas as unidades do Ministério do Esporte;
- **5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão:** De forma geral, os contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra deste Ministério são gestão do Departamento de Gestão Interna/SE e atendem a todas as unidades do Ministério do Esporte;
- **5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4:** Informações de competência da DGI.

5.2.1 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.2.1 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS– Situação apurada em 31/12/2013

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1. Área Fim	23	24	24	27	R\$ 101.147,86
1.2. Área Meio					
2. Nível Médio					
2.1. Área Fim	15	24	24	19	R\$ 59.324,96
2.2. Área Meio					
3. Total (1+2)	38	48	48	46	R\$ 160.472,82

6. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

6.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.6.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	Monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	Aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	Aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	Aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	Aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	Aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
X	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.

	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s).Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
X	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
()	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
()	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
()	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
()	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
()	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
()	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2014, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2014 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).

9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
☐	Entre 1 e 40%.
☐	Entre 41 e 60%.
☐	Acima de 60%.
☒	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
Acreditamos que a pesquisa necessita ter acrescentadas questões pertinentes aos sistemas existentes na UJ, questões sobre o engajamento do PDTI ao Planejamento Geral da UJ, bem como ao PPA, de maneira a atender antecipadamente às necessidades da alta gestão da UJ.	

6.1.1 Análise Crítica

Tecnologia de Informação: Ferramenta essencial para o apoio à gestão

Mantendo a premissa básica da Coordenação de Geral de Sistemas – que compõe o projeto da UFRGS – a área se consolida em 2013 apoiando a gestão dos programas de governo sob a responsabilidade da SNELIS/ME.

O desenvolvimento e manutenção dos sistemas que contém as informações do Programa Segundo Tempo são constantes, visto que o mesmo está em franca expansão e aprimoramento, como também ocorre com os demais Programas afetos à SNELIS – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, podendo ser citados o Esporte da Escola, Programa Esporte e Lazer da Cidade, Vida Saudável, entre outros.

O ano de 2013 foi de continuidade do que havia sido planejado e iniciado em 2012, com ênfase também na área de governança¹ da TI desta Secretaria, visto que o crescimento da plataforma foi vertical nos últimos 2 anos exigindo mais esforço e empenho no controle de backups, acessos, gerenciamento de mudanças, gerenciamento de soluções de problemas e da própria contingência. Foram desenvolvidas ou aprimoradas ações e rotinas com objetivo de reforçar o quesito governança como: revisão da “*versionalização*”² dos sistemas em desenvolvimento ou manutenção, pesquisa de satisfação dos usuários internos, unificação da rotina de envio automático de emails dos sistemas para usuários específicos, atualização de todos os tutoriais dos sistemas, levantamento e revisão dos pontos críticos de vulnerabilidade nos códigos fontes³ dos sistemas, finalizando com a mudança do nome do domínio⁴ do portal para www.snelis-me.com.br, visto que o domínio anterior (www.pst.uem.br) designava o portal como sendo exclusivo do Programa Segundo Tempo, o que já não ocorre mais de fato, pois o portal está atendendo todos os programas residentes na SNELIS.

Ainda no âmbito administrativo a atual **Sub-Coordenação de Sistemas (CGSIS)** passou por mais alterações. As equipes interna e externa de desenvolvimento e suporte de sistemas foram mantidas na coordenação, porém e a equipe SIC, responsável pela manutenção de informações do SIC (Sistema Informativo de Convênios - SIC), foi novamente colocada sob a responsabilidade da CGSIS.

Mantivemos todas as metodologias de gestão de desenvolvimento e mudanças por meio de sistema próprio de comunicação, além de reuniões periódicas e outras aplicações digitais que viabilizam o controle de projetos e soluções, bem como a organização da agenda de trabalhos e a identificação de prioridades desta coordenação, promovendo a aceleração nos processos de criação e manutenção dos sistemas. O que se poderia chamar de metodologia SCRUM on-line.

¹ Governança de TI é um conjunto de práticas, padrões assumidos por executivos, gestores, técnicos e usuários de TI de uma organização, com o objetivo de garantir controles efetivos, ampliar os processos de segurança e desempenho.

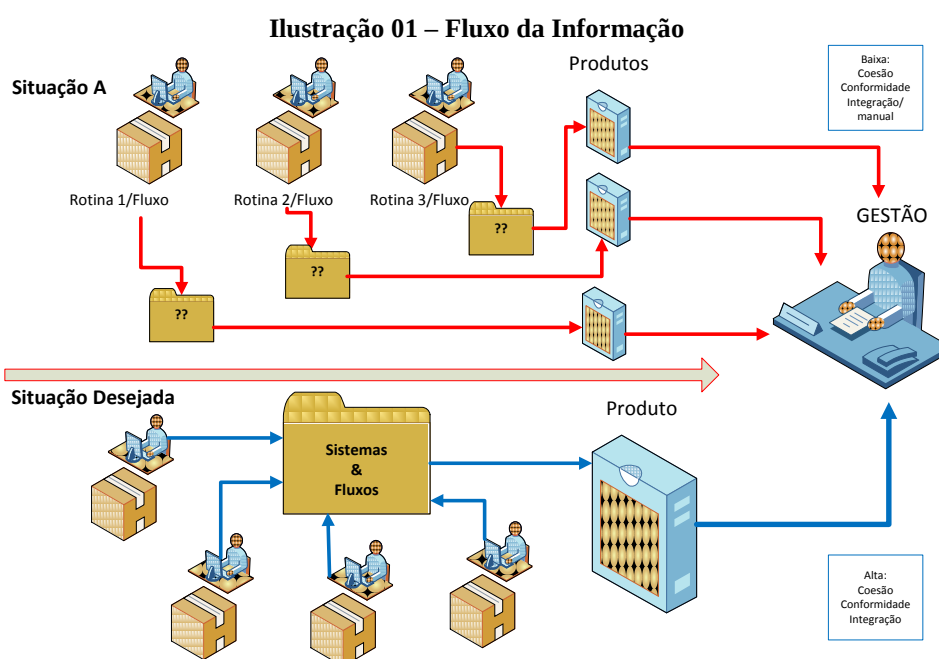
² Termo normalmente utilizado em TI para designar a organização versões progressivas de um mesmo sistema ou software identificando a sua evolução

³ **Código fonte** é o conjunto de palavras ou símbolos escritos de forma ordenada, contendo instruções em uma das [linguagens de programação](#) existentes, de maneira lógica.

⁴ **Domínio** é um nome que serve para localizar e identificar conjuntos de [computadores](#) na [net](#).

É sempre importante ressaltar que a equipe de desenvolvimento de TI tem a seguinte composição: 1 coordenador geral, 1 sub coordenador, 2 analistas programadores “seniors”, 5 programadores e 2 assistentes de desenvolvimento e suporte. Tal composição vem sendo mantida há 3 anos.

Na área de desenvolvimento e manutenção de sistemas o ano de 2013 mostrou-se bastante instável. Houve mais um remanejamento da estrutura funcional em âmbito bastante ampliado, o que acabou interrompendo um ciclo de renovação e passagem de conhecimento entre os diversos colaboradores em todos os setores. Este fato impactou diretamente na utilização e uso contínuo dos diversos sistemas da plataforma. Foram realizadas várias reuniões de alinhamento e conscientização, obtendo-se sucesso relativo em curto prazo, contudo o desempenho e eficiência dos processos dos quais os sistemas dependem ficaram abaixo da média. Como comentado em posicionamentos anteriores, há que se dar maior importância ao planejamento, à governança geral, e à consolidação dos processos e procedimentos internos, de modo a fomentar o fluxo da informação com estabilidade ou minimizando retrabalhos e insipiências, o que ocorre normalmente com o trabalho pontual, emergencial e de pouca efetividade como a Ilustração 01 – Fluxo de Informação



Composição da Plataforma Informatizada SNELIS

Passamos a destacar na tabela abaixo todos os sistemas que compõem a plataforma informatizada SNELIS, cada qual com sua descrição sintetizada, ajustes e melhorias realizados cumulativamente nos anos anteriores e em 2013.

Tabela 04 – Sistemas em Operação

DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS EM OPERAÇÃO NA PLATAFORMA SNELIS	
PORTAL SNELIS Atende – Todos os usuários	O Portal SNELIS foi colocado em operação em abril 2012 e tem como função principal a unificação do acesso a todos os sistemas da Plataforma Informatizada. O acesso ao sistema também unificado é controlado pelo Sistema de Controle de Acessos (SISCA), veja detalhamento abaixo. O Portal ainda dispõe de acesso livre à LAI (Lei de Acesso à Informação), ao Geo Localizador de núcleos do PST e das Escolas do Programa Mais Educação do MEC e participantes do projeto Esporte da Escola, PELC e Vida Saudável.
Sistema Informativo de Convênios (SIC) Atende - Todos os Convênios	Este sistema implementa funcionalidades de acesso ao principal repositório de informações dos convênios do programa segundo tempo, desde a sua formalização até a prestação de contas. Em 2012 foram feitos ajustes no módulo de controle de documentos e reestruturação de formulários em função de mudanças de workflow, implementação do extrato de convênios e implementação de controle visual de pendências e geração automática e envio de e-mails. Iniciado em 2012 e concluído em 2013 a adaptação do sistema para que possa receber dados e informações de todos os programas sociais geridos pela SNELIS. Ainda em 2013 o sistema ganhou novo layout, foram feitas diversas atualizações a pedido das coordenações técnicas da SNELIS, permissão de acesso dos Coordenadores Gerais dos convênios, e o mais importante, foi desenvolvida uma interface que faz a leitura dos dados das APIs ⁵do SICONV e os transfere para os respectivos campos do SIC, evitando assim cerca de 30% de retrabalho das áreas técnicas.

⁵ **API**, de **Application Programming Interface** (ou **Interface de Programação de Aplicativos**) é um conjunto de rotinas e padrões estabelecidos por um software para a utilização das suas funcionalidades por aplicativos que não pretendem envolver-se em detalhes da implementação do software, mas apenas usar seus serviços.

De modo geral, a API é composta por uma série de funções acessíveis somente por programação, e que permitem utilizar características do software menos evidentes ao utilizador tradicional.

Sistema Integrado de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo (SIAPA) Atende - Programa Segundo Tempo	Sistema destinado ao gerenciamento pedagógico dos convênios pelo encadeamento de informações dos instrumentos de Planejamento Pedagógico do Convênio (PPC), Planejamento Pedagógico dos Núcleos (PPNs) e Avaliações in loco das Equipes de Colaboração (AVIL), com geração automática do Relatório Consolidado (RC), destas informações. Em 2012 foram feitos ajustes e integração dos formulários PPC, PPN, AVIL (Avaliação In Loco) e RC dentro do ciclo de avaliações, compondo a 2ª geração dos mesmos. Em 2013 o sistema recebeu a 3ª geração de instrumentos pedagógicos e também o ajuste para integração direta com o Sistema de Cadastros Gerais – SICAD, e recebeu uma rotina exclusiva para solicitação on-line de alteração de núcleos do PST.
Sistema Alteração dos Planejamentos Pedagógicos de Convênios e Núcleos (SICAPP) Atende - Programa Segundo Tempo	Módulo de função única e uso exclusivo dos coordenadores gerais e coordenadores de núcleo dos convênios do PST, para inserção dos correspondentes Planejamentos Pedagógicos do convênio e de seus núcleos. Em 2012 o SICAPP incorporou funcionalidades de comunicação por e-mail e de avisos em tela com configuração de prazos para inserção e alteração de documentos para o PPC e PPNs, e a possibilidade de solicitação de alteração das modalidades e grades horárias dos núcleos de forma automatizada, sem que haja a necessidade de envio de ofícios para o ME. Esta funcionalidade também permite às equipes internas do ME autorizar ou não tais alterações solicitadas. Em 2013 o sistema foi ajustado para integração direta com o Sistema de Cadastros Gerais – SICAD e também passou a permitir que os PPNs sejam alterados na íntegra quando autorizado.
Sistema de Controle de Acessos (SISCA) Atende - Todos os Programas	Este módulo gerencia, controla e registra os acessos aos diversos sistemas em operação com segmentação de permissões às páginas, serviços e formulários de cada um desses sistemas. Em 2012, já no escopo da Plataforma SNELIS, recebeu aperfeiçoamentos dos mecanismos de controle de usuários, extensivo às equipes e funcionalidades, com adaptação geral para o Portal SNELIS. Em 2013 o controle de acessos passou a gravar na íntegra o log de acessos a todos os sistemas da plataforma, função feita anteriormente de forma distribuída em cada um dos sistemas.

Sistema Integrado de Relatórios de Acompanhamento dos Convênios (SISRAC) Atende - Programa Segundo Tempo	Este sistema agiliza a operacionalização dos relatórios periódicos de acompanhamento, os quais são exigidos dos convênios durante a sua vigência, permitindo o controle e o gerenciamento por parte da Equipe Técnica do ME (CGAO). Em 2012 o módulo de convênios recebeu ajustes nos processos de upload de arquivos de relatórios, enquanto que o módulo de gerenciamento de relatórios, integrado ao SISCA, teve a implementação dos históricos de situação dos relatórios. Por exigir intensa manutenção e possuir programas divergentes da metodologia adotada para os demais sistemas, nesse período deu-se início à reescrita de seu código sem prejuízo às operações correntes. Em 2013 o novo código não pode ser concluído em virtude de diversas prioridades assumidas pela equipe de desenvolvimento, porém a sua conclusão está prevista para o primeiro semestre 2014.
Sistema Integrado de Certificação da Capacitação dos Recursos Humanos (SISCRT) Atende - Todos os Programas	Módulo destinado ao controle e emissão das certificações de capacitações dos recursos humanos dos convênios formalizados. Em 2012 o módulo migrou para o ambiente da Plataforma SNELIS e teve seus mecanismos de acesso adaptados ao SISCA, recebendo apenas ajustes localizados. Entretanto, frente à ocorrência de capacitações na modalidade EaD, deu-se início ao desenvolvimento de soluções para atender a essa demanda, com a geração e envio eletrônico dos certificados aos capacitandos. Em 2013 este sistema foi definitivamente adaptado para ser integrado ao Sistema de Cadastros Gerais SICAD, e também às rotinas de capacitação por EaD possibilitando a emissão e envio de certificados de capacitação por e-mails aos monitores para o Esporte da Escola.
Sistema PST no MAIS EDUCAÇÃO (STMEDU) Atende - Programa Esporte da Escola	Trata-se de um módulo de carga das escolas optantes do macro campo Esporte e Lazer via SIMEC do Ministério da Educação e seus respectivos Coordenadores, Diretores, Facilitadores e Monitores. Em 2012, já no escopo da plataforma SNELIS, foram implementadas funcionalidades de alinhamento ao ano letivo, e consolidados os relatórios gerenciais com controle e cruzamento de dados cadastrais. Em 2013 o sistema foi adaptado para conter informações de estrutura das escolas, com migração de dados para geolocalização, e também para suprir ao EaD da capacitação deste programa. Atualmente gere informações de aproximadamente 60.000 escolas.

Sistema de Informações dos Convênios para a Casa Civil (SINFOCC) Atende - Todos os Programas	Sistema de uso restrito e pontual foi criado especificamente para atendimento ao Decreto 7592/2011 de 28.10.2011, que instituiu a Força Tarefa de análise de regularidade dos convênios com entidades sem fins lucrativos. O sistema continuou ativo em 2012 com a finalidade de prover o acesso às informações armazenadas à época da Força Tarefa, comandada pela Casa Civil e pela Controladoria Geral da União. Sua utilização manteve-se em 2013.
Geolocalizador⁶ (Sistema adaptado de Geoprocessamento) Atende – PST, PELC e VS e Esporte da Escola	Módulo resultante de pesquisa e desenvolvimento de uma aplicação com as funcionalidades do “Google Maps” integradas com as bases de dados do PST para geolocalização e obtenção de informações sobre os Núcleos atendidos pelo Programa. Em 2012 a partir da instalação do Portal SNELIS foi possível disponibilizá-lo a todo e qualquer cidadão interessado em consultar as informações do PST por meio da geolocalização dos núcleos. Ainda em 2012 as mesmas funcionalidades foram implantadas permitindo o acesso às informações das Escolas optantes pelo PST no Programa Mais Educação do Ministério da Educação. Em 2013 o geolocalizador foi ajustado para o PELC e VS, além de informar a estrutura das escolas do programa Esporte da Escola, e o repasse de recursos.
Controle das Comunidades e dos Jogos Indígenas (INDÍGENA) Atende – Comunidades e Jogos Indígenas	Este sistema tem por finalidade, a partir da geolocalização, identificar e manter o cadastro atualizado das comunidades indígenas do Brasil, bem como o controle daquelas que participaram e participam dos Jogos Indígenas Brasileiros. O sistema foi implantado conforme previsto em abril 2013 e aguarda até o momento a importação de dados da FUNAI, e a adaptação da coordenação CGPEIN para uso do sistema.
Sistema de Gerenciamento de Cargos e RH (SGC) Atende - Equipe Interna da SNELIS	Sistema de uso restrito, que atende ao gerenciamento e controle de cargos e vagas da Secretaria Nacional de Educação, Esporte, Lazer e Inclusão Social - SNELIS.

⁶ Geoprocessamento - É um conjunto de conceitos, métodos e técnicas erigido em torno do processamento eletrônico de dados que opera sobre registros de ocorrência georreferenciados, analisando suas características e relações geotopológicas para produzir informação geográfica.

Solicitação de Ajustes nos Sistemas (SAS) Atende - Equipe TI	Utilitário de uso restrito à Equipe de desenvolvimento da CGSIS atende à necessária interação remota entre a coordenação de TI (na SNE LIS) e a equipe de desenvolvimento e suporte, viabilizando a gestão dos trabalhos pelo registro de especificações, definição de prioridades, acompanhamento e definições de ações corretivas para cada tarefa. Em 2012 recebeu ajustes pontuais e aperfeiçoamentos em seus mecanismos de comunicação visual e navegabilidade. Sistema mantido em 2013 sem ajustes necessários.

Tabela 05 – Sistemas em Desenvolvimento

DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS EM DESENVOLVIMENTO PARA A PLATAFORMA SNE LIS	
Sistema Integrado de Cadastros Gerais (SICAD) Atenderá – Programa Segundo Tempo	O cadastro geral, de preenchimento obrigatório por parte do conveniente, tem como principal função o gerenciamento das informações cadastrais dos núcleos, recursos humanos e beneficiados dos convênios do PST. Em 2012 foram realizadas as análises e especificações do sistema e projeto do banco de dados. O atraso no cronograma deste projeto, que deveria ter sido implantado em meados de 2012, ocorreu em virtude da não conclusão da reestruturação da SNE LIS. Tal atraso ainda se repercutiu em 2013. O sistema ficou pronto em meados de dezembro, e entrou em fase de testes em janeiro 2014, está previsto o início da sua utilização em março 2014.
Sistema de Eventos (SISEVENT) Atenderá - Programa Segundo Tempo	O Sistema de Eventos tem por finalidade atender as coordenações envolvidas nos diversos eventos da Secretaria. Sua principal aplicação está no gerenciamento e controle das entidades que promovem o Recreio nas Férias.

Sistema de Acompanhamento e Monitoramento Administrativo dos Programas PELC e Vida Saudável (SAMA) Atenderá - PELC e VS	Em 2012 recebemos a demanda para que os controles e informações dos Programas PELC e Vida Saudável fossem informatizados, visto que as coordenações destes programas não possuem tais controles, dependendo ainda de planilhas e cadastros empíricos não sistematizados. Após a demanda recebida foram realizados os levantamentos de necessidades e regras, e reuniões de alinhamento entre as equipes. Embora em fase de desenvolvimento com perspectiva inicial de implantação a partir de abril 2013, esta foi frustrada em virtude de mudanças ocorridas na área responsável pelo programa, além da revisitação dos instrumentos por parte da diretoria SNELIS e dos colaboradores/formadores da UFMG. Com isto o sistema teve seu desenvolvimento interrompido sendo retomado somente em janeiro 2014.
Sistema de Indicadores do Programa Segundo (SISIND) Atenderá - Programa Segundo Tempo	Sistema de Indicadores Qualitativos e Quantitativos do Programa Segundo Tempo. Havia previsão da conclusão deste sistema em fevereiro 2012, porém não foi possível devido às mudanças estruturais ocorridas na Secretaria e a falta de debates sobre o assunto para o levantamento de informações, requisitos e regras de funcionamento. O sistema ainda encontra-se em fase de projeto, projeto este necessitando de discussões e determinações técnicas. Dentre tais discussões estamos viabilizando a sua utilização por parte dos demais programas da Secretaria.

Tabela 06 – Sistema em Fase de Projeto

DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS EM FASE DE PROJETO PARA A PLATAFORMA SNELIS	
Gerenciador de Qualidade das Informações da Plataforma SNELIS Atenderá - Todos os Programas	Este módulo terá a função de varredura em todo o banco de dados em busca de informações conflitantes ou com anomalias.
Inteligência Geral da Plataforma SNELIS (BI) Atenderá - Todos os Programas	Módulo será responsável pela geração de informações gerenciais através da pesquisa dos dados em toda plataforma, apoiando a tomada de decisões da alta gestão.

INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA SNELIS

A partir da fusão das Secretarias SNEED e SNDEL em 2011, houve para 2012 e permaneceu em 2013 uma expectativa de crescimento da estrutura SNELIS com impactos de geração de novas demandas para a área de sistemas, resultado da incorporação de mais programas sociais sob a mesma gestão.

Com isto, intensificamos a busca pela agilização dos processos, automatização dos procedimentos e controles para disponibilizar às equipes técnicas envolvidas e à gestão dos programas informações confiáveis, atualizadas em tempo real. Entretanto, esta não é uma tarefa simples, uma vez que exige o envolvimento de todos os setores e suas equipes.

Embora o exercício 2013 não tenha sido tão produtivo como o esperado, pôde-se identificar o crescimento da plataforma em número de usuários, acessos e sistemas, movimentação que deve continuar em 2014. Motivo pelo qual estamos solicitando alterações no projeto inicial da estrutura de TI, com o objetivo de aumentá-la em 50%. Este acréscimo propiciará mais conforto e velocidade de acesso aos sistemas e banco de dados, conseqüentemente aos usuários em geral. Destaca-se nesta alteração a solicitação de 01 servidor storage ⁷que nos garantirá mais segurança nas rotinas de backup ⁸e de recuperação em caso de incidentes com os servidores da linha de frente. Como exemplo de monitoramento e acompanhamento da estrutura de equipamentos e sistemas operacionais que mantém ativa a plataforma SNELIS, segue no **Texto 01 do Anexo 13 – Sistemas Informatizados** o relatório de ocorrências e monitoramento do mês de dezembro 2013.

Ademais, o advento dos geolocalizadores atrelados a cada um dos programas da Secretaria tem auxiliado muito nos trabalhos de verificação e reconhecimento de áreas nas quais estão inseridos os núcleos e escolas dos programas, e principalmente quando são programadas visitas de avaliação. Todavia, o limite diário de visualizações nos mapas é atingido praticamente em virtude da quantidade de acessos que recebemos diariamente. Tal limite refere-se ao uso da versão gratuita do geolocalizador. A meta para 2014 é adquirir uma licença que amplie este limite e aporte mais recursos de pesquisa e mapeamento, trazendo ganhos de qualidade para o Portal SNELIS e seus usuários.

⁷ Os storage área networks, ou redes de armazenamento, diferenciam-se de outras formas de armazenamento em rede pelo método de acesso em baixo nível que eles apresentam permitindo uma rápida e fácil reposição de servidores defeituosos. Esse processo pode levar pouco mais de 30 minutos e é uma idéia relativamente nova que está sendo implantada em novos [data centers](#).

⁸ Em *informática*, **cópia de segurança** (em *inglês*: backup) é a *cópia* de *dados* de um *dispositivo de armazenamento* a outro para que possam ser restaurados em caso da perda dos dados originais, o que pode envolver apagamentos acidentais ou [corrupção de dados](#).

7 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

7.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

7.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO A.7.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS					116516
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	033.467/2012-9	5843/2013	9.1	DE	Ofício 2062/2013 – TCU/SECEX-BA
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
CGCON e CGAO/SNELIS					116516
Descrição da Deliberação Determinar que a Secex/BA promova a audiência dos então gestores do Ministério do Esporte e da Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem razões de justificativa para o fato de os objetivos do Programa Pintando a Cidadania terem sido frustrados no âmbito dos Convênios nºs 732056 e 751359, haja vista que não se comprovou a adoção de providências oportunas e efetivas com vistas a resolver o problema com a destinação dos materiais esportivos produzidos e desidiosamente estocados na associação e o problema com a deterioração das máquinas e equipamentos adquiridos com recursos federais desses ajustes.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
CGCON e CGAO/SNELIS					116516
Síntese da Providência Adotada Foi encaminhado como resposta o Ofício nº 832/2013/SNELIS/ME, o qual informa todas as medidas adotadas por parte da SNELIS para solucionar pendências relativas aos Convênios nºs 732056 e 751359, mediante a instauração de Grupo de Trabalho (Portaria nº 216/2013), que teve como objetivo verificar a existência dos bens adquiridos com recursos dos mencionados convênios, bem como mapear os bens permanentes adquiridos com recursos dos convênios citados para fins de tombamento patrimonial, além de subsidiar decisões da gestão quanto aos procedimentos de alienação/desmobilização.					
Síntese dos Resultados Obtidos Foi identificado por parte da equipe que compôs o Grupo de Trabalho que alguns equipamentos foram levados a hasta pública para pagamento de débitos trabalhistas decorrentes da suspensão dos convênios. Foi identificado também que as notas fiscais apresentadas pela conveniente não discriminavam marca e número de série das máquinas, impossibilitando a identificação precisa dos equipamentos no local. Diante disso, a conveniente foi notificada a identificar e alocar em um mesmo espaço físico todo maquinário adquirido com recursos federais oriundos dos convênios. Em relação aos materiais confeccionados, estes foram repassados ao Ministério do Esporte, de modo que podemos afirmar que somente maquinários ainda estão em posse da conveniente. Com intuito de solucionar definitivamente as pendências, bem como inconsistências encontradas em decorrência da ação do Grupo de Trabalho, foi solicitada a prorrogação das atividades do grupo por mais seis meses, por meio do Memorando nº 251/2013/CGAO/DEGEP/SNELIS/ME.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor Os fatores negativos que foram impeditivos para a adoção de providências mais efetivas por parte da gestão, principalmente no que concerne ao maquinário adquirido pela conveniente, deveram-se ao fato dos equipamentos terem sido indevidamente levados a hasta pública, o que não permitiu sua localização efetiva, tombamento e recolhimento. No que concerne aos materiais confeccionados, todavia, estes foram identificados e recolhidos, o que se					

configurou como fator positivo.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS					116516
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	033.466/2012-2	5843/2013	9.1	DE	Ofício 2083/2013 – TCU/SECEX-BA
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
CGCON e CGAO/SNELIS					116516
Descrição da Deliberação					
Determinar que a Secex/BA promova a audiência dos então gestores do Ministério do Esporte e da <u>Associação Cultural Jacuipense</u> para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem razões de justificativa para o fato de os objetivos do Programa Pintando a Cidadania terem sido frustrados no âmbito dos Convênios nos 748392, 748403, 755725 e 755726, haja vista que não se comprovou a adoção de providências oportunas e efetivas com vistas a resolver o problema com a destinação dos materiais esportivos produzidos e desidiosamente estocados na associação e o problema com a deterioração das máquinas e equipamentos adquiridos com recursos federais desses ajustes.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
CGCON e CGAO/SNELIS					116516
Síntese da Providência Adotada					
Foi encaminhado como resposta o Ofício nº 833/2013/SNELIS/ME, o qual informa todas as medidas adotadas por parte da SNELIS para solucionar pendências relativas aos Convênios nºs 748392, 748403, 755725 e 755726, mediante a instauração de Grupo de Trabalho (Portaria nº 216/2013), que teve como objetivo verificar a existência dos bens adquiridos com recursos dos mencionados convênios, bem como mapear os bens permanentes adquiridos com recursos dos convênios citados para fins de tombamento patrimonial, além de subsidiar decisões da gestão quanto aos procedimentos de alienação/desmobilização.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Foi identificado por parte da equipe que compôs o Grupo de Trabalho que os equipamentos adquiridos estão armazenados em um amplo galpão na sede da Associação Cultural Jacuipense. Contudo, observou-se que a identificação patrimonial foi inserida em apenas alguns deles, tendo em vista a ausência de contrato vigente de manutenção do sistema referente ao tombamento dos bens utilizados pelo Ministério do Esporte, o que no presente momento impossibilita o patrimônio dos demais equipamentos. No que tange aos materiais produzidos, os mesmos foram repassados ao Ministério do Esporte, de modo que podemos afirmar que somente maquinários ainda estão em posse da conveniente.					
Com intuito de solucionar definitivamente as pendências, bem como inconsistências encontradas em decorrência da ação do Grupo de Trabalho, foi solicitada a prorrogação das atividades do mesmo por mais seis meses, por meio do Memorando nº 251/2013/CGAO/DEGEP/SNELIS/ME.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A ausência de contrato de manutenção do sistema de tombamento, que impossibilitou o patrimônio e recolhimento dos equipamentos, configurou-se como fator negativo para adoção de providências mais concretas por parte da gestão. No que concerne aos materiais confeccionados, todavia, estes foram identificados e recolhidos, o que se configurou como fator positivo.					

7.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.7.1.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS					116516
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 023.277/2013-0	6408/2013	-	RE	Ofício 1598/2013- TCU/SECEX-PE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E MINISTÉRIO DO ESPORTE					116516
Descrição da Deliberação					
- A deliberação proferida e constante no Acórdão propõe o encaminhamento ao Ministério para consideração quando da análise da prestação de contas do convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Caruaru (nº 757611/2011).					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
CGCON e CGPCO/SE/ME					116516 36995
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
- Preliminarmente, tendo em vista que a vigência do convênio se encerra em 09/2014, a análise da prestação de contas ainda não pode ser realizada. - Contudo, considerando que a denúncia diz respeito a obras que foram iniciadas em Caruaru e não foram finalizadas (promessa de campanha do prefeito), não se vislumbra qualquer causalidade com o desenvolvimento do Programa Segundo Tempo, objeto do convênio em tela.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
- Embora ainda não seja possível a apreciação das contas do convênio em questão, há que se registrar que a execução das parcerias firmadas no âmbito do Programa Segundo Tempo são sistematicamente acompanhadas/avaliadas, de forma a permitir as intervenções cabíveis durante o curso do seu desenvolvimento.					

7.2 Tratamento de Recomendações do OCI

7.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

QUADRO A.7.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria nº 201118348	1.1.1.4 e 1.1.1.1.13	Ofício 13634/2013/DRTES/DR/SFC/CG U-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Descrição da Recomendação			
1.1.1.4 CONSTATAÇÃO 004			
RECOMENDAÇÃO 001: Apresentar plano de ação que indique as iniciativas de aplicação dos kits não utilizados, com vistas a cessar os custos de aluguel referente ao armazenamento de kits não utilizados.			
RECOMENDAÇÃO 002: Avaliar a oportunidade e conveniência de utilização do Sistema de Registro de Preços a fim de buscar a simplificação dos procedimentos para aquisição de produtos de consumo freqüente, a diminuição do tempo necessário para efetivação das aquisições e a diminuição dos custos de armazenagem, uma vez que a Administração contrata na medida de suas necessidades.			
1.1.1.13 CONSTATAÇÃO 014			
RECOMENDAÇÃO 001: Apurar os fatos e as responsabilidades sobre as evidências de pagamento indevido, no valor de R\$ 912.388,26 além da quantidade inicial contratada com relação aos itens Garantia de Estoque e Armazenagem e Movimentação			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
CGES/SNELIS			116516
Síntese da Providência Adotada			
RECOMENDAÇÃO 001 (CONSTATAÇÃO 004): Destaca-se que foram adquiridos 4.406 kits do PROESP, e que desse montante foram distribuídos 4.289 kits, restando em estoque o quantitativo de 117 kits a serem distribuídos, que estão em fase de destinação final pela área pedagógica da SNELIS.			
RECOMENDAÇÃO 002 (CONSTATAÇÃO 004): Esta Secretaria vem adotando tal prática de modo a simplificar os procedimentos para aquisição de material, no sentido de planejar e prever o recebimento temporal em conformidade com a respectiva distribuição.			
RECOMENDAÇÃO 001 (CONSTATAÇÃO 014): Por meio do Memorando nº 307/2013/SNELIS/ME, datado de 10/05/2013, esta Secretaria solicitou à Secretaria Executiva/ME a recomposição do Grupo de Trabalho instalado por determinação da Portaria nº 226, de 31/10/2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
- RECOMENDAÇÃO 001 (CONSTATAÇÃO 004): Esta Secretaria está adotando as providências necessárias, em tempo hábil, visando à distribuição dos kits estocados para que cessem os custos com armazenamento, o que hoje já se apresenta como um gasto mínimo. Registre-se que a presente demanda foi oportunamente contemplada no Plano de Providências Permanente, enviado à CGU no final do exercício.			
RECOMENDAÇÃO 002 (CONSTATAÇÃO 004): No último semestre de 2013, a SNELIS solicitou adesão às Atas de Registro de Preços de uniformes, materiais pedagógicos e recreativos junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, com vistas à agilização dos procedimentos e a redução de custos.			
RECOMENDAÇÃO 001 (CONSTATAÇÃO 014): Embora esta unidade tenha solicitado à Secretaria Executiva/ME a recomposição do Grupo de Trabalho instalado por determinação da Portaria nº 226, de 31/10/2012, a sua atividade ficou comprometida em decorrência da servidora indicada para Coordenação da tarefa ter declinado da atribuição.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
- RECOMENDAÇÃO 001 (CONSTATAÇÃO 004): A distribuição dos itens estocados foi realizada com sucesso pela			

empresa contratada, de acordo com as necessidades apresentadas pelas entidades parceiras, ou seja, em consonância com os itens e quantitativos pactuados. Além do mais, foram efetuadas as doações no âmbito do Programa PST no Mais Educação, para o desenvolvimento do Programa Esporte na Escola, uma vez que é responsabilidade deste ME o fornecimento dos materiais esportivos.

RECOMENDAÇÃO 002 (CONSTATAÇÃO 004): Embora tenha sido solicitada a adesão às Atas de Registro de Preços de uniformes, materiais pedagógicos e recreativos junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, só foi concretizada a aquisição dos Uniformes, em virtude da desistência das empresas fornecedoras. Contudo, conforme já exposto em item específico deste Relatório, já estão sendo adotados os procedimentos cabíveis (Ata de Registro de Preço) para nova aquisição.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório de Fiscalização nº 201204625	Item III	Ofício 26357/2013/DRTES/DR/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Descrição da Recomendação			
III - CONCLUSÃO Sobre o objeto fiscalizado: A partir das informações de frequência disponibilizadas não é possível afirmar que o objeto foi executado na sua totalidade. (...) Sobre o objetivo: Não foram disponibilizadas as frequências de todos os Núcleos, o que dificultou a avaliação acerca do atingimento do objeto do convênio em tela.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
CGCON/SNELIS e CGPCO/SE/ME			116516 36995
Síntese da Providência Adotada			
Em atendimento, foi encaminhado o Ofício nº 599/2013/SNELIS/ME, apresentando a análise do cumprimento do objeto referente ao Convênio nº 717258/2009, firmado entre o Ministério do Esporte e a Prefeitura Municipal de Floriano.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
- O Parecer Técnico de Avaliação do Cumprimento do Objeto nº 20/2013, referente à análise acima citada, concluiu pelo atingimento <u>parcial</u> dos objetivos do convênio, tanto no que diz respeito à meta de beneficiados, quanto às demais ações, cabendo, na sequência, ser proferida a análise do aspecto financeiro pela CGPCO/SE/ME.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
- Os apontamentos da CGU, além dos elementos registrados no SICONV/documentos que integram a Prestação de Contas Final, favoreceram a análise da execução física/aspecto técnico da PCF pela área competente da SNELIS, sem detrimento de análise conclusiva pela CGPCO/SE/ME, quando da avaliação do aspecto financeiro.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório de Auditoria nº 201109380	III - Conclusão	Ofício 8971/DRTES/DR/SFC/C GU-PR

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS		116516
Descrição da Recomendação III – Conclusão (...) Conclui-se, dessa forma, pela necessidade de consideração, pelo Ministério do Esporte, dos apontamentos apresentados neste relatório, na ocasião da análise/reanálise das prestações de contas dos convênios em tela, assim como na avaliação dos controles internos relativos aos procedimentos inerentes à formalização, acompanhamento e aprovação de ajustes dessa natureza.		
Providências Adotadas		
Sector Responsável pela Implementação		Código SIORG
CGCON/SNELIS e CGPCO/SE/ME		116516
		36995
Síntese da Providência Adotada O Relatório de Auditoria especificado avaliou convênios firmados entre o Ministério do Esporte e as seguintes entidades: ONG Bola pra Frente, FAMEPI e Instituto Contato , determinando a análise/reanálise de todas as contas respectivas. Com efeito, foi determinado à CGCON o atendimento da determinação supra, tendo em vista a atribuição específica dessa unidade para promover a análise do aspecto técnico da Prestação de Contas Final (cumprimento do objeto).		
Síntese dos Resultados Obtidos Em 2013 foi possível proceder a análise/reanálise do Aspecto Técnico da PCF de todos os convênios firmados com a entidade ONG Bola pra Frente, a seguir: nº 717917/2009; 046/2004; 212/2004; 010/2006; 297/2006; 317/2006; 099/2009. Contudo, compete à CGPCO/SE/ME promover, na sequência, a análise do Aspecto Financeiro das referidas Prestações de Contas.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor Embora esta unidade tenha empreendido esforços com vistas ao atendimento integral da determinação em tela, em virtude das dificuldades da área (pequeno quadro de pessoal para fazer frente ao grande volume de demandas), remanesceram para 2014 as análises/reanálises dos convênios firmados com as entidades FAMEPI e Instituto Contato. Ademais, há que se registrar que para tais análises se faz necessário um tempo maior, dado a complexidade em virtude dos indicativos de irregularidades apontados pela CGU e, ainda, do volume de documentos.		

7.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.7.2.2 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	-----	3	Ofício nº 25945/2013/DRTES/DR/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Descrição da Recomendação			
3. Dessa forma, considerando a responsabilidade ministerial pelo controle primário no âmbito da Administração Pública Federal, nos termos do Decreto-Lei nº 200/67, encaminho a Vossa Senhoria cópia anexa da mencionada denúncia, para que as situações apresentadas sejam consideradas por esse Ministério por ocasião da análise da prestação de contas dos ajustes, de forma a assegurar a regular aplicação dos recursos e cumprimento dos seus objetos e objetivos, mantendo-se os devidos registros.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
CGCON/SNELIS e CGPCO/SE/ME			116516 36995
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Até a presente data a Prefeitura Municipal de Umarizal não apresentou sua prestação de contas do Convênio nº 739435/2010, em descumprimento do estabelecido na norma vigente (Art. 72, da PI nº 507/2011), razão pela qual restou pendente a respectiva apreciação da execução física sob a responsabilidade desta UJ e consideração de todos os apontamentos da denúncia. Embora a CGPCO/SE/ME tenha procedido a inadimplência da entidade junto ao SIAFI, por omissão do dever de prestar contas, tal inadimplência foi “suspensa” em virtude de Ação de Ressarcimento impetrada contra o ex-gestor.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Em face da não apresentação da Prestação de Contas Final, não há como a unidade proceder a análise do aspecto técnico (a teor do disposto no Art. X da PI nº 507/2011). Ademais, em face da Ação de Ressarcimento contra o ex-gestor e, por consequência, a suspensão da inadimplência, caberá agora à CGPCO/SE/ME proceder a notificação do ex-prefeito para regularizar a situação, e, em caso de descumprimento, adotar as medidas cabíveis para a instauração da competente TCE.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório de Demandas Externas nº 00206.000234/2012-92	2.1.1.1, 2.1.1.2, 2.1.1.3 e 2.1.1.4	Ofício nº 34273/2013/DCOPE/DC/SFC/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se ao Ministério do Esporte que, por ocasião da análise da prestação de contas do convênio, adote medidas de certificação da adequada execução dos serviços realizados e dos preços praticados, assim como da consistência e da regularidade da documentação fiscal apresentada na prestação de contas para comprovação de despesa.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
CGCON/SNELIS e CGPCO/SE/ME			116516 36995

Justificativa para o seu não Cumprimento
Em virtude da grande demanda do setor responsável pela análise da execução física/cumprimento do objeto (CGCON/SNELIS), até a presente data não foi analisada a prestação de contas do Convênio nº 738419/2010, firmado com a Prefeitura Municipal de Cascavel.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
- Embora já tenha sido estabelecida prioridade máxima na análise do passivo de Prestação de Contas, inclusive do convênio em tela, o enxuto quadro de pessoal vinculado à Coordenação responsável pela avaliação da execução física/cumprimento do objeto (CGCON/SNELIS) ainda tem sido um limitador para dar vazão às demandas em tempo hábil.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria nº 201118348	1.1.1.4 e 1.1.1.1.13	Ofício 13634/2013/DRTES/DR/SFC/CG U-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Descrição da Recomendação			
1.1.1.13 CONSTATAÇÃO 014 RECOMENDAÇÃO 001: Apurar os fatos e as responsabilidades sobre as evidências de pagamento indevido, no valor de R\$ 912.388,26 além da quantidade inicial contratada com relação aos itens Garantia de Estoque e Armazenagem e Movimentação			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
CGES/SNELIS			116516
Justificativa para o seu não Cumprimento			
RECOMENDAÇÃO 001 (CONSTATAÇÃO 014): Embora esta Secretaria tenha solicitado à Secretaria Executiva/ME, por meio do Memorando nº 307/2013/SNELIS/ME, datado de 10/05/2013, a recomposição do Grupo de Trabalho instalado por determinação da Portaria nº 226, de 31/10/2012, tal atividade ficou comprometida em decorrência da servidora indicada para Coordenação da tarefa ter declinado da atribuição.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
- Apesar das medidas adotadas por esta unidade, seja pelo encaminhamento de expediente ou pelos contatos mantidos objetivando o início dos trabalhos, não há ingerência para substituição da servidora indicada, visto que esta é vinculada à SE/ME.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório de Auditoria nº 201109380	III - Conclusão	Ofício 8971/DRTES/DR/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Descrição da Recomendação			
III – Conclusão (...) Conclui-se, dessa forma, pela necessidade de consideração, pelo Ministério do Esporte, dos apontamentos apresentados neste relatório, na ocasião da análise/reanálise das prestações de contas dos convênios em tela, assim como na avaliação dos controles internos relativos aos procedimentos inerentes à formalização, acompanhamento e aprovação de ajustes dessa natureza.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
CGCON/SNELIS e CGPCO/SE/ME			116516 36995
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O Relatório de Auditoria especificado determinou a análise/reanálise das contas de todos os convênios firmados entre o Ministério do Esporte e as seguintes entidades: ONG Bola pra Frente, FAMEPI e Instituto Contato. Embora em 2013 tenha sido possível analisar/reanalisar a contas de todos os convênios firmados com a entidade ONG Bola pra Frente (total de 07 convênios), remanesceram para 2014 a análise do Aspecto Técnico da PCF dos convênios firmados com as entidades FAMEPI e Instituto Contato, de responsabilidade desta Secretaria. Por consequência, também não foi promovida a análise do Aspecto Financeiro (de competência da CGPCO/SE/ME), uma vez que realizada somente na sequência. Contudo, ressaltamos que a análise/reanálise do “cumprimento do objeto” da PCF dos referidos convênios já se encontram em andamento, exceto a do Convênio nº 702201/2008, firmado com o Instituto Contato, uma vez que a entidade, até o presente momento, não prestou contas da avença.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Embora esta unidade tenha empreendido esforços com vistas ao atendimento integral da determinação em tela, em virtude das dificuldades da área (pequeno quadro de pessoal para fazer frente ao grande volume de demandas), remanesceram para 2014 as análises/reanálises dos convênios firmados com as entidades FAMEPI e Instituto Contato. Ademais, há que se registrar que para tais análises se faz necessário um tempo maior, dado a complexidade em virtude dos indicativos de irregularidades apontados pela CGU e, ainda, do volume de documentos.			

7.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

7.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.7.3.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR	20		50
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: CGGP/DGI/SE

7.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas DGI/SE/ME gerencia a recepção das DBR's. Não dispomos de sistema informatizado para esse gerenciamento, a recepção se dá em papel, tanto na forma de DBR impressa e lacrada, quanto no formulário de autorização de acesso.

As DBR's são guardadas em arquivo com chave, preservando o sigilo das informações.

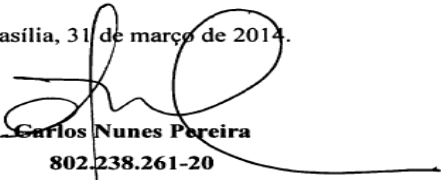
Não compete à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, análise quanto à incompatibilidade patrimonial do servidor.

Ao servidor que não cumpriu a obrigação de entrega da DBR, comunicamos à unidade responsável por incluir a informação no Relatório de Gestão do exercício.

7.4 Alimentação SIASG E SICONV

QUADRO A.7.4 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO Eu, Carlos Nunes Pereira, CPF nº 802.238.261-20, Coordenador Geral de Formalização – DAS 101.4, exercido na Secretaria Nacional de Educação, Esporte, Lazer e Inclusão Social, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a formalização de convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores. Brasília, 31 de março de 2014.  Carlos Nunes Pereira 802.238.261-20 Coordenador Geral de Formalização SNELIS/ME

QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO Eu, Maria Susana Gois de Araújo, CPF nº 539.664.731-00, Coordenadora Geral de Acompanhamento, DAS 101.4, exercido na Secretaria Nacional de Educação, Esporte, Lazer e Inclusão Social – SNELIS/ME, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes ao acompanhamento da execução física de convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012. Brasília, <u>31</u> de março de 2014.  Maria Susana Gois de Araújo 539.664.731-00 Coordenadora Geral

**QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE
DADOS NO SIASG E SICONV**

DECLARAÇÃO

Eu, Nathalia Corrêa de Souza, CPF nº 890.852.132-15, Coordenadora-Geral de Controle e Cumprimento do Objeto DAS 101.4, exercido na Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a prestação de contas (análise do cumprimento do objeto) de convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 31 de março de 2014.


Nathalia Corrêa de Souza

890.852.132-15

Coordenadora-Geral de Controle e Cumprimento do Objeto

8 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Por meio do Sistema e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão) e do Sistema Ouvidoria deste ME, embora sob a gestão da SE e GM/ME as informações gerenciais, é assegurado o relacionamento direto com a sociedade com relação aos Programas/Projetos desenvolvidos pela SNELIS.

Ademais, a SNELIS mantém informações atualizadas de seus Programas/Ações no Portal Eletrônico do ME (www.esporte.gov.br/snelis), bem como disponibiliza vários emails corporativos de forma a direcionar demandas específicas (central_segundotempo@esporte.gov.br; esportenaescola@esporte.gov.br; cgel@esporte.gov.br; eventossnelis@esporte.gov.br; formalizaçao.snelis@esporte.gov.br; operacao_pst@esporte.gov.br) – conforme já registrado no item 1.1.1 do presente Relatório.

Com efeito, todas as solicitações direcionadas a esta unidade são avaliadas internamente pelas áreas competentes da SNELIS e oportunamente respondidas, especialmente pela Coordenação Geral de Avaliação e Controle de Convênios – CGCON/SNELIS.

Ressalte-se que em 2013 foi destacada para a SNELIS uma funcionária da ASCOM/ME, com a finalidade de dar maior atenção aos assuntos da mídia (inclusive para encaminhar sugestões aos gestores e responder reclamações, denúncias, etc.), fortalecendo, por consequência, a transparência das ações públicas desta pasta.

Embora esta unidade não tenha desenvolvido mecanismos próprios para mensurar a satisfação dos cidadãos-usuários, entende-se que a própria ausência de denúncias relevantes em 2013 já indica a satisfação da sociedade com relação aos Programas da SNELIS.

Por fim, importa destacar que em 2013 foi implementado o **Repositório Digital do Programa Segundo Tempo**, constituindo-se uma das ferramentas mais avançadas em termos de documentação e informação sobre registros de um programa.

Com efeito, o Programa Segundo Tempo inaugurou esta ferramenta no âmbito dos programas sociais, o que o torna, também, exemplar para outras ações dessa natureza.

O trabalho desenvolvido pode ser avaliado pela qualidade das condições de abrigo, preservação e disponibilização dos diferentes acervos do Programa Segundo Tempo, em especial, o seu **Repositório Digital**.

Tais informações podem ser utilizadas para mecanismos de preservação da sua memória, bem como para pesquisas a serem realizadas sobre o Programa Segundo Tempo, bem como para materiais e divulgação.

Destaca-se, ainda, a publicação do **Blog Memórias do Programa Segundo Tempo** (<http://www.ufrgs.br/ceme/pst/site/>) com o objetivo de dar maior visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas Equipes Colaboradoras.

Enfim, as ações do **Projeto Memórias do Programa Segundo Tempo** são sistemáticas e objetivas, sobretudo, a preservação de sua memória para que sirva de inspiração para outras iniciativas nessa natureza.

9 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

9.1 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

Preliminarmente, cumpre destacar **que não há conteúdo** a declarar no **Item 11.2.1 Declaração Plena** (determinado no Anexo II da DN TCU nº 127/2013 e cuja numeração corresponde à Portaria TCU nº 175/2013), em face da apresentação da Declaração com Ressalva.

9.1.1 Declaração com Ressalva

QUADRO A.9.1.1 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social			180073
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2013 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) O Imobilizado não condiz com a realidade uma vez que não foram adotados critérios de depreciação, amortização e exaustão até a presente data, bem como há diferenças entre os valores constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e o sistema de Patrimônio utilizado no órgão. b) A conta ESTOQUE também não condiz com a realidade uma vez que há diferenças entre os valores constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e o sistema de Almoxarifado utilizado no órgão. Os Demonstrativos de Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no Sistema SIAFI. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local Brasília		Data	06/03/2014
Contador Responsável Carolina Nascimento Cavalcante		CRC nº	020414/O-4

10 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

10.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

A SNE LIS considera estruturante para uma Política de Esporte e Lazer como direito social e Política de Estado, as ações intersetoriais, creditando a elas a possibilidade de ampliação de abrangência e unidade nos objetivos propostos pelo Governo.

Nesse sentido, destaca-se o crescimento de participação em ações intersetoriais, dentre Juventude Viva da Presidência da República e o Plano Nacional de Direitos Humanos, que oportunizou a chegada dos Programas sob a gestão da SNE LIS nas ações estratégicas em territórios definidos pelo conjunto de órgãos federais no enfrentamento de problemas sociais

De outra parte, a troca de experiências com ações desenvolvidas em outros países, possibilitada pela ampliação de Cooperações Internacionais, possibilitou a difusão dos conteúdos de nossos programas (UNICEF, UNESCO e diálogo com outros países através da Assessoria Internacional do ME);

No contexto de realização dos maiores eventos esportivos do mundo, houve o reconhecimento da capacidade do Brasil para sediar mega eventos esportivos. Vários países manifestaram apoio e foi aprovada a realização dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas para o ano de 2015 no Brasil.

Anexo 1 – Esporte e Educação

A Coordenação Geral de Esporte e Educação (CGEED) foi criada em maio de 2012, com o objetivo de promover e potencializar as políticas públicas de esporte e educação por meio do Programa Segundo Tempo Padrão e seus Projetos Especiais, apoiando-se orçamentariamente na **Ação 20JP - Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social** - prevista no Plano Plurianual 2012-2015.

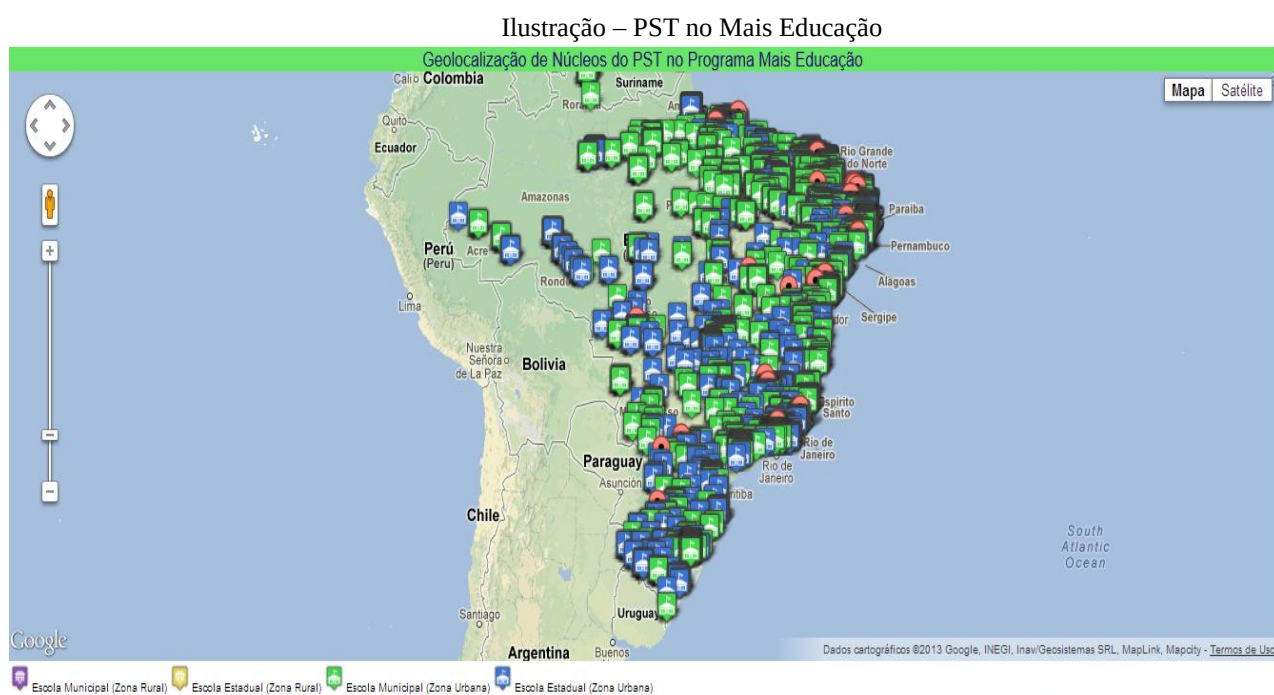
No início do primeiro semestre de 2013, a CGEED envidou todos os esforços no sentido do cumprimento de suas atribuições, da execução orçamentária e do alcance das metas estabelecidas para o Programa Segundo Tempo, tendo obtido os resultados relativamente positivos, dentre as quais cabe destacar:

- Revisão dos valores e unificação das Diretrizes e Documentos regulamentares sobre as Políticas de Esporte Educacional (Programa Segundo Tempo e Projetos Especiais – Universitário, Navegar, Esportes Adaptados e Modalidades), com o objetivo de promover chamamento público para a seleção de novos parceiros;
- Revisão do projeto vigente de acompanhamento gerencial e pedagógico do Programa Segundo Tempo no Brasil em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, e construção de novo projeto para 2013-2016, inclusive demandando reuniões da Equipe Gestora/UFRGS em Londrina/PR (nos dias 8 e 9 de março) e em Maringá/PR (nos dias 21 e 22 de março de 2013);
- Articulação com os representantes das Secretarias Estaduais de Desporto para a implementação do novo modelo do PST – Modalidades, que tinha como objetivo potencializar a prática de modalidades específicas e o desenvolvimento esportivo escolar, inter-relacionando com a realização dos Jogos Escolares Brasileiros nas três fases (interescolar, municipal, estadual). Entretanto, considerando o orçamento previsto para o exercício e a priorização da ampliação do Projeto PST – Mais Educação, entendeu-se que tal iniciativa não deveria ser efetivada no momento;
- Articulação com a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - SNEAR e entidades nacionais de administração das modalidades esportivas (canoagem, golfe, xadrez, handebol, tiro com arco e tênis) para o estabelecimento de Termos de Cooperação na aquisição de Material Esportivo e Capacitação de Professores, com foco na atuação do Projeto Especial. Considerando o não avanço do Projeto PST Modalidades, essa ação não avançou;
- Acompanhamento do debate dos especialistas e os desdobramentos sobre o aprimoramento do processo de capacitação de coordenadores, profissionais e acadêmicos do PST, para instituição de um Banco de Profissionais para atuar na área do Esporte Educacional e de um Programa de Pós-graduação Lato Sensu em parceria com a CAPES. Contudo, embora a CAPES não tenha demonstrado interesse nas propostas, será viabilizado o Curso de Especialização em Esporte Educacional por meio da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Rio Claro, com previsão de oferta para o ano de 2014;
- Acompanhamento dos Encontros Regionais com as Equipes Colaboradoras, a fim de fortalecer e aprimorar o modelo de acompanhamento Pedagógico e Administrativo em Rede dos convênios e núcleos do Programa Segundo Tempo;

- Acompanhamento do Sistema de Formação, Monitoramento e Avaliação das ações do Programa Segundo Tempo, a fim de garantir que em 2013 a execução das capacitações “in loco” de agentes sociais e gestores e à distância ocorresse de forma plena e satisfatória, bem assim o acompanhamento da execução dos convênios vigentes, com vistas a avaliar de forma sistemática as políticas implementadas;
- Análise da suplementação de recursos à parceria entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Defesa para a continuidade do Projeto Forças no Esporte – Programa Segundo Tempo, mediante a manutenção dos núcleos já implantados e a ampliação para a Faixa de Fronteira do Brasil (131 Núcleos, atendimento a 12.800 pessoas em 62 Municípios de 23 estados brasileiros);
- Realização de oficinas para o planejamento da Edição Especial do Projeto Recreio nas Férias – Julho/2013, na expectativa de celebrar os 10 anos do Programa Segundo Tempo. Tal iniciativa foi pautada na necessidade de construção dos conteúdos pedagógicos do Livro "Recreio nas Férias - PST 10 anos, celebrar com sustentabilidade", da criação de peças publicitárias para a divulgação (banners, cartazes, informativos), de organização dos documentos de orientação e regulamentos para a realização do evento;
- Interlocução com o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF para implementar as ações proposta no Protocolo de Intenções, cujo objetivo é promover o direito ao esporte seguro e inclusivo para cada criança e cada adolescente brasileiro, por meio de campanhas nacionais, pesquisas, diagnósticos e sistematização de boas práticas sobre as atividades esportivas, com ênfase nas crianças e adolescentes mais vulneráveis;
- Articulação para a implantação do Programa Segundo Tempo nas Cidades-Sedes da Copa do Mundo FIFA 2014 e regiões metropolitanas”;
- Apoio à construção dos instrumentos de avaliação da pesquisa proposta pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (Termo de Cooperação 2012), para reflexão do papel do profissional de educação física nas escolas, do que motiva o trabalho de cada um e quais os obstáculos para o esporte alavancar no País;
- Acompanhamento do início da execução do projeto apresentado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com abordagem sobre a necessidade de se refletir sobre os “Legados do Esporte Brasileiro” e com ênfase no esporte educacional, de lazer e de inclusão. A proposta tinha um plano de ação a ser seguido com diversos encontros entre diferentes professores/pesquisadores para planejar, organizar e operacionalizar a publicação de uma coletânea de livros sobre o tema;
- Apoio ao Instituto Rodrigo Mendes e a UNICEF na realização do projeto “Portas Abertas para Inclusão – Esporte para Todos”, desenvolvido em parceria com a Fundação Barcelona. Esta iniciativa objetivava um curso de formação para educadores, gestores de escolas e técnicos das Secretarias de Educação das 12 cidades que sediarão a Copa do Mundo de 2014. Para essa ação, contamos com a colaboração da Professora Doutora Ruth Eugênia Cidade, integrante da Rede de Colaboradores do PST, que ministrou em São Paulo a aula sobre “A política nacional de esporte voltada a jovens e crianças com deficiência”, na primeira quinzena do mês de junho de 2013; e

- Articulação com Associação Brasileira de Esportes Intelectuais e Confederação Brasileira de Xadrez na construção de uma Cartilha didática com o objetivo de facilitar e fomentar o ensino da modalidade Xadrez nos núcleos do Programa Segundo Tempo. Essa cartilha passou por fase de revisão e ajustes, no entanto, ainda não foi editada.

Ressalta-se, por oportuno, que no primeiro semestre de 2013 o maior desafio enfrentado foi o restabelecimento da política pública de esporte educacional em termos orçamentários. A baixa execução no final do ano de 2012 (ampliação em apenas 50% na meta estabelecida no PPA 2012-2015) e os altos cortes orçamentários fragilizaram o Programa Segundo Tempo, conforme se pode observar das Ilustrações abaixo:



Diante desse contexto, foi preciso criar novas estratégias para o desenvolvimento das ações, de forma alternativa ao modelo de conveniamento até então adotado em maior escala (em face da dificuldade dos municípios brasileiros em captar recursos públicos e operacionalizar os convênios firmados para o desenvolvimento dos projetos no âmbito do Programa Segundo Tempo – PST, problema já registrado nos relatórios anteriores), priorizando os repasses de recursos para manutenção dos Projetos Mais Educação (Ministério da Educação) e Forças no Esporte (Ministério da Defesa), devido a formato menos burocrático e de maior amplitude de atendimento.

Nesse sentido, precisamente em maio de 2013, surge a idéia da fusão da Coordenação Geral de Integração de Políticas e Programas Intersetoriais (CGIPI) e a Coordenação Geral de Esporte e Educação (CGEED), unidades que integravam a estrutura organizacional do DEDAP, ensejando uma nova configuração do quadro de pessoal (remanejamento de recursos humanos da CGEED para a CGIPI ou para outras coordenações do Departamento e Gabinete da SNELIS) e de competências.

Houve, assim, uma qualificação da Política de Esporte Educacional por meio do Programa Segundo Tempo/Mais Educação (Esporte da Escola), e uma ampliação significativa no número crianças, adolescentes e jovens praticando atividades esportivas orientadas nas escolas públicas da educação básica.

Entretanto, cabe justificar que algumas metas propostas para o ano de 2013 no Relatório de Gestão do exercício anterior sofreram impactos, visto que passaram pela reavaliação da atual gestão frente às novas prioridades estabelecidas.

Anexo 2 – Programa Segundo Tempo

O Programa Segundo Tempo visa democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio da implantação de núcleos e oferta de múltiplas vivências do esporte em suas diversas modalidades, trabalhadas na perspectiva do Esporte Educacional, voltado ao desenvolvimento integral do indivíduo e no acesso à prática esportiva por meio de ações planejadas, inclusivas e lúdicas como estímulo à vida ativa.

Nesse sentido, a **Coordenação Geral de Integração de Políticas e Programas Intersetoriais – CGIPI**, desde 2011 tem por principal objetivo a interlocução entre setores do governo federal para potencializar as políticas públicas de esporte e lazer, por meio da integração de programas e ações governamentais.

A articulação com outros órgãos federais também ocorre com a representação do Ministério do Esporte em Conselhos, Comitês, Comissões e Grupos de Trabalho, no que diz respeito às políticas afetas à inclusão social.

Entretanto, no mês de maio de 2013, com a reestruturação na Secretaria, algumas ações desenvolvidas pela CGIPI foram remanejadas para outras Coordenações, tendo em contrapartida sido recepcionadas novas atividades vindas de outros setores, em especial a gestão estratégica do Programa Segundo Tempo (Ação Orçamentária 20JP - Desenvolvimento de atividades e apoio a projetos de esporte, educação, lazer e inclusão social - prevista no Plano Plurianual 2012-2015), vinda da extinta CGEED.

Destaca-se que, a partir da reestruturação, estão sob responsabilidade da CGIPI – na concepção, fundamentação pedagógica, planejamento de capacitação - **todas as vertentes do PST**, quais sejam: **Padrão, Navegar, Adaptado, Universitário, Institutos Federais, Legado Social Esportivo e de Lazer e Esporte na Escola (essas vertentes foram descritas na introdução deste relatório).**

As principais competências da CGIPI após a reestruturação são:

- ✓ Estabelecer Diretrizes para a celebração de parcerias visando o desenvolvimento da Política de Esporte Educacional por meio do Programa Segundo Tempo “Padrão” e seus Projetos Especiais;
- ✓ Desenvolver estudos para aprimorar os Fundamentos Pedagógicos do Segundo Tempo com base nos princípios do Esporte Educação;
- ✓ Estruturar e desenvolver a capacitação dos Recursos Humanos que atuam na Política de Esporte Educacional, definindo os conteúdos, as estratégias, a abrangência e a periodicidade;
- ✓ Desenvolver pesquisas de avaliação de resultados e de impacto das Políticas de Esporte Educacional, com o objetivo de obter e manter os indicadores de desempenho das ações em andamento;

- ✓ Prestar orientações às áreas meio (formalização, acompanhamento operacional e prestação de contas), com vistas a aprimorar o monitoramento, fiscalização e controle sobre a execução dos convênios e demais parcerias coordenadas pelo DEDAP;
- ✓ Promover interlocução com as demais áreas da Secretaria e do Ministério, para manter a unidade e uniformidade de procedimentos e objetivos comuns;
- ✓ Reunir e organizar as informações relativas às iniciativas de Esporte Educacional, por meio de diretrizes, relatórios e instrumentos específicos, de forma a manter acervo histórico e registros das ações desenvolvidas;
- ✓ Promover a intersetorialidade no desenvolvimento de Políticas de Esporte Educacional, de forma a aperfeiçoar os investimentos e potencializar as ações.

I. Reestruturação da CGIPI

Conforme mencionado no tópico anterior a SNELIS passou por reestruturação a partir de maio/2013, sendo que algumas ações e atividades foram absorvidas pela CGIPI e outras de responsabilidades dessa Coordenação foram redistribuídas para outros setores.

A CGIPI, até o momento da reestruturação, foi responsável pela execução da parceria com o Ministério da Educação, com o Ministério da Saúde, com a Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor – SNFDDT e ainda pela representação do Ministério do Esporte, em diversos Conselhos, Comitês e Grupos de Trabalho.

Permanece sob responsabilidade da coordenação a parceria desenvolvida com o Ministério da Educação, com ampliação de atendimento de escolas e novas perspectivas para capacitação. Destaca-se que há um tópico específico sobre a execução dessa parceria nesse relatório para detalhamento das ações realizadas.

Em relação à parceria com o Ministério da Saúde a partir da reestruturação, a condução e representação desta ação passou para a responsabilidade da Coordenação Geral de Esporte e Lazer, a qual já era responsável pela execução dos Programas Esporte e Lazer na Cidade e Vida Saudável. Essa redistribuição se deu por conta da proximidade entre os programas da referida Coordenação e do Ministério do Esporte, em especial do programa Academia da Saúde.

Cumprir destacar que a parceria com a SNFDDT tinha como objetivo para 2013 estruturar um projeto piloto nas fábricas dos Programas Pintando a Liberdade/Cidadania, provendo ações de inclusão social e oportunidade de trabalho para as torcidas organizadas. Considerando que durante o ano de 2013 houve nova proposta de encaminhamento para os Programas Pintando a Liberdade/Cidadania, a possível parceria com a SNFDDT não foi estabelecida.

Uma ação importante desenvolvida pela CGIPI diz respeito à representatividade do ME nos espaços de discussão e deliberação das ações a públicos específicos, quais sejam: **6 Conselhos** (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; Conselho Nacional da Juventude – CONJUVE; Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA; Conselho Nacional da Pessoa Idosa – CNPI; Conselho

Nacional de Políticas de Igualdade Racial – CNPIR e Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CONADE); **3 Comissões** (Comissão Intersetorial do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE; Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes; Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil – CONAETI), **2 Comitês** (Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional de População em Situação de Rua e Comitê Gestor de Ações Indigenistas –CIAMPRua), **3 GTs** (GT Juventude Viva, GT Juventude Rural, GT Direito Humano à moradia adequada) e do **Projeto Rondon**.

No momento anterior à reestruturação interna, a CGIPI participou de todas as reuniões, bem como da estruturação do planejamento das atividades do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE. Após a reorganização da SNELIS, restou sob responsabilidade desta Coordenação o GT Juventude Viva, bem como a articulação de parceria com a UNICEF. Com resultado da articulação deste órgão gestor com a UNICEF, em 12 de dezembro de 2013, foi assinado um Protocolo de Intenções que apresentou por objeto:

“O presente Protocolo de Intenções tem por objeto promover o direito ao esporte seguro e inclusivo para criança e cada adolescente brasileiro, por meio da realização de campanhas nacionais, pesquisas, diagnósticos e sistematização de boas práticas sobre as atividades esportivas, além de desenvolver programas estratégicos conjuntos, com ênfase nas crianças e adolescentes mais vulneráveis, cuja finalidade será democratizar o acesso às ações governamentais voltadas ao esporte seguro e inclusivo, como fator de redução das iniquidades no País, formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida. A estratégia desta iniciativa estará baseada na sistematização, na divulgação e na reprodução das experiências exitosas de inclusão pelo esporte, com vistas a fortalecer e ampliar as ações já existentes e, as que poderão surgir, e, por conseguinte garantir o legado social dos mega eventos esportivos no Brasil.”

Considerando a adesão do ME ao Plano Juventude Viva (desde 2012), ação coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência, por meio da Secretaria Nacional de Juventude e da Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial, que promove uma articulação interministerial para integrar os programas para enfrentar a violência contra a juventude brasileira, especialmente os jovens negros, principais vítimas de homicídio no Brasil, e considerando o Programa Segundo Tempo como uma oportunidade de democratização do esporte para pessoas em vulnerabilidade social, a SNELIS se comprometeu com disponibilidade orçamentária para a formalização de convênios nos estados e municípios participantes do Plano. No estado de Alagoas foi implementado o projeto piloto e em 2013 houve a expansão para os Estados da Paraíba, Espírito Santo, Bahia, São Paulo e Distrito Federal.

Uma alteração significativa nas ações desenvolvidas pela CGIPI, a partir da reestruturação da SNELIS foi o recebimento da gestão estratégica do Programa Segundo Tempo, ou seja, a responsabilidade de implementar e executar o PST pensando em suas Diretrizes e fundamentações pedagógicas. Cabe ressaltar que as ações referentes ao acompanhamento pedagógico e administrativo, antes vinculado a este processo, a partir da reestruturação passou a integrar a Coordenação Geral de Acompanhamento Operacional - CGAO. O detalhamento segue apresentado no item 2.2.1 Processo de Capacitação e Proposta Pedagógica do PST do presente anexo.

Diante do exposto, considerando a grande demanda de propostas a serem formalizadas, com vistas à otimizar o processo de formalização das parcerias do PST, a partir de outubro de 2013 a análise pedagógica inicial do pleito, bem como as primeiras orientações e aprovação do projeto técnico preliminar passou a ser feita por esta coordenação. Com isso, o processo de formalização passou a seguir o seguinte fluxo:

- Recebimento do Ofício;
- Análise da pertinência;
- Abertura de processo;
- Contato (telefônico e email) de orientação ao parceiro;
- Análise do projeto técnico do pleito;
- Aprovação do projeto técnico, por meio de parecer anexado ao processo;
- Tramitação do processo para o setor de formalização para abertura do SICONV e andamento do processo de formalização;
- Acompanhamento do processo, até a finalização da formalização de cada convênio.

Dentre as dificuldades identificadas no processo de formalização das parcerias, verificou-se a baixa capacidade técnica das entidades, resultando em maior tempo para finalizar o processo, o que, em alguns casos, impossibilitou o conveniamento.

II. Programa Segundo Tempo – Convênios com entidades públicas

A CGIPI, no final de 2013, promoveu a atualização da Diretriz do PST Padrão. A alteração mais importante se deu em relação à ampliação da vigência do convênio para 24 meses, possibilitando assim o tempo maior de execução das atividades junto aos beneficiados. Outra alteração se deu na composição do núcleo, que passou a ser de um grupo entre 70 a 100 crianças, adaptação baseada nos resultados apresentados pelo processo de acompanhamento “in loco” dos convênios, justificada pela flutuação na participação dos beneficiados, visto que a variação não apresenta impacto nas ações financiadas do projeto, visto que as ações financiadas são referentes a Recursos Humanos. As Diretrizes do PST Padrão 2013 estão disponíveis no seguinte link: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/segundo-tempo/orientacoes/manuais-de-diretrizes>

Para atender às diferentes demandas da sociedade, o Programa Segundo Tempo oferece diversos formatos, quais sejam: PST Institutos Federais, PST Universitário, PST Adaptado e PST Forças no Esporte.

Cabe destacar a parceria estabelecida com o Ministério da Defesa para o desenvolvimento do PST Forças no Esporte, implementada nas Organizações Militares em diversos estados brasileiros, houve ampliação de 120 para 131 núcleos, sendo que a SNELIS e o Ministério da Defesa vem trabalhando com a perspectiva de ampliar ainda mais, para todos os estados do Brasil.

Apresenta-se como uma parceria bem sucedida dentro da proposta pedagógica e gerencial do PST, disponibilizando além da infraestrutura, serviço médico, odontológico e assistência social. Ainda, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, viabiliza a alimentação dos beneficiados e em parceria com o Ministério da Educação fornece o material pedagógico.

Ademais, em 2013, defendendo a ideia de potencializar as políticas públicas com o advento dos grandes eventos, e assegurar o legado esportivo nas localidades selecionadas para a realização da Copa do Mundo 2014, a SNELIS implementou o PST Legado Social Esportivo e de Lazer nas Cidades da Copa do Mundo 2014. Tem como público alvo crianças e adolescentes estudantes das escolas públicas das cidades-sede e de suas regiões metropolitanas, e que não são atendidos pelo Esporte na Escola, iniciativa em parceria com o Programa Mais Educação.

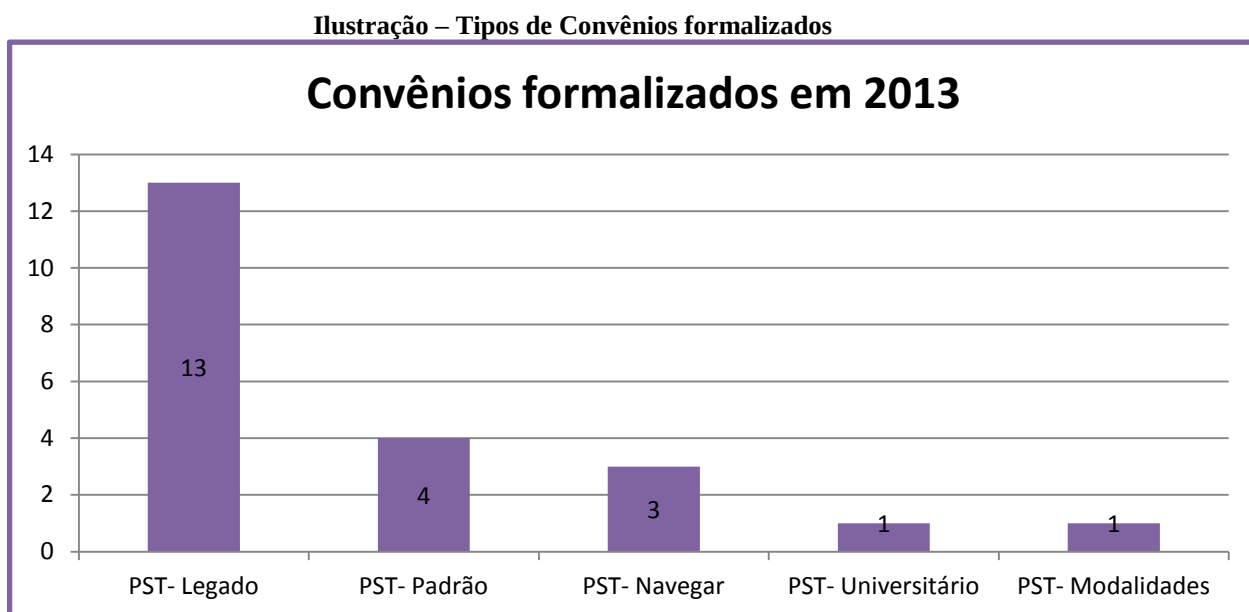
Para atender especificidades deste público, as Diretrizes do PST Padrão foram adaptadas, alterando o número de beneficiados por núcleo de 100 para 150, aumentando o atendimento e principalmente ajustando-se ao modelo já desenvolvido dentro da escola (Mais Educação) com frequência de duas atividades semanais. A Diretriz Completa encontra-se no site: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/segundo-tempo/orientacoes/manuais-de-diretrizes>

A formalização dos convênios com as entidades interessadas foi disponibilizada no Sistema de Convênios – SICONV a partir da abertura para proponente específico.

Ressalta-se que essa é a vertente do PST com mais possibilidades de ampliação do atendimento, uma vez que se pode oficializar convênios diretamente com as prefeituras municipais e com isso levar o PST às escolas pela SNELIS para além do Mais educação.

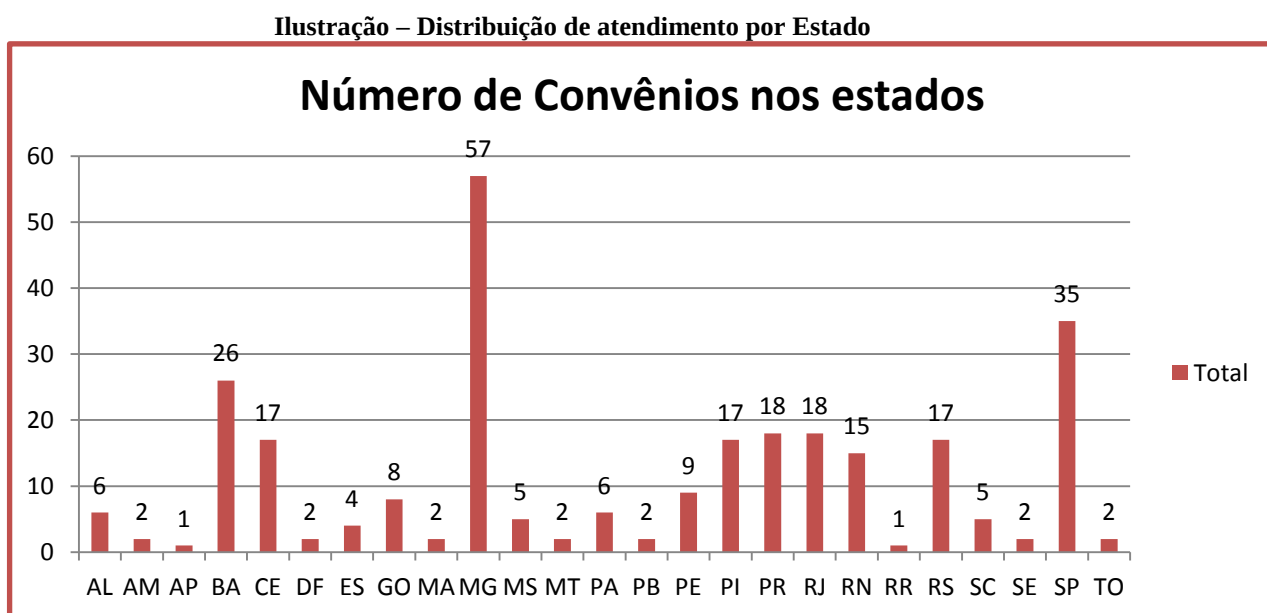
2.1 Resultados Alcançados em 2013

Em 2013 foram formalizados 22 projetos relacionados ao PST, nas diferentes vertentes, conforme Ilustração abaixo:

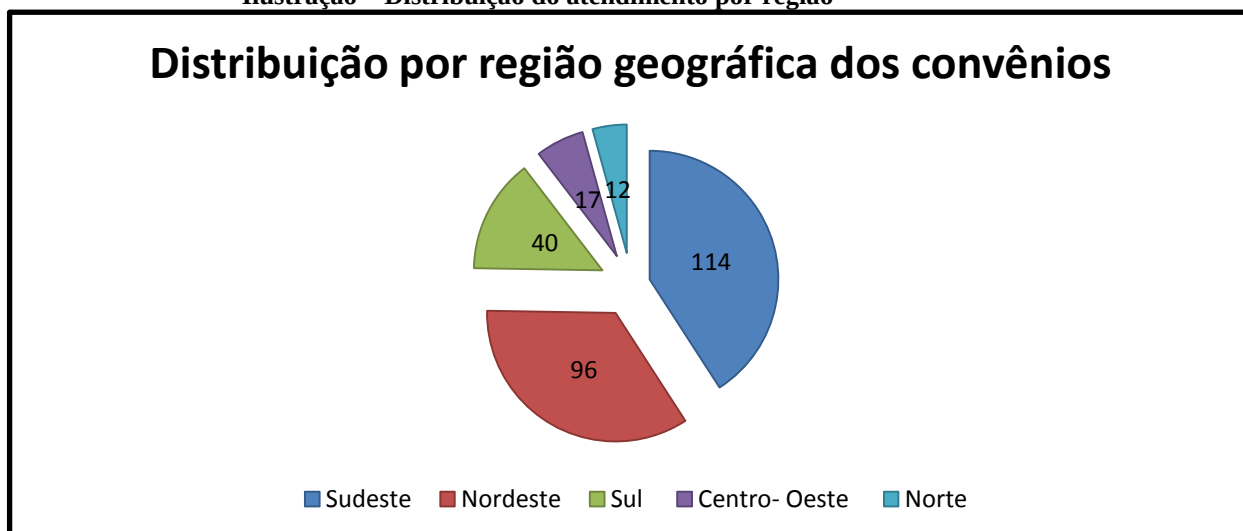


Todas essas parcerias corroboraram com o desafio de qualificar a gestão pública para democratização do esporte e lazer como direito social e dever do Estado.

Vale destacar que as ações desenvolvidas pelo Programa visam alcançar a abrangência Nacional. Nesse sentido, passa de 2013 para 2014 um atendimento em 24 estados e o Distrito Federal, apresentado na Ilustração abaixo:



Quanto à distribuição por região geográfica (Ilustração abaixo), nota-se uma maior demanda na região sudeste e menor na região norte.



2.2 Parceria com a UFRGS

O Projeto de *“Capacitação e Acompanhamento Pedagógico dos Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo no Brasil”* foi desenvolvido por meio da parceria entre a SNELIS e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, com objetivo de implementar o Sistema de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo dos Convênios do PST, bem como de Capacitação, por cinco anos, com encerramento de vigência prevista para 31 de maio de 2013.

Contudo, por meio de documento recebido pela SNELIS em 7 de maio de 2013, a UFRGS solicitou a prorrogação de vigência deste até 27 de agosto de 2013, bem como a autorização para utilizar os recursos dos rendimentos da aplicação financeira, com vistas a evitar solução de continuidade nas ações em curso, sem ensejar qualquer ônus ao Ministério.

De outra parte, em fevereiro de 2013, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS encaminhou novo Projeto à SNELIS, denominado *“Aprimoramento e Acompanhamento Gerencial e Pedagógico do Programa Segundo Tempo no Brasil: 2013/2016”*, com o objetivo de dar continuidade às ações do projeto anterior, ou seja, capacitar os recursos humanos e acompanhar o desenvolvimento pedagógico e administrativo dos Núcleos do Programa Segundo Tempo no Brasil: 2013-2016, com os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Estruturar condições para o contínuo aprimoramento pedagógico do PST;
- ✓ Estruturar e desenvolver propostas de capacitações para os recursos humanos do PST;
- ✓ Desenvolver e aplicar procedimentos de acompanhamento administrativos e pedagógicos das ações do PST em suas diferentes formas de desenvolvimento;
- ✓ Contribuir com a estruturação de indicadores para avaliar o impacto do Projeto vinculado ao quesito pedagógico;

- ✓ Desenvolver um processo de formação continuada do RH envolvido neste Projeto.

Ademais, apresentou como justificativa a necessidade da prorrogação de vigência para a efetivação dos processos licitatórios (transporte, telefonia e internet), visto que os atuais não poderiam ser renovados. Para iniciar o processo das licitações, o novo projeto deveria estar aprovado e o recurso destinado à FAURGS. A conclusão desse procedimento foi estimada em cerca de 3 (três) meses, cujo período, coincidiu com a prorrogação solicitada.

Em setembro de 2013, o novo projeto aprovado passou a ser executado dando continuidade às ações de capacitação e acompanhamento do Programa PST.

Posteriormente, a UFRGS apresentou a proposta de criação e inclusão no projeto de uma nova equipe - PST Esporte na Escola, em documento datado de 30 de julho de 2013, apresentando como justificativa o aumento da demanda entre a parceria dos Ministérios do Esporte e Educação, no que diz respeito ao Esporte na Escola (atual denominação da iniciativa), que em 2013 passou a contar com a participação de cerca de 22 (vinte e duas) mil escolas. Para tanto, a UFRGS apresentou uma proposta de reorganização das equipes gestora/técnica. Insta salientar, que a proposta não alterou o valor do projeto em tela, apenas reformulou a composição das equipes previamente organizadas.

São executados por meio das ações previstas nesta parceria, todo o processo de capacitação e acompanhamento gerencial e pedagógico do Programa Segundo Tempo (tanto para os convênios, quanto para o Esporte na Escola), que envolve: **a)** capacitação dos profissionais; **b)** acompanhamento “in loco” nos núcleos; **c)** criação e desenvolvimento dos sistemas de informação; **d)** manutenção de equipes técnicas responsáveis por cada um dos processos, bem como das Equipes Colaboradoras vinculadas à Intuições de Ensino Superior em todo o país; e) produção e aquisição de material gráfico e realização de eventos técnico-científicos, entre outros.

As ações listadas acima são efetivadas por meio de coordenações específicas, vinculadas ao projeto, denominadas: Sub-Coordenação Geral de Desenvolvimento Pedagógico – CGDEP; Sub-Coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo – CGAPA; e Sub-Coordenação Geral de Sistemas – CGSIS.

Apesar da CGIPI ter como responsabilidade a gestão do projeto na SNELIS, em 2013 apenas a CGDEP se manteve diretamente ligada à coordenação, na qual suas ações serão abordadas na sequência.

Até maio de 2013 a CGAPA esteve vinculada à então Coordenação Pedagógica do PST – CGEED, passando a compor a CGIPI somente até Julho/2013. A partir de então, passando a SNELIS por uma nova reestruturação organizacional em função da mudança de gestão, a CGAPA passou a ficar vinculada à CGAO, conforme já citado no item “Reestruturação Interna SNELIS”.

Já a CGSIS sempre ficou vinculada à Direção do DEDAP, visto que sua atuação perpassa por várias áreas e trata dos sistemas de informação. A descrição de suas ações consta no Anexo 13 – Sistemas Informatizados do presente Relatório.

2.2.1 Processo de Capacitação e Proposta Pedagógica do PST

A **Sub-Coordenação Geral de Desenvolvimento Pedagógico – CGDEP** tem por objetivo idealizar, estruturar e oferecer suporte ao desenvolvimento da concepção pedagógica que subsidia os Programas vinculados diretamente à SNELIS.

Como atribuições principais da coordenação, destacam-se:

- elaboração dos documentos pedagógicos de suporte aos Programas;
- organização de equipes de consultores para o contínuo processo de elaboração e desenvolvimento da concepção pedagógica;
- estruturação, desenvolvimento e certificação do processo de formação continuada de RH;
- acompanhamento e suporte à estruturação e desenvolvimento dos planejamentos pedagógicos: Projeto Pedagógico de Convênio (PPC) e Projetos Pedagógicos de Núcleo (PPNs), a serem inseridos no Sistema de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo (SIAPA);
- manutenção de um processo avaliativo da efetividade da aplicação pedagógica dos Programas.

As ações vinculadas às atribuições voltam-se essencialmente para: organização da proposta pedagógica; apresentação de material bibliográfico; estruturação de equipes de consultores vinculados aos temas de interesse da SNELIS, para o efetivo suporte ao desenvolvimento dos temas, com aporte teórico e prático; estruturação de capacitações que atendam aos Programas vinculados à SNELIS, com diversidade suficiente para o atendimento das demandas instaladas nas diversas localidades e especificidades; certificação da participação nos processos formativos desenvolvidos; manutenção de uma Equipe Pedagógica (EP) sediada na Universidade Estadual de Maringá (UEM), para suporte do processo de orientação e avaliação do desenvolvimento dos planejamentos dos Programas vinculados à SNELIS, especialmente do Programa Segundo Tempo (PST), bem como manutenção de um banco de informações sobre a aplicabilidade da proposta pedagógica idealizada; elaboração e desenvolvimento de instrumentos que possam subsidiar um processo avaliativo pleno dos programas desenvolvidos pela SNELIS.

Para dar efetividade ao trabalho da CGDEP e da EP, as Equipes Colaboradoras (ECs) desenvolvem papel fundamental. Desde 2008, o Ministério do Esporte, por ação da então Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED), atual SNELIS, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) estruturou uma sistemática de acompanhamento dos convênios do PST com base nas ECs.

Tal sistema é organizado em uma rede de universidades públicas, em 2013 constituída de 16 ECs, envolvendo 107 profissionais (professores do ensino superior e estudantes de pós-graduação) de 44 instituições de todas as regiões do Brasil. As ECs têm como funções principais: prestar assessoria direta aos coordenadores gerais e pedagógicos das entidades convenientes, assim como a seus coordenadores de núcleo e monitores; analisar os planos pedagógicos dos convênios e núcleos; realizar visitas de acompanhamento pedagógico e administrativo; manter plantão permanente dentro das universidades parceiras para atendimento aos convênios; desenvolver as capacitações pedagógicas e acompanhar as capacitações dos monitores, que são multiplicadas pelos

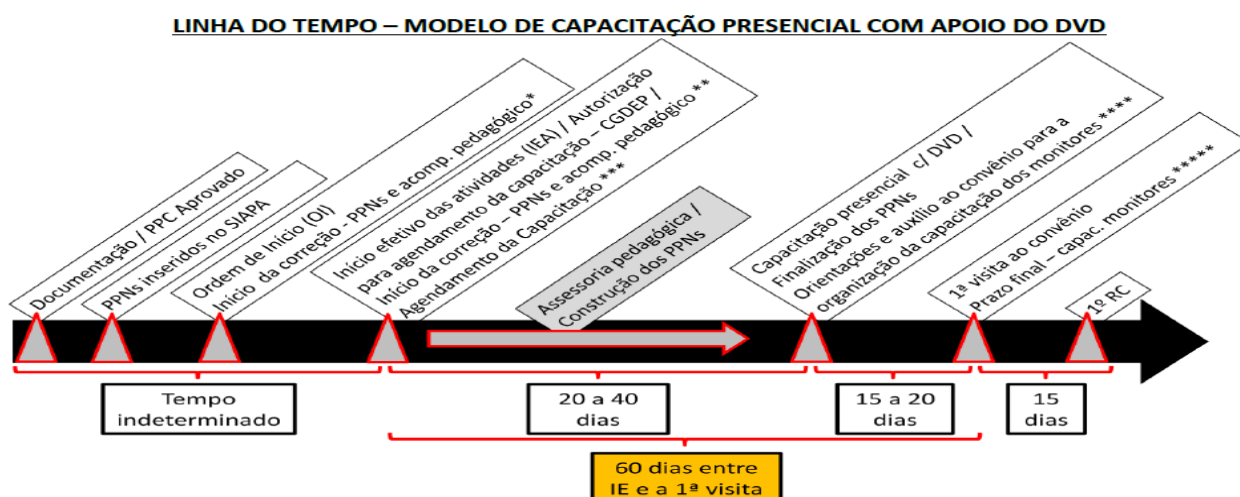
coordenadores de núcleo a partir de sua capacitação. Tanto a Equipe Pedagógica - EP, como as Equipes Colaboradoras - ECs, integram o Projeto de “*Aprimoramento e Acompanhamento Gerencial e Pedagógico do Programa Segundo Tempo no Brasil: 2013/2016*”, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, detalhado no item 2.2 do presente Anexo.

2.2.1.1 Fluxos de Procedimentos

A partir da aprovação do Planejamento Pedagógico do Convênio - PPC, sob a assessoria de uma EC e com o apoio da EP e da equipe técnica da CGDEP, inicia-se uma série de procedimentos envolvendo a aprovação de projetos pedagógicos, capacitação e acompanhamento pedagógico.

Há dois fluxos de procedimentos em vigência, dependendo da modalidade de capacitação aplicada ao convênio: presencial com apoio do DVD (procedimento padrão) e via EaD (procedimento em fase de testes).

Ilustração -Fluxo Geral – com capacitação modelo Presencial com apoio do DVD



* Convênios com 50 núcleos ou mais, com probabilidade de breve início efetivo (interlocução com CGAO).

** Convênios com menos de 50 núcleos.

*** Convênio disponibiliza espaços, recursos e apoio logístico.

**** Caso não seja possível a participação dos monitores na capacitação pedagógica.

***** 30 dias após a capacitação pedagógica.

Ilustração - Fluxo Geral – com capacitação modelo EaD

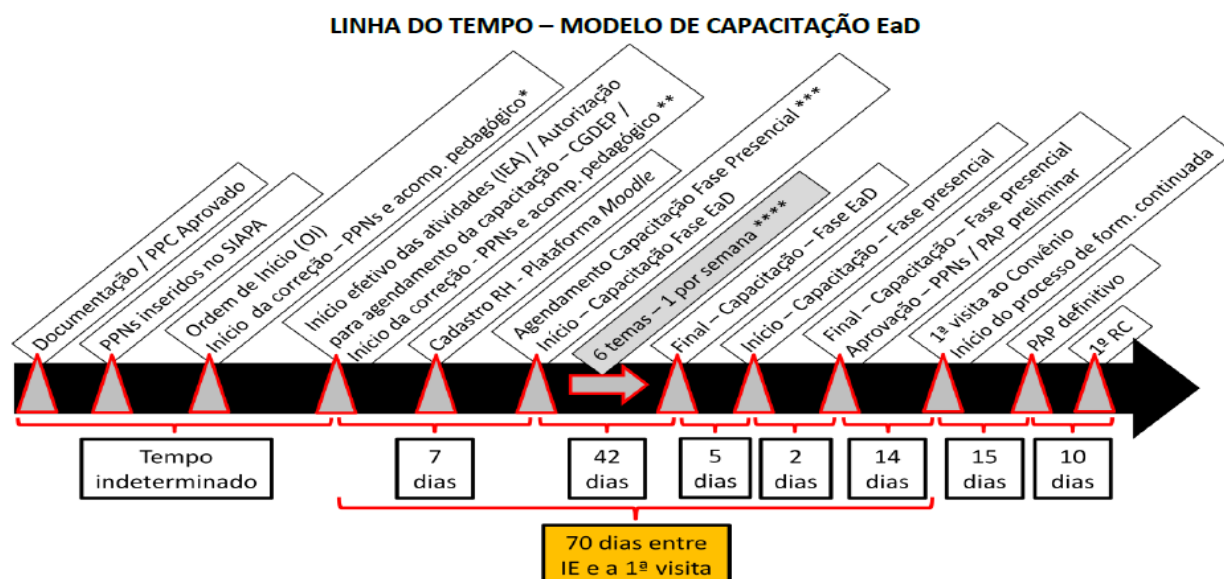
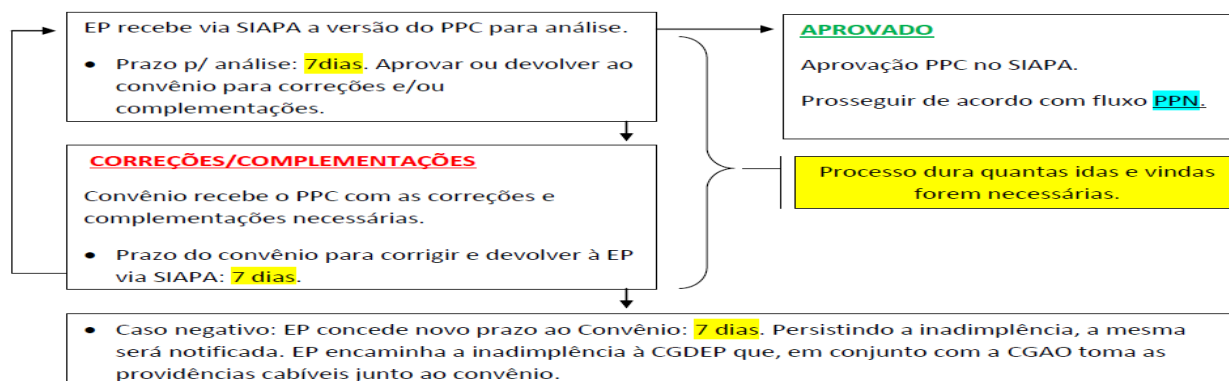
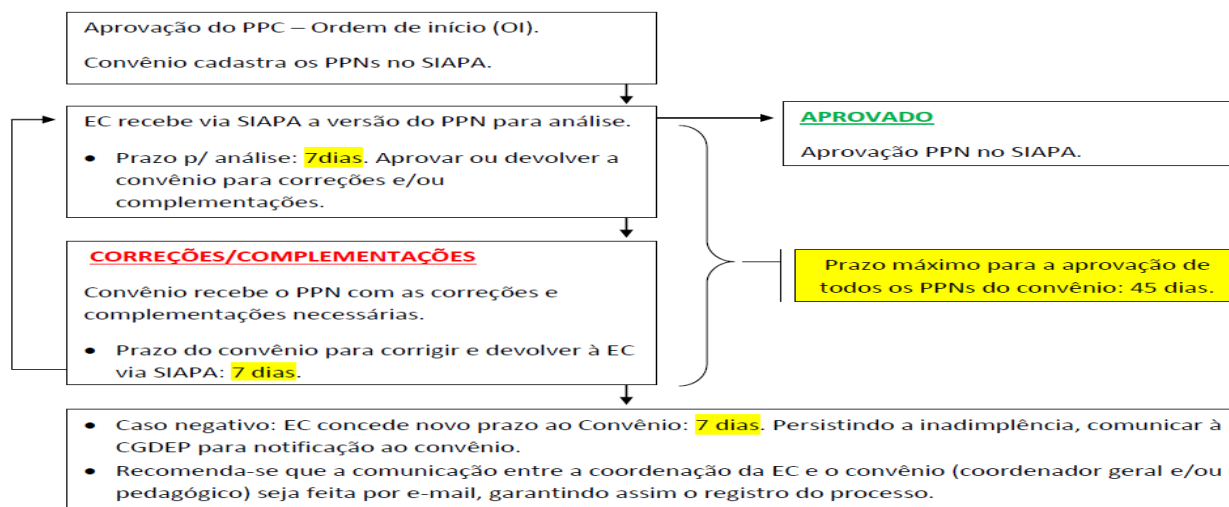


Ilustração - Fluxos – Planejamento Pedagógico de Convênio (PPC) e Projeto Pedagógico de Núcleo (PPN)

FLUXO – PPC



FLUXO – PPN



2.2.1.2 Formação Profissional – Capacitações Pedagógicas

O processo de capacitação do Programa Segundo Tempo (PST) coloca-se como destaque nos avanços conquistados pelo Programa no seu todo, haja vista que desde o ano de 2007 tem havido investimentos por parte do ME nesta ação de formação continuada.

Os reflexos podem ser observados na condução administrativa e pedagógica do Programa que, gradativamente, se consolidam no cotidiano dos núcleos. As ações do PST têm avançado significativamente e conquistado o reconhecimento de órgãos de controle interno e externo ao ME, assim como de seus usuários.

Com o intuito de materializar as propostas do PST, a SNELIS/ME oferece cursos de capacitação aos conveniados, voltados para o coordenador geral, coordenador pedagógico, coordenadores setoriais (no caso de grandes convênios) e coordenadores de núcleo, com informações pertinentes à implantação dos núcleos e procedimentos administrativos e pedagógicos. Os cursos são oferecidos a todos os convênios com PPC aprovado, de acordo com o cronograma regionalizado do PST.

Nesse procedimento, os grupos constituídos passam pelo processo de capacitação, a partir do primeiro mês de vivência junto aos beneficiados, visto que posteriormente existe a possibilidade de ampliação e enriquecimento das discussões de cada um dos temas trabalhados. A entidade proponente (convênio) deve informar como irá promover, após o processo de capacitação dos coordenadores de núcleo, a capacitação dos monitores, bem como a articulação de encontros e debates sobre a avaliação do Projeto e a formação continuada.

No ano de 2013, além de manter e aprimorar o processo de capacitação presencial, a SNELIS iniciou, paralelamente ao modelo presencial, o processo de capacitação sob o formato de Ensino à Distância (EaD), a fim de tornar esse processo contínuo, com o apoio das ECs e da EP.

A seguir, é possível visualizar na tabela abaixo as capacitações pedagógicas presenciais realizadas no ano de 2013:

Tabela – Capacitações pedagógicas presenciais realizadas no ano de 2013

CAPACITAÇÕES PEDAGÓGICAS				
Nº	EC	Local	Data	Coordenadores
1	09	PM de Rondonópolis	04 e 05/02/13	24
2	13	PM de Betim	07 e 08/02/13	30
3	06	PM de Mirante	09 e 10/03/13	04
4	12	PM de Buritizeiro	15 e 16/03/13	05
5	22	PM de Santos	16 a 17/03/13	25
6	05	PM de Maceió	13 e 14/04/13	53
7	23	Macapá - Sedel	15 a 16/04/13	127
8	15	Cafezal do Sul	18 e 19/04/13	02
9	05	Recife – Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães	20 e 21/04/13	49

10	05	PM Jaboatão dos Guararapes	15 e 16/06/13	68
11	12	PM de Pedra do Anta	20 e 22/06/13	02
12	12	PM de Urucuia	21 e 22/06/13	03
13	20	Salvador – Min. da Defesa	13 e 14/09/13	99
14	13	PM de Ipatinga / Coronel Fabriciano	16 e 17/09/13	12
15	05	PM de Petrolina	24 a 26/09/13	02
16	23	PM de Valença do Piauí	27 e 28/09/13	03
17	12	PM de Conselheiro Lafaiete	27 a 29/09/13	02
18	13	PM de São José da Lapa	28 e 29/09/13	05
19	18	PM de Cachoeira do Sul / Dr. Ricardo / Chapada	01 e 02/10/13	08
20	20	Brejo Santo / Gov. do Estado do Ceará	04 e 05/10/13	18
21	09	Campo Grande – Sidrolândia / Dourados / Fundesporte	14 e 15/10/13	90
22	20	PM de Pedra Branca	18 e 19/10/13	07
23	15	PM de Douradina	18 e 19/10/13	04
24	12	PM de Bento Fernandes	18 e 19/10/13	02
25	03	PM de Varzelândia	18 e 19/10/13	03
26	05	PM de Aracaju	19 e 20/10/13	25
27	03	PM de Joca Claudino / São Francisco do Oeste	24 e 25/10/13	04
28	17	PM de Registro	24 e 25/10/13	12
29	17	PM de Jaraguá do Sul	25 e 26/10/13	40
30	12	PM de Sete Lagoas	25 a 27/10/13	14
31	20	PM de Coreau	31/10 e 01/11/13	04
32	15	PM de Maracá	01 e 02/11/13	03
33	23	PM de Teresina / Regeneração / Água Branca / Mons. Gil / Ipiranga do Piauí	04 e 05/11/13	61
34	06	PM de Senhor do Bonfim	08 e 09/11/13	24
35	12	PM de Buritis	16 e 17/11/13	06
36	18	PM de Cachoeirinha / Parobé / Estrêla	18 e 19/11/13	20
37	23	PM de José de Freitas / Teresina / Água Branca	19 e 20/11/13	08
38	25	PM de São Mateus	22 e 23/11/13	10
39	25	Rio de Janeiro – Sec. de Turismo, Esp. e Lazer – SEEL	22 e 23/11/13 29 e 30/11/13	224
40	06	PM de Camaçari / Pintadas / Urandi	29 e 30/11/13	24
41	06	Salvador – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE)	29 e 30/11/13	53
42	21	PM de Itápolis / Guariba / Cristais Paulista	29 e 30/11/13	14
43	03	PM de Caucaia / Itaitinga	30/11 a 01/12/13	25
44	06	PM de Maricá	30/11 a 01/12/13	19
45	25	PM de Paulo Afonso	30/11 e 01/12/13	09
46	23	PM de Caxias	03 e 04/12/13	08

47	05	PM de Branquinha	04 e 05/12/13	04
48	12	PM de Lagoa dos Patos	07 e 08/12/13	01
49	18	PM de Rio Grande	12 e 13/12/13	08
50	23	PM de Moju	13 e 14/12/13	02
51	03	PM de Major Sales	14 e 15/12/13	03
52	06	Salvador - PM de Planaltino / Serra do Ramalho / Tanque Novo	14 e 15/12/13	10
TOTAL				1.270
CAPACITAÇÕES NAVEGAR				
Nº	EC	Local	Data	Participantes
53	25	Maricá	20 a 22/09/13	05
54	17	Imaruí	29 a 31/10/13	04
TOTAL				09
TOTAL GERAL				1.279

A avaliação Perfil dos Participantes encontra-se no Texto 01 ao final deste documento.

2.2.1.3 Formação Profissional – Capacitações Pedagógicas – Modalidade EaD

O processo de capacitação do PST no modelo de Educação à Distância (EaD) teve início em 2012 a partir do oferecimento de cursos para o atendimento do PST no Programa Mais Educação, do Ministério da Educação (MEC).

Nessa ocasião foram organizadas 115 turmas compostas por aproximadamente 30 pessoas. Cada turma teve o apoio didático-pedagógico de tutores (integrantes das Equipes Colaboradoras) e da Equipe Técnica da EAD do PST. O projeto piloto realizado favoreceu o processo de capacitação para mais de 3.184 pessoas. Contudo, apenas 228 concluíram o processo, fato que demonstra a necessidade de novos investimentos, estudos e organização para a oferta. A conclusão de uma pequena parte pressupõe que o problema não esteja no sistema em si, mas na forma de desenvolvimento, disponibilização e assessoria em sua realização. Sob a perspectiva de aprimoramento das ações, no segundo semestre/2013 as ECs participaram de um processo de instrumentalização do ambiente moodle e indicação de produção didática tendo a perspectiva da modalidade EaD na linguagem dialógica. A partir disso, é possível a percepção da potencialidade da modalidade para o programa, assim como foram identificadas novas oportunidades de ampliação do atendimento, especialmente visando à aproximação dos monitores e coordenadores dos convênios.

Em 2013, as ações na modalidade em EaD junto ao programa abrangeram diversos segmentos, entre eles: 1) Preparação dos tutores para utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle; 2) Capacitação para as Equipes Colaboradoras (ECs) sobre o Recreio nas Férias; 3) Capacitação nos convênios.

A seguir, é possível visualizar na tabela abaixo as capacitações realizadas na modalidade EaD no ano de 2013:

Tabela – Capacitações EAD realizadas no ano de 2013

INSTRUMENTALIZAÇÃO NO AVA MOODLE				
Nº	EC	Turma	Data	Participantes
1	Todas	Turma 1 – EAD	15/04 a 20/05/13	35
2	Todas	Turma 2 – EAD	09/09 a 20/09/13	63
TOTAL				98
CAPACITAÇÃO PARA AS ECS – RECREIO NAS FÉRIAS				
Nº	EC	Turma	Data	Participantes
1	Todas	RF20131	24/06 a 02/07/13	19
TOTAL				19
CAPACITAÇÕES COM OS CONVÊNIOS				
Nº	EC	Turma	Data	Participantes
1	21	CPEC211 – Tabatinga	22/07 a 22/09/13	06
2	22	CPEC221 – Ribeirão Pires	17/06 a 03/08/13	23
3	25	CPEC251 – São Fidélis	16/10 a 15/12/13	10
4	22	CPEC222 – Capão Bonito	28/10 a 15/12/13	18
5	20	CPEC201 – Maranguape	13/11 a 06/12/13	33
6	05	CPEC051 – Caruaru	16/10 a 28/11/13	20
7	03	CPEC031 – IFCE – Quixadá e Maracanaú	21/10 a 22/11/13	07
8	13	CPEC131 – PM Bom Jardim de Minas / PM Santa Barbara do Monte Verde / PM Goianá	14/10 a 01/12/13	14
9	06	CPEC061 – Anguerá, Brumado e IFBA – Campus Catú	14/10 a 29/12/13	14
10	25	CPEC252 – São Gonçalo	31/10 a 07/12/13	75
TOTAL				220
TOTAL GERAL				337

Ao longo do ano de 2013, o PST ofereceu 13 capacitações na modalidade EaD. Destas, duas foram destinadas à preparação das ECs para o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, uma para a capacitação de pelo menos um membro de cada EC, a fim de organizar o cronograma das capacitações nos convênios do Recreio nas Férias e discutir o conteúdo do livro e 10 caracterizaram-se como capacitações pedagógicas, tendo sido ministradas por avaliadores de ECs responsáveis por cada região. Logo foi favorecido o processo de capacitação para um total de 337 pessoas (abrangendo coordenadores, monitores e membros das ECs).

2.2.1.4 Planejamento pedagógico de capacitação à distância

O planejamento é um aspecto que impacta diretamente no processo de capacitação à distância. Ele pode contribuir ou não para um bom resultado, bem como facilitar o processo de mediação pedagógica e a realização das atividades pelos alunos.

Na tabela a seguir são apresentados os temas abordados nas 03 categorias de capacitação realizadas na modalidade EaD.

Tabela – Temas da Capacitação modalidade EAD

INSTRUMENTALIZAÇÃO NO AVA MOODLE
- Familiarização no Ambiente Moodle
- Educação a Distância: conceitos e características
- Atores da EAD: aluno, tutor e docente
- Tutoria e Mediação Pedagógica
- Produção de Material Educacional Digital
- Avaliação em Educação a Distância
CAPACITAÇÃO PARA AS ECS – RECREIO NAS FÉRIAS
- Lazer e sustentabilidade
- Celebrar com sustentabilidade
- Gênero
- Inclusão
- Planejamento
- Vivências Práticas
- Hora da Revisão
CAPACITAÇÕES COM OS CONVÊNIOS
- Familiarização no Ambiente Moodle
- Tema 1: Fundamentos do Programa Segundo Tempo: Entrelaçamentos do Esporte, do Desenvolvimento Humano, da Cultura e da Educação
- Tema 2: Fundamentos do Lazer e da Animação Cultural
- Tema 3: Desenvolvimento e aprendizagem motora: aspectos relacionados à prática
- Tema 4: Corpo, gênero e sexualidade: educando para a diversidade
- Tema 5: Organização e desenvolvimento pedagógico do esporte no Programa Segundo Tempo
- Tema 6: Questões da deficiência e as ações no Programa Segundo Tempo
- Tema 7: Procedimentos Metodológicos para o Programa Segundo Tempo
Caderno de Apoio Pedagógico - Associado aos demais temas
- Tema 8: Planejamento do Programa Segundo Tempo: a intenção é compartilhar conhecimentos, saberes e mudar o jogo
- Tema 9: Projeto Esporte Brasil – PROESP

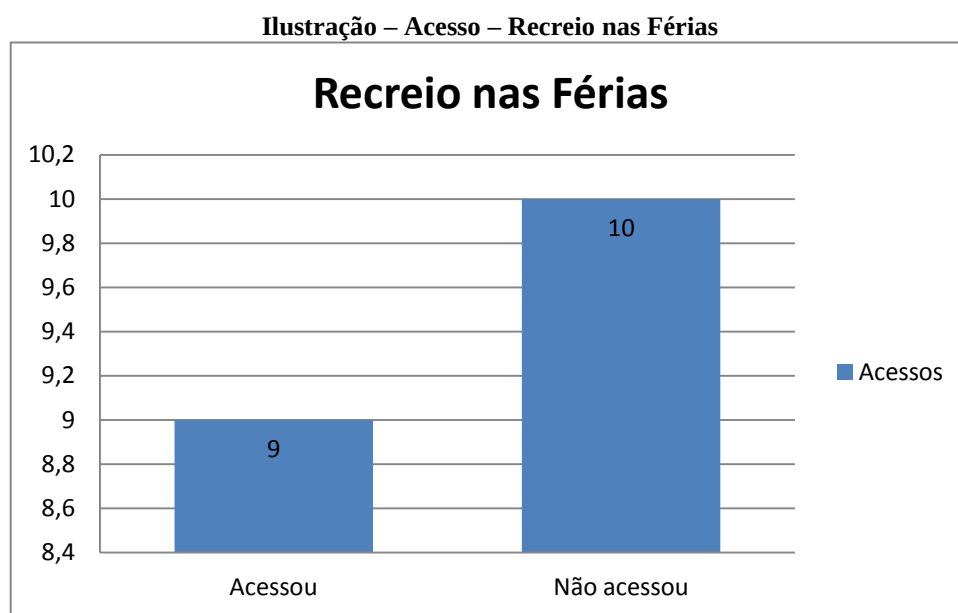
A instrumentalização no AVA Moodle teve como objetivo proporcionar a construção do conhecimento por parte das ECs acerca da utilização do Ambiente Moodle. O planejamento favoreceu o contato com as diversas ferramentas do Moodle, a fim de possibilitar uma primeira experiência de uso. Logo, em cada tema abordado trabalhou-se com uma ferramenta atrelada a uma estratégia didático-pedagógica. Além disso, semanalmente foram realizados encontros por Webconferência. As ferramentas utilizadas foram: fóruns, chat, diário, atividade online e offline, envio de arquivo, escolha, wiki, glossário, lição, carregamento avançado de arquivos.

A capacitação para as ECs no Recreio nas Férias utilizou vídeos para a abordagem dos conteúdos. Foram realizados dois encontros por webconferência que tiveram como apresentar e discutir o conteúdo do Livro "Recreio nas Férias - PST 10 anos, celebrar com sustentabilidade" e apresentar a proposta básica de cronograma para realização da

capacitação in loco dos convênios para a Edição de julho/2013 do projeto Recreio nas Férias.

A capacitação do Recreio nas Férias proporcionada às ECs buscou utilizar o ambiente Moodle como apoio para debater temas e alinhar o cronograma das capacitações nos convênios do Recreio nas Férias. O período de realização dessa ação ocorreu entre os dias 24/06/2013 a 02/07/2013 e contou com a participação de 19 pessoas.

O primeiro encontro foi realizado por webconferência e as demais atividades ocorreram sem o apoio do ambiente Moodle. A Ilustração a seguir apresenta que o número de pessoas que não acessaram o ambiente foi maior em comparação aos que acessaram.



As capacitações realizadas com os convênios tiveram seus planejamentos desenvolvidos pelas ECs. Cada turma teve um planejamento diferente no que se refere às atividades aplicadas. Os tutores foram alocados conforme o número de alunos nas turmas e de acordo com a indicação do coordenador da EC. Os conteúdos foram trabalhados igualmente em todas as turmas, utilizando os vídeos do PST como material de referência. O planejamento foi diversificado. Contudo, algumas equipes optaram por não diversificar em relação às ferramentas, isto é, houve turmas que utilizaram apenas um tipo de atividade ao longo de toda a capacitação para trabalhar cada um dos temas. Ao final, todas as turmas realizaram a avaliação dos conteúdos em formato de questionário, assim como avaliaram o processo de capacitação em si.

Após a preparação das ECs em relação a toda sistemática e exigências do sistema EaD, deu-se início às experimentações junto aos convênios. Na tabela a seguir são apresentadas as fases deste processo de capacitação dos convênios.

Tabela – Fases da Capacitação

Fase 1	O convênio (coordenadores/monitores) realiza todas as tarefas do ambiente Moodle, referentes aos temas 1/2/3/4/5/6 e 7, tais como, assistir os vídeos, leitura dos textos indicados, atividades de cada tema sugeridas no ambiente. Ao término dessa etapa, a EC promove a Capacitação presencial com as atividades práticas, relacionando os Fundamentos e Diretrizes do PST com as ações diárias realizadas pelo convênio.
Fase 2	O convênio (coordenadores/monitores) realiza todas as tarefas do ambiente Moodle, referentes aos temas 8/9 e 10. Ao término dessa etapa, a EC promove a Capacitação presencial, com OFICINA dos PPNs e atividades práticas.
Fase 3	Formação Continuada: Nesta etapa a EC deverá estabelecer um contato quinzenal com o convênio para promover a discussão de temas ou ações necessárias verificadas durante as visitas aos núcleos. A EC poderá indicar textos, leituras ou outras estratégias de ação conforme as características e necessidades de cada convênio.

A Avaliação das Capacitações EaD encontram-se no Texto 02 ao final deste documento.

2.2.1.5 Formação Profissional – Capacitações in loco Recreio nas Férias

A CGDEP cooperou com o projeto Recreio nas Férias também por meio de Capacitações Presenciais (in loco) em diversas regiões do Brasil.

As referidas capacitações ocorreram entre os dias 07 e 12 do mês de julho de 2013. Participaram dos eventos 12 Convênios e foram capacitados 460 profissionais entre Coordenadores e Monitores do projeto, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela – Capacitações – Recreio nas Férias 2013

Nº	UF	LOCAL	DATA	CONV.	EVENTO	COORD.	MONITOR	TOTAL PARTIC.
1	SP	Araras	04/07/13	1	Equipe 22	1	17	18
2	RS	Cachoeira do Sul	08/07/13	1	Equipe 18	5	12	17
3	PR	Cafezal do Sul	08/07/13	1	Equipe 15	2	9	11
4	MT	Rondonópolis	08/07/13	1	Equipe 09	11	33	44
5	MG	Ubá	08/07/13	1	Equipe 12	16	30	47
6	PR	Lapa	08 e 09/07/13	1	Equipe 17	16	42	58
7	MS	Campo Grande	10/07/13	1	Equipe 09	33	88	121
8	PR	São Miguel do Iguaçu	10/07/2013	1	Equipe 15	2	22	24
9	CE	Aquiraz	11 e 12/07/13	1	Equipe 20	22	41	72
10	RJ	Três Rios	12/07/13	1	Equipe Férias	14	13	28
11	MG	Lima Duarte	12/07/13	1	Equipe 13	1	12	14
12	RS	Pelotas	12/07/13	1	Equipe 18	1	5	6
			Convênios	12		Coord.	Monitor	Particip.
				Total		124	324	460

O Recreio nas Férias tem uma característica já marcante dentro das atividades desenvolvidas pelo PST, é um momento especial aos beneficiados, aos quais são oferecidas atividades diferenciadas, basicamente recreativas, com temas geradores específicos, durante o período de férias escolares.

Em 2013, o tema gerador foi a sustentabilidade. A capacitação foi ministrada com o apoio de uma publicação específica, do livro “Recreio nas Férias: PST 10 anos – celebrar com sustentabilidade”, com tiragem de 7.000 exemplares. Conforme observado, 12 convênios, de oito Estados deferentes, participaram da capacitação.

Análises e aprovações de Planejamento Pedagógico dos Convênios - PPCs e Planejamento Pedagógico dos Núcleos PPNs.

Em se tratando de PPC e de PPNs, no ano de 2013 foram atendidos 114 Convênios, sendo 113 com início efetivo das atividades, totalizando 1.217 núcleos. A tabela a seguir demonstra a distribuição por EC.

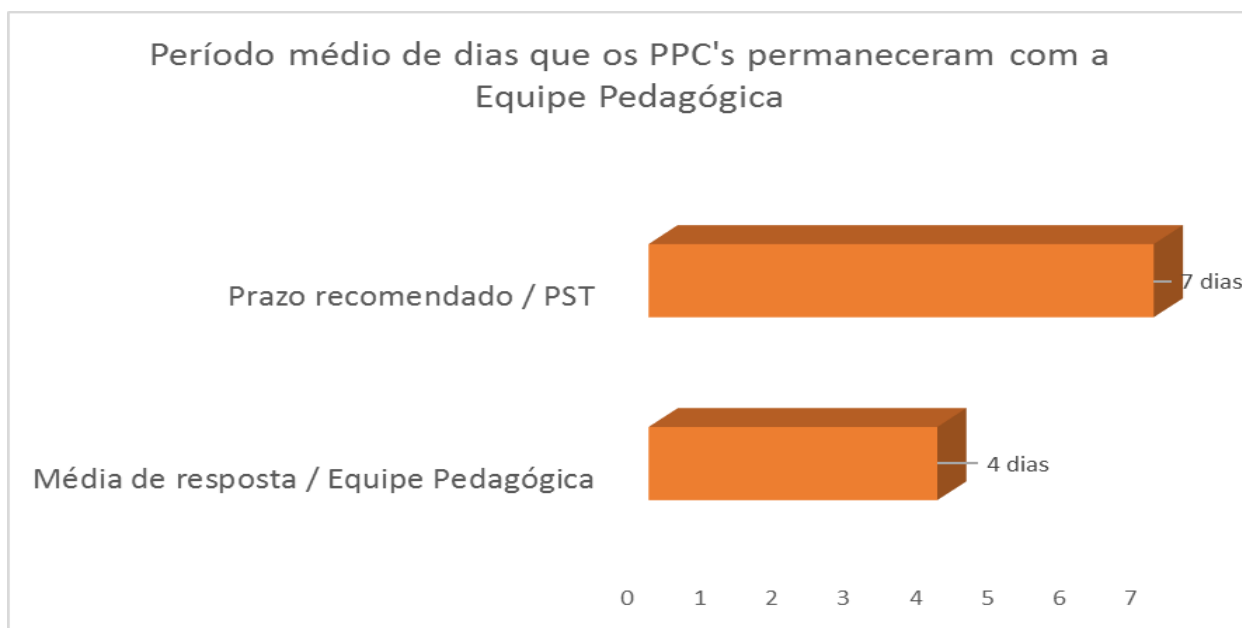
Tabela – PPCs e PPNs aprovados em 2013

Equipe Colaboradora nº	Convênios – PPCs	Núcleos – PPNs
1	2	49
3	11	46
5	5	112
6	15	31
7	0	168
9	2	73
12	10	23
13	11	122
15	5	42
17	2	89
18	10	42
20	3	166
21	4	24
22	5	35
23	16	147
25	9	44
Gestora	4	4
TOTAL	114	1217

Ilustração – Médias de dias e retornos até a aprovação dos PPCs



Ilustração – Período médio de permanência com a EP dos PPCs em análise



As Ilustrações acima ainda demonstram a eficiência da EP na assessoria aos convênios, no que tange à construção e aprovação dos PPCs em 2013.

Na primeira Ilustração verifica-se que há uma média de cinco retornos aos convênios até que o PPC – projeto pedagógico que servirá de base para os projetos dos núcleos (PPNs) e, portanto, de fundamental importância ao desenvolvimento das atividades dos convênios – seja aprovado com a máxima qualidade. Isso demonstra o esmero com que esse instrumento é tratado.

Já a segunda Ilustração demonstra que a EP, embora tenha o prazo de sete dias para a devolução/correção do PPC, o faz em quatro dias, agilizando o processo. Vale a menção de que, na média, os convênios cumprem o prazo de sete dias para o atendimento às solicitações dos avaliadores da EP e devolução do instrumento.

2.2.1.6 Editoração

Os trabalhos relacionados à produção teórica do PST mantiveram o ritmo, ou seja, atendendo as demandas que surgiram durante o ano. Foram impressos novos exemplares dos livros – Fundamentos do Programa Segundo Tempo e Caderno de apoio Pedagógico, de forma a atender a demanda do Programa no Mais Educação e nos novos convênios firmados durante o ano.

Como nova produção houve a publicação do livro do Recreio nas Férias:

Ilustração - Recreio nas Férias



Esta publicação tratou do tema de Sustentabilidade e contou com o apoio de vários autores especializados, o que deu um significado especial à obra. Foram publicados 7 mil exemplares que foram distribuídos a todos os convênios participantes da Edição do Recreio nas Férias, como aos demais convênios em vigência na SNELIS. Outros exemplares serão encaminhados às escolas participantes do Programa Mais Educação durante o ano de 2014, de acordo com o interesse despertado por elas.

Ainda no ano de 2013, foram finalizadas as produções editoriais das obras:

Ilustração - Produções Editoriais



Estas obras contribuirão efetivamente com o aprimoramento das ações do PST Padrão e também as especificidades do PST Navegar. Durante o ano de 2014 estas obras estarão à disposição da comunidade da área, assim como as demais até o momento produzidas.

2.2.1.7 Resultados Alcançados

Sucesso no cumprimento dos prazos e fluxo previsto para avaliação/aprovação de 114 PPCs e 1.217 PPNs e da realização de 54 capacitações pedagógicas (Presencial com apoio do DVD), 13 Capacitações Pedagógicas (EaD) e 03 capacitações gerenciais em 2013;

Capacitação Pedagógica de 1.279 membros das entidades convenientes: coordenadores de núcleo (principalmente), monitores e também coordenadores gerais, pedagógicos e setoriais;

Implantação de experiências de capacitação sob a modalidade EaD, deflagrada em 2013 junto a 10 convênios do PST, a partir da qual se pretende a implantação da formação continuada aos coordenadores e monitores;

Auxílio técnico e logístico à capacitação gerencial de 338 colaboradores de entidades parceiras (coordenadores gerais, pedagógicos e técnicos SICONV), em parceria com a CGAO, responsável por esta formação em 2013;

Realização de Encontros Regionais de trabalho das ECs (primeiro semestre), que trouxeram subsídios para os processos e instrumentos de capacitação, acompanhamento e avaliação do PST;

Integração da EP no processo de assessoramento, em trabalho integrado com as ECs, superando a condição de avaliação inicial (PPC);

Melhora no fluxo de informações e no trabalho integrado entre CGDEP-CGAO e na participação conjunta das duas coordenações na capacitação gerencial.

Manutenção da produção editorial de suporte às ações da SNELIS e especificidades do Programa Segundo Tempo.

2.2.2 Acompanhamento Administrativo e Pedagógico aos convênios do Programa Segundo Tempo

O processo de acompanhamento às entidades parceiras do Programa Segundo Tempo está sob a responsabilidade da **Sub-Coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo – CGAPA**, encontrando-se devidamente contemplado no Projeto firmado entre a UFRGS e o Ministério do Esporte, uma vez que consiste na principal ação da SNELIS para monitorar o desenvolvimento das atividades pactuadas junto aos beneficiados.

Tendo em vista a importância desta ação, a CGAPA continuamente tem procurado aprimorar todas as etapas deste acompanhamento, desde o momento no qual é definido o planejamento e realização das visitas “in loco” pelas Equipes Colaboradoras – ECs a partir do Início Efetivo das Atividades (IEA); passando pela emissão dos Relatórios Consolidados – RCs decorrentes das referidas visitas, até o análise/processamento do respectivo conteúdo frente aos elementos processuais.

No exercício de 2013, houve alteração na estrutura e nos fluxos de funcionamento destas ações (maiores detalhamentos a seguir), mas sempre com o objetivo de qualificar o acompanhamento pedagógico e administrativo do Programa Segundo Tempo (PST), além de aperfeiçoar a tramitação interna das informações advindas destes procedimentos, resultando em um fluxo ágil, o qual proporcionou maior interação entre as tarefas executadas pelas ECs com a estrutura administrativa da SNELIS.

Embora estas atividades fossem desenvolvidas em conjunto pela CGAPA e CGAAV de forma sequencial, a direção da SNELIS definiu que todo este processo deveria ser realizado por apenas uma coordenação e com todos os seus recursos humanos atuando de forma integrada, consolidando-se em CGAAV, ficando a CGAPA apenas com a gestão da 1ª etapa – que abrange todos os procedimentos relativos à realização das visitas.

Mesmo com esta junção, o prazo para a emissão dos ofícios de recomendação advindos das análises dos RCs permaneceu o mesmo (60 dias após o término das visitas a um convênio) e apenas o fluxo administrativo para que este processo ocorresse foi ajustado internamente.

Esta situação perdurou até o mês de julho de 2013, e em virtude da reestruturação da SNELIS, buscando otimizar os processos internos, a CGAPA passou a ser vinculada à Coordenação Geral de Acompanhamento Operacional aos Convênios (CGAO). Com esse procedimento, a Equipe de Analistas (anteriormente vinculada à CGAPA e depois à CGAAV) foi alocada na CGAO e todas as ações referentes ao processamento dos RCs ficaram sob a responsabilidade desta coordenação.

Com essa estrutura a CGAPA continuou a interagir positivamente com as Coordenações da SNELIS, em destaque, a CGAO e a Sub-Coordenação Geral de Desenvolvimento Pedagógico (CGDEP), desenvolvendo e mantendo um fluxo sequencial de ações.

Isto tem proporcionado maior rapidez no tratamento das informações obtidas pelas ECs para a realização das visitas e na finalização dos RCs, atuando sempre de forma a apresentar informações situacionais atualizadas referentes às questões pedagógicas e administrativas dos parceiros. Essa atuação integrada entre o referido projeto e as coordenações da Secretaria tem feito com que o cumprimento dos prazos estipulados tenha alcançado níveis elevados e superiores aos obtidos nos anos anteriores.

Diante da estrutura administrativa estabelecida, destaca-se o contínuo aprimoramento do processo de análise dos RCs pelas ECs, CGAPA, CGAO e CGDEP, o que proporcionou a melhora das análises qualitativas e quantitativas sobre o desenvolvimento das ações pactuadas pelos parceiros.

2.2.2.1 Funções e Organização da CGAPA

As principais atribuições da CGAPA consistem em:

- Organizar e capacitar as Equipes Colaboradoras (ECs) e Equipes de Analistas (EA), quanto ao preenchimento dos Instrumentos de Coleta de Dados (AVIL), Relatório Consolidado (RC);
- Organizar o processo de visitas (estratificação e logística);
- Controlar o prazo de entrada no Sistema Integrado de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo (SIAPA) dos AVIL e dos RCs, referentes aos acompanhamentos realizados pelas ECs;

- Analisar os instrumentos de acompanhamento e monitoramento dos convênios (AVIL e RC);
- Encaminhar os RCs para CGAO/SNELIS;
- Elaborar e aperfeiçoar os instrumentos avaliativos (AVIL e RC).

As Diretrizes referentes à periodização das visitas aos convênios do PST estabeleciam que os parceiros deveriam ser visitados durante todo o decorrer da sua vigência, a cada 120 dias, a partir da primeira visita realizada.

Assim, um convênio poderia ser visitado em até 3 vezes num período de 12 meses de vigência. Esta Diretriz foi pauta de discussão em várias reuniões na SNEIS e a partir de 01 de agosto de 2013, a gestão definiu um novo modelo de acompanhamento pedagógico e administrativo dos convênios do PST, a ser realizado pelas Equipes Colaboradoras vinculadas ao projeto UFRGS/FAURGS/ME, conforme abaixo apresentado:

- Convênios vigentes já visitados duas ou mais vezes (até 31/07/2013) e que teriam a vigência encerrada até 31/12/2013, não seriam mais visitados em 2013;
- Convênios vigentes já visitados duas vezes e com vigência a encerrar no exercício de 2014, só teriam uma terceira visita caso a CGAO definisse por isso e caso esta terceira visita fosse num período anterior a 180 dias do encerramento da vigência de cada convênio;
- Convênios visitados apenas uma vez até (31/07/2013), deveriam ser visitados por uma segunda vez após 180 dias do término desta primeira visita – Nesta segunda visita, um técnico da CGAO deveria acompanhar a Equipe Colaboradora;
- Convênios novos (Início Efetivo das Atividades após 01/08/2013) teriam as primeiras visitas dentro de 60 ou 70 dias após o IEA. Este período depende do tipo de Capacitação Pedagógica (presencial ou à distância e presencial – novo modelo). Nesta nova etapa do acompanhamento administrativo e pedagógico do PST, as segundas visitas deverão ocorrer 180 dias após o término do bloco de visitas anterior, sendo os convênios avisados pela CGAO do período de realização destas visitas.

Em suma, o novo modelo de acompanhamento implementado em conjunto com CGAO cada convênio deve ser visitado obrigatoriamente apenas duas vezes durante a sua vigência, sempre com o intervalo de 180 dias entre uma visita e outra. Quando necessário e a critério da CGAO, uma terceira visita poderá ser realizada considerando os vários aspectos administrativos e pedagógicos observados durante a execução dos convênios.

Os percentuais de núcleos a serem visitados não foram alterados e continuam de acordo com o estabelecido em anos anteriores, quais sejam:

- Convênios com até 5 (cinco) núcleos: Todos os núcleos deverão ser visitados;
- Convênios de 6 a 10 núcleos: 50% dos núcleos deverão ser visitados;
- Convênios com 11 núcleos ou mais: 20% dos núcleos deverão ser visitados.

Com relação ao prazo para finalização da análise do AVIL e do Relatório Consolidado, estes permaneceram inalterados, conforme demonstrado na Tabela abaixo:

Tabela – Prazos para finalização AVIL e RC

Coordenação	Equipe	Instrumento	Prazo
Coordenação Acompanhamento	EC	AVIL – SIAPA	Até 5 dias após o término do bloco de visitas
Coordenação Acompanhamento	EC	RC – SIAPA	Até 15 dias após o término do bloco de visitas
CGAO	EA	RC – Análise	Até 60 dias após o término das visitas

Ressalte-se que a CGAPA tem como função principal analisar o Relatório Consolidado (RC), produto final advindo das visitas realizadas às entidades parceiras pelas ECs. A partir disso, as informações e dados apresentados são organizados no instrumento supracitado, sendo este, posteriormente, encaminhado à Coordenação Geral de Avaliação e Acompanhamento Operacional (CGAO). Esta Coordenação ficou responsável pelo processamento e elaboração do Ofício de Recomendações, enviado às entidades parceiras, dando sequência ao processo administrativo e pedagógico interno da SNE LIS.

Diante das alterações promovidas pela SNE LIS, acredita-se que somente a partir do final do primeiro semestre de 2014 será possível realizar uma melhor avaliação sobre este novo modelo de acompanhamento, pois muitos dos convênios iniciados entre agosto e dezembro de 2013 terão as suas segundas visitas e só então, será possível analisar as potencialidades e fragilidades deste novo processo.

2.2.2.2 Encontros Regionalizados das Equipes Colaboradoras

Tendo a necessidade de ampliar as ações pedagógicas e administrativas do Programa, no primeiro semestre de 2013 foram realizados Encontros Regionais com as Equipes Colaboradoras, como parte do processo de aprimoramento das ações, tais como: acesso ao sistema informatizado, definição de novos fluxos nas rotinas de trabalho, reorganização do método de orientação pedagógica e resoluções de problemas recorrentes.

Assim, foram realizados encontros regionais, reunindo os membros das ECs em dois dias de trabalho. Tais encontros contaram com a presença de membros da CGAPA, CGAAV, CGDEP, CGAO, EP e CGSIS, visando oferecer subsídios para os processos e instrumentos de capacitação, acompanhamento e avaliação do PST.

Todas as Equipes Colaboradoras participaram desses encontros, com a presença dos seus coordenadores, vice-coordenadores e avaliadores, os quais contribuíram efetivamente nas discussões e deliberações do processo de construção da Terceira Geração (3G) do Instrumento de Avaliação “in loco” (AVIL) e respectivo Relatório Consolidado (RC); Estruturação da Capacitação no modelo EaD, e questões

relacionadas aos aspectos gerenciais e administrativos do acompanhamento do Programa Segundo Tempo.

As coordenações envolvidas estabeleceram os assuntos da pauta desses Encontros Regionais, de acordo com as suas prioridades, conforme abaixo apresentado:

- Apresentação – situação de momento do Programa Segundo Tempo;
- Orientação – Processo de organização das visitas;
- Apresentação dos Instrumentos de Avaliação de Terceira Geração – AVIL e RC;
- Orientações da CGAPA, CGAAV e CGSIS, sobre o preenchimento, análise e processamento das informações dos Relatórios Consolidados - RCs;
- Apresentação da Equipe de Logística para orientação sobre todos os aspectos referentes à emissão de passagens e diárias, bem como a locação de veículos – FAURGS;
- Novas atribuições das ECs: Recomendações Pedagógicas no RC, Plano de Apoio Pedagógico, Fluxo das Ações Pedagógicas; e
- Orientações – Capacitação EaD.

As Tabelas abaixo demonstram essa dinâmica e detalha a programação padrão desses eventos.

Tabela – Encontros Regionais com as ECs

Local	Data	ECs	Nº de Coordenadores e Avaliadores Participantes
Brasília – DF	06 e 07/03/2013	07, 09 e 25	11
Maringá – PR	21 e 22/03/2013	14, 15, 17 e 18	12
Rio Claro – SP	05 e 06/04/2013	11, 21 e 22	09
Belo Horizonte – MG	10 e 11/04/2013	12 e 13	13
Salvador – BA	26 e 27/04/2013	03, 05 e 06	14
Fortaleza – CE	10 e 11/05/2013	1, 20 e 23	27

Tabela – Programação padrão dos encontros regionais

1º Dia		
09h00 – 10h00	Apresentação – situação do PST	CGDEP / CGAO
10h00 – 11h00	Orientação processo de organização das visitas	CGDEP / CGAO
11h00 – 12h00	Apresentação Terceira Geração - AVIL e RC Orientações da CGAPA, CGAAV e equipe de informática, sobre o preenchimento, análise e processamento das informações	CGDEP / CGAO/ CGINF (TI)
12h00 – 14h00	Almoço	
14h00 – 16h00	Apresentação Terceira Geração - AVIL e RC Orientações da CGAPA, CGAAV e equipe de informática, sobre o preenchimento, análise e processamento das informações (Cont)	CGDEP / CGAO /CGINF (TI)
16h00 – 16h15	Coffee break	
16h15 – 17h30	Apresentação Terceira Geração - AVIL e RC Orientações da CGAPA, CGAAV e equipe de informática, sobre o preenchimento, análise e processamento das informações (Cont)	CGDEP / CGAO/ CGINF (TI)

17h30 – 18h30	Apresentação da Equipe de logística – FAURGS	Equipe-Logística FAURGS
2º Dia		
09h00 – 12h00	Novas atribuições das ECs Recomendações Pedagógicas no RC Plano de Apoio Pedagógico Fluxo das Ações Pedagógicas	CGDEP / EP
12h00 – 14h00	Almoço	
14h00 – 16h00	Orientações Capacitação EaD	CGDEP / EP
16h00 – 16h15	Coffee break / Encerramento	
16h15 – 18h00	Continuação – discussão sobre os temas do dia	CGDEP / EP

Assim, este modelo regionalizado de Encontro, com os profissionais que atuam no acompanhamento do PST, serviu para o aprimoramento dos processos necessários para a realização das ações, por meio da participação efetiva de todos os envolvidos, e com o intuito de atender às perspectivas de avanços para o PST no ano de 2013.

Ademais, estes encontros tiveram como desafio o aprimoramento do trabalho das Equipes Colaboradoras, a qualificação dos Relatórios Consolidados e as Recomendações Pedagógicas, a integração entre os trabalhos das ECs com as Coordenações da SNELIS (no 1º semestre especialmente entre a CGDEP, CGAPA e CGAAV), além de aprimorar o processo de capacitação como um todo.

Como resultados obtidos, destacam-se:

- Organização geral do processo e calendário de visitas às entidades convenientes;
- Apresentação dos novos instrumentos e do processo de cadastramento dos dados;
- Discussão e sugestões para otimização do processo de avaliação dos convênios;
- Orientação sobre a logística de capacitações e visitas;
- Novas atribuições das ECs e recomendações de procedimentos pedagógicos;
- Orientações e discussão sobre a proposta de capacitação e formação continuada EaD;
- As coordenações envolvidas concluíram que os encontros tiveram uma produtividade superior às oportunidades anteriores, devido ao menor número de participantes, que assim puderam opinar e questionar sobre os procedimentos tratados, em relação a encontros com maior número de participantes, bem como que se pôde tratar de assuntos de realidades regionais especificamente.

Como resultado das discussões e reflexões ocorridas em cada um dos seis momentos, observaram-se avanços significativos em todo o processo, bem como foram estabelecidas as necessidades que poderiam contribuir efetivamente para que as ações do Programa Segundo Tempo fossem aprimoradas, com foco no avanço qualitativo do atendimento das ações desenvolvidas junto às comunidades beneficiadas.

Ainda em 2013, mais especificamente nos dias 26 e 27 de Julho, na cidade de Porto Alegre-RS foi realizado um novo Encontro com os Coordenadores das Equipes Colaboradoras, cujo assunto principal da pauta foi referente à parceria ESEF/UFRGS-FAURGS-ME, e seus projetos de: capacitação e acompanhamento pedagógico dos núcleos de esporte educacional do Programa Segundo Tempo no Brasil nos períodos entre 2008/2013 (projeto em fase de encerramento) e 2013/2016 (período previsto para o novo projeto entre estas instituições). Em complemento a este assunto principal, também foram abordadas questões referentes às atividades a serem desenvolvidas, no segundo semestre de 2013, quanto à Capacitação Pedagógica e visitas aos núcleos dos convênios do PST.

É importante ressaltar que a partir de agosto de 2013 foi iniciado o uso da nova versão do Instrumento de Avaliação “in loco” (AVIL) e consequente Relatório Consolidado (RC), os quais foram denominados como Terceira Geração (3G).

2.2.3 Processamento de Relatórios Consolidados (Acompanhamento In Loco)

Conforme informado no Relatório de Gestão de 2012, a partir do mês de maio daquele exercício foi constituída a Sub-Coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação – CGAAV, à época vinculada à Coordenação Geral de Esporte Educacional – CGEED/DEDAP/SNELIS, ficando sob a sua gestão as seguintes áreas:

- CAPRE – responsável pela análise e processamento dos conteúdos dos Relatórios de Visitas produzidos pelas Equipes Colaboradoras, relativos às visitas realizadas sistematicamente nos convênios do PST, em face dos elementos processuais;
- ASCOD (Assessoria de Consolidação de Dados e Controle) – responsável pela Sistematização da Planilha de “Controle do Acompanhamento dos Convênios”, onde são consolidadas as informações relativas a todas as etapas do acompanhamento dos convênios do PST, partindo da sua formalização, concessão da ordem de início/confirmação do efetivo início, passando pelas etapas da capacitação, realização das visitas “in loco”, até o processamento dos RCs, encaminhamento dos ofícios de recomendações e recebimento/análise das respostas apresentadas pelas entidades.

Especificamente sobre o Processamento dos Relatórios Consolidados, **o exercício de 2013 foi dividido em 3 momentos**, que demarcam o fluxo administrativo relativo:

O **primeiro momento**, compreendido de **Janeiro a Maio/2013**, quando o processamento era feito exclusivamente pela CGAAV, sendo precedida da avaliação dos RC's pela CGAPA (Sub-Coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo).

Até então, os Relatórios Consolidados eram inseridos pelas EC's via sistema, cabendo à CGAPA a avaliação/revisão do respectivo conteúdo, demandando às EC's as retificações/complementos necessários.

Somente após a respectiva validação, a versão final dos RC's era encaminhada pela CGAPA à CGAAV, para fins de processamento.

Contudo, ao receber os RC's, a CGAAV proferia naturalmente uma nova conferência do conteúdo frente aos documentos que integram o processo do convênio objeto do acompanhamento "in loco", muitas vezes demandando novos esclarecimentos à CGAPA e/ou às Equipes Colaboradoras, para posterior processamento das Recomendações em instrumento específico.

Com a finalidade de aprimorar esse fluxo, a então gestão da SNELIS decidiu pela fusão da CGAPA/CGIPI com a CGAAV/CGEED, mantendo-se a **CAPRE/CGAAV/CGEED**, assim configurando o **segundo momento**, este compreendido de **Junho a Julho/2013**.

Tal decisão veio ao encontro da necessidade de imprimir celeridade ao processamento dos Relatórios de Visitas produzidos pelas Equipes Colaboradoras, dada a similitude dos trabalhos até então desenvolvidos por essas 2 áreas.

Nessa linha de entendimento, ao fundir as duas áreas, tão logo a EC disponibilizava o RC no sistema, era designado um técnico para cumprir todos os procedimentos relativos, em suma: revisão do conteúdo do RC; contatos com a EC responsável; monitoramento da finalização do RC no Sistema; processamento do conteúdo; emissão do ofício de recomendações e, por fim, monitoramento da resposta/atendimento.

Com tal medida, além da ampliação da Equipe – passando a CAPRE a ser composta por 19 recursos humanos (sendo 13 mantidos da própria CAPRE e 6 originários da CGAPA, entre coordenações, técnicos e apoios), foi possível dar maior encadeamento ao fluxo administrativo, de forma que o resultado final do acompanhamento fosse mais célere e efetivo junto às entidades parceiras.

A partir de junho/2013 foi decidido que o processamento do RC seria dividido entre a CGAAV/CGEED (ficando com a avaliação dos aspectos administrativos) e a Equipe Pedagógica da CGDEP/CGIPI (ficando com a avaliação dos aspectos pedagógicos), considerando que a Equipe Pedagógica já era responsável pela análise, aprovação e/ou acompanhamento da implementação dos PPC/PPN's, assim detendo melhores condições de avaliar os resultados dessa natureza, e proferir recomendações mais apropriadas conforme as condições de cada parceria.

Outro ajuste realizado no fluxo diz respeito ao encaminhamento do Ofício de Recomendações. Até maio/2013 era elaborado e enviado diretamente à entidade parceira. A partir de junho/2013 a CGAAV/CGEED passou a encaminhar o Instrumento de Avaliação à CGAO/DEGEP, ficando sob a responsabilidade desta a respectiva validação das recomendações sugeridas, a expedição do respectivo Ofício e inclusão dos documentos no SICONV.

O resultado do processamento dos RC's no **1º semestre de 2013** (abrangendo o primeiro e segundo momento do fluxo) encontra-se registrado na Planilha 01 – **Controle de Análise de RC's até Julho/2013**, cabendo destacar na Tabela abaixo:

Tabela – Processamento de RC's até Julho/2013

DADOS – até julho/2013 - CGAAV	Quantidade
Número de visitas realizadas	99*
Número de convênios visitados	76
Número de núcleos visitados	516

Total de Ofícios enviados CGAAV	82*
Total de despachos encaminhados à CGAO	41
% de Ofícios no prazo (94%)	115
% de Ofícios fora do prazo (6%)	8

*A diferença entre o número de visitas realizadas e o número de ofícios expedidos se deve aos ofícios gerados em janeiro/2013 de visitas realizadas em dezembro/2012 (32);

** 08 visitas geraram Relatórios Parciais de Visitas - RPV com emissão de memorando à CGAO para adoção das providências cabíveis.

Embora tenha sido exitosa a fusão da CGAPA/CGIPI com a CAPRE/CGAAV (inclusive considerando os resultados qualitativos da análise - obtidos de Junho a Julho/13), em **Agosto de 2013** a nova gestão decidiu pela extinção da CGAAV, integrando suas demandas e corpo técnico à Coordenação Geral de Acompanhamento Operacional – CGAO/DEGEP (unidade que já era responsável por várias ferramentas de acompanhamento, inclusive pela alimentação de sistemas internos e externos – a exemplo do SIC e SICONV), o que configurou o **terceiro momento**.

Tal decisão foi pautada na visão da gestão atual de simplificar os fluxos e unificar em uma única área todos os procedimentos relativos ao acompanhamento dos convênios.

Assim, a partir de Agosto de 2013 os técnicos da CGAO/DEGEP assumiram todos os procedimentos relativos ao processamento dos RC's, a seguir relacionados:

- Análise dos conteúdos dos Relatórios Consolidados produzidos pelas Equipes Colaboradoras, relativos às visitas realizadas sistematicamente nos convênios do PST, em face dos elementos processuais;
- Processamento dos Relatórios Consolidados em Instrumento de Avaliação específico, classificando as constatações positivas, negativas e de aprimoramento e conforme grau de relevância (grave, impropriedades e medidas de aprimoramento) – cabendo destacar que cada convênio é visitado no mínimo uma vez a cada ciclo pedagógico;
- Elaboração de Ofício à entidade parceira em tempo hábil/durante o Ciclo Pedagógico, dando retorno sobre as problemáticas identificadas durante as visitas acerca da execução do projeto, com recomendações/sugestões das medidas corretivas cabíveis no sentido do saneamento e aprimoramento dos convênios.

Portanto, entende-se que os ajustes realizados em 2013 potencializaram as ferramentas e força de trabalho já existentes, e contribuíram para ao avanço do processo de acompanhamento como um todo, tendo em vista a importância de dar celeridade no retorno do resultado das visitas às entidades parceiras, e assim possibilitar o efetivo aprimoramento da execução dos projetos consoante as diretrizes e normas aplicáveis.

Registre-se, por fim, que com a extinção da CGAAV foram extintos os procedimentos de competência da ASCOD/CGAAV (informados no Relatório de Gestão de 2012), quais sejam:

- Planilha de “Avaliação dos Convênios”;
- Avaliação das condições da execução de cada convênio para subsidiar a tomada de decisões pela gestão;
- “Resumo dos Convênios no SIC”.

2.3 Parceria com Ministério da Educação

O Esporte na Escola, parceria firmada entre os Ministérios da Educação e do Esporte – por meio da inserção do Programa Segundo Tempo no Mais Educação –, tem como objetivo viabilizar a oferta do Esporte Educacional na escola, integrado ao projeto político pedagógico, na perspectiva da educação em tempo integral, sendo que as ações esportivas nesse contexto devem preservar todos os fundamentos filosóficos e pedagógicos previstos para o PST padrão.

Visa, ainda, oferecer a crianças, jovens e adolescentes o acesso à prática e à cultura do esporte como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida.

Para o desenvolvimento do Esporte na Escola, foram estabelecidas as responsabilidades para cada Ministério:

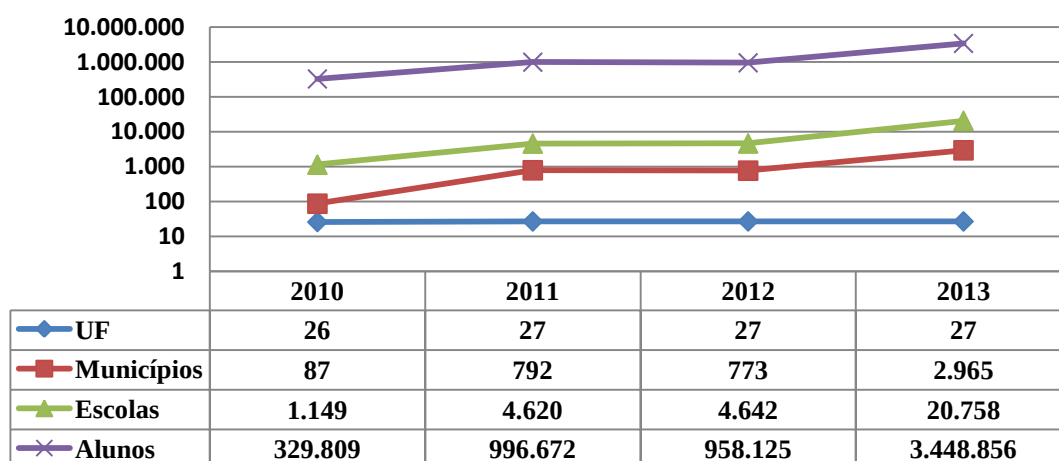
Tabela – Responsabilidades dos Ministérios

MINISTÉRIO DO ESPORTE		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	
A	Aquisição de Kit de Material Esportivo.	A	Recurso para a compra de materiais utilizados na modalidade Atletismo.
B	Produção técnica e editoração do Material Pedagógico – Livro de Fundamentos do Programa e Caderno de Apoio Pedagógico.	B	Transferência de recursos para as escolas, por meio do PDDE-FNDE, para ressarcimento de transporte e alimentação dos monitores que atuarão na atividade Esporte na Escola.
C	Orientação aos Coordenadores Estaduais/Municipais do PME, Diretores e Monitores sobre o Esporte na Escola, além de acompanhamento pedagógico do projeto.		

Em 2013 o Esporte na Escola deu atenção especial à modalidade Atletismo, além do desenvolvimento de múltiplas vivências esportivas, tais como: futebol, voleibol, basquetebol, handebol, futsal, jogos e brincadeiras. Esse modelo será seguido em 2014.

No gráfico abaixo é possível observar a evolução da parceria ME/MEC entre 2010 e 2013.

Gráfico - Evolução do Esporte da Escola (2010-2013)

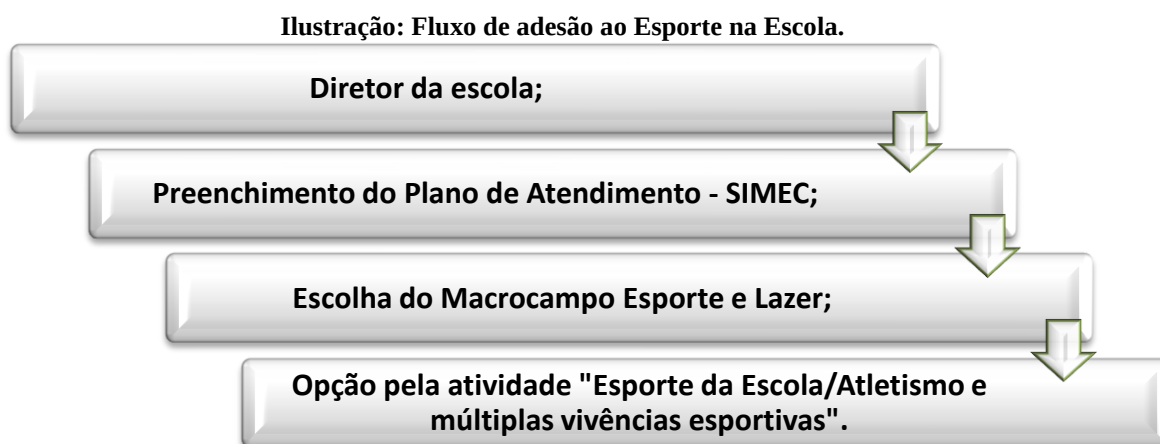


2.3.1 Processo de Adesão – SIMEC

A adesão ao Programa Mais Educação (PME), e consequentemente à atividade “Esporte na Escola/Atletismo e múltiplas vivências esportivas”, é feita por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação - SIMEC e realizada diretamente pelos Diretores das escolas de Ensino Fundamental.

Em 2013 as escolas puderam optar por 4 atividades dentre todos os macrocampos oferecidos. Para que pudesse desenvolver 5 atividades, uma delas deveria ser, obrigatoriamente, a atividade Esporte na Escola/Atletismo e múltiplas vivências esportivas, pertencente ao Macrocampo Esporte e Lazer.

Na Ilustração é possível visualizar o fluxo de adesão à atividade Esporte na Escola



Ressalta-se que o plano de atendimento, documento necessário ao processo de adesão, é elaborado pelo Diretor da escola e validado pela Secretaria de Educação, por meio do SIMEC. Esse procedimento ocorreu até dezembro de 2013.

Em 2013 puderam optar pela atividade “Esporte na Escola/Atletismo e múltiplas vivências esportivas” apenas as escolas que participaram do Programa Mais Educação em 2012. O sistema foi aberto para cerca de 30 mil escolas que estavam desenvolvendo o Programa Mais Educação há pelo menos 1 (um) ano.

As listas de escolas que optaram pelo Esporte na Escola foram repassadas pelo MEC durante o período de adesão ao Programa Mais Educação. Ao todo foram 13 relações diferentes de escolas, sendo que a primeira lista foi repassada pelo MEC em 16/09/2013 contendo 25.119 escolas; em 08/01/2014 foi recebida a última listagem com 20.758 escolas. Ainda em janeiro foram incluídas mais 1.403 escolas, que apesar de não terem recebido recursos em 2013, possuíam recursos de anos anteriores na conta do PDDE/Integral. Assim, o número final de escolas aptas a desenvolver o Esporte na Escola foi de 22.161 escolas.

Essa variação nas relações ocorre porque apenas os planos aprovados e as escolas consideradas adimplentes pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) recebem recurso no respectivo ano de adesão para desenvolver as ações do programa.

A demora no fechamento da lista final de escolas que optaram pelo Esporte na Escola constituiu o principal fator de impedimento do planejamento e execução das ações da coordenação (entrega dos kits e capacitação de monitores), o que ocasionou a transferência das ações para o ano subsequente.

Com a mudança na data de adesão das escolas ao PME para o início do ano letivo e com a implantação da nova plataforma interativa, espera-se que essa demora seja minimizada.

Outro aspecto crítico, diz respeito à aquisição não efetivada dos materiais esportivos, ação assumida como responsabilidade do ME na parceria e que deverá ser concretizada no próximo ano.

2.3.1.1 Resultados Alcançados

Em 2013, 22.161 escolas que optaram pela atividade “Esporte na Escola” tiveram sua adesão ao Programa Mais Educação efetivada.

2.3.2 Sistema de Cadastro – Portal SNELIS

Em 2011 foi estruturado um sistema interno com o intuito de atualizar os dados da escola e minimizar os problemas de comunicação e mobilização, visando: a) o processo de entrega do Kit de Material Esportivo diversificado e Kit de Material Pedagógico para as escolas; b) o processo de capacitação dos monitores; e c) a formação de uma base de dados para que a equipe do ME possa se comunicar com os Coordenadores Estaduais e Municipais do Programa Mais Educação, Facilitadores, Diretores e Monitores. Dessa forma, desenvolveu-se um Sistema de Cadastro específico para o Esporte na Escola (<http://snelis-me.com.br/portal/>), no qual as informações relacionadas às escolas podem ser consultadas.

No sistema, o Diretor deve cadastrar seus dados, da Escola e do Monitor do Esporte na Escola. Já o Coordenador Estadual/Municipal do Programa Mais Educação fica responsável pelo seu cadastro e do Facilitador.

O processo de cadastramento do Programa Esporte na Escola no ano de 2013 foi planejado para acontecer em várias etapas, objetivando facilitar o acesso ao sistema e dar maior celeridade no atendimento aos usuários com dificuldades em utilizar ferramentas digitais.

Destaca-se como aprimoramento do sistema de cadastro:

- Modificações no processo de realização de pesquisa, sendo possível realizar a busca das escolas por ano de adesão (2010, 2011, 2012 e 2013);
- Possibilidade de gerar relatórios a partir do cruzamento de informações;
- Possibilidade de gerar relatórios de escolas e diretores, a partir da inserção de novos filtros de pesquisa, tais como: Nome da Escola, INEP, UF, Município e Situação da Escola (ativa e não ativa);
- Criação do pré-cadastro para os Coordenadores Municipais do Programa Mais Educação, garantindo que o sistema aporte todos os dados de Coordenadores ainda antes da conclusão do cadastro;
- Ampliação das informações relativas ao monitor no formulário, bem como a vinculação deste à escola correspondente;
- Atualização do formulário de dados complementares do cadastro da escola.

O cadastramento de 2013 foi realizado em 3 (três) etapas:

- PRIMEIRA ETAPA – Iniciada em 16.08.2013:
Cadastramento dos Coordenadores e Facilitadores Estaduais do Programa Mais Educação.
- SEGUNDA ETAPA – Iniciada em 06.11.2013:
Cadastramento dos Coordenadores e Facilitadores Municipais do Programa Mais Educação.
- TERCEIRA ETAPA – Iniciada em 11.12.2013:
Cadastramento das Escolas, Diretores e Monitores.

Por meio de envio eletrônico do Tutorial de Cadastramento e do Manual de Orientações do Esporte na Escola (Link: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/segundo-tempo/orientacoes/manuais-de-diretrizes>) os Coordenadores Estaduais/Municipais e Diretores foram orientados a realizar o cadastramento no sistema. No Manual de Orientações ainda consta o detalhamento da parceria entre os Ministérios e todos os procedimentos e ações que envolvem o bom desenvolvimento do programa, além de tratar das informações sobre o quadro de pessoal, material pedagógico, materiais esportivos, capacitação e acompanhamento.

O maior volume de orientações foi realizado por meio de telefone e correio eletrônico. Estima-se que 2.917 mensagens eletrônicas tenham sido recebidas e que os contatos telefônicos passem de uma média de 15 ligações diárias (fora do período de adesão) e cerca de 200 ligações diárias (durante o período de cadastramento).

O sistema de cadastro do Esporte na Escola apresentou problemas técnicos, que, por serem inéditos, tiveram que ser corrigidos durante o processo de cadastramento já deflagrado. Essa situação causou uma grande procura pelo atendimento técnico desta coordenação. Soma-se a isso, o fato de que a partir do mês de novembro houve um aumento considerável do acesso ao sistema, ocasionando sobrecarga no servidor do sistema. Diante do exposto, verificou-se a necessidade de se estruturar uma equipe de suporte para resolução de problemas técnicos do sistema. Além disso, também é preciso preparar o sistema para atender a um número maior de acessos simultâneos.

2.3.2.1 Resultados Alcançados

Até 31 de dezembro foram verificados os cadastros de:

- 27 coordenadores estaduais, sendo 10 facilitadores;
- 1.077 coordenadores municipais, sendo 440 facilitadores;
- 1.088 diretores;
- 1.088 escolas;
- 1.197 monitores.

2.3.3 Materiais Didático-Pedagógicos, Esportivos e Uniformes

2.3.3.1 Material Pedagógico

Para o bom desenvolvimento das atividades junto aos beneficiados, além da qualificação profissional, são necessários subsídios materiais. Sendo assim, o Ministério do Esporte se responsabiliza pela aquisição e envio do Kit de Material Pedagógico às escolas, com o objetivo de ampliar e fortalecer a proposta pedagógica do esporte educacional. O kit também é disponibilizado para subsidiar a estruturação e o desenvolvimento das aulas, de maneira que atenda crianças e adolescentes com uma grande diversidade de possibilidades para atividades e jogos.

Por mais que o material seja extremamente simples, requer dos professores/monitores atenção e preparo para sua aplicação, pois todo o indicativo do material aponta para o cuidado no preparo e na reflexão das ações propostas. Assim, durante a capacitação, os temas do Livro de Fundamentos do PST são discutidos, bem como o Caderno de Apoio Pedagógico.

O material disponibilizado é mais uma forma de suporte pedagógico a todos os envolvidos no Esporte na Escola, pois o principal objetivo dos Ministérios do Esporte e da Educação é contribuir com o processo formativo de crianças e adolescentes.

Em 2013 não foram enviados Kits de Material Pedagógico às escolas, tendo em vista que só recebemos do MEC, em Janeiro de 2014, a relação final das escolas aptas a desenvolver o programa.

2.3.3.2 Material Esportivo

Para cumprir os objetivos relativos à ampliação e à qualificação do Esporte na Escola, é de fundamental importância a distribuição de materiais esportivos, sem os quais é inviável a execução de um projeto que tem o esporte como ferramenta principal de inclusão social.

A Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social é responsável tanto pela aquisição quanto pela distribuição do Material Esportivo composto de:

- Bolas para as atividades coletivas de quadra;
- Material de xadrez;
- Material para atividades de recreação e lazer.

Em 2013 não foram enviados Kits de material esportivo às escolas que optaram pelo programa Esporte na Escola, devido ao processo licitatório inconcluso, e principalmente, à demora no envio da relação final das escolas aptas a desenvolver o programa pelo MEC, como já citado anteriormente. Sendo assim, a distribuição desses kits está prevista para o primeiro semestre de 2014.

2.3.4 Capacitação do Esporte na Escola

O processo de formação continuada deflagrado pela administração do PST por meio da SNELIS/ME, a partir do ano de 2008, tem como uma de suas metas a formação continuada dos responsáveis pelas atividades do Programa, para o pleno atendimento às necessidades das comunidades participantes do projeto esportivo social.

Esse desenho será utilizado para a capacitação do pessoal envolvido no Esporte na Escola, destacando-se como uma ação diferenciada na parceria. A ideia é apresentar a proposta pedagógica do programa e orientar o responsável pelas atividades (monitor) sobre a utilização dos materiais didáticos distribuídos, em especial o Caderno de Apoio Pedagógico. Essa ação irá fortalecer ainda mais a parceria entre o ME e o MEC, além de qualificar as ações esportivas desenvolvidas no PME.

Todos os monitores do Esporte na Escola podem e devem participar da capacitação. Para tanto, é essencial que todos os cadastros sejam realizados e atualizados no Portal SNELIS.

Para a adesão de 2013, tendo em vista a nova dimensão alcançada pela referida parceria, em termos de número de pessoas envolvidas na capacitação e também pela diversificação de qualificação/formação/nível do monitor, foi preciso modificar a forma de realização da capacitação para se manter a qualidade conquistada para o PST padrão e para atingir a nova escala prevista de participantes (31.270 monitores).

2.3.4.1 Metodologia da Capacitação para os Monitores

Considerando a abrangência e importância já detalhadas desta ação, a proposta de capacitação dos monitores (Documento 03 – Projeto de Capacitação do Esporte na Escola) foi planejada para ser desenvolvida em 2 (dois) formatos:

- a) Presencial (de forma regionalizada);
- b) EaD pela Plataforma *Moodle*.

No primeiro modelo, prevê-se um evento de dois dias de atividades teóricas e práticas, divididos em turmas de 50 monitores. Os cursos serão oferecidos para os 2.965 municípios que possuem escolas com o Esporte na Escola. As capacitações serão realizadas em municípios sedes, recebendo monitores de escolas localizadas nas cidades abarcadas pelos pólos definidos dentro dos estados e no Distrito Federal.

Responsabilidades dos atores envolvidos no processo de capacitação presencial:

Ilustração - Responsabilidades

Coordenadores Estaduais/ Municipais e Facilitadores	Prefeitura Municipal	Ministério do Esporte
• Definir, com equipe do ME, os polos e turmas • Mobilizar os monitores • Auxiliar na inscrição dos monitores • Articular a organização do evento no município polo	• Fornecer a alimentação aos monitores (município polo) • Estrutura Física – sala com equipamentos audiovisuais em espaço para 50 pessoas • Ginásio ou Quadra esportiva para atividades práticas • Transporte para os monitores	• Organizar o processo de divisão regional junto com os coordenadores • Disponibilizar os formadores • Elaborar os conteúdos • Disponibilizar o material didático

A estratégia utilizada para apresentar o Esporte na Escola e organizar os polos e cidades para efetivar as capacitações presenciais para os monitores foi a realização de reuniões específicas em 21 municípios de 19 Estados e do DF, entre novembro/2013 e janeiro/2014, conforme detalhado no item Reuniões e Eventos.

Considerando os diversos níveis de formação do quadro dos monitores, estão sendo produzidos materiais específicos (livros e vídeos), baseados nos temas que integram o Livro de Fundamentos Pedagógicos do PST e nas várias modalidades esportivas do Macrocampo Esporte e Lazer. Essa produção pretende oferecer subsídios pedagógicos com uma linguagem acessível ao público que atuará nas escolas.

Estão em fase final de produção os seguintes materiais:

- Coleção Práticas Corporais e Organização do Conhecimento:
 - Livro 1: Esportes;
 - Livro 2: Dança, Ginástica e Atividades Circences;
 - Livro 3: Lutas, Capoeira e Práticas Corporais de Aventura.
- Livro Atletismo na Escola.

No que se refere à modalidade de Educação à Distância – EaD, essa ação possibilitará um maior alcance do desenvolvimento da proposta pedagógica do programa e consequente difusão do esporte educacional, visto que será aberta a todos os monitores esportivos do Macrocampo Esporte e Lazer e para os professores de Educação Física das escolas participantes.

Para esse processo estão sendo produzidos materiais educacionais digitais, como: manuais, tutoriais, materiais de apoio e complementares, slides, imagens, entre outros.

A capacitação de monitores EaD será organizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Os monitores inseridos no sistema serão divididos em turmas. Procura-se vinculá-los por aproximação de região, a fim de possibilitar que as atividades e as discussões realizadas retratem os aspectos de cada região. Para cada turma é alocado um tutor virtual que ficará responsável pela mediação pedagógica, avaliação das atividades e motivação dos participantes.

As Equipes Colaboradoras do PST integram todo o processo de capacitação (presencial e virtual), seja na elaboração dos conteúdos ou na execução dos eventos.

Em 2013 essa ação não foi efetivada pelo motivo já descrito, relativo à finalização do processo de adesão das escolas (via SIMEC somente em dezembro) o que contribuiu para o atraso no processo de cadastramento dos envolvidos no portal SNELIS.

2.3.4.2 Reuniões e Eventos

A participação da SNELIS/ME nas reuniões com o MEC pontuou as especificidades do Programa Esporte na Escola como atividade do Macrocampo Esporte e Lazer do Programa Mais Educação.

Nessas reuniões foram apresentados: a) os fundamentos pedagógicos do programa com foco no esporte educacional e na modalidade Atletismo; b) o número de escolas e alunos no atendimento 2013; c) a parceria entre ME e MEC; d) o processo de cadastramento no portal SNELIS (<http://snelis-me.com.br/portal/>); e) as funções dos diferentes sujeitos partícipes do Programa, quais sejam, Coordenadores Estaduais e Municipais do Programa Mais Educação, Facilitadores, Diretores e Monitores.

Destacou-se a importância do papel dos Coordenadores Estaduais e Municipais do Programa Mais Educação, como interlocutores do Ministério do Esporte e das escolas parceiras, já que são eles os responsáveis por reforçar solicitações realizadas por este Ministério durante as ações, como alertar sobre o período de cadastramento junto ao portal supracitado, em benefício da efetividade nos trabalhos de capacitação e envio dos Kits de Material Esportivo e de Material Pedagógico.

Durante as reuniões também se apresentou o mapa contendo a distribuição regional das escolas estaduais e municipais em questão, que optaram por desenvolver a atividade Esporte na Escola, e as propostas de formação presencial e à distância elaboradas pelo Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais – DEDAP.

Dúvidas gerais dos participantes:

- Previsão de data par abertura de cadastro dos Coordenadores Municipais do Programa Mais Educação;
- Papel dos Facilitadores;
- Contestação do valor recebido pelo monitor do Programa Mais Educação.

Dúvidas relacionadas à capacitação realizada pelo ME:

- Previsão de data para envio dos Kits de Material Esportivo e de Material Pedagógico às escolas que optaram pelo “Esporte na Escola” em 2013;
- Previsão de data para início das capacitações;
- Diferença entre os programas “Atleta na Escola” e “Esporte na Escola”;
- Número limite de Facilitadores por município;
- Recurso referente ao kit de Atletismo;
- Participação do monitor na capacitação oferecida pelo ME;
- Atuação e exigências do CREF em relação à iniciativa.

Sugestões gerais dos participantes:

- Enviar 1 Kit de Material Esportivo por ano;
- A participação do CREF em reuniões do ME junto aos Comitês;
- A participação de Coordenadores Estaduais/Municipais do Programa Mais Educação nas capacitações destinadas aos monitores do “Esporte na Escola”.

2.3.4.3 Resultados Alcançados

Embora tenha sido obtido um resultado de 18 reuniões realizadas em todo o território nacional, divulgando o sistema de cadastro e efetuando a divisão de polos regionais para concretização das capacitações presenciais, nas reuniões não foram suficientes para atingir todo o território que oferecerá o Esporte na Escola. Sem o repasse das orientações sobre o portal SNELIS para as Secretarias de Educação, o cadastramento torna-se mais moroso, prejudicando o planejamento das capacitações. A realização de reuniões nos demais estados será retomada no início do próximo ano letivo.

2.3.4.4 Desafios para 2014

- ✓ Capacitação da equipe interna para a análise de projetos;
- ✓ Ampliação do atendimento pelo Programa Segundo Tempo nas cidades-sede da Copa e suas regiões metropolitanas, por meio do Projeto Legado, sensibilizando os gestores dos municípios e estados e conseguindo formalizar parcerias em ano de “defeso eleitoral”.
- ✓ Implementação do processo de cessão dos equipamentos do Navegar para as entidades que executam, ou já executaram o projeto, e no caso de falta de interesse por parte das entidades, fazer a cessão para as Forças Armadas.
- ✓ Desenvolver a capacitação presencial e EaD para os monitores/professores envolvidos com o Esporte na Escola;
- ✓ Criar e aplicar um processo de avaliação diagnóstica para o Esporte na Escola;
- ✓ Enviar os Kits de material pedagógico e esportivo a todas as escolas que optaram pelo Esporte na Escola;
- ✓ Obter maior gerenciamento das ações do Esporte na Escola no que tange a parceria com o MEC.

2.4 Projeto Memória

O projeto **Memória do Programa Segundo Tempo** tem como principal objetivo a criação e o desenvolvimento de estratégias de preservação da sua memória.

Iniciou em setembro de 2009, com a criação de uma coleção específica junto ao Centro de Memória do Esporte da **ESEF-UFRGS** denominada **Programa Segundo Tempo**, a qual abriga seu acervo documental (livros, folders, materiais de capacitação), iconográfico (desenhos, fotografias, cartazes, etc.), audiovisual (vídeos, *cdroms*, etc.), tridimensional (artefatos tais como camisetas, bonés, materiais esportivos, canetas, entre outros), bem como materiais relacionados à interface entre o *Programa Segundo Tempo* e o *Programa Mais Educação*.

A gestão do projeto foi desenvolvida segundo as etapas previstas na proposta básica (não havendo alterações nas atividades inicialmente previstas), cujo objetivo principal é a criação de registro de **Memória do Programa Segundo Tempo**. De certo forma dá continuidade às ações desenvolvidas em 2011, sobretudo com a criação do **Repositório Digital do Programa Segundo Tempo**, uma subcomunidade do LUME – Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Este Repositório consiste em uma ação mais importante do Projeto Memória, pois tem caráter permanente e é constantemente alimentado e atualizado através da coleta de informações e materiais sobre o *Programa Segundo Tempo*, com imediata disponibilização no formato digital.

Além dos documentos, fotografias, vídeos, publicações, os objetos tridimensionais (camisetas, bonés, materiais pedagógicos, pastas, canetas, entre outros) são fotografados e registrados no Repositório que pode ser acessado através do seguinte endereço eletrônico: <http://www.repositorioceme.ufrgs.br/handle/123456789/2>.

Portanto, o **Repositório Digital do Programa Segundo Tempo** se caracteriza como uma das ferramentas mais avançadas em termos de documentação e informação sobre registros de um programa tal como o *Programa Segundo Tempo*.

O trabalho desenvolvido pode ser avaliado pela qualidade das condições de abrigo, preservação e disponibilização dos diferentes acervos do *Programa Segundo Tempo*, em especial, o seu **Repositório Digital**. Tais informações podem ser utilizadas para mecanismos de preservação da sua memória, bem como para pesquisas a serem realizadas sobre o *Programa Segundo Tempo*, bem como para materiais e divulgação. Em termos quantitativos foram atingidos os seguintes resultados:

Vale ressaltar, ainda, que o Programa Segundo Tempo inaugura a utilização dessa ferramenta, no âmbito dos programas sociais, o que o torna, também, exemplar para outras ações dessa natureza.

Destaca-se, ainda, a publicação do **Blog Memórias do Programa Segundo Tempo**, com o objetivo de dar maior visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas Equipes Colaboradoras.

Enfim, as ações do **Projeto Memórias do Programa Segundo Tempo** são sistemáticas e objetivas, sobretudo, a preservação de sua memória para que sirva de inspiração para outras iniciativas nessa natureza.

Ações desenvolvidas:

- ✓ Alimentação do **Repositório Digital do Programa Segundo Tempo**, um portal de informações que contém os documentos digitais do Programa a partir de 5 coleções: a) Audiovisual; b) Depoimentos; c) Documental; d) Iconográfica e e) Tridimensional;
- ✓ Alimentação da página **Memória do Programa Segundo Tempo** cujo link encontra-se disponível no item **Memória** da página oficial do *Programa Segundo Tempo*. Pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico: <http://www.esef.ufrgs.br/ceme/pst/>;
- ✓ Levantamento nas bases de dados de produção acadêmica de periódicos, teses e dissertações de artigos científicos, monografias, teses e dissertações produzidas sobre o *Programa Segundo Tempo* e pelo *Programa Segundo Tempo* objetivando a alimentação do Repositório;
- ✓ Levantamentos no site *Youtube* de vídeos relacionados ao *Programa Segundo Tempo* (reportagens do Ministro do Esporte, equipe gestora do Programa, atividades realizadas nos núcleos, reportagens em matérias para programas televisivos, entre outros) objetivando a alimentação do Repositório;

- ✓ Recolha, catalogação, higienização e restauro do acervo físico respeitando suas diferenças: (documentos, matérias de jornais, camisetas, fotografias, vídeos, etc.);
- ✓ Guarda desses acervos em espaço específico, resguardando os cuidados necessários à sua manutenção: pastas específicas para fotografias, acondicionamento de vídeos, ambiente com temperatura adequada, pastas horizontais para documentos, armários específicos para objetos tridimensionais, entre outros;
- ✓ Realização, processamento e disponibilização para consulta de entrevistas com gestores, coordenadores de núcleo, membros de equipes de capacitação, monitores e usuários do *Programa Segundo Tempo*, visando alimentar a Coleção Depoimentos do Repositório Digital;
- ✓ Criação do **Blog Memórias do Programa Segundo Tempo**, com atualização semanal a partir de textos enviados pelas Equipes Colaboradoras e criadas pela equipe do Projeto Memória. Pode ser acessado em <http://www.ufrgs.br/ceme/pst/site/>;
- ✓ Criação de um **Clipping Mensal** contendo todas as notícias veiculadas no site do Ministério do Esporte sobre o PST e seus desdobramentos visando sua inserção no Repositório Digital. Exemplo: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/83541>.

Resultados quantitativos e qualitativos:

- ✓ Catalogação e guarda de mais de 1.000 itens de acervo (livros, documentos, vídeos, materiais pedagógicos e de divulgação);
- ✓ Digitalização de mais de 250 documentos e disponibilização dos mesmos no Repositório Digital;
- ✓ Catalogação e disponibilização para consulta de mais de 200 publicações sobre o *Programa Segundo Tempo*: artigos, teses, dissertações, monografias e trabalhos apresentados em congressos científicos;
- ✓ Catalogação e disponibilização para consulta de mais de 500 notícias sobre o *Programa Segundo Tempo*;
- ✓ Realização, processamento e disponibilização na íntegra de 51 entrevistas com gestores e membros das Equipes Colaboradoras;
- ✓ Realização de duas exposições virtuais;
- ✓ Organização de dois Tutoriais para fundamentar a realização de ações de preservação da memória tais como guarda de acervos e organização e realização de exposições.

Texto 01- Perfil dos participantes (Anexo 02)

Na tabela abaixo será apresentado o perfil dos coordenadores participantes das capacitações em relação aos seguintes itens: distribuição das idades por faixa etária, distribuição da variável sexo, diagnóstico da atuação profissional anterior do coordenador, diagnóstico sobre o local de moradia e participação do coordenador na elaboração do PPN.

Tabela: Distribuição dos coordenadores por faixa etária

Faixa Etária	Quantidade	%
19-29	435	38,9
29-39	465	41,6
39-49	150	13,4
49-59	51	4,6
59-70	6	0,5
Não informado	10	0,9
Total	1117	100,0

Na distribuição dos participantes por faixa etária observa-se que 41,6% têm entre 29 e 39 anos; 38,9% entre 19 e 29 anos; 13,4% entre 39 e 49 anos; 4,6% entre 49 e 59 anos; 0,5% entre 59 e 70 anos e; 0,9% não informaram a idade.

É possível observar que a maioria (80,5%) encontra-se na faixa etária entre 19 a 39 anos, indicando um perfil de coordenadores adultos jovens. Além disso, os coordenadores de núcleos advêm de uma formação contemporânea, caracterizada pela transmissão de conhecimentos atualizados e contextualizados, supostamente não privilegiando métodos essencialmente pragmáticos e excessivamente técnicos.

Em relação à distribuição dos participantes conforme o sexo, a tabela abaixo demonstra o percentual de cada grupo.

Tabela: Distribuição dos coordenadores conforme o sexo

Sexo	Quantidade	%
Masculino	570	51
Feminino	546	48,9
Não informado	1	0,1
Total	1117	100,0

Pode-se observar que a variável sexo apresenta 51% de participantes do sexo masculino; 48,9% do sexo feminino. Percebe-se uma equivalência em relação ao sexo dos participantes envolvidos com o PST, ponto que facilita o envolvimento e interação entre os professores e beneficiados do Programa.

A Tabela abaixo apresenta a relação do local de moradia dos coordenadores.

Tabela: Local de moradia dos coordenadores.

Mora na comunidade	Quantidade	%
Sim	442	39,6
Não	657	58,8
Não informado	18	1,6
Total	1117	100,0

Verifica-se que 58,8% dos coordenadores não residem nas comunidades que atuam, e 39,6% residem na própria comunidade. Esse indicativo demonstra considerável quantitativo de profissionais que se comprometem com sua própria comunidade. Não responderam à questão um total de 4,5% dos participantes.

A Tabela abaixo indica a formação acadêmica dos coordenadores do PST.

Tabela: Formação acadêmica dos coordenadores do PST

Formação	Quantidade	%
Graduação	672	60,2
Especialização	406	36,3
Mestrado	6	0,5
Doutorado	0	0,0
Não informado	33	3,0
Total	1117	100,0

Verifica-se que 60,2% dos participantes possuem graduação; 36,3% deles, para além da formação inicial, buscaram se especializar em diferentes áreas; 0,5% são mestres; 3,0% não informaram. Este quantitativo indica que a maioria dos coordenadores atende ao requisito mínimo (graduação), bem como significativa parte dos coordenadores (aproximadamente 40%) demonstra preocupação com sua formação continuada (especialização e mestrado).

Essa tabela reforça a ideia da importância do oferecimento, subsidiado pelo ME, de uma formação continuada em nível de especialização, visto que uma parcela significativa dos coordenadores apresenta interesse em dar continuidade à sua formação.

A Tabela a seguir demonstra a distribuição dos coordenadores de acordo com sua área específica de formação.

Tabela: Área de formação.

Área	Quantidade	%
Educação Física	1006	90,06
Esportes	14	1,25
Pedagogia	24	2,15
Outras	52	4,66
Não informado	21	1,88
Total	1117	100

Observa-se maior percentual de coordenadores com formação inicial em Educação Física (90,06%), seguidos de outras (4,66%), em Pedagogia (2,15%), e em Esportes (1,25%). Tais resultados evidenciam que os Recursos Humanos pesquisados apresentam capacitação adequada à função.

A Tabela abaixo revela a distribuição quanto à atuação profissional anterior à função de coordenador do PST.

Tabela: Distribuição da atuação profissional anterior à função de coordenador do PST

Atuação anterior	Quantidade	%
Monitor do PST	31	2,8
Educação Física escolar	497	44,5
Escolinha de esportes	298	26,7
Alto rendimento	73	6,5
Academia	88	7,9
Outra	101	9,0
Não informado	29	2,6
Total	1117	100,0

Foi possível identificar uma distribuição variada em diversos âmbitos profissionais, sendo que 44,5% relataram já ter atuado principalmente na Educação Física escolar, 26,7% atuavam em escolinhas de esportes, 9% exerciam outras funções aqui não mencionadas, 7,9% estavam envolvidos com academias de ginástica, 6,5% afirmaram ter atuado no alto rendimento, ainda 2,8% já atuavam como monitores do PST e assumiram a coordenação de núcleos, e, por fim, 2,6% não informaram a atuação anterior.

Com base nesses resultados, compreende-se que a Educação Física escolar continua sendo a área que mais acolhe os coordenadores antes de sua inserção no PST, sugerindo que estes profissionais encontram identificação com o esporte educacional, especificamente com crianças. Estes dados demonstram a grande possibilidade da inserção do PST na escola, a partir da união de intenções e projetos em benefício de nossas crianças, jovens e adolescentes, contribuindo para o processo educacional pleno em nosso país.

A Tabela a seguir apresenta os achados quanto à verificação da participação dos coordenadores na elaboração dos PPN's.

Tabela: Participação dos coordenadores na elaboração do PPN

Participação na elaboração do PPN	Quantidade	%
Sim	389	34,8
Não	712	63,7
Não informado	16	1,4
Total	1117	100,0

De acordo com as diretrizes do PST, a participação dos coordenadores na construção dos PPN's é de suma importância, pois sua consolidação depende das características particulares de cada realidade, a qual os coordenadores devem conhecer, discutir e buscar formas de intervir. Observou-se um baixo percentual de participação de coordenadores no que se refere à elaboração dos PPN's, revelando que apenas 34,8% foram envolvidos nesse processo. Tais números indicam baixa representatividade de participação conjunta. Tais resultados indicam a necessidade de ações a serem

estruturadas para sanar essa deficiência. O quantitativo de participantes que não informaram sobre a participação na construção do PPN foi de 1,4%.

A Tabela abaixo evidencia os motivos que levaram os coordenadores de núcleo do PST a ingressarem no Programa.

Tabela: Motivo da procura pela função de coordenador de núcleo do PST.		
Motivos	Quantidade	%
Crescimento profissional	175	15,6
Identificação com projetos sociais e proposta do PST	365	32,7
Satisfação de trabalhar com crianças e jovens	131	11,8
Oportunidade de Trabalho (complementação de renda)	72	6,4
Realização profissional e/ou pessoal	186	16,7
Educação de crianças carentes através do esporte de lazer	104	9,3
Convite de terceiros	59	5,3
Outros motivos	25	2,2
Total	1117	100

A identificação dos motivos que levaram os coordenadores de núcleo a assumir o cargo é distinta, sendo que as respostas foram categorizadas conforme a frequência em que foram citadas. Desse modo, pôde-se observar que os motivos mencionados em maior escala foram: a identificação com a proposta, princípios e metodologia do Programa Segundo Tempo (32,7%); realização profissional e pessoal (16,7%); oportunidade de crescimento profissional (15,6%) e; satisfação em trabalhar com crianças, adolescentes e jovens (11,8%). Nota-se também outros motivos a serem destacados, embora tenham sido citados em menor escala pelos coordenadores de núcleo, tais como: interesse em lidar com crianças em situação de risco por meio de atividades de esporte e lazer (9,3%); oportunidade de trabalho e salário (6,4%); convite de terceiros (5,3%); outros motivos (2,2%).

Ao que tudo indica, existe uma gama de aspectos e motivações que permearam a escolha dos coordenadores de núcleos por essa função, evidenciando a diversidade de RH que buscam atender as diretrizes propostas pelo PST. Entende-se, contudo, que a vinculação ao PST se dá, principalmente, pela identificação com projetos sociais e com a proposta pedagógica e social, objetivos e metodologia do Programa.

Avaliação Geral do Processo de Capacitação Pedagógica

O processo de capacitação pedagógica compreende etapas. A SNELIS/ME realiza um processo avaliativo sobre três dimensões: a) infraestrutura e a logística disponibilizada para a realização do evento; b) temáticas selecionadas para o processo de capacitação; c) metodologia utilizada no desenvolvimento das temáticas.

A avaliação geral do processo de capacitação pedagógica é realizada ao final do evento, quando são entregues questionários a todos os participantes, para que expressem o nível de satisfação e/ou insatisfação com o desenvolvimento da capacitação.

Nesse sentido, dos 1.270 indivíduos capacitados no ano de 2013, 1.193 coordenadores responderam ao questionário. A exposição dos dados foi organizada, agrupando-se todos os dados das capacitações pedagógicas, a fim de facilitar a visualização e entendimento pleno dos mesmos. A partir dessa avaliação, pode-se verificar se a capacitação contribuiu para a formação continuada dos participantes.

Tabela – Infraestrutura e Logística

Indicadores	Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito insatisfeito
Quanto à cidade da realização da capacitação	974	183	29	7
Quanto ao local da realização das vídeoaulas	899	244	42	8
Quanto ao equipamento disponibilizado para as vídeoaulas – data-show e som	922	241	25	5
Quanto à atuação da equipe administrativa de apoio durante a capacitação	932	225	20	16
Quanto ao coffee break oferecido durante a capacitação	883	208	73	29
Quanto à carga horária da capacitação	683	313	178	19
Quanto ao material didático impresso oferecido	890	224	62	17
Total	6183	1638	429	101
Total %	93,65		6,35	

Conforme observado, houve alto nível de satisfação em relação à infraestrutura disponibilizada em todos os eventos desenvolvidos durante o ano, atingindo o percentual de 93,65%. Este fato corresponde às estratégias e procedimentos adotados pela organização na realização dos eventos, em que se tem buscado manter a qualidade logística, com otimização dos custos e atendimento aos participantes de forma satisfatória. Pelos dados obtidos, podemos verificar que esta política tem sido bem aplicada, pois tem obtido elevados níveis de satisfação. Apenas 6,35% dos participantes demonstraram insatisfação em relação à infraestrutura dos eventos.

Dentre os indivíduos insatisfeitos, o maior número se referiu aos seguintes itens: carga horária da capacitação e coffee break oferecido. A partir desses resultados novos procedimentos têm sido estudados e recentemente aplicados, na direção de sanar tais insatisfações.

A seguir são apresentadas as temáticas selecionadas para serem trabalhadas nos eventos.

Tabela – Temáticas selecionadas para a Capacitação.

Indicadores	Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito insatisfeito
TEMA 01 – Fundamentos do Programa Segundo Tempo: entrelaçamentos do esporte, do desenvolvimento humano, da cultura e da educação	897	279	15	2
TEMA 02 – Fundamentos do lazer e da animação cultural	907	269	15	2
TEMA 03 – Corpo, gênero e sexualidade: educando para a diversidade	929	240	23	1
TEMA 04 – Desenvolvimento e aprendizagem motora: aspectos relacionados à prática	878	277	34	4

TEMA 05 – Questões da deficiência e as ações no Programa Segundo Tempo	896	262	33	2
TEMA 06 – Organização e desenvolvimento pedagógico do esporte no Programa Segundo Tempo	888	276	24	5
TEMA 07 – Procedimentos metodológicos para o Programa Segundo Tempo	907	251	32	3
TEMA 08 – Planejamento do Programa Segundo Tempo: a intenção é compartilhar conhecimentos, saberes e mudar o jogo	922	244	24	3
Caderno de apoio pedagógico	849	277	56	11
Total	8073	2375	256	33
Total %	97,31		2,69	

Vislumbra-se um nível ainda maior de satisfação no que se refere às ações e seleções de temas organizados para os eventos desenvolvidos. O nível de satisfação atingiu o percentual de 97,31%. No que se refere ao nível de insatisfação, observa-se um percentual pouco representativo (2,69%). A insatisfação se dá, sobretudo, no não recebimento do caderno de apoio pedagógico (CAP), que deveria estar na posse dos coordenadores durante o período de capacitação, mas que por vezes chegam aos mesmos algumas semanas após sua conclusão. Vale ressaltar que a organização das temáticas disponibilizadas no processo de capacitação mantém uma política que envolve gradativamente os coordenadores de núcleos que representam os parceiros/convênios.

Como terceiro aspecto avaliado está o desenvolvimento dos temas das capacitações. Para esta dimensão a apresentação foi organizada procurando apresentar os temas das capacitações pedagógicas.

Tabela – Importância e desenvolvimento das temáticas selecionadas

Indicadores	Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito insatisfeito
Quanto à relevância das temáticas para sua formação	938	241	13	1
Quanto à relação dos temas com as diretrizes do Programa Segundo Tempo	927	255	11	0
Quanto à abordagem das temáticas nas videoaulas	849	282	58	4
Quanto à dinâmica utilizada nas apresentações das videoaulas	815	269	98	11
Quanto à dinâmica utilizada para as discussões após a apresentação das videoaulas	853	276	54	10
Quanto ao aprofundamento dos conteúdos abordados	813	310	65	5
Quanto à relação e o equilíbrio exemplificado nas videoaulas entre teoria e prática	819	308	62	4
Quanto ao auxílio da capacitação nos esclarecimentos e superação das dificuldades na sua atuação nos núcleos	850	297	44	2
Quanto à participação e atuação dos Formadores	924	234	31	4
Quanto a sua participação no Evento	875	300	13	5
Quanto à integração dos participantes	868	287	36	2

Quanto ao cumprimento do objetivo desta capacitação	871	289	28	5
Quanto as suas expectativas em relação à capacitação	847	290	48	8
Quanto ao momento de práticas	886	247	54	6
Total	12135	3885	615	67
Total %	95,9		4,1	

Mediante as ações de intervenção pedagógica frente aos processos de capacitação do PST, atingiu-se o resultado de 95,9% de satisfação em relação ao desenvolvimento das temáticas. Isso serve como estímulo à continuidade dessa ação e dos procedimentos até então adotados.

Entendemos, portanto, que em relação ao processo de capacitação pedagógica do PST, os procedimentos até então adotados, assim como os cuidados em relação à constante revisão, atualização e aprimoramento das temáticas que subsidiam continuamente os profissionais envolvidos, têm resultado em reconhecimento e aceitação pela maior parte dos envolvidos com o PST.

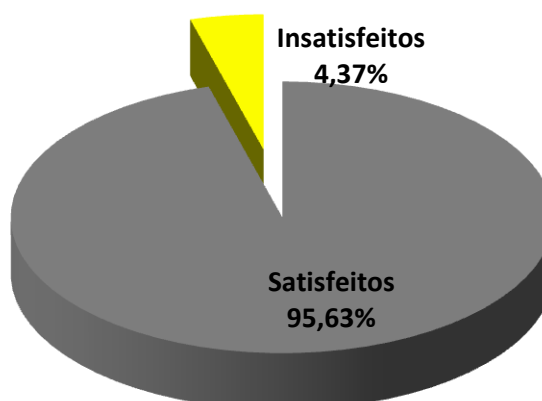
Entretanto, mesmo com tal avaliação, destaca-se que em algumas temáticas houve um índice menor na categoria de satisfação. Isso nos leva a refletir que algumas ações necessitam ser mais bem estruturadas em se tratando especificamente da dinâmica e da abordagem utilizada nas apresentações e discussões das videoaulas, pois são temas que precisam estar bem articulados, sob pena de comprometimento negativo do processo de capacitação, caso não sejam observadas estratégias de superação.

Para que haja uma ampla visualização do processo das capacitações pedagógicas, apresentamos abaixo uma tabela que demonstra os índices de satisfação nas três dimensões avaliadas.

Tabela – Nível de satisfação por dimensão

Dimensões	Satisfeitos	Insatisfeitos
Infraestrutura e Logística	93,65	6,35
Temáticas	97,31	2,69
Desenvolvimento das temáticas	95,90	4,10
TOTAL	95,63	4,37

Satisfação geral com a capacitação pedagógica presencial.



Conforme se pode observar, o processo durante o ano de 2013 conseguiu atingir um nível geral de satisfação acima de 95%, o que referenda substancialmente as ações adotadas.

Avaliação Teórica

A avaliação teórica se revela como um instrumento de valor para se entender as contribuições do processo de capacitação pedagógica na formação de coordenadores de núcleo, bem como para que esses profissionais avaliem seus conhecimentos a respeito do Programa e, a partir daí, compreendam a utilidade dos saberes abordados e sua aplicabilidade em seus núcleos. Além disso, é essencial que reflitam em possibilidades de aprimoramento, quando necessário.

Nesse sentido, a aplicação de avaliação teórica não tem por finalidade aprovar e/ou reprovar os participantes, mas, sobretudo, avaliar o quanto o processo desenvolvido tem sido suficiente para provocar mudanças e entendimentos a todos que dele participam. Assim sendo, foi organizada uma avaliação com 54 questões objetivas (falso ou verdadeiro) que exigiam os conhecimentos trabalhados nas temáticas das capacitações, assim como sua aplicação em ações que são comuns no cotidiano dos núcleos, ou seja, questões de conhecimento aplicado. A tabela abaixo apresenta o percentual de acertos da avaliação teórica, assim como a média geral dos convênios capacitados no ano de 2013.

Tabela – Percentual geral de acertos da avaliação teórica

n.	CONVÊNIOS	Percentual de acertos
1	PM de Rondonópolis	89,60%
2	PM de Betim	83,50%
3	PM de Mirante	85,42%
4	PM de Buritizeiro	66,70%
5	PM de Santos	85,50%
6	PM de Maceió	82,70%
7	Macapá – Sedel	84,30%
8	Cafezal do Sul	81,94%
9	Recife – Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães	87,40%
10	PM Jaboatão dos Guararapes	83,71%
11	PM de Pedra do Anta	87,05%
12	PM de Urucuia	82,86%
13	Salvador – Ministério da Defesa	90,00%
14	PM de Ipatinga / Coronel Fabriciano	89,00%
15	PM de Petrolina	86,10%
16	PM de Valença do Piauí	83,00%
17	PM de Conselheiro Lafaiete	92,60%
18	PM de São José da Lapa	89,00%
19	PM de Cachoeira do Sul / Dr. Ricardo / Chapada	85,64%
20	PM de Brejo Santo	85,50%
21	Campo Grande – Sidrolândia / Dourados / Fundesporte	85,80%
22	PM de Pedra Branca	82,00%
23	PM de Douradina	88,90%
24	PM de Bento Fernandes	78,00%
25	PM de Varzelândia	80,90%
26	PM de Aracaju	83,70%

27	PM de Joca Claudino / São Francisco do Oeste	90,42%
28	PM de Registro	86,00%
29	PM de Jaraguá do Sul	89,30%
30	PM de Sete Lagoas	87,30%
31	PM de Coreaú	86,10%
32	PM de Maracaí	88,30%
33	PM de Teresina / Regeneração / Água Branca / Monsenhor Gil / Ipiranga do Piauí	87,20%
34	PM de Senhor do Bonfim	76,40%
35	PM de Buritis	82,00%
36	PM de Cachoeirinha	88,80%
37	PM de José de Freitas / Teresina / Água Branca	88,04%
38	PM de São Mateus	89,10%
39	Rio de Janeiro – Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer – SEEL	85,20%
40	PM de Camaçari / Pintadas / Urandi	83,70%
41	Salvador – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE)	83,80%
42	PM de Itápolis / Guariba / Cristais Paulista	88,00%
43	PM de Caucaia / Itaitinga	83,00%
44	PM de Maricá	85,40%
45	PM de Paulo Afonso	87,00%
46	PM de Caxias	80,00%
47	PM de Branquinha	81,75%
48	PM de Lagoa dos Patos	82,00%
49	PM de Rio Grande	86,80%
50	PM de Moju	82,00%
51	PM de Major Sales	87,50%
52	Salvador – PM de Planaltino / Serra do Ramalho / Tanque Novo	83,03%
MÉDIA GERAL		85,57

Os resultados obtidos nas avaliações aplicadas no processo de capacitação pedagógica dos convênios acima mencionados evidenciam que houve um bom aproveitamento dos conhecimentos trabalhados, apresentando o percentual de 85,57% de acertos.

Ainda assim, é fundamental que os participantes se disponham a continuar o aprofundamento dos temas tratados, relatando suas experiências e dificuldades, necessários às reflexões das possibilidades de expandir as orientações apresentadas, para a realidade prática dos seus núcleos.

Formação Profissional – Capacitações Gerenciais

O processo de capacitação do PST envolve, na modalidade presencial, as Capacitações Gerenciais destinadas aos Coordenadores Gerais, Coordenadores Pedagógicos, Técnicos Administrativos de Convênios e Interlocutores Siconv do PST, fornecendo o apoio técnico e logístico à CGAO, nas quais foram certificados 338 profissionais no ano de 2013.

Na tabela a seguir é possível visualizar detalhadamente os locais e datas nas quais aconteceram os quatro eventos desse ano, bem como o número de participantes que foram capacitados, especificados por função:

Tabela – Capacitações gerenciais realizadas no ano de 2013

Brasília – 22 e 23/04/2013 - Hotel Brasília Imperial
Número de participantes: 71 Coordenadores Gerais: 24 Coordenadores Pedagógicos: 11 Técnicos Administrativos: 17 Interlocutores SICONV: 16 Ouvintes: 3
Brasília – 24 e 25/04/2013 6 - Hotel Brasília Imperial
Número de participantes: 75 Coordenadores Gerais: 24 Coordenadores Pedagógicos: 10 Técnicos Administrativos: 20 Interlocutores SICONV: 18 Ouvintes: 3
Bento Gonçalves – 24 a 26/06/2013 - Hotel Dall Onder
Número de participantes: 87 Coordenadores Gerais: 43 Coordenadores Pedagógicos: 10 Técnicos Administrativos: 2 Interlocutores SICONV: 27 Ouvintes: 5
Brasília – 04 a 06/12/2013 - SNELIS
Número de participantes: 105 Coordenadores Gerais: 50 Coordenadores Pedagógicos: 15 Técnicos Administrativos: 27 Interlocutores SICONV: 7 Ouvintes: 6
Total Coordenadores Gerais: 141 Coordenadores Pedagógicos: 46 Técnicos Administrativos: 66 Técnicos – SICONV: 68 Ouvintes: 17
Total Geral de Profissionais Capacitados: 338

Além da participação de coordenadores gerais e pedagógicos e de técnicos administrativos, como nos anos anteriores, as capacitações gerenciais de 2013 contaram com a participação de interlocutores do SICONV das entidades convenientes, gerada pela dificuldade no trato com as questões relativas a esse sistema.

Os dois primeiros eventos, em Brasília (22 e 23, 24 e 25/04) foram marcados por uma preocupação nesse sentido. Em reuniões de avaliação entre as duas coordenações envolvidas (CGDEP e CGAO), concluiu-se que as informações gerais sobre o Programa e os aspectos relativos à capacitação, desenvolvimento e acompanhamento pedagógico não receberam o espaço devido. Os dois eventos posteriores (Bento Gonçalves, de 24 a 26/06 e Brasília, de 04 a 06/12) ganharam um dia a mais de trabalhos, o que possibilitou sanar a carência verificada. Vale também frisar a melhora da integração entre as coordenações na programação e realização dos eventos nas duas últimas oportunidades citadas.

Texto 02 - Avaliações das capacitações EaD (Anexo 02)

Ao final de cada capacitação foi disponibilizado um questionário para avaliar a aprendizagem dos alunos acerca dos temas estudados. O mapeamento das atividades expressa que nem todos os alunos responderam ao questionário, especialmente os alunos que desistiram do curso no meio do caminho. A Tabela abaixo apresenta o número de alunos que responderam ao questionário. Dos 193 alunos que acessaram o sistema, 61 responderam. É possível perceber que, em algumas turmas, ninguém participou.

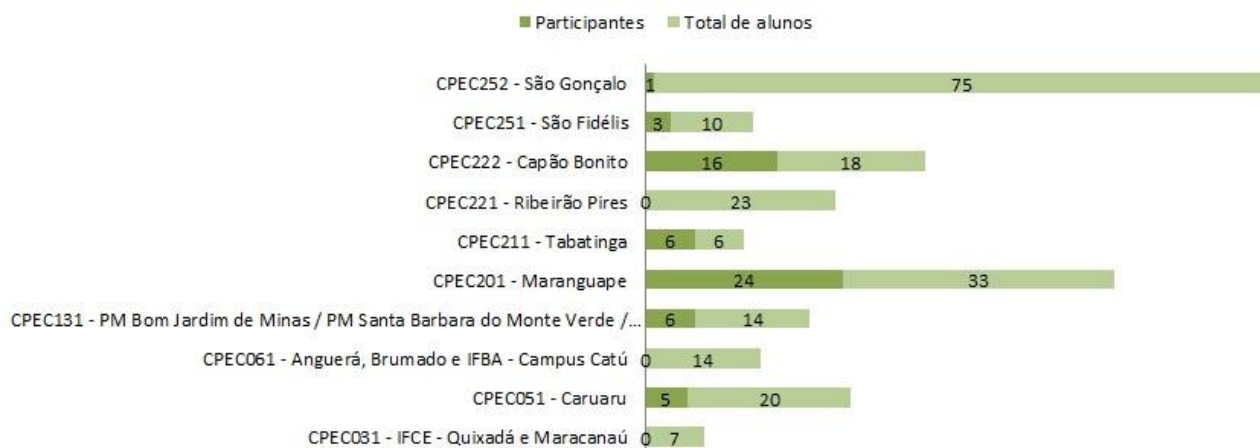
Tabela – Questionário de avaliação dos estudos

Convênio	Quantitativo
CPEC031 – IFCE – Quixadá e Maracanaú	-
CPEC051 – Caruaru	05
CPEC061 – Anguerá, Brumado e IFBA – Campus Catú	-
CPEC131 – PM Bom Jardim de Minas / PM Santa Barbara do Monte Verde / PM Goianá	06
CPEC201 – Maranguape	24
CPEC211 – Tabatinga	06
CPEC221 – Ribeirão Pires	-
CPEC222 – Capão Bonito	16
CPEC251 – São Fidélis	03
CPEC252 – São Gonçalo	01
TOTAL	61 pessoas

A Ilustração a seguir, também apresenta a participação dos alunos no questionário. Para tanto, é possível comparar em relação ao total de alunos por turma.

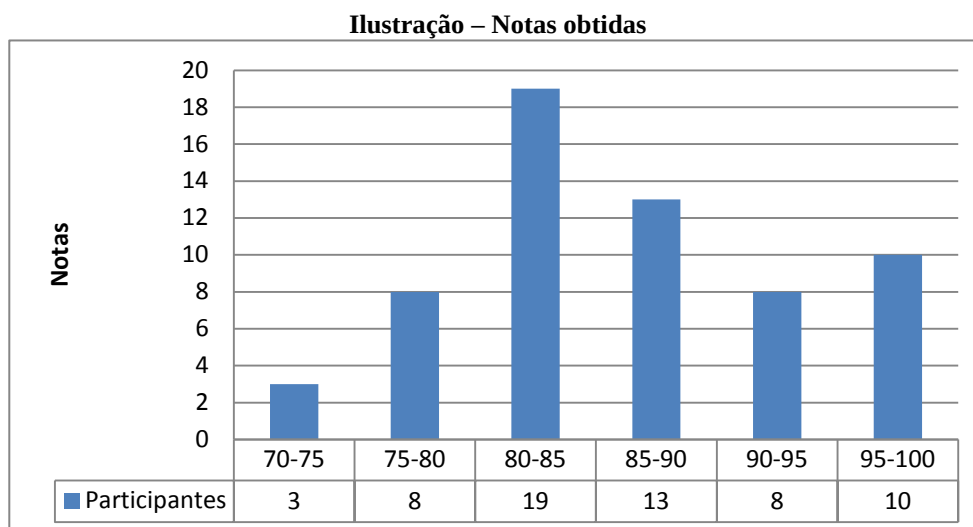
Ilustração – Participação dos alunos

Participação dos alunos no questionário



Dentre os 61 alunos que responderam ao questionário foi possível perceber um bom desempenho no que se refere às notas. Considerando que o questionário possui um total de 100 pontos, os 61 alunos ficaram com notas acima de 70 pontos, o que demonstra que compreenderam boa parte dos temas.

A Ilustração abaixo apresenta a quantidade de alunos para cada intervalo de notas.



Ao final da capacitação foi disponibilizado um formulário de avaliação do curso para os alunos, com o objetivo de avaliar os seguintes aspectos: conteúdo trabalhado, atividades desenvolvidas, acompanhamento do tutor, utilização do ambiente Moodle, aprendizagem do aluno e suporte técnico.

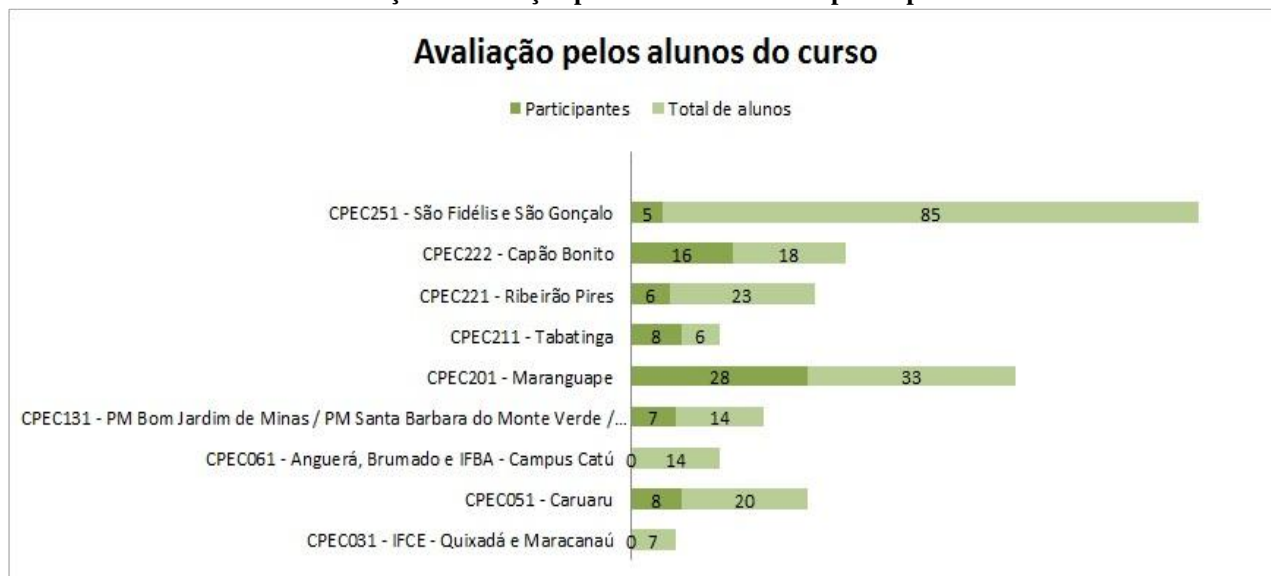
Dos 193 alunos que acessaram o curso, 78 responderam à avaliação. A tabela a seguir detalha a quantidade de alunos participantes, por turma.

Tabela – Avaliação do curso pelos alunos

Convênio	Avaliação do curso
CPEC031 – IFCE – Quixadá e Maracanaú	-
CPEC051 – Caruaru	08
CPEC061 – Anguerá, Brumado e IFBA – Campus Catú	-
CPEC131 – PM Bom Jardim de Minas / PM Santa Barbara do Monte Verde / PM Goianá	07
CPEC201 – Maranguape	28
CPEC211 – Tabatinga	08
CPEC221 – Ribeirão Pires	06
CPEC222 – Capão Bonito	16
CPEC251 – São Fidélis	05
CPEC252 – São Gonçalo	
TOTAL	78 pessoas

A Ilustração abaixo elucida o total de alunos que responderam ao formulário de avaliação do curso. Contudo, expressa também o total de alunos por turma. As turmas de São Fidélis e São Gonçalo utilizaram o mesmo formulário.

Ilustração – Avaliação pelos alunos x total de participantes



As duas primeiras questões do formulário trataram da avaliação do conteúdo, ou seja, dos vídeos e materiais de apoio disponibilizados no curso.

Em relação à complexidade do tema, 81% indicaram que um nível intermediário e quanto ao tempo de estudo, 56% dos alunos apontaram que foi suficiente.

Sobre as atividades, 68% dos alunos indicaram como intermediário o nível de entendimento a respeito do que foi solicitado enquanto tarefas. Contudo, 59% apontaram que o tempo foi suficiente para realizá-las.

Para os alunos, o acompanhamento do tutor teve uma boa avaliação. No aspecto interação tutor/aluno 44% dos alunos registraram que sempre houve interação, assim como 32% afirmaram que a interação foi excelente. Além disso, 83% dos alunos afirmaram que o retorno foi rápido em relação às suas dúvidas e que as mensagens foram suficientemente esclarecedoras.

Por fim, as últimas questões tratam sobre o sistema, a percepção dos alunos quanto à aprendizagem e ao atendimento do suporte técnico. No que se refere ao uso do sistema Moodle, 52% dos alunos indicaram que o ambiente apresenta um nível intermediário de complexidade, seguidos de 40% dos alunos que apontam o mesmo como de fácil utilização.

No aspecto da aprendizagem, os alunos responderam em relação ao nível de contribuição da capacitação para a vida profissional. Sob esse ponto, 52% dos alunos relatam como ótimo e 45% como excelente, o que indica a importância da continuidade do processo.

Sobre o suporte técnico, 85% dos alunos registraram que o atendimento foi rápido e que as orientações foram esclarecedoras. Nesse sentido, percebe-se que o atendimento está suprimindo a demanda atual. No entanto, faz-se necessário refletir sobre possíveis melhorias e aprimorar esse aspecto.

Outro ponto a ser destacado é a atividade realizada pelos tutores. Para o total de 10 convênios foram alocados 23 tutores. Algumas turmas, por conta do número de alunos, tiveram mais ou menos tutores, conforme apresenta a tabela abaixo.

Tabela – Tutores atuantes

Convênio	Total de tutores
CPEC031 – IFCE – Quixadá e Maracanaú	5
CPEC051 – Caruaru	3
CPEC061 – Anguerá, Brumado e IFBA – Campus Catú	2
CPEC131 – PM Bom Jardim de Minas / PM Santa Barbara do Monte Verde / PM Goianá	2
CPEC201 – Maranguape	1
CPEC211 – Tabatinga	1
CPEC221 – Ribeirão Pires	1
CPEC222 – Capão Bonito	2
CPEC251 – São Fidélis	1
CPEC252 – São Gonçalo	5
TOTAL:	23 tutores

Após o processo de capacitação nos convênios, os tutores também foram solicitados a preencher um formulário de Autoavaliação. Esse formulário tem por objetivo identificar fragilidades e pontos fortes em relação ao sistema, aos alunos, à sua atuação e ao processo como um todo. Para o desenvolvimento das próximas capacitações é sempre importante rever o planejamento, considerar as estratégias que deram certo e rever as que não deram. Sendo assim, foi questionado junto aos tutores: dentre as ferramentas do ambiente Moodle utilizadas na capacitação, quais foram as que apresentaram maior e menor facilidade de uso? Dentre as diversas ferramentas, o fórum de discussão foi a melhor avaliada pelos tutores. Em relação às alternativas disponibilizadas para avaliar as ferramentas quanto ao aspecto dificuldade, a maioria dos tutores não apontou uma ferramenta em si, mas a estratégia do trabalho em grupo, pouco ofertada. Trata-se, contudo, de uma estratégia que demanda um gerenciamento maior em comparação às demais ferramentas.

Além das ferramentas, também foram investigados os aspectos da interação entre tutor e aluno. Buscou-se descobrir, a partir da indicação dos tutores, qual foi o nível de interação com os alunos ao longo da capacitação. De acordo com seus registros, a interação foi considerada intensa, tendo em vista a realização de inúmeras intervenções a partir da orientação aos alunos.

Outro aspecto avaliado pelos tutores foi a frequência de acesso ao ambiente do curso. De acordo com a maioria, o acesso ao ambiente do curso era realizado de 3 a 5 vezes por semana. Por desconhecimento, alguns tutores passaram a acessar o curso com mais frequência com este já em andamento. Porém, quando souberam da importância do acesso individual começaram a ter assiduidade.

Em todo curso à distância há preocupação com a evasão dos alunos. Por isso, torna-se importante criar estratégias para aproximar e resgatar os alunos para que não desistam do curso. Sob esse aspecto, o tutor deve estar frequentemente em contato com sua turma. Buscou-se, pois, questionar os tutores acerca das ações que realizaram para resgatar os alunos que não acessavam ou que não realizavam as atividades do curso. A tabela a seguir apresenta as principais ações utilizadas.

Tabela – Principais ações realizadas pelos tutores

Envio de mensagens via sistema (individual)
Mensagens para a turma (fórum de notícias)
Contato com os coordenadores pedagógicos e de núcleo de cada convênio, tanto via sistema como por telefone
Visita in loco para motivar e orientar sobre as atividades
Contatos várias vezes ao longo da semana (email, sistema e telefônico)

Alguns tutores ainda relataram que tiveram dificuldades de contato com alguns alunos e coordenadores. Em alguns casos, não obtinham retornos.

Os tutores também foram questionados sobre a sua atuação. Foi solicitado a eles que atribuíssem uma nota de 0 a 10 em relação à sua atuação durante o período de capacitação. Conforme demonstra a tabela abaixo, a maioria dos tutores atribuiu nota 8 em relação ao seu trabalho desempenhado. Sendo assim, a partir dessa avaliação, compreende-se que, de modo geral, os mesmos entenderam ter realizado um bom trabalho.

Além disso, os tutores tiveram a oportunidade de relatar os pontos fortes e fracos de todo o processo de capacitação. A tabela abaixo detalha os registros apresentados.

Tabela – Pontos fortes e fracos segundo os tutores

Pontos fortes	Pontos fracos
Possibilidade de contato com os coordenadores e monitores	Não ter controle da turma
O contato realizado foi muito próximo, resolvendo assim várias questões relacionadas ao curso	Resistência de alunos ao realizar tarefas via EAD
Chat e fórum de discussão que aproximou alunos do tutor	Fraca participação
A comodidade de estar em casa	Abandono do curso e ausência de grande parte da turma
Acessibilidade	Muitas atividades não exigiam a observação dos vídeos e estudo dos materiais
Flexibilidade de tempo e espaço	Tornou-se cansativo por ser longo demais
Participação intensa de alunos	Alunos tinham pouco tempo disponível para realização das atividades
Baixo número de alunos por turma	Prova final com questões objetivas muito fáceis
Perceber que houve entendimento, por parte dos RHs, sobre o PST e o formato de trabalho desenvolvido	Falta de comprometimento dos participantes, que alegaram não terem tempo para estar diariamente no moodle.
Reforço das atividades na fase presencial	Falta de contato presencial antes do EAD
Materiais do curso	Dificuldade de acesso a internet
Conhecer melhor o aluno	O aluno tem que ser muito disciplinado
Tempo de capacitação que não ficou restrito a apenas 2 dias	Tempo curto para conclusão da capacitação e para o estudo dos conteúdos.
Disponibilização dos temas por semana	Tutor e alunos não conseguiram acompanhar a velocidade do curso.
Maior interação a partir das atividades propostas, o que não ocorria muitas vezes no modelo convencional	Falta de compreensão que nem toda atividade postada está correta e que deve ser refeita
	A dificuldade de algumas tarefas, como as de grupo, que não ficaram bem claras e dificultou a correção
	Algumas das avaliações não apareceram como pendentes para a correção

Verifica-se que houve um relato de mais questões a serem aprimoradas do que pontos fortes em relação ao processo como um todo. Interessante perceber que muitos pontos fortes apontados são também destacados como pontos fracos.

Muitos aspectos elencados pelos tutores dizem respeito à participação do aluno. Sob esse ponto dificilmente há gerência, ou seja, por mais que se tenha um tutor extremamente dedicado, próximo e assíduo ao ambiente, é o aluno que tem o poder para discernir em relação às suas atividades.

Mas muitos alunos que não demonstram participação podem ser resgatados a partir de uma simples intervenção realizada pelo tutor, pois a dificuldade pode ser apenas de orientação.

Outro ponto importante refere-se à correção das atividades. Alguns tutores relataram que o sistema não informou quando havia pendências. Algumas ferramentas do sistema informam ao tutor sobre a conclusão da atividade pelo aluno, outras não. Contudo, basta que o tutor acesse determinada tarefa para identificar de forma imediata se novos alunos realizaram atividades. Essa questão corrobora para o fato de que, mesmo depois do processo de instrumentalização com as ECs, ainda há dúvidas sobre a utilização do ambiente *Moodle*.

Quanto às dúvidas dos alunos, buscou-se identificar se os mesmos, de modo geral, conseguiram ter autonomia para realizar as atividades do curso ou se necessitaram de auxílio. Os tutores indicaram que os alunos conseguiram trabalhar de forma autônoma em certos momentos assim como necessitaram da ajuda do tutor em outros. Apenas um tutor destacou que os alunos tiveram dúvidas e conseguiram saná-las sozinhos. Esses resultados demonstram um perfil muito diferenciado de alunos, que podem ou não possuir fluência digital.

Outra questão importante tratou do tempo de entrega das atividades pelos alunos. Esse aspecto pode indicar diversas hipóteses: falta de organização ou falta de tempo, material de estudo complexo, falta de entendimento quanto às atividades, tempo insuficiente para realizar determinada atividade, entre outros. Sob esse ponto os tutores registraram que alguns alunos cumpriam os prazos e outros não.

Embora se saiba que em uma turma há perfis diferenciados de alunos, esse dado pode indicar que não se trata de limitações em relação ao sistema ou à dinâmica do curso, uma vez que alguns alunos conseguem fazer as atividades e entregar no prazo determinado.

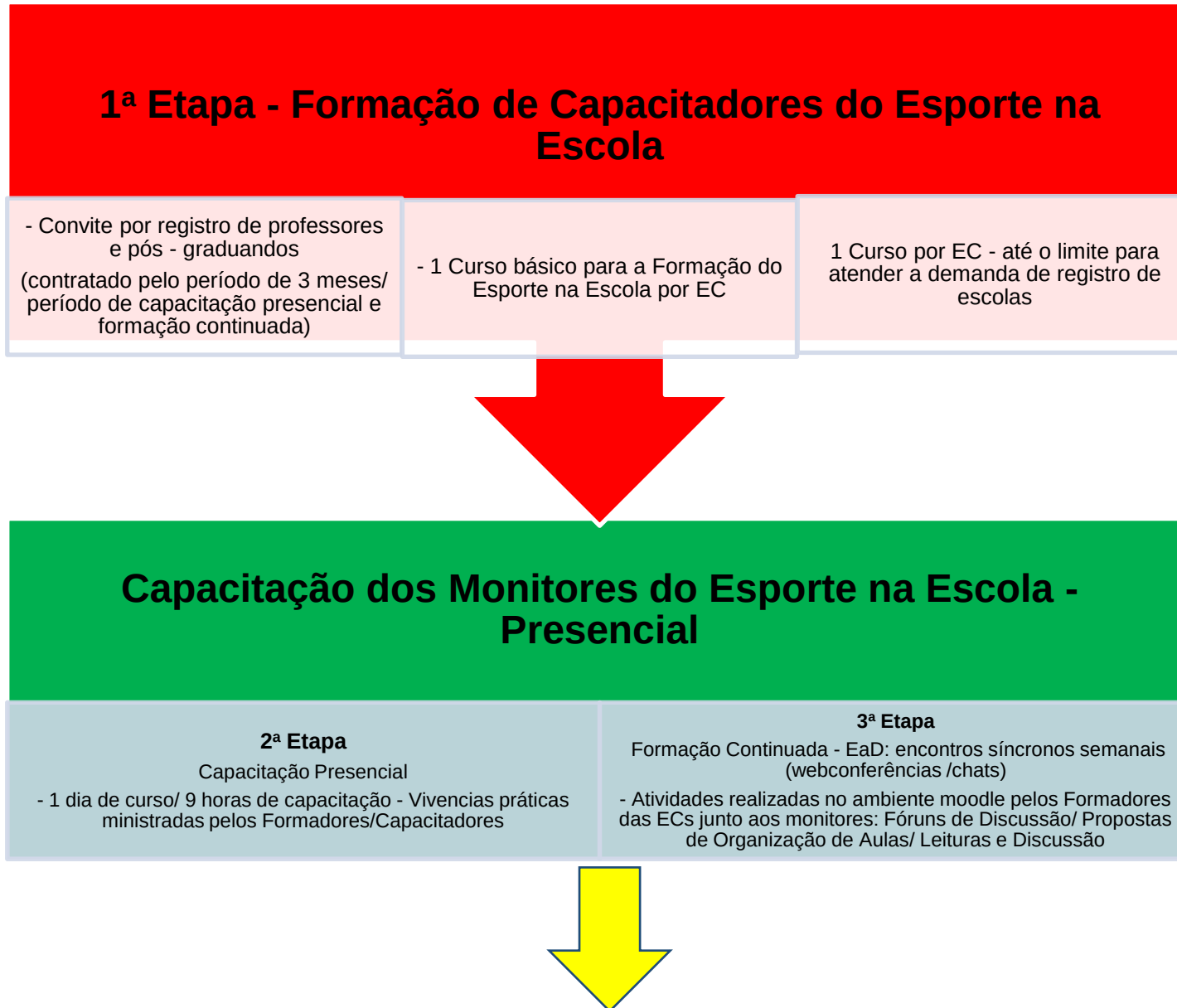
Sobre os resultados alcançados pelos alunos, a maioria dos tutores informou que, de modo geral, a maior parte dos alunos concluiu as atividades do curso. Contudo, ao se observar o mapeamento das atividades de cada turma é possível perceber que, em algumas, muitos alunos não concluíram as atividades.

A falta de interesse e de tempo foram as causas apontadas nos casos da não conclusão da capacitação. Este fato implicou na descontinuidade do curso por parte significativa dos alunos.

Considerando os resultados expressos nesse item, infere-se que ainda há muito a aprimorar, mas que há indicadores positivos para proporcionar um processo de capacitação de qualidade a todos os monitores e coordenadores envolvidos.

Texto 03 - Projeto de Capacitação do Esporte na Escola (Anexo 02)

ORGANIZAÇÃO DA CAPACITAÇÃO – ESPORTE NA ESCOLA



	Capacitação Presencial – 1º dia
8h – 9h	✚ Proposta Pedagógica/ Filosófica
9h – 10h	✚ Aprendizagem motora e Caderno de Apoio Pedagógico – CAP
10h – 10h15	Intervalo
10h15 – 12h	✚ Vivências Práticas – CAP
	Intervalo – Almoço
14h – 15h	✚ Organização e Desenvolvimento Pedagógico do Esporte no Programa Esporte na Escola – ensino da técnica e da tática esportiva por meio de jogos e estruturas funcionais
15h- 16h	✚ Procedimentos Metodológicos para o Programa Esporte na Escola
16h – 16h15	Intervalo
16h15 – 17h 15	✚ Vivências Práticas – jogos e estruturas funcionais
17h15- 18h	✚ Vivências Práticas – procedimentos metodológicos
18h	Encerramento

	Capacitação Presencial – 2º dia
8h – 9h	✚ Planejamento no Programa Esporte na Escola
9h – 10h	✚ Apresentação do livro Ensinando e Aprendendo Esportes no Programa Segundo Tempo – vol. 1 e 2 – conceitos gerais e formas de aplicação prática do conteúdo
10h – 10h15	Intervalo
10h15 – 12h	✚ Vivências Práticas – modalidades coletivas e individuais e esportes não convencionais
	Intervalo – Almoço
14h – 15h	✚ Gênero e Inclusão
15h- 17h	✚ Oficina de Planejamento (em grupos) – organização de planos de aula
17h	Encerramento

Organização da Capacitação
✚ Capacitação por Municípios ✓ Os Capacitadores/ECs capacitam os monitores de acordo com os Municípios atendidos. ✓ Limite de participantes por turmas na capacitação – 50 monitores ✓ 1 dia de capacitação

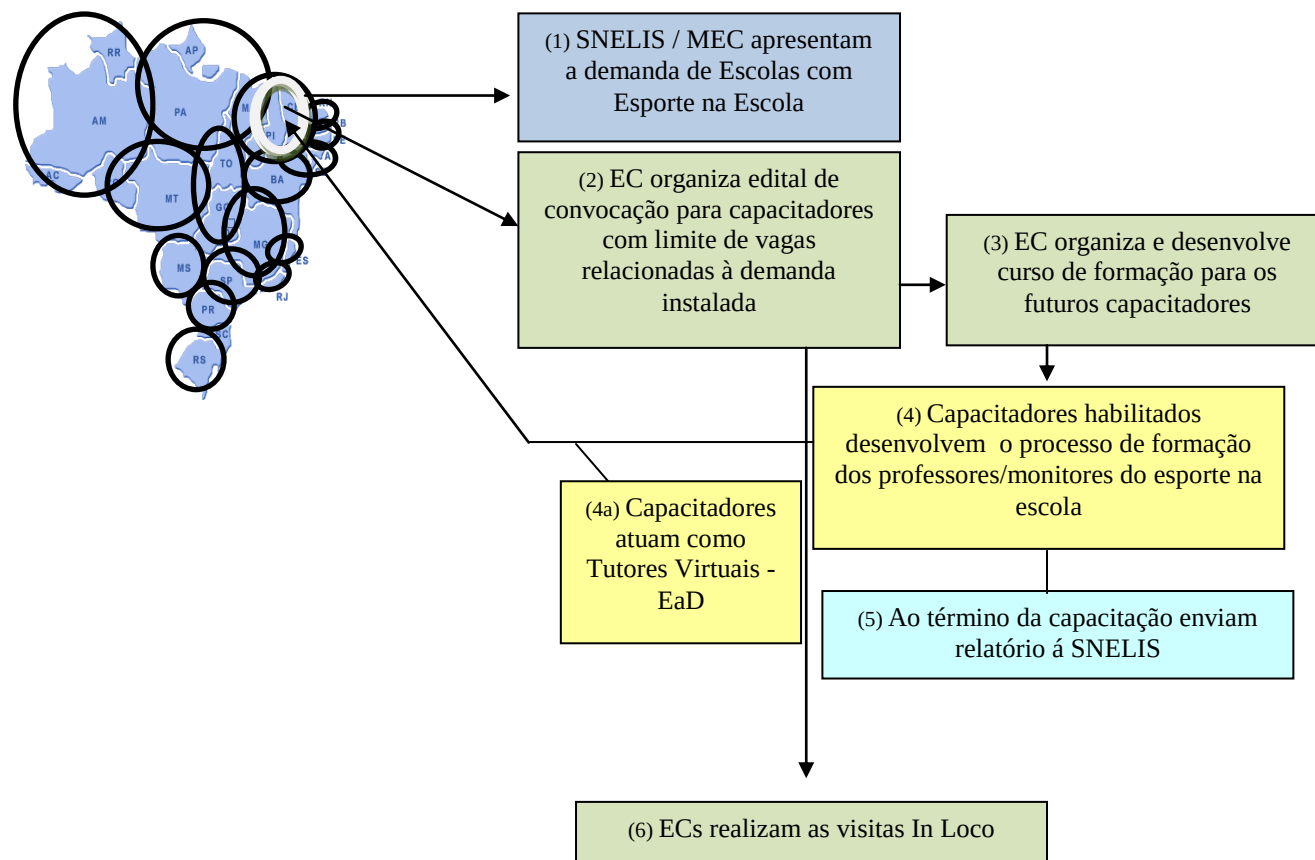
RESPONSABILIDADES

Atribuições Equipe PST - Ações e Responsabilidades	Equipe CGIP/ Claudia
	➤ Organizar a listagem das escolas participantes ➤ Solicitar o nome/CPF/e-mail dos monitores contratados ➤ Número de cidades participantes por região/ Número de Escolas cadastradas/ Número de Monitores ➤ Organizar a distribuição das escolas ➤ Distribuição das turmas ➤ Convocação dos monitores ➤ Selecionar uma escola sede (com condições de estrutura física) para o recebimento das turmas de monitores ➤ Verificar quantidades de turmas necessárias para atender a demanda da localidade (cada turma terá 50 monitores); ➤ Organização das datas e reserva de escolas-sede para a Capacitação ➤ Repasse à CGDEP das turmas estruturadas para que o processo de capacitação se inicie

Equipe CGDEP	Equipe UFRGS
➤ Selecionar a EC responsável pela contratação – com data definida. ➤ EC- indicar os capacitadores para o processo e os preparativos para o evento Capacitadores • Contatos com a equipe UFRGS • Contatos com a equipe da escola • Realizam a capacitação • Recolhem as presenças e encaminham via sistema para certificação • Apresentam relatório sucinto da capacitação realizada a CGDEP, que por sua vez encaminha à CGAPA, CGIP e Equipe UFRGS – listagem e dados gerais da capacitação realizada.	➤ Logística (Hospedagem/ Alimentação) ➤ Contratação de Integrantes para as ECs de acordo com as demandas regionais – para suprir a capacitação

Estimativa de Custos	
Bolsistas – Capacitadores (período de 3 meses) Capacitadores – atuação como capacitadores e também como tutores virtuais pelo período	3 meses de R\$ 1.200,00 (120 bolsas) = R\$144.000,00 (mês) / R\$ 432.000,00 (trimestre) Memória de cálculo: 30.000 professores / monitores 600 turmas com média de 50 participantes 10 turmas para cada dupla de capacitadores 120 capacitadores por três meses
Logística (Deslocamento/ hospedagem/alimentação) Deslocamento 2 - Pernoite Alimentação 01 dia de capacitação	Sem aéreo – R\$ 1.200,00 x 400 (turmas) = R\$ 480.000,00 Com aéreo – R\$ 2.500,00 x 200 (turmas) = <u>R\$ 500.000,00</u> R\$ 980.000,00 Total de R\$ 980.000,00 – esse total deve ser multiplicado por dois, pois para cada turma devem ser encaminhados dois capacitadores perfazendo o total de R\$ 1.960.000,00

DISTRIBUIÇÃO DAS ECS PELO PAÍS



Indicações de Ações necessárias para o processo idealizado:

- a) Produção de um material especializado para os monitores – material relacionado às modalidades esportivas – planos de aula – cartilhas, etc.
- b) Produção de um material audiovisual – vídeos com detalhamento das modalidades esportivas – aproveitar a iniciativa da TV Escola e manter o padrão dos vídeos produzidos e acrescentar com outras modalidades, tais como: Lutas (judô, taekwondo, outras), Tênis de Mesa, Tênis de Campo, Ciclismo, Badminton, Ginástica, Natação, Esportes de aventura e na natureza e outras que possam enriquecer o acervo de atividades do Esporte na Escola. Ainda como produção de suporte, podemos idealizar temas como drogas no esporte, grandes eventos, a mulher no esporte, o esporte adaptado e outros.
- c) Gravação das vídeo-aulas para o enriquecimento da plataforma Moodle.

Planilha 01 – Controle de Análise dos RC's (Anexo 02)

JANEIRO / FEVEREIRO

ACOMPANHAMENTO DOS CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO DO PST/VIGENTES							ACOMPANHAMENTO 2º SEMESTRE 2012		
Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência		Prorrogação de Vigência	CGAAV - Coordenação Geral de A...A...V...		
				Início	Fim		Prazo para Expedição do Ofício (60 dias)	Ofício de Recomendações VISITA	
								Nº	Data
4	033/2011	Ministério da Defesa	DF	28/03/11 1	17/08/13 3		06/01/13	Capre 001/2013	04/01/2013
1	SEMANA 01(JANEIRO) A SEG 06(JANEIRO)								
4	760059/2011	Prefeitura Municipal de Santarém	PA	26 meses	27/02/14	-----	07/01/13	Capre 002/2013	04/01/13
5	171/2011	Fundação Universidade de Brasília	DF	26 meses	29/01/14	-----	07/01/13	Capre 003/2013	04/01/13
6	726119/2009	Prefeitura Municipal de Janaúba	MG	30/12/09	01/08/12	01/03/13	08/01/13	Capre 004/2013	04/01/13
7	720311/2009	Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais	PR	31/12/09	10/11/12	-----	08/01/13	Capre 005/2013	04/01/13
8	741836/2010	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante	RN	01/07/10	12/07/12	24/03/13	13/01/13	Capre 007/13	11/01/13
9	723922/2009	Prefeitura Municipal de Viçosa	MG	31/12/09	31/07/12	27/11/12	13/01/13	Capre 008/13	11/01/13
10	717891/2009	Prefeitura Municipal de Aquiraz	CE	31/12/09	30/06/12	01/07/13	13/01/13	Capre 009/13	14/02/13

7	SEMANA 07 DOM (JANEIRO) A SEG 13(JANEIRO)								
11	749953/2010	Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas	MG	10/12/10	08/10/12	26/11/12	20/01/13	Capre 016/13	18/01/13
12	750913/2010	Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu	PR	31/12/10	30/06/12	15/02/13	21/01/13	Capre 017/13	21/01/13
13	750910/2010	Prefeitura Municipal de Tanabi	SP	31/12/10	30/11/12	15/02/13	25/01/13	memo 5/13	23/01/13
14	033/2011	Ministério da Defesa	DF	28/03/11	17/08/13	----	26/01/13	Capre 018/2013	25/01/13
15	723942/2009	Prefeitura Municipal de Coribe	BA	30/12/09	21/09/12	03/12/12	27/01/13	Capre 019/13	25/01/13
16	217/2007	Paraná Esporte	PR	31/12/07	01/09/11	17/10/13	29/01/13	memo 4/13	11/01/2013
6	SEMANA 21 DOM (JANEIRO) A SEG 27(JANEIRO)								
17	737651/2010	Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Alegria	SP	30/06/10	31/10/12	31/12/12	29/01/13	Capre 021/13	28/01/13
	JANEIRO 2013 - previsão para o Ofício de Recomendações								
1	148/2011	Universidade Federal de Alfenas	MG	26 meses	22/01/14	-----	02/02/13	38/2013	15/02/13
2	718222/2009	Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte	CE	14/12/09	13/06/12	13/06/13	02/02/13	Capre 022/13	01/02/13
3	739424/2010	Prefeitura Municipal de Ceres	GO	30/06/10	29/11/12	28/01/13	03/02/13	Capre 023/13	01/02/13
4	740367/2010	Prefeitura Municipal de João Pessoa (PCF)	PB	30/06/10	12/10/12	20/01/13	03/02/13	Capre 024/13	01/02/13
5	SEMANA 28 DOM (JANEIRO) A SEG 03(FEVEREIRO)								

5	737657/2010	Prefeitura Municipal de Criciúma	SC	02/07/10	31/12/11	15/02/12	04/02/13	Capre 025/13	01/02/13
6	001/2009	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS	22/12/09	02/03/12	03/12/12	05/02/13	Capre 026/13	01/02/13
7	739430/2010	Prefeitura Municipal de Lins	SP	30/06/10	20/07/12	16/01/13	05/02/13	Capre 027/13	01/02/13
8	741087/2010	Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu	PR	30/06/10	29/06/12	20/09/13	09/02/13	Capre 028/13	09/02/13
9	740266/2010	Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira	RN	30/06/10	29/06/12	02/06/13	09/02/13	Capre 029/13	09/02/13
10	750955/2010	Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros	RN	31/12/10	21/09/12	28/12/12	10/02/13	Capre 030/13	10/02/13
11	739536/2010	Prefeitura Municipal de Coração de Jesus (PCF)	M G	30/06/10	12/05/12	06/02/13	10/02/13	Capre 031/13	10/02/13
12	742312/2010	Associação Pestalozzi de Goiania	G O	01/07/10	10/02/12	18/03/13	10/02/13	Capre 032/13	10/02/13
13	738398/2010	Prefeitura Municipal de Francisco Morato	SP	29/06/10	15/07/12	16/04/13	10/02/13	Capre 033/13	10/02/13
9	SEMANA 04 DOM (FEVEREIRO) A SEG 10(FEVEREIRO)								
14	741468/2010	Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba	SP	25/06/10	29/06/12	21/09/13	11/02/13	Capre 034/13	11/02/13
15	740444/2010	Prefeitura Municipal de Carapicuíba (PCF)	SP	31/12/10	30/06/12	22/02/13	15/02/13	Capre 035/13	14/02/13
16	758215/2011	Fundação Municipal de Esporte - FUNESP	M S	28/12/11	28/02/14		15/02/13	Capre 036/13	14/02/13
17	722554/2009	Prefeitura Municipal de Botucatu	SP	24/12/09	04/10/12	29/09/13	17/02/13	Capre 037/13	15/02/13
4	SEMANA 11 DOM (FEVEREIRO) A SEG 17(FEVEREIRO)								
32	FEVEREIRO 2013 - previsão para o Ofício de Recomendações								

MARÇO/ABRIL

ACOMPANHAMENTO DOS CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO DO PST/VIGENTES							ACOMPANHAMENTO 1º SEMESTRE 2013		
Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência		Prorrogação de Vigência	CGAAV - Coordenação Geral de A...A...V...		
							Prazo Expediçã o Ofício de Recomen dação (60 dias)	Ofício de Recomendações VISITA	
				Início	Fim			Nº	Data
1	751945/2010	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	MG	31/12/10	28/02/13	Pendente 25/05/13	01/03/13	42/2013	01/03/13
2	719312/2009	Prefeitura Municipal de Santa Bárbara D'Oeste (PCF)	SP	24/12/09	24/11/12	Pendente 13/02/13	17/03/13	54/2013	15/03/13
3	742897/2010	Prefeitura Municipal de Tenente Ananias (PCF)	RN	01/07/10	29/06/12	Pendente 20/02/13	17/03/13	55/2013	15/03/13
4	702290/2008	Prefeitura Municipal de Nilópolis	RJ	31/12/08	02/11/12	Pendente 16/05/13	19/03/13	Memo 26/13	1º/4/2013
5	740312/2010	Prefeitura Municipal de Itaú	RN	30/06/10	29/06/12	16/06/13	19/03/13	Memo 28/13	1º/4/13

6	739708/2010	Prefeitura Municipal de Pirassununga	SP	30/06/10	29/06/12	08/10/13	19/03/13	59/2013	19/03/13
7	739428/2010	Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte	CE	30/06/10	29/06/12	Pendente 26/05/13	24/03/13	61/2013	22/03/13
7	SEMANA 7(MARÇO) SEG A 24(MARÇO)DOM								
8	722300/2009	Prefeitura Municipal de Suzano	SP	30/12/09	13/11/12	01/08/13	25/03/13	Memo 25/13	1º/4/2013
9	741530/2010	Prefeitura Municipal de Pau D' Arco	PA	30/06/10	12/05/12	13/07/13	26/03/13	Memo 53/13	23/04/13
10	724192/2009	Prefeitura Municipal de Amélia Rodrigues	BA	28/12/09	27/06/12	Pendente 25/04/2013	26/03/13	65/2013	26/03/13
	MARÇO 2013 - previsão para o Ofício de Recomendações								
3	SEMANA 3(MARÇO) SEG A 31(MARÇO)DOM								
1	759275/2011	Prefeitura Municipal de Ubá	MG	----	16/04/14		02/04/13	70/2013	1º/4/2013
2	722288/2009	Prefeitura Municipal de Sertãozinho	SP	31/12/09	19/02/12	02/08/13	02/04/13	73/2013	2/4/13
3	723429/2009	Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba	SP	30/12/09	24/11/12	10/07/13	03/04/13	72/2013	2/4/13
4	159/2011	Universidade Federal de Viçosa	MG	26 meses	02/04/14		03/04/13	91/2013	23/4/13
5	719989/2009	Prefeitura Municipal de Matões	MA	20/12/09	08/09/12	28/06/13	06/04/13	Memo 27/13	1º/4/2013
6		Prefeitura Municipal de General Sampaio	CE	01/07/10	07/09/12	09/09/13	07/04/13	75/2013	04/04/13

	736407/2010								
6	SEMANA 1(ABRIL) SEG A 7(ABRIL)DOM								
7	757614/2011	Prefeitura Municipal de Ipatinga	MG	26 meses	16/04/14		09/04/13	77/2013	08/04/13
8	742849/2010	Prefeitura Municipal de Anápolis	GO	01/07/10	29/06/12	16/07/13	09/04/13	78/2013	08/05/13
2	SEMANA 2(ABRIL) SEG A 14(ABRIL)DOM								
9	740451/2010	Prefeitura Municipal de General Carneiro	PR	30/06/10	29/12/11	08/07/13	19/04/13	83/2013	19/04/12
10	760089/2011	Prefeitura Municipal de Estrela - NAVEGAR	RS	27/12/11	16/08/13		19/04/13	92/2013	23/04/13
11	738834/2010	Prefeitura Municipal de Guarujá	SP	26/06/10	06/09/12	17/08/13	20/04/13	84/2013	19/04/12
12	750957/2010	Prefeitura Municipal de Trindade do Sul	RS	31/12/10	30/06/12	11/06/13	20/04/13	85/2013	19/04/12
13	760093/2011	Prefeitura Municipal de Lima Duarte	MG	28/12/11	28/02/14	16/04/13	21/04/13	86/2013	19/04/12
14	759785/2011	Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano	MG	26 meses	16/04/14		21/04/13	87/2013	19/04/12
15	750953/2010	Prefeitura Municipal de Olinda	PE	31/12/10	30/06/12	Pendente 12/03/13	21/04/13	88/2013	19/04/12
7	SEMANA 3(ABRIL) SEG A 21(ABRIL)DOM								
16	169/2011	Universidade Federal Do ABC	SP	26 meses	24/01/14		22/04/13	89/2013	22/04/13

17	740365/2010	Prefeitura Municipal de Vitória	ES	01/07/10	30/12/11	24/10/13	23/04/13	90/2013	22/04/13
18	740366/2010	Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz	RN	30/06/10	29/12/11	01/11/13	26/04/13	96/2013	26/04/13
19	710832/2009	Prefeitura Municipal de Brejões	BA	22/12/09	22/08/12	Pendente 25/04/13	28/04/13	97/2013	26/04/13
20	742862/2010	Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes	RN	01/07/10	09/10/12	15/04/13	29/04/13	98/2013	29/04/13
21	759277/2011	Prefeitura Municipal de Três Rios	RJ	27/12/11	20/04/14		29/04/13	99/2013	29/04/13
6	SEMANA 2 (20(ABRIL) SEG A 29(ABRIL)DOM)								
22	726119/2009	Prefeitura Municipal de Janaúba	MG	30/12/09	01/08/12	01/03/13	30/04/13	102/2013	30/04/13
23	722557/2009	Prefeitura Municipal de Unaí	MG	30/12/09	31/12/12	01/07/13	30/04/13	103/2013	30/04/13
2									
33	ABRIL 2013 - previsão para o Ofício de Recomendações								

MAIO/JUNHO

ACOMPANHAMENTO DOS CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO DO PST/VIGENTES							ACOMPANHAMENTO 1º SEMESTRE 2013				
Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência		Prorrogação de Vigência	CGAAV - Coordenação Geral de A...A...V...				
				Início	Fim		Expedição Ofício de Recomenda ção (60 dias)	Finalização Correções Coord.	Liberaçã o de Of. Coord. Geral	Ofício de Recomendações VISITA	
										Nº	Data
1	758188/2011	Prefeitura Municipal de Rondonópolis	MT	26 meses	27/02/14	16/04/14	05/05/13	***	27/05/13	106/2013	03/05/13
2	152/2011	Universidade Federal de Pelotas	RS	26 meses	24/01/14	25/04/14	05/05/13	*****		107/2013	03/05/13
2	SEMANA 29 (ABRIL) A SEG 05(MAIO)										
3	171/2011	Fundação Universidade de Brasília	DF	26 meses	29/01/14	03/05/14	06/05/13	08/05/13	09/05/13	Memo 71/2013	31/05/13
4	725507/2009	Prefeitura Municipal de Governador Valadares	MG	31/12/09	08/08/12	08/08/13	06/05/13	*****	28/05/13	109/2013	06/05/13
5	760059/2011	Prefeitura Municipal de Santarém	PA	26 meses	27/02/14	19/04/14	07/05/13	*****	27/05/13	111/2013	07/05/13
6	750913/2010	Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu	PR	31/12/09	30/06/12	04/08/13	07/05/13	*****	27/05/13	112/2013	07/05/13
7	740312/2010	Prefeitura Municipal de Itaú	RN	30/06/10	29/06/12	10/07/13	08/05/13	*****	27/05/13	113/2013	08/05/13

5	SEMANA 06 SEG A 12 DOM (MAIO)										
8	162/2011	Universidade Federal de Mato Grosso / DEFICIENTE	MT	26 meses	11/03/14		13/05/13	*****	28/05/13	131/2013	14/05/13
9	739434/2010	Prefeitura Municipal de Lapa	PR	30/06/10	30/12/11	23/10/13	13/05/13	*****	28/05/13	132/2013	14/05/13
10	739426/2010	Prefeitura Municipal de Itajaí	SC	01/07/10	29/06/12	17/07/13	13/05/13	*****		133/2013	14/05/13
11	739519/2010	Prefeitura Municipal de Araras	SP	30/06/10	29/06/12	01/08/13	14/05/13	*****	28/05/13	134/2013	14/05/13
12	741836/2010	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante	RN	01/07/10	12/07/12	24/09/13	14/05/13	*****		135/2013	14/05/13
13	722283/2009	Prefeitura Municipal de Alvorada	RS	31/12/09 /	30/09/12	09/09/13	14/05/13	*****		136/2013	14/05/13
6	SEMANA 13 SEG A 19 DOM (MAIO)										
14	717891/2009	Prefeitura Municipal de Aquiraz	CE	31/21/09	30/06/12	11/09/13	21/05/13	*****	29/05/13	138/2013	16/05/13
1	SEMANA 20 SEG A 26 DOM (MAIO)										
15	717920/2009	Prefeitura Municipal de Prado	BA	31/12/09	01/08/12	31/07/13	27/05/13	*****		149/2013	24/05/13
MAIO 2013 - previsão para o Ofício de Recomendações											

JULHO/AGOSTO

Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência		Prorrogação de Vigência	CGAAV - Coordenação Geral de A...A...V...					
							Prazo Expedição Ofício de Recomenda ção (60/80 dias)	Assinatura Despacho	Despacho CGAO	Ofício RC		
				Início	Fim					Nº	Data	Data de Entrega
1	758664/2011	Governo do Estado do Ceará (1ª e 2ª parte)	CE	26 meses	16/04/14		05/07/13	24/06/13	26/06/13	270/2013	18/06/13	19/06/13
2	739427/2010	Prefeitura Municipal de Santos	SP	30/06/10	29/06/12	20/06/14	06/07/13	24/06/13	26/06/13	273/2013	18/06/13	19/06/13
3	736407/2010	Prefeitura Municipal de General Sampaio	CE	01/07/10	07/09/12	09/09/13	07/07/13		28/06/13	277/2013	25/06/13	26/06/13
4	723432/2009	Governo do Estado do Amapá - Secretaria de Estado do Desporto e do Lazer	AP	30/12/09	26/10/12	01/11/13	07/07/13		28/06/13	280/2013	25/06/2013	25/06/13
4	SEMANA 01 SEG A 07 DOM (JULHO)											
5	739428/2010	Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte	CE	30/06/10	29/06/12	Pendente 26/05/2013	08/07/13		28/06/13	275/2013	25/06/13	26/06/13
6	739708/2010	Prefeitura Municipal de Pirassununga	SP	30/06/10	29/06/12	08/10/13	09/07/13	24/06/13	26/06/13	271/2013	18/06/13	19/06/13
7	759277/2011	Prefeitura Municipal de Três Rios	RJ	27/12/11	20/04/14		09/07/13	24/06/13	26/06/13	267/2013	17/06/13	18/06/12
8	758210/2011	Prefeitura Municipal de Urucuia	MG	25/07/14	25/07/14		09/07/13	03/07/13	03/07/13	265/2013	17/06/13	18/06/12
9	739535/2010	Prefeitura Municipal de Buritizero	MG	30/06/10	14/07/12	17/05/14	09/07/13	03/07/13	03/07/13	278/2013	25/06/13	26/06/13
10	759272/2011	Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães	PE	26 meses	05/09/14		10/07/13	1º/7/2013	1º/7/2013	279/2013	25/06/13	26/06/13

11	742847/2010	Prefeitura Municipal de Maceió	AL	01/07/10	30/12/11	24/05/14	12/07/13	09/07/13	10/07/13	298/2013	08/07/13	09/10/13
12	723429/2009	Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba	SP	30/12/09	24/11/12	10/07/13	13/07/13	04/07/13	05/07/13	276/2013	25/06/13	26/06/13
8	SEMANA 15 SEG A 21 DOM (JULHO)											
13	758664/2011	Governo do Estado do Ceará (3ª e 4ª Parte)	CE	26 meses	16/04/14		28/07/13	18/07/13	18/07/13	304/2013	11/07/13	12/07/13
1	SEMANA 22 SEG A 28 DOM (JULHO)											
JULHO 2013 - previsão para o Ofício de Recomendações												
1	722288/2009	Prefeitura Municipal de Sertãozinho	SP	31/12/09	19/02/12	02/08/13	04/08/13	18/07/13	19/07/13	303/207	11/07/13	11/07/13
1	SEMANA 29 SEG(JULHO) A 4 DOM (AGO)											
2	757614/2011	Prefeitura Municipal de Ipatinga	MG	26 meses	16/04/14		05/08/13	24/07/13	25/07/13	305/2013	11/07/13	12/07/13
3	759275/2011	Prefeitura Municipal de Ubá	MG	26 meses	16/04/14		06/08/13	19/07/13	19/07/13	306/2013	12/07/13	12/07/13
4	159/2011	Universidade Federal de Viçosa	MG	26 meses	02/04/14		07/08/13	15/07/13	15/07/13	300/2013	09/07/13	10/07/13
5	742849/2010	Prefeitura Municipal de Anápolis	GO	01/07/10	29/06/12	30/11/13	07/08/13	29/07/13	05/07/13	314/2013	22/07/13	23/07/13
4	SEMANA 05 SEG A 11 DOM (AGO)											
6	760084/2011	Prefeitura Municipal de Chapada	RS	26 meses	27/07/14		12/08/13	29/07/13	30/07/13	310/2013	17/07/13	19/07/13
7	750957/2010	Prefeitura Municipal de Trindade do Sul	RS	31/12/10	11/06/13		13/08/13	18/07/13	26/07/13	311/2013	18/07/13	19/07/13
8	740365/2010	Prefeitura Municipal de Vitória	ES	01/07/10	30/12/11	24/10/13	17/08/13		15/08/13	317/2013	25/07/13	25/07/13
9	738834/2010	Prefeitura Municipal de Guarujá	SP	26/06/10	06/09/12	01/12/13	17/08/13		15/08/13	312/2013	18/07/13	19/07/13

10	169/2011	Universidade Federal do ABC	SP	26 meses	24/01/14		18/08/13	24/07/13	25/07/13	313/2013	18/07/13	19/07/13
11	759785/2011	Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano	MG	26 meses	16/04/14		18/08/13		15/08/13	Nº da solicitação o 7/2013	16/08/13	16/08/13
12	740451/2010	Prefeitura Municipal de General Carneiro	PR	30/06/10	29/12/11	08/07/13	18/08/13	26/07/13	29/07/13	309/2013	17/07/13	19/07/13
7	 SEMANA 12 SEG A 18 DOM (AGO)											
13	759285/2011	Prefeitura Municipal de Pedra do Anta	MG	26 meses	28/02/14	13/07/14	19/08/13		16/08/13	316/2013	25/07/13	25/07/13
14	760093/2011	Prefeitura Municipal de Lima Duarte	MG	28/12/11	28/02/14		20/08/13		16/08/13	319/2013	25/07/13	25/07/13
20	002/2008	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - NAVEGAR	RS	29/08/08	31/03/12	30/06/13	23/08/13	*****	12/08/13	321/2013	02/08/13	14/08/13
2	 SEMANA 19 SEG A 25 DOM (AGO)											
15	152/2011	Universidade Federal de Pelotas - UFP	RS	26 meses	24/01/14		26/08/13		14/08/13	321/2013	02/08/13	14/08/13
16	758188/2011	Prefeitura Municipal de Rondonópolis	MT	26 meses	27/02/14		27/08/13		21/08/13	318/2013	25/07/13	25/07/13
17	722557/2009	Prefeitura Municipal de Unaí	MG	30/12/09	31/12/12	01/07/13	27/08/13		21/08/13	315/2013	25/07/13	25/07/13
3	 SEMANA 26 SEG A 30 SEX (AGO)											
30	AGOSTO 2013 - previsão para o Ofício de Recomendações											

SETEMBRO/OUTUBRO

ACOMPANHAMENTO DOS CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO DO PST/VIGENTES							ACOMPANHAMENTO 2º SEMESTRE 2013			
Nº	Convênio/ Ano	Conveniente	UF	Vigência		Prorrogação de Vigência	CGAAV - Coordenação Geral de A...A...V...			
				Início	Fim		Prazo Expedição Ofício de Recomendação (60 dias)	Ofício de Recomendações VISITA		
								Nº	Data	Data de Entrega
1	760001/2011	Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul	RS	26 meses	27/02/14		08/09/13	Nº da solicitação 8/2013	02/09/13	02/09/13
1										
SETEMBRO 2013 - previsão para o Ofício de Recomendações										

Anexo 3 – Programas Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável

Estão sob responsabilidade da **Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas de Esporte e Lazer – CGEPEL** (nomenclatura alterada em 2013, anteriormente denominada CGPES), os Programas Esporte e Lazer da Cidade - PELC e Vida Saudável, que integram a Ação 20JP, cuja ampliação (crescente aumento de recursos e de pessoas beneficiadas) revelam a valorização das políticas públicas de esporte e lazer no nível local.

O **Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC** tem por objetivo geral contribuir com a democratização do acesso ao esporte recreativo e ao lazer, por meio da promoção de ações educativas, que propiciam a prática de atividades físicas, culturais e de lazer, que envolvam todas as faixas etárias e as pessoas portadoras de deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, fomenta a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direito de todos.

Desde sua criação, o PELC vem ampliando qualitativa e quantitativamente suas ações. Para assegurar sua estrutura nacional, têm sido multiplicadas experiências de parcerias com outros Programas estruturantes da Política Social do Governo Federal, buscando aprimorar o controle social e a intersetorialidade.

Quanto ao **Vida Saudável**, que anteriormente consistia núcleo do PELC – Todas as Idades, a partir de 2013 foi desmembrado e implantado como um Programa Social de Esporte e Lazer, também com o objetivo de democratizar o lazer e o esporte recreativo, contudo priorizando o protagonismo da pessoa que envelhece, na perspectiva da emancipação humana e do desenvolvimento comunitário.

Assim, os Programas PELC e o Vida Saudável se operacionalizam a partir da implantação e desenvolvimento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, que têm por características:

- auto-organização comunitária;
- trabalho coletivo;
- intergeracionalidade;
- fomento e difusão da cultura local;
- respeito à diversidade;
- intersetorialidade;
- auto-gestão;
- auto-organização comunitária;
- protagonismo do sujeito que envelhece;
- valorização da cultura local;
- valorização dos saberes do idoso.

Ressalte-se que o PELC possui dois tipos de núcleos:

- **“Urbano”**: aquele situado na sede do município, podendo ser instalado em bairros e em áreas metropolitanas periféricas agrupadas em seu redor, com o objetivo de atender aos habitantes dessas localidades;
- **Para “Povos e Comunidades Tradicionais – PCT”**: tem o seu foco voltado a grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios tradicionais.

I. EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS

1.1 Editais 2012, Emendas e Proponentes Específicos

Ao longo do ano de 2013 o montante de parcerias celebradas por meio do PELC e do Vida Saudável totalizaram R\$ 79.100.560,92, conforme tabela abaixo:

Tabela – Parcerias celebradas em 2013

Dados dos Convênios Vigentes em 2013 – PELC e Vida Saudável			
Total de Parceiras	Número de Núcleos	Números de Beneficiários	Total de Repasse do ME
66	613	220.00	R\$ 79.100.560,92

Dados dos Convênios Vigentes em 2013 – Vida Saudável			
Total de Parceiras	Número de Núcleos	Números de Beneficiários	Total de Repasse do ME
20	126	25.200	11.091.522,19

Dados dos Convênios Vigentes em 2013 - PELC			
Total de Parceiras	Número de Núcleos	Números de Beneficiários	Total de Repasse do ME
46	487	194.800	68.009.038,73

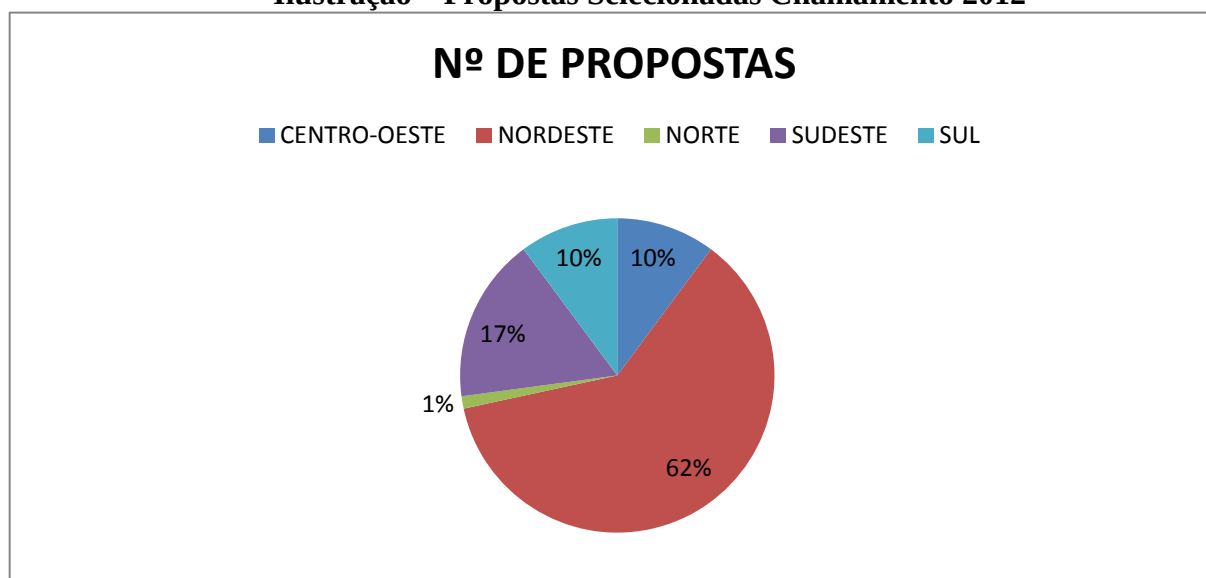
A execução dos programas supracitados em 2013 se deu por meio dos Editais de Chamamento Público 001 e 002 de 2012, destinados à implantação e desenvolvimento de núcleos de esporte recreativo e de lazer do Programa Esporte e Lazer da Cidade (incluindo-se à época os núcleos do Vida Saudável), além de Emendas Parlamentares e do Projeto Legado Copa.

Como resultado dos referidos Editais de Chamamento Público, foram selecionadas 236 propostas de forma regionalizada, conforme tabela abaixo:

Tabela – Propostas Selecionadas Chamamento 2012

REGIÃO	Nº DE PROPOSTAS
CENTRO-OESTE	24
NORDESTE	145
NORTE	03
SUDESTE	40
SUL	24

Ilustração – Propostas Selecionadas Chamamento 2012



Cabe registrar que a apresentação das propostas foram prorrogadas até o exercício de 2013 para a formalização de parcerias, sendo 18 Convênios e 2 Termos de Cooperação.

É importante salientar que um Termo de Cooperação foi firmado com o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (Projeto Legado Muzambinho com 1 núcleo do Programa Vida Saudável) e o outro com a Universidade Federal do Mato Grosso (com 3 núcleos do PELC.)

Ademais, pela política adotada pela SNEIS em atender projetos do Legado da Copa do Mundo 2014, foram formalizados mais 19 Convênios (Legado), que totalizaram 39 parcerias no ano 2013.

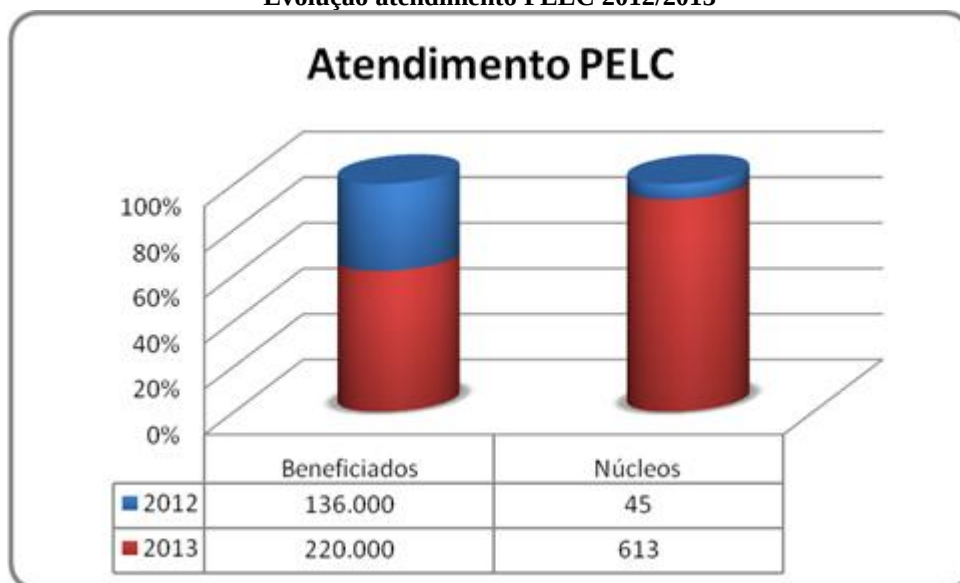
Assim, considerando as formalizações realizadas em 2013, tem-se o total de 220.800 beneficiados, distribuídos em 615 núcleos, que compreendem todas as modalidades dos Programas PELC e Vida Saudável, conforme tabela abaixo:

Tabela – Formalização de 2013

Nome Programa	Nome do Núcleo	Quant. de Núcleo	Quant. Beneficiados
PELC	Todas as Idades	83	34.200
	Núcleos Urbanos	396	158.400
	Vida Saudável	93	18.600
	Povos e Comunidades Tradicionais	5	2.000
VIDA SAUDÁVEL	Vida Saudável	38	7.600

O total de parcerias celebradas por meio do PELC e do Vida Saudável abrangeram um total de 613 (seiscentos e treze sete) núcleos para o atendimento de 220.000 (duzentos e vinte mil) pessoas beneficiadas, constatando um crescimento de aproximadamente 62% dos públicos beneficiados em relação ao ano de 2012, que foi de 136.000 beneficiados, conforme Ilustração abaixo:

Evolução atendimento PELC 2012/2013



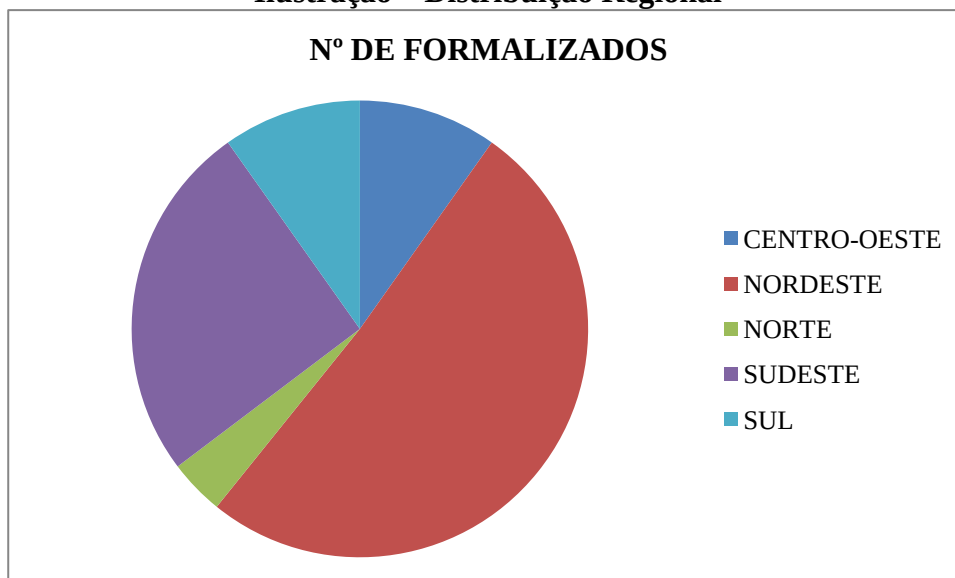
Cabe ainda ilustrar na tabela e ilustração abaixo a distribuição regional das parcerias formalizadas, no intuito de atender à população considerada em situação de vulnerabilidade social, em atendimento às Diretrizes dos referidos Programas.

Tabela – Distribuição Regional

REGIÃO	Nº DE FORMALIZADOS
CENTRO-OESTE	5
NORDESTE	26
NORTE	2
SUDESTE	13
SUL	5

Soma 51

Ilustração – Distribuição Regional



1.2 Editais 2013 e Análise das Propostas

Os Editais de 2013 receberam 2.617 propostas cadastradas no SICONV, estando disponíveis nos seguintes links:

- ✓ Edital PELC 2013
<http://www2.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/editalPELC2013.pdf>
- ✓ Edital Vida Saudável 2013
<http://www2.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/editalVS2013.pdf>

Porém apenas 1.073 entidades se atentaram ao que foi exigido no item “8.4.”, o qual estabelece que somente serão analisadas as propostas que: (...) 2 - enquadrarem-se na condição/status de “Proposta/Plano de Trabalho **enviado em Análise** (...)”, ou seja, 1.544 projetos ficaram inaptos para próxima etapa.

Os projetos que atenderam ao item supracitado passaram por uma segunda análise técnica, na qual foi possível verificar se as propostas enviadas para análise atendiam aos requisitos pré-condicionados nos editais tais como: inclusão de Declaração de Capacidade Técnica e Operacional; inclusão da Declaração de Contrapartida e Inclusão do Planejamento Pedagógico – PP. Após esta etapa, foram totalizadas 1.030 propostas aptas para análise técnica.

Nesse contexto, verifica-se que no quadro das propostas canceladas enquadram-se as propostas que não atenderam integralmente ao item 8.4 do edital.

Após a análise de mérito dos Planejamentos Pedagógicos obteve-se o resultado final de 1.020 projetos classificados para posterior celebração de convênio junto ao Ministério do Esporte.

1.3 Aprimoramento dos Editais 2013 face aos Editais de 2012

No primeiro Edital de 2012 puderam participar apenas entidades da Administração Pública Municipal, enquanto que o segundo Edital de 2012 contemplava a possibilidade de participação de entidades da Administração Pública, direta ou indireta da esfera federal, na forma de Projeto de Cooperação, ambos objetivando a implantação e desenvolvimento de núcleo(s) de esporte recreativo e de lazer – Todas as Idades, ou Vida Saudável, ou Povos e Comunidades Tradicionais.

Já no primeiro Edital de 2013 contemplou-se como objeto a implementação e desenvolvimento de núcleo(s) de esporte recreativo e de lazer – núcleo urbano, ou Núcleos para Povos e Comunidades Tradicionais, podendo participar os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, e no segundo edital de 2013, teve-se por objeto selecionar projetos com vistas à implantação e desenvolvimento de núcleos de esporte recreativo e de lazer do Programa Vida Saudável.

Em ambos, ficaram impedidos de participar entidades privadas sem fins lucrativos, governos estaduais e Distrito Federal que tiveram reprovadas as contas de parcerias anteriores (Parecer de Cumprimento do Objeto), e entidades que estavam em fase de execução de qualquer um dos objetos dos respectivos editais.

De outra parte, no edital de 2012 exigia-se o preenchimento integral da Proposta e do Plano de Trabalho/SICONV, na aba “Dados”, “Cronograma Físico”, “Cronograma de Desembolso” e “Plano de Aplicação Detalhado”; inclusão dos termos de referência, na aba “Projeto Básico/Termo de Referência”, contendo no mínimo três orçamentos. Inclusão da documentação obrigatória (Documentos técnicos, conjunto de Declarações e Termos específicos para conveniamento, acerca do projeto e da entidade proponente, declaração da capacidade técnica e operacional para execução do objeto da parceria, declaração da contrapartida assegurada na Lei Orçamentária Anual do Município, certidão negativa de débitos da Fazenda Estadual, documentação digitalizada do dirigente signatário, contendo documento de registro, CPF, comprovante de residência e Ata de Nomeação e Posse e documentação digitalizada da Entidade de Controle Social), na aba “Anexos”.

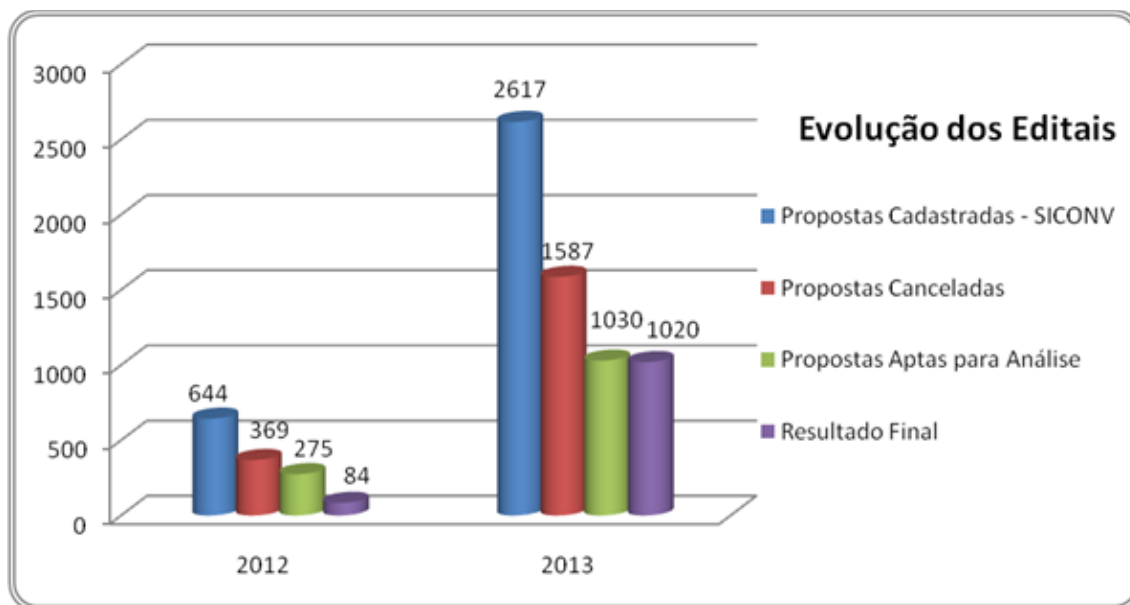
Em contrapartida, nos Editais de 2013 exigiu-se inicialmente apenas o credenciamento da entidade no SICONV, cadastramento ou atualização do cadastro junto à unidade cadastradora, preenchimento da Proposta - Aba “Dados”; inclusão da Declaração de Capacidade Técnica e Operacional e seu respectivo Histórico – Aba “Dados”; inclusão da Declaração de Contrapartida e inclusão do Planejamento Pedagógico (PP) - Aba “Anexos”. E ainda, com intuito de auxiliar os proponentes no cadastramento das propostas e preenchimento do planejamento pedagógico, foi disponibilizado, no sítio eletrônico do Ministério do Esporte, o vídeo passo a passo (<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/esporte-e-lazer-da-cidade/video-passo-a-passo>).

Conforme o exposto, comparando-se os Editais 2012/2013 quanto ao cadastramento e envio das propostas, foi possível alcançar uma desburocratização dos requisitos (documentos e procedimentos) exigidos para tal fim.

Com relação à duplicidade de propostas, conforme consta nos Editais, o avanço deu-se no aproveitamento destas, visto que no Edital de 2012 os projetos múltiplos seriam desclassificados sem possibilidade de análise. Porém, no Edital de 2013, nos casos em que houve o envio de propostas para o PELC Todas as Idades e Vida Saudável, foram analisadas ambas as propostas, levando-se em consideração para aprovação a de maior pontuação.

Em consonância aos aspectos supracitados, constata-se o avanço no número de entidades que apresentaram propostas aos programas PELC e Vida Saudável. Vislumbra-se, ainda, que a estrutura mais sistêmica do Edital de 2013 favoreceu o cumprimento dos procedimentos de elaboração e inclusão das propostas, em relação aos Editais 2012 (que tinham linguagem relativamente mais rebuscada). Vide comparativo dos Editais 2012 e 2013 no Gráfico “Evolução dos Editais” abaixo:

Gráfico “Evolução dos Editais”:



Fonte: Arquivos CGEPEL Editais 2012 e Editais 2013

Quanto à implementação dos editais de 2013, destaca-se a publicização por meio das redes sociais, considerando a atualização do sítio do ME no qual qualificou as informações referentes às diretrizes; instrumento de Planejamento Pedagógico; e manual de identificação visual. Além das inserções de fotos e vídeos o que ampliou e facilitou o conhecimento dos programas pelas entidades que desejavam participar do PELC ou Vida Saudável.

Com relação aos projetos habilitados do Edital de 2013 para análise pedagógica, formulou-se, juntamente com a UFMG, uma equipe de avaliadores CGEPEL/UFMG para pontuação dos planejamentos pedagógicos, visando futura celebração de convênio junto ao Ministério do Esporte. Para tal procedimento, a equipe dividiu-se por regiões (Sul, Centro-Oeste, Sudeste, Nordeste e Norte), compostas proporcionalmente conforme a quantidade das propostas e utilizando para avaliação os critérios previamente definidos no edital.

Ao avaliar os avanços nas análises das propostas, no comparativo de 2012/2013, destaca-se o aumento no número de avaliadores distribuídos entre as regiões participantes, o que possibilitou um trabalho minucioso garantindo assim maior eficiência, eficácia e qualidade nas avaliações dos PP's.

Contudo, apesar do avanço no número de avaliadores, conforme elucidado, e levando-se em consideração o elevado número de propostas, o prazo disponibilizado para análise dos PP's ainda foi considerado relativamente curto. Todavia, todas as propostas habilitadas para análise foram devidamente avaliadas, uma vez que o cronograma valorizou, no primeiro momento, as propostas pedagógicas, ficando para o segundo momento a análise do planejamento físico financeiro (após a divulgação dos projetos selecionados).

Quanto aos resultados dos Editais de 2013, valorizou-se cada região do país visto que todos os estados tiveram pleitos classificados e serão chamados a formalizar convênio com o Ministério do Esporte, a partir de fevereiro de 2014.

No que condiz à seleção das propostas, é importante esclarecer que nos estados em que houve mais de 20 registros aptos, foram classificadas no mínimo 20 destes considerando para tanto a classificação de melhor nota por programa. Porém nos casos em que houve mais de 20 planejamentos pedagógicos com notas iguais ou superiores a 80 pontos, foram selecionados mais de 20 pleitos. Em contrapartida, os estados que apresentaram menos de 20 cadastros aptos, foram classificados todos os que obtiveram qualificações mínimas para implementação dos programas.

Desta forma, tem-se a intenção de firmar 417 (quatrocentos e dezessete) convênios, com previsão orçamentária de R\$ 117.000.000,00 (cento e dezessete milhões de reais).

1.4 Reorganização das Diretrizes - PELC e Vida Saudável

Segue abaixo o comparativo acerca das qualificações efetuadas nas Diretrizes PELC e Vida Saudável, no exercício de 2013 em relação a 2012:

Tabela – Diretrizes PELC e Vida Saudável

Temas:	Diretrizes 2012	Diretrizes 2013
Programas	Diretrizes do PELC com os Núcleos Todas as Idades, Povos e Comunidades Tradicionais e Vida Saudável.	Diretrizes do PELC com Núcleos Urbanos e Povos e Comunidades Tradicionais. Diretrizes do Programa Vida Saudável
Objetivos Gerais	Objetivo Geral - contribuir com a democratização do acesso ao esporte recreativo e ao lazer, por meio da promoção de ações educativas.	Objetivos Gerais: O PELC tem por objetivo central democratizar o lazer e o esporte recreativo para que os participantes tomem como própria a sua condição de cidadão, integrando-se à sociedade. O objetivo central do Programa Vida Saudável é <i>democratizar o lazer e o esporte recreativo para promover a saúde e o envelhecimento bem sucedido</i> .
Objetivos Específicos	Não estavam disponibilizadas no documento.	Foram acrescentadas ao documento, após revisão e qualificação PELC: Nortear ações voltadas para públicos diferenciados nos núcleos de lazer e esporte recreativo; Estimular a gestão participativa entre os atores locais direta e indiretamente envolvidos; Orientar entidades convenientes para estruturar e conduzir políticas públicas de lazer e esporte recreativo; Promover a formação continuada de agentes sociais de lazer e esporte recreativo; Incentivar a organização coletiva de eventos de lazer e esporte recreativo para envolver a população local para além dos núcleos; Reconhecer as qualidades da cultura local na apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo.

		Vida Saudável: Nortear ações voltadas para pessoas, predominantemente, a partir de 60 anos nos núcleos de esporte e lazer; Estimular a gestão participativa entre os atores locais direta e indiretamente envolvidos; Orientar entidades convenientes para estruturar e conduzir políticas públicas de lazer e de esporte para idosos; Promover a formação continuada de agentes sociais de lazer e esporte recreativo, preparados para atender o público idoso; Incentivar a organização coletiva de eventos de lazer e esporte recreativo para envolver a população local para além dos núcleos; Reconhecer as qualidades da cultura local na apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo.
Marco Legal	Sem indicativo do Marco Legal	Inserção do Marco Legal que embasa as Diretrizes, tanto do PELC como do Programa Vida Saudável.
Diretrizes do Processo Pedagógico	PELC - auto-organização comunitária; - trabalho coletivo; - intergeracionalidade; - fomento e difusão da cultura local; - respeito à diversidade; - intersetorialidade; - auto-gestão.	PELC: - auto-organização comunitária; - trabalho coletivo; - intergeracionalidade; - fomento e difusão da cultura local; - respeito à diversidade; - intersetorialidade; - municipalização. Vida Saudável: - auto-organização comunitária; - trabalho coletivo; - protagonismo do sujeito que envelhece; - valorização da cultura local; - valorização dos saberes dos idosos; - respeito à diversidade (cultural, sexual, étnica e religiosa); - intersetorialidade; - municipalização.
Autogestão - Municipalização	Indicativo para a autogestão	Orientação para a municipalização da Política Pública de Esporte e Lazer, com o intuito de instigar os municípios conveniados a procederem na transformação da realidade local com relação às Políticas Públicas de Esporte e de Lazer e consolidar o PELC e o Programa Vida Saudável como um programa de Estado através da apropriação e municipalização da política de esporte e lazer.
Núcleos PELC para Povos e Comunidades Tradicionais	Informações superficiais sobre as populações beneficiadas.	Qualificação das informações a cerca das populações beneficiadas, que são: povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, populações rurais, as comunidades de terreiro, os extrativistas, os ribeirinhos, os caboclos, os pescadores artesanais, kalungas, os pomeranos, faxinalenses, as comunidades de fundos,

		ciganos, geraizeiros, vazanteiros, pantaneiros e demais sujeitos sociais emergentes, cujas identidades coletivas se fundamentam em direitos territoriais e numa autoconsciência cultural.
Relação Núcleo x Densidade Populacional	Diminuição do número de núcleos com relação às Diretrizes 2011 (de 15 para no máximo 05 núcleos).	Tanto para o PELC quanto para o Programa Vida Saudável, até 10 núcleos (Tabela 01 do Anexo 03 - Relação Núcleo x Densidade Populacional).
Atividades Assistemáticas	Essa ação era a responsável pelo indicador de pessoas beneficiadas e planejada prevendo, no mínimo, 1 (um) evento por mês, com participação de 10 vezes mais pessoas que a quantidade de inscritos por núcleo.	Com a alteração do período do convênio, também foi alterado o número e os tipos de eventos – atividades assistemáticas – que o conveniado deve desenvolver, ficando composto da seguinte ordem: - 20 eventos do núcleo – um evento por mês de atividade plena, com os beneficiados de cada núcleo; - 06 eventos sociais – um evento a cada três meses de atividade plena, com o intuito de socialização dos beneficiados com as famílias e a comunidade local; - 03 eventos do programa – um evento a cada seis meses de atividade plena, com a participação dos núcleos do convênio e todos os beneficiados.
Composição de Recursos Humanos dos Núcleos agentes por Núcleo).	Núcleos Todas as Idades / Núcleos para Povos e Comunidades Tradicionais: 01 - Coordenador Técnico – 18 meses; 01 – Coordenador Geral (quando a configuração de Convênio abarque um conjunto de dois a cinco Núcleos) – 18 meses; 01 - Coordenador de Núcleo – 18 meses (14 meses se houver o Coordenador Geral); 06 – Agentes Sociais de Esporte e de Lazer – 14 meses (06 agentes por Núcleo). Núcleos Vida Saudável 01 – Coordenador Técnico – 18 meses; 01 – Coordenador Geral (quando a configuração de Convênio abarque um conjunto de dois a cinco Núcleos) – 18 meses; 01 - Coordenador de Núcleo – 18 meses (14 meses se houver Coordenador Geral); 02 – Agentes Sociais de Esporte e de Lazer – 14 meses (02	PELC 01 - Coordenador Geral– 24 meses – de responsabilidade da entidade; 01 - Coordenador Pedagógico – 24 meses (quando o convênio ou termo de cooperação abarcar 02 ou mais núcleos); 01 - Coordenador de Núcleo – 24 meses (20 meses se houver Coordenador Pedagógico); 06 - Agentes Sociais de Esporte e de Lazer – 20 meses (06 agentes por Núcleo). Programa Vida Saudável 01 - Coordenador – 24 meses – de responsabilidade da entidade; 01 - Coordenador Pedagógico – 24 meses (quando o convênio ou termo de cooperação abarcar 02 ou mais núcleos); 01 - Coordenador de Núcleo – 24 meses (20 meses se houver Coordenador Pedagógico); 02 - Agentes Sociais de Esporte e de Lazer – 20 meses (02 agentes por Núcleo). Interlocutor SICONV - Profissional disponibilizado pela entidade conveniente apto a tratar com a área técnica sobre os procedimentos e as demandas que se apresentem durante a execução do convênio, devendo obrigatoriamente ter o perfil de “fiscal do conveniente” e “gestor de convênio” (não se aplica às Universidades e Institutos Federais), para ambas as ações.

Sistema de Formação	PELC e Programa Vida Saudável Módulo Introdutório - 32 horas – deve ser organizado para acontecer no período de preparação que antecede o início das atividades durante os quatro primeiros meses do convênio. Módulos de Avaliação – compreende os módulos de Avaliação I e II, realizados no decorrer do processo: AV I - deve ocorrer no 11º mês do convênio, 7º mês de pleno desenvolvimento das atividades; AV II – deve ocorrer no 17º mês do convênio, 13º mês de pleno desenvolvimento das atividades. Ambos os módulos deverão ser desenvolvidos por Formadores PELC e terão cada um 16 horas de duração. II – Formação em serviço: deve ocorrer durante todo o período de duração do convênio com reuniões semanais para estudo, troca de idéias, planejamento, palestras e oficinas, em cada um dos núcleos sob responsabilidade de organização, financiamento e realização da entidade conveniada. Poderão ser realizados momentos de estudo e trocas de experiências entre um ou mais núcleos. A entidade poderá solicitar autorização para utilização de sobra de recursos e/ou rendimento de aplicação para a contratação do palestrante que atuará nesse módulo. A solicitação deve conter o conteúdo a ser desenvolvido e será analisada, podendo ser ou não deferida. Para a contratação do palestrante deverão ser observadas as restrições existentes na legislação de convênios.	PELC e Programa Vida Saudável Módulo Introdutório I – realizado até quatro meses antes do início do convênio (Carga Horária: 24 horas) Deve ser organizado para acontecer no período de preparação que antecede o início das atividades durante os quatro primeiros meses do convênio. Módulo Introdutório II – Realizado no 6º mês do convênio (2º mês de pleno desenvolvimento das atividades) (Carga Horária: 24 horas) Este módulo será desenvolvido por Formadores do PELC, seguindo os objetivos, diretrizes e a metodologia do Programa e os dados sobre a realidade local e desafios vistos no Módulo Introdutório I. Módulos de Avaliação Compreende os Módulos de Avaliação I e II (AV I e AVI II), realizados no decorrer do processo: AV I - deve ocorrer no 14º mês do convênio, 10º mês de pleno desenvolvimento das atividades; AV II – deve ocorrer no 24º mês do convênio, 20º mês de pleno desenvolvimento das atividades. Ambos os módulos deverão ser desenvolvidos por formadores do PELC e terão, cada um, 16 horas de duração. Metodologia dos Módulos de Avaliação: A programação deve contemplar visita aos locais de funcionamento das atividades, bem como, momentos junto à comunidade envolvida – avaliação pela comunidade, apresentações diversas dos conteúdos trabalhados, etc. Formação em serviço Deve ocorrer durante todo o período de duração do convênio com <i>reuniões semanais</i> para estudo, troca de idéias, planejamento, palestras e oficinas, em cada um dos núcleos com organização, financiamento e realização sob responsabilidade da entidade conveniada. Poderão ser realizados momentos de estudo e trocas de experiências entre um ou mais núcleos. Metodologia: <i>Reuniões periódicas</i> de planejamento e avaliação das atividades (deve constar na grade horária dos núcleos); <i>Cursos, oficinas e palestras</i> que se apresentam no cotidiano das ações da formação em serviço, no sentido de manter

		o diálogo permanente acerca dos limites e possibilidades do funcionamento sistemático e assistemático dos núcleos, possibilitando a vivência dos conteúdos e atividades do Programa; <i>Atividades de campo</i> no sentido de ampliar as ações dos agentes e da comunidade atendida e beneficiada pelo núcleo, em reuniões com os diferentes segmentos de interesse (peladeiros, grupos de dança popular, grupos de capoeira); <i>Registro e monitoramento (ações avaliativas)</i> para construir e registrar o fazer pedagógico do núcleo, incluindo questões de planejamento das oficinas e eventos, a história da comunidade no funcionamento do núcleo, os resgates de suas manifestações populares, a constituição de associações representativas e a formação de grupos esportivos e de dança, teatro ou música. <i>Intercâmbio entre núcleos, projetos sociais e entidades</i> que, num mesmo município, constroem experiências diferentes, em função de suas necessidades locais, seu território e seus espaços. <i>Construção e participação em eventos, encontros, seminários e congressos</i> para democratizar as experiências construídas nos núcleos na perspectiva da divulgação, e sob o ponto de vista da experimentação, em outras regiões.
Vigência dos Convênios	18 meses de vigência, sendo 04 previstos para a estruturação da ação.	24 meses de vigência, sendo 04 previstos para a estruturação da ação.
Aporte Financeiro do Ministério	Para efetivação de ambas as ações o Ministério investe em: - Pagamento de Recursos Humanos e encargos sociais; - Material de consumo e permanente; - Eventos; - Formação de Gestores e Agentes Sociais.	Para efetivação de ambas as ações o Ministério investe em: - Pagamento de Recursos Humanos e encargos sociais; exceto o pagamento do coordenador geral; - Material permanente; - Eventos; - Formação de Gestores e Agentes Sociais, via UFMG; Observação: - A aquisição de material de consumo fica sob a responsabilidade da entidade proponente.
Kit de Materiais	Material Esportivo (bolas e redes) distribuído pelo ME, por meio do Projeto Social Pintando a Liberdade.	Material Esportivo, Recreativo e de Lazer distribuído pelo ME para ambas as ações, conforme Tabela 02 do Anexo 03 – Kit de Material Esportivo Núcleos Urbanos, Tabela 03 do Anexo 03 – Kit de Material Povos e Comunidades Tradicionais, Tabela 04 do Anexo 03 – Kit de Material Vida Saudável.
Sistema de Monitoramento e Avaliação	Estudos e definição do	Qualificação de instrumentos:

- MIMBOÉ	modelo do Sistema de Monitoramento e Avaliação das ações. A implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação, MIMBOÉ, que é um sistema para coleta de dados que resulte no monitoramento e avaliação dos objetivos elencados para os Programas PELC e Vida Saudável e consiste em um sistema informatizado que receberá dados coletados, os registrará e efetuará o processamento, armazenamento e arquivamento, a fim de subsidiar o acompanhamento pedagógico de ensino aprendizagem das atividades desenvolvidas nos núcleos dos Programas. Planejamento Pedagógico, Relatórios de Formação (Introdutório I, Introdutório II, Avaliação I e Avaliação II), Relatórios de Execução (R1, R2 e R3) e Relatório de Visitas <i>in loco</i> (Tabela 05 do Anexo 03 – Planejamento; Relatório 01 do Anexo 03 - Relatório de Formação; Relatório 02 do Anexo 03 – Relatório de Execução; Relatório 03 do Anexo 03 – Relatório de Cumprimento do Objeto; Relatório 04 do Anexo 03 - Instrumento de visita <i>in loco</i>.)	Planejamento Pedagógico, Relatório de Formação de Agentes Sociais e Relatório de Visita de Acompanhamento Pedagógico; bem como, instrumento da gestão: pareceres.
Acompanhamento e Monitoramento DEGEP/CGAO/SNELIS	A equipe da SNELIS fará acompanhamento e fiscalização dos convênios, de acordo com suas possibilidades. A entidade deverá preencher os relatórios de acompanhamento e execução e enviar: no 4º, 9º e 14º mês de execução, além do relatório de cumprimento do objeto, no final. Os relatórios da entidade de controle social e das formações deverão ser enviados como parte integrante dos relatórios.	A equipe da DEGEP/CGAO/SNELIS fará acompanhamento e fiscalização dos convênios, de acordo com suas possibilidades. A entidade deverá preencher relatório de acompanhamento e execução e enviar no 4º, 10º e 16º mês de execução efetiva (08º, 14º e 20º meses do convênio, respectivamente), além do relatório de cumprimento do objeto, no final. Os relatórios da entidade de controle social e das formações deverão ser enviados como parte integrante dos relatórios.
Prestação de Contas	A análise da prestação de contas quanto ao cumprimento do objeto levará em consideração: os relatórios de execução, os relatórios de visita técnica quanto houver, o envio de materiais que	A partir de 2013, a movimentação de recursos, bem como a prestação de contas dos convênios do Programa Esporte e Lazer da Cidade e do Programa Vida Saudável, passou a ser feita através da Ordem Bancária de Transferência Voluntária (OBTV). A OBTV é a

	comproven a realização das ações previstas: fotos, reportagens em jornal, listas de inscrição e relação de presenças, dentre outras.	funcionalidade que permite ao Conveniente realizar o pagamento a fornecedores de Convênios, Contratos de Repasses e Termos de Parcerias. O pagamento ao fornecedor será realizado por meio de uma ordem bancária gerada pelo Sistema de Convênios - SICONV e enviada ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. O SIAFI repassará para as instituições bancárias que efetivarão o pagamento mediante crédito em conta corrente ou saque em espécie no caixa, conforme consta na legislação vigente.
Aporte Financeiro - Tabela da referência de Valores – quanto ao custo de cada núcleo.	Aporte Financeiro – Tabela da Referência de Valores do PELC.	Aporte Financeiro - Tabela da Referência de Valores atualizada – quanto ao custo de cada núcleo – tanto do PELC como do Programa Vida Saudável (Tabelas 07 e 08 do Anexo 03 - Aporte Financeiro do Ministério do Esporte – PELC/Vida Saudável).

1.5 Reorganização das Diretrizes – Sistema MIMBOÉ

Compreendendo o esporte e o lazer como direitos de todos e dever do estado, conforme preconiza a Constituição Brasileira, apontamos como um dos principais desafios a superação de modelos tradicionais de políticas públicas destinadas ao esporte e ao lazer em nosso país, objetivando o desenvolvimento de ações educativas que conduzam os sujeitos a processos autônomos em relação a essas práticas.

Diante dessa compreensão, foi estabelecida como meta para o exercício de 2013, no que diz respeito à ação “Sistema de Monitoramento e Avaliação”, o desenvolvimento de um sistema para coleta de dados que resulte no monitoramento e avaliação dos objetivos elencados para os Programas PELC e Vida Saudável.

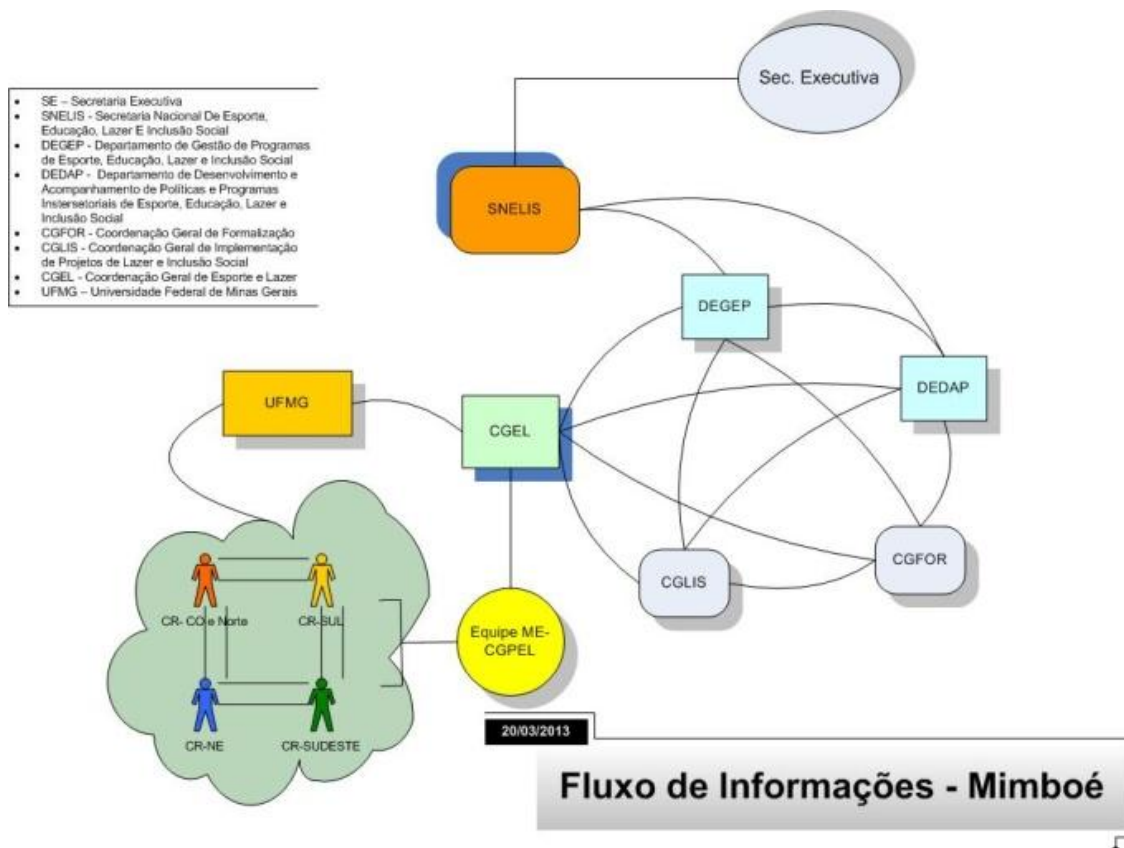
Esse Sistema foi desenvolvido em parceria com a CGSIS/SNELIS e denominado MIMBOÉ – do tupi-guarani que significa “o ensinado”. Consiste em um sistema informatizado que receberá dados coletados, os registrará e efetuará o processamento, armazenamento e arquivamento, a fim de subsidiar o acompanhamento pedagógico de ensino aprendizagem das atividades desenvolvidas nos núcleos dos Programas.

Neste sentido, possibilitará o cálculo dos indicadores que relacionem as práticas pedagógicas com as metas acordadas nos Planejamentos Pedagógicos, irá se configurar na análise, tabulação e registro dos resultados obtidos com a aplicação periódica de instrumentos de avaliação realizada in loco. Para além da análise de mérito pedagógico, a proposta do MIMBOÉ consiste na verificação das ações executadas no que cerne aos objetivos estabelecidos nas Diretrizes dos Programas.

A partir dos resultados apontados pela análise dos instrumentos objetiva-se elencar propostas de qualificação didático pedagógica de ensino e aprendizagem, bem como o aprimoramento da execução nas ações específicas de cada Programa que se fizerem necessárias.

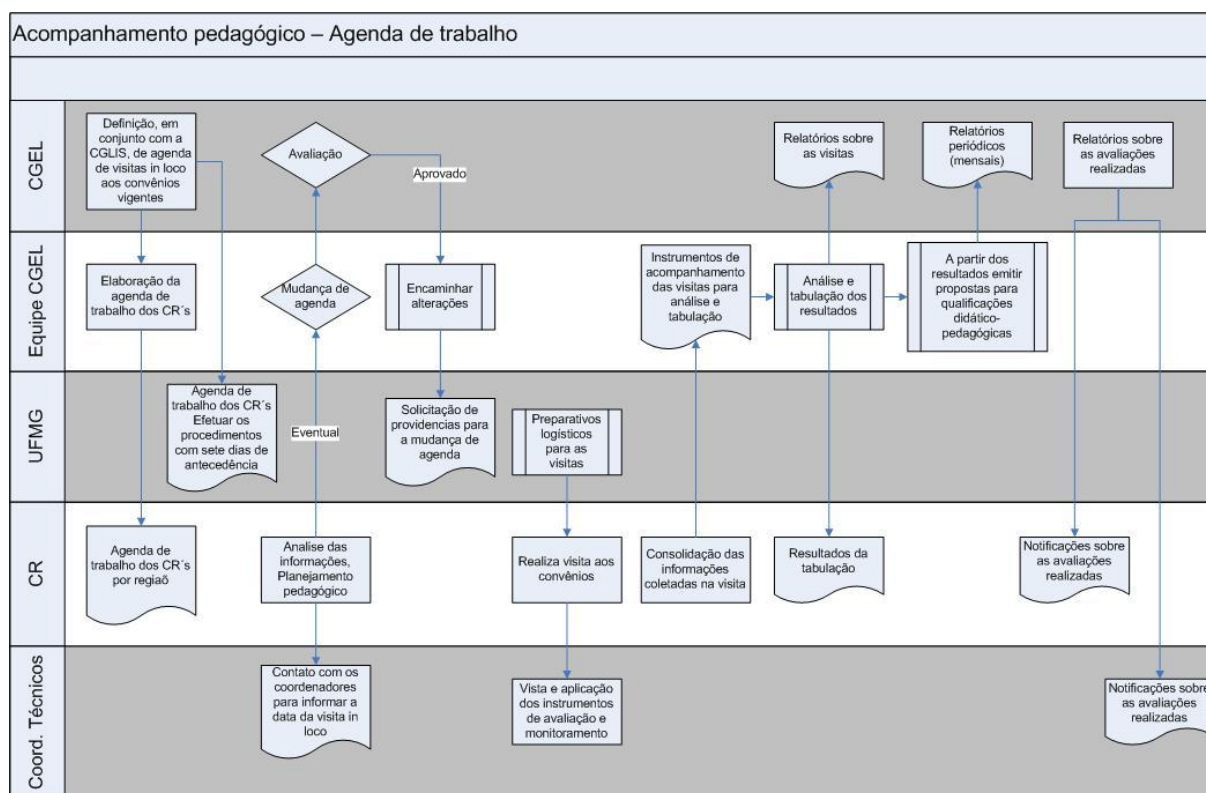
O desenvolvimento do MIMBOÉ foi iniciado com a montagem do fluxo de informações entre os setores do ME – Secretaria Executiva, SNELIS, DEGEP, DEDAP, CGEPEL, CGLIS e CGFOR – a UFMG e os Consultores Regionais e a designação das responsabilidades para suprir as necessidades estruturais para a realização das visitas *in loco* (Ilustração – Fluxo de Informações MIMBOÉ).

Ilustração – Fluxo de Informações MIMBOÉ



Na etapa seguinte foram definidas as atribuições dos Consultores da equipe CGEPEL e dos Consultores Regionais e o processo de acompanhamento pedagógico *in loco*, fluxograma da agenda de trabalho, que seria desenvolvido pelas equipes da CGEPEL, da UFMG e pelos Consultores Regionais (Ilustração - Acompanhamento Pedagógico – Agenda de Trabalho).

Ilustração – Acompanhamento Pedagógico – Agenda de Trabalho



Para complementar o processo de acompanhamento pedagógico foi criada uma metodologia de trabalho que vem permeando as visitas in loco realizadas pelos Consultores Regionais. Essas visitas resultam em relatórios que serão sistematizados para a inserção dos dados no sistema MIMBOÉ.

Além dos relatórios de visita in loco, são utilizados os Relatórios de Execução – R1, R2 e R3 – resultantes dos Módulos de Introdução e dos Módulos de Avaliação I e II, que foram qualificados, a fim de atender às necessidades do novo sistema, e que, também, serão sistematizados para a inserção dos dados no MIMBOÉ.

A partir do primeiro passo no desenvolvimento do SM&A Mimboé e diante do caráter incipiente da feitura do Sistema MIMBOÉ — a CGEPEL propôs o início de visitas in loco, realizadas pelos consultores regionais, como protótipo do que virá a ser a sistemática de funcionamento do MIMBOÉ. Destarte, a proposta de primeiras visitas aos convênios do Programa Esporte e Lazer da Cidade — realizadas entre abril e agosto de 2013 — não se presta à implementação do MIMBOÉ em si, mas sim a responder à pergunta: — O que é observável durante as visitas in loco? O objetivo geral das primeiras visitas era conhecer os núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade em funcionamento no sentido de: (I) refletir quais são os aspectos passíveis de observação e mensuração durante as futuras visitas in loco e de (II) levantar questões que poderão ajudar na consolidação dos instrumentos de visita in loco, com seus respectivos interlocutores (coordenadores, agentes sociais, formadores, beneficiados). Em última instância, estas subsidiaram os debates do 2º Encontro Nacional de Consultores Regionais dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável. Metodologia: a partir de um viés essencialmente acadêmico, as visitas foram erigidas sobre três pilares metodológicos, a saber:

(I) *Análise documental*: No momento anterior às visitas, os consultores fizeram uma análise de documentos referentes aos convênios. Idealmente, os documentos analisados foram: Planejamento Pedagógico do Convênio (PPC), Relatórios de Execução (R1, R2 e R3) e Relatórios de Formação (MI, AV1 e AV2). Este procedimento possibilitou que os consultores regionais se iterassem sobre a realidade a ser observada.

(II) *Observação*: As observações levaram em consideração *aspectos relevantes (possíveis indicadores)* para a avaliação, que será realizada nas visitas *in loco*, e foram auxiliadas por um diário de campo.

(III) *Entrevistas*: também foi fundamental, para a consecução do objetivo das visitas, a realização de entrevistas semi-estruturadas com os diversos personagens do programa: beneficiados, agentes sociais, coordenadores de núcleo, coordenadores pedagógicos, formadores. Em última instância, a este momento metodológico caberá a tarefa de levantar quais são as informações que podem ser colhidas e com quem tais informações podem ser levantadas.

O resultado das visitas realizadas em 2013 foi:

- Visitas a Convênios com Prefeituras: 19 visitas (sendo que um convênio – São Lourenço do Sul - foi visitado duas vezes);
- Visitas a Termos de Cooperação, com Universidades e Institutos: 7 (sendo: cinco em Universidades e dois em Institutos – duas visitas ao IFCE de Canindé/CE).

Os dados referentes às primeiras visitas estão na **Tabela 09 do Anexo 03 - Visitas in loco 2013**.

Método de Avaliação

Para se organizar e sistematizar as informações contidas nos primeiros 16 relatórios confeccionados pelos consultores regionais optou-se, a priori, pela classificação das recorrências encontradas em pontos positivos e pontos negativos.

Há que se destacar que, consideradas as idiossincrasias de cada relatório em função das formas de escrita e vieses dos vários consultores, estes relatórios **ainda não oferecem subsídio para uma avaliação pontual sobre o programa**, apenas auxiliam no processo sobre o qual nos debruçamos hoje de construção de indicadores e instrumentos para a implementação do sistema MIMBOÉ.

Destarte, os dados apontados a seguir não podem ser considerados sob uma perspectiva de avaliação panorâmica do Programa Esporte e Lazer da Cidade por si mesmo, mas sim como a possibilidade de se pensar em pontos que são vislumbráveis durante as visitas e passíveis de medição regular em torno de um *indicador*. Ou seja, é uma avaliação panorâmica sobre as primeiras experiências de acompanhamento e orientação pedagógica.

1.5.1 Pontos Negativos (Recorrentes em todas parcerias visitadas):

- **Não-cumprimento da meta de beneficiados**: via de regra, os núcleos não atendem à meta de 400 beneficiados, salvas as devidas exceções.

- **Baixa mobilização dos beneficiários:** de forma geral, os convênios têm baixa adesão da comunidade, que não se apropriam dos espaços dos núcleos com um direito próprio. Não se identificam com o programa.
- **Mudança de endereço de núcleo:** Verificou-se, para muitos casos, mudanças do endereço de núcleo sem que houvesse autorização oficial do Ministério do Esporte. Há a necessidade de que os formadores e consultores orientem que qualquer alteração deste tipo deve ser autorizada pelo Ministério, sob pena de cancelamento do convênio, tal qual preconiza as diretrizes. O procedimento padrão é que a entidade envie ofício ao Ministério para solicitar a alteração.
- **Número de subnúcleos — Máximo de 2 por núcleo:** foi verificado, em casos específicos, a pulverização de atividades em diversos subnúcleos não previstos nos Planejamentos Pedagógicos em questão. Em posterior análise dos processos, os relatórios de formação indicam que houve orientação, por parte dos formadores, de que tal pulverização para diversos subnúcleos poderia ser realizada. Porém, as diretrizes são incisivas ao apontar que só há a possibilidade de 2 subnúcleos por núcleo.
- **Os núcleos do PELC “competem” com outras atividades no local:** Os consultores verificaram, em mais de um caso, que as atividades do PELC tem funcionado em lugares que já cediam outros programas e atividades. Isto gera problemas diversos como: impossibilidade de participação de pessoas com deficiência (pois alguns dos lugares escolhidos não oferecem a estrutura necessária); impossibilidade de realização de atividades à noite; choque de grades horárias entre as atividades do PELC e as atividades já existentes nos locais; dificuldades em se gerar uma identificação com o Programa, uma vez que os participantes não conseguem associar aquelas atividades como sendo do PELC etc.
- **Alterações no plano de trabalho (grade horária/ compra de materiais):** toda e qualquer mudança do plano de trabalho — como mudança de atividades da grade horária; ou de material de consumo/permanente a ser comprado — deve ser solicitada, via ofício, para o Ministério do Esporte.
- **Formação em serviço:** A formação em serviço raramente acontece de modo a garantir o aprofundamento dos temas e das diretrizes do Programa. Neste sentido, os formadores devem orientar as entidades para que realizem sua formação em serviço semanalmente, apresentando estratégias e metodologias possíveis.
- **Entidade de Controle Social:** as entidades de controle social, via de regra, não dialogam com as entidades convenientes (na amostra da visita, não houve um caso em que este diálogo se mostrou efetivo).

1.5.2 Pontos Negativos (observados junto às Universidades e Institutos Federais):

- **Existência de outros projetos de mesma natureza:** Conforme verificado nas Universidades Federais de Juiz de Fora e de Mato Grosso, que desenvolvem atividades do PELC, uma das características presentes nas parcerias firmadas entre Ministério e Universidades é a existência de outros projetos de natureza semelhante à do PELC. A título de exemplificação, UFMT já desenvolvia o projeto *Longevidade Saudável* quando pleiteou o financiamento ministerial para a implementação de núcleos do PELC na modalidade *Vida Saudável*. Situação semelhante, acontece na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Relatos dos consultores do Programa indicam que o maior problema decorrente desta

característica é a *montagem de grade horária*, uma vez que há um choque entre os horários praticados por outros projetos e os horários praticados pelo PELC, tendo em vista que acontecem — de forma geral — nos mesmos espaços físicos.

- **Utilização do PELC para fins acadêmicos:** Rigorosamente, o PELC — quando implementado nas universidades — ganha caráter acadêmico. Assim, ele assume característica de *projeto de extensão universitária*, funcionando para proporcionar aos alunos uma forma de atuação (como *agentes sociais*) e estimular a produção acadêmica discente e docente. O maior problema decorrente desta característica é a reserva de vagas de agentes sociais para os alunos das instituições, não abrindo espaço para outras lideranças comunitárias. No entanto, pensar o PELC como projeto de extensão acadêmica também representa uma grande potencialidade, no sentido de concretizar sua continuidade após o fim da parceria com o Ministério, tendo em vista a existência da estrutura institucional para sua manutenção.
- **Espaço para realização das atividades:** As universidades apresentam espaços e equipamentos de esporte e lazer de excelente qualidade, e adequados para a realização dessas atividades. Assim, com a existência destes espaços, há a ampliação de possibilidades em relação à execução Programa, com a latente diversificação de atividades que podem ser executadas nestes espaços. Ademais, esta característica representa uma facilitação à autogestão das instituições no quesito do *lazer* e do *esporte*.
- **Recursos Humanos vinculados à Universidade:** O perfil do agente social nas universidades obedece às seguintes características, feitas as devidas ressalvas: *vinculados os discentes do curso de graduação de Educação Física, matriculado regularmente nas respectivas instituições*. Destarte, não sobra espaço para recursos humanos externos que obedeçam ao perfil do *líder comunitário*, conforme preconização das diretrizes do Programa. O que, de um lado, se apresenta como ponto forte, uma vez que os agentes são qualificados pela formação acadêmica para dar conta de Atividades físico-desportivas; por outro lado, representa um problema ao não levar em consideração as lideranças comunitárias e, ademais, por não haver uma diversificação da área de atuação dos agentes, o que impossibilita a diversificação no âmbito das atividades oferecidas.
- **Percepção sobre a formação oferecida pelo Ministério, como complementar a acadêmica:** De forma geral, os agentes e coordenadores do PELC nas universidades têm postura bastante elogiosa face à formação modular oferecida pelo Ministério, via UFMG. Mostram-se satisfeitos com os módulos e com a estratégia da *suplência* preconizada por este sistema de formação, que busca a suplência em caso de saída de algum dos agentes contratados. Há, no entanto, ressalvas relatando a insuficiência nas discussões sobre o lazer para o público adulto. Na opinião dos *formadores* que ministraram estes módulos de formações para as entidades acadêmicas, embora os agentes em formação fossem vinculados às universidades, havia uma compreensão limitada sobre a temática do *lazer* que é sanada no decorrer da formação oferecida pelo Ministério. Conforme as informações recolhidas a partir de observações feitas pelos consultores do Programa e a partir da análise de relatórios de formação, os módulos de formação não suplantam a formação acadêmica dos agentes e tampouco são desnecessárias, apresentando-se como formação complementar para agentes e coordenadores, principalmente no tocante ao relacionamento entre *políticas públicas* e *lazer*. Assim, faz-se *mister* que as formações modulares para o Programa Esporte e Lazer da Cidade apresentem-se e insiram-se nessa lógica de complementaridade ao ensino acadêmico.

Em paralelo, está em processo de planejamento e constante discussão, a proposta de indicadores para o aperfeiçoamento do MIMBOÉ no que diz respeito ao planejamento, monitoramento e avaliação da política pública de esporte e lazer.

1.6 Capacitação Gerencial – Programa Esporte e Lazer da Cidade

Considerando que a formação é elemento central da proposta do PELC, valorizada enquanto importante ferramenta pedagógica para o desenvolvimento de políticas locais que tratem o lazer e o esporte como meios de promoção da qualidade de vida e direitos sociais de todos devendo estar em consonância com as atividades que serão desenvolvidas, ela deve ser ministrada por um profissional com conhecimento a respeito do Programa e das suas especificidades.

Neste sentido, em 2012 o Ministério do Esporte firmou parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, para viabilizar recursos humanos capacitados que desenvolverão as Formações Modulares do PELC, considerando as Diretrizes aplicadas:

1.6.1 Panorama de Capacitação – parcerias formalizadas com Diretrizes de 2012

- **Região NORDESTE: - 29 PARCERIAS com 38 NÚCLEOS**
(25 convênios e 4 destaques) sendo 13 VS e 16 PELC;
- **Região CENTRO-OESTE: - 06 PARCERIAS com 10 NÚCLEOS**
(5 convênios e 1 destaque) sendo 03 VS e 3 PELC;
- **Região SUDESTE: - 15 PARCERIAS com 46 NÚCLEOS**
(13 convênios e 2 destaques) sendo 4 VS e 11 PELC;
- **Região SUL: - 9 PARCERIAS com 10 NÚCLEOS**
(8 convênios e 1 destaque) sendo 1 VS e 8 PELC.

TOTAL DE PARCERIAS BENEFICIADAS: 59. * Tabela 10 - Participantes da Capacitação Gerencial (Anexo 03)

1.6.2 1ª Capacitação Gerencial do PELC - 2013.

Dentre as ações planejadas para o ano de 2013, a 1ª Capacitação Gerencial do PELC foi realizada pela equipe CGEPEL em parceria com a equipe da Coordenação Geral de Acompanhamento Operacional de Convênios – CGAO e apoio da Equipe UFMG, que reuniu em Brasília, durante os dias 28 e 29 de novembro de 2013, no Hotel Nacional de Brasília, cerca de 140 profissionais de 17 Estados (Tabela 10 – Participantes da Capacitação) que atuam nas áreas da gestão pública de esporte e lazer no processo de estruturação, implantação e desenvolvimento do PELC, sendo eles Coordenadores Técnicos, Interlocutores SICONV, Representantes das Entidades, Consultores Regionais, Formadores e Convidados.

A Capacitação Gerencial justifica-se pela deficiência na qualificação dos gestores e agentes sociais no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, com intuito de promover a formação e o desenvolvimento de quadros para atuação no campo do esporte e lazer, alicerçada em valores de participação popular, a partir da implantação e do desenvolvimento do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Diante dos objetivos centrais vários temas foram salientados, como: mostrar o panorama atual, limites e possibilidades na implantação e desenvolvimento do Programa Esporte e Lazer da Cidade, o Sistema de Acompanhamento e Monitoramento Pedagógico do PELC (Manual de Orientações Preliminares e Ordem de Início) e como ocorre a formação dos Agentes Sociais do Programa; o Sistema de Monitoramento e Avaliação – MIMBOÉ, sobre a Divulgação e a Identidade Visual do PELC nos núcleos e a importância do retorno destes para melhor avaliação das ações.

Primeiro dia de capacitação: 28/11/13 (Cunho Pedagógico)

• **Primeiro dia de capacitação: 28/11/13 (Cunho Pedagógico)**

Programação e envolvidos

- Coordenadores Técnicos: 33 (02 CT e IS)
 - Representantes das Entidades: 07
 - Formadores do PELC: 03
 - Consultores Regionais do PELC: 03
 - Equipes ME – CGPEL (12) X CGAO (07) X CGFOR: (01) total de 20 pessoas envolvidas.
- TOTAL GLOBAL: 69 PESSOAS

► **Segundo dia de capacitação: 29/11/13(Cunho Técnico Operacional)**

Programação e envolvidos:

- Interlocutores SICONV: 32 (02 CT e IS)
- Representantes das Entidades: 07
- Formadores do PELC: 03
- Consultores Regionais do PELC: 03
- Equipes ME – CGPEL (12) X CGAO (07) X CGFOR (01): 20 pessoas envolvidas.

TOTAL GLOBAL: 71 PESSOAS

O primeiro dia de capacitação foi voltado para os coordenadores técnicos dos convênios e dos termos de cooperação do programa. Os representantes de entidades, formadores e consultores regionais do programa também participaram. No segundo dia, a formação foi voltada para os interlocutores do SICONV, Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal.

Estados e Instituições Envolvidas - Total: 05 Universidades e 26 Prefeituras Municipais (tabela abaixo).

Tabela - Estados e Instituições Envolvidas

► AL – 01Universidade	► CE – 01 Instituto Federa e 02 P.M
► GO – 01 P.M	► MA – 01 Universidade
► RS – 01 P.M	► RJ – 01 P.M
► RN – 02 P.M	► PR – 02 P.M

▶ PI – 06 P.M	▶ PE – 01 Universidade
▶ PB – 01 P.M	▶ MT – 01 P.M
▶ MS – 02 P.M	▶ MG – 03 P.M e 01 Universidade
▶ MA – 01 Universidade	▶ 01 Universidade
▶ SC – 02 P.M	▶ SE – 01 P.M
▶ SP – 01 P.M	

Estados e Instituições Envolvidas - Total: 05 Universidades e 26 Prefeituras Municipais.

1.6.3 Parcerias formalizadas com Diretrizes 2011 e 2012

- ▶ 21 PELC URBANO
- ▶ 02 PELC PCT
- ▶ 10 PELC VS
- 17 Estados representados

1.6.4 Implantação e Desenvolvimento do PELC

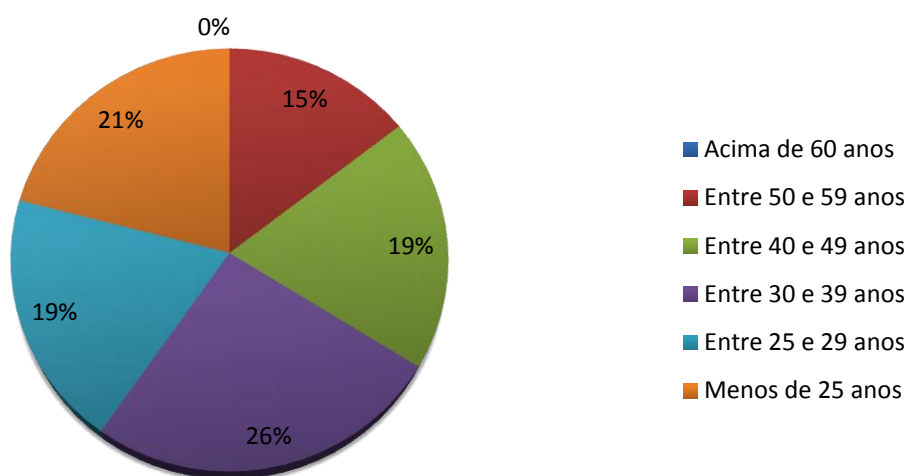
- ▶ Processo de estruturação: 47
- ▶ Já iniciaram atividades: 12*
- ▶ Já implantaram e desenvolveram o PELC: 09

**Unidades que já iniciaram as atividades: IFET Campus Canidé, P.M de João Monlevade, UFJF, P.M Dourados, UFMT, UFP, PM Queimados, UFSM, PM de Dionísio Cerqueira, P.M de Aracajú (P.M Assú e P.M de São Lourenço do Sul).*

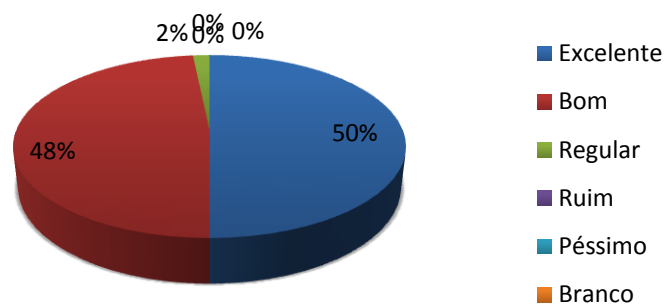
A Avaliação da Capacitação Gerencial encontra-se nas Ilustrações a seguir:

Total de 62 avaliações (Sexo: masculino e feminino)

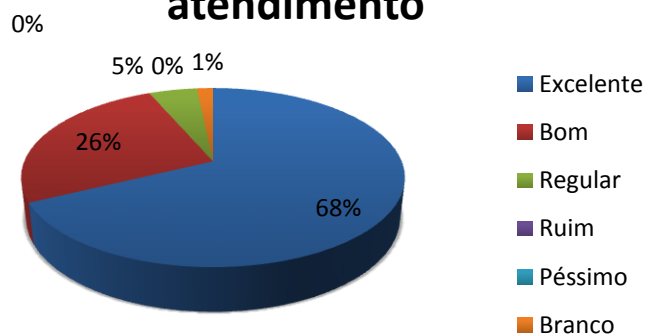
Faixa Etária



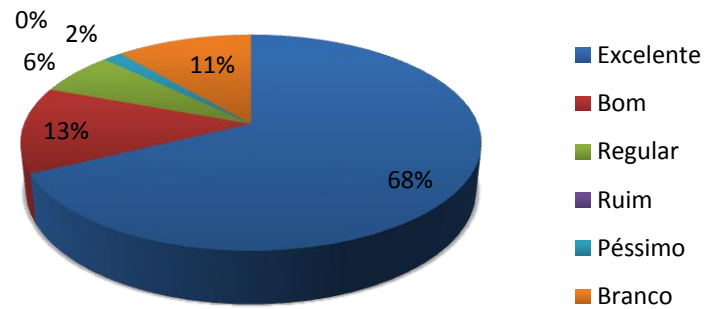
Clareza e precisão nas informações dadas



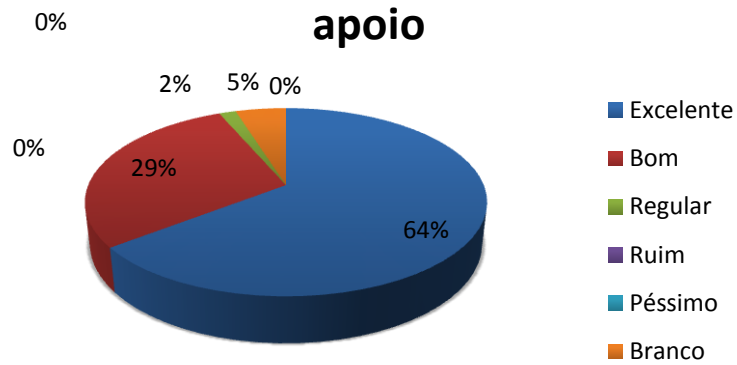
Cortesia e atenção no atendimento

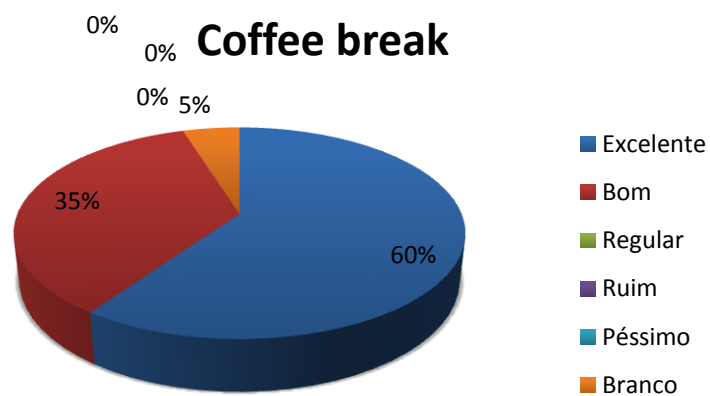
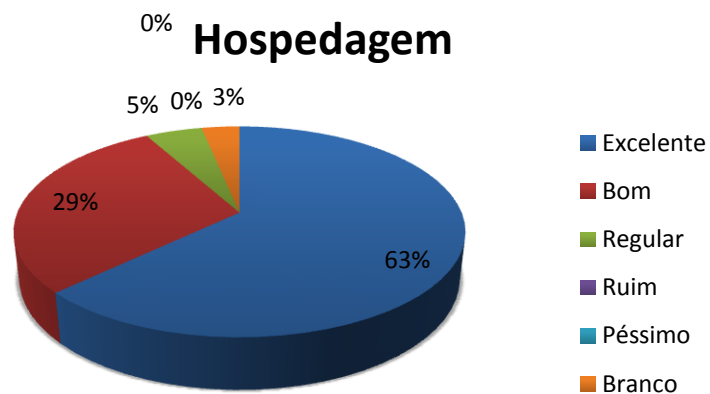


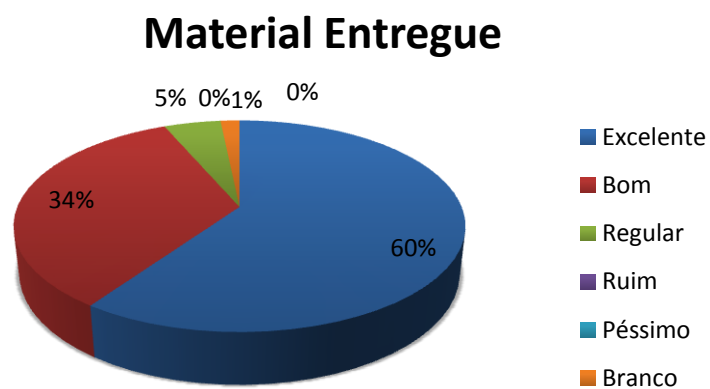
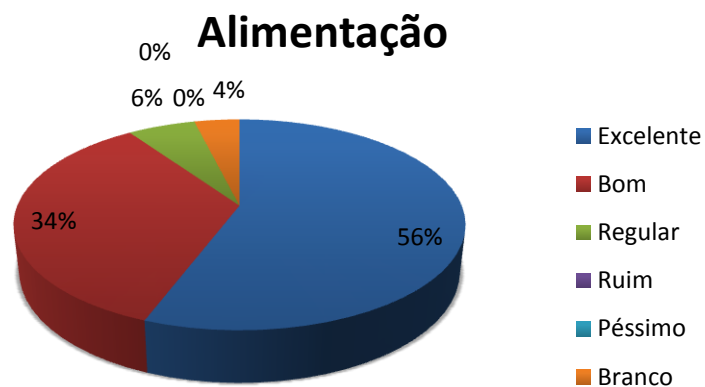
Recepção e Traslado



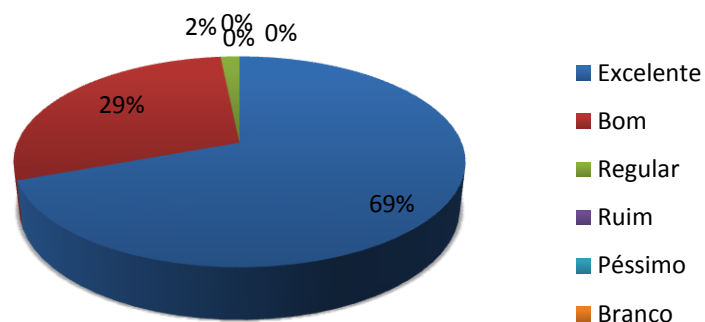
Atendimento da Equipe de apoio



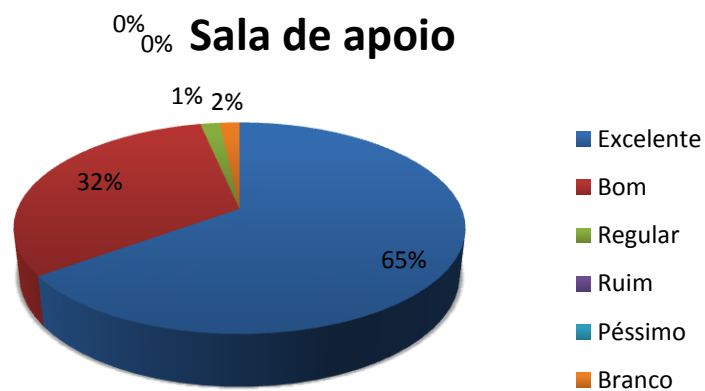




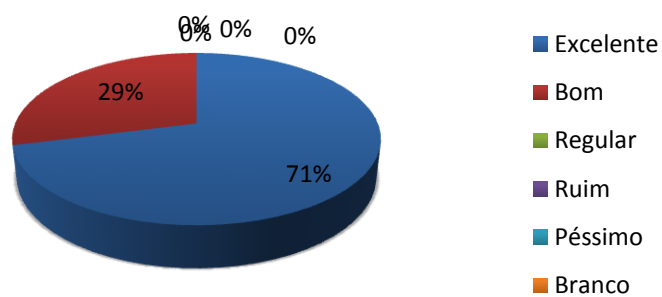
Sala de reunião



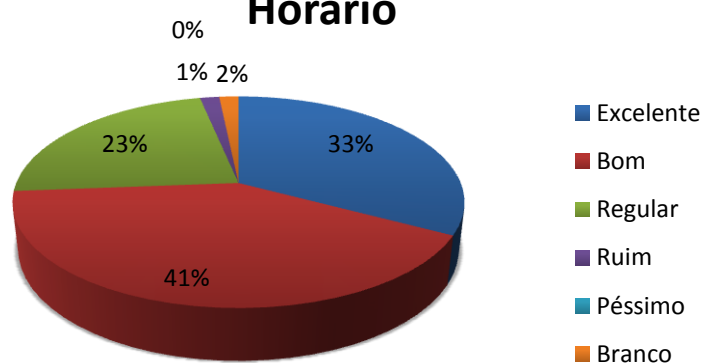
Sala de apoio



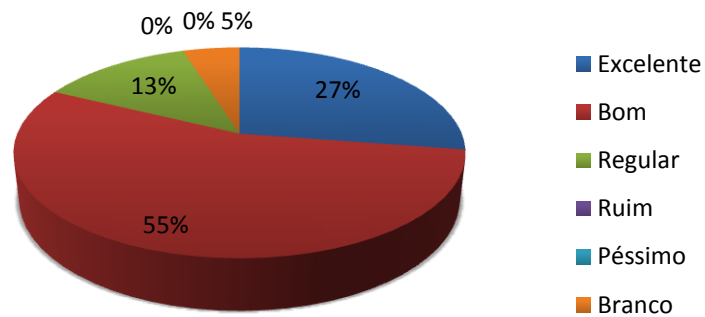
Equipamentos audiovisuais utilizados



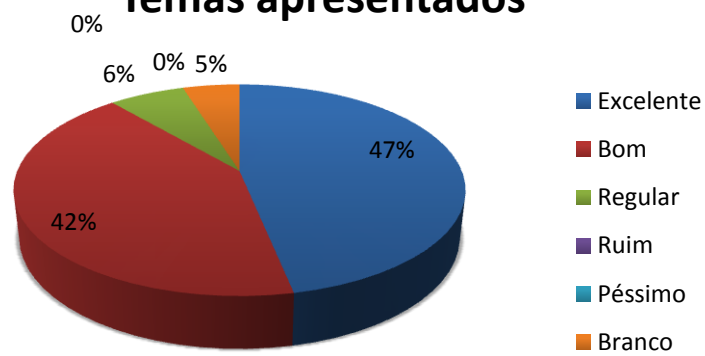
Horário



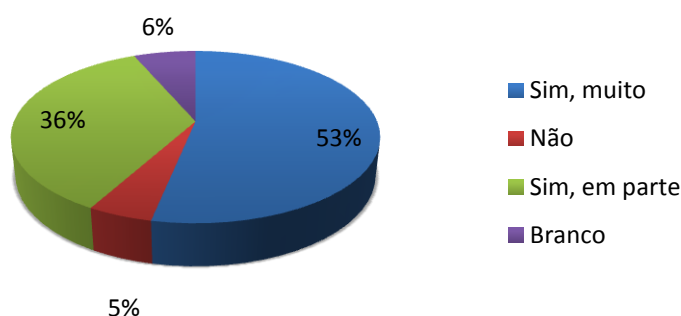
Divisão de apresentações



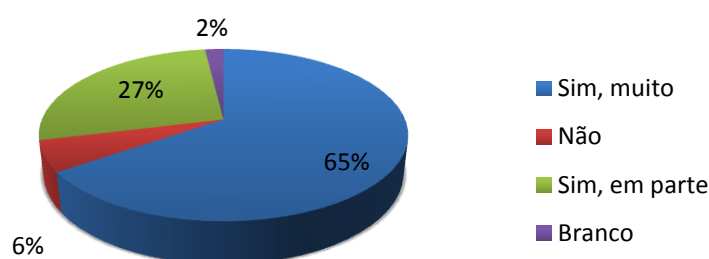
Temas apresentados



Esclarecimentos da área pedagógica



Dirimir dúvidas quanto à execução



No final da capacitação, foi entregue aos participantes uma ficha de avaliação sobre os aspectos: cadastramento, recepção, infraestrutura, programação e etc. Após o preenchimento, a CGEPEL recolheu todas as avaliações. As fichas foram separadas por sexo e com o resultado final foi elaborado uma estatística das ações.

Foram totalizadas 62 fichas preenchidas. Segue abaixo os resultados por item.

Faixa etária: (21%) menos de 25 anos
 (19%) entre 25 e 29 anos
 (26%) entre 30 e 39 anos
 (9%) entre 40 e 49 anos
 (15%) entre 50 e 59 anos
 (0) acima de 60 anos

No geral, como podemos observar os participantes avaliaram positivamente os aspectos levantados. Também foram percebidas críticas em aspectos não questionados. As críticas foram discutidas com a equipe CGEPEL em reunião e avaliadas, para que os erros não se repitam na próxima Capacitação Gerencial.

A programação da capacitação pode ser verificada no **Tabela 11 do Anexo 03 - Programação**.

1.7 Projeto Legado Social Esportivo e de Lazer nas Cidades-Sede e Regiões Metropolitanas da Copa do Mundo 2014.

Por meio do “Projeto Legado Social Esportivo e de Lazer nas Cidades-Sede e Regiões Metropolitanas da Copa do Mundo 2014”, foi pensado inicialmente em implementar, nas cidades sedes e regiões metropolitana da Copa do Mundo, o Programa Vida Saudável, com a intenção de garantir o direito ao esporte recreativo e ao lazer a pessoas idosas (predominantemente, a partir de 60 anos).

Foi levado em consideração para isso, o crescimento absoluto da população com 60 anos ou mais em todo país, segundo dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o que justifica a necessidade de investimentos públicos para esse público-alvo. Ante a essa condição, a proposta de implementação do Programa Vida Saudável nas cidades-sede da Copa do Mundo 2014 levou em consideração a quantidade de pessoas idosas nestas regiões, tendo por referência o valor absoluto da população com 60 anos ou mais de idade.

Todavia, devido à provocação de alguns gestores envolvidos com o projeto nas cidades sede, que viam a necessidade de ampliar o atendimento a um público maior (para outras faixas etárias além de idosos), ficou estabelecida a possibilidade de implementar também o Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC. Entretanto, as entidades parceiras tiveram de optar pela implantação de um dos programas.

Assim, a equipe CGEPEL no exercício de 2013, foi propositiva quanto às questões que envolvem o Legado Social dos Mega Eventos Esportivos, especialmente acerca da Copa do Mundo de Futebol, visando contribuir no processo que se dará para além da realização do evento.

Foram submetidas à equipe CGEPEL, 44 propostas Projeto Legado para orientação e análise dos planejamentos pedagógicos, das quais 21 visam implementar o Programa Vida Saudável e 23 o PELC. Sendo 236 núcleos do Programa Vida Saudável para atendimento de 47.200 pessoas e 541 núcleos PELC que visam atender 216.400 pessoas, totalizando 777 núcleos e 263.600 beneficiários que deverão ser atendido pelos programas.

A grande dificuldade desta equipe, com relação ao processo anteriormente elucidado, esteve relacionada ao pouco tempo disponibilizado para orientação dos planejamentos pedagógicos dos programas. Cabe ressaltar, que visando efetivar a parceria, com a maior brevidade possível, muitos dos representantes das entidades, trataram em paralelo do planejamento técnico das propostas, cuja orientação esteve a cargo da Coordenação Geral de Formalização, o que dificultou ainda mais a finalização de ambos os processos com vistas a formalização das parcerias.

Outro problema deparado pela CGEPEL, diz respeito à falta de conhecimento e/ou à compreensão equivocada dos programas por parte dos proponentes, o que gerou várias re-análises do mesmo Planejamento, com objetivo de adequá-lo às diretrizes do programa em questão e torná-lo executável.

A comunicação foi outro ponto que merece destaque, visto que as entidades não tinham uma única representação no processo de planejamento, demandando reiteradas orientações para diferentes representantes.

Todos esses fatores, embora alguns já previstos, geram dificuldades na elaboração dos planejamentos pedagógicos e técnicos, consequentemente, atraso no processo de formalização.

Diante das dificuldades citadas, algumas estratégias foram utilizadas visando à superação dos limites que estavam postos:

- a) Maior aproximação com os representantes das entidades parceiras (qualificando e intensificando os contatos);
- b) Flexibilização, à medida do possível, do tempo determinado para elaboração dos planejamentos e conseqüente reenvio para análise, com vistas à finalização;
- c) Produção do vídeo “Passo a Passo para a elaboração do Planejamento Pedagógico” disponibilizado no site do Ministério do Esporte.

A demanda provocada, em termos de orientação e análise dos planejamentos pedagógicos do Projeto Legado Social Esportivo foi considerada exitosa, apesar das dificuldades elencadas anteriormente, porém, a equipe CGEPEL defende a criação e consideração de cronogramas de trabalho pelo DEDAP/SNELIS.

Cabe salientar ainda que durante o ano de 2013 os processos de orientação pedagógica, oriundos do Projeto Legado Social Esportivo e de Lazer nas Cidades-Sede e Regiões Metropolitanas da Copa do Mundo 2014, do PELC e do Programa Vida Saudável foram recepcionados e tratados inicialmente pelo DEDAP.

1.8 Renovações

Em 2013, não houve renovações de convênios ou termos de cooperação, cuja justificativa repousa no fato de que, para que esse processo seja efetivado, a iniciativa deve partir do setor responsável pelo acompanhamento gerencial, a Coordenação Geral de Acompanhamento Operacional de Convênios – CGAO. A partir daí, a Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas de Esporte e Lazer – CGEPEL analisa o aspecto pedagógico da parceira anterior e juntamente com a CGAO decide pela renovação ou não do convênio ou termo de cooperação.

II. RELATÓRIO GERAL DA PARCERIA COM A UFMG

No ano de 2013, o trabalho em conjunto com a UFMG foi planejado a partir de 4 principais ações:

- a) planejamento, execução e avaliação da proposta de formação dos agentes sociais de lazer em cada um dos convênios assinados com a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social;
- b) Realização de 4 encontros de formação para os bolsistas formadores e Coordenadores Regionais e a realização de estratégias on line a partir da Plataforma do Projeto na UFMG;
- c) Organização e Publicação de um livro sobre a experiência com o processo de Formação no Programa Esporte e Lazer da Cidade;
- d) Planejamento de ações de Educação à Distância para gestores e para sujeitos que atuam em convênios do PELC.

2.1 Planejamento, execução e avaliação da proposta de formação dos agentes sociais de lazer:

➤ Equipes Gestora, Colaboradora e de Apoio

Para o desenvolvimento do projeto de formação dos agentes sociais nas instituições conveniadas existe uma equipe gestora, uma equipe colaboradora de bolsistas formadores e uma equipe de apoio ao Ministério do Esporte. O total de número de bolsistas formadores é 21, mais 3 coordenadores

regionais, 3 Consultores e 5 Orientadores Pedagógicos (apoio a trabalho do Ministério,) totalizando 32 bolsistas.

A equipe gestora é constituída por profissionais vinculados à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que fazem o planejamento, seleção da equipe colaboradora, controle de distribuição, acompanhamento dos processos de formação e de avaliação em cada núcleo. Essa equipe é responsável por solicitar e receber as programações e os relatórios das equipes colaboradoras e encaminhar à SNELIS. Além disso, é responsável pela organização, desenvolvimento e avaliação das reuniões semestrais de formação dos bolsistas formadores.

A equipe gestora é composta por 1 coordenador geral, 1 coordenador de formação para PELC Urbano, 1 coordenador de formação para o PELC Povos e Comunidades Tradicionais, 1 coordenador de formação para o Vida Saudável, 1 coordenador da Educação à Distância, dois supervisores, dois assistentes administrativos e um suporte para a plataforma *on line*.

Com relação às equipes colaboradoras, estas são constituídas por bolsistas (formadores e consultores regionais), com formação no nível de Pós-Graduação e/ou alunos dos Programas de Pós-Graduação de áreas afins ao esporte recreativo e de lazer. As equipes colaboradoras serão constituídas por regiões e tem um coordenador geral e mais um número de bolsistas. A participação das equipes colaboradoras tem como meta atender as demandas da equipe gestora em relação aos convênios de formação, tanto presencial como virtual.

Para cada bolsista formador é atribuído o acompanhamento de uma média de 8 convênios, que realizam 3 processos de formação (introdutório, avaliação I e avaliação II), o que totaliza 24 formações, portanto uma média de 1 formação por mês. No entanto, esse número é ampliado ou reduzido de acordo com a distribuição regional das formações frente à demanda do Ministério do Esporte.

Os bolsistas formadores devem estabelecer um contato direto com as entidades onde desenvolveram a formação, realizando um acompanhamento pedagógico e auxiliando em todos os aspectos referentes à formação introdutória e de avaliação I e II, bem como auxiliando, caso seja solicitado, na formação em serviço. Portanto, o bolsista deve realizar as ações de formação dos módulos introdutório e de avaliação I e II. Antes da realização do módulo introdutório, o formador faz um estudo da realidade por meio dos documentos enviados pelo Ministério do Esporte, bem como a partir do contato com os técnicos da SNELIS e com os coordenadores do Convênio. Em seguida entrega a UFMG a proposta de Programação, que é avaliada e discutida com a equipe gestora na UFMG. Por fim, o formador entrega o relatório de atividades, após 20 dias de sua realização.

As equipes colaboradoras participam obrigatoriamente de eventos de formação realizados pela UFMG e, se necessário, pelo Ministério do Esporte, em datas previamente agendadas e informadas. Além disso, participam, na medida do possível, das ações *on line* propostas pela equipe gestora e pelo próprio grupo de formadores.

As ações são agendadas previamente com os bolsistas formadores envolvidos e serão priorizados em cada convênio os bolsistas da região. Tanto a equipe gestora como a equipe colaboradora recebe uma bolsa mensal para o desenvolvimento das ações.

Os formadores foram convidados a participar como autores de capítulos do livro sobre a formação no PELC, de acordo com a vinculação das temáticas propostas pela SNELIS e pela UFMG.

Com relação aos consultores regionais, foi, inicialmente, atribuída uma média de 7 visitas mensais, de 2 dias cada, que envolvem o acompanhamento dos convênios e da formação. No entanto, esse número foi reduzido, em função do número de convênios vigentes no ano de 2013. Os consultores receberam uma bolsa mensal para o desenvolvimento das ações, em cumprindo com suas obrigações.

A equipe de apoio ao Ministério do Esporte é constituída por bolsistas, preferencialmente com formação no nível de Pós-Graduação e/ou aluno dos Programas de Pós-Graduação de áreas afins ao esporte recreativo e de lazer. Foram selecionados 3 consultores e 5 orientadores pedagógicos para auxiliar no trabalho desenvolvido pelo Ministério do Esporte.

➤ **Desenvolvimento do Trabalho**

Conforme já destacado, a proposta de formação obedece a seguinte organização: Módulo Introdutório de 32 horas, até 4 meses do início do convênio; Módulo de Formação em Serviço, realizado pela entidade conveniente junto ao PELC, através de diferentes ações, durante o período de vigência do convênio; e Módulo de Avaliação, realizado em duas etapas, uma no meio (11º. mês) e outra no final (17º. mês) de execução do convênio. O bolsista formador desenvolve os módulos introdutório e de avaliação e acompanha o processo de formação em serviço da entidade que fica responsável pelo processo.

As entidades que recebem a formação são responsáveis pelo pagamento, com os recursos já previstos no convênio, das passagens, diárias e alimentação dos bolsistas. Atendendo o princípio da economicidade, a Universidade, encaminha bolsistas que residem na região onde acontece a formação, exceto nos casos em que isto não for possível.

Para o módulo introdutório são selecionados os seguintes conteúdos: 1) Apresentação do PELC: princípios, diretrizes, características, atividades; 2) Concepções e significados de esporte, lazer, cultura, políticas públicas, animação sociocultural; 3) Diversidade de conteúdos culturais vivenciados no lazer; 4) conhecimento sobre as fases da vida e as pessoas deficientes e com necessidades especiais; 5) Espaços para o lazer: campo e cidade; 6) Planejamento participativo de ações de esporte e lazer; 7) Subsídios para a construção de metodologias e instrumentos de avaliação⁹.

No que se refere ao módulo de formação em serviço, os conteúdos são organizados de acordo com a demanda da entidade conveniada e desenvolvida com o auxílio das equipes gestora e colaboradora.

Os conteúdos a ser desenvolvidos no módulo de avaliação são: 1) Avaliação: conceitos, significados, acompanhamento, monitoramento, fiscalização; 2) conceitos de qualidade social e política social; 3) Avaliação do Programa: limites e avanços de acordo com os princípios, diretrizes e características; 4) Avaliação dos conteúdos desenvolvidos no Programa; 5) Avaliação do atendimento das diferentes fases da vida e das pessoas com deficiência e com necessidades especiais; 6) Avaliação da utilização dos espaços, tendo em vista sua ressignificação; 7) Avaliação da Política Pública: planejamento participativo, gestão, mobilização da comunidade; 6) Elaboração do relatório final do convênio¹⁰.

9 <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/Formadores.jsp>

10 <http://www.esporte.gov.br/sndel/esportelazer/Formadores.jsp>

A partir do desenvolvimento desses conteúdos básicos, podem ser abordadas outras temáticas, conforme a especificidade de cada convênio (PELC Núcleos, Vida Saudável e Povos e Comunidades Tradicionais).

Esses conteúdos são desenvolvidos a partir de várias estratégias: 1) visita monitorada aos locais de realização das atividades; 2) construção de oficinas envolvendo a comunidade participante; 3) exposições orais; 4) trabalhos em grupo; 5) vivências dos conteúdos abordados; 6) exposição de filmes e documentários relacionados a temas problematizadores da realidade local; 7) leituras e produção de textos (individual e coletivo); 8) estudos de caso; 9) reuniões de planejamento de oficinas sistemáticas e assistemáticas; 10) reuniões para organização de relatórios; 11) vídeo-conferência¹¹.

Ao final da realização de cada formação o bolsista formador deve entregar, em no máximo 20 dias, um relatório redigido a partir do formato básico proposto pela equipe gestora do projeto.

A avaliação acontece durante todo o processo e se realizará a partir das seguintes ações: 1) Aplicação de instrumentos de avaliação com gestores e agentes sociais de esporte e lazer, durante a realização das formações; 2) Entrega de Relatórios de formação construídos pelos Bolsistas Formadores; 3) Aplicação de instrumentos de avaliação do projeto com os Bolsistas Formadores; 4) Reuniões de Planejamento e avaliação nas formações de Formadores e 5) Reuniões da Equipe Gestora com a SNElIS.

2.2 Realização de 4 Encontros de Formação de Bolsistas Formadores, Consultores Regionais e Consultores

Ao longo do desenvolvimento do projeto, estão previstas quatro ações para capacitação de Formadores e Coordenadores Regionais. No ano de 2013 foi realizado 01 dos eventos e para 2014 já estão previstos outros 3 encontros. É obrigatória a participação de todos os membros das equipes gestora e colaboradora durante a realização dos eventos. A formação de bolsistas tem como objetivo qualificar o grupo que desenvolverá as ações e seu foco será a discussão de temáticas relativas ao PELC e trabalhadas nos módulos; o planejamento coletivo de ações; a avaliação das atividades de formação, bem como o desenvolvimento de temas que emergirão da própria ação em campo.

Os eventos acontecem em cidades previamente agendadas, no período de 3 dias e contará com a participação de 10 convidados externos, para auxiliar na qualificação do debate sobre as questões propostas. O planejamento das ações conta com a participação das equipes gestoras e colaboradoras, a partir do envolvimento dos consultores regionais.

As estratégias utilizadas no evento são: conferências, mesas-redondas, painel de debates, oficinas, relatos de experiências, reuniões de planejamento e avaliação, atividades culturais. Toda logística de organização dos eventos fica sob a responsabilidade da equipe gestora da UFMG.

Além dos eventos de formação presenciais, o Projeto tem uma Plataforma no site da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG para a realização de atividades *on line* (fórum, videoconferências, chats com convidados externos e internos, publicação de materiais utilizados, dentre outras). A ideia é de dar continuidade às ações, por isso às atividades tem um caráter permanente e a plataforma é cotidianamente alimentada com novas informações postadas pela equipe gestora, colaboradora e pelos membros da SNElIS. As videoconferências acontecem

¹¹ <http://www.esporte.gov.br/snelis/esportelazer/default.jsp>

periodicamente, de acordo com temáticas propostas apresentadas pelos participantes dos projetos e contam com a participação de convidados para contribuir com o debate.

2.3 Organização e publicação de um livro sobre a formação no Programa Esporte e Lazer da Cidade, com a tiragem de 2000 exemplares: Formação de Agentes Sociais de Esporte e Lazer: A Experiência do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)

2.4 Planejamento de ações de Educação à Distância para gestores e para sujeitos que atuam em convênios do PELC:

Dentre as ações previstas pelo Programa Esporte e Lazer da Cidade do Ministério do Esporte estão elencados os processos de qualificação/formação que demandam programas que sejam contemplados em larga escala utilizando metodologias apropriadas às suas metas. Portanto, no ano de 2013 fizemos o planejamento e apresentamos uma proposta de ações de Educação à Distância que deverão iniciar no ano de 2014.

2.4.1 Objetivo Geral:

Conceber e desenvolver uma ferramenta efetiva para a Educação Permanente, para formação em larga escala dos profissionais vinculados aos Programas Esporte e Lazer na Cidade (PELC) e Vida Saudável, utilizando metodologias de ensino a distância e de educação para adultos, passível de ser utilizada por diferentes instituições em diferentes contextos, de forma a contribuir para a qualificação dos profissionais envolvidos nos referidos programas em todo o território nacional.

2.4.2 Objetivos específicos:

- Desenvolver metodologias de ensino a distancia para profissionais do PELC e do Vida Saudável que permitam a formatação de diferentes cursos que possam se adequar a diferentes contextos.

2.4.3 Produto esperado:

- Abordagens e ferramentas metodológicas que possam ser utilizadas por diferentes instituições para a formulação de cursos e conteúdos didáticos voltados para a atenção básica, em diferentes formatos, desde módulos isolados até cursos de aperfeiçoamento e especialização.

2.5 Metodologia de desenvolvimento e execução:

É importante salientar que, que embora a UFMG e o Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais utilizem como ponto de partida a grande experiência acumulada em diferentes formatos de cursos já produzidos para a formação de profissionais de Lazer e Esporte, o desenvolvimento do aqui proposto não é a simples conversão de seus cursos presenciais em cursos à distância. Toda uma metodologia didática, envolvendo a organização de conteúdos, sua produção, sua integração e conversão para diferentes mídias será desenvolvida por profissionais e instituições altamente capacitadas.

O projeto de planejamento da proposta de capacitação para atender o Programa Esporte e Lazer da Cidade do Ministério do Esporte foi desenvolvido em duas etapas referentes ao planejamento e à organização da proposta.

2.5.1 Objetivos:

- Sistematizar, planejar, executar, monitorar e avaliar a formação dos agentes sociais de esporte e de lazer do Programas Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável, dando continuidade ao processo já desenvolvido desde 2010.

2.5.2 Objetivos Específicos:

- Planejar e sistematizar a formação de agentes sociais do PELC e do Vida Saudável e também de seus formadores;
- Constituir uma equipe de profissionais capacitados para realizar as formações nos núcleos do PELC e do Vida Saudável;
- Realizar encontros periódicos, presenciais e a distância, de formação com a equipe de bolsistas formadores;
- Realizar avaliações sistematizadas das programações e dos relatórios elaborados pelos formadores de cada formação realizada, monitorando os processos de formação e as avaliações realizadas nos núcleos do PELC e do Vida saudável distribuídos pelo Brasil;
- Elaborar pareceres sistemáticos endereçados ao Ministério do Esporte, mais especificamente à SNELIS;
- Avaliar, junto aos formadores e aos agentes sociais do PELC, e do Vida Saudável o impacto e a importância da formação no cotidiano de atuação dos mesmos;

Contribuir com o sistema de Monitoramento e Avaliação (MIMBOÉ) que está sendo construído para o PELC e para o Vida Saudável.

2.5.3 Resultados Alcançados (qualitativo e quantitativo):

2.5.3.1 Formação de Agentes Sociais:

Número de Formações realizadas no período: 45

Quantitativo de Estados Beneficiados: 19

Quantitativo de Participantes/Beneficiados: 1080 (Coordenadores, Coordenadores de Núcleo, Agentes Sociais e Outros).

Quantitativos por Tipologia do Núcleo: (29) Todas as Idades (10) Vida Saudável (01) Urbano e (05) Indígena.

Quantitativo por Módulos: (24) Introdutório (10) AV-I (11) AV-II (00) Avaliação I e II

2.5.3.2 Distribuição Regional:

➤ Região Norte

- Estado do Rondônia

Número de Formações: 01

Número de Beneficiados: 15

Total de Formação na Região: 01

Total de Participantes na região: 15

➤ **Região Nordeste**

- Estado do Maranhão
Número de Formações: 01
Número de Beneficiados: 21
- Estado do Piauí
Número de Formações: 03
Número de Beneficiados: 34
- Estado do Ceará
Número de Formações: 03
Número de Beneficiados: 108
- Estado do Rio Grande do Norte
Número de Formações: 03
Número de Beneficiados: 70
- Estado do Alagoas
Número de Formações: 01
Número de Beneficiados: 23
- Estado do Sergipe
Número de Formações: 01
Número de Beneficiados: 50
- Estado do Paraíba
Número de Formações: 02
Número de Beneficiados: 24
- Estado do Pernambuco
Número de Formações: 01
Número de Beneficiados: 100

Total de Formações na Região: 15 Total de Participantes na Região: 430

➤ **Região Centro-Oeste**

- Distrito Federal
Número de Formações: 01
Número de Beneficiados: 25
- Estado do Goiás
Número de Formações: 01
Número de Beneficiados: 30
- Estado do Mato Grosso
Número de Formações: 06
Número de Beneficiados: 86

- Estado do Mato Grosso do Sul
Número de Formações: 02
Número de Beneficiados: 54

Total de Formações na Região: 10

Total de Participantes na Região: 195

➤ **Região Sudeste**

- Estado do Rio de Janeiro
Número de Formações: 02
Número de Beneficiados: 50
- Estado de Minas Gerais
Número de Formações: 05
Número de Beneficiados: 149
- Estado de São Paulo
Número de Formações: 02
Número de Beneficiados: 50

Total de Formações na Região: 09

Total de Participantes na Região: 249

➤ **Região Sul**

- Estado do Rio Grande do Sul
Número de Formações: 08
Número de Beneficiados: 175
- Estado do Santa Catarina
Número de Formações: 01
Número de Beneficiados: 08
- Estado do Paraná
Número de Formações: 01
Número de Beneficiados: 08

Total de Formações na Região: 10

Total de Participantes na Região: 191

Os dados qualitativos alcançados constam no próximo item (**análise crítica**).

2.5.4 Análise crítica:

- O número de convênios firmados com os municípios foi inferior ao previsto e isso foi um limite do trabalho do projeto de formação, pois realizamos menos formações do que o esperado/planejado.
- O diálogo constante com os representantes do Ministério do Esporte e Equipe Gestora do ME, tem possibilitado a construção de ações coletivas e o enriquecimento do sistema de formação do PELC e do Vida Saudável.

- Em todas as oportunidades avaliativas do sistema de formação do PELC e do Vida Saudável, o grupo de pessoas envolvidas com os Programas vem destacando a importância do processo formativo estar sendo coordenado por uma Universidade, ressaltando ainda que a experiência da UFMG no campo do esporte recreativo e do lazer vem qualificando significativamente as ações.
- Embora a preparação e o acompanhamento contínuo das programações, dos relatórios e dos questionários gerem um trabalho adicional, essas estratégias têm sido consideradas válidas e importantes para qualificar tanto o sistema de formação do PELC e do Vida Saudável, como o trabalho cotidiano dos formadores, que vem sendo monitorado com proximidade.
- A constituição de um grupo com um número menor de formadores, selecionados por edital público, possibilitou um melhor acompanhamento por parte do ME, um envolvimento mais equitativo com as formações e uma maior aproximação entre os formadores.
- A regularidade de formações possibilitou um acúmulo de experiências e, conseqüentemente, um aprimoramento do trabalho realizado por cada formador.
- Mesmo com os avanços, a plataforma virtual ainda não atingiu os objetivos esperados, que ainda se concentram na troca de e-mails e na participação em fóruns e chats (com menor envolvimento). No entanto, iniciamos os trabalhos de videoconferências, estratégia que tem sido mais interessante do ponto de vista das trocas de experiências.
- Os encontros semestrais de formação de formadores tem se mostrado eficientes para a instrumentalização teórico-metodológica e para a troca de experiências e saberes entre todos os envolvidos no projeto de formação do PELC e do Vida Saudável.
- A pontualidade na entrega de programações e relatórios por parte dos formadores melhorou bastante, embora ainda aconteçam alguns atrasos. A equipe gestora tem discutido saídas para enfrentar esta dificuldade e para qualificar a elaboração dos documentos. Uma das estratégias foi a mudança no modelo de relatório adotado para o trabalho. Com essa mudança, em 2013, temos conseguido que os formadores entreguem com mais pontualidade os relatórios.
- Um ponto positivo para o planejamento/avaliação do sistema de formação do PELC e do Vida Saudável foi a elaboração de instrumentos específicos para a sistematização, monitoramento, avaliação e registro do trabalho realizado pelos formadores e Consultores Regionais.
- Contar com uma equipe de colaboradores (formadores e Consultores Regionais) de diferentes Estados brasileiros e vinculados a diferentes instituições tem nos ajudado a compreender melhor a realidade do PELC e do Vida Saudável nos variados contextos e grupos (indígenas, presídios, assentamentos, etc.).
- A troca de agentes em alguns convênios dificulta a continuidade e a qualidade do processo formativo, mas os formadores tentam lidar com esta situação quando ela acontece, no sentido de minimizar este tipo de dificuldade.
- A presença, pontualidade e a assiduidade de alguns participantes na formação é um desafio pendente para o PELC e do Vida Saudável, em alguns convênios.

- A demora na emissão de passagens para formadores e o descumprimento nas exigências necessárias para a realização adequada do processo de formação é, muitas vezes, um fator complicador. Para solucionar essa dificuldade, a partir do termo aditivo que está sendo negociado, os custos com emissão de passagens e diárias de formadores serão de responsabilidade da UFMG.
- É preciso pensar melhor em estratégias específicas para os convênios de longa tradição do PELC e do Vida Saudável.
- Um aspecto que precisa ser melhorado é o acompanhamento das formações pela equipe da UFMG. Temos a proposta de acompanhar 1 formação por mês, mas que foi prejudicada em função do atraso na disponibilização dos recursos para essa ação e pelo volume de reuniões em Brasília. No entanto, para o aditivo já temos algumas propostas para modificar o funcionamento dos acompanhamentos.
- A formação em serviço ainda é um elemento que depende, principalmente, da visão do Coordenador do Projeto. Em alguns convênios tem acontecido de maneira interessante e qualificada, mas na maioria se restringe a reuniões para resolução de problemas técnicos cotidianos.
- A formação dos gestores é um limite que destacamos, tendo em vista que seu papel é fundamental para os valores sobre o esporte e o tipo de ação que se pretende desenvolver nos convênios PELC e do Vida Saudável. O que percebemos é a predominância de visões que ainda reduzem o esporte e o lazer à mera ocupação do tempo dos sujeitos, seja para tirá-los das drogas, da violência ou simplesmente como um paliativo para entreter os sujeitos.

2.5.5 Desafios:

- Reorganização das funções da equipe de trabalho, reestruturando, principalmente, o trabalho dos formadores, consultores regionais (função que terá outro nome a partir de março de 2014) e equipe gestora da UFMG em consonância com a revisão de funções e atribuições da equipe CGEPEL – Coordenação Geral responsável pela parceria com a UFMG.
- Em convênio que as trocas de agentes são constantes, estabelecer estratégias para que os próprios convênios possam realizar a formação ao longo do processo.
- Estabelecer modelos diferenciados de formação para convênios novos e convênios que já têm outras experiências de execução e de formação.
- Ampliar o acompanhamento mensal das formações que não foi possível em função do atraso na disponibilização do recurso.
- Discutir e qualificar o modelo de formação adotado nos diferentes eixos do PELC (Urbano e Rural) e do Programa Vida Saudável.
- Estabelecer processos específicos de formação para os convênios do PELC (Urbano e Rural) e do Vida saudável.
- Finalizar organização do livro do Programa, que pode ser uma ferramenta de avaliação importante, na medida em que os relatos podem nos ajudar a pensar sobre o que fazemos e onde queremos chegar. Além disso, é um espaço de divulgação importante – tanto para a

política pública de esporte e lazer brasileira, quanto para países da América Latina, já que há a perspectiva de que o livro seja publicado também em espanhol.

- Necessidade de pensar formas de qualificar o módulo de formação em serviço, pois, como é uma atribuição do próprio convênio, muitos deles não vêm acontecendo com a qualidade esperada.
- Dar andamento ao termo aditivo que tem como — carro chefe do processo de Educação à Distância, com possibilidades de formação para todos os sujeitos que atuam nos Programas.
- A formação de gestores é outro desafio para o Programa que já sinaliza para possibilidades de estabelecermos processos de educação a distância, tendo em vista a relevância de colaborar com a qualificação de gestores do PELC e do Vida Saudável e também de gestores que atuam com diferentes políticas públicas de esporte e lazer no Brasil.

III. REORGANIZAÇÃO DO SETOR

3.1 Organograma com funções e atribuições da equipe CGEPEL - Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas de Esporte e Lazer

Inicialmente a coordenação era denominada CGPES – Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas. Atualmente a nomenclatura é CGEPEL – Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas de Esporte e Lazer.

Ao longo de 2013, o esforço assumido pela direção do Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – DEDAP e pela CGEPEL foi de estruturar a equipe de trabalho que trata do planejamento, acompanhamento e avaliação das ações de esporte e lazer do Ministério do Esporte (especialmente dos Programas PELC e Vida Saudável).

Cabe salientar ainda que, durante o ano de 2013, os processos de orientação pedagógica oriundos do Projeto Legado Social Esportivo e de Lazer nas Cidades-Sede e Regiões Metropolitanas da Copa do Mundo 2014 e das Emendas Parlamentares do Programa de Esporte e Lazer da Cidade e Programa Vida Saudável foram recepcionados e tratados inicialmente pelo DEDAP/CGEPEL.

No último trimestre de 2013, houve um crescimento significativo das demandas da CGEPEL. O atendimento dessas ações foi possível devido ao aumento substancial da equipe no período mencionado.

IV. Rede CEDES

A Rede CEDES - Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer - foi implantada como ação programática do Ministério do Esporte, gerenciada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da Secretaria Nacional de Esporte, Lazer - SNDEL.

Neste contexto, foram estabelecidos como objetivos para Rede, produzir pesquisas induzidas e semi-induzidas, visando maximizar o acesso ao conhecimento científico e tecnológico nas áreas da gestão do esporte recreativo e do lazer, bem como difundir os resultados dos estudos e pesquisas realizados pela Rede CEDES.

Historicamente a Rede CEDES fomenta estratégias de ações tais como os Centros de memória e museus; apoio a periódicos brasileiros que registram, difundem e compartilham publicamente (por meio impresso e digital) o conhecimento construído nas áreas de Educação Física, do Esporte e do Lazer; produção e difusão de publicações; Repositório Vitor Marinho que se constitui por um espaço para preservação da produção da Rede CEDES, implantado pelo Núcleo da Rede na Universidade Federal de Santa Catarina (arquivamento, discussão, acesso, democratização e publicização das pesquisas e publicações dos seus pesquisadores) dentre outras ações interligadas com o cenário esportivo e de lazer.

Tendo em vista as ações desenvolvidas, cabe registrar que a Rede viveu momentos importantes em sua trajetória dos quais podemos citar a parceria com instituições públicas brasileiras para apoio a pesquisas voltadas ao esporte recreativo e ao lazer; seguido da ampliação de parcerias com grupos de estudos de Instituições de Ensino Superior particulares sem fins lucrativos e a criação em 2007, do primeiro Edital Público para seleção de projetos de apoio a pesquisas de esporte e lazer.

Outro momento importante que cabe destaque se deu pela nova configuração do Ministério do Esporte, com a fusão de duas secretarias nacionais - de Esporte Educacional - SNEED e de Esporte e de Lazer - SNDEL -, que resultou na Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNEELIS, que agrega o Departamento de Desenvolvimento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – DEDAP onde a Rede está atualmente institucionalizada.

Diante das fragilidades vivenciadas no exercício de 2011 e 2012, período de reestruturação vivido pelo ME/SNEELIS, representantes de pesquisadores foram recebidos pela Secretaria Executiva a fim de repensar e reorganizar a estrutura da Rede com o objetivo de valorizá-la para que esta atinja um grau superior dentro do Ministério.

Na oportunidade foram elencadas pelos pesquisadores algumas preocupações: a falta de estrutura para o funcionamento dos Núcleos da Rede, indefinição de autoridade institucional que responderia pelo Programa, e principalmente o pagamento parcial dos projetos aprovados na Chamada Pública nº 01/2011. Dessa forma, acordou-se como meta para o exercício de 2013 a realização do Seminário Nacional da Rede CEDES.

Realizado em 2013, o “Seminário Nacional da Rede CEDES: 10 anos de produção” teve por objetivo apontar caminhos para as políticas de investimento no campo da pesquisa através da Rede, bem como analisar os desafios estratégicos voltados para a qualificação das políticas públicas de esporte e lazer.

Com vistas ao fortalecimento da Rede, o Ministério por intermédio do DEDAP definiu algumas ações, metas e desafios a serem executados no exercício de 2014 que tem relação ao estabelecido no Documento resultante do Seminário.

A primeira ação executada em 2013 foi a formalização de termo de cooperação assinado entre o Ministério do Esporte e o CNPq com objetivo de ampliar a qualificação das pesquisas a serem feitas pela Rede, que resultou em outubro de 2013, na Chamada ME/CNPq Nº 091/2013 - Seleção pública de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, voltados para o desenvolvimento do Esporte em suas diferentes dimensões.

Essa Chamada teve por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visam contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do país. E como objetivos específicos:

- a) Estimular a produção e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e de inovação relacionados à área do Esporte em todas as suas dimensões;
- b) Incentivar a constituição e desenvolvimento de grupos de pesquisa;
- c) Estimular o desenvolvimento, aplicação e transferência de metodologias e tecnologias inovadoras voltadas ao esporte como instrumento de desenvolvimento social;
- d) Apoiar projetos de pesquisa voltados ao acompanhamento e à avaliação das políticas públicas de Esporte;
- e) Estudar o impacto da realização dos megaeventos esportivos na perspectiva da compreensão do legado social, educacional e econômico;
- f) Contribuir para o avanço científico, tecnológico e de inovação do Esporte nacional.

Para tanto, foram estabelecidas as seguintes linhas de pesquisa:

Linha 1 - Legados dos Megaeventos Esportivos

Linha 2 - Políticas Públicas e Gestão no Esporte e Lazer

Linha 3 - Esporte de Alto Rendimento

Linha 4 - Esporte, Lazer e Desenvolvimento Social

Linha 5 - Equipamentos para Esporte e Lazer

Linha 6 - Saúde e Medicina Esportiva

V. **Resultado da Chamada ME/CNPq N° 091/2013**

Apresenta-se na tabela abaixo o resultado da Chamada ME/CNPq n° 091/2013 por linha de pesquisa e região:

Tabela – Resultado Chamada ME/CNPq n° 091/2013 – Por linha de pesquisa e região

Linhas de Pesquisa	Propostas Aprovadas	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro Oeste	Sul
Linha 1	10	-	3	6	1	-
Linha 2	21	-	5	10	2	4
Linha 3	7	-	1	5	-	1
Linha 4	10	-	1	4	1	4
Linha 5	9	-	1	4	1	3
Linha 6	8	-	-	6	-	2

Fonte: CNPq

Em relação aos resultados, ressaltam-se os seguintes pontos:

No que se refere à análise do número de propostas aprovadas por linha de pesquisa, nota-se que as relacionadas com a temática do Esporte Recreativo e do Lazer, representadas pelas linhas 1, 2, 4 e 5 obtiveram número significativo de propostas aprovadas. Que nos remete ao objetivo da Rede CEDES de apoiar a produção de pesquisas visando maximizar o acesso ao conhecimento científico e tecnológico nas áreas da gestão do esporte recreativo e do lazer.

Quanto à análise de propostas aprovadas por região, verifica-se ausência de projetos classificados na região Norte, o que representa um dos desafios já traçados pela atual gestão constante nas estratégias de difusão e aplicação do conhecimento produzido junto às Gestões Públicas de Esporte e Lazer.

A segunda ação executada também em 2013 diz respeito à definição de uma coordenação responsável pela Rede - Coordenação Geral de Estudos e Pesquisa, sendo a Coordenação Geral de Acompanhamentos de Convênio responsável pelo acompanhamento operacional dos Convênios/Termos de Cooperação vigentes.

Diante desta nova configuração foram elencadas as seguintes metas para 2014:

- 1- Fortalecer o Repositório Vitor Marinho;
- 2- Qualificar os Centros de Desenvolvimento de pesquisas da Rede CEDES;
- 3- Realizar Seminário anual de pesquisadores da Rede;
- 4- Implementar o Sistema de Monitoramento das pesquisas ligadas à Rede para difusão e qualificação nas gestões de Políticas Públicas de Esporte e Lazer;
- 5- Construir uma Política de difusão do conhecimento (Criação de Conselho Editorial de Publicações da Rede CEDES, ação cooperativa com revistas periódicos da área).

Neste sentido, a SNELIS assume a responsabilidade tendo claro que enfrentará desafios tais como:

- 1- Ampliar o financiamento de pesquisas via parceria com CNPq e SESu/MEC;
- 2- Consolidar o funcionamento em Rede dos pesquisadores e pesquisas da Rede CEDES;
- 3- Aprofundar estratégias de difusão e aplicação do conhecimento produzido junto às Gestões Públicas de Esporte e Lazer.

VI. ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL - MINISTÉRIO DO ESPORTE E MINISTÉRIO DA SAÚDE

O Ministério do Esporte tem como desafio buscar a construção de ações intersetoriais nas políticas públicas para o país. Ao acreditar no esporte e no lazer como temas transversais que podem contribuir com as demais políticas, o Ministério apresenta propostas de ações concretas visando à implantação de programas e de projetos articulados com o Ministério da Saúde.

A elaboração do Plano Plurianual - **PPA 2012-2015**, regulamentado pelo Decreto nº 56.679 de 20 de janeiro de 2011, pressupõe uma nova relação com os instrumentos da ação governamental e uma nova forma de comunicação com os atores envolvidos na implementação e com a sociedade.

5.1 No que tange ao Ministério do Esporte:

Objetivo 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.

- **Meta associada 1:** Criar projetos de esporte e de atividade física que contribuam com a promoção da saúde e da qualidade de vida da população, com atenção especial aos idosos nos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer – por meio do Programa Vida Saudável, nas 27 capitais e 553 municípios.
- **Meta associada 2:** Desenvolver ações que garantam a implementação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social, por meio do Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC, nas 27 capitais e 553 municípios.
- **Meta associada 3:** Incluir, nas diretrizes dos projetos de esporte, lazer e atividade física, a equidade de gênero.

Iniciativas:

- Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer;
- Implantação de espaços e equipamentos de esporte e lazer, garantindo políticas de acessibilidade, gestão e manutenção da infraestrutura (praças da Juventude, academias ao ar livre, quadras, ginásio).

5.2 No que tange ao Ministério da Saúde:

Objetivo 0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

- Meta associada 1: implementar as academias de saúde, chegando a 4000 academias em 2015.

Iniciativas:

- Fortalecimento da promoção da Saúde.

O Ministério do Esporte encontrou no Ministério da Saúde um grande interlocutor para o desenvolvimento das ações do PELC e Vida Saudável com o Programa Academia da Saúde.

A articulação intersetorial implica mais do que ofertas de serviços num mesmo território; o principal ponto de convergência entre os objetivos é a promoção da saúde, entendida como uma tomada de consciência da comunidade no que tange à melhoria de sua saúde, qualidade de vida e bem-estar global. Nesse sentido, promoção de saúde articula-se imediatamente ao objetivo geral do PELC, na medida em que esse programa prevê que os participantes tomem como própria a sua condição de cidadão. Destarte, a tomada de consciência de que o lazer e a saúde – bem como a latente articulação entre ambos – são direitos sociais fundamentais parece ser o norte dos programas.

Somam-se ao ponto de convergência inicial, os caracteres adjacentes como: bem-estar físico, mental e social; concepção “vitalista” de saúde; qualidade de vida; autonomia; cooperação/ integração comunitária.

Em 2013 foram realizadas algumas reuniões envolvendo representantes de ambos os ministérios, com o intuito de discutir as possibilidades de parceria e promover a “animação de equipamentos públicos”, ou seja, a implantação e desenvolvimento dos Programas PELC ou Vida Saudável nas estruturas pertencentes às Academias da Saúde.

A articulação irá prever a construção de pólos da Academia da Saúde, com a infraestrutura já delineada pelo Ministério da Saúde, que serão adotados como núcleos dos Programas Esporte e Lazer da Cidade ou Vida Saudável. Sugere-se, ainda, que as atividades possam ser descentralizadas para subnúcleos, tal qual prevêem as diretrizes dos programas do Ministério do Esporte (não haverá recursos para a construção de subnúcleos que serão, portanto, espaços pré-existentis a serem ressignificados e incorporados à proposta para a realização de atividades não contempladas no espaço da academia).

A divisão de responsabilidades entre o Ministério do Esporte e Ministério da Saúde encontra-se estabelecida na tabela abaixo:

Tabela – Parceria ME x MS - Atribuições

MINISTÉRIO DA SAÚDE	MINISTÉRIO DO ESPORTE
Infraestrutura dos pólos/ núcleos: construção das academias para o desenvolvimento das atividades sistemáticas.	Material esportivo: o Ministério disponibilizará <i>kits</i> de materiais esportivos e recreativos, como bolas, redes, petecas, cordas, jogos, dentre outros.
Investimentos em recursos humanos: remuneração dos profissionais que trabalharão nos espaços.	Formação Modular e à Distância (via UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais) para os profissionais que trabalharão nas academias.
Material de consumo: repasse para as convenientes para a compra de materiais a serem utilizados nas atividades e nos eventos.	Monitoramento e avaliação: monitoramento gerencial e avaliação de impactos, com visitas <i>in loco</i> pelos Consultores Regionais do PELC e do Vida Saudável.
Acompanhamento e Monitoramento: ambos os Ministérios	

Fonte: Levantamento CGEPEL

5.3 Desafios

A intersetorialidade deve ser entendida como um modelo de gestão que tem como valor fundamental a oferta aos serviços públicos e acesso a direitos sociais.

A capacidade de uma ação intersetorial está na efetividade de ações coordenadas e na coesão entre diferentes setores. Diante disso, faz-se necessário promover discussões que compreendam os seguintes pontos:

- Fomentar debates verdadeiramente inclusivos que envolvam as instituições intersetoriais;
- Revisar e reestruturar o calendário de metas previamente definidas;
- Efetivar Termo de Cooperação entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Saúde;
- Promover a adesão dos municípios aptos e interessados na implantação e desenvolvimento das ações dos programas PELC ou Vida Saudável, vinculados ao Ministério da Saúde, via Programa Academia da Saúde;
- Realizar eventos e campanhas temáticas;
- Promover a formação de agentes sociais oriundos de áreas afins ao lazer, ao esporte e à saúde;
- Promover o acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas nesta parceria de forma contínua.

Tabela 01 Relação de Núcleos x Densidade Populacional (Anexo 03)

Relação de Núcleos x Densidade Populacional			
Diretrizes 2012		Diretrizes 2013	
Número de Habitantes	Quantidade de Núcleos	Número de Habitantes	Quantidade de Núcleos
Até 50.000	01	Até 50.000	01 a 03
50.001 a 100.000	02	50.001 a 199.000	04 a 06
100.001 a 150.000	03	Mais de 199.001	07 a 10
150.001 a 200.000	04		
Mais de 200.001	05		

Fonte: Diretrizes dos Programas – 2012 / 2013

Tabela 02 - Kit de Material Esportivo – Núcleo Urbano (Anexo 03)

Nº	Descrição do material	Quantitativo/Núcleo
1	Bola de Basquete adulto	12
2	Bola de Basquete Infantil	12
3	Bola de Futebol de Campo Adulto	20
4	Bola de Futebol de Campo Infantil	20
5	Bola de Futebol de Salão Adulto	12
6	Bola de Futebol de Salão Infantil/mirim	12
7	Bola de Handebol Adulto	12
8	Bola de Handebol Infantil	12
9	Bola de Vôlei – Oficial	12
10	Bola de Vôlei – Oficial Infantil	12
11	Bola para Recreação de Borracha	20
12	Cone Médio	20
13	Cone Grande	20
14	Rede de Basquete	2
15	Rede de Futebol de Campo	2
16	Rede de Futebol de Salão/Handebol	2
17	Rede de Vôlei	2
18	Bambolê	30
19	Peteca	20
20	Jogos de dominó	30
21	Bomba de encher bola	4
22	Bico para bomba de encher bola	16
23	Colete esportivo de Identificação (Jg com 12 peças)	8
24	Saco para transportar material esportivo	4
25	Apito para arbitragem de plástico com cordão	8
26	Corda de pular coletiva c/ manoplas	4
27	Corda de pular Individual c/ manoplas	30
28	Jogo de taco de madeira c/ bolinha de borracha	2
29	Jogos de frescobol	2
30	Kit mini-traves de futebol	2

Fonte: Diretrizes do PELC / 2013

Tabela 03 - Kit de Material Esportivo – Núcleo Povos e Comunidades Tradicionais
(Anexo 03)

NÚCLEOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS		
Nº	Descrição do material	Quantitativo/Núcleo
1	Bola de Basquete adulto	6
2	Bola de Basquete Infantil	6
3	Bola de Futebol de Campo Adulto	10
4	Bola de Futebol de Campo Infantil	10
5	Bola de Futebol de Salão Adulto	6
6	Bola de Futebol de Salão Infantil/mirim	6
7	Bola de Handebol Adulto	6
8	Bola de Handebol Infantil	6
9	Bola de Vôlei – Oficial	6
10	Bola de Vôlei – Oficial Infantil	6
11	Bola para Recreação de Borracha	10
12	Cone Médio	10
13	Cone Grande	10
14	Rede de Basquete	1
15	Rede de Futebol de Campo	1
16	Rede de Futebol de Salão/Handebol	1
17	Rede de Vôlei	1
18	Bambolê	15
19	Peteca	10
20	Jogos de dominó	15
21	Bomba de encher bola	2
22	Bico para bomba de encher bola	8
23	Colete esportivo de Identificação (Jg com 12 peças)	4
24	Saco para transportar material esportivo	2
25	Apito para arbitragem de plástico com cordão	4
26	Corda de pular coletiva c/ manoplas	2
27	Corda de pular Individual c/ manoplas	15
28	Jogo de taco de madeira c/ bolinha de borracha	1
29	Jogos de frescobol	1
30	Kit mini-traves de futebol	1

Fonte: Diretrizes do PELC / 2013

Tabela 04 - Kit de Material Esportivo – Programa Vida Saudável (Anexo 03)

VIDA SAUDÁVEL		
Nº	Descrição do material	Quantitativo/Núcleo
1	Bola de Basquete Adulto	06
2	Bola de Basquete Infantil	06
3	Bola de Futebol de Campo Adulto	10
4	Bola de Futebol de Campo Infantil	10
5	Bola de Futebol de Salão Adulto	06
6	Bola de Futebol de Salão Infantil	06
7	Bola de Vôlei Oficial	06
8	Bola de Vôlei Oficial - Infantil	06
9	Bola de Handebol Adulto	06
10	Bola de Handebol Infantil	06
11	Bola para Recreação de borracha	10
12	Cone Grande	10
13	Cone Médio	10
14	Rede de Basquete	01
15	Rede de Futebol de Campo	01
16	Rede de Futebol de Salão/Handebol	01
17	Rede de Vôlei	01
18	Bambolê	15
19	Peteca	10
20	Jogos de dominó	15
21	Bomba de encher bola	02
22	Bico para bomba de encher bola	08
23	Colete para Identificação c/ 12 unidades	04
24	Saco para transportar material esportivo	02
25	Apito para Arbitragem	04
26	Corda de pular coletiva c/ manoplas	02
27	Corda de pular Individual c/ manoplas	15
28	Jogo de taco de madeira c/ bolinha de borracha	01
29	Jogos de frescobol	01
30	Kit mini-traves de futebol	01

Fonte: Diretrizes do Programa Vida Saudável / 2013

Tabela 05 - Planejamento Pedagógico – PP (Anexo 03)

1 - Informação do Tipo de Núcleo					
☐ Núcleo urbano					
☐ Núcleo para os Povos e Comunidade Tradicionais – Povos Indígenas, Quilombolas, Populações Ribeirinhas, Populações Rurais, as Comunidades de Terreiro, os Extrativistas, os Ribeirinhos, os Caboclos, os Pescadores Artesanais, Kalungas, os Pomeranos, Faxinalenses, as Comunidades de Fundos, Ciganos, Geraizeiros, Vazanteiros, Pantaneiros e demais sujeitos sociais emergentes, cujas identidades coletivas se fundamentam em direitos territoriais e numa autoconsciência cultural.					
2 - Informe a cidade onde o programa será implementado					
UF:		Município:		Habitantes:	
3 - Identificação da Entidade Proponente					
CNPJ da Entidade:					
Endereço da Entidade:					
Complemento:		CEP:			
DDD (Telefone):					
DDD (Fax):					
DDD (Cel):					
Dirigente: (Prefeito (a), Reitor (a))					
E-mail do dirigente: (Informe apenas um)					
RG Dirigente:		Órgão expedidor:			
CPF Dirigente:					
4 – Responsável Técnico pelo Projeto					
Nome completo:					
E-mail: (Informe apenas um)					
Endereço:					
Complemento:		CEP:			
Município:		UF:			
DDD (Telefone):		Telefone:			
DDD (Fax):		Fax:			
DDD (Cel):		Celular:			
5 - Entidade de Controle Social					
Definir uma entidade, que será a responsável pelo acompanhamento das atividades do Projeto. A indicação da Entidade de Controle Social deve obedecer a vários critérios. Dessa forma é indispensável seguir as orientações que estão presentes nas Diretrizes.					
Entidade:					
Endereço:					
Complemento:		CEP:			
Município:		UF:			
DDD(Telefone):		Telefone:			
DDD(Fax):		Fax:			

DDD(Cel):		Celular:	
E-mail: (Informe apenas um)			
Dirigente/Representante:			
Descreva qual a proposta de acompanhamento das ações do Programa pela Entidade de Controle Social:			

6 - Histórico da Entidade Proponente

Apresentar a entidade que será responsável pela implantação do PELC informando aspectos relevantes: existência de Secretaria de Esporte ou área a fim, experiências em projetos sociais já executados ou em execução, destacando aqueles voltados para o esporte e o lazer de caráter comunitário. Informar caso haja experiência(s) com o PELC.

6.1 – Convênios Anteriores. Caso a entidade já tenha sido conveniada PELC ou Vida Saudável solicitamos um breve relato como foram as experiências antigas com o PELC(Pontos positivos , dificuldades e impactos)

A Entidade já teve convênios com o PELC?	()	SIM	()	NÃO	Quantos?	

Nº dos Convênios:

7 - Características da Localidade

Fornecer breve descrição sobre a área geográfica em que o programa estará inserido: características demográficas, socioeconômicas, ambientais e culturais, IDH da população do município, considerar os dados do IBGE.

8 - Justificativa

Refere-se ao convencimento da implementação de núcleos de esporte recreativo e lazer a serem pretendidos com a execução do projeto, que reverterá em benefícios tanto para o público como para a instituição como um todo. É necessário apresentar de modo claro a importância deste programa para a entidade, respondendo basicamente a questão “**Por que planeja-se este projeto?**”

9 – Objetivo Geral da Proposta para Implantação de Núcleos de esporte recreativo e de lazer

O objetivo geral é o alvo de maior abrangência, especificando com clareza o que se pretende atingir ao final da realização deste projeto, ou seja, o que se deseja alcançar. A formulação dos objetivos deve estar orientada para o resultado que se pretende chegar ao final do projeto. Respondendo à pergunta: “**Para que?**”.

10 – Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são alvos concretos que se busca alcançar no âmbito do projeto. Portanto, cada objetivo específico deve ter uma clara correspondência com os resultados esperados. Os objetivos específicos respondem à pergunta: “**O que o projeto deseja alcançar?**”

11- Cadastro de Entidade Parceiras (informar os parceiros existentes especificando sua relação e contribuição com o Programa)

1 - Entidade:			
Responsável:			
Atribuições da entidade:			
DDD:		Telefone:	
E-mail:			

2 - Entidade:					
Responsável:					
Atribuições da entidade:					
DDD:			Telefone:		
E-mail:					
3 - Entidade:					
Responsável:					
Atribuições da entidade:					
DDD:			Telefone:		
E-mail:					
11 - Quadro Resumo do Pleito					
Consulte a matriz de valores . Vide Diretrizes.					
Nº de Núcleos:					
Valor solicitado:		Valor da contrapartida:		Total estimado:	
Vigência:	24 meses	Número de meses para estruturação necessária ao desenvolvimento do projeto:	04	Número de meses para o efetivo atendimento:	20 meses
12 - Metas – Público Alvo					
(Descrever objetivamente o público-alvo que será beneficiado diretamente com as atividades oferecidas, conforme tipo de núcleo. Seguir as Diretrizes do PELC, constantes no site do ME - http://www.esporte.gov.br/snelis/esporteLazer/default.jsp)					
Nº Crianças/Adolescentes (até 14 anos):					
Nº Jovens (15 a 24 anos):					
Nº Adultos (acima de 25 anos):					
Nº de pessoas com Deficiência (limitação física, mental, sensoriais ou múltiplas - inseridas na distribuição acima)					
Nº Total de Inscritos:					
13 - Equipe de Trabalho					
Visando atender a quantidade de núcleos. Vide orientações nas Diretrizes.					
Nº de Coordenadores					
Nº de Agentes Sociais					
Total de pessoas na equipe					
14 – Processo Seletivo e Forma de Contratação					
Descreva como dar-se-a o processo seletivo, bem como a forma de contratação, considerando as possibilidades da entidade em conformidade com as Diretrizes.					
15 - Núcleos e Sub-núcleos					
Nomina e descrever os dados de cada núcleo e subnúcleos que serão implantados. Esclarecemos que para cada núcleo previsto é possível implantar, no máximo, 02 sub-núcleos. É fundamental considerar as regiões menos favorecidas pela política pública local de esporte recreativo e de lazer. Vide as Diretrizes.					
1 – Nome do Núcleo:				Número de inscritos:	
Espaços que serão utilizados:					
Endereço:					

Complemento:		
Município/UF:	CEP:	
Sub-Núcleo		
1 - Núcleo:		
1.1 - Sub-Núcleo:	Número de inscritos:	
Espaços que serão utilizados:		
Endereço:		
Complemento:		
Município / UF:	CEP:	
Sub-Núcleo		
1 - Núcleo:		
1.2 - Sub-Núcleo:	Número de inscritos:	
Espaços que serão utilizados:		
Endereço:		
Complemento:		
Município / UF:	CEP:	

16 - Ações de Funcionamento dos Núcleos

1 - Atividades Sistemáticas

Vide as diretrizes para o preenchimento correto.

Núcleo 1:							
Turno	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
Matutino							
Vespertino							
Noturno							
Sub-núcleo 1:							
Turno	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
Matutino							
Vespertino							
Noturno							
Sub-núcleo 2:							
Turno	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
Matutino							
Vespertino							
Noturno							

17- Ações de Funcionamento dos Núcleos

2 - Atividades Assistemáticas

Vide as diretrizes para o preenchimento correto.

Eventos de Núcleo		
1	Evento:	Descrição:
2	Evento:	Descrição:
3	Evento:	Descrição:
4	Evento:	Descrição:
5	Evento:	Descrição:
6	Evento:	Descrição:
7	Evento:	Descrição:
8	Evento:	Descrição:
9	Evento:	Descrição:
10	Evento:	Descrição:
11	Evento:	Descrição:
12	Evento:	Descrição:
13	Evento:	Descrição:
14	Evento:	Descrição:
15	Evento:	Descrição:
16	Evento:	Descrição:
17	Evento:	Descrição:
18	Evento:	Descrição:
19	Evento:	Descrição:
20	Evento:	Descrição:

Eventos Sociais		
1	Evento:	Descrição:
2	Evento:	Descrição:
3	Evento:	Descrição:
4	Evento:	Descrição:
5	Evento:	Descrição:
6	Evento:	Descrição:

Eventos do Programa		
1	Evento:	Descrição:
2	Evento:	Descrição:
3	Evento:	Descrição:

18 – Inscrição dos participantes

Detalhe como ocorrerá o processo de inscrições dos participantes nas atividades oferecidas: metodologia utilizada, instrumentos aplicados e divulgação das inscrições.

19 - Divulgação do Programa

Detalhe como ocorrerá a divulgação das ações do PELC

20 – Sistema de Formação

Detalhe abaixo como a entidade irá desenvolver a formação em serviço: metodologia utilizada, temáticas abordadas e instrumentos aplicados. Vide as Diretrizes.

21 – Acompanhamento do Projeto pela entidade proponente

Descreva como a entidade acompanhará a execução do projeto, informando a rotina, metodologia e os instrumentos aplicados junto a equipe contratada e aos participantes.

22 – Municipalização

Após o período de execução, descreva a proposta da entidade se há previsão de continuidade das atividades pela mesma, sem uso de recursos do ME. Vide as Diretrizes.

Relatório 01 - RELATÓRIO DE FORMAÇÃO DO PELC (Anexo 03)

I - IDENTIFICAÇÃO:

Nome do Formador:

UF:

Nome da Entidade:

Número do convênio:

Projeto:

- ☐ () PELC URBANO
- ☐ () PELC PARA COMUNIDADES TRADICIONAIS
- ☐ () PROGRAMA VIDA SAUDEL
- ☐ () OUTRO: _____

Módulo:

- ☐ () INTRODUTÓRIO I
- ☐ () INTRODUTÓRIO II
- ☐ () AVALIAÇÃO I
- ☐ () AVALIAÇÃO II

Data da formação:

Local:

Total de participantes:

Número de agentes sociais:

Número de pessoas da entidade conveniente:

Representantes da entidade de controle social:

Outros (mencionar quantos e qual o vínculo):

II - SOBRE A REALIZAÇÃO DO MÓDULO:

- A formação contou com a presença de alguma autoridade política?

- ☐ () SIM – Qual autoridade e em qual(is) momento(s) ocorreu essa participação?
- ☐ () NÃO

O(s) coordenador(ES) do convênio participou(aram) do módulo?

- ☐ () SIM, integralmente
- ☐ () SIM, em alguns os momentos da formação
- ☐ () NÃO – Ocorreu alguma Justificativa neste sentido? Em caso afirmativo, explique.

- O Conselho Gestor foi constituído durante a formação (caso seja módulo Introdutório I) e/ou é atuante neste convênio, caso se trate dos módulos Introdutório II ou Avaliação?

- ☐ () SIM
- ☐ () NÃO – Ocorreu alguma Justificativa neste sentido? Em caso afirmativo, explique.
- ☐ () NÃO SE APLICA

- A entidade de controle social participou da formação? Ela é/foi atuante neste convênio?

- ☐ () SIM
- ☐ () NÃO – Ocorreu alguma Justificativa neste sentido? Em caso afirmativo, explique.
- ☐ () NÃO SE APLICA

- Algum problema logístico dificultou a realização do Módulo e o deslocamento do(s) formador(es)?

- ☐ () SIM – Explique.
- ☐ () NÃO

- A infraestrutura foi adequada para a formação?

- ☐ () SIM
- ☐ () NÃO – Porque? Justifique.

- Insira abaixo a Programação proposta detalhando dias/horários/conteúdos e em seguida responda as questões:

[ESPAÇO RESERVADO PARA INSERIR A PROGRAMAÇÃO DA FORMAÇÃO]

- Os participantes do Módulo compreendem/compreenderam adequadamente os princípios e diretrizes do PELC?

- ☐ () SIM
- ☐ () NÃO – Porque? Justifique.

- A programação foi integralmente cumprida?

- ☐ () SIM
- ☐ () NÃO – Porque? Justifique.

- Foi necessário retomar algum conteúdo do PELC que não estava previsto na programação deste Módulo?

- ☐ () SIM – Quais e porque?
- ☐ () NÃO

☐ () NÃO SE APLICA

- Foram percebidas dificuldades para assimilar algum conteúdo previsto para o Módulo?

- ☐ () SIM – Quais? Explique.

- ☐ NÃO
- Quais recursos didáticos foram utilizados no Módulo?
- ☐ Material audiovisual oficial do PELC/ME
- ☐ Exposição audiovisual (ex: power point)
- ☐ Dinâmicas interativas, jogos, brincadeiras
- ☐ Curta-metragem e/ou videoclipe
- ☐ Longa-metragem
- ☐ Outros – Quais?
- Foi utilizado ou recomendado material bibliográfico para aprofundar as discussões no Módulo, adequado ao tipo de PELC realizado neste contexto?
- ☐ SIM
- ☐ NÃO – Porque?
- A participação de agentes sociais nas discussões propostas foi satisfatória?
- ☐ SIM
- ☐ NÃO – Porque? Justifique.
- Os agentes sociais foram assíduos e pontuais?
- ☐ SIM
- ☐ NÃO – Ocorreu alguma Justificativa neste sentido? Em caso afirmativo, explique.
- O grupo possui bom relacionamento e vem realizando (ou: tem potencial para realizar) um trabalho coeso e bem articulado?
- ☐ SIM
- ☐ NÃO – Porque? Justifique.
- Algum problema não contemplado anteriormente dificultou o adequado desenvolvimento da formação?
- ☐ SIM – Qual(is)? Explique.
- ☐ NÃO
- O grupo vem realizando, ou está planejando realizar a formação em serviço para qualificar a atuação com o PELC?
- ☐ SIM
- ☐ NÃO – Ocorreu alguma Justificativa neste sentido? Em caso afirmativo, explique.
- ☐ NÃO SE APLICA.
- Foi realizada Visita Técnica?
- ☐ SIM
- ☐ NÃO – Porque? Justifique.
- Caso a visita técnica tenha sido realizada, os locais que vem sendo utilizados (ou previstos para a realização das atividades) são satisfatórios?
- ☐ SIM
- ☐ NÃO – Porque?
- No(s) local(is) visitado(s), há banner ou material divulgando o PELC (de acordo com a identidade visual do programa), ou foram previstos os locais para isso?
- ☐ SIM
- ☐ NÃO
- ☐ NÃO SE APLICA.
- O cronograma de atividades sistemáticas do PELC está disposto em local visível e acessível, ou foi previsto o local onde será afixado?
- ☐ SIM
- ☐ NÃO
- ☐ NÃO SE APLICA.
- Os responsáveis pelo convênio foram orientados com relação aos pontos acima?
- ☐ SIM
- ☐ NÃO – Porque?
- ☐ NÃO SE APLICA.
- O PELC conta com a atuação de lideranças comunitárias?
- ☐ SIM – Explique qual o tipo de envolvimento com o programa.
- ☐ NÃO
- ☐ NÃO SE APLICA.
- As atividades sistemáticas do PELC (previstas ou em desenvolvimento) são diversificadas e contemplam diferentes conteúdos culturais do lazer?
- ☐ SIM
- ☐ NÃO – Ocorreu alguma Justificativa neste sentido? Em caso afirmativo, explique.
- ☐ NÃO SE APLICA.
- As atividades sistemáticas (previstas ou em desenvolvimento) estão adequadas para o público-alvo do projeto?
- ☐ SIM
- ☐ NÃO – Ocorreu alguma Justificativa neste sentido? Em caso afirmativo, explique.

() NÃO SE APLICA.

- Alguma atividade estava sendo realizada no momento da visita?

() SIM – Quais? Compartilhe suas impressões sobre o que foi observado.

() NÃO

() NÃO SE APLICA

- Pelo que foi verificado no decorrer da formação, a entidade conveniente tem boa capacidade de organização e mobilização da comunidade?

() SIM

() NÃO – Porque?

- Foram discutidos e definidos encaminhamentos para qualificar o PELC neste convênio e dar continuidade ao trabalho?

() SIM – Quais?

() NÃO

() NÃO SE APLICA

- A Grade Horária do PELC neste convênio foi elaborada?

() EM PLANEJAMENTO

() SIM

() NÃO – Porque?

() NÃO SE APLICA

- Está sendo construída alguma estratégia para dar continuidade ao PELC naquela localidade após o término do convênio com o Ministério do Esporte?

() SIM – Qual(is)?

() NÃO

() NÃO SE APLICA

- Faça uma avaliação geral deste convênio. (Caso se trate do módulo de avaliação II, indique se a entidade conveniente dará continuidade as ações do programa com recursos próprios.)

- Considerações finais.

SÍNTESE DOS DADOS CONTIDOS NOS QUESTIONÁRIOS PREENCHIDOS

- Apresentação e avaliação quantitativa e qualitativa das questões fechadas

- **Apresentação e avaliação quantitativa e qualitativa das questões abertas**

1) **Como você avalia a atuação do formador neste Módulo do PELC?**

2) **Em sua opinião, qual foi o aspecto mais relevante da formação neste Módulo?**

3) **Você destacaria alguma dificuldade ou problema que tenha prejudicado a formação neste Módulo? Qual?**

O próximo passo do processo formativo é o Módulo de Avaliação. Quais temáticas e estratégias você sugere que sejam desenvolvidas?

Relatório 02 - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO (3º mês de execução efetiva) (Anexo 03)

Este relatório tem por objetivo detalhar as ações desenvolvidas durante os primeiros três meses de execução efetiva; compreendendo: o período de estruturação, o Módulo Introdutório e de Formação em Serviço, as Atividades Sistemáticas e os Eventos - Atividades Assistemáticas - realizados. Para isso, solicitamos a sua valiosa colaboração no preenchimento deste relatório que visa constatar o cumprimento das ações previstas para o período e aperfeiçoar o planejamento pedagógico das futuras ações.

1 – DADOS GERAIS DO CONVÊNIO:

PROGRAMA:	
Nº DO CONVÊNIO:	Nº DE NÚCLEOS:
Nº DE BENEFICIADOS:	TÉRMINO DA VIGÊNCIA:
VALOR TOTAL DO CONVÊNIO:	
VALOR DO CONCEDENTE:	VALOR DO CONVENIENTE:

2 - ESPAÇOS FÍSICOS UTILIZADOS (Quantidade de Espaços Físicos utilizados):

_____ Quadra Poliesportiva	_____ Anfiteatro
_____ Quadra	_____ Salão Paroquial
_____ Campo de Futebol	_____ Centro Comunitário
_____ Piscina	_____ Cinema
_____ Cancha de areia (Vôlei, FutVôlei, Futebol, etc.)	_____ Biblioteca
_____ Praia (Vôlei, FutVôlei, Futebol)	_____ Outros (Especificar)
_____ Praça	
_____ Parque	
_____ Teatro	

3 - CONSELHO GESTOR

É importante garantir a representação de todos os setores envolvidos no programa.

Coordenador: Responsável pelo planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas nos núcleos.

Agente Social: Responsável pelo desenvolvimento das atividades em cada núcleo.

Participante: Pessoas inscritas nas atividades em cada núcleo.

Entidade de Controle Social: Entidade legalmente constituída que tem o compromisso de fiscalizar a execução do convênio e acompanhar as atividades desenvolvidas pelo projeto local, durante o processo de conveniamento.

Parceiros Intersetoriais: São as organizações governamentais de diversas áreas atuando conjuntamente em um determinado setor da sociedade.

Número de reuniões realizadas:
Periodicidade das reuniões: ☐ Quinzenal - ☐ Mensal
Principais Encaminhamentos do período:
Responsável pelo grupo:
Obs.: As ATAS das reuniões deverão ser obrigatoriamente anexadas ao relatório.

Participantes:

Nome	Instituição que	Telefone	E-mail

	representa		

4 - INFORMAÇÕES SOBRE MÓDULO INTRODUTÓRIO:

Período:
Local:
Formadores responsáveis:
Meta inicial de participantes:
Total real de participantes:
Coordenadores:
Agentes Sociais:
Entidade de Controle Social:
Convidados:
Número de participantes que trabalharam com o Programa anteriormente:
Período previsto para a 1ª etapa do módulo de avaliação:
Número de suplentes capacitados:

4.1- ASPECTOS GERAIS DA FORMAÇÃO:

Considerando a realização do Módulo Introdutório - MI, como você classificaria os itens seguintes em uma escala de respostas em que “E” significa “Concordo totalmente” e “A” significa “Discordo totalmente”. Qual é a sua opinião?

	Discordo totalmente	Concordo totalmente
1. O local de realização do MI foi adequado.		
2. Os equipamentos de áudio visual atenderam às necessidades.		
3. O material didático disponibilizado é de boa qualidade.		
4. Os horários foram cumpridos de acordo com a programação divulgada.		
5. O conteúdo teórico desenvolvido atendeu às expectativas.		
6. O conteúdo prático atendeu às expectativas.		
7. A metodologia utilizada foi adequada para a		
8. A carga horária é adequada		
9. A formação (conteúdo e metodologia) foi adequada às demandas		

loais

10. O Módulo Introdutório atingiu seus objetivos.

11. O Módulo Introdutório auxiliou no planejamento pedagógico da
Formação Continuada.

4.2 – RELAÇÃO FORMADOR / PARTICIPANTE

Ainda considerando a realização do Módulo Introdutório, responda as questões abaixo:

1. A relação entre formador e participantes foi cordial?

2. O formador foi atencioso em relação às dúvidas dos participantes?

3. O formador demonstrou conhecimento sobre a realidade e demandas
loais?

4. O formador contribuiu para maior esclarecimento dos objetivos e das
diretrizes do PELC?

4.3- OS CERTIFICADOS FORAM ENTREGUES?

☐ Sim ☐ Não (Justifique em caso de resposta negativa)

5. GRADE HORÁRIA

Núcleo:

Endereço:

Inscritos (quantidades conforme especificidades do convênio)

Crianças (até 14 anos)	Jovens (15 a 24 anos)	Adultos (25 a 59 anos)	Idosos (a partir de 60 anos)*	Pessoas com deficiência	

*Em se tratando do Programa Vida Saudável, considerar as pessoas acima de 60 anos.

Observação: Inserir as informações para cada atividade realizada nos turnos.

	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado	Domingo
Manhã	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:
Tarde	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:
Noite	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:

5.1- Sub-Núcleo

Sub-Núcleo:						
Endereço:						
Inscritos (quantidades conforme especificidades do convênio)						
Crianças (até 14 anos)	Jovens (15 a 24 anos)	Adultos (25 a 59 anos)	Idosos (a partir de 60 anos)*	Pessoas com deficiência		

***Em se tratando do Programa Vida Saudável, considerar as pessoas acima de 60 anos.**

Observação: Inserir as informações para cada atividade realizada nos turnos.

	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado	Domingo
Manhã	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:
Tarde	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:	Atividade1: Agente Social: Horário:
Noite	Atividade1: Agente	Atividade1: Agente	Atividade1: Agente	Atividade1: Agente	Atividade1: Agente	Atividade1: Agente	Atividade1: Agente

	Social: Horário:	Social: Horário:	Social: Horário:	Social: Horário:	Social: Horário:	Social: Horário:	Social: Horário:

6 - FORMAÇÃO EM SERVIÇO (anexar registros fotográficos e material de divulgação no item 17)

A Formação em Serviço é o momento em que a equipe que desenvolve as atividades nos Núcleo e Sub-Núcleos se reúne com o intuito de buscar melhorias no desenvolvimento do que foi planejado visando alcançar os objetivos do Programa. Nessas reuniões a equipe pode realizar estudos, troca de experiências, oficinas, palestras, podendo acontecer com a equipe de um Núcleo ou com outros Núcleos.

6.1 – Descreva, conforme solicitado abaixo, os momentos de Formação em Serviço de cada um dos Núcleos do Programa:

TIPO DE ATIVIDADE: () palestra; () oficinas ; () seminário; () grupo de estudo.

DIA: - HORA: - LOCAL:
PROGRAMAÇÃO (Tema desenvolvido, metodologia e recursos utilizados):
PARTICIPANTES (Por especificidade de atuação: Coordenadores, Agentes Sociais, representantes de Entidades Parceiras e de Controle Social, Voluntários, etc.):
PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS:
OBSERVAÇÕES:
RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO: FUNÇÃO:

6.2 – Descreva, conforme solicitado abaixo, os momentos de Formação em Serviço em que a Coordenação Geral reuniu toda a equipe.

Tipo de Atividade: () palestra; () oficinas ; () seminário; () grupo de estudo.

DIA: - HORA: - LOCAL:
PROGRAMAÇÃO (TEMA DESENVOLVIDO, METODOLOGIA E RECURSOS UTILIZADOS):
PARTICIPANTES (Por especificidade de atuação: Coordenadores, Agentes Sociais, representantes de Entidades Parceiras e de Controle Social, Voluntários, etc.):
PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS:
OBSERVAÇÕES:
RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO: FUNÇÃO:

7 - ENTIDADE DE CONTROLE SOCIAL:

Nome da(s) pessoa(s) da entidade responsável por acompanhar as ações do Programa	Telefone	E-mail	Atividades do Programa que acompanhou

8 – ATIVIDADES SISTEMÁTICAS (Anexar comprovações no item 17)

(A entidade deverá preencher os campos abaixo para cada uma das oficinas realizadas em cada um dos Núcleos).

Núcleo	
Oficina	
Quantidade de inscritos	
Faixa etária predominante	
Materiais e equipamentos utilizados	
Objetivos	
Considerações pertinentes	

Benefícios alcançados	
Principais dificuldades	
Avaliação da atuação do Agente Social	

9 - EVENTOS REALIZADOS – ATIVIDADES ASSISTEMÁTICAS

- (Descreva todos os eventos previstos e realizados no período)

- (anexar comprovações no item 17)

9.1 – Evento do Núcleo (evento mensal com os beneficiados de cada núcleo).

NÚCLEO:					
NOME DO EVENTO:					
LOCAL E DATA:					
PÚBLICO ALVO DO EVENTO					
Crianças (até 14 anos)	Jovens (15 a 24 anos)	Adultos (25 a 59 anos)	Idosos (a partir de 60 anos)*	Pessoas com deficiência	
*Em se tratando do Programa Vida Saudável, considerar as pessoas acima de 60 anos.					
Participantes do planejamento e desenvolvimento do evento:					
Principais atividades desenvolvidas:					
Entidades Parceiras envolvidas:					
Meta de participantes:					
Total real de participantes:					
Aspectos positivos:					
Benefícios alcançados:					
Principais dificuldades:					
Avaliação da atuação do agente Social:					
Considerações pertinentes:					

9.2 – Evento Social (evento trimestral envolvendo toda a comunidade).

NÚCLEOS:					
NOME DO EVENTO:					
LOCAL E DATA:					
PÚBLICO ALVO DO EVENTO					
Crianças (até 14 anos)	Jovens (15 a 24 anos)	Adultos (25 a 59 anos)	Idosos (a partir de 60 anos)*	Pessoas com deficiência	
*Em se tratando do Programa Vida Saudável, considerar as pessoas acima de 60 anos.					
Participantes do planejamento e desenvolvimento do evento:					
Principais atividades desenvolvidas:					
Entidades Parceiras envolvidas:					
Meta de participantes:					
Total real de participantes:					
Aspectos positivos:					
Benefícios alcançados:					
Principais dificuldades:					
Avaliação da atuação do agente Social:					
Considerações pertinentes:					

9.3 – Eventos do Programa (evento semestral com todos os núcleos e beneficiados).

NÚCLEOS:					
NOME DO EVENTO:					
LOCAL E DATA:					
PÚBLICO ALVO DO EVENTO					
Crianças	Jovens	Adultos	Idosos	Pessoas	

as (até 14 anos)	(15 a 24 anos)	s (25 a 59 anos)	(acima de 60 anos)*	s com deficiê ncia	
*Em se tratando do Programa Vida Saudável, considerar as pessoas acima de 60 anos.					
Participantes do planejamento e desenvolvimento do evento:					
Principais atividades desenvolvidas:					
Entidades Parceiras envolvidas:					
Meta de participantes:					
Total real de participantes:					
Aspectos positivos:					
Benefícios alcançados:					
Principais dificuldades:					
Avaliação da atuação do agente Social:					
Considerações pertinentes:					

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conveniente deverá apresentar neste campo todas as demais informações que se fizerem necessárias.

É relevante salientar que as **informações contidas neste relatório de cumprimento do objeto devem ser devidamente comprovadas por meio da documentação correspondente, sob pena de não serem consideradas por esta unidade gestora.**

Atesto a veracidade de todas as informações/documentos apresentados, e coloco-me a disposição para qualquer complementação de dados, caso seja solicitado.

Data: __/__/__

Assinatura do Representante Legal da Conveniente

Relatório 03 - RELATÓRIO CUMPRIMENTO DO OBJETO (Anexo 03)

(deve ser enviado logo após o término da vigência do convênio)

Este relatório tem por objetivo detalhar as ações desenvolvidas durante o último período de execução do Convênio compreendendo o Módulo de Avaliação II, a Formação em Serviço, as Atividades Sistemáticas e os Eventos - Atividades Assistemáticas – realizados, assim como a comprovação do cumprimento do objeto. Para isso, solicitamos a sua valiosa colaboração no preenchimento deste relatório que visa constatar o cumprimento das ações previstas para o período, bem como aperfeiçoar o planejamento pedagógico das futuras ações, contribuindo para a melhoria do programa.

1 – DADOS GERAIS DO CONVÊNIO:

PROGRAMA :	
Nº DO CONVÊNIO:	Nº DE NÚCLEOS:
Nº DE BENEFICIADOS:	TÉRMINO DA VIGÊNCIA:
VALOR TOTAL DO CONVÊNIO:	
VALOR DO CONCEDENTE:	VALOR DO CONVENIENTE:

- **Área geográfica** em que o projeto se inseriu:
- **Características** demográficas, socioeconômicas, ambientais e culturais da população; e o estágio de organização e mobilização das comunidades, antes da implantação do Programa:
- **Problema** que o projeto pretendia solucionar ou equacionar:
- **Objetivos** iniciais do projeto:
- **Atividades** previstas:

2 – DADOS DOS NÚCLEOS E SUB-NÚCLEOS:

Núcleo:					
Endereço:					
Sub-Núcleo:					
Endereço:					
Inscritos (quantidades conforme especificidades do convênio)					
Crianças (até 14 anos)	Jovens (15 a 24 anos)	Adultos (25 a 59 anos)	Idosos (a partir de 60 anos)*	Pessoas com deficiência	
*Em se tratando do Programa Vida Saudável, considerar as pessoas acima de 60 anos.					
Apresente um apanhado geral, por núcleo, das ações desenvolvidas e principais resultados obtidos:					
Após o término da vigência do convênio, houve continuidade do Programa (auto-gestão)?					

3 - CONSELHO GESTOR

É importante garantir a representação de todos os setores envolvidos no programa.

Coordenador: Responsável pelo planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas nos núcleos.

Agente Social: Responsável pelo desenvolvimento das atividades em cada núcleo.

Participante: Pessoas inscritas nas atividades em cada núcleo.

Entidade de Controle Social: Entidade legalmente constituída que tem o compromisso de fiscalizar a execução do convênio e acompanhar as atividades desenvolvidas pelo projeto local, durante o processo de conveniamento.

Parceiros Intersetoriais: São as organizações governamentais de diversas áreas atuando conjuntamente em um determinado setor da sociedade.

Número de reuniões realizadas:
Periodicidade das reuniões: ☐ Quinzenal - ☐ Mensal
Principais Encaminhamentos do período:
Responsável pelo grupo:
Obs.: As ATAS das reuniões deverão ser obrigatoriamente anexadas ao relatório.

Participantes:

Nome	Instituição que representa	Telefone	E-mail

4 – RELATÓRIO DA SEGUNDA ETAPA DO MÓDULO DE AVALIAÇÃO COM:

PERÍODO:
LOCAL:
FORMADORES RESPONSÁVEIS:
META INICIAL DE PARTICIPANTES
TOTAL REAL DE PARTICIPANTES:

4.1 - ASPECTOS GERAIS SOBRE O MÓDULO DE AVALIAÇÃO

Considerando a realização da segunda etapa do Módulo de Avaliação – AV2, responda as perguntas abaixo:

	Sim	Não
1. O local de realização do Módulo de Avaliação foi adequado?	☐	☐
2. Os equipamentos de audiovisual atenderam às necessidades?	☐	☐
3. O material didático utilizado é de boa qualidade?	☐	☐
4. Os horários foram cumpridos de acordo com a programação divulgada?	☐	☐
5. O conteúdo teórico desenvolvido atendeu às expectativas?	☐	☐
6. O conteúdo prático atendeu às expectativas?	☐	☐
7. A metodologia utilizada foi adequada?	☐	☐
8. O formador demonstrou conhecimento sobre a realidade e demandas locais?	☐	☐
9. A carga horária é adequada?	☐	☐
10. Houve encaminhamentos para a continuidade do trabalho após o fim do convênio?	☐	☐
11. O formador fez visitas aos núcleos?	☐	☐
12. Houve participação efetiva da comunidade na avaliação do projeto?	☐	☐

4.2 - ENCAMINHAMENTOS DEFINIDOS NA FORMAÇÃO

Ainda considerando a realização da segunda etapa do Módulo de Avaliação – AV2, descreva quais foram os principais encaminhamentos discutidos em relação à continuidade do trabalho após o fim do convênio.

5 – FORMAÇÃO EM SERVIÇO (anexar registros fotográficos e material de divulgação no item 10)

A Formação em Serviço é o momento em que a equipe que desenvolve as atividades nos Núcleo e Sub-Núcleos se reúne com o intuito de buscar melhorias no desenvolvimento do que foi planejado visando alcançar os objetivos do

Programa. Nessas reuniões a equipe pode realizar estudos, troca de experiências, oficinas, palestras, podendo acontecer com a equipe de um Núcleo ou com outros Núcleos.

Comente o papel que a formação em geral (módulos introdutório, de aprofundamento e de avaliação) cumpriu na execução do Programa e para as políticas de esporte e lazer da comunidade beneficiada:

5.1 – Descreva, conforme solicitado abaixo, os momentos de Formação em Serviço de cada um dos Núcleos do Programa:

Tipo de Atividade: () palestra; () oficinas ; () seminário; () grupo de estudo.

DIA: _____ - HORA: _____ - LOCAL: _____
PROGRAMAÇÃO (TEMA DESENVOLVIDO, METODOLOGIA E RECURSOS UTILIZADOS: _____)
PARTICIPANTES (Por especificidade de atuação: Coordenadores, Agentes Sociais, representantes de Entidades Parceiras e de Controle Social, Voluntários, etc): _____
PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS: _____
OBSERVAÇÕES: _____
RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO: _____
FUNÇÃO: _____

5.2 – Descreva, conforme solicitado abaixo, os momentos de Formação em Serviço em que a Coordenação Geral reuniu toda a equipe.

Tipo de Atividade: () palestra; () oficinas ; () seminário; () grupo de estudo.

DIA: _____ - HORA: _____ - LOCAL: _____
PROGRAMAÇÃO (TEMA DESENVOLVIDO, METODOLOGIA E RECURSOS UTILIZADOS: _____)
PARTICIPANTES (Por especificidade de atuação: Coordenadores, Agentes Sociais, representantes de Entidades Parceiras e de Controle Social, Voluntários, etc): _____
PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS: _____
OBSERVAÇÕES: _____
RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO: _____
FUNÇÃO: _____

6 – ATIVIDADES SISTEMÁTICAS (Anexar comprovações no item 10)

(A entidade deverá preencher os campos abaixo para cada uma das oficinas realizadas em cada um dos Núcleos).

Núcleo	
Oficina	
Quantidade de inscritos	
Faixa etária predominante	
Materiais e equipamentos utilizados	
Objetivos	
Benefícios alcançados	
Principais dificuldades	
Avaliação da atuação do agente Social	
Considerações pertinentes	

7 - EVENTOS REALIZADOS – ATIVIDADES ASSISTEMÁTICAS

- (Descreva todos os eventos previstos e realizados no período)

- (anexar comprovações no item 10)

7.1 – Evento do Núcleo (evento mensal com os beneficiados de cada núcleo).

NÚCLEO:					
NOME DO EVENTO:					
LOCAL E DATA:					
PÚBLICO ALVO DO EVENTO					
Crianças (até 14 anos)	Jovens (15 a 24 anos)	Adultos (25 a 59 anos)	Idosos (a partir de 60 anos)*	Pessoas com deficiência	
*Em se tratando do Programa Vida Saudável, considerar as pessoas acima de 60 anos.					
Participantes do planejamento e desenvolvimento do evento:					
Principais atividades desenvolvidas:					
Entidades Parceiras envolvidas:					
Meta de participantes:					
Total real de participantes:					
Aspectos positivos:					
Benefícios alcançados:					
Principais dificuldades:					
Avaliação da Atuação do Agente Social:					
Considerações pertinentes:					

7.2 – Evento Social (evento trimestral envolvendo toda a comunidade).

NÚCLEOS:					
NOME DO EVENTO:					
LOCAL E DATA:					
PÚBLICO ALVO DO EVENTO					
Crianças (até 14 anos)	Jovens (15 a 24 anos)	Adultos (25 a 59 anos)	Idosos (a partir de 60 anos)*	Pessoas com deficiência	
*Em se tratando do Programa Vida Saudável, considerar as pessoas acima de 60 anos.					
Participantes do planejamento e desenvolvimento do evento:					
Principais atividades desenvolvidas:					
Entidades Parceiras envolvidas:					
Meta de participantes:					
Total real de participantes:					
Aspectos positivos:					
Principais dificuldades:					
Considerações pertinentes:					

7.3 – Eventos do Programa (evento semestral com todos os núcleos e beneficiados).

NÚCLEOS:					
NOME DO EVENTO:					
LOCAL E DATA:					
PÚBLICO ALVO DO EVENTO					
Crianças (até 14 anos)	Jovens (15 a 24 anos)	Adultos (25 a 59 anos)	Idosos (acima de 60 anos)*	Pessoas com deficiência	

*Em se tratando do Programa Vida Saudável, considerar as pessoas acima de 60 anos.
Participantes do planejamento e desenvolvimento do evento:
Principais atividades desenvolvidas:
Entidades Parceiras envolvidas:
Meta de participantes:
Total real de participantes:
Aspectos positivos:
Benefícios alcançados:
Principais dificuldades:
Avaliação da atuação do agente Social:
Considerações pertinentes:

8 – CONCLUSÃO:

Comente os resultados obtidos em função da proposta inicial do projeto considerando:

O problema detectado inicialmente foi solucionado?
Os objetivos propostos foram alcançados?
Quais foram os principais resultados obtidos?
Impactos e benefícios percebidos para a comunidade atendida (transformações duradouras):
A relevância do resultado para os beneficiários:
Houve alterações nas características socioeconômicas e culturais da população?
Houve mudanças no que diz respeito à organização e à mobilização das comunidades atendidas?
Próximos passos que a conveniente se propõe a seguir, após o término do convênio?
A política local de esporte sofreu alterações após a execução do Programa?

9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conveniente deverá apresentar neste campo todas as demais informações que se fizerem necessárias.

É relevante salientar que as **informações contidas neste relatório de cumprimento do objeto devem ser devidamente comprovadas por meio da documentação correspondente, sob pena de não serem consideradas por esta unidade gestora.**

Atesto a veracidade de todas as informações/documentos apresentados, e coloco-me a disposição para qualquer complementação de dados, caso seja solicitado.

Data: __/__/__

Assinatura do Representante Legal da Conveniente

10 – ANEXOS

Anexar depoimentos de participantes, agentes, coordenadores e lideranças comunitárias a respeito do papel que Programa desempenhou. Entrevistas com os participantes, fotos, atas de encontros, matérias de jornais e outros materiais não enviados nos relatórios anteriores e que comprovam o cumprimento do objeto pactuado.

Relatório 04 - Instrumento de visita in loco (Anexo 03)

PELC TODAS AS IDADES / VIDA SAUDÁVEL / POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

- Estudar o processo referente ao convênio

- Providenciar cópias pra levar:

Projeto básico

Grade horária mais atualizada que estiver no processo

Convênio nº: _____ Mês de Vigência: _____

Núcleo: _____ Sub-Núcleo: _____

Programa: () PELC () Vida Saudável () Povos e Comunidades Tradicionais

Data da visita: ____/____/____ Horário da visita: ____:____

Responsável pela visita: _____

A - Questões para serem Respondidas pelo Coordenador Geral (Coord. Pedagógico):

1) Data de lançamento oficial do Programa: ____/____/____

2) A implantação dos núcleos do convênio foi: () simultânea () gradativa

3) Como se dá o acompanhamento aos núcleos:

() diariamente () semanalmente () quinzenalmente () mensalmente Comentários:

4) Como foi realizada a seleção dos Recursos Humanos?

() Concurso Público

() Análise de currículo

() Seleção através de cursos e desempenho

() Indicação

() Outro: _____

5) Houve trocas de profissionais depois da participação nas formações/capacitações?

() SIM Quantos: _____

() NÃO

5.1 Em caso positivo, quais foram os procedimentos adotados para a capacitação do(s) novo(s) profissional(is)?

6) Existe um processo de avaliação dos Coordenadores de Núcleos e Agentes Sociais? () SIM () NÃO

6.1 Em caso positivo, qual é o método utilizado?

6.2 Em caso negativo, qual é o motivo?

7) Foi realizada a aquisição de Material de Consumo e Permanente?

() SIM () NÃO

7.1 Em caso negativo, qual o motivo?

7.2 Em caso positivo:

7.2.1 A aquisição foi realizada por meio de processo licitatório?

() SIM () NÃO

7.2.2 Qual a modalidade de licitação foi utilizada? _____

7.2.3 Quando os materiais foram entregues? _____

7.2.4 Os itens adquiridos correspondem ao pactuado? () SIM () NÃO

8) Existe um planejamento para a reposição dos materiais? () SIM () NÃO

8.1 Em caso negativo, qual o motivo?

8.2 Em caso positivo, como ele é estruturado?

9) Houve dificuldades na implantação do PELC? () Sim () Não

Quais?

10) Quais as metodologias utilizadas para a *formação em serviço* (formação continuada)?

() Reuniões semanais () Reuniões quinzenais () Palestras periódicas

() Oficinas periódicas () Outros: _____

10.1 Na formação em serviço, são discutidas questões referentes à continuidade do projeto após o final do convênio com o ME? () Sim () Não

10.2 Na formação em serviço, há a avaliação das atividades realizadas pelo convênio e do desempenho dos agentes sociais? () Sim () Não

Observações:

10.3 Quem participa da formação em serviço?

() agentes sociais () coordenadores de núcleo () coordenador técnico

() coordenador geral () gestores () entidade de controle social

() entidades parceiras () Outros: _____

11) Você acha que o período de vigência do convênio possibilita o alcance dos objetivos propostos pelo Ministério?

() Sim () Não () Apenas parcialmente

Em caso da resposta ser “não” ou “apenas parcialmente”, por que?

12) Você acha que o esse período favorece [é suficiente] para garantir a continuidade do projeto após o fim do convênio com o Ministério?

() Sim () Não

12.1 Você considera que o aumento desse período favoreceria a continuidade do programa? () Sim () Não

13) Quais são os próximos passos que a conveniente se propõe a seguir após o término do convênio?

B - Questões para serem respondidas pelo Coordenador de Núcleo e observadas no desenvolvimento das atividades no(s) núcleo(s):

1) RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS E FORMAÇÕES

1.1 O Núcleo possui Coordenador? () SIM () NÃO

1.2 O Coordenador do Núcleo é graduado: () SIM () NÃO

() Educação Física () Pedagogia () Educação Artística () Música

() Cursos da área de saúde () Outro: _____

1.3 O Coordenador estava presente no momento da visita? () SIM () NÃO

Qual a frequência do Coordenador no núcleo? _____

1.4 O Núcleo possui quantos agentes sociais?

() 01 () 02 () 03 () 04 () 05 () 06

1.5 Como foi realizada a seleção dos Recursos Humanos?

() Concurso () Análise de currículo () Indicação

() Seleção através de cursos e desempenho

() Outro: _____

1.6 Considerando a capacitação de agentes sociais e coordenadores, bem como a interação entre os recursos humanos, responda:

	Sim	Não
Os coordenadores e agente sociais conhecem as Diretrizes do PELC?	☐	☐
Foi verificada a interação entre a Coordenação Geral e os Coordenadores de Núcleos?	☐	☐
Foi verificada a interação entre os Coordenadores de Núcleos, os Agentes Sociais e os beneficiados?	☐	☐
Todos os agentes sociais participaram do(s) módulo(s) de formação oferecidos pelo Ministério do Esporte?	☐	☐
Houve trocas de profissionais depois da participação nas formações?	☐	☐
A entidade estimula e/ou oferece uma formação continuada [ex: reuniões semanais, palestras etc] para a equipe?	☐	☐
Os coordenadores de núcleo participaram do(s) módulo(s) de formação oferecidos pelo Ministério do Esporte?	☐	☐

1.7 São realizadas reuniões pedagógicas com a equipe? () SIM () NÃO

Em caso positivo, com qual frequência?

() semanal () mensal () bimestral () trimestral () semestral

Em caso negativo, apresente o motivo:

1.8 Existe um processo de avaliação dos Coordenadores de Núcleos e Agentes Sociais?

() SIM () NÃO

Em caso positivo, qual é o método utilizado?

Em caso negativo, qual é o motivo?

2) PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES¹²

Considerando as atividades desenvolvidas no núcleo, responda:

	Sim	Não
O núcleo oferece atividades para diversas faixas etárias?	☐	☐
Os beneficiados são/foram consultados e ouvidos para a escolha das atividades desenvolvidas?	☐	☐
As atividades oferecidas levam em conta a <i>acessibilidade</i> [de pessoas com dificuldades de locomoção, por exemplo]?	☐	☐
Há a diversificação de oficinas?	☐	☐
Há controle de frequência e participação nas atividades?	☐	☐
O convênio organiza atividades assistemáticas [eventos] mensalmente?	☐	☐

2.1 Quantas vezes por semana o Núcleo funciona? _____ dia(s)

2.2 Em quais turnos o núcleo funciona?

() Manhã () Tarde () Noite

2.3 A quantas modalidades cada beneficiado tem acesso? _____

2.4 Quais são as oficinas às quais o beneficiado tem acesso:

() Basquete () Voleibol () Handebol () Futebol () Futsal

() Alongamento () Caminhada () Ginástica () Natação

() Hidroginástica () Pilates () Ioga () Skate () Karatê

() Judô () Música () Dança () Teatro () Artesanato

() Capoeira () Xadrez/Damas () Câmbio () Tênis de mesa

() Projeção de filmes () Jogos Populares () Rodas de conversa

() Informática

() Outras: _____ / _____ / _____

_____ / _____ / _____

2.5 As atividades estão seguindo a grade horária estabelecida?

() SIM () NÃO () PARCIALMENTE

Observações:

¹² Comparar os dados cadastrados nos projetos com os observados no cotidiano do núcleo

2.6 O Planejamento Pedagógico do Convênio está disponível aos agentes sociais envolvidos, no local das atividades?

() SIM() NÃO

2.7 O planejamento das ações do núcleo é:

() feito pelo coordenador de núcleo

() feito pelo coordenador de núcleo e apresentado ao coordenador geral

() feito em conjunto pelos coordenadores de núcleo e coordenador geral

() feito em conjunto pelos coordenadores (geral e de núcleo) e agentes sociais

2.8 Houve avaliação das demandas da comunidade para a formulação das oficinas oferecidas? () Sim ()

Não

Em caso de resposta negativa, justifique:

2.9 Quais foram as atividades assistemáticas [eventos] já desenvolvidas?

() Não foram realizadas () Bailes () Festivais de música

() Festas comunitárias () Passeios

() Outros: _____

2.10 São organizadas atividades para aproximar a família ao projeto? () SIM() NÃO

Em caso positivo, quais:

3) PÚBLICO-ALVO

3.1 Qual o total de inscritos informado?

Nos controles de frequência do Núcleo _____

Pelo Coordenador de Núcleo _____

Pelo sistema de cadastro do ME _____

3.2 Qual é o total de inscritos nas oficinas por faixa etária?

5 a 11 anos: _____

12 a 17 anos: _____

18 a 44 anos: _____

45 a 59 anos: _____

60 anos ou mais: _____

3.3 Existem pessoas com deficiência inscritas nas oficinas?

() Sim () Não

Em caso positivo, quais tipos de deficiência?

() Física () Auditiva () Visual () Mental

Em caso negativo, por que?

3.4 Como é feito o deslocamento dos beneficiados até o Núcleo?

() a pé () carro próprio () transporte público () transporte da entidade

() transporte de entidade parceira () bicicleta () outro

3.5 Como são tratadas as questões de acessibilidade e de atendimento?

C - Questões para serem respondidas pelos Agentes Sociais e observadas no desenvolvimento das atividades no(s) núcleo(s):

Considerar pertinência e oportunidade

1) Em sua opinião, o que é o Programa Esporte e Lazer da Cidade — PELC?

2) Quais atividades desenvolvidas como Agente Social e em qual o período?

Observações:

3) Você participa do planejamento das ações do núcleo [oficinas e eventos]?

() Sim () Não

4) Como agente social, você planeja suas atividades?

() sim () não

4.1 Há registro deste planejamento? () sim () não

Observações (verificar a possibilidade de ter acesso a esses registros):

5) As atividades estão seguindo a grade horária estabelecida?

() sim () não () parcialmente

Observações:

- Questões para serem respondidas por Beneficiados.

Considerar pertinência e oportunidade (tentar entrevistar ao menos dois beneficiados inscritos em oficinas do núcleo)

1) Em sua opinião, o que é o Programa Esporte e Lazer da Cidade — PELC?

2) De quais atividades você participa e em que período?

Observações:

3) Você já participou de algum evento no Programa PELC?

() não () sim

Quais? _____

Observações: _____

4) Como você soube do PELC? (assinalar todas as opções utilizadas)

() cartazes () folders () chamada nas rádios () por meio de um conhecido

() internet () Televisão

Observações: _____

5) De 0 a 10, que nota você daria para o núcleo do PELC?

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10

6) Em geral, você acha que o PELC traz algum benefício?

() Não () Sim

6.1 Qual? _____

7) Você participa do planejamento das atividades do PELC?

() sim () mais ou menos () não

Observações: _____

SUGESTÃO:

Completar essa coleta com entrevista a familiares dos beneficiados, vizinhos, parentes e estabelecimentos próximos, abordando algumas questões básicas:

1 – Conhece o Programa que funciona na comunidade?

2 – Desde quando tem conhecimento sobre o Programa?

3 – Observa algum problema no desenvolvimento das ações do Programa?

4 – O Programa proporciona benefícios à Comunidade? Quais?

E - ASPECTOS TÉCNICO-FUNCIONAIS DOS NÚCLEOS

1) IDENTIFICAÇÃO/DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA

1.1 O Núcleo está identificado? () SIM () NÃO

1.2 Qual o tipo de identificação utilizada?

() Placa () Banner () Cartaz () Pintura no muro () Faixa

() Outro: _____

1.3 A identificação contém as logomarcas do *PELC* e do *Governo Federal*?

() SIM () NÃO () PARCIAL

1.4 A identificação está de acordo com os padrões definidos pelo Ministério do Esporte? (está em observância com o Manual de Identidade Visual do Programa?)

() SIM () NÃO

1.5 O Programa foi divulgado na mídia? () SIM () NÃO

Em caso positivo, qual foi a forma/veículo utilizada?

2) INFRA-ESTRUTURA

2.1 O(s) local(is) onde foi/foram implantado(s) o(s) núcleo(s) dispõe(m) de quais estruturas?

- () Ginásio () Quadra Coberta () Quadra Descoberta
() Campo de Grama () Campo de Areia () Pistas
() Sala Multiuso () Piscina () Bebedouro () Sanitários
() Refeitório () Pátio/Galpão
() Outros: _____/_____/_____/_____

2.2 Avalie os itens abaixo de acordo em uma escala de *Bom*, *Regular* e *Ruim*, considerando o núcleo do PELC visitado:

Categoria		R e g u l a r		Não exis te no núc leo	
Local onde acontecem as atividades		☐		☐	
Espaço físico interno disponível		☐		☐	
Espaço físico externo disponível		☐		☐	
Iluminação		☐		☐	
Ventilação		☐		☐	
Limpeza		☐		☐	
Segurança		☐		☐	
Quantidade do material disponível		☐		☐	
Qualidade do material disponível		☐		☐	

3) UNIFORMES E MATERIAIS ESPORTIVOS

3.1 O uniforme esportivo (camiseta – calção – boné) do Pintando a Liberdade chegou ao Núcleo?

- () SIM Data do recebimento ____/____/_____
() NÃO _____

3.2 Os quantitativos foram equivalentes ao número de beneficiados em atendimento?

- () SIM () NÃO

3.3 Os beneficiados estavam usando o uniforme do programa?

- () SIM () NÃO

3.4 Os materiais esportivos do Pintando a Liberdade chegam ao Núcleo?

- () SIM Data do recebimento ____/____/_____
() NÃO

3.5 A quantidade e qualidade dos materiais é satisfatória?

	Si m	Não
Bolas de Basquete	☐	☐
Bolas de Voleibol	☐	☐

Bolas de Handebol	☐	☐
Bolas de Futebol	☐	☐
Bolas de Futsal	☐	☐
Kit de Xadrez	☐	☐
Kit de Dama	☐	☐
Rede de voleibol	☐	☐
Rede de Futebol	☐	☐
Redes de Futsal	☐	☐
Camisetas	☐	☐
Short	☐	☐
Tênis	☐	☐

3.6 Quais os problemas detectados em relação aos materiais disponibilizados?

3.7 Quais itens estão faltando?

() Bolas de Basquete () Bolas de Handebol () Bolas de Futebol
 () Bolas de Futsal () Camisetas () Short () Tênis
 () Outros: _____

4) PAGAMENTOS

4.1 Os valores recebidos conferem com os que são pactuados no Programa Esporte e Lazer da Cidade? () SIM () NÃO

4.2 O pagamento é efetuado em dia? () SIM () NÃO

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Tabela 07: Aporte Financeiro do Ministério do Esporte – PELC (Anexo 03)

PELC Núcleo Urbano / Núcleo Povos e Comunidades Tradicionais								
Referência de Valores de Recursos Humanos								
Nº de Núcleos	Qte	Função	Carga Horária	Qte Meses	Remuneração	Total	Encargos 20%	Total Geral RH
1	0	Coordenador Pedagógico	40h	0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	1	Coordenador de Núcleo	40h	24	R\$ 1.300,00	R\$ 31.200,00	R\$ 6.240,00	R\$ 37.440,00
	6	Agente Social	20h	20	R\$ 600,00	R\$ 72.000,00	R\$ 14.400,00	R\$ 86.400,00
								R\$ 123.840,00
2	1	Coordenador Pedagógico	40h	24	R\$ 1.400,00	R\$ 33.600,00	R\$ 6.720,00	R\$ 40.320,00
	2	Coordenador de Núcleo	40h	20	R\$ 1.300,00	R\$ 52.000,00	R\$ 10.400,00	R\$ 62.400,00
	12	Agente Social	20h	20	R\$ 600,00	R\$ 144.000,00	R\$ 28.800,00	R\$ 172.800,00
								R\$ 275.520,00
3	1	Coordenador Pedagógico	40h	24	R\$ 1.400,00	R\$ 33.600,00	R\$ 6.720,00	R\$ 40.320,00
	3	Coordenador de Núcleo	40h	20	R\$ 1.300,00	R\$ 78.000,00	R\$ 15.600,00	R\$ 93.600,00
	18	Agente Social	20h	20	R\$ 600,00	R\$ 216.000,00	R\$ 43.200,00	R\$ 259.200,00
								R\$ 393.120,00
4	1	Coordenador Pedagógico	40h	24	R\$ 1.400,00	R\$ 33.600,00	R\$ 6.720,00	R\$ 40.320,00
	4	Coordenador de Núcleo	40h	20	R\$ 1.300,00	R\$ 104.000,00	R\$ 20.800,00	R\$ 124.800,00
	24	Agente Social	20h	20	R\$ 600,00	R\$ 288.000,00	R\$ 57.600,00	R\$ 345.600,00
								R\$ 510.720,00
5	1	Coordenador Pedagógico	40h	24	R\$ 1.400,00	R\$ 33.600,00	R\$ 6.720,00	R\$ 40.320,00
	5	Coordenador de Núcleo	40h	20	R\$ 1.300,00	R\$ 130.000,00	R\$ 26.000,00	R\$ 156.000,00
	30	Agente Social	20h	20	R\$ 600,00	R\$ 360.000,00	R\$ 72.000,00	R\$ 432.000,00
								R\$ 628.320,00
6	1	Coordenador Pedagógico	40h	24	R\$ 1.400,00	R\$ 33.600,00	R\$ 6.720,00	R\$ 40.320,00
	6	Coordenador de Núcleo	40h	20	R\$ 1.300,00	R\$ 156.000,00	R\$ 31.200,00	R\$ 187.200,00
	36	Agente Social	20h	20	R\$ 600,00	R\$ 432.000,00	R\$ 86.400,00	R\$ 518.400,00
								R\$ 745.920,00
7	1	Coordenador	40h	24	R\$ 1.400,00	R\$	R\$	R\$

		Pedagógico				33.600,00	6.720,00	40.320,00
	7	Coordenador de Núcleo	40h	20	R\$ 1.300,00	R\$ 182.000,00	R\$ 36.400,00	R\$ 218.400,00
	42	Agente Social	20h	20	R\$ 600,00	R\$ 504.000,00	R\$ 100.800,00	R\$ 604.800,00
								R\$ 863.520,00
8	1	Coordenador Pedagógico	40h	24	R\$ 1.400,00	R\$ 33.600,00	R\$ 6.720,00	R\$ 40.320,00
	8	Coordenador de Núcleo	40h	20	R\$ 1.300,00	R\$ 208.000,00	R\$ 41.600,00	R\$ 249.600,00
	48	Agente Social	20h	20	R\$ 600,00	R\$ 576.000,00	R\$ 115.200,00	R\$ 691.200,00
								R\$ 981.120,00
9	1	Coordenador Pedagógico	40h	24	R\$ 1.400,00	R\$ 33.600,00	R\$ 6.720,00	R\$ 40.320,00
	9	Coordenador de Núcleo	40h	20	R\$ 1.300,00	R\$ 234.000,00	R\$ 46.800,00	R\$ 280.800,00
	54	Agente Social	20h	20	R\$ 600,00	R\$ 648.000,00	R\$ 129.600,00	R\$ 777.600,00
								R\$ 1.098.720,00
10	1	Coordenador Pedagógico	40h	24	R\$ 1.400,00	R\$ 33.600,00	R\$ 6.720,00	R\$ 40.320,00
	10	Coordenador de Núcleo	40h	20	R\$ 1.300,00	R\$ 260.000,00	R\$ 52.000,00	R\$ 312.000,00
	60	Agente Social	20h	20	R\$ 600,00	R\$ 720.000,00	R\$ 144.000,00	R\$ 864.000,00
								R\$ 1.216.320,00

Referência de Valores das Demais Despesas				
Nº de Núcleos	Material Permanente	Eventos		Total Geral
1	R\$ 8.000,00	R\$ 12.000,00		R\$ 20.000,00
2	R\$ 16.000,00	R\$ 24.000,00		R\$ 40.000,00
3	R\$ 24.000,00	R\$ 36.000,00		R\$ 60.000,00
4	R\$ 32.000,00	R\$ 48.000,00		R\$ 80.000,00
5	R\$ 40.000,00	R\$ 60.000,00		R\$ 100.000,00
6	R\$ 48.000,00	R\$ 72.000,00		R\$ 120.000,00
7	R\$ 56.000,00	R\$ 84.000,00		R\$ 140.000,00
8	R\$ 64.000,00	R\$ 96.000,00		R\$ 160.000,00
9	R\$ 72.000,00	R\$ 108.000,00		R\$ 180.000,00
10	R\$ 80.000,00	R\$ 120.000,00		R\$ 200.000,00
Despesa Total por Núcleo / PELC				
Nº de Núcleos	Valor Total RH	Material Permanente	Eventos	Total Geral
1	R\$ 123.840,00	R\$ 8.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 143.840,00

2	R\$ 275.520,00	R\$ 16.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 315.520,00
3	R\$ 393.120,00	R\$ 24.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 453.120,00
4	R\$ 510.720,00	R\$ 32.000,00	R\$ 48.000,00	R\$ 590.720,00
5	R\$ 628.320,00	R\$ 40.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 728.320,00
6	R\$ 745.920,00	R\$ 48.000,00	R\$ 72.000,00	R\$ 865.920,00
7	R\$ 863.520,00	R\$ 56.000,00	R\$ 84.000,00	R\$ 1.003.520,00
8	R\$ 981.120,00	R\$ 64.000,00	R\$ 96.000,00	R\$ 1.141.120,00
9	R\$ 1.098.720,00	R\$ 72.000,00	R\$ 108.000,00	R\$ 1.278.720,00
10	R\$ 1.216.320,00	R\$ 80.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 1.416.320,00

Fonte: Diretrizes do PELC / 2013

Tabela 08: Aporte Financeiro do Ministério do Esporte – Programa Vida Saudável**(Anexo 03)**

Programa Vida Saudável								
Referência de Valores de Recursos Humanos								
Nº de Núcleos	Qte	Função	Carga Horária	Qte Meses	Remuneração	Total	Encargos 20%	Total Geral RH
1	0	Coordenador Pedagógico	40h	0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	1	Coordenador de Núcleo	40h	24	R\$ 1.300,00	R\$ 31.200,00	R\$ 6.240,00	R\$ 37.440,00
	2	Agente Social	20h	20	R\$ 600,00	R\$ 24.000,00	R\$ 4.800,00	R\$ 28.800,00
								R\$ 66.240,00
2	1	Coordenador Pedagógico	40h	24	R\$ 1.400,00	R\$ 33.600,00	R\$ 6.720,00	R\$ 40.320,00
	2	Coordenador de Núcleo	40h	20	R\$ 1.300,00	R\$ 52.000,00	R\$ 10.400,00	R\$ 62.400,00
	4	Agente Social	20h	20	R\$ 600,00	R\$ 48.000,00	R\$ 9.600,00	R\$ 57.600,00
								R\$ 160.320,00
3	1	Coordenador Pedagógico	40h	24	R\$ 1.400,00	R\$ 33.600,00	R\$ 6.720,00	R\$ 40.320,00
	3	Coordenador de Núcleo	40h	20	R\$ 1.300,00	R\$ 78.000,00	R\$ 15.600,00	R\$ 93.600,00
	6	Agente Social	20h	20	R\$ 600,00	R\$ 72.000,00	R\$ 14.400,00	R\$ 86.400,00
								R\$ 220.320,00
4	1	Coordenador Pedagógico	40h	24	R\$ 1.400,00	R\$ 33.600,00	R\$ 6.720,00	R\$ 40.320,00
	4	Coordenador de Núcleo	40h	20	R\$ 1.300,00	R\$ 104.000,00	R\$ 20.800,00	R\$ 124.800,00
	8	Agente Social	20h	20	R\$ 600,00	R\$ 96.000,00	R\$ 19.200,00	R\$ 115.200,00
								R\$ 280.320,00
5	1	Coordenador Pedagógico	40h	24	R\$ 1.400,00	R\$ 33.600,00	R\$ 6.720,00	R\$ 40.320,00
	5	Coordenador de Núcleo	40h	20	R\$ 1.300,00	R\$ 130.000,00	R\$ 26.000,00	R\$ 156.000,00
	10	Agente Social	20h	20	R\$ 600,00	R\$ 120.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 144.000,00
								R\$ 340.320,00
6	1	Coordenador Pedagógico	40h	24	R\$ 1.400,00	R\$ 33.600,00	R\$ 6.720,00	R\$ 40.320,00
	6	Coordenador de Núcleo	40h	20	R\$ 1.300,00	R\$ 156.000,00	R\$ 31.200,00	R\$ 187.200,00
	12	Agente Social	20h	20	R\$ 600,00	R\$ 144.000,00	R\$ 28.800,00	R\$ 172.800,00
								R\$ 400.320,00
7	1	Coordenador	40h	24	R\$	R\$	R\$ 6.720,00	R\$

		Pedagógico			1.400,00	33.600,00		40.320,00
	7	Coordenador de Núcleo	40h	20	R\$ 1.300,00	R\$ 182.000,00	R\$ 36.400,00	R\$ 218.400,00
	14	Agente Social	20h	20	R\$ 600,00	R\$ 168.000,00	R\$ 33.600,00	R\$ 201.600,00
								R\$ 460.320,00
8	1	Coordenador Pedagógico	40h	24	R\$ 1.400,00	R\$ 33.600,00	R\$ 6.720,00	R\$ 40.320,00
	8	Coordenador de Núcleo	40h	20	R\$ 1.300,00	R\$ 208.000,00	R\$ 41.600,00	R\$ 249.600,00
	16	Agente Social	20h	20	R\$ 600,00	R\$ 192.000,00	R\$ 38.400,00	R\$ 230.400,00
								R\$ 520.320,00
9	1	Coordenador Pedagógico	40h	24	R\$ 1.400,00	R\$ 33.600,00	R\$ 6.720,00	R\$ 40.320,00
	9	Coordenador de Núcleo	40h	20	R\$ 1.300,00	R\$ 234.000,00	R\$ 46.800,00	R\$ 280.800,00
	18	Agente Social	20h	20	R\$ 600,00	R\$ 216.000,00	R\$ 43.200,00	R\$ 259.200,00
								R\$ 580.320,00
10	1	Coordenador Pedagógico	40h	24	R\$ 1.400,00	R\$ 33.600,00	R\$ 6.720,00	R\$ 40.320,00
	10	Coordenador de Núcleo	40h	20	R\$ 1.300,00	R\$ 260.000,00	R\$ 52.000,00	R\$ 312.000,00
	20	Agente Social	20h	20	R\$ 600,00	R\$ 240.000,00	R\$ 48.000,00	R\$ 288.000,00
								R\$ 640.320,00
Referência de Valores das Demais Despesas – Vida Saudável								
Nº de Núcleos		Material Permanente		Eventos			Total Geral	
1		R\$ 8.000,00		R\$ 12.000,00			R\$ 20.000,00	
2		R\$ 16.000,00		R\$ 24.000,00			R\$ 40.000,00	
3		R\$ 24.000,00		R\$ 36.000,00			R\$ 60.000,00	
4		R\$ 32.000,00		R\$ 48.000,00			R\$ 80.000,00	
5		R\$ 40.000,00		R\$ 60.000,00			R\$ 100.000,00	
6		R\$ 48.000,00		R\$ 72.000,00			R\$ 120.000,00	
7		R\$ 56.000,00		R\$ 84.000,00			R\$ 140.000,00	
8		R\$ 64.000,00		R\$ 96.000,00			R\$ 160.000,00	
9		R\$ 72.000,00		R\$ 108.000,00			R\$ 180.000,00	
10		R\$ 80.000,00		R\$ 120.000,00			R\$ 200.000,00	
Despesa Total por Núcleo / Vida Saudável								
Nº de Núcleos		Valor RH		Material Permanente		Eventos		Total Geral
1		R\$ 66.240,00		R\$ 8.000,00		R\$ 12.000,00		R\$ 86.240,00

2	R\$ 160.320,00	R\$ 16.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 200.320,00
3	R\$ 220.320,00	R\$ 24.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 280.320,00
4	R\$ 280.320,00	R\$ 32.000,00	R\$ 48.000,00	R\$ 360.320,00
5	R\$ 340.320,00	R\$ 40.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 440.320,00
6	R\$ 400.320,00	R\$ 48.000,00	R\$ 72.000,00	R\$ 520.320,00
7	R\$ 460.320,00	R\$ 56.000,00	R\$ 84.000,00	R\$ 600.320,00
8	R\$ 520.320,00	R\$ 64.000,00	R\$ 96.000,00	R\$ 680.320,00
9	R\$ 580.320,00	R\$ 72.000,00	R\$ 108.000,00	R\$ 760.320,00
10	R\$ 640.320,00	R\$ 80.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 840.320,00

Fonte: Diretrizes do Programa Vida Saudável / 2013

Tabela 09 – Visitas in loco 2013 (Anexo 03)Dados referentes às primeiras visitas *in loco*

Município	Ano de conveniamiento	Período	Consultor ou Consultora
Canindé/CE-IFCE	2012	18 a 19 de abril	Joanna Lessa
Assú/RN	2010	21 a 24 de abril	Saulo Rocha
São Lourenço do Sul/RS	2010	22 a 24 de abril	Keni Areias
Juiz de Fora/MG-UFJF	2012	27 a 29 de maio	Keni Areias
Dionísio Cerqueira/SC	2011	6 a 8 de junho	Maria Leonor
Santa Maria/RS-UFSM	2012	13 a 14 de junho	Maria Leonor
Porto Alegre/RS	2011	20 a 21 de junho	Keni Areias
João Monlevade/MG	2011	26 a 28 de junho	Keni Areias
Cuiabá/MT-UFMT	2012	1 a 3 de julho	Saulo Rocha
Aracaju/SE	2011	16 a 19 de julho	Joanna Lessa
Canindé/CE-IFCE	2012	4 a 6 de agosto	Joanna Lessa
São Luís/MA-UFMA	2012	6 a 11 de agosto	Joanna Lessa
Assú/RN	2010	19 a 21 de agosto	Joanna Lessa
Queimados/RJ	2011	27 a 30 de agosto	Keni areias
São Lourenço do Sul/RS	2010	29 a 30 de agosto	Maria Leonor
Dourados/MS	2012	27 1 29 de agosto	Saulo Rocha
Valença do Piauí/PI	2012	2 a 5 de outubro	Joanna Lessa
Joca Claudino/PB	2012	28 a 31 de outubro	Saulo Rocha
Igarapé/MG	2012	28 31 de outubro	Keni Areias
Quarto Centenário/PR	2012	2 a 6 de novembro	Maria Leonor
Jataí/GO	2012	5 a 7 de novembro	Saulo Rocha
Sidrolândia/MS	2012	11 a 14 de novembro	Keni Areias
Recife/PE-UFPE	2012	26 a 27 de novembro	Maria Leonor
Icapuí/CE	2012	9 a 12 de dezembro	Joanna Lessa
São José Divino/PI	2012	15 a 19 de dezembro	Keni Areias
Major Sales/RN	2012	17 a 20 de dezembro	Saulo Rocha

FONTE: Controle de acompanhamento da Cgepel – pasta DPSEL/CGEPEL/2013

Tabela 10 - Participantes da Capacitação Gerencial (Anexo 03)

ANEXO

FORMAÇÃO PREPARATÓRIA PELC E VIDA SAUDÁVEL - CHEGADA 14H DO DIA 27/11 E RETORNO 18H DO DIA 28/11

ENTIDADE	UF	AÇÃO	CONVÊNIO	PASSAGEM ME	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	CPF	RG	EMAIL	PASSAGEM TERRESTRE		PASSAGEM ÁEREA	
				COORDENADOR TÉCNICO						IDA	VOLTA	IDA	VOLTA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	AL	PELC/Urbano	DESTAQUE 2012	NÚBIA FERREIRA GUEDES	19/01/01974	82-9945-7694	848.257.154-00	1304289 SSP-AL	nubia_guedes@bol.com.br			MACEIO/BSB	BSB/CONGONHAS
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - CAMPUS CANINDÉ	CE	PELC/Urbano	DESTAQUE 2012	NILSON VIEIRA PINTO	22/09/1978	85-9181-7878	7.862.009.037.2	91002340180	nylvieira@yahoo.com.br			FORTALEZA/BSB	BSB/FORTALEZA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA	CE	PELC/Urbano	775076/2012	CLARICE FAUSTINO DE OLIVEIRA	01/05/1991	88-9286-9186	040.414.753-41	20.060.210.681-78	clarice.faustino@yahoo.com.br			FORTALEZA/BSB	BSB/FORTALEZA
PREFEITURA MUNICIPAL	CE	PELC/Urbano	775059/2012	DANILO PAULO	05/02/1991	85-8556-	043.803.323-	200098062129 SSP-	danielopaulo93@gmail.com			FORTALEZA/BSB	BSB/FORTALEZA

DE GUAÍUBA				DOS SANTOS		2273	06	CE	il.com				
PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ	GO	VIDA SAUDAVEL	774169/2012	FLAVIO FERREIRA	23/09/1986	64-3631-3844	019.379.851-48	5060939	mrflavioferreira@gmail.com	vem por conta própria	volta por conta própria	-	-
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	MA	PELC/PCT	DESTAQUE 2012	LEONARDO SANTOS CORDEIRO	15/09/1976	98-8414-4565	616.690.593-91	5945925	leonardocordeiro@ufma.br			SÃO LUÍS/BSB	BSB/SÃO LUÍS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	MG	PELC/Urbano	767916/2011	TARCILA BRETAS LOPES	25/04/1977	31-3277-1917	398.257.66-36	M-8998085	tarcila.lopes@pbh.gov.br			CONFINS/BSB	BSB/CONFINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ	MG	PELC/Urbano	776062/2012	LILIAN APARECIDA DE FREITAS	09/04/1982	31-9795-6582	058.710.326-48	MG11869943	lilian10_freitas@yahoo.com.br			CONFINS/BSB	BSB/CONFINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE	MG	PELC/Urbano	767922/2011	LÍVIO AUGUSTO BERNARDINO NUNES DOS SANTOS	27/12/1982	31-8856-5116	596.522.94-74	MG 7.122.419	livioaugustus@yahoo.com.br			CONFINS/BSB	BSB/CONFINS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	MG	VIDA SAUDAVEL	DESTAQUE 2012	ROGÉRIO DIAS GONÇALVES	16/11/1970	32-2102-3285	885.999.576-00	M5.411.359 SSP/MG	rogerio.dias@ufjf.edu.br			GALEÃO/BSB	BSB/GALEÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA	MS	VIDA SAUDAVEL	774127/2012	SÔNIA RAQUEL SANTOS DO PINHO	25/06/1972	67-3331-9280	673.095.500-72	1665297	sraquelspinho@ibest.com.br			CAMPO GRANDE/BSB	BSB/CAMPO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS	MS	PELC/Urbano	764589/2011	CARLOS MONTANIA	27/07/1966	67-9969-4135	454.896.101-15	000593405 SSP/MS	esportelaguna@gmail.com			DOURADOS/BSB	BSB/DOURADOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE	MT	PELC/Urbano	774125/2012	WEILA ROSA DA SILVA	25/07/1990	65-9954-0324	031.653.571-02	2050518-3 SSP/MT	weilarosa@hotmail.com			CUIABÁ/BSB	BSB/CUIABÁ

TANGARÁ DA SERRA													
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	MT	VIDA SAU-DAVEL	DESTAQUE 2012	TOMIRES CAMPOS LOPES	09/11/1964	65-9962-2886	317.853.521-72	460411	tiotom10@yahoo.com.br			CUIABÁ/BSB	BSB/CUIABÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOCA CLAUDINO	PB	PELC/Urbano	775073/2012	ANATÁLIA DA CRUZ SILVA	18/07/1984	83-9955-9836	059.914.224-35	2.650.504	anataliaqueiroga@gmail.com			JUAZERO/BSB	JUAZERO/BSB
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ	PB	PELC/Urbano	774110/2012	ROBSON GONÇALVES RAFAEL	15/06/1957	83-9905-8507	285.644.484-91	529.749 SSP-PB	robson.rafael2008@hotmail.com			CAMPINA GRANDE/BSB	BSB/CAMPINA GRANDE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	PE	VIDA SAU-DAVEL	DESTAQUE 2012	SIMONI CRISTHINE FRANÇA C. GOMES SILVA	27/06/1984	81-9408-1124	005.195.384-50	6120475SDS-PE	simonicfcorreia@hotmail.com			RECIFE/BSB	BSB/RECIFE
PREFEITURA MUNICIPAL DE INHUMA	PI	VIDA SAU-DAVEL	774111/2012	ANA ALICE GONÇALVES OLIVEIRA	24/06/1990	89-9906-7289	030.092.723-16	2.674.250	anaecila@hotmail.com			TERESINA/BSB	BSB/TERESINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSENHOR GIL	PI	VIDA SAU-DAVEL	774089/2012	LARISSA RIBEIRO VASCONCELOS DA SILVA	20/10/1987	86-9975-0298	026.924.703-38	2.335.025	larissarvs87@hotmail.com			TERESINA/BSB	BSB/TERESINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DOS MILAGRES	PI	VIDA SAU-DAVEL	774119/2012	ROSA MARIA OLIVEIRA DE CARVALHO	10/08/1972	86-9924-9151	471.014.233-53	1198998-PI	rosacarvalho2005@hotmail.com			TERESINA/BSB	BSB/TERESINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	PI	VIDA SAU-DAVEL	775068/2012	CINTHIA MAYARA DE	30/04/1989	86-8107-4961	036.003.643-08	2602179 SSP-PI	cinthiamay@hotmail.com			TERESINA/BSB	BSB/TERESINA

DO DIVINO				ARAÚJO CARVALH O									
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA DO PIAUI	PI	VIDA SAUDAVE L	775070/ 2012	SANDRA MARIA CARVALH O DA SILVA	26/10/1 982	89- 9986- 6174	000.50 3.283- 01	2.274.216 SSP/PI	sandracar valho50@ hotmail.co m			TERESINA/BS B	BSB/TERESINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCABEL	PR	PELC/Urb ano	774117/ 2012	MAYCON LUIZ DE ALMEIDA	05/03/1 971	45- 3902- 1346	014.89 4.409- 41	49434626	mayconl @cascave l.pr.gov.br			CASCABEL- PR/BSB	BSB/CASCABEL- PR
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTO CETENÁRIO	PR	PELC/Urb ano	774091/ 2012	SUZANA LONGHIN PENACHI ONI	26/07/1 991	44- 9922- 6092	036.12 8.101- 38	5396180	suzana_lo nghini@h otmail.co m			MARINGÁ/BS B	BSB/MARINGÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS	RJ	PELC/Urb ano	764595/ 2011	DIEGO FELIPE PESSOA DE SOUZA	25/08/1 988	21- 8580- 5526	058.63 6.497- 80	127081578	diegofelip @oi.com. br			GALEÃO/BSB	BSB/GALEÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA	RN	PELC/Urb ano	774060/ 2012	JUCELINO SOARES DE OLIVEIRA	04/03/1 976	84- 9968- 3325	970.44 4.824- 49	1.423.182	jucelinoso aresjp@h otmail.co m			NATAL/BSB	BSB/NATAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR SALES	RN	PELC/Urb ano	774059/ 2012	FRANCISC O ALCIVAN VIEIRA ALVES	22/07/1 984	84- 8127- 5572	046.47 5.244- 26	2.179.631	alcivanalv es.music @gmail.c om			NATAL/BSB	BSB/NATAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÃO ME TOQUE	RS	PELC/Urb ano	774101/ 2012	GRASIELE DE FARIAS DAHM	07/02/1 989	54- 3332- 3388	017.49 1.030- 44	710018074 9	pelcnmt@ naometoq uers.com. br			PASSO FUNDO/BSB	BSB/PASSO FUNDO
UNIVERSIDA DE FEDERAL DE SANTA MARIA	RS	PELC/PCT	DESTA QUE 2012	ROSALVO LUIZ SAWITZKI	06/02/1 958	55- 9165- 7299	211.10 8.830- 72	500773920 3	rosalvols @hotmail. com			SANTA MARIA/BSB	BSB/SANTA MARIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO	SC	PELC/Urb ano	756143/ 2011	SILVANA APARECI DA DA	23/11/1 983	49- 9142- 3726	010.90 4.659- 55	10059147-2	siusilva@ hotmail.co m			CASCABEL/B SB	BSB/CASCABEL

CERQUEIRA				SILVA									
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU	SE	PELC/Urbano	764591/2011	LIVIO KLEBER LIMA ALVES	12/02/1978	79-9991-5110/8843-3388	861.155.455-87	1030687 SSP-SE	kleber.alves@aracaju.se.gov.br			ARACAJU/BSB	BSB/ARACAJU
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE	SP	PELC/Urbano	774057/2012	SANDRO RIBEIRO DOS SANTOS	20/04/1984	16-99127-7997	328.402.478-60	455514847	sandrinho_ribeiro@hotmail.com			RIBEIRÃO PRETO/BSB	BSB/RIBEIRÃO PRETO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO CANABRAVA	PI	VIDA SAUDÁVEL	774114/2012	ADALTILANY BEZERRA CARVALHO	05/03/1989	84-9916-1106	038.080.393-37	2611878	llanybezer@hotma.com			TERESINA/BSB	BSB/TERESINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ	SC	PELC/Urbano	774058/2012	ISRAEL BOAVENTURA	28/11/1986	48-8804-5153	060.177.229-64	4.945.304	israel.boaventura@hotmail.com.br			FLORIANÓPOLIS/BSB	BSB/FLORIANÓPOLIS

ANEXO

FORMAÇÃO PREPARATÓRIA PELC E VIDA SAUDÁVEL INTERLOCUTOR SICONV - CHEGADA 14H DO DIA 28/11 E RETORNO 18H DO DIA 29/11

ENTIDADE	UF	AÇÃO	CONVÊNIO	PASSAGEM ENTIDADE	DATA DE NASCIMENTO	EMAIL
				INTERLOCUTOR SICONV		
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA	CE	PELC/Urbano	775076/2012	ANTONIO GILIARD ALBUQUERQUE DOS SANTOS	24/08/1990	gilliard148@hotmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍUBA	CE	PELC/Urbano	775059/2012	MARIA DO SOCORRO ALBUQUERQUE	31/12/1971	socorro.educsport@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ	GO	VIDA SAUDEL	774169/2012	POLLYANA DE MELO LIMA	05/08/1987	pollym_elo@hotmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	MG	PELC/Urbano	767916/2011	DIANA MARGARIDA DA SILVA	04/09/1959	dianams@pbh.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ	MG	PELC/Urbano	776062/2012	ANTÔNIO CARLOS FERREIRA DE ASSIS	04/01/1967	convenios@igarape.mg.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE	MG	PELC/Urbano	767922/2011	DÉBORA MIRANDA LIMA	11/01/1974	dmirandalima@hotmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS	MG	PELC/Urbano	775058/2012	PEDRO PAULO DA SILVA AZEVEDO	28/06/1954	ppaulosazevedo@gmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL SIDROLÂNDIA	DE	MS	VIDA SAUDAVEL	774127/2012	IVANIR ROSANE DISCHKALN ARECO	25/07/1969	ivanir_areco@hotmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DOURADOS	DE	MS	PELC/Urbano	764589/2011	MARINETE NELVO NUNES	28/01/1968	marinetenunes@yahoo.com.br
PREFEITURA MUNICIPAL TANGARÁ SERRA	DE DA	MT	PELC/Urbano	774125/2012	HELIO CLEMENTINO DOS SANTOS	10/08/1970	escritoriodeprojetos@tangaradaserra.mt.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOCA CLAUDINO		PB	PELC/Urbano	775073/2012	MACIANA DE AZEVEDO MAIA	28/03/1979	maciana.azevedo@hotmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL SUMÉ	DE	PB	PELC/Urbano	774110/2012	JEFFERSON FELIPE SILVA DE LIMA	24/03/1991	mru2182@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL ÁGUA BRANCA	DE	PI	PELC/Urbano	775078/2012	JOÃO VASCONCELOS SOBRAL	16/04/1984	gabrielvasconcelos07@hotmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL ESTANCIA TURISTICA PIRAJU	DE DE	SP	PELC/Urbano	774125/2012	INEZITA LIMA NORONHA VIANA	29/07/1955	inezitaviana@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL INHUMA	DE	PI	VIDA SAUDAVEL	774111/2012	JOSELEIDE NOGUEIRA GONÇALVES SOARES	29/03/1972	joseleidenogueira@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL MOSENHOR GIL	DE	PI	VIDA SAUDAVEL	774089/2012	JOZIMAR DE SOUSA VENÇÃO	10/09/1970	djozimar@yahoo.com.br
PREFEITURA MUNICIPAL SANTA CRUZ DOS MILAGRES	DE DOS	PI	VIDA SAUDAVEL	774119/2012	PAULINO GOMES DE ASSIS	22/06/1959	paulinoassis@bol.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO PIAUÍ	PI	VIDA SAUDAVEL	775075/2012	MÁRCIA DEYLANNE DE OLIVEIRA	24/07/1983	marciadeylanne@yahoo.com.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA VARJOTA	PI	VIDA SAUDAVEL	775072/2012	AGNALDO SILVIO SANTOS	03/04/1969	agnaldosilvio@bol.com.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO	PI	VIDA SAUDAVEL	775068/2012	FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA	07/12/1981	franciscopsjd@hotmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA DO PIAUI	PI	VIDA SAUDAVEL	775070/2012	MARIA DE FATIMA MACHADO LIRA	09/07/1953	fatimaesal@yahoo.com.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCABEL	PR	PELC/Urbano	774117/2012	SONIA DA PALMA BEDIN RANGHETTI	27/12/1959	soniab@cascavel.pr.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ	PR	PELC/Urbano	775060/2012	JANAÍNA MÜLLER	22/08/1978	janaina.muller@hotmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTO CETENÁRIO	PR	PELC/Urbano	774091/2012	ROGÉRIO PEREIRA DA SILVA	30/10/1986	rogerio.casabranca@hotmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS	RJ	PELC/Urbano	764595/2011	ELIANE MARA DE MELLO PINTO LEITE	01/01/1965	eliane.semas@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA	RN	PELC/Urbano	774060/2012	JOSÉ MARIA FILHO	17/08/1974	jmf80@hotmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR SALES	RN	PELC/Urbano	774059/2012	ANTONIO ALDIANIO VIEIRA ALVES	20/11/1989	aldianio.alves20@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA	RS	VIDA SAUDAVEL	774120/2012	LISIANE DIEHL	19/07/1972	cp1@estrela-rs.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE NÃO ME TOQUE	RS	PELC/Urbano	774101/2012	KATIUSCA DE OLIVEIRA	11/06/1978	katiusca@naometoquers.com.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIRCE REIS	SP	VIDA SAUDAVEL	774167/2012	WENDEL CARLOS FRIOZI GRIGOLIN	28/09/1989	wendel.grigolin@hotmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	SP	VIDA SAUDAVEL	774094/2012	PATRÍCIA MAXIMO DOS SANTOS	09/03/1979	patricia.santos@saobernardo.sp.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ	SC	PELC/Urbano	774058/2012	ODÉCIA ALMEIDA DE SOUZA	27/09/1981	odeciasouza@hotmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA	SP	PELC/Urbano	774113/2012	JANINE PEREIRA DE ASSIS	06/05/1980	itaquaprojetos@hotmail.com

ANEXO							
FORMAÇÃO PREPARATÓRIA PELC E VIDA SAUDÁVEL REPRESENTANTE DA ENTIDADE - CHEGADA 14H DO DIA 27/11 E RETORNO 18H DO DIA 28/11							
ENTIDADE	UF	AÇÃO	CONVÊNIO	PASSAGEM e HOSPEDAGEM ENTIDADE	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	EMAIL

				REPRESENTANTE DA ENTIDADE			
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	PE	VIDA SAUDAVEL	DESTAQUE 2012	TEREZA LUIZA DE FRANÇA	05/01/1951	81-9117-6191	sansilsi@uol.com.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTANCIA TURISTICA DE PIRAJU	SP	PELC/Urbano	774125/2012	PATRÍCIA VIEIRA LIMA OLIVEIRA	14/03/1980	14-99817-1740	patyygirlvl@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIRCE REIS	SP	VIDA SAUDAVEL	774167/2012	ADIORJANIZ DOS SANTOS GONÇALVES	15/09/1989	17-3694-1114	adiorjaniz@gmail.com
							-

ANEXO

FORMAÇÃO PREPARATÓRIA PELC E VIDA SAUDÁVEL PARTICIPANTES QUE VIRÃO POR CONTA PRÓPRIA

ENTIDADE	UF	AÇÃO	CONVÊNIO	TUDO POR CONTA DA ENTIDADE	CPF	RG	DATA DE NASCME NTO	TELEFONE	EMAIL
				PARTICIPA NTE QUE VIRÁ A MAIS					
PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ	GO	VIDA SAUDAVEL	774169/2012	JULIANA CARNEIRO GUIMARÃES	008.427.2 21-06	4228389	21/03/1985	64-8121-5450	juguimaraes2004@hotmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ	MG	PELC/Urbano	776062/2012	WAGNER VIANA DE JESUS	542.044.7 06-10	MG5366800	06/01/1970	31-9725-8447	wvianadejesus@yahoo.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA	MT	PELC/Urbano	774125/2012	JOSÉ BERNADIN O DA SILVA FILHO	298.689.0 41-53	0271388-8 SSP/MT	25/12/1963	65-9916-0021	bernadino@tangaradaserra.mt.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE INHUMA	PI	VIDA SAUDAVEL	774111/2012	DANIEL RUFINO DE HOLANDA	021.412.2 63-84	2.240.260	10/01/1982	89-9982-6503	danielrufino81@hotmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL	PR	PELC/Urbano	774117/2012	DENISE ALINE PERONDI VICARRI DOS SANTOS	020.487.1 49-27	5.156.694-7	09/05/1976	45-3902-1348	denisev@cascavel.pr.gov.br
									-

Tabela 11 – Programação (Anexo 03)

**1º CAPACITAÇÃO GERENCIAL DO PELC
COORDENADORES E INTERLOCUTORES SICONV**

Brasília - Local: Hotel Nacional

28 e 29 de novembro de 2013

Local: Hotel Nacional

Setor Hoteleiro Sul - Quadra 01 - Bloco A Brasília - Distrito Federal

Programação

28/11/13 - Manhã		
8h – 8h20min - Recepção dos Participantes		
8h20min	Solenidade de Abertura	Ricardo Cappelli Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social Andrea Ewerton Diretora DEDAP Randal Farah Diretor DEGEP Coordenadores Gerais
9h30min	Dinâmica de Apresentação	Equipe CGEPEL
10h15min – 10h30min Coffee Break		
10h15min	Dinâmica: “De que Esporte, Lazer, Cultura, Inclusão e Participação Social estamos falando?”	Equipe CGEPEL e Formadores PELC
10h45min	Panorama atual, limites e possibilidades na implantação e desenvolvimento do Programa Esporte e Lazer da Cidade	Ana Elenara Pintos Coordenadora Geral de Esporte e Lazer DEDAP/SNELIS
11h15min	Sistema de Acompanhamento e Monitoramento Pedagógico do PELC	Equipe CGEPEL
11h30min	Sistema de Formação de Agentes Sociais do PELC	Helder Isayama UFMG
12h – 14h – Almoço		
28/11/13 - Tarde		
14h	Sistema de Monitoramento e Avaliação - Mimboé	Equipe CGEPEL e Consultores Regionais do PELC
15h	Divulgação e Identidade Visual do PELC	Gustavo Gouveia ASCOM - ME Wanessa Sousa - CGEPEL
15h30min – Intervalo		
16h	Manual de Orientações Preliminares e Ordem de Início	Maria Susana Gois Coordenadora de Acompanhamento Operacional de Convênios
17h	Execução dos Convênios e Termos de Cooperação do PELC	Equipe CGAO
17h30min – Encerramento da Programação e Entrega de Certificados		

29/11/13 – Manhã		
08h30	Boas Vindas aos Interlocutores SICONV	Andrea Ewerton Diretora DEDAP Randal Diretor DEGEP Coordenadores Gerais
9h - 10h30min	A gestão do SICONV no PELC – Processos e Incidências na Execução	Diego Tonietti Equipe CGAO
10h30min – 10h40min - Intervalo		
10h40 – 12h	A gestão do SICONV no PELC – Processos e Incidências na Execução	Diego Tonietti Equipe CGAO
12h – 14h – Almoço		
14h – 17h	A gestão do SICONV no PELC – Processos e Incidências na Execução	Diego Tonietti Equipe CGAO
17h30min	Coffee Break e Encerramento com entrega de certificados	

Anexo 4 – Rede CEDES

A Rede **CEDES – Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer** foi criada em 2003 como ação programática do Ministério do Esporte, à época gerenciada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da Secretaria Nacional de Esporte e Lazer – SNDEL, com uma ação voltada, inicialmente, para o fomento da pesquisa integrada ao Programa Brasil Potência Esportiva, na ação “Estudos e pesquisas científicas e tecnológicas para o desenvolvimento do esporte”.

Em 2004, a ação “Estudos e pesquisas”, junto com a de “Edição e distribuição de material técnico e científico relacionados ao esporte recreativo e de lazer”, transformou-se na Rede CEDES, integrando o conjunto de ações do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC, direcionado para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Esporte e do Lazer.

Neste contexto, foram estabelecidos como objetivos para Rede, produzir pesquisas induzidas e semi-induzidas, visando maximizar o acesso ao conhecimento científico e tecnológico nas áreas da gestão do esporte recreativo e do lazer, bem como difundir os resultados dos estudos e pesquisas realizados pela Rede CEDES.

A Rede está composta por Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas sem fins lucrativos, que se constituem em Núcleos da Rede, podendo ser constituídos por um ou mais grupos da mesma Instituição. Estimula os novos grupos de estudos e os já integrados aos Núcleos da Rede a continuar a produzir e difundir conhecimentos voltados para o aperfeiçoamento e a qualificação de projetos, programas e políticas públicas de esporte recreativo e de lazer, por meio da produção e difusão de conhecimentos fundamentados nas Ciências Humanas e Sociais.

Historicamente a Rede CEDES fomenta estratégias de ações, tais como os Centros de Memória e museus; apoio a periódicos brasileiros que registram, difundem e compartilham publicamente (por meio impresso e digital) o conhecimento construído nas áreas de Educação Física, do Esporte e do Lazer; produção e difusão de publicações; Repositório Vitor Marinho que se constitui por um espaço para preservação da produção da Rede CEDES, implantado pelo Núcleo da Rede na Universidade Federal de Santa Catarina (arquivamento, discussão, acesso, democratização e publicização das pesquisas e publicações dos seus pesquisadores) dentre outras ações interligadas com o cenário esportivo e de lazer.

Tendo em vista as ações desenvolvidas, cabe registrar que a Rede viveu momentos importantes em sua trajetória, dos quais podemos citar a parceria com instituições públicas brasileiras para apoio a pesquisas voltadas ao esporte recreativo e ao lazer; seguido da ampliação de parcerias com grupos de estudos de Instituições de Ensino Superior particulares sem fins lucrativos e a criação em 2007 do primeiro Edital Público para seleção de projetos de apoio a pesquisas de esporte e lazer.

Outro momento importante que cabe destaque se deu pela nova configuração do Ministério do Esporte, com a fusão de duas Secretarias Nacionais - SNEED (de Esporte Educacional) e SNDEL (de Esporte e de Lazer), que resultou na Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNELIS, que agrega o Departamento de Desenvolvimento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – DEDAP onde a Rede está atualmente institucionalizada.

Diante das fragilidades vivenciadas no exercício de 2011 e 2012, período de reestruturação vivido pelo ME/SNELIS, representantes de pesquisadores foram recebidos pela Secretaria Executiva a fim de repensar e reorganizar a estrutura da Rede com o objetivo de valorizá-la para que esta atinja um grau superior dentro do Ministério.

Na oportunidade foram elencadas pelos pesquisadores algumas preocupações: a falta de estrutura para o funcionamento dos Núcleos da Rede, indefinição de autoridade institucional que responderia pelo Programa, e principalmente o pagamento parcial dos projetos aprovados na Chamada Pública nº 01/2011. Dessa forma, acordou-se como meta para o exercício de 2013 a realização do Seminário Nacional da Rede CEDES.

Realizado em 2013, o “Seminário Nacional da Rede CEDES: 10 anos de produção” teve por objetivo apontar caminhos para as políticas de investimento no campo da pesquisa através da Rede, bem como analisar os desafios estratégicos voltados para a qualificação das políticas públicas de esporte e lazer.

Em decorrência do seminário, foram sistematizadas propostas na elaboração de um Documento Final, que se encontra anexado a este relatório. **(Texto 01 do Anexo 04 - Documento Final_SEMINARIO NACIONAL REDE CEDES - RESPOSTA SNELIS)**

Com vistas ao fortalecimento da Rede, o Ministério por intermédio do DEDAP definiu algumas ações, metas e desafios a serem executados no exercício de 2014 que tem relação ao estabelecido no Documento resultante do Seminário.

A ação estruturante na aplicação dos recursos disponíveis para fomento e difusão de pesquisas foi executada em 2013 através da Chamada ME/CNPq Nº 091/2013 - Seleção pública de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, voltados para o desenvolvimento do Esporte em suas diferentes dimensões. Mesmo não tendo como foco central a REDE CEDES, esse edital possibilitou participação dos diversos pesquisadores da rede no processo de seleção supracitado.

A ação **20JS** atende às ações da Rede Cedes, constituída por este Ministério desde 2003, cujo objetivo reside no fomento à pesquisa integrada. Para tanto, foram formalizados 3 (três) Termos de Cooperações, a saber:

- ✓ (duas) parcerias com a Universidade de Brasília, para a realização do COMBRACE e Seminário Nacional da Rede Cedes – 10 Anos de Produção, respectivamente, Termo Cooperação nº 016/2013 e nº 017/2013; e
- ✓ 1 (um) Termo de Cooperação nº 038 com a Universidade Federal de Minas Gerais para a realização do Encontro Nacional de Recreação e Lazer - ENAREL.

Por último, foi formalizado o Convênio nº 787093/2013 com a Universidade Estadual de Maringá, objetivando a realização do V Congresso Internacional de Pedagogia do Esporte e II Congresso Internacional de Educação Física e Esporte Olímpico e Paraolímpico.

Registra-se, ainda, a suplementação de valores dos termos de cooperação com a Universidade Federal de Paraná – UFPR, e com a Universidade Federal de Pernambuco.

Cabe salientar que o produto dos estudos é difundido por meio digital e acesso aberto (site do ME e Repositório da Rede CEDES). O Repositório Institucional da Rede CEDES beneficia gestores, agentes e estudiosos envolvidos com as políticas sociais de esporte e lazer. Ademais, destacamos que no exercício de 2013 foi publicado o livro “Jogo Tradicional e Cultura”, fruto da pesquisa do Termo de Cooperação firmado com a Universidade Federal de Santa Maria e o livro “Lazer em Ouro Preto e Mariana: espaços e equipamentos”, resultado da Parceria com a Universidade Federal de Ouro Preto.

Texto 01 Documento Final SEMINARIO NACIONAL REDE CEDES - RESPOSTA SNELIS (Anexo 04)

SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE CEDES:

10 anos de produção

- DOCUMENTO FINAL -

Em consonância com exercício democrático, direito constitucional e vigilância ao cumprimento da deliberação da III Conferência Nacional de Esporte, contida na Linha 5 (Ciência e Tecnologia) da ação 2 que responsabiliza o Ministério do Esporte pela “ampliação do apoio e fomento às pesquisas para a qualificação de políticas públicas de esporte e lazer.”, os pesquisadores reunidos no Seminário Nacional da REDE CEDES, promovido pelo Ministério do Esporte em conjunto à Coordenação dos Pesquisadores desta Rede e institucionalmente organizado pela Universidade de Brasília, nos dias 30 de setembro e 01 de outubro de 2013, na cidade de Brasília/DF aprovaram as seguintes propostas com vistas ao fortalecimento da REDE CEDES:

I – Quanto a estruturação da REDE CEDES:

1. A REDE CEDES deve contar com uma equipe técnica específica no Departamento de Desenvolvimento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social da SNELIS para gerenciar e acompanhar o seu cotidiano;

A Rede está sob responsabilidade da Coordenação de Geral de Estudos e Pesquisas – coordenadora - Ana Elenara da Silva Pintos, contudo terá acompanhamento operacional dos convênios/ Termos de Cooperação vigentes pelo DEPARTAMENTO DE GESTÃO da SNELIS, através da coordenação de acompanhamento operacional – coordenadora Maria Susana Gois.

Iremos construir coletivamente um sistema de monitoramento das pesquisas financiadas, como já possuímos dos demais programas e ações dessa SNELIS, temos certeza que isso trará avanços para consolidá-la de fato como rede, marcaremos em breve um encontro para tratar esse assunto que deverá entrar em funcionamento a partir de 2014.

2. Deve ser providenciada, imediatamente, a atualização dos dados informativos da REDE CEDES no site do Ministério do Esporte, bem como, a lista de discussão dos pesquisadores;

A atualização do Portal do ME, não é de competência específica de nossa Secretaria, importa informar que está em curso a revisão do Portal, sob comando de setores específicos para esse fim e os conteúdos afetos a rede fazem parte da agenda de reformulação.

3. Garantia da manutenção e qualificação do Repositório com a vinculação obrigatória, por mandado, dos pesquisadores que compõem a Rede CEDES, tendo como nova denominação: REPOSITÓRIO VITOR MARINHO;

Já mantivemos contato com o parceiro UFSC – Prof Giovanni que está orientado a enviar oficialmente o pleito, inclusive com os ajustes necessários para inclusão do nome em homenagem ao Prof Vitor Marinho.

4. Garantia da difusão do conhecimento por meio de ação cooperativa com a Revista Brasileira de Ciências do Esporte e outras a serem definidas, bem como, edições de cadernos especiais direcionados aos gestores de políticas públicas de esporte e lazer;

A proposta deve ser enviada com mais detalhes para que possamos emitir parecer sobre esse pleito.

5. Realização de reuniões técnicas sistemáticas com a Coordenação Nacional de Pesquisadores da REDE CEDES, bem como, realização periódica do Seminário Nacional da REDE CEDES;

Iremos incluir no cronograma de 2014 o Seminário REDE CEDES e nele propomos a escolha da Coordenação Nacional da Rede, com representação dos pesquisadores e com os representantes SNELIS, bem como validarmos a estrutura da REDE, em atenção as contribuições encaminhadas pelo I Seminário, bem como outras sugestões que possam ser debatidas no próximo encontro.

6. Criação de critérios e recursos para o funcionamento dos Núcleos e/ou Grupos de Pesquisa da REDE CEDES.

II – Quanto a composição da REDE CEDES

A REDE CEDES é composta, inicialmente, por todos os pesquisadores proponentes cadastrados, presentes na “Lista Oficial do Seminário Nacional de 2013” e que concorram ao Edital (ME/CNPq/2013), além dos pesquisadores vinculados às pesquisas induzidas. Em caso de impedimento de participação no Edital do CNPq será considerada a manifestação de interesse do pesquisador em permanecer na REDE.

Esse ponto sugiro validação do próximo encontro já incluindo os pesquisadores que tiverem pesquisas aprovadas para 2014 e outros que tenham ficado de fora da convocação do Seminário e que possamos avaliar pertinente a incorporação. Precisaremos avançar no regimento para funcionamento da rede de forma mais efetiva e sistematizada em busca da consolidação enquanto rede. Ao tempo em que agradecemos todas as contribuições e acreditamos que grande parte delas foram contempladas na versão final do Edital CNPq (de uma forma ou outra). Reitero que o Edital não foi exclusivo da rede e por isso nem todas as expectativas e demandas da REDE foram recebidas, o que não nos impede de dar continuidade em nosso diálogo em busca da consolidação da REDE CEDES, por entender a importância da mesma para a Gestão da SNELIS.

III – Quanto ao Edital (ME/CNPq/2013):

Todas essas contribuições, conforme registrada na apresentação feita no Seminário, acerca da incerteza quanto a possibilidade de recepção no Edital em curso, poderão ser tratadas na próxima edição do Edital, bem como podem ser apresentadas como sugestão do Edital PROEXT a ser lançado em janeiro próximo, importa dizer que nosso prazo para envio das contribuições para o EDITAL 2014/2015 é 30 de novembro de 2013.

1. Que o comitê especial e o corpo de pareceristas do Edital (ME/CNPq/2013) sejam constituídos, paritariamente, por pareceristas das áreas biodinâmica e sociocultural/pedagógica. Em não havendo pareceristas suficientes da área sociocultural/pedagógica dentre os pesquisadores de Produtividade do CNPq, que o corpo de pareceristas do edital seja complementado por pesquisadores afetos a esta subárea, atuantes na pós-graduação em Educação Física no Brasil, mesmo que esses não sejam bolsistas de produtividade do CNPq.
2. Que as linhas do Edital (ME/CNPq/2013) contemplem e sejam agrupadas nas seguintes áreas temáticas:

2.1 Esporte, Educação, Lazer e Inclusão social - estudos e pesquisas com vistas a qualificação do desenvolvimento do esporte educacional, recreativo e de lazer para a inclusão social através de suas ações integradas na área dos programas sociais esportivos e de lazer.

Linhas correspondentes:

- a) Práticas corporais, culturas rurais, urbanas e tradicionais;
- b) Cultura escolar, esporte escolar e universitário;
- c) Projetos sociais de esporte e lazer.

2.2 Infraestrutura, Megaeventos, Futebol e Direitos do Torcedor - estudos e pesquisas com vistas à contribuição e melhoramento do futebol e dos eventos olímpicos e paralímpicos como um todo no Brasil, entre eles o incentivo a uma cultura de respeito e qualificação dos direitos do torcedor e os preparativos dos Megaeventos da Copa do Mundo da Fifa 2014 e Jogos Olímpicos de 2016, bem como a infraestrutura adequada para o fomento dos esportes em suas diferentes manifestações e lazer em geral.

Linhas correspondentes:

- a) Megaeventos, economia e cadeia produtiva;
- b) Modalidades Olímpicas e Paralímpicas;
- c) Legados sociais, ambientais e esportivos.

2.3 Mídia, memória, história e documentação - estudos e pesquisas com vistas às ações de colaboração e cooperação entre o Ministério do Esporte e demais ministérios, estados e municípios, poderes executivo e legislativo, no que tange as políticas públicas de esporte e lazer nas suas dimensões da gestão permanente da informação e disseminação do conhecimento nesta área.

Linhas correspondentes:

- a) Mídia e gestão da informação e disseminação do conhecimento do Esporte e Lazer;
- b) Memória e história da Educação Física, Esporte e Lazer;

2.4 Sistema Nacional de Esporte e Lazer, financiamento e gestão democrática - estudos e pesquisas com vistas às ações de colaboração e cooperação entre o Ministério do Esporte e demais ministérios, estados e municípios, poderes executivo e legislativo, no que tange as políticas públicas de esporte e lazer nas suas dimensões da estrutura administrativa, dos recursos humanos, financiamento e controle democrático dos sistemas nacional, estadual e municipal de Esporte e Lazer

- a) Política Nacional de Esporte e Sistema Nacional de Esporte e Lazer;
- b) Políticas, programas e ações de esporte e lazer: gestão e avaliação.
- c) Perfil do esporte e lazer nos municípios, estados e DF: gestão, espaços e equipamentos, recursos humanos, financiamento e controle democrático.

- 3. Dos recursos: Que 70% da distribuição dos recursos seja equitativa às linhas de pesquisa e que 30% da distribuição dos recursos sejam destinados a partir das demandas;
- 4. Da regionalidade: Que sejam assegurados pelo menos 30% dos recursos para as regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste, contemplando ainda, ao menos, um projeto por estado da federação, onde houver demanda qualificada.
- 5. Que o financiamento das pesquisas contemple despesas tais como: bolsas para estudantes e pesquisadores sem restrições para servidores públicos, eventos, passagens, materiais de consumo e permanentes, serviços de terceiros; infraestrutura, divulgação do conhecimento produzido; produção de livros e periódicos.
- 6. Que as condições básicas para apresentar projetos sejam: titulação de mestre ou doutor e participação formal em Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq;
- 7. Que os critérios básicos para avaliação dos projetos sejam, proporcionalmente, assim distribuídos:

a) mérito do projeto: 60%,

b) produção do pesquisador na linha pleiteada no edital: 40%.

Brasília, 01 de outubro de 2013.

Pesquisadores de Políticas Públicas de Esporte e Lazer
Seminário Nacional da REDE CEDES

Anexo 5 – Jogos e Eventos

A **Coordenação-Geral de Jogos e Eventos – CGJEV** foi criada no ano 2012 com objetivo principal de contribuir para a estruturação e apoio ao desenvolvimento de uma política de esporte educacional, articulando as ações voltadas à formação esportiva, iniciação esportiva e competições estudantis, bem como apoiar ações ligadas ao estudo e prática de esporte e lazer.

O exercício de 2013 para essa Coordenação-Geral foi marcado por questões importantes, a serem avaliadas pelo impacto das mesmas na gestão dos trabalhos, dentre reorganização da Coordenação-Geral; mudanças na equipe; mudanças físicas; relevando-se:

- a) **Adaptação dos trabalhos ao modelo de gestão:** adequação quanto à formatação de projeto padrão, para submissão de projetos técnicos; e início de estudos para atualização das Diretrizes de eventos;
- b) **Inserção da coordenação na ação de representação intersetorial** do Ministério do Esporte: em Conselhos, Comissões, Grupos de Trabalho, entre outros.

Assim, após essa reestruturação, foram estabelecidas como principais competências da CGJEV as seguintes:

- ✓ Contribuir para a formulação e implementação dos programas, projetos e ações destinados à realização de Jogos e Eventos, visando ao desenvolvimento do esporte educacional, de lazer e inclusão social;
- ✓ Propor ações que estimulem a valorização histórico-cultural de jogos estudantis e eventos de lazer, garantindo a participação de estudantes, de comunidades específicas, de portadores de deficiências e de necessidades especiais;
- ✓ Efetuar o acompanhamento e o controle dos programas, projetos e ações referentes à sua área de atuação;
- ✓ Monitorar e avaliar os programas, projetos e ações de sua área de atuação, construindo indicadores e instrumentos de registro para o aperfeiçoamento administrativo, técnico e de fiscalização;
- ✓ Promover a realização de estudos e pesquisas sobre as práticas esportivas e paraesportivas, visando subsidiar e aperfeiçoar a ação governamental sobre sua área de atuação, fomentando a produção do conhecimento na área;
- ✓ Estabelecer parcerias com entidades nacionais de administração desportiva escolar e universitária, órgãos governamentais e instituições privadas para implementação de ações voltadas a realização de Jogos e Eventos estudantis e de lazer;
- ✓ Promover a realização de pesquisas de avaliação de resultados e de avaliação de impacto das Políticas de Esporte Estudantil; e
- ✓ Participar de representação intersetorial do Ministério do Esporte em Conselhos, Comissões, Grupos de Trabalho, entre outros.

Assim, no ano 2013 a CGJEV foi responsável pela análise pedagógica de projetos técnicos de Jogos e Eventos (no âmbito do Esporte Educacional e do Esporte Participação), com elaboração de parecer de mérito, acompanhamento pedagógico até a execução do evento.

Apesar de um quadro em fase de reestruturação acima descrito, foi realizado um conjunto de ações em parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Escolar – CBDE, Confederação Brasileira de Desporto Universitário – CBDU, Ministério da Defesa, Universidade Federal de Minas Gerais, Prefeitura de Macapá, Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho, Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Montes Claros.

Ademais, foram analisados Projetos Técnicos de Emendas Parlamentares destinadas às Prefeituras de Paranavaí, Toledo, Cidade Gaúcha e Cianorte do Estado do Paraná; de Vila Rica no Mato Grosso; e à Secretaria Estadual para Assuntos da Copa FIFA 2014 do Governo da Bahia. Em 2013 não houve realização de Chamada Pública mediante Edital.

Portanto, visando otimizar o processo de formalização das parcerias (considerando o grande percentual de propostas a serem formalizadas) e sendo a CGJEV responsável pela análise pedagógica inicial do pleito, bem como pelas primeiras orientações e aprovação do projeto técnico preliminar, foi estabelecido o seguinte fluxo para o processo de formalização:

- Recebimento do ofício e projeto técnico;
- Análise da pertinência;
- Abertura de processo;
- Contatos de orientação ao parceiro, através de ligações telefônicas e email orientador;
- Análise de mérito do projeto técnico;
- Aprovação, por meio de parecer anexado ao processo;
- Tramitação do processo para o setor de formalização, para abertura do SICONV e andamento do processo de formalização;
- Acompanhamento do processo, até a finalização da formalização de cada convênio e execução do evento.

Outra ação fundamental desenvolvida pela CGJEV foi a participação em atividades e eventos, como representante do Ministério do Esporte, em 13 (treze) representações intersetoriais.

Contudo, algumas foram redefinidas e redistribuídas nas demais coordenações, permanecendo no final de 2013 com a participação em 05 (cinco) representações intersetoriais, quais sejam: Conselho Nacional da Juventude - CONJUVE; Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA; Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil - CONAETI; PROJETO RONDON e Juventude Rural.

I. Programa de Realização e Apoio a Eventos e Competições de Esporte Participativo e de Esporte Escolar

Para 2013 estava previsto um Orçamento de R\$ 23.287.00,00 (vinte e três milhões, duzentos e oitenta e sete mil reais). No orçamento/dotação atualizada da ação 20JQ, foi empenhado efetivamente R\$ 22.767.318,51 (vinte e dois milhões, setecentos e sessenta e sete mil, trezentos e dezoito reais e cinquenta e um centavos), o que representa aproximadamente 100% do total aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Apresentamos a seguir os eventos realizados a partir da ação 20JQ. Vale ressaltar que o recurso destinado ao evento Jogos dos Povos Indígenas, apesar de estar na ação 20JQ, é analisado e acompanhado pela Coordenação-Geral de Políticas Esportivas indígenas.

II. Eventos e Competições Educacionais

Na tabela abaixo constam os **Eventos** realizados no **Plano Orçamentário 001** que foram empenhados e descentralizados pela Ação 20JQ em 2013:

Tabela – Eventos 2013 – Empenhos e Descentralizações

Ação 20JQ - PO 0001 - Eventos e Competições Educacionais				
FAVORECIDO	EVENTO	LOCAL	DATA	Valor Custeio R\$
CBDU - Confederação Brasileira de Desporto Universitário	27ª Universíade de Verão	Kazan - Rússia	Kazan - Rússia	5.405.908,29
	Universíade de Inverno	Brasília/DF	Brasília/DF	177.480,00
Ministério da Defesa	Olimpíadas dos Colégios Militares	Campinas/SP	Agosto	274.792,25
				225.207,75
				-71,60
	Competições Escolares das Escolas Militares	Pirassununga e Guaratinguetá/SP, Angra dos Reis/RJ	Agosto	240.000,00
				60.000,00
CBDE - Confederação Brasileira do Desporto Escolar	Seminário do Desporto Escolar	Fortaleza - Ceará	Março	1.300.626,20
	Mundial de Basquetebol	Famagusta - Chipre	Março/abril	
	Mundial de Natação	Herzliya - Israel	Abril	
	Mundial de Tênis	Albury Wodonga - Austrália	Abril	
	Mundial de Futebol de Campo	Bordeaux - França	Abril	
	Mundial de Orientação	Monto Gordo - Portugal	Abril	
	Mundial de Vôlei de Praia	Palma de Mallorca - Espanha	Maio	
	Seletiva dos Jogos Mundiais - Gymnasiade 2013)	Brasília/DF	Set	356.150,00
	Jogos Escolares Mundiais e Reunião da ISF- Gymnasiade 2013)	Brasília/DF	Nov/Dez	6.515.798,13
	Jogos Sul Americano Escolar	Mar Del Plata/Argentina	Nov	1.066.680,00

Fundo Desenvolvimento Desportivo de Mato Grosso	Jogos Povos Indígenas	Cuibá-MT	Nov	2.999.444,13
Total				18.622.015,15

A principal ação realizada com a Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE) foi o apoio ao Calendário Esportivo.

Dos 10 eventos apoiados, destacamos três principais de grande repercussão mundial que tiveram acompanhamento “in loco” da CGJEV: **a)** Seletiva da Gymnasiade/2013; **b)** Jogos Sulamericanos Escolares e **c)** Gymnasiade - Jogos Mundiais Escolares.

a) A “**Seletiva dos Jogos Escolares Mundiais – Gymnasiade 2013**” foi realizada em Brasília/DF, no período de 12 a 16 de setembro de 2013 e consistiu em etapa preparatória para o evento principal dos Jogos Mundiais Escolares (Gymnasiade).

Ressalte-se que a **GYMNASIADE** consiste em um evento esportivo realizado no âmbito educacional, sendo o mais importante evento esportivo escolar mundial, com realização de 4 em 4 anos pela Organização da International School Sport Federation - ISF (Federação Internacional do Esporte Escolar).

A seletiva teve como objetivos gerais: incentivar, desenvolver e ampliar a oferta de oportunidades de prática esportiva na área educacional, representando e divulgando o desporto escolar brasileiro da melhor forma em eventos internacionais.

Teve ainda como objetivos específicos: organizar e selecionar a delegação brasileira que representará o nosso país no GYMNASIADE 2013, nas modalidades de atletismo, xadrez, karatê, judô, natação, nos naipes masculinos e femininos, na faixa etária de 14 a 17 anos; incentivar o desenvolvimento das modalidades esportivas nas instituições de ensino fundamental e médio; divulgar o esporte escolar brasileiro nacionalmente; inserir e manter o esporte escolar brasileiro na comunidade esportiva nacional.

Participaram desta “Seletiva dos Jogos Escolares Mundiais – Gymnasiade 2013-”, 18 Estados (AM, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PE, PI, RJ, RN, RS, SC, SE, SP), 541 alunos / atletas, 75 técnicos, 27 dirigentes/fisioterapeutas/chefes de delegação e 130 participantes formando a equipe de arbitragem, totalizando 773 pessoas envolvidas no evento.

b) Os Jogos Sul Americanos Escolares é um evento internacional, que no ano 2013 foi organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e realizado em Mar Del Plata – Argentina (XIX Jogos Escolares Sul-Americanos), no período de 21 a 28 de novembro de 2013.

Os Jogos são destinados a crianças de 12 a 14 anos e contou em 2013 com a participação de 2.000 atletas de 11 países: Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Uruguai, Paraguai, Peru, Suriname e Venezuela.

As modalidades realizadas foram: basquetebol, voleibol, xadrez, tênis de mesa, natação, atletismo, atletismo para atletas com deficiência, futsal e handebol.

Durante os referidos Jogos aconteceu a Assembléia Geral do Conselho Sulamericano de Desporto (CONSUDE). Como parte dos Jogos Escolares Sul-Americanos XIX Mar del Plata 2013, a reunião geral do CONSUDE teve a participação de representantes participantes dos jogos.

A delegação brasileira teve 190 participantes. No total 11 países participaram do evento. O Brasil conquistou 84 medalhas no total, sendo **49 de ouro, 22 de prata e 13 de bronze**.

c) Os Jogos Mundiais Escolares - GYMNASIADE 2013 é o maior evento escolar mundial, que envolveu o Governo de vários países. A Gymnasiade-2013 ocorreu em Brasília e, com participação de 35 países.

Brasília foi escolhida pela *International School Sport Federation* como sede dos Jogos Mundiais Escolares, pois venceu, por dez votos a sete, a disputa com Palma de Mallorca na Espanha, e foi a primeira cidade das Américas a sediar este evento.

As modalidades definidas pela ISF para a Gymnasiade em Brasília foram: Atletismo, Natação, Ginástica Artística, Ginástica Rítmica e Ginástica Aeróbica. E a CBDE em conjunto com a Secretaria de Esporte e Ministério do Esporte, incluiu mais 03 (três) modalidades no programa: Judô, Xadrez e Karatê;

O evento também foi dirigido pela ISF e organizado junto a sua filiada Confederação Brasileira de Desporto Escolar - CBDE, em parceria com o Governo do Distrito Federal e o Ministério do Esporte.

A participação do Brasil na **Gymnasiade** teve um bom resultado, conquistando 63 medalhas, sendo, portanto, um marco para o esporte escolar brasileiro.

Tabela - Quantitativo de medalhas do Brasil na Gymnasiade 2013

N.	Modalidades	OURO	PRATA	BRONZE
	Atletismo	5	5	4
	Judô	2	7	6
	Karatê	7	8	4
	Ginástica Aeróbica		1	3
	Ginástica Artística	2	1	1
	Ginástica Rítmica	1	1	1
	Natação			1
	Xadrez	1	2	
	TOTAL	18	25	20

Registre-se que anteriormente o melhor resultado do Brasil em Gymnasiade tinha sido no Qatar em 2009, onde o Brasil ficou em 9º lugar com 09 medalhas – 5 de ouro, 2 de prata e 2 de bronze.

III. Eventos e Competições de Participação

Os **Eventos** realizados no **Plano Orçamentário 002** que foram empenhados e descentralizados pela Ação 20JQ em 2013 estão explicitados na tabela abaixo:

Tabela – EVENTOS 2013 - EMPENHOS E DESCENTRALIZAÇÕES

Ação 20JQ - PO 0002 Eventos e Competições de Participação				
FAVORECIDO	EVENTO	LOCAL	DATA	Valor Custeio R\$

Ministério da Defesa	III CAVALGADA DA INDEPENDENCIA	São Paulo - SP	Set	164.452,24
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	25º Encontro Nacional de Recreação e Lazer - ENAREL 2013	Ouro Preto/MG	Nov	237.600,00
Universidade Estadual de Maringá - UEM	V Congresso de Pedagogia e II Congresso Internacional de Educação Física	Maringá/PR	Dez	127.408,39
Prefeitura Municipal Macapá	Copa do Mundo Marcílio dias	Macapá/ Amapá	Dez	300.000,00
Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho	Copa do Mundo 2014 é no Cabo Futebol Estudantil	Cabo Santo Agostinho/PE	Nov	3.000.000,00
Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES -	2º Encontro Internacional de Pesquisadores de Esporte, Saúde, Psicologia e Bem - Estar	Montes Claros/ MG	Dez	350.000,00
Total				4.179.460,63

Apresentamos a seguir na tabela abaixo o total de eventos realizados pela Ação 20JQ em 2013:

Tabela – Eventos Realizados

Quantitativo Eventos 2013 - PO001		Quantitativo Eventos 2013 - PO002	
Entidade	Qtd	Entidade	Qtd
CBDU	1	Ministério da Defesa	1
CBDE	10	Universidade Federal	1
Ministério da Defesa	2	Universidades Estaduais	2
Jogos Indígenas	1	Prefeitura	2
Total (POs)	14	Total	6
Total Geral de Eventos			21

Já os eventos oriundos de Emendas Parlamentares publicadas em 2013 foram no total 06 (seis), destruídos na tabela abaixo:

Tabela – Eventos – Emendas Parlamentares

AUTOR	FAVORECIDO	UF	EVENTO	DATA	EMPENHO CUSTEIO
Dep. João Carlos Bacelar	SECOPA- Sec. Est. Para Assuntos da Copa da FIFA 2014	BA	Circuito Popular de Mobilização Esportiva para COPA 2014		R\$ 2.000.000,00
Dep. Valtenir Pereira	Prefeitura Municipal de Vila Rica	MT	Regional de Moto Cross	15/09/2013 a 08/12/2013	R\$ 200.000,00
Dep. Zeca Dirceu	Prefeitura Municipal de Paranaíba	PR	Copa Futsal Paranaíba 60 anos	25/01/2014 a 30/03/2014	R\$ 100.000,00
Dep. Zeca Dirceu	Prefeitura Municipal de Toledo	PR	Jogos Abertos de Toledo - Segunda Edição	09/05/2014 a 17/05/2014	R\$ 100.000,00

Dep. Dirceu Zeca	Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha	PR	MotoCross Paranaense - Etapa Final	23/11/2013 a 24/11/2013	R\$ 100.000,00
Dep. Dirceu Zeca	Prefeitura Municipal de Cianorte	PR	Campeonatos de Modalidades Esportivas	08/03/2014 a 29/03/2014	R\$ 100.000,00
Total					R\$ 2.600.000,00
Quantitativo					6

Portanto, tem-se como resultados significativos do trabalho na CGJEV:

- 47 processos foram abertos e 47 entidades tiveram os seus projetos técnicos aprovados e inseridos no SICONV;
- Realizadas orientações pedagógicas a 33 entidades;
- Foram empenhadas 21 propostas de Eventos;
- Foram realizados somente 03 acompanhamentos in loco.

Destaca-se, por fim, a parceria com o Ministério da Defesa, as Competições Escolares das Escolas Militares, Jogos dos Colégios Militares e a 3ª Cavalgada da Independência.

Embora não tenha havido uma participação técnica direta na execução dos eventos, eles representam relevante ação no que tange ao desenvolvimento do esporte escolar em âmbito militar.

A prática esportiva no ambiente das Forças é tradição, contribui significativamente para o desenvolvimento do esporte nacional e tem papel relevante na história do esporte brasileiro.

Anexo 6 – Políticas Esportivas Indígenas

A Coordenação-Geral de Políticas Esportivas Indígenas – CGPEIN foi criada em 23/09/2012 como projeto estratégico do Ministério do Esporte e com o intuito de promover a interação entre as etnias e povos indígenas existentes em todo o território nacional por meio de projetos e programas esportivos, na busca da valorização do esporte tradicional indígena, efetuada por meio das práticas e manifestações corporais. Por outro lado, busca-se a difusão do Esporte da Era Moderna com intuito da inclusão e valorização dos atletas indígenas no rol da profissionalização, por meio de programas específicos a serem criados, ampliando e valorizando os programas já existentes no Ministério do Esporte com a perspectiva de efetivar a participação dos atletas indígenas.

Vale ressaltar que a oportunidade criada para os povos indígenas especificamente no Ministério do Esporte é um sonho almejado por estes povos há algumas décadas, mesmo que de forma isolada. Sendo assim, busca-se efetivar de forma conjunta, responsável e organizada, programas que atendam a expectativas do público esportista indígena, ouvindo e respeitando a cada povo sem distinção ideológica, cultural, credo, costume ou educacional. Para isso é extremamente necessário a participação deste público nos eventos, seminários, assembleias, reuniões e debates organizados pelo Ministério do Esporte.

I. Público Alvo

A CGPEIN busca trabalhar com todos os povos indígenas e em todas as faixas etárias, uma vez que tais povos nas suas ações sempre trabalharam no coletivo, respeitando a interveniência dos anciões, tendo apenas a especificação de idade quando tratado de programas específicos que desenvolvam ações direcionadas a um público especial.

II. Princípios

O desenvolvimento do trabalho da CGPEIN tem nos seus princípios o respeito aos mandamentos do povo indígena, respeitando a ancestralidade dos líderes (cacique, tuxaua, lideranças espirituais e anciãos), os rituais e demais celebrações. Para as decisões de quaisquer modalidades culturais e esportivas referentes aos povos indígenas e seus costumes/ tradições, manifestação corporal, além de outras, quando da criação de projetos ou programas que venham ser implementados, a CGPEIN buscará o entendimento coletivo, ouvindo os povos indígenas e suas organizações por meio de consulta e apreciação das normas e leis vigentes.

III. Meios de Difusão

A CGPEIN conta com as Organizações Indígenas (ONG's Indígenas) como principais aliados e parceiros na divulgação e difusão de seus trabalhos para com as comunidades indígenas, inclusive por se tratar de dimensão geográfica extensa e complexa. Além dessas, divulgará também pelo próprio site do Ministério e demais veículos de comunicação quando necessário.

IV. Objetivo Geral

A CGPEIN, dentro de suas competências e possibilidades, buscará incentivar, fomentar e valorizar o esporte tradicional indígena, a fim de perpetuar a prática de suas manifestações corporais, costumes e tradições, respeitando a especificidade de cada povo no que diz respeito ao envolvimento ou não com a sociedade envolvente (não indígena). Além disso, buscará também

implementar programas e projetos voltados a esse público, fomentando a participação, ampliação e efetivação de programas já existentes no Ministério do Esporte, no intuito da valorização dos atletas indígenas dando-lhes, na medida do possível, a oportunidade de ascensão no esporte profissional.

V. Resultados Diretos Esperados:

- Reafirmação da cultura indígena, buscando a socialização, confraternização e perpetuação entre etnias;
- Incentivar, fomentar, valorizar e fortalecer a prática esportiva e lazer nas comunidades indígenas;
- Fortalecer a cultura e o esporte por meio das atividades motoras e corporais tradicionais;
- Promover a interação entre os participantes e membros das comunidades indígenas locais;
- Oportunizar à população indígena a prática esportiva e aos atletas indígenas o encaminhamento às devidas instâncias quando identificados talentos.

VI. Resultados Indiretos Esperados:

- Desenvolver valores étnicos, morais, éticos coletivos, individuais e sociais;
- Divulgação do esporte como método de aprendizagem social, étnico, cultural, ético, moral e esportivo;
- Melhorar a auto-estima dos participantes visando o crescimento da participação efetiva nos esportes;
- Desenvolver conteúdos que associem a prática de atividades físicas com a melhora na saúde física, mental e qualidade de vida;
- Promover, difundir e valorizar o intercambio étnico-cultural-esportivo.

VII. Articulações realizadas/concluídas

• “Jogos dos Povos Indígenas JPI 2013”

Consiste em ação estruturada do Ministério do Esporte, a qual vem sendo realizada desde 1996 e representando a primeira iniciativa em favor dos Povos Indígenas no âmbito do Esporte.

Com dimensão nacional (em termos de participação de diversas etnias) e cultural (devido a valorização/resgate do esporte autóctones), representa a maior ação do governo federal em favor da população indígena.

A Edição de 2013, embora tenha sido inicialmente prevista para outubro, foi concretizada em novembro de 2013, na cidade de Cuiabá/MT, por meio de convênio com Governo do Estado do Mato Grosso.

Tal evento contou com a maior participação de etnias (46) e de indígenas (1.600), inclusive com a presença de representantes indígenas internacionais, oportunidade em que foi objeto de debate os “Jogos Mundiais dos Povos Indígenas 2015”.

VIII. Ações em desenvolvimento

- **“Sistema Informatizado Indígena”**

Esse Sistema já foi desenvolvido pela CGSIS/SNELIS há mais de 01 ano, tendo por finalidade dar suporte aos trabalhos da CGPEIN, devido a necessidade de informações sobre as comunidades e povos indígenas (com os contatos e endereços de todas as Etnias Indígenas e suas organizações). O objetivo é proporcionar dados/informações mais precisos das etnias e povos indígenas nas suas respectivas localidades, regiões, estados e organizações indígenas (ONG's) o que facilitará a detecção de necessidade ou risco social e em consequência o planejamento e execução de futuros projetos e programas. Contudo, a alimentação de informações nesse Sistema ainda está sendo iniciada, uma vez que esta unidade está enfrentando dificuldades para obter os Bancos de Dados atualizados das Associações Indígenas.

- **I Fórum Nacional de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas**

I Fórum Nacional de Esporte e Lazer para Povos Indígenas. Este fórum, embora iniciado em setembro de 2012 e prevista sua realização para abril de 2013, não conseguiu ser efetivado na data prevista, adiando-se para novembro do mesmo ano. Mas devido questões técnicas da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT para atender aos requisitos formais, não foi possível novamente ser executado. Este Fórum foi reprogramado para 2014, tendo em vista que será o instrumento primordial para início das ações de políticas públicas promovidas pela CGPEIN/DEDAP/SNELIS/ME, por meio das quais as lideranças indígenas validarão os trabalhos desta Secretaria. Terá a participação de 150 lideranças indígenas (dentre adultos, jovens, anciões e líderes espirituais) e mais 15 mediadores indígenas (os quais são estudiosos e colaboradores dos movimentos indígenas). Além destes, terá a participação de Doutores e Mestres estudiosos do esporte e conhecedores da causa indígenas.

- **Festival e Jogos das Escolas e Comunidades Indígenas – FJEI's**

Evento previsto inicialmente para ser realizado no Município de Pacaraima, estado de Roraima, no norte do Brasil, envolvendo 44 (quarenta e quatro) Comunidades Indígenas, com 23 (vinte e três) Escolas nelas existentes. O apoio para este Festival foi solicitado desde outubro de 2012. Devido a inadimplência da Prefeitura Municipal de Pacaraima, que se estendeu até o último dia 31 de dezembro de 2012, ficou inviabilizada a descentralização do recurso financeiro naquele exercício. Assim, em setembro de 2013, a verba foi novamente solicitada por meio da Universidade Federal de Roraima/UFRR, para realização do mesmo Festival. Contudo, por problemas técnicos da Universidade foi novamente inviabilizado, sendo reprogramada a ação para o ano de 2014, cabendo à entidade requerente atender aos requisitos legais.

- **Jogos Indígenas Interculturais Pataxó**

Jogos que acontecem na cidade de Porto Seguro/BA, envolvendo as etnias Pataxó e Pataxó Raráãe. A Prefeitura solicitou a esta Secretaria o apoio por meio do Ofício nº 0229/13-GAB, datado em 14 de outubro de 2013, já estando em curso as articulações/procedimentos necessários para o cumprimento das formalidades inerentes à formalização.

IX. Ações iniciadas

- **Programa Moroi'yewî'**

Tem o principal objetivo de identificar atletas indígenas potenciais para serem encaminhados posteriormente para esporte de alto rendimento. Esta ação iniciou com o planejamento desde julho de 2012, prevendo o seu desenvolvimento até as últimas classificatórias/eliminatórias para 2013. Contudo, em virtude da mudança de gestão e novo entendimento quanto à competência dessa ação, a continuidade da articulação com os povos indígenas ficou para ser reavaliada em 2014.

- **Jogos Indígenas do Interior Paulista**

Este Evento atenderá os povos indígenas, envolvendo as etnias Guarani, Kaiowá, Terena, Kaingang, Tupi, Tupi-guarani e Krenak do interior paulista. A ação foi iniciada pela CGPEIN em Fevereiro de 2013. Contudo, devido à dificuldade de encontrar uma instituição que propusesse o projeto ao Ministério do Esporte, não possível a efetivação do pleito em 2013. Há expectativa de dar continuidade a esta ação em 2014, embora não tenha definida a entidade proponente.

- **Seleção Indígena Brasileira de Futebol**

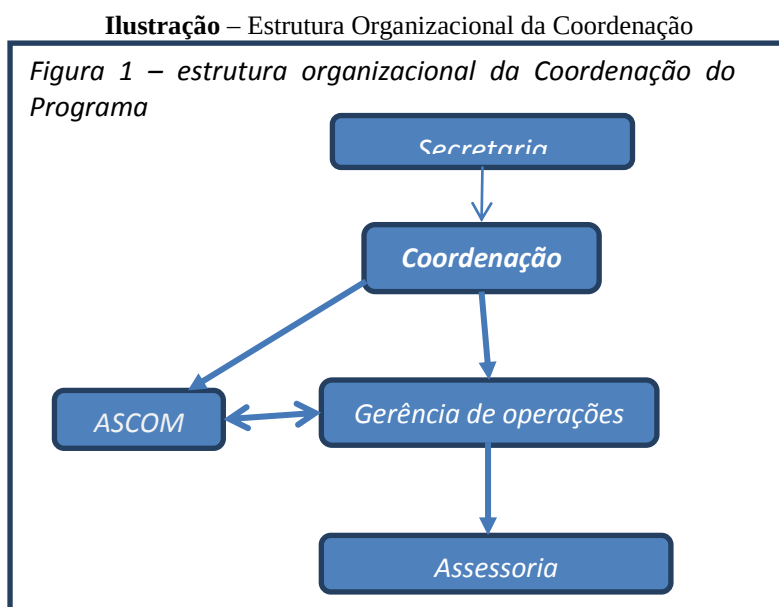
Esta Seleção envolve várias etnias indígenas de todo o Brasil. Solicitado o apoio financeiro ao Sr. Ministro do Esporte – Aldo Rebelo, na ocasião dos XII Jogos dos Povos Indígenas 2013, em Cuiabá. Este pleito se refere ao apoio para participação da referida Seleção na “I Copa América de Futebol Indígena”, em abril de 2014, na Colômbia. Ainda em fase de definição de proponente.

Importa registrar, por fim, que a não conclusão de parte das ações também sofreram impactos decorrentes da ausência de passagem para deslocamento de representante para participação das principais Assembléias anuais e nestas fazer a divulgação direta das ações, visto que na população indígena a informação e acerto verbal direto prevalecem.

Ademais, vale ressaltar que a CGPEIN também ainda está em processo de estruturação, tendo em vista o pouco tempo de sua constituição, ainda demandando fortalecer seu corpo técnico, com especialistas em procedimentos administrativos e na cultura indígena.

Anexo 7 – Programa Brasil Voluntário

O Brasil Voluntário é ação do Ministério do Esporte, vinculada à Secretaria Executiva para materializar o objetivo 0686 – Coordenar, monitorar, e fomentar esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados. A estrutura de Coordenação do Programa está estabelecida conforme Ilustração abaixo:



Como meta 2012 – 2015 definiu-se pelo apoio ao programa de voluntariado da Copa do Mundo FIFA 2014, com a mobilização de 30.000 voluntários, 7 mil para o ano de 2013 e 23 mil para o ano de 2014.

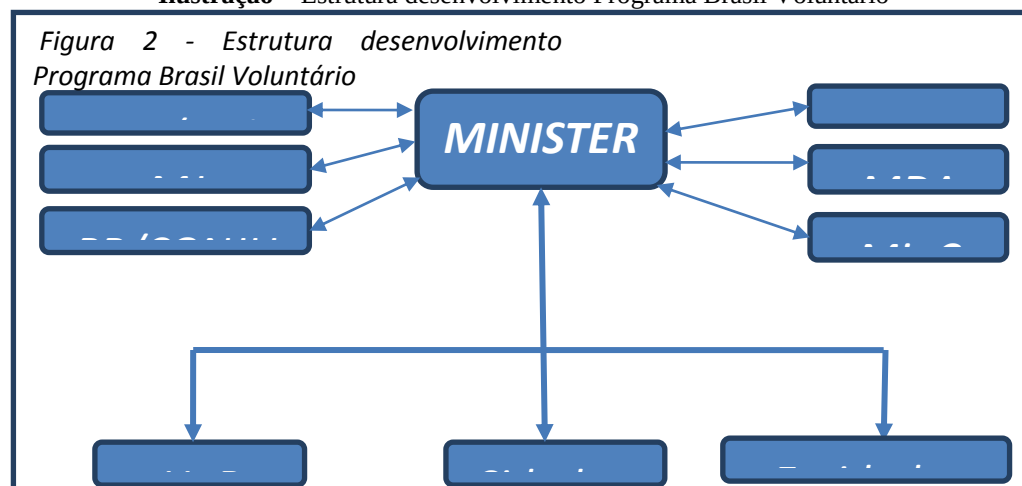
Para o cumprimento de tal meta, o Brasil Voluntário, programa de voluntariado do Governo Federal, foi criado para atender a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014.

A atuação dos voluntários é integrada com o programa de voluntariado dos organizadores do evento e funcionará como uma ampla rede de mobilização, que irá atuar em pontos de mobilidade, aeroportos, eventos de exibição pública, áreas de fluxo, entorno dos estádios e centros abertos de mídia, nas cidades onde houver. Nestes locais, eles darão suporte ao público-alvo de atendimento: torcedores, imprensa não credenciada, turistas e população em geral.

I. Modelo adotado para o desenvolvimento/acompanhamento

Como o evento Copa do Mundo implica em responsabilidades compartilhadas entre as gestões federais, estaduais e municipais, optou-se por fazer o desenvolvimento e acompanhamento compartilhado do programa Brasil Voluntário com os gestores locais das cidades-sede. Por atuar de forma transversal com vários setores operacionais do evento, o Ministério do Esporte também conta com o apoio direto de outras pastas ministeriais para o desenvolvimento do programa, conforme ilustração a seguir:

Ilustração – Estrutura desenvolvimento Programa Brasil Voluntário



II. Ajustes realizados em face do formato previamente apresentado (com as correspondentes justificativas)

Ainda que em um momento inicial houvesse um fracionamento dos quantitativos de voluntários, optou-se por concentrar toda a mobilização e inscrição de voluntários como responsabilidade da Coordenação do Programa, com o apoio das SECOPAS locais. Desta feita, ainda que os voluntários sejam todos nacionais, estão divididos por cidades-sede, o que atende ao comando de regionalização da meta.

Após a experiência da Copa das Confederações, após análise dos mapas de demandas de voluntários para a Copa do Mundo apresentado por cada uma das doze cidades-sedes do evento, optou-se por um ajuste nas metas de mobilização para o ano de 23 mil para 18mil voluntários, visto que foi constatado que o quantitativo de 1.500 voluntários por cidade-sede supre a necessidade local de apoio voluntário ao evento Copa do Mundo FIFA 2014.

III. Resultados Alcançados

Durante o ano de 2013, foram sensibilizadas **43 mil pessoas** para participar do programa, com a seleção de **13 mil candidatos** para participar dos cursos de capacitação à distância. Destes, **7 mil** se mostraram aptos a participar da capacitação presencial. Ao final de todo o processo de capacitação, foram convocados **4.285 voluntários** para atuar na Copa das Confederações.

Ainda que o programa de voluntariado tenha operado de maneira extremamente satisfatória, cumprindo as atribuições definidas em seu escopo, as inúmeras manifestações populares realizadas durante os jogos da Copa das Confederações tiveram um impacto considerável na operação do programa, visto que afetou diretamente a frequência dos voluntários, que poderia ter sido bem maior.

IV. Desafios

O cenário de possíveis manifestações durante a Copa do Mundo 2014 impõe como desafio a Coordenação do programa a busca de formas de sensibilizar os inscritos da importância do trabalho que o programa de voluntariado irá desempenhar, ao ser o apoio da cidade para os visitantes e expectadores, e assim tentar amenizar a evasão de inscritos durante a execução do programa em 2014.

Anexo 8 – Emendas Parlamentares

No segundo semestre de 2013, passou para a responsabilidade da **Assessoria Técnica do Gabinete – ATG** o acompanhamento da execução das Emendas Parlamentares ao orçamento do Ministério do Esporte, destinadas às **Ações 20JP** – Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social; **20JQ** - Realização e Apoio a Eventos e Competições de Esporte Participativo e de Esporte Educacional; e **20JS** – Fomento à Pesquisa, Memória, Difusão e Formação em Políticas Sociais de esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, nos seguintes Programas no SICONV:

- **5100020130012 (Ação 20JP):**

Descrição: A Ação visa atender crianças e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas e outras ações para o seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social. Viabilizar ações de financiamento e capacitação de recursos humanos, aquisição e distribuição de material didático e didático-esportivo. Implantar ações de esporte e de lazer para a população de todas as idades. Implantar ações e projetos que ampliem o acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer. Apoiar projetos de esporte e de lazer e a produção de material esportivo.

Finalidade: Desenvolver ações com vista a manter e ampliar o acesso ao esporte e lazer a toda a população brasileira, em especial, aos escolares. Gerar renda em comunidades com risco social por meio da produção de material desportivo, visando fomentar e apoiar os programas sociais e estratégias de esporte e lazer.

- **5100020130013 (Ação 20JQ):**

Descrição: A Ação visa promover e apoiar eventos de esporte e lazer, inclusive os de criação nacional, identidade cultural, natureza comunitária e interdisciplinar. Viabilizar a participação em eventos que possibilitem a indicação à iniciação e à vivência esportiva, além de desenvolver e apoiar ações ligadas aos estudos, diálogos e práticas de esporte e lazer.

Finalidade: Ampliar o acesso ao esporte a todas as faixas etárias por meio do apoio a eventos de esporte e lazer; estruturar e apoiar o desenvolvimento de uma política de esporte estudantil, articulando as ações voltadas à formação esportiva (múltiplas vivências), iniciação esportiva e competições estudantis.

- **5100020130014 (Ação 20JS):**

Descrição: Promover, apoiar, fomentar, divulgar e desenvolver ações ligadas à produção e difusão da informação, do conhecimento e da memória do esporte educacional, de lazer, recreativo, participativo e de inclusão social, por meio do apoio a grupos de estudos e pesquisa, em regime complementar e por tempo determinado; realização de concursos, com premiação e divulgação dos trabalhos, ações que promovam a consolidação de redes de intercambio científico e tecnológico, nacional e internacional; promoção e apoio a eventos científicos e tecnológicos de intercambio e formação; e publicação, via meios eletrônicos e físicos, de livros, catálogos, anuários, periódicos científicos nos campos do esporte educacional, de lazer, recreativo, participativo e de inclusão social; além de desenvolver e apoiar ações ligadas aos estudos, diálogos e práticas de esporte educacional, de lazer,

recreativo, participativo e de inclusão social.

Finalidade: Fomentar, promover, preservar, apoiar e divulgar a produção e gestão da informação, do conhecimento e da memória dos campos do esporte educacional, de lazer, recreativo, participativo e de inclusão social, incluindo o esporte de criação nacional e identidade cultural, contribuindo para a implantação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer e efetivação da Política Nacional do Esporte.

Registre-se que até junho de 2013 as atuações referentes às Emendas Parlamentares, no âmbito da SNELIS, ficavam sob a competência da Coordenação Geral de Formalização de Convênios – CGFOR.

Ao assumir o desafio de viabilizar a execução das Emendas Parlamentares, esta Assessoria Técnica deu continuidade às ações iniciadas pela CGFOR, que tiveram como estratégia:

- Orientar os Assessores Parlamentares na correção dos problemas técnicos ocorridos nas Emendas (mudança de grupo de natureza de despesa, mudança de modalidade de aplicação e mudança de ação). Nesse sentido, foi encaminhada correspondência a todos os Parlamentares solicitando a indicação de beneficiários, dados complementares e informando os problemas identificados na composição das Emendas;
- Promover a mobilização e organização junto às entidades indicadas para receber os recursos oriundos das Emendas. Para dar celeridade ao processo de formalização dos convênios, em 04 de julho de 2013 foi realizado o **I Encontro de Orientação e Exposição de Programas da SNELIS** (Documento 01 do Anexo 08- Programação), que teve por objetivo a apresentação dos programas que compõem as Ações 20JP, 20JQ e 20JS. Na ocasião, 77 Projetos foram representados por Assessores Parlamentares e/ou Dirigentes das entidades beneficiadas;
- Orientar os representantes das entidades indicadas na construção dos Projetos Técnicos de acordo com os Programas da SNELIS. Para fazer essa orientação, ficaram à disposição os técnicos do Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais – DEDAP;
- Orientar os representantes das entidades indicadas no cadastramento das Propostas no Sistema de Convênios do Governo Federal – SICONV. Para fazer essa orientação, ficaram à disposição os técnicos da Coordenação Geral de Formalização de Convênios – CGFOR, que tiveram a responsabilidade de registrar todas as orientações no referido Sistema – Aba Parecer;
- Cadastrar as Emendas e seus beneficiários no SICONV, bem assim monitorar a inclusão das propostas apresentadas pelas entidades no mesmo Sistema. Esta ação teve importância fundamental no retorno aos Parlamentares do descumprimento dos prazos fixados para cadastramento das propostas (30 de novembro), atendimento das diligências em tempo hábil para análise e tramitação processual;
- Gerenciar a interlocução entre as áreas técnicas e os Assessores Parlamentares. Para tanto, foi promovido contato periódico com tais assessores na busca de evitar ruídos na comunicação, manter o controle das informações e solucionar problemas nos projetos;

- Acompanhar no Diário Oficial da União as publicações de termos de convênios, decretos e projetos de lei sobre as Emendas Parlamentares. Com isso, foi possível manter o controle da situação de cada Emenda que precisou de alteração ao longo do ano;
- Acompanhar e agilizar os procedimentos relativos à formação de processo e solicitação de empenho das Emendas, quando da autorização e disponibilidade do limite orçamentário pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República – SRI/PR. Para tanto, foram realizadas reuniões entre as coordenações gerais da SNELIS – CGJEV, CGPEL e CGFOR – com vistas à reorganização dos fluxos de orientações iniciais (ofícios e roteiro de procedimentos) e análise dos projetos (orientação pedagógica, análise técnica e ajustes dos instrumentos utilizados);
- Convidar, para audiência com o Secretário Nacional, os Deputados que fizeram indicações para projetos/entidades que não estavam respondendo às diligências, com vistas à favorecer a interface e respectivo atendimento;
- Enviar correspondência aos Parlamentares comunicando o indeferimento das propostas apresentadas às Emendas 2013, em atendimento ao disposto no Art. 20, inciso II, da Portaria Interministerial nº 274, de 1º/8/2013, ficando o registro no SICONV sob a responsabilidade da CGFOR;

I. Análise da Execução por Ação Orçamentária - Emendas

No referido exercício, foram apresentadas **81 Emendas** ao orçamento dessas Ações, sendo desmembradas em **144 projetos**, assim distribuídos por ação (Planilha 01 do Anexo 08 – Emendas apresentadas LOA 2013):

- **20JP:** apresentadas **60** Emendas Parlamentares, que se desmembraram em **107** projetos;
- **20JQ:** apresentadas **20** Emendas Parlamentares, que se desmembraram em **36** projetos;
- **20JS:** apresentada apenas **01** Emenda Parlamentar.

Contudo, foram autorizados pela SRI/PR apenas **92 projetos** (Planilha 02 do Anexo – Emendas autorizadas pela SRI/PR).

Apesar dos esforços envidados por esta UJ para viabilizar todos os projetos apresentados (levantamentos situacional e SICONV, na Planilha 01 do Anexo 08 – Emendas apresentadas LOA 2013), somente **64** foram empenhados, correspondendo à execução de 80% do crédito autorizado pela SRI (R\$ 19.847.670,20), **totalizando o montante de R\$ 15.862.829,29** (Planilha 02 do Anexo 08 – Emendas autorizadas pela SRI em 2013):

- **20JP:** 42 projetos empenhados no valor de R\$ 10.462.829,29;
- **20JQ:** 21 projetos empenhados no valor de R\$ 5.100.000,00;
- **20JS:** 01 projeto empenhado no valor de R\$ 300.000,00.

Na sequência, principalmente em virtude das dificuldades técnicas das entidades (de diagnóstico e de planejamento para elaboração dos planos de aplicação e de projetos para a captação de recursos junto à União), foram finalizados apenas **16** projetos, assim distribuídos por ação:

- **20JP: 10** finalizados;
- **20JQ: 6** finalizados;
- **20JS: nenhum** finalizado.

Desta forma, **48 projetos tiveram os empenhos cancelados** por não conseguirem atender ao prazo estabelecido para apresentação da proposta (30/11/2013) ou não cumprirem em tempo hábil as exigências constantes da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507, de 24/11/2011 para a celebração dos convênios.

De outra parte, vale destacar que, embora não tenham sido empenhadas as Emendas nº 27880006 (do Deputado Romário, destinando R\$ 500.000,00 para o município de Belford Roxo/RJ e R\$ 500.000,00 para o município de Niterói/RJ) e nº 27850004 (da Deputada Lilian Sá, destinando R\$ 198.835,00 para o município de Seropédica/RJ), os referidos municípios foram beneficiados pelo Projeto **“Legado Esportivo e de Lazer nas Cidades-Sedes da Copa do Mundo e regiões metropolitanas”**, com recursos provenientes da dotação consignada ao Ministério do Esporte no Orçamento Fiscal da União para 2013/2014, ressalte-se que superiores ao previsto nas referidas Emendas.

O município de Belford Roxo/RJ recebeu o **R\$ 1.866.600,00 (um milhão, oitocentos e sessenta e seis mil e seiscentos reais)** para do desenvolvimento do Programa Segundo Tempo. Já para o município de Niterói foi destinado a importância de **R\$ 2.104.320,00 (dois milhões, cento e quatro mil e trezentos e vinte reais)** e para o município de Seropédica/RJ o valor de **R\$ 1.691.520,00 (um milhão, seiscentos e noventa e um mil e quinhentos e vinte reais)**, ambos para o desenvolvimento do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

II. Dificuldades encontradas na execução das Emendas Parlamentares

Dentre as questões administrativas, podemos citar 03 grandes dificuldades encontradas na execução das Emendas Parlamentares, no ano de 2013:

1. A publicação somente em 30 de outubro de 2013 (DOU de 31.10.2013) do Decreto de reforço de dotação da Lei Orçamentária em favor do Ministério do Esporte (e outros), onde 43 projetos aguardavam a alteração de GND 4 (recursos de capital) para GND 3 (recursos de custeio);
2. Encaminhamento das listas de autorização dos limites orçamentários, por parte da Secretaria de Relações Institucionais – SRI/PR, somente no segundo semestre de 2013 e de forma gradativa: a primeira lista foi recebida em 20/08/13 autorizando o empenho de 47 projetos; a segunda em 14/10/13 liberando mais 32 projetos; e, por fim, a terceira lista em 04/11/2013 autorizando o empenho de mais 13 projetos;
3. Publicação tardia da Lei nº 12.911 de 18 de dezembro de 2013 (DOU de 19.12.2013), que versa sobre a abertura do Orçamento Fiscal da União em favor do Ministério do Esporte (e outros) e de Operações Oficiais de Crédito, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. No escopo dessa Lei 8 (oito) projetos tiveram mudança de Ação Programática.

Diante disso, considerando que o tempo médio que norteia os trabalhos de instrução processual - análise técnica pedagógica e administrativa (SICONV), emissão de pareceres, empenhos, nota

jurídica e assinatura de um convênio é de aproximadamente 45 dias, constata-se que os atrasos aqui apresentados impactaram diretamente no desempenho da execução orçamentária.

Dentre as dificuldades técnicas encontradas, podemos elencar a falta de pessoal para o atendimento de toda a demanda de formalização de convênios da Secretaria - Emendas Parlamentares, Projetos de Legado, Chamadas Públicas dos programas, Eventos Esportivos e Propostas Voluntárias, além da saída de servidores do setor sem a devida reposição e a baixa remuneração dos salários, o que implica desmotivação para o trabalho e excesso de tarefas para os que ficam.

Os Congressistas e Assessores costumam ter dificuldades nos mesmos pontos todos os anos, seja durante a destinação da Emenda quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual, seja na sua viabilização.

Cumprе repetir que a principal dificuldade verificada, que por vezes impede a execução das Emendas Parlamentares, reside no fato dos representantes das entidades não terem conhecimento suficiente das técnicas de diagnóstico, planejamento, elaboração dos planos de aplicação e de projetos para a captação de recursos junto à União. Em alguns casos, há falta de interesse ou não previsão orçamentária para arcar com os recursos financeiros de contrapartida do projeto.

Assim, mesmo com orientações constantes, em 2013 foram registradas 43 solicitações de mudança de GND, 8 mudanças de Ação, 2 Emendas canceladas, 01 Emenda com indicação de instituição privada (2 projetos) e 7 Emendas sem indicação de beneficiário, além de várias propostas com falta de aderência aos objetivos dos programas e valores incompatíveis com os estabelecidos.

Portanto, alguns avanços ainda são necessários na operacionalização das Emendas, como: instrumentos regulatórios para a execução de convênios; controle e busca da eficácia, eficiência e efetividade; orientação das entidades beneficiadas para operacionalizar o SICONV e planejar os projetos.

Documento 01 Programação (Anexo 08)

**Reunião de Orientação e exposição de Programas da SNELIS/ME
para execução das Emendas Parlamentares 2013**



04/07/2013		
MANHÃ		
Participantes: Parlamentares, Assessores e Representantes das Instituições Indicadas		
Horário	Conteúdo	Palestrante (s)
09h00 – 09h30	Abertura	Ricardo Cappelli (Secretário SNELIS) e João Luiz Santos dos Santos (Chefe de Gabinete do ME)
09h30 – 10h15	Diretrizes dos Programas Esporte e Lazer da Cidade, Vida Saudável e Segundo Tempo	Ana Elenara Pintos e Claudia Bernardo (Coordenadores dos Programas SNELIS)
10h15 – 10h30	Intervalo	
10h30 – 11h45	Oficina de Formalização	Maria Susana Góis de Araújo (Coordenadora Geral SNELIS)
11h45 – 12h30	Encerramento (Orientações e cronograma)	Andréa Ewerton (Coordenadora Geral SNELIS) Andréa Barbosa (ASPAR)
12h00 – 12h30	Orientações personalizadas	Equipe de Formalização SNELIS

Planilha 01 – Emendas Apresentadas – LOA 2013 (Anexo 08)

EMENDAS APRESENTADAS - LOA 2013

5100020130012 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES E APOIO A PROJETOS DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL - 27.812.2035.20JP

Nº	UF	Parlamentar	Emenda	Partido	Valor da Emenda	Valor Indicado	Nome do Beneficiário	Número da Proposta	Levantamento Situacional	Levantamento SICONV
1	SP	Senador ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES	29700005	PR	300.000,00	300.000,00	Prefeitura de São Paulo	093347	Parlamentar solicitou alteração da Funcional 5450 (Infraestrutura) para 20JP (R\$ 300.000,00); Alteração da Ação - Lei nº 12.911, de 18 de dezembro de 2013 (DOU de 19.12.2013); Enviado para DEDAP fazer a orientação técnica em 23.12.2013, porém não houve tempo para tramitação e análise da proposta; Emenda autorizada mas não empenhada	Proposta cadastrada no SICONV em 13.12.2013. Em 23.12.2013 registra-se o parecer - Prezados Proponentes, Favor ajustar a proposta conforme orientações em anexo.
2	RS	ALCEU MOREIRA	28580002	PMDB	200.000,00	200.000,00	Prefeitura de Estrela/RS	046437	Entidade optou por apresentar projeto ao PST Navegar, mas estava com convênio em vigência até dia 25 de dezembro; <u>Não houve comunicação formal ao parlamentar sobre a impossibilidade de firmar dois convênios para o mesmo objeto em tempo de substituir a entidade beneficiada;</u> Entidade também já	Em 19.12.2013 registra-se no SICONV o parecer - segue documentação para formalização da parceria.

									tinha sido contemplada com o PST Padrão e com o Projeto Vida Saudável; Diligência posta no SICONV em 05.12 com prazo de atendimento para 11.12.2013; Nota de Cancelamento nº NE001103 de 30.12.2013.	
3	SP	ARNALDO FARIA DE SÁ	14100018	PTB	200.000,00		-	-	Parlamentar não apresentou a indicação de beneficiário no prazo estabelecido.	Nenhum registro foi encontrado.
4	RJ	AUREO	27780014	PRTB	500.000,00	500.000,00	Secretaria de Esporte Lazer do Estado do Rio de Janeiro	087707	Emenda não autorizada.	Proposta cadastrada no SICONV em 29.11.2013. Sem análise técnica.
5	RJ	BENEDITA DA SILVA	13100004	PT	200.000,00	200.000,00	Prefeitura de Barra do Pirai/RJ	038251	Não houve alteração significativa; Diligência postada no SICONV em 23.12.2013 e não atendida pelo beneficiário; Nota de Cancelamento nº NE001075 de 30.12.2013.	Última diligência postada em 23.12.2013 - Fazer as adequações necessárias conforme diligência encaminhada.
6	SP	CÂNDIDO VACCAREZZA	25410009	PT	1.000.000,00	250.000,00	Prefeitura de Cubatão/SP	038814	CONCLUÍDO - Em 30.12.2013 saiu publicado o Extrato do Convênio nº 785377/2013 no DOU; Aguardando pagamento	Última diligência postada em 19.12.2013 - Nota técnica complementar 157/2013-CGFOR/DEGEP/SNELIS/NE.

										Certidão Negativa de Débito Estadual, solicitamos também o anexo de nova Certidão.
7	GO	CARLOS ALBERTO LERÉIA	19530004	PSDB	220.000,00	220.000,00	Prefeitura Minicipal de Minaçu/GO	049142	Emenda não autorizada pela SRI	Última diligência postada em 14.10 - favor fazer as adequações da proposta conforme diligências anexadas até o dia 28/10/2013.
8	PA	CLÁUDIO PUTY	26790007	PT	200.000,00	200.000,00	Prefeitura Gurupá/PA	-	Emenda não autorizada pela SRI	Nenhum registro foi encontrado.
9	PA	CLÁUDIO PUTY	26790008	PT	500.000,00	500.000,00	Prefeitura Novo Repartimento/PA	089238	Emenda não autorizada pela SRI	Proposta cadastrada no SICONV em 04.12.2013. Nenhum parecer foi encontrado.
10	GO	Senador CYRO MIRANDA	28910003	PSDB	150.000,00	150.000,00	Agencia Goiana de Esporte e Lazer do Estado de Goiás - AGEL/GO	-	Emenda não autorizada pela SRI	Nenhum registro foi encontrado.
11	RJ	EDUARDO CUNHA	14920003	PMDB	1.000.000,00	1.000.000,00	Prefeitura de Rio Bonito/RJ	034380	CONCLUÍDO - Em 17.01.2014 saiu publicado o Extrato do Convênio nº 799947/2013 no DOU; Aguardando pagamento	Último parecer registrado em 02.01.2014 - PARECER CONJUR/ME Nº 288/2013
12	DF	ERIKA KOKAY	28260017	PT	300.000,00	300.000,00	Secretaria de Esportes do Distrito Federal	-	Emenda não autorizada pela SRI	Nenhum registro foi encontrado.

13	SC	ESPERIDIÃO AMIN	28500011	PT	250.000,00	250.000,00	Prefeitura de Criciúma/SC	-	Em 18.12.2013 o parlamentar solicitou substituir a Fundação Municipal de Esporte de Florianópolis pela PM de Criciúma; Em 20.12.2013 solicitamos cancelamento do empenho da Fundação e novo empenho em favor do Município de Criciúma; Empenho não realizado por falta de tempo para tramitação e análise do processo no ME; Nota de Cancelamento nº NE001097 de 30.12.2013	O Sistema SICONV apresenta uma exclusão de cadastro indevida no dia 18.12.2013 12:08:34. Esse foi o segundo caso de exclusão que não conseguimos resolver no Sistema. Entidade não conseguiu fazer o cadastro do projeto em tempo hábil.
14	CE	EUDES XAVIER	23890012	PT	900.000,00	200.000,00	Prefeitura de Morrinhos-/CE	046050	CONCLUÍDO - Em 16.01.2014 saiu publicado o Extrato do Convênio nº 791453/2013 no DOU; Aguardando pagamento	Último parecer foi registrado em 10.12.2013 - encaminhamos o instrumento de Convênio para assinatura do Dirigente em 03 (três) vias (sem datar). Rubricar as demais folhas.
						100.000,00	Prefeitura de Solonópole/CE	048481	Em 06.06.2013 - avisamos por e-mail da abertura do cadastro no SICONV; Diligenciado em 02.12 com prazo de atendimento até 06.12 - Pendência Termo de Referência e Orçamento. - Termo de Referência Material de Consumo- Material para oficina de artesanato: Os itens deverão ser	Último parecer registrado em 27.12.2013 - Verificamos que apesar da proposta ter sido enviada para análise em 27/12/2013 - 08:03:11- não foi atendida em sua totalidade a diligência emitida em 26/12/2013. Sendo assim, REITERAMOS as solicitações da diligência emitida em 26/12/2013: - Inserir Documento Técnico e Termos de Referência (ajustados) na ABA PROJETO BÁSICO/TERMO DE

									especificados conforme Orçamentos (no TR foi inserido somente valor global e não descreveu os itens); - No Plano de Aplicação Detalhado o item Agente Social foi preenchido com 72 meses, assim: adequar tanto o Plano de Aplicação Detalhado quanto o Termo de Referência; Nota de Cancelamento nº NE001100 e NE001099 de 30.12.2013.	REFERÊNCIA e demais diligências em anexo.	
						100.000,00	100.000,00	Prefeitura de Itapipoca/CE	049673	Apesar do constante monitoramento ao proponente e tramitação do Projeto no ME, inclusive com a análise da CONJUR, não foi possível gerar número de convênio em 2013 pois o processo só retornou à área técnica na primeira semana de 2014; Aguardando cancelamento da Nota de Empenho.	Último parecer registrado no SICONV está datado de 06.01.2014 - PARECER Nº 312/2013/CONJUR-ME/CGU/AGU.
							100.000,00	Prefeitura de Acarau/CE	048079	CONCLUÍDO - Em 16.01.2014 saiu publicado o Extrato do Convênio nº 798692/2013 no DOU; Aguardando pagamento	Em 27.12.2013 houve o registro do parecer - Encaminho para assinatura o termo de convênio em três vias (sem datar), bem como segue em anexo o extrato do convênio também para assinatura do Prefeito. Aproveito para esclarecer que ambos devem ser devidamente

						assinados e enviados para Coordenação Geral de Formalização – CGFOR/DEGEP/SNELIS/ME.
						Último parecer registrano no SICONV está datado de 27.12.2013 - Segue Termo de Convênio para assinatura do conveniente em três vias, sem datar, e posterior envio para Coordenação Geral de Formalização - CGFOR/DEGEP/SNELIS/ME.
						Nos dias 16, 23 e 26 registra-se novas diligências com a informação de "PROPOSTA ABERTA PARA COMPLEMENTAÇÃO".

						assinados e enviados para Coordenação Geral de Formalização – CGFOR/DEGEP/SNELIS/ME.
						Último parecer registrano no SICONV está datado de 27.12.2013 - Segue Termo de Convênio para assinatura do conveniente em três vias, sem datar, e posterior envio para Coordenação Geral de Formalização - CGFOR/DEGEP/SNELIS/ME.
						Nos dias 16, 23 e 26 registra-se novas diligências com a informação de "PROPOSTA ABERTA PARA COMPLEMENTAÇÃO".

						assinados e enviados para Coordenação Geral de Formalização – CGFOR/DEGEP/SNELIS/ME.
						Último parecer registrano no SICONV está datado de 27.12.2013 - Segue Termo de Convênio para assinatura do conveniente em três vias, sem datar, e posterior envio para Coordenação Geral de Formalização - CGFOR/DEGEP/SNELIS/ME.
						Em 09.12.2013 foi postado o parecer - Reiteramos a diligência inserida no dia 18/11/2013. Excluir e cotar novos orçamentos para ação material de consumo, pois a maioria dos cotados encontra-se na lista de doação do Ministério do Esporte conforme o Manual de Diretrizes do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC Emenda Parlamentar. Consequentemente, com a ação acima efetivada, será necessário a atualização dos dados inseridos no Plano de Aplicação Detalhado. Atentem-se quanto aos

[illegible][illegible][illegible][illegible]

15	AP	EVANDRO MILHOMEN	34850013	PcdoB	100.000,00	100.000,00	Prefeitura de Porto Grande/AP	063141	Emenda não autorizada pela SRI	Proposta incompleta, sem parecer registrado.
16	RN	FÁTIMA BEZERRA	12550009	PT	1.260.000,00	1.260.000,00	IFRN- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia/RN	-	Emenda não autorizada pela SRI	Nenhum registro foi encontrado.
					140.000,00	140.000,00	IFRN - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia/RN	-	Emenda não autorizada pela SRI	Nenhum registro foi encontrado.
17	AP	*FÁTIMA PELAES	19070002	PMDB	700.000,00	800.000,00	Prefeitura de Macapá/AP	044784	CONCLUÍDO - Em 17.01.2013 saiu publicado o Extrato do Convênio nº 798684/2013 no DOU; Aguardando pagamento	Último registro de parecer no Siconv está datado de 27.12.2013 - encaminhamos em anexo o Instrumento de Convênio para assinatura do Dirigente em 03 (três) vias (sem datar).
					300.000,00	200.00,00	Prefeitura de Tartarugalzinho/AP	045699	Decreto de Alteração de GND (de 4 para 3) foi publicado em 31.10.2013; Nota de Cancelamento nº NE001073 e NE001074 de 30.12.2013.	Diligência postada em 06.12.2013 - Solicito complementação conforme diligência anexa.
18	RN	FELIPE MAIA	24480015	DEM	300.000,00	300.000,00	Secretaria de Esportes e Lazer do Rio Grande do Norte	-	Em 26.09.2013 o parlamentar enviou Ofício nº 1021 de 24.09.2013 cancelando a ação e transferindo os recursos para a Ação 5450.	Nenhum registro foi encontrado.
19	BA	FERNANDO TORRES	27430015	PSD	1.300.000,00	1.300.000,00	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza do Estado da Bahia	-	Em dia 11.12.2013 o Parlamentar enviou Ofício 27/2013 fazendo a indicação do beneficiado; Emenda não autorizada pela SRI.	Nenhum registro foi encontrado.

20	RJ	FILIPPE PEREIRA (Substituto do CELSONO FALCÃO)	25030001	PSE	500.000,00	500.000,00	Prefeitura de Rio das Ostras/RJ	-	Emenda não autorizada pela SRI.	Nenhum registro foi encontrado.
21	MG	GEORGE HILTON	24770005	PRB	250.000,00	250.000,00	Instituto Ser Feliz/MG	-	Em 11.06.2013 - informamos, por e-mail que a ação não poderia beneficiar Entidade Privada; Não houve interesse do parlamentar em substituir a entidade indicada; Emenda autorizada mas não empenhada.	Nenhum registro foi encontrado.
22	MG	GEORGE HILTON	24770006	PRB	250.000,00	250.000,00	Associação dos Amigos da Criança e do Idoso/MG	-	Em 11.06.2013 - informamos, por e-mail que a ação não poderia beneficiar Entidade Privada; Não houve interesse do parlamentar em substituir a entidade indicada; Emenda autorizada mas não empenhada.	Nenhum registro foi encontrado.
23	MG	GERALDO THADEU	13940011	PSD	200.000,00	200.000,00	Prefeitura de Poços de Caldas/MG	033397	Emenda não autorizada pela SRI; Ministério Público impediu o andamento da proposta.	Em 13.08.2013 foi registrado diligência - Favor adequar a presente proposta conforme Diligência anexada.
24	MG	GILMAR MACHADO (Foi substituído por MARGARIDA SALOMÃO)	35900021	PT	200.000,00	200.000,00	Prefeitura de Uberlândia/MG	067700	Emenda não autorizada pela SRI.	Proposta incompleta, sem parecer registrado.
25	SP	GUILHERME CAMPOS	25270008	PSD	100.000,00	100.000,00	Prefeitura de Divinolândia/SP	060691	Proposta cadastrada no SICONV em 18.09.2013; Não foi empenha por falta de limite do ME; Emenda autorizada mas não	Nenhum parecer registrado.

									empenhada.	
26	MG	GRILO (Dr. GRILO)	27570007	PSL	750.000,00	750.000,00	-	-	Emenda não autorizada pela SRI.	Nenhum registro foi encontrado.
27	RJ	HUGO LEAL	23970005	PSC	700.000,00	700.000,00	Prefeitura de São Gonçalo/RJ	063710 063348	Em 15.08.2013 o Parlamentar solicitou substituição do Município de Resende em benefício de São Gonçalo; Diligência postada no SICONV com prazo de atendimento até 13.12.2013; Nota de Cancelamento nº NE001074 de 30.12.2013	Proposta incompleta, sem parecer registrado.
28	MG	JAIR ATAÍDE	22380004	DEM	100.000,00	100.000,00	Secretaria de Estado de Esporte e Juventude/MG	-	Decreto de Alteração de GND (de 4 para 3) foi publicado em 31.10.2013; Emenda não autorizada pela SRI.	Nenhum registro foi encontrado.
29	RJ	JANDIRA FEGHALI	17750018	PCdoB	500.000,00	500.000,00	Prefeitura Municipal de Duque de Caxias/RJ	075006	Decreto de Alteração de GND (de 4 para 3) foi publicado em 31.10.2013; Diligência postada no SICONV com prazo de atendimento até 13.12.2013; Nota de Cancelamento nº NE001113 de 30.12.2013.	Parecer postado em 26.12.2013 - Após análise da presente proposta verificou-se o não atendimento da diligência emitida em 16/12/2013, quanto as documentações que devem ser inseridas no sistema. Insta salientar que a ausência de tais documentos são um impeditivo para a formalização da presente proposta.
30	DF	JAQUELINE RORIZ	28270016	PMN	1.000.000,00	-	-	-	Solicitou transferências de recursos para o Ministério do Turismo.	Nenhum registro foi encontrado.

31	GO	JOÃO CAMPOS	19550007	PSDB	1.200.000,00	100.000,00	Prefeitura de Formosa/GO	-	Emenda não autorizada pela SRI	Nenhum registro foi encontrado.
					600.000,00	200.000,00	Prefeitura de Caldas Novas/GO	-	Emenda não autorizada pela SRI	Nenhum registro foi encontrado.
						200.000,00	Prefeitura de Itapuranga/GO	088298	Emenda não autorizada pela SRI	Proposta incompleta, sem parecer registrado.
						200.000,00	Prefeitura de Aragarças/GO	087113	Emenda não autorizada pela SRI	Proposta incompleta, sem parecer registrado.
						200.000,00	Prefeitura de Bela Vista de Goiás/GO	-	Emenda não autorizada pela SRI	Nenhum registro foi encontrado.
						200.000,00	Prefeitura de Iporá/GO	087430	Emenda não autorizada pela SRI	Proposta incompleta, sem parecer registrado.
						200.000,00	Prefeitura de Aragoiania/GO	-	Emenda não autorizada pela SRI	Nenhum registro foi encontrado.
						200.000,00	Prefeitura de Santa Rosa de Goiás/GO	-	Emenda não autorizada pela SRI	Nenhum registro foi encontrado.
						300.000,00	Prefeitura de Trindade/GO	-	Emenda não autorizada pela SRI	Nenhum registro foi encontrado.
32	TO	JOÃO COSTA (Senador, foi substituído por VICENTINHO ALVES)	29710019	SDD	300.000,00	-	-	-	Emenda não autorizada pela SRI; Não fez indicação beneficiado.	Nenhum registro foi encontrado.
33	SP	KEIKO OTA	28050013	PSB	200.000,00	200.000,00	Prefeitura de São Roque/SP	072709	Não houve alteração significativa; Diligência técnica postada no SICONV com prazo de atendimento até 10.12; Nota de Cancelamento nº NE001077 de 30.12.2013.	Última diligência postada em 16.12.13 - Reitero diligência inserida em 06/12/2013 com prazo de atendimento para o dia 19/12/2013.

					200.000,00	200.000,00	Prefeitura de Embu das Artes/SP	064466	Não houve alteração significativa; Diligência técnica postada no SICONV com prazo de atendimento até 10.12; Nota de Cancelamento nº NE001106 de 30.12.2013.	Diligência postada em 06.12.13 - Solicito complementação da proposta conforme diligência anexa.
34	RJ	LILIAM SÁ	27850004	PSD		100.000,00	Prefeitura Municipal de São Francisco de Itabapoana/RJ	080170	Em 06.11.12, a Deputada solicitou substituição de Belford Roxo por São Francisco de Itabapoana e parte dos recursos para Seropédica; Empenho não realizado por falta de limite do ME; Emenda autorizada mas não empenhada.	Proposta incompleta, sem parecer registrado.
						100.000,00	Prefeitura de São Sebastião do Alto/RJ	077829	Em 24.10.2013, a Deputada solicitou substituir São Gonçalo/RJ por São Sebastião do Alto/RJ; Empenho não realizado por falta de limite do ME; Emenda autorizada mas não empenhada.	Proposta incompleta, sem parecer registrado.
						100.000,00	Prefeitura de Paty do Alferes/RJ	-	A indicação do município foi feita em 20.08.2013; Entidade não cadastrou proposta no SICONV; Empenho não realizado por falta de limite do ME; Emenda autorizada mas não empenhada.	Nenhum registro foi encontrado.

	198.835,20	Prefeitura de Nova Iguaçu/RJ	080590	A indicação do município foi feita em 20.08.2013; Empenho não realizado por falta de limite do ME; Emenda autorizada mas não empenhada.	Proposta incompleta, sem parecer registrado.
	100.000,00	Prefeitura de Silva Jardim/RJ	057336	A indicação do município foi feita em 20.08.2013; Empenho não realizado por falta de limite do ME; Emenda autorizada mas não empenhada.	Proposta incompleta, sem parecer registrado.
	198.835,00	Prefeitura de Seropédica/RJ	-	Em 06.11.2013 a autora da emenda solicitou alteração na Emenda, destinando mais um núcleo para o Município de Seropédica, que passou de 1 para 2 núcleos. Em 12.11.2013, encaminhamos despacho ao DEDAP para inclusão dos núcleos no Projeto de Legado Esportivo Social; Emenda autorizada mas não empenhada	Nenhum registro foi encontrado.
	100.000,00	Prefeitura de Areal/RJ	057624	A indicação do município foi feita em 20.08.2013; Empenho não realizado por falta de limite do ME; Emenda autorizada mas não empenhada.	Proposta incompleta, sem parecer registrado.

						100.000,00	Prefeitura de Iguaba Grande/RJ	-	A indicação do município foi feita em 20.08.2013; Entidade não cadastrou proposta no SICONV; Empenho não realizado por falta de limite do ME; Emenda autorizada mas não empenhada.	Nenhum registro foi encontrado.
35	SP	MARCELO AGUIAR	28080007	PSD	200.000,00	200.000,00	Prefeitura Colinas/RJ	de 059129	Emenda não autorizada pela SRI.	Proposta incompleta, sem parecer registrado.
36	PA	MIRIQUINHO BATISTA	26820006	PT	1.200.000,00	200.000,00	Prefeitura Maracanã/PA	de 092809	Decreto de Alteração de GND (de 4 para 3) foi publicado em 31.10.2013; Emenda não autorizada pela SRI.	A proposta foi inserida no sistema em 12.12.2013. Em 16.12.2013 foi postada a diligência - Prezado proponente atender diligência conforme orientações no arquivo em anexo.
						300.000,00	Prefeitura Barcarena/PA	de -	Decreto de Alteração de GND (de 4 para 3) foi publicado em 31.10.2013; Emenda transferida para infraestrutura; Nota de Cancelamento nº de 30.12.2013.	Nenhum registro foi encontrado.
						100.000,00	Prefeitura de São Domingos do Araguaia/PA	-	Decreto de Alteração de GND (de 4 para 3) foi publicado em 31.10.2013; Emenda não autorizada pela SRI.	Nenhum registro foi encontrado.
						100.000,00	Prefeitura de Rio Maria/PA	-	Decreto de Alteração de GND (de 4 para 3) foi publicado em 31.10.2013; Emenda não autorizada pela SRI; Entidade não cadastrou	Nenhum registro foi encontrado.

									proposta no SICONV.	
						200.000,00	Prefeitura de São Sebastião da Boa Vista/PA	087046	Em 20.06.2013 Memo à DGI solicitando alteração de GND 4 para 3; Decreto de Alteração de GND (de 4 para 3) foi publicado em 31.10.2013; Diligência postada SICONV em 06.12.2013; Projeto não finalizado; Nota de Cancelamento nº NE001090 de 30.12.2013.	A proposta foi inserida no sistema em 28.11.2013. Consta 3 diligência nas datas de 06 a 09.12.2013 referentes à complementação das propostas e ajustes necessários para análise.
						200.000,00	Prefeitura de Prainha/PA	085554	Em 20.06.2013 Memo à DGI solicitando alteração de GND 4 para 3; Decreto de Alteração de GND (de 4 para 3) foi publicado em 31.10.2013; Diligência postada SICONV em 11.12.2013; Projeto não finalizado; Nota de Cancelamento nº NE001070 de 30.12.2013	A proposta foi inserida no sistema em 26.11.2013; Em 11.12.2013 foi postada uma lista de diligências.
37	SP	NEWTON LIMA	28100010	PT	150.000,00	150.000,00	Prefeitura de Itápolis/SP	96768	Emenda não autorizada pela SRI.	A proposta foi inserida no sistema em 20.12.2013; Projeto incompleto, sem parecer registrado.
38	BA	OZIEL OLIVEIRA	27480012	PDT	500.000,00		-	-	Parlamentar não fez indicação de Entidade Beneficiada; Emenda não autorizada pela SRI.	Nenhum registro foi encontrado no SICONV

39	RJ	PAULO FEIJÓ	33220003	PR	200.000,00	200.000,00	Prefeitura de Santa Maria Madalena/RJ	-	Entidade não cadastrou proposta no SICONV; Emenda não autorizada pela SRI.	Nenhum registro foi encontrado.
40	ES	PAULO FOLETTO	27740007	PSB	100.000,00	100.000,00	Prefeitura de Nova Venécia/ES	-	Em 30 de outubro a Prefeitura informou via e-mail que não vai cadastrar a proposta; Nota de Cancelamento nº NE001084 de 30.12.2013.	Nenhum registro foi encontrado.
41	DF	POLICARPO	28290008	PT	500.000,00	-	-	-	Parlamentar não indicou beneficiário para receber os recusos; Emenda não autorizada pela SRI.	Nenhum registro foi encontrado.
42	DF	POLICARPO	28290013	PT	400.000,00	200.000,00	Secretaria da Criança do DF - GDF	078991	Emenda não autorizada pela SRI	A proposta foi inserida no sistema em 20.12.2013; Projeto incompleto, sem parecer registrado.
43	MG	RENZO BRAZ	27650006	PT	150.000,00	150.000,00	Prefeitura de Muriaé/MG	068504	Emenda não autorizada pela SRI	A proposta foi inserida no sistema em 18.10.2013; Projeto incompleto, sem parecer registrado.
44	SP	ROBERTO DE LUCENA	28160002	PV	500.000,00	250.000,00	Prefeitura de Mairiporã/SP	-	Entidade não cadastrou proposta no SICONV; Empenho não realizado por falta de limite do ME; Nota de Cancelamento nº NE001083 de 30.12.2013	Nenhum registro foi encontrado.
				PV		250.000,00	Prefeitura de Santa Isabel/SP	-	Entidade não cadastrou proposta no SICONV; emenda não autorizada pela SRI.	Nenhum registro foi encontrado.
45	PE	ROBERTO TEIXEIRA	27250003	PP	300.000,00	-	-	-	Parlamentar enviou ofício nº 020/2013 informando que não iria fazer a indicação de beneficiado; Emenda não autorizada pela SRI.	Nenhum registro foi encontrado.

46	RJ	ROMÁRIO	27880006	PSB	2.000.000,00	500.000,00	Prefeitura de Campos dos Goytacazes/RJ	072389	SRI só liberou metade dos recursos da Emenda Parlamentar; Em 23 de outubro o Parlamentar retirou indicação de Duque de Caixias e desmembrou os recursos para atender quatro Municípios - Campo dos Goytacazes, Belford Roxo, Niterói e São João do Meriti; A SNELIS optou por apoiar os Municípios que já estavam com orientação processual para Projeto de Legado Esportivo Social.	A proposta foi inserida no sistema em 30.10.2013; A última diligência foi postada em 16.12.2013; Conforme documento em anexo na aba PARECERES, prazo: 18.12.13.
						500.000,00	Prefeitura de Belford Roxo/RJ	-	Em 02.11.2013 - Despacho encaminhado ao DEDAP para inclusão dos núcleos no Projeto de Legado Esportivo Social e Empenho com recursos da Emenda Parlamentar; O Extrato do Convênio nº 791541/2013 foi publicado em 16.01.2014, no DOU; Considerando que o Projeto já se encontrava em fase final de análise, quando da sinalização da para inclusão no Projeto de Legado, houve entendimentos com o Parlamentar, sobre a destinação do Projeto para o	Nenhum registro foi encontrado.

						500.000,00	Prefeitura de Niterói/RJ	-	Em 02.11.2013 - Despacho encaminhado ao DEDAP para inclusão dos núcleos no Projeto de Legado Esportivo Social e Empenho com recursos da Emenda Parlamentar; O Extrato do Convênio nº 793310/2013 foi publicado em 16.01.2014, no DOU; Considerando que o Projeto já se encontrava em fase final de análise, quando da sinalização da para inclusão no Projeto de Legado, houve entendimentos com o Parlamentar, sobre a destinação do Projeto para o Município; Emenda autorizada mas foi empenhada com recursos do orçamento próprio do ME	Nenhum registro vinculado à Emenda Parlamentar foi encontrado.
47	RJ	ROMÁRIO	27880007	PSB	1.000.000,00	500.000,00	Prefeitura de Armação dos Búzios/RJ	072737	Entidade não cadastrou proposta no SICONV; Nota de Cancelamento nº NE001096 de 30.12.2013.	A proposta foi inserida no sistema em 31.10.2013. Diligência postada em 11.12.2013 - Solicito complementação conforme diligência anexa.
						500.000,00	Prefeitura de São Gonçalo/RJ	063710	12/06/2012 - Enviado e-mail solicitando indicações; Emenda autorizada mas não empenhada.	Diligência postada em 26.12.2013 - Reitero e-mail enviado em 23/12/2013, no que diz respeito a seguinte adequação: CRONO FÍSICO - A soma das metas difere do Valor Global do Convênio(R\$ 690.064,29). Incluir etapa da Meta

									03.	
48	RJ	ROMÁRIO	27880008	PSB	500.000,00	500.000,00	Prefeitura de Mangaratiba/RJ	063153	03/06/2013 - ofício recebido para alteração de GND e enviado à DGI - Recebemos Ângela (assessora) pessoalmente para esclarecimentos e solicitamos ofício de indicação e CNPJ; Em análise na CGFOR do Termo de Referência - Prazo 09/12; Nota de Cancelamento nº NE001110 de 30.12.2013.	As últimas diligências postadas 18.11 e 10.12.13 solicitavam complementação da proposta conforme diligência anexa.
49	AL	ROSINHA DA ADEFAL	27290007	PTdoB	400.000,00	400.000,00	Prefeitura de São Miguel dos Campos/AL	-	Decreto de Alteração de GND (de 4 para 3) foi publicado em 31.10.2013; Em 29 de outubro a Deputada solicitou substituição de beneficiário - da PM de Delmiro Golveia para São Miguel dos Campos/AL; Alteração de GND; Nota de Cancelamento nº NE001078 de 30.12.2013	Nenhum registro foi encontrado.
50	AP	SEBASTIÃO BALA ROCHA	24110007	PDT	500.000,00	400.000,00	Prefeitura de Santana/AP	062180	Diligência em 02.12 com prazo de atendimento 06.12.2013 - pendência Termo de referência; Nota de	Diligência postada em 26.12.2013 - Favor atender a diligência em anexo.

									Cancelamento NE001087 30.12.2013	nº de	
						100.000,00	Prefeitura de Mazagão/AP	055320	Diligência em 02/12 - prazo 06/12 - Pendência do Termo de Referência e Orçamentos; Nota de Cancelamento nº NE001079 de 30.12.2013		As últimas diligências postadas 23.12 e 26.12 solicitavam complementação da proposta conforme diligências anexadas.
51	AM	VANESSA GRAZZIOTIN - SENADORA	29100012	PcdoB	1.000.000,00	1.000.000,00	Secretaria de Estado da Juventude e Desporto Lazer/AM	049950	CONCLUÍDO - Em 17.01.2014 saiu a publicação do Extrato nº 793507 de Convênio no DOU; Aguardando pagamento		O último parecer técnico postado disponibilizou o Termo de Convênio para assinatura do conveniente.
52	SP	VICENTE CANDIDO	28200016	PT	200.000,00	100.000,00	Prefeitura de Iguape/SP	050882	Em 17/06/13 - e.mail informando abertura de cadastro no SICONV; A PM manifestou intenção de desistência por dificuldade de cumprimento das exigências; Nota de Cancelamento nº NE001104 de 30.12.2013		O último parecer técnico foi postado em 23.12 - Diante do prazo expirado em 13/12/13, para as devidas tratativas visando a celebração desta proposta solicito para registro manifestação formal de desistência.
						100.000,00	Prefeitura de Franco da Rocha/SP	063117	Em 17.06.13 - e.mail informando abertura de cadastro no SICONV; Decreto de Alteração de GND (de 4 para 3) foi publicado em 31.10.2013; Plano de Trabalho cancelado no SICONV pelo proponente; Nota de Cancelamento nº NE001081 de		Os últimos pareceres técnicos (10 e 11.12.2013) informavam sobre a abertura do sistema para complementação da proposta e atendimento das diligências postadas anteriormente.

									30.12.2013	
53	RJ	VITOR PAULO	27920007	PRB	250.000,00	250.000,00	Prefeitura de Itaperuna/RJ	042425	Emenda não autorizada pela SRI	A última diligência postada em 13.11.2013 solicitava anexar documentações complementares (lista em anexo) até dia 19.11.2013
54	MG	WELITON PRADO	27680007	PT	300.000,00	300.000,00	Prefeitura de Uberlândia/MG	067427	Empenho não realizado por falta de limite orçamentário do ME; Emenda autorizada mas não empenhada.	Proposta inserida no dia 15.10.2013 e não há registro de análise técnica.
55	MT	WELLINGTON FAGUNDES	18310003	PR	500.000,00	500.000,00	Secretaria de Estado e Esporte e Lazer - FUNDEB/MT	095727	Empenho não realizado por falta de limite orçamentário do ME; Emenda autorizada mas não empenhada.	Proposta inserida no dia 18.12.2013 e não há registro de análise técnica.
56	GO	Senador WILDER MORAIS	29690012	DEM	100.000,00	100.000,00	Prefeitura de Cachoeira Alta/GO	058267	Emenda autorizada pela SRI em 04.12.2013; Empenho não realizado por falta de limite do ME; Emenda autorizada mas não empenhada.	A proposta foi inserida no sistema em 11.09.2013; Projeto incompleto, sem parecer registrado.
57	PA	ZEQUINHA MARINHO	11460016	PSC	700.000,00	100.000,00	Prefeitura de Tucumã/PA	078523	Decreto de Alteração de GND (de 4 para 3) foi publicado em 31.10.2013; Projeto não empenhado por falta de limite do ME; Emenda autorizada mas não empenhada.	Proposta inserida no sistema em 13.11.2013. As últimas diligências solicitavam complementação da proposta e reiterava as diligências anteriores.

								Decreto de Alteração de GND (de 4 para 3) foi publicado em 31.10.2013; Foi realizado Empenho parcial dos recursos R\$ 90.000,00 (GND 3) pois os recursos referentes à GND 4 estavam bloqueados para SRI; Nota de Cancelamento nº NE001086 de 30.12.2013.	Proposta inserida no sistema em 28.11.2013. Diligência postada em 09.12.2013 - Solicitamos atendimento da diligência anexa com prazo para atendimento: 12/12/2013.
					100.000,00	Prefeitura de Redenção/PA	086663		
					100.000,00	Prefeitura de Parauapebas/PA	-	Decreto de Alteração de GND (de 4 para 3) foi publicado em 31.10.2013; Foi realizado Empenho parcial dos recursos R\$ 90.000,00 (GND 3) pois os recursos referentes à GND 4 estavam bloqueados para SRI; Nota de Cancelamento nº NE001076 de 30.12.2013.	Nenhum registro foi encontrado.
					100.000,00	Prefeitura de Marabá/PA	078887	Decreto de Alteração de GND (de 4 para 3) foi publicado em 31.10.2013; Projeto não empenhado por falta de limite do ME; Emenda autorizada mas não empenhada.	Diligência postada em 10.12.2014 - Segue anexo a documentação necessário para o preenchimento da proposta.

58	RJ	ZOINHO	27950003	PR	500.000,00	500.000,00	Prefeitura de Barra Mansa/RJ	083448	Decreto de Alteração de GND (de 4 para 3) foi publicado em 31.10.2013; Projeto não empenhado por falta de limite do ME. Emenda autorizada mas não empenhada.	A proposta foi inserida no sistema em 22.11.2013; Projeto incompleto, sem parecer registrado.
59	RJ	ZOINHO	27950011	PR	500.000,00	500.000,00	Prefeitura de Porto Real/RJ	083631	Emenda não autorizada pela SRI	Proposta inserida no dia 22.11.2013 e não há registro de análise técnica.
60	RJ	ZOINHO	27950013	PR	500.000,00	500.000,00	Prefeitura de Quatis/RJ	084277	Emenda não autorizada pela SRI	A proposta foi inserida no sistema em 22.11.2013; Projeto incompleto, sem parecer registrado.
TOTAL					19.700.000,00	17.797.670,20				

5100020130013 - REALIZAÇÃO E APOIO A EVENTOS E COMPETIÇÕES DE ESPORTE PARTICIPATIVO E DE ESPORTE ESCOLAR - 27.812.2035.20JQ

Nº	UF	Parlamentar	Emenda	Partido	Valor da Emenda	Valor Indicado	Nome do Beneficiário	Proposta SICONV	Levantamento Situacional	Levantamento SICONV
1	BA	ACELINO POPÓ	27350009	PRB	1.000.000,00	1.000.000,00	SECOPA/BA	081066	Em 14.06.2013 recebemos ofício de alteração da GND (De 4 para 3); Em 28.08.2013 parlamentar solicita alteração da entidade beneficiada; Decreto de alteração de GND foi publicado no DOU de 31.10.2013; Diligência no SICONV em 27.12.2013: Em decorrência da inadimplência do Estado, o prazo para conclusão da análise foi	Apesar do constante monitoramento/ orientações ao proponente, entende-se como inviável a efetivação da parceria diante da inadimplência mantida e dos prazos de análise/trâmites já expirados. Consta em anexo as pendências atualizadas verificadas no SIAFI/CAUC.

									ultrapassado; Nota de Cancelamento nº de NE001095 de 30.12.2013.	
2	RJ	AUREO	27780013	PRTB	600.000,00	600.000,00	Secretaria de Esportes e Lazer do Estado do Rio de Janeiro	087707	Em 05.06.2013 - enviado e mail solicitando dados e ofício; A proposta inserida no SICONV em 29.11.13 está incompleta; Emenda não autorizada pela SRI.	Nenhum registro foi encontrado.
3	PE	CARLOS EDUARDO CADOCA	10710001	PcdoB	500.000,00	500.000,00	Secretaria de Esportes e Copa do Mundo (Prefeitura de Recife)	075496	Em 16.05.2013 parlamentar solicita alteração de Ação (20JP para 20JQ); Lei nº 12.911 publicada no DOU de 19.12.2013; Sistema SICONV apresentou problema de exclusão da proposta - contato com Serpro que não conseguiu resolver o problema; Falta de tempo hábil para tramitação e análise do projeto no ME; Problema no SICONV com registro de exclusão indevida do cadastro da emenda (sem solução pelo SERPRO); Emenda autorizada mas não empenhada.	Nenhum registro foi encontrado.

4	MS	FABIO TRAD	28360007	PMDB	200.000,00	200.000,00	Prefeitura de Naviraí/MS	072581	Decreto de alteração de GND foi publicado no DOU de 31.10.2013. Emenda não autorizada pela SRI.	1ª diligência com prazo de atendimento para o dia 27/11/2013. Várias inadequações ao projeto proposto.
5	AP	FÁTIMA PELAES	19070007	PMDB	200.000,00	200.000,00	Prefeitura de Macapá/AP	044798	Apesar do constante monitoramento orientações ao proponente e tramitação do Projeto no ME, inclusive com a análise da CONJUR, não foi possível gerar número de convênio em 2013 pois o processo só retornou à área técnica na primeira semana de 2014; Aguardando cancelamento da Nota de Empenho.	Último Parecer postado no SICONV em 06.01.2014 - PARECER Nº 298/2013/CONJUR-ME/CGU/AGU.
6	MG	JAIRO ATAÍDE	22380008	DEM	200.000,00	200.000,00	Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES	045369	Projeto apoiado com recursos do ME; o Parlamentar não fez indicação de outro Município ou Projeto para receber os recursos da Emenda; Emenda compartilhada com o Deputado Saraiva Felipe; Emenda autorizada mas não empenhada.	Diante da solicitação de alteração no cronograma do evento já solicitado oficialmente pela proponente Ofício nº 262 -2013-solicitamos readequação na aba DADOS.
7	BA	JOÃO CARLOS BACELAR	12700003	PR	2.000.000,00	2.000.000,00	Secretaria Estadual para Assuntos da Copa da FIFA 2014	039511	CONCLUÍDO - Em 16.01.2014 saiu publicação o Extrato do Convênio nº 791457/2013 no DOU; Aguardando pagamento	Segue Termo de Convênio para assinatura do conveniente, bem como o Extrato da Proposta sem datar, em três vias e posterior envio para Coordenação Geral de Formalização - CGFOR/DEGEP/SNELIS/ME.

8	PE	JORGE CORTE REAL	27210014	PTB	175.000,00	175.000,00	Prefeitura Igarassú/PE	de 055141	Emenda não autorizada pela SRI	Em 12.12.13 - Reiterando diligência anterior, anexar todas as declarações, bem como termo de referência com os respectivos orçamentos até dia 18/12/2013.
9	ES	LELO COIMBRA	24910010	PMDB	300.000,00	100.000,00	Prefeitura Domingos Martins/ES	de 054168	Em 20.05.2013 houve a indicação pelo Deputado do nome do evento: Copa Sul - Período do evento 08.10 a 15.12.2013. A Proposta foi cancelada pelo proponente, de acordo com a motivação formalizada via Ofício nº 1.185/2013 de 27 de dezembro de 2013; Nota de Cancelamento nº NE001101 de 30.12.2013	Em 27.12.13 - Proposta Rejeitada. Proposta cancelada de acordo com a motivação formalizada pelo interessado via Ofício inserido nesta data na aba ANEXOS.
						100.000,00	Prefeitura de Vila Velha/ES	031289	Emenda não autorizada pela SRI.	Diligência postada em 08.10.13 - solicito complementação da proposta. Prazo para atendimento 25/10/13. Diligência não foi atendida.
10	PI	OSMAR JÚNIOR	23600004	PcdoB	1.000.000,00	100.000,00	Prefeitura de Juazeiro do Piauí/PI	039295	Projeto diligenciado no SICONV em 06.12.2013 para alteração de vigência e inclusão de Certidão Negativa de Débito Estadual; Nota de Cancelamento nº NE001111 de 30.12.2013.	Diligência postada em 9.12.13 - Solicito complementação da proposta: Inserir CND atualizada e alterar as datas do projeto.
						100.000,00	Prefeitura Inhuma/PI	de 048165	Projeto diligenciado no em SICONV 05.12.2013; Nota de Cancelamento nº NE001085 de	Diligência postada em 12.12.13 - Abertura da proposta para complementação conforme diligência anexa.

[illegible]

								30.12.2013.	

						100.000,00	Prefeitura Monsenhor Hipólito/PI	de	047904	A proposta inserida no SICONV está incompleta com diversas diligências postados pelos técnicos da área competente; Nota de Cancelamento nº NE001114 de 30.12.2013.	Em 19.12.2013 foi postada diligência - Fazer adequação na aba dados Capacidade Técnica e ajustar o crono-físico.
						100.000,00	Prefeitura Campinas Piauí/PI	de do	048178	Apesar do constante monitoramento orientações ao proponente e tramitação do Projeto no ME, inclusive com a análise da CONJUR, não foi possível gerar número de convênio em 2013 pois o processo só retornou à área técnica na primeira semana de 2014; Aguardando cancelamento da Nota de Empenho.	Diligência postada em 26.12.2013. No que tange à regularidade fiscal da conveniente, faz necessário elucidar que foram verificadas pendências No CAUC, no entanto, esta Secretaria alerta para a imperiosa necessidade de saneamento das disfunções, visto que a inadimplência inviabilizará a efetivação da Parceria.
						100.000,00	Prefeitura Alagoinha Piauí/PI	de do	060620	A proposta inserida no SICONV está incompleta com diversas diligências postados pelos técnicos da área competente; Nota de Cancelamento nº NE001080 de 30.12.2013.	Última diligência postada no dia 19.12 - Solicitamos atendimento da diligência em anexo com prazo para atendimento até: 23/12/13.
11	SP	PAULO TEIXEIRA	25340010	PT	650.000,00	400.000,00	Prefeitura de São Bernardo Campo/SP	do	-	Solicitou mudança de Ação que foi publicada no DOU em 19 de dezembro - Lei nº 12.911; Emenda não autorizada pela SRI	Sem proposta no SICONV

						250.000,00	Prefeitura de São Caetano do Sul/SP	093686	Solicitou mudança de Ação que foi publicada no DOU em 19 de dezembro - Lei nº 12.911; Não houve tempo hábil para análise e tramitação do projeto no ME; Emenda autorizada mas não empenhada.	Em 27.12.2013 foi postada o parecer - Por solicitação do proponente, proposta reaberta para complementação.
12	MG	SARAIVA FELIPE	33510009	PMDB	100.000,00	100.000,00	Prefeitura de Ituiutaba/MG	045690	Solicitou mudança de Ação que foi publicada no DOU em 19 de dezembro - Lei nº 12.911; Emenda não autorizada pela SRI	Última diligência postada em 08.10.2013 - 2ª Diligência solicitando complementação da Proposta
13	MG	SARAIVA FELIPE	33510019	PMDB	150.000,00	150.000,00	Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES	045369 junto com Jairo Ataíde	Projeto finalizado e publicado em 20/01/2014 com recursos do Ministério.	Diligência postada em 20.12.13 - Diante da solicitação de alteração no cronograma do evento já solicitado oficialmente pela proponente Ofício nº 262 -2013-solicitamos readequação na aba DADOS.
14	MT	VALTENIR PEREIRA	25500011	PSB	300.000,00	100.000,00	Prefeitura de Juína/MT	048175	Apesar do constante monitoramento orientações ao proponente e tramitação do Projeto no ME, inclusive com a análise da CONJUR, não foi possível gerar número de convênio em 2013 pois o processo só retornou à área técnica na primeira semana de 2014; Aguardando cancelamento da Nota de Empenho.	Diligência postada em 27.12.13 - No que tange à regularidade fiscal da conveniente, faz necessário elucidar que foram verificadas pendências No CAUC, no entanto, esta Secretaria alerta para a imperiosa necessidade de saneamento das disfunções, visto que a inadimplência inviabilizará a efetivação da Parceria.

						200.000,00	Prefeitura de Vila Rica/MT	040597	CONCLUÍDO - Em 19.11.2013 saiu publicado o Extrato do Convênio nº 786574/2013 no DOU; Aguardando pagamento.	Último Parecer postado no SICONV em 25.12.13 - segue o extrato do Convênio para assinatura do proponente (página 16) e posterior envio para a Coordenação Geral de formalização - CGFOR/DEGEP/SNELIS/ME, no seguinte endereço: SEPN 511,BLOCO A, Edifício Bittar II, 2º Andar - CEP: 70758-900 - Brasília/DF.
15	SP	VICENTE CANDIDO	28200015	PT	2.500.000,00	2.500.000,00	Secretaria de Esporte Lazer Juventude do Estado de SP	070976	Em 05.04.2013 foi encaminhado ofício solicitando a indicação do evento o contato, data de realização do evento. Em 17.06.13 enviado e-mail solicitando cadastramento no SICONV; Processo devolvido à área técnica para orientação - sem limite de recursos do ME; Emenda autorizada mas não empenhada.	Segue em anexo toda documentação para formalização da parceria. Anexar documentos com a máxima urgência que o caso requer.
16	PE	VILALBA	29210017	PRB	800.000,00	800.000,00	Prefeitura de Limoeiro/PE	87919	Em 29.11.2013 o Parlamentar enviou Ofício solicitando manter a indicação de Limoeiro na Ação 20JP; O ofício nº 146 de 19 de junho solicitava alteração de Ação para 20JQ e transferia os recursos para Petrolina; Alteração de Ação - Lei nº 12.911, publicada no DOU de 19.12.2013;	Nenhum registro foi encontrado.

									Emenda autorizada mas não empenhada.	
17	PE	VILALBA	29210009	PRB	1.900.000,00	1.900.000,00	Secretaria de Esporte Recife/PE	037718	Emenda não autorizada pela SRI	Diligência postada em 03.10.13 - Reitero novamente, diligência postada em 06/09/2013. solicitamos atendimento até 10/10/2013. Em 24.12.2013 foi postado parecer - Proposta liberada para complementação
18	MT	WELLINGTON FAGUNDES	18310004	PR	100.000,00	100.000,00	Prefeitura de Canarana/MT	096438	13/06/2012- Enviado e.mail solicitando indicações e alteração de modalidade; Alteração de Ação - Lei nº 12.911, de 18 de dezembro de 2013 (DOU de 19.12.2013); Ministério sem limite orçamentário; Emenda autorizada mas não empenhada	Proposta Cadastrada em 20.12.13. Não tem registro de análise técnica.
19	PA	WANDENKOLK GONÇALVES	24150009	PSDB	500.000,00	500.000,00	Prefeitura de Canarana/MT		Em 13.06.2012 - Enviado e-mail solicitando indicações; Alteração de Ação - Lei nº 12.911, de 18 de dezembro de 2013 (DOU de 19.12.2013); Ministério sem limite orçamentário; Emenda autorizada mas não empenhada	Proposta Cadastrada em 20.12.13. Não tem registro de análise técnica.

20	PR	ZECA DIRCEU	28490012	PT	500.000,00	100.000,00	Prefeitura de Cianorte/PR	048277	CONCLUÍDO - Em 17.01.2014 saiu publicado o Extrato do Convênio nº 791454/2013 no DOU; Aguardando pagamento	Em 31.12.2013, último registro de parecer no SICONV - Segue Termo de Convênio para assinatura do conveniente, bem como o Extrato da Proposta sem datar, em três vias e posterior envio para Coordenação Geral de Formalização - CGFOR/DEGEP/SNELIS/ME.
						100.000,00	Prefeitura de Cidade Gaúcha/PR	048124	CONCLUÍDO - Em 17.01.2014 saiu publicado o Extrato do Convênio nº 791455/2013 no DOU; Aguardando pagamento	Em 03.01.2014 foi postado o último registro de parecer no SICONV - Encaminhamos anexo: O Instrumento de Convênio para assinatura do Dirigente em 03 (três) vias (sem datar).
						100.000,00	Prefeitura de Paranavaí/PR	053976	CONCLUÍDO - Em 17.01.2014 saiu publicado o Extrato do Convênio nº 794047/2013 no DOU; Aguardando pagamento	Em 23.12.2013 foi postado o parecer encaminhando o instrumento de Convênio para assinatura do Dirigente em 03 (três) vias (sem datar).
						100.000,00	Prefeitura de Toledo/PR	050244	CONCLUÍDO - Em 08.01.2014 saiu publicado o Extrato do Convênio nº 787378/2013 no DOU; Aguardando pagamento.	Em 09.12.2013 foi postado no SICONV documento em resposta à solicitação via Despacho nº 708/2013 - CGCONV/DGI/SE /ME.
						100.000,00	Prefeitura de Campo Mourão/PR	067797	Proposta Inserida no Sistema - sem parecer; Nota de Cancelamento nº NE001098 de 30.12.2013.	Em 06.12.2013 foi postado no SICONV diligêncio solicitando saneamento de pendências até 12/12/2013.
21					11.375.000,00	11.275.000,00				

5100020130014 - FOMENTO À PESQUISA, MEMÓRIA, DIFUSÃO E FORMAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL - 98.998.2035.20JS

Nº	UF	Parlamentar	Emenda	Partido	Valor da Emenda	Valor Indicado	Nome do Beneficiário	Número da Proposta	Andamento da Proposta	Levantamento SICONV
1	PE	GONZAGA PATRIOTA	12180007	PST	300.000,00	300.000,00	Prefeitura de Camaragibe/PE	055414	Encaminhamos e-mail ao Parlamentar informando sobre a 3ª diligência em 04.12.2013; Na mesma data, convidamos o Deputado para audiência com o Secretário Nacional, mas o mesmo não compareceu e nem enviou representante; A entidade beneficiada não atendeu às diligências postadas no SICONV; NE000563/2013 cancelada em 30/12/2013.	As últimas diligências postadas 06 e 18.12.2013 reiteravam a necessidade de complementação da proposta.
Total					300.000,00	300.000,00				

Planilha 02 – Emendas Autorizadas pela SRI (Anexo 08)

EMENDAS AUTORIZADAS PELA SRI/PR - 2013

5100020130012 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES E APOIO A PROJETOS DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL - 27.812.2035.20JP

Nº	UF	Parlamentar	Emenda	Partido	Valor da Emenda	Valor Indicado	Nome do Beneficiário	Empenho	Situação da Proposta
1	SP	Senador ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES	29700005	PR	300.000,00	300.000,00	Prefeitura de São Paulo		Emenda autorizada mas não empenhada
2	RS	ALCEU MOREIRA	28580002	PMD B	200.000,00	200.000,00	Prefeitura de Estrela/RS	200.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001103 de 30.12.2013
3	RJ	BENEDITA DA SILVA	13100004	PT	200.000,00	200.000,00	Prefeitura de Barra Pirai/RJ	200.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001075 de 30.12.2013
4	SP	CÂNDIDO VACCAREZZA	25410009	PT	1.000.000,00	250.000,00	Prefeitura de Cubatão/SP	250.000,00	Concluído
						350.000,00	Prefeitura do Guarujá/SP	350.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001102 de 30.12.2013
						150.000,00	Prefeitura de Santos/SP	150.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001108 de 30.12.2013
						250.000,00	Prefeitura de São Vicente/SP	250.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001094 de 30.12.2013
5	RJ	EDUARDO CUNHA	14920003	PMD B	1.000.000,00	1.000.000,00	Prefeitura de Rio Bonito/RJ	882.829,29	Concluído
6	SC	ESPERIDIÃO AMIN	28500011	PT	250.000,00	250.000,00	Prefeitura de Criciúma/SC	250.000,00	Nota de Cancelamento da Fundação nº NE001097 de 30.12.2013
7	CE	EUDES XAVIER	23890012	PT	900.000,00	200.000,00	Prefeitura de Morrinhos-/CE	200.000,00	Concluído

						100.000,00	Prefeitura de Solonópolis/CE	100.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001100 e NE001099 de 30.12.2013
					100.000,00	100.000,00	Prefeitura de Itapipoca/CE	100.000,00	Aguardando cancelamento da Nota de Empenho
						100.000,00	Prefeitura de Acarau/CE	100.000,00	Concluído
						100.000,00	Prefeitura de Amontada/CE	100.000,00	Concluído
						100.000,00	Prefeitura de Baturité/CE	100.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001092 e NE001091 de 30.12.2013
						100.000,00	Prefeitura de Pacajus/CE	100.000,00	Concluído
						100.000,00	Prefeitura de Cruz/CE	100.000,00	Concluído
						100.000,00	Prefeitura de Cascavel/CE	100.000,00	Concluído
8	AP	*FÁTIMA PELAES	19070002	PMD B	700.000,00	800.000,00	Prefeitura de Macapá/AP	800.000,00	Concluído
					300.000,00	200.000,00	Prefeitura de Tartarugalzinho/AP	200.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001073 e NE001074 de 30.12.2013
9	M G	GEORGE HILTON	24770005	PRB	250.000,00	250.000,00	Instituto Ser Feliz/MG		Emenda autorizada mas não empenhada
10	M G	GEORGE HILTON	24770006	PRB	250.000,00	250.000,00	Associação dos Amigos da Criança e do Idoso/MG		Emenda autorizada mas não empenhada
11	SP	GUILHERME CAMPOS	25270008	PSD	100.000,00	100.000,00	Prefeitura de Divinolândia/SP		Emenda autorizada mas não empenhada

1 2	RJ	HUGO LEAL	239700 05	PSC	700.000,00	700.000,00	Prefeitura de São Gonçalo/RJ	700.000,00	Nota de Cancelamen to nº NE001074 de 30.12.2013
1 3	RJ	JANDIRA FEGHALI	177500 18	PCdo B	500.000,00	500.000,00	Prefeitura Municipal de Duque de Caxias/RJ	500.000,00	Nota de Cancelamen to nº NE001113 de 30.12.2013
1 4	SP	KEIKO OTA	280500 13	PSB	200.000,00	200.000,00	Prefeitura de São Roque/SP	200.000,00	Nota de Cancelamen to nº NE001077 de 30.12.2013
					200.000,00	200.000,00	Prefeitura de Embu das Artes/SP	200.000,00	Nota de Cancelamen to nº NE001106 de 30.12.2013
1 5	RJ	LILIAM SÁ	278500 04	PSD	1.000.000,0 0	100.000,00	Prefeitura Municipal de São Francisco de Itabapoana/RJ		Emenda autorizada mas não empenhada
						100.000,00	Prefeitura de São Sebastião do Alto/RJ		Emenda autorizada mas não empenhada
						100.000,00	Prefeitura de Paty do Alferes/RJ		Emenda autorizada mas não empenhada
						198.835,20	Prefeitura de Nova Iguaçu/RJ		Emenda autorizada mas não empenhada
						100.000,00	Prefeitura de Silva Jardim/RJ		Emenda autorizada mas não empenhada
						198.835,00	Prefeitura de Seropédica/RJ		Emenda autorizada mas não empenhada
						100.000,00	Prefeitura de Areal/RJ		Emenda autorizada mas não empenhada
						100.000,00	Prefeitura de Iguaba Grande/RJ		Emenda autorizada mas não empenhada
1 6						300.000,00	Prefeitura de Barcarena/PA	300.000,00	Nota de Cancelamen to nº NE001072 de

									30.12.2013
						200.000,00	Prefeitura de São Sebastião da Boa Vista/PA	200.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001090 de 30.12.2013
						200.000,00	Prefeitura de Prainha/PA	200.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001070 de 30.12.2013
17	ES	PAULO FOLETTO	27740007	PSB	100.000,00	100.000,00	Prefeitura de Nova Venécia/ES	100.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001084 de 30.12.2013
18	SP	ROBERTO DE LUCENA	28160002	PV	500.000,00	250.000,00	Prefeitura de Mairiporã/SP	250.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001083 de 30.12.2013
19		ROMÁRIO	27880006	PSB	2.000.000,00	500.000,00	Prefeitura de Belford Roxo/RJ		Emenda autorizada mas foi empenhada com recursos do orçamento próprio do ME
						500.000,00	Prefeitura de Niterói/RJ		Emenda autorizada mas foi empenhada com recursos do orçamento próprio do ME
20	RJ	ROMÁRIO	27880007	PSB	1.000.000,00	500.000,00	Prefeitura de Armação dos Búzios/RJ	500.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001096 de 30.12.2013
						500.000,00	Prefeitura de São Gonçalo/RJ		Emenda autorizada mas não empenhada
21	RJ	ROMÁRIO	27880008	PSB	500.000,00	500.000,00	Prefeitura de Mangaratiba/RJ	500.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001110 de 30.12.2013

22	AL	ROSINHA DA ADEFAL	27290007	PTdo B	400.000,00	400.000,00	Prefeitura de São Miguel dos Campos/AL	400.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001078 de 30.12.2013
23	AP	SEBASTIÃO BALA ROCHA	24110007	PDT	500.000,00	400.000,00	Prefeitura de Santana/AP	400.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001087 de 30.12.2013
						100.000,00	Prefeitura de Mazagão/AP	100.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001079 de 30.12.2013
24	AM	VANESSA GRAZZIOTIN - SENADORA	29100012	PcdoB	1.000.000,00	1.000.000,00	Secretaria de Estado da Juventude e Desporto Lazer/AM	1.000.000,00	Concluído
25	SP	VICENTE CANDIDO	28200016	PT	200.000,00	100.000,00	Prefeitura de Iguape/SP	100.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001104 de 30.12.2013
						100.000,00	Prefeitura de Franco Rocha/SP	100.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001081 de 30.12.2013
26	MG	WELITON PRADO	27680007	PT	300.000,00	300.000,00	Prefeitura de Uberlândia/MG		Emenda autorizada mas não empenhada
27	MT	WELLINGTON FAGUNDES	18310003	PR	500.000,00	500.000,00	Secretaria de Estado e Esporte e Lazer - FUNDEB/MT		Emenda autorizada mas não empenhada
28	GO	Senador WILDER MORAIS	29690012	DEM	100.000,00	100.000,00	Prefeitura de Cachoeira Alta/GO		Emenda autorizada mas não empenhada
29	PA	ZEQUINHA MARINHO	11460016	PSC	700.000,00	100.000,00	Prefeitura de Tucumã/PA		Emenda autorizada mas não empenhada
						100.000,00	Prefeitura de Redenção/PA	90.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001086 de 30.12.2013
						100.000,00	Prefeitura de Parauapebas/PA	90.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001076

								de 30.12.2013
					100.000,00	Prefeitura de Marabá/PA		Emenda autorizada mas não empenhada
					100.000,00	Xinguara/PA		Emenda autorizada mas não empenhada
					100.000,00	Prefeitura de Santana do Araguaia/PA		Emenda autorizada mas não empenhada
					100.000,00	Prefeitura de Goianésia do Pará/PA		Emenda autorizada mas não empenhada
30	RJ	ZOINHO	2795003	PR	500.000,00	500.000,00	Prefeitura de Barra Mansa/RJ	Emenda autorizada mas não empenhada
TOTAL					11.500.000,00	10.947.670,20		10.462.829,29

5100020130013 - REALIZAÇÃO E APOIO A EVENTOS E COMPETIÇÕES DE ESPORTE PARTICIPATIVO E DE ESPORTE ESCOLAR - 27.812.2035.20JQ

Nº	UF	Parlamentar	Emenda	Partido	Valor da Emenda	Valor Indicado	Nome do Beneficiário	Empenho	Situação da Proposta
1	BA	ACELINO POPÓ	2735009	PRB	1.000.000,00	1.000.000,00	SECOPA/BA	1.000.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001095 de 30.12.2013
2	PE	CARLOS EDUARDO CADOCA	1071001	Pcdob	500.000,00	500.000,00	Secretaria de Esportes e Copa do Mundo (Prefeitura de Recife)		Emenda autorizada mas não empenhada
3	AP	FÁTIMA PELAES	1907007	PMD B	200.000,00	200.000,00	Prefeitura de Macapá/AP	200.000,00	Aguardando cancelamento da Nota de Empenho
4	MG	JAIRO ATAÍDE	2238008	DEM	200.000,00	200.000,00	Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES		Emenda autorizada mas não empenhada
5	BA	JOÃO CARLOS BACELAR	1270003	PR	2.000.000,00	2.000.000,00	Secretaria Estadual para Assuntos da Copa da FIFA 2014	2.000.000,00	Concluído
6	ES	LELO COIMBRA	24910010	PMD B	300.000,00	100.000,00	Prefeitura de Domingos Martins/ES	100.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001101

									de 30.12.2013
7	PI	OSMAR JÚNIOR	236000 04	PcdoB	1.000.000,00	100.000,00	Prefeitura de Juazeiro Piauí/PI	100.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001111 de 30.12.2013
						100.000,00	Prefeitura de Inhuma/PI	100.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001085 de 30.12.2013
						100.000,00	Prefeitura de Cajueiro Praia/PI	100.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001107 de 30.12.2013
						100.000,00	Prefeitura de Cajazeiras Piauí/PI	100.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001071 de 30.12.2013
						100.000,00	Prefeitura de Nazaré Piauí/PI	100.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001093 de 30.12.2013
						100.000,00	Prefeitura de Nossa Senhora de Nazaré/PI	100.000,00	Aguardando cancelamento da Nota de Empenho
						100.000,00	Prefeitura de Dom Expedito Lopes/PI	100.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001089 de 30.12.2013
						100.000,00	Prefeitura de Monsenhor Hipólito/PI	100.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001114 de 30.12.2013
						100.000,00	Prefeitura de Campinas Piauí/PI	100.000,00	Aguardando cancelamento da Nota de Empenho
						100.000,00	Prefeitura de Alagoinha Piauí/PI	100.000,00	Nota de Cancelamento nº NE001080 de 30.12.2013

8	SP	PAULO TEIXEIRA	253400 10		650.000,00	250.000,00	Prefeitura de São Caetano do Sul/SP		Emenda autorizada mas não empenhada
9	M G	SARAIVA FELIPE	335100 19	PMD B	150.000,00	150.000,00	Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES		Emenda autorizada mas empenhada com recursos do ME
10	M T	VALTENIR PEREIRA	255000 11	PSB	300.000,00	100.000,00	Prefeitura de Juína/MT	100.000,00	Aguardando cancelamen to da Nota de Empenho
						200.000,00	Prefeitura de Vila Rica/MT	200.000,00	Concluído
11	SP	VICENTE CANDIDO	282000 15	PT	2.500.000,0 0	2.500.000,0 0	Secretaria de Esporte Lazer Juventude do Estado de SP		Emenda autorizada mas não empenhada
12	PE	VILALBA	292100 17	PRB	800.000,00	800.000,00	Prefeitura de Limoeiro/PE		Emenda autorizada mas não empenhada
13	M T	WELLINGTO N FAGUNDES	183100 04	PR	100.000,00	100.000,00	Prefeitura de Canarana/MT		Emenda autorizada mas não empenhada
14	PA	WANDENKO LK GONÇALVES	241500 09	PSDB	500.000,00	500.000,00	Prefeitura de Canarana/MT		Emenda autorizada mas não empenhada
15	PR	ZECA DIRCEU	284900 12	PT	500.000,00	100.000,00	Prefeitura de Cianorte/PR	100.000,00	Concluído
						100.000,00	Prefeitura de Cidade Gaúcha/PR	100.000,00	Concluído
						100.000,00	Prefeitura de Paranavaí/PR	100.000,00	Concluído
						100.000,00	Prefeitura de Toledo/PR	100.000,00	Concluído
						100.000,00	Prefeitura de Campo Mourão/PR	100.000,00	Nota de Cancelamen to nº NE001098 de 30.12.2013
21					9.200.000,0 0	8.600.000,0 0		5.100.000,0 0	

Anexo 9 – Celebração de Parcerias

Sob a **Coordenação Geral de Formalização – CGFOR**, no intuito de atingir a missão e os objetivos em decorrência das ações e programas de responsabilidade desta Secretaria, destaca-se preliminarmente que a celebração de parcerias com entes das esferas federal, estadual e municipal, além das Confederações Brasileiras do Desporto Escolar e Universitário, se realiza por meio de Convênios e Termos de Cooperação, em consonância com as respectivas Diretrizes dos Programas geridos por esta Secretaria, bem como em virtude da legislação vigente para transferências voluntárias.

A celebração de convênio tem como ferramenta o Sistema de Gestão Convênios do Governo Federal – SICONV, no qual foram cadastrados os Programas listados a seguir, especificamente para atender ao cadastramento de propostas decorrentes de Proponentes Específicos, assim como propostas habilitadas em Chamamentos Públicos, realizados pela SNELIS/ME. Já no que concerne aos Termos de Cooperação estes são realizados por meio da apresentação pelas entidades e órgãos federais de documentação específica constante da Portaria Nº 183, de 05 de outubro de 2006, deste Ministério do Esporte.

Em novembro de 2013 foi instituído os Editais de Chamada Pública Nº 001 e 002/2013, referente à seleção de propostas que receberão recursos do Orçamento Geral da União, com vistas à implantação e desenvolvimento de núcleos de esporte recreativo e de lazer do Programa Vida Saudável e Programa Esporte e Lazer da Cidade (Núcleos Urbanos e Povos e Comunidade Tradicionais) e celebração de convênios prevista para o exercício 2014.

Importa ressaltar que foram apresentadas 2.614 (duas mil, seiscentas quatorze) propostas de proponentes dos 25 Estados brasileiros, nos Programas a seguir destacados. Deste montante, 1.001 (hum mil e um) tiveram suas propostas analisadas e habilitadas, por atenderem as exigências preliminares do Edital em referência.

Resultado Provisório, consiste na apresentação da Ata do Banco de Propostas, itens 12 e 13 do Edital em comento, sendo composta pelos proponentes, cujas propostas foram habilitadas, obedecendo os critérios de classificação e regionalização, conforme análise do Planejamento Pedagógico, e demais exigências trazidas no item 8 do Edital.

Contundo, é importante salientar que para a Formalização de Convênios, foram classificadas propostas de 25 (vinte e cinco) Estados Brasileiros, considerando os 25 (vinte e cinco) municípios de cada Estado melhores ranqueados, conforme análise supramencionada, relacionadas ao Primeiro Bloco de Formalização, totalizando 607 (seiscentos e sete) propostas. Ressalta-se, desta maneira, maior alcance dos Programas supracitados no território nacional, garantindo, assim, maior amplitude no atendimento às diversas regiões brasileiras.

As propostas relacionadas no Primeiro Bloco de Formalização, que não atenderem às exigências estabelecidas no Edital, no prazo previsto, serão desclassificadas. Desta feita, serão chamadas para o Segundo Bloco de Formalização, as demais propostas integrantes da Ata do Banco de Propostas, conforme disponibilidade orçamentária desta Pasta Ministerial, ordem de classificação e critérios de regionalização.

As propostas integrantes da Ata do Banco de Propostas, as quais forem chamadas para o Segundo Bloco de Formalização, para a apresentação de documentações e informações previstas deverão cumprir os respectivos prazos, consignados no Cronograma Final do Edital de Chamada Pública. O não atendimento acarretará igual desclassificação, sendo possível, caso haja disponibilidade

orçamentária, nova chamada de propostas da Ata do Banco de Propostas, nas condições supra estabelecidas.

Assim, faz-se mister indicar os resultados preliminares do Edital em questão, conforme os Programas/SICONV disponibilizados:

a) Edital PELC 2013 (Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC)

Programa SICONV: Implantação do Programa Esporte e Lazer da Cidade (Núcleos Urbanos) - Edital 2013

Descrição: O presente Chamamento Público tem por objetivo selecionar projetos que receberão recursos do Orçamento Geral da União, com vistas à Implantação de Projetos para o Desenvolvimento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer do Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC. Os projetos deverão, obrigatoriamente, ser apresentados para o seguinte objeto: Implantação e Desenvolvimento de Núcleo(s) de Esporte Recreativo e de Lazer – NÚCLEO URBANO com oficinas de atividades físicas, culturais e de lazer para todas as idades, incluindo pessoas com deficiência, conforme as diretrizes do Programa.

Propostas Cadastradas: 1.712

Propostas da Ata do Banco de Propostas: 726

Propostas do Primeiro Bloco de Formalização: 357

b) Edital PELC 2013 (Programa Vida Saudável)

Programa SICONV: 5100020130028 - Implantação do Programa Vida Saudável - Edital 2013

Descrição: O presente Chamamento Público tem por objetivo selecionar projetos que receberão recursos do Orçamento Geral da União, com vistas à Implantação de projetos para o Desenvolvimento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer do Programa Vida Saudável- VS, nos termos das diretrizes do Programa

Propostas Cadastradas: 641

Propostas da Ata do Banco de Propostas: 212

Propostas do Primeiro Bloco de Formalização: 187

c) Edital PELC 2013 (Núcleos para Povos e Comunidades Tradicionais)

Programa SICONV: 5100020130030 – Implantação do Programa Esporte e Lazer da Cidade (Núcleos Para os Povos e Comunidades Tradicionais) - Edital 2013

Descrição: O presente Chamamento Público tem por objetivo selecionar projetos que receberão recursos do Orçamento Geral da União, com vistas à Implantação de Projetos para o Desenvolvimento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer do Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC: Implantação e Desenvolvimento de Núcleo(s) de Esporte Recreativo e de Lazer nos - NÚCLEOS PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, nos termos das diretrizes do Programa.

Propostas Cadastradas: 261

Propostas da Ata do Banco de Propostas: 63

Propostas do Primeiro Bloco de Formalização: 63

FATORES INTERVENIENTES DA CELEBRAÇÃO

a) Metodologia aplicada para análise dos pleitos encaminhados

Preliminarmente é oportuno destacar o envolvimento das equipes do DEDAP/SNELIS e da DEGEP/SNELIS, no sentido da análise técnica e pedagógica dos projetos pleiteados para os Programas desta Secretaria no exercício 2013.

Tal perspectiva permite o olhar mais detalhado e específico acerca da proposta técnica (Proposta e Plano de Trabalho) e pedagógica (projeto e plano pedagógico), ou seja, além da proposta ser examinada no âmbito da legislação para celebração de convênios, a área pedagogia ganha destaque antes da formalização da parceria, objetivando a redução de ocorrências na execução do convênio.

Ademais, a verificação e análise de convênios anteriores dos proponentes pleiteantes pela CGFISCO/DEGEP/SNELIS, auxilia na decisão para formalização de nova parceria, com base na execução do convênio anterior. Contudo, quando há reprovação ou desempenho insatisfatório, quanto da consecução dos objetivos pactuados, a formalização da parceria é suspensa.

Quanto aos trabalhos de formalização, é de bom alvitre elucidar que, apesar do número incompatível de técnicos para análise das propostas, sendo de responsabilidade da Coordenação-Geral de Formalização/DEGEP/SNELIS a análise de todas as propostas para formalização da Secretaria (dotação orçamentária própria e emendas parlamentares), foi possível o atingimento das metas orçamentárias estabelecidas por esta Secretaria.

No que tange à formação e capacitação da equipe de Formalização, compete informar que, devido à grande demanda no processo de celebração de parcerias, não houve tempo hábil para capacitações formações externas, no entanto, existem reuniões pontuais para explanações e explicações sobre os procedimentos inerentes à formalização e execução de convênios, assim como acerca das diretrizes dos programas geridos por esta Secretaria.

Merece destaque, na metodologia aplicada para a formalização de parcerias a instituição e definição dos Programas Vida Saudável e Esporte e Lazer da Cidade com projetos de “ação social” e do Programa Segundo Tempo como “ação social” e “ação de educação”, para efeitos do artigo 26 da Medida Provisória nº 1.973-65, de 28 de agosto de 2000, o qual afasta a inadimplência do SIAFI/CAUC para a celebração de convênios, para projetos dessa natureza. Esta perspectiva proporcionou a desburocratização da análise da situação fiscal dos proponentes quando da formalização de parcerias.

Esta medida proporcionou a retomada de projetos que aguardavam a regularidade no SIAFI/CAUC para a celebração de parceria, especialmente as propostas aprovadas no Edital Programa e Esporte e Lazer da Cidade nº 001/2012, as quais foram classificadas, cumpriram as exigências documentais para formalização, faltando apenas a comprovação da situação de regularidade.

O somatório das medidas retrocitadas estabelecidas por esta Secretaria, foi fundamental para o alcance dos objetivos determinados, em especial, no que respeita à execução orçamentária e financeira, sendo no exercício de 2013, superior ao ano anterior quantitativamente e qualitativamente.

b) Dificuldades Encontradas

Ausência de qualificação do corpo técnico das entidades proponentes no que respeita à elaboração do projeto e de seus elementos complementares, relativo aos Programas geridos por esta Secretaria;

Insuficiência de qualificação externa do corpo técnico da Coordenação Geral de Formalização CGFOR/SNELIS, no que tange às atualizações do Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV) e assuntos pertinentes;

Necessidade de ajustes nas propostas cadastradas no SICONV, por parte das entidades proponentes, gerando atrasos na formalização; e

Inclusão de Propostas no SICONV diferente dos objetivos instituídos nas diretrizes dos Programas específicos, assim como com elementos insuficientes para análise técnica.

c) Desafios

Consiste nos desafios desta Secretaria para 2014 a continuidade do processo de crescimento concernente à formalização de parcerias, no que tange ao atingimento dos limites orçamentário estabelecidos para o exercício, ao maior abrangência dos Programas/SNELIS no território nacional e conseqüentemente maior alcance do público alvo.

É oportuno destacar que o ano de 2014 reserva período de defeso eleitoral o que intensifica os processos de formalização em prazos curtos de apresentação, análise, formalização e celebração de parcerias.

RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2013

a) Programa Segundo Tempo

Programa SICONV: 5100020130015 - Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - Propostas de Proponente Específico para implantação do Programa Segundo Tempo – PST:

Tabela – Proponente Específico

1- PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO - PST NAVEGAR
2- SECRETARIA ADJUNTA DE ESPORTE DE ALAGOAS
3- SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ - SEDUC - GOVERNO DO ESTADO DO PA- PST NAVEGAR
4- PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOATÃO DOS GUARARAPES- NAVEGAR
5- PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA
6- PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ
7- PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM
8- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO

9- PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS
10- PREFEITURA DE ITABORAÍ
11- PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
12- PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPÉDICA
13- PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL
14- PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA
15- PREFEITURA MUNICIPAL DE NITEROI
16- PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO

Programa SICONV: 5100020120091 - Ação 20JP - Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte Educacional e de Esporte e Lazer - Programa Segundo Tempo - Proponentes Específicos - Renovação/Projeto Piloto:

Tabela – Proponentes Específicos – Renovação/Projeto Piloto

1. PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA DO POMBAL - BA
2. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIAO DO PASSE-BA
3. PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS-MG
4. PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANO - PI
5. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE - SEES - PR - PST/MODALIDADES

Desta forma a celebração do PST em 2013 foram: 16 convênios de Legado Social e esportivo nas cidades sedes e regiões metropolitanas, 04 convênios de renovação de parcerias anteriores e 1 projeto piloto do PST Modalidades. TOTAL – 21 parcerias em 2013.

Foram suplementados 03 convênios PST com vista à ampliação do atendimento em cidades sedes da Copa do Mundo e regiões metropolitanas, tendo nesses convênios ampliado quantidade de núcleos, beneficiados e período de atendimento:

Tabela – Suplementação PST

1- GERALDO MAGALHÃES – RECIFE-PE
2- PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM- MG
3- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE- MG

Foram ainda destacados novos recursos para Universidades, Institutos Federais de Ensino Superior (IFES) e para o MD, com vista a continuidade e ampliação do atendimento:

Tabela - Destaques

1. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA
2. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS
3. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
4. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA

5. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
6. UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
7. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
8. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
9. INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO
10.INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA BAHIA
11.INST.FED.DE ED.,CIENC.E TEC.DO S.PERNAMBUCANO
12.MINISTÉRIO DA DEFESA

b) Programas PELC e Vida Saudável

PARCERIAS FORMALIZADAS: 9

Tabela – Parcerias Formalizadas

1.	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campos Muzambinho
2.	Governo do Estado do Paraná
3.	Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
4.	Governo do Estado do Rio de Janeiro
5.	Prefeitura Municipal de Formoso do Araguaia
6.	Prefeitura Municipal de Cubatão
7.	Secretaria de Estado da Educação e do Esporte de Alagoas - JUVENTUDE VIVA
8.	Prefeitura Municipal de Arapiraca
9.	Prefeitura Municipal de Umuarama

Parcerias Formalizadas Legado Social da Copa - PELC e VS: 20

Tabela – Parcerias Formalizadas Legado

1. Prefeitura Municipal de Pinhais
2. Prefeitura Municipal de Sabará
3. Governo do Estado do Ceará
4. Prefeitura Municipal de Seropédica
5. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
6. Prefeitura Municipal de Betim
7. Prefeitura Municipal de Itaboraí
8. Prefeitura Municipal de Campina Grande
9. Prefeitura Municipal de Cuiabá
10. Prefeitura Municipal de Niterói
11. Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais
12. Prefeitura Municipal de Osasco
13. Prefeitura Municipal de Olinda
14. Prefeitura Municipal de Mesquita
15. Prefeitura Municipal de Natal
16. Prefeitura Municipal de Pernambuco
17. Fundação Municipal de Esporte - FUNESP

18. Prefeitura Municipal de Contagem
19. Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes
20. Prefeitura Municipal de Cachoeirinha

Ainda foram destacados recursos para Universidades Federais e Institutos de Ensino Superior:

Tabela – Recursos para Universidade e Institutos de Ensino Superior

1. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
2. UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
3. UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
4. UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
5. INST.FED.DO CEARA/CAMPUS CANINDÉ
6. ESCOLA EDUCACAO FISICA FISIOT. TERAP. OCUP / UFMG
7. FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
8. INST.FED.DE EDUC.CIENC.E TEC.DO CEARA
9. INST.FED.DE EDUC.CIENC.E TEC.DO SUL DE MG (MUZAMBINHO)

PELC - Emendas parlamentares: 10

As emendas parlamentares representam uma importante contribuição na ampliação da implementação das iniciativas da SNELIS com vista a democratização do acesso a Políticas de Esporte e Lazer e para o PELC possibilitou as seguintes parcerias:

Tabela – Parceria Emendas Parlamentares

1. PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO
2. PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO
3. PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAU
4. PREFEITURA MUNICIPAL DE AMONTADA

5. PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
6. PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ
7. PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
8. PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJUS
9. PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ - AP
10. SEJEL - AM Secret. Est. Juventude - teve complementação com recursos do Orçamento SNELIS – efetivando um único convênio já citado na listagem PELC – Legado da Copa

Edital de Chamamento Público de Projetos de Esporte e de Lazer Nº 001/2012 – SNELIS: 28

No exercício de 2012 a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social/SNELIS, tornou público o Edital de Chamamento Público de Projetos de Esporte e de Lazer Nº 001/2012 – SNELIS.

O supracitado Edital tinha por objetivo selecionar projetos que receberiam recursos do Orçamento Geral da União para execução de projetos, com vistas à Implantação e Desenvolvimento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, que deveriam, obrigatoriamente, ser apresentados em um dos seguintes objetos: (1) Implantação e desenvolvimento de núcleo(s) de esporte recreativo e de lazer – TODAS AS IDADES; ou (2) Implantação e desenvolvimento de núcleo(s) de esporte recreativo e de lazer – VIDA SAUDÁVEL; ou (3) Implantação e desenvolvimento de núcleo(s) de esporte recreativo e de lazer nos POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.

Cumpre esclarecer que os projetos que não foram apoiados na sua totalidade, devido à indisponibilidade orçamentária do exercício de 2012, foram inseridos no Banco de Projetos, o qual teve sua vigência prorrogada até dia 31 de dezembro de 2013.

Desta forma, foram celebrados, em 2013, os convênios a seguir elencados, respeitando os respectivos Programas/SICONV:

Programa SICONV: 5100020120086 - SNELIS - Núcleo de Esporte Recreativo e de Lazer – VIDA SAUDÁVEL

Proponentes: Proponentes Classificados no referido Edital de Chamamento Público

Descrição: Projeto Vida Saudável, composto de núcleos com atividades sistemáticas e assistemáticas de esporte recreativo e de lazer, voltadas às pessoas adultas, a partir de 45 (quarenta e cinco) anos, e idosas, incluindo Pessoas com Deficiência, com o objetivo de ampliar ações de democratização do acesso a conhecimentos e práticas de esporte e lazer, considerado direitos sociais de todos os cidadãos.

Parcerias Formalizadas: 13

Tabela – Classificação Edital 2012 – Vida Saudável

1. Prefeitura Municipal de Nossa Senhora dos Remédios
2. Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo
3. Prefeitura Municipal de Regeneração
4. Prefeitura Municipal de Lagoa do Sítio
5. Prefeitura Municipal de Wall Ferraz
6. Prefeitura Municipal de Agua Branca
7. Prefeitura Municipal de Ribeiro Gonçalves
8. Prefeitura Municipal de Esperantina
9. Prefeitura Municipal de Rio Grande
10. Prefeitura Municipal de Bocaína
11. Prefeitura Municipal de Betânia do Piauí
12. Prefeitura Municipal de São João da Varjota
13. Prefeitura Municipal de Joca Marques

Programa SICONV: 5100020120087 - SNELIS - Núcleo de Esporte Recreativo e de Lazer - POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Proponentes: Proponentes Classificados no referido Edital de Chamamento Público

Descrição: Projeto Esporte e Lazer da Cidade, composto de núcleos com atividades sistemáticas e assistemáticas, o qual tem como objetivo ampliar ações de democratização do acesso a conhecimentos e práticas de esporte e lazer, considerado direitos de todos os cidadãos (diversas faixas etárias), incluindo Pessoas com Deficiência, assim como fomentar ações integradas com as demais políticas públicas, com vistas à promoção de inclusão social e do desenvolvimento humano. Tem seu foco nos grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tal por possuírem formas próprias de organização social e ocuparem territórios tradicionais. Assim, são comunidades tradicionais: povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, populações rurais, dentre outros.

Parcerias Formalizadas: 01**Tabela - Classificação Edital 2012 – Povos e Comunidades Tradicionais**

1. Prefeitura Municipal de Tururu

Programa SICONV: 5100020120085 - SNELIS - Núcleo de Esporte Recreativo e de Lazer - TODAS AS IDADES

Proponentes: Proponentes Classificados no referido Edital de Chamamento Público

Descrição: Projeto Esporte e Lazer da Cidade, composto de núcleos com atividades sistemáticas e assistemáticas, o qual tem como objetivo ampliar ações de democratização do acesso a conhecimentos e práticas de esporte e lazer, considerado direitos sociais de todos os cidadãos (diversas faixas etárias), incluindo Pessoas com Deficiência, assim como fomentar ações integradas com as demais políticas públicas, com vistas à promoção de inclusão social e do desenvolvimento humano.

Parcerias Formalizadas: 14**Tabela – Classificados do Edital 2012 Todas as Idades**

1. Prefeitura Municipal de Cuité
2. Prefeitura Municipal de Janaúba
3. Prefeitura Municipal de Ribeirão Corrente
4. Prefeitura Municipal de Major Sales
5. Prefeitura Municipal de Ipameri
6. Prefeitura Municipal de Malhada de Pedras
7. Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba
8. Prefeitura Municipal de Tangará da Serra
9. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Piraju
10. Prefeitura Municipal de Icapuí
11. Prefeitura Municipal de Ararendá

12. Prefeitura Municipal de Montes Claros
13. Prefeitura Municipal de Guaiúba
14. Prefeitura Municipal de Timóteo

Anexo 10 – Acompanhamento Operacional da Execução Física das Parcerias

A **Coordenação Geral de Acompanhamento Operacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - CGAO** tem por atribuição principal acompanhar a execução de todas as parcerias celebradas no âmbito da SNELIS para a implantação do Programa Segundo Tempo (PST), do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), do Programa Vida Saudável (VS), do Programa Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania, bem como dos eventos referentes ao esporte universitário, estudantil e de cunho social.

Cabe esclarecer que no primeiro semestre do exercício de 2013 o DEGEP, no intuito de uniformizar o processo de acompanhamento das diversas parcerias celebradas, fundiu a **CGAO-LIES** (que em 2012 era responsável pelo acompanhamento dos programas PELC e Vida Saudável, Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania, e os Eventos de esporte universitário, estudantil e de cunho social) com **CGAO** (até então responsável apenas pelo PST), passando para a responsabilidade desta o acompanhamento da execução de todos esses programas.

Tal decisão ensejou, por consequência, a reestruturação do quadro de pessoal, ficando **01 Coordenação Geral** com **04 Sub-Coordenações** (*em substituição da sistemática de “lideranças” adotadas no PST em 2012*), destas ficando 02 para o acompanhamento do PST, 01 para o acompanhamento do PELC e Vida Saudável e 01 para Eventos e Programas Pintando a Liberdade/Cidadania.

Já no segundo semestre de 2013 houve também a decisão da gestão da SNELIS de fundir a **CGAAV** (Coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação) com **CGAO**, passando para a responsabilidade desta o processamento dos Relatórios Consolidados das visitas realizadas pelas Equipes Colaboradoras, mantendo relação direta com a equipe da UFRGS.

Para o cumprimento de suas atribuições, a CGAO tem a competência de: **a)** acompanhar operacionalmente as parcerias durante toda a execução no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, envolvendo o planejamento e a estruturação, com a função de orientar a implementação das ações estipuladas no Plano de Trabalho; **b)** analisar pleitos e emitir pareceres referentes aos processos incidentes na execução das parcerias; e **c)** acompanhar e fiscalizar “in loco”, buscando diagnosticar o desempenho dos convenientes, implementando medidas de controle que visem ao cumprimento do objeto dos convênios/termos de cooperação, com a qualidade e efetividade necessária ao pleno atendimento do público alvo estabelecido.

Com vistas ao cumprimento de tal mister, a **CGAO** mantém integração direta com as seguintes áreas da SNELIS: **Coordenação Geral de Integração de Políticas e Programas Intersetorial – CGIPI** (acompanhamento pedagógico das parcerias celebradas no âmbito do PST), a **Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas de Esporte e Lazer – CGEPEL** (acompanhamento pedagógico das parcerias celebradas no âmbito do PELC e VS), **Coordenação de Suprimentos e Logística – CSUP** (suprimento dos projetos com materiais e uniformes), **Coordenação de Geral de Sistemas - CGSIS** (alimentação de dados e acompanhamento das informações registradas nos sistemas específicos para o acompanhamento dos projetos), **Coordenação de Orçamento e Planejamento – COP** (empenho e liberação financeira das parcelas pactuadas), bem como, com a **CGCON** (encaminhamento das parcerias finalizadas para fins de análise da Prestação de Contas).

O processo de acompanhamento das parcerias se inicia quando da liberação dos recursos (primeira parcela para o PST; e parcela única aos demais programas/eventos), momento em que são prestadas pela CGAO as orientações preliminares às entidades parceiras, com vistas à estruturação adequada

do projeto por parte da entidade e posterior avaliação/concessão da autorização de início das atividades intitulada de Ordem de Início (OI).

A Ordem de Início (OI) consiste na verificação do atendimento dos procedimentos preliminares estabelecidos, sendo comuns aos programas PST, PELC e Vida Saudável os seguintes:

- ✓ Aplicação dos recursos;
- ✓ Depósito da Contrapartida acordada;
- ✓ Seleção e contratação de recursos humanos;
- ✓ Realização dos processos licitatórios pactuados no Plano de Trabalho (PT);
- ✓ Inserção no SICONV de todos os documentos referentes às contratações previstas no Plano de Trabalho; e
- ✓ Comprovação da identificação visual dos núcleos e da divulgação dos programas.

Destacamos que para o PST faz-se necessário também o cadastramento dos núcleos, recursos humanos e beneficiados no Sistema ME; a elaboração e aprovação do Planejamento Pedagógico do Convênio (PPC); e a elaboração e inserção dos Planejamentos Pedagógicos dos Núcleos (PPNs).

Em relação especificamente ao PELC e ao Vida Saudável, necessita-se da realização do Módulo Introdutório da Formação promovida pelo ME juntamente com a UFMG; do encaminhamento da proposta da Grade Horária; e da apresentação das fichas de dados dos núcleos, dos recursos humanos e dos beneficiados vinculados ao projeto.

Registra-se que desde essa etapa inicial da Ordem de Início se faz necessário que a entidade parceira promova a inserção/registro de toda a documentação referente à execução física/ financeira dos convênios no SICONV, nas Fichas de Avaliação e Sistemas desenvolvidos pela SNELIS, cabendo à equipe CGAO o respectivo acompanhamento/avaliação das ações.

Ressalta-se que a ação junto ao SICONV é entendida como procedimento central da CGAO e perpassa todas as tarefas e atribuições afetas a essa coordenação, em permanente diálogo, conferência e cruzamento de informações com todos os Sistemas Informatizados da SNELIS – desenvolvidos especificamente para o processo de monitoramento das parcerias e para a interface com os demais setores do ME (a exemplo, já foi importada parte dos dados do SICONV para o SIC).

Na sequência, tão logo emitida a Ordem de Início, passa-se à fase de acompanhamento operacional da execução física – período de desenvolvimento das atividades – que consiste, sobretudo, na orientação aos parceiros quanto aos possíveis ajustes no plano de trabalho, utilização de saldos de economia, inexecução e/ou rendimentos, bem como na emissão de Termos Aditivos, quando necessários, seja para garantir o cumprimento do período de atendimento pactuado, seja para rescindir parcerias que demonstraram fragilidades e/ou descumpriram obrigações assumidas, dentre outros.

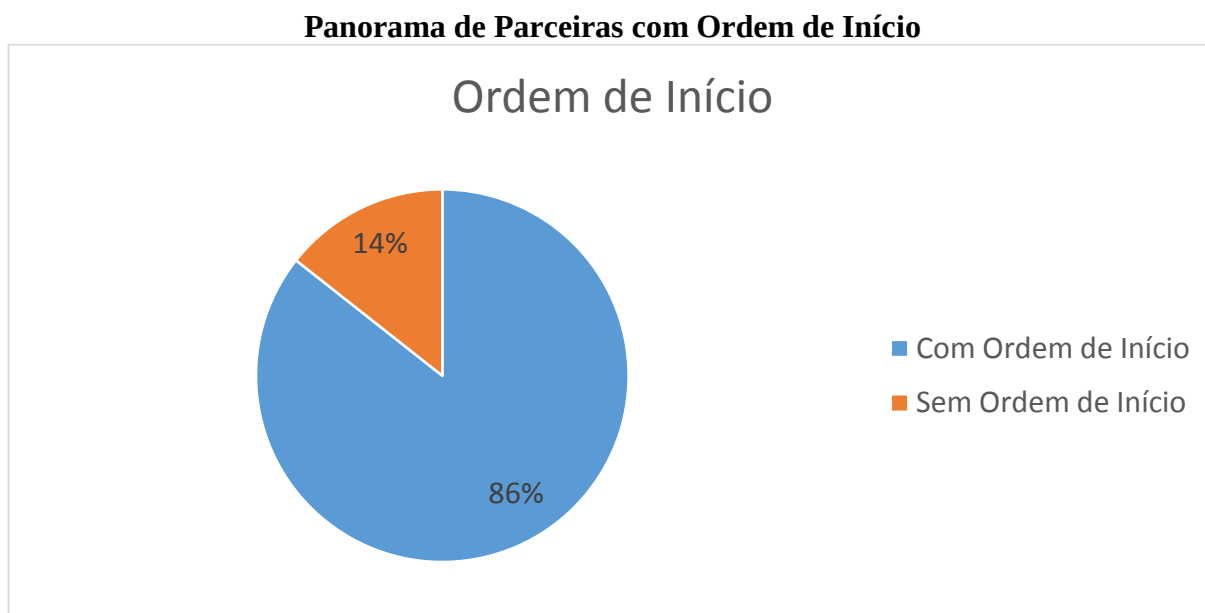
O trabalho da CGAO finaliza após o encerramento da vigência de cada parceria, oportunidade em que os autos processuais são tramitados à CGCON para análise do aspecto técnico da Prestação de Contas Final (cumprimento do objeto pactuado).

Cabe destacar que a CGAO encerrou o exercício de 2013 com o acompanhamento de 245 parcerias, sendo 194 referentes ao Programa Segundo Tempo e 51 relativas aos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável.

I. Programa Segundo Tempo (PST)

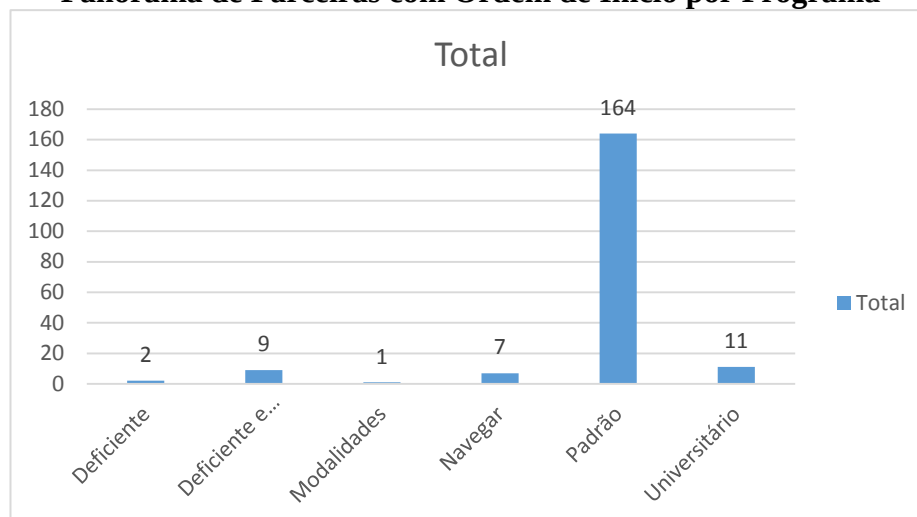
O acompanhamento técnico do PST em 2013 foi realizado por 02 Subcoordenações da CGAO, sendo uma responsável pela fase de estruturação/Ordem de Início e outra pela fase de acompanhamento operacional após o recebimento da OI.

Em 2013, no universo de **194** parcerias vigentes (160 Convênios e 34 Termos de Cooperação) em processo de acompanhamento, ou seja, com o status da Ordem de Início concedida, **143** Convênios/Termos de Cooperação já estão em atendimento e **24** ainda não confirmaram o efetivo início das atividades.



Cabe registrar que as parcerias do Programa Segundo Tempo com as Prefeituras, Governos Estaduais, Universidades e Institutos Federais de Educação Superior são para a implementação de Núcleos do PST/Padrão, PST/Navegar, PST/Núcleos Adaptados, PST/Universitário, PST/Modalidades, bem como a parceria com o Ministério da Defesa para implementação do Programa Forças no Esporte/Padrão, conforme **“Planilha 01 do Anexo 10 - CGAO – PST”**, e graficamente demonstrado abaixo:

Panorama de Parceiras com Ordem de Início por Programa



Repita-se que após a confirmação do efetivo início das atividades pela entidade parceria, a CGAO inicia a fase de acompanhamento operacional (administrativo/pedagógico), cumprindo os procedimentos já informados, que comuns a todos os Programas.

Especificamente sofre a interface com o acompanhamento in loco realizado de forma sistemática pelas Equipes Colaboradoras – EC's e processamento dos Relatórios Consolidados, no segundo semestre de 2013, por determinação da gestão da SNELIS (tendo em vista que os elementos dos Relatórios de Visita são fundamentais para a avaliação das condições de desenvolvimento dos projetos e tomada de decisões), a CGAPA e a Equipe da CGAAV passou a ficar vinculada à CGAO, com a finalidade de aprimorar o acompanhamento operacional (administrativo/pedagógico) das parcerias.

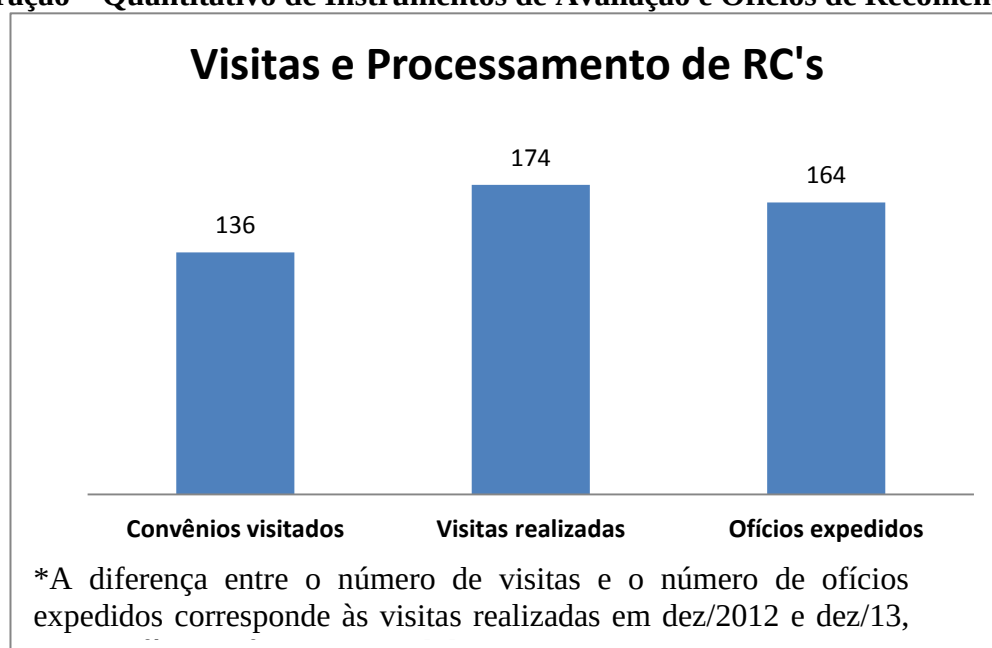
Embora estabelecido novo modelo de acompanhamento a ser realizado pelas Equipes Colaboradoras (ECs) vinculadas ao projeto UFRGS/FAURGS/ME, já detalhado no **2.2.2 Acompanhamento Administrativo e Pedagógico aos convênios do Programa Segundo Tempo do Anexo 02**, foram mantidos o fluxo e os procedimentos estabelecidos quanto à revisão e ao processamento dos Relatórios Consolidados das visitas realizadas pela Equipe Colaborada, estes oportunamente detalhados no Relatório de Gestão de 2012, destacando-se os descritos abaixo:

- Monitorar a execução do planejamento das visitas, controlando o recebimento dos relatórios dentro dos prazos estabelecidos com as ECs (que totalizam 15 a 20 dias, contados a partir da data do término da visita);
- Se necessário, solicitar à EC revisão do conteúdo dos Relatórios Consolidados;
- Avaliar o conteúdo dos Relatórios de Visita recebidos, registrando em instrumento específico os aspectos positivos, negativos e medidas de aprimoramento;
- Confrontar as constatações dos Relatórios de Visita frente aos Sistemas ME e SICONV, e, ainda, os elementos processuais, de forma a identificar documentos ou decisões que podem alterar as condições pactuadas e/ou a avaliação do contexto observado durante o acompanhamento;

- Classificar as recomendações no Instrumento de Avaliação de acordo com o grau de importância (graves, impropriedades e medidas de aprimoramento);
- Registrar a evolução do quantitativo de beneficiados atendidos, por núcleo a cada visita, em instrumento específico – Diagnóstico Comparativo;
- Expedir Ofício de Recomendações à entidade parceira (cumprindo o prazo máximo de 60 dias, contados a partir da data do término do acompanhamento; e
- Processar as respostas apresentadas pela entidade, de forma a avaliar o contexto durante todas as fases da execução.

Em decorrência das visitas, de agosto a dezembro/2013 foram processados pela CGAO 174 Relatórios de Visita, conseqüentemente produzindo o mesmo quantitativo de Instrumentos de Avaliação e Ofícios de recomendações, conforme demonstrado abaixo:

Ilustração – Quantitativo de Instrumentos de Avaliação e Ofícios de Recomendações



Importa destacar, ainda, que no exercício de 2013 foram finalizadas 61 parcerias, conforme tabela abaixo, das quais 22 foram rescindidas e/ou denunciadas por terem sido identificadas irregularidades e/ou apresentado dificuldades na estruturação/implementação das ações, com um significativo lapso temporal desde a formalização, e, ainda, por interesse unilateral da conveniente em virtude de dificuldades para iniciar a execução.

Tabela – Parcerias Finalizadas PST - 2013

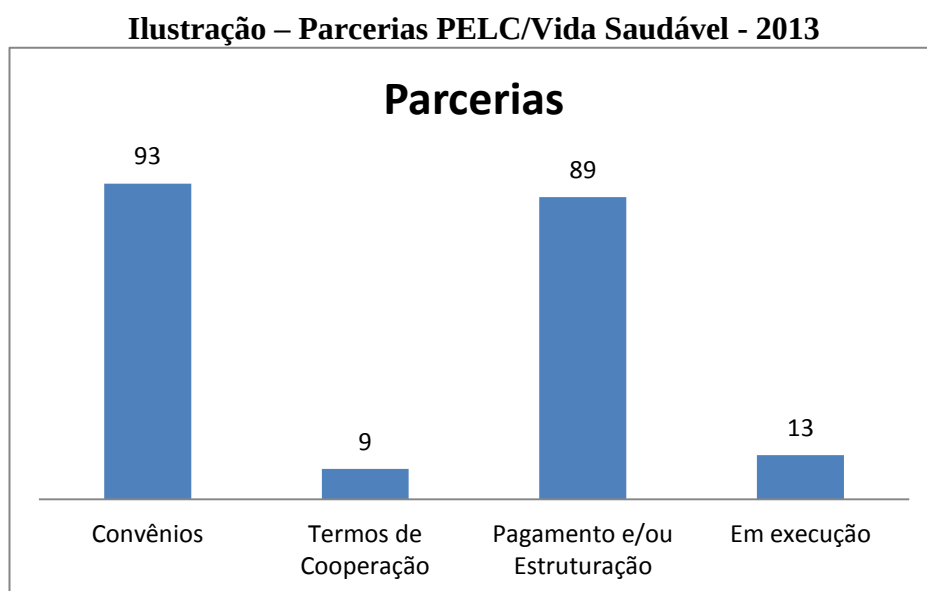
PARCERIAS	QUANTIDADE
Concluídas/Finalizadas	39
Rescindidas	13
Denunciadas	09

Tais situações têm fundamentação legal no Decreto nº 6.170 de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências.

II. Programas PELC e Vida Saudável

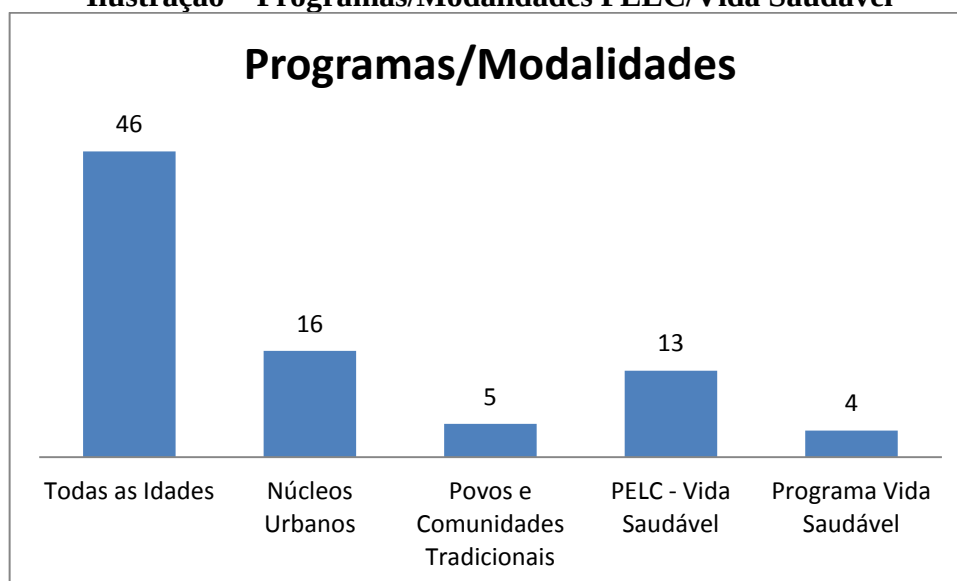
O acompanhamento dos programas PELC e VS se deu com o universo de **102** parcerias vigentes (**93** Convênios e **9** Termos de Cooperação), sendo que **13** Convênios/Termos de Cooperação já estavam em atendimento e **89** em fase de pagamento e/ou estruturação/Ordem de Início.

Ressalte-se que o procedimento de Ordem de Início foi implementado em 2013 para os Programas PELC e Vida Saudável, após a incorporação do acompanhamento respectivo à CGAO, tendo por base os resultados positivos já alcançados no âmbito do Programa Segundo Tempo. Com efeito, a Ordem de Início permite um controle inicial sobre a implementação das ações pactuadas, com orientações mais direcionadas e a verificação do cumprimento de etapas imprescindíveis, assegurando assim o começo adequado do desenvolvimento das atividades/atendimento do público-alvo.



Cabe registrar que as parcerias acompanhadas do Programa de Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável com as Prefeituras, Governos Estaduais, Universidades e Institutos Federais de Educação Superior tinham por objeto a implementação e o desenvolvimento das atividades em núcleos Urbanos, Povos e Comunidades Tradicionais e Vida Saudável, conforme demonstrado a seguir:

Ilustração – Programas/Modalidades PELC/Vida Saudável



III. Eventos

A execução do Plano de Trabalho referente a Eventos de Esporte Universitário e Estudantil é acompanhada por meio do Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV), bem como pela visita in loco da equipe técnica da CGAO. Foram acompanhadas no exercício de 2013, as parcerias abaixo relacionadas:

IV. Programas Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania

O Programa Pintando a Liberdade e Pitando Cidadania por determinação da gestão em julho de 2013 foi extinto no âmbito desta Pasta Ministerial. Sendo assim, todos os convênios encerraram em 31 de dezembro de 2013, totalizando o encerramento de 05 parcerias. Cabe destacar que apenas o Convênio nº 755916/2011, firmado com a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Estado do Paraná continua em execução.

Outra decisão de extrema importância adotada por esta Unidade Gestora com respeito ao Pintando, foi à constituição da Comissão Especial de Inventário designada pela Portaria nº 216, de 16 de agosto de 2013, com a finalidade de executar o inventário físico do acervo patrimonial adquirido por órgãos públicos e entidades privadas com recurso de convênios.

Até o dado momento a Comissão realizou vistorias a todas as sedes das Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos, bem como solicitou a relação dos bens adquiridos no âmbito dos instrumentos celebrados com as Entidades Públicas, constante da **“Planilha 02 do Anexo 10- Pintando” ao final deste documento.**

Cabe destacar que todos os maquinários adquiridos no âmbito do programa e localizados nas visitas realizadas tiveram como fiel depositário o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, do Ministério da Justiça.

Planilha 01 PST_CGAO

Anexo 1 - CGAO - PST - Relatório d

Nº	UF	Conveniente	Nº do Processo	Convênio nº SICONV	Valor Global	Repassa R\$	Contrapartida	Beneficiário	Núcleos	Moeda de Execução	PROGRAMA	Modalidade	Estrutura	Tipo de Operação	Data de Início	Data do Término (80% das atividades)
97	BA	Prefeitura Municipal de Monte	50701-003460201-1-02	7867502011	R\$ 136.130,00	R\$ 132.305,00	R\$ 5.825,00	200	2	35 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	20/10/12	30/03/13
98	MT	Prefeitura Municipal de Rondonópolis	50701-0033696201-1-04	7861862011	R\$ 481.570,00	R\$ 445.100,00	R\$ 36.470,00	1.000	10	35 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	31/05/12	31/03/2013
99	RJ	Prefeitura Municipal de Vila Rica	50701-001232012-00	7785620120	R\$ 1.760.940,00	R\$ 1.633.250,00	R\$ 127.690,00	3.000	80	35 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	18/12/13	-
100	MS	Prefeitura Municipal de Passa	50701-003460201-011	7864722011	R\$ 684.130,00	R\$ 628.400,00	R\$ 55.730,00	1.000	10	35 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	13/12/13	13/06/2014
110	AL	Prefeitura Municipal de Maracá de Caxangá	50701-0017330015-1-19	7873782013	R\$ 492.040,00	R\$ 432.000,00	R\$ 20.040,00	100	1	35 meses	PST	Navegar	Municipal	Convênio	-	-
102	SP	Prefeitura Municipal de Cuiabá Paulista	50701-001183012-00	7717262012	R\$ 123.070,00	R\$ 122.800,00	R\$ 30.270,00	300	3	35 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	24/10/13	04/11/2013
103	SP	Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto	50701-001160212-30	771432012	R\$ 355.000,00	R\$ 321.000,00	R\$ 34.000,00	1.000	10	35 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	28/11/13	06/01/2014
104	SP	Prefeitura Municipal de Santa Helena	50701-000460201-015	7688162011	R\$ 127.600,00	R\$ 132.300,00	R\$ 5.700,00	200	2	35 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	01/11/13	01/12/2013
105	SP	Prefeitura Municipal de Estrela do Norte de Piauí	50701-00134012-72	7714110202	R\$ 170.850,00	R\$ 101.500,00	R\$ 69.350,00	500	5	35 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	27/11/13	-
106	PI	Prefeitura Municipal de Rio Grande do Piauí	50701-00043012-003	78827452011	R\$ 105.314,00	R\$ 101.350,00	R\$ 3.964,00	100	1	35 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	02/11/13	-
117	AL	Prefeitura Municipal de São Grande do Piauí	50701-003340201-1-38	7863820130	R\$ 358.790,00	R\$ 258.500,00	R\$ 13.290,00	800	8	35 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	-	-
108	GO	Prefeitura Municipal de Terezopolis	50701-002660201-1-04	7863862013	R\$ 403.460,00	R\$ 443.100,00	R\$ 20.360,00	1.000	10	35 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	24/10/13	19/12/2013
109	MS	Prefeitura Municipal de Corumbá Paulista	50701-000550201-003	7867870201	R\$ 491.410,00	R\$ 30.912,00	R\$ 36.498,00	100	10	35 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	31/07/12	05/03/2013
110	MS	Prefeitura Municipal de União da Vitória	50701-000920201-008	7688832011	R\$ 107.480,00	R\$ 163.250,00	R\$ 41.530,00	300	3	35 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	02/07/12	13/06/2013
111	MS	Prefeitura Municipal de São Vicente	50701-000460201-003	7882782011	R\$ 104.860,00	R\$ 101.250,00	R\$ 3.610,00	100	1	35 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	30/11/13	11/11/2013
112	RS	Prefeitura Municipal de Espumoso	50701-001396101-71	772382012	R\$ 116.337,00	R\$ 102.800,00	R\$ 13.537,00	300	3	35 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	30/11/13	26/12/2013
103	PI	Prefeitura Municipal de Oeiras	50701-0035101-01-79	7868162011	R\$ 300.710,00	R\$ 287.250,00	R\$ 13.460,00	700	7	35 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	19/11/13	19/03/2014
104	PI	Prefeitura Municipal de Pimenteiras	50701-000920201-74	7867870201	R\$ 491.410,00	R\$ 443.100,00	R\$ 50.310,00	1.000	10	35 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	28/10/13	19/12/2014
105	PI	Prefeitura Municipal de São José do Piauí	50701-000920201-001	788232011	R\$ 107.314,00	R\$ 101.250,00	R\$ 6.064,00	100	1	35 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	01/11/13	-
116	PE	Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes	50701-003460201-1-14	7868610201	R\$ 3.405.427,00	R\$ 1.486.800,00	R\$ 996.527,00	15.000	104	35 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	21/01/13	04/

[illegible]

Nº	UF	Conveniente	Nº do Processo	Convênio nº SICORV	Valor Global	Repasso ME	Contrapartida	Beneficiários	Núcleo(s)	Moeda de Execução	PROGRAMA	Modalidade	Esfera	Tipo de Parceria	Data de Início das Atividades	Data do Encerramento das Atividades
177	PI	Prefeitura Municipal de Água Branca	50701.00354/2011-18	78986/2011	R\$ 186.460,00	R\$ 183.350,00	R\$ 5.490,00	300	3	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	25/09/13	11/09/2013
178	PR	Comarca do Estado do Paraná - Secretária de Esportes do Estado	50701.00360/2012-12	77860/2012	R\$ 4.035.465,20	R\$ 4.062.969,20	R\$ 773.519,00	5.200	52	18 meses	PST	Modalidade Especial	Convênio	-	-	-
179	PR	Prefeitura Municipal de Alto do Piquari	50701.00373/2011-45	78118/2011	R\$ 135.100,00	R\$ 132.300,00	R\$ 8.000,00	300	3	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	17/07/13	14/09/2013
180	SP	Prefeitura Municipal de Andaraí	50701.00364/2011-45	78068/2011	R\$ 280.479,05	R\$ 183.350,00	R\$ 27.129,05	300	3	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	30/09/13	-
181	SA	Prefeitura Municipal de Anapuã	50701.00364/2011-74	78003/2011	R\$ 104.800,00	R\$ 101.250,00	R\$ 3.600,00	100	1	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	17/07/13	14/09/2013
182	SC	Prefeitura Municipal de Anjicos	50701.00330/2010-30	78065/2010	R\$ 1.037.753,10	R\$ 1.137.100,00	R\$ 70.853,10	2.800	28	18 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	05/09/13	04/09/2013
183	MG	Prefeitura Municipal de Arinos	50701.00332/2011-89	78981/2011	R\$ 220.800,00	R\$ 194.400,00	R\$ 2.200,00	400	4	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	25/09/13	25/09/2013
184	PA	Prefeitura Municipal de Santo Fernando	50701.00356/2011-07	78879/2011	R\$ 105.730,00	R\$ 101.250,00	R\$ 4.480,00	100	1	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	25/07/13	25/09/2013
185	MG	Prefeitura Municipal de São João del-Rei	50701.00349/2011-23	78986/2011	R\$ 103.370,00	R\$ 101.250,00	R\$ 2.120,00	100	1	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	01/09/13	19/09/2013
186	PI	Prefeitura Municipal de São Jesus	50701.00350/2011-47	78828/2011	R\$ 234.800,00	R\$ 234.350,00	R\$ 4.450,00	500	5	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	18/12/13	-
187	AL	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00344/2011-01	78063/2011	R\$ 136.707,88	R\$ 132.300,00	R\$ 4.407,88	300	2	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	30/10/13	-
188	CE	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00350/2011-24	78828/2011	R\$ 308.279,00	R\$ 348.850,00	R\$ 18.629,00	800	8	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	17/07/13	05/09/2013
189	BA	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00343/2011-51	78818/2011	R\$ 140.412,50	R\$ 132.300,00	R\$ 6.112,50	300	2	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	17/07/13	24/09/2013
190	MG	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00337/2011-67	78818/2011	R\$ 231.320,00	R\$ 225.450,00	R\$ 5.870,00	500	5	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	23/07/13	12/09/2013
191	RS	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00346/2011-27	78791/2011	R\$ 402.804,41	R\$ 443.100,00	R\$ 38.504,41	1.000	10	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	27/09/13	25/09/2013
192	BA	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00336/2010-59	78804/2010	R\$ 705.368,00	R\$ 619.200,00	R\$ 18.600,00	1.500	15	18 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	27/09/13	25/09/2013
193	MG	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00337/2011-68	78879/2011	R\$ 186.874,00	R\$ 183.350,00	R\$ 3.524,00	300	3	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	06/09/13	06/09/2013
194	SP	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00330/2011-15	78786/2011	R\$ 268.132,00	R\$ 348.850,00	R\$ 16.402,00	800	8	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	05/09/13	25/09/2013
195	PR	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00318/2011-45	78791/2011	R\$ 481.640,00	R\$ 443.100,00	R\$ 38.540,00	1.000	10	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	18/09/13	25/09/2013
196	CE	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00346/2011-27	78828/2011	R\$ 530.000,00	R\$ 796.800,00	R\$ 23.390,00	2.000	20	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	28/09/13	19/09/2013
197	MG	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00336/2011-55	78818/2011	R\$ 137.800,00	R\$ 132.300,00	R\$ 5.500,00	300	2	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	10/09/13	19/09/2013
198	CE	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00350/2011-27	78879/2011	R\$ 186.185,00	R\$ 183.350,00	R\$ 2.835,00	300	3	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	30/09/13	25/09/2013
199	MG	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00340/2011-09	78807/2011	R\$ 105.250,00	R\$ 101.250,00	R\$ 4.000,00	100	1	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	30/10/13	11/11/2013
200	PR	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00340/2011-21	78807/2011	R\$ 103.800,00	R\$ 101.250,00	R\$ 2.550,00	100	1	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	17/07/13	06/09/2013
201	RS	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00112/2012-81	77887/2012	R\$ 105.148,12	R\$ 78.900,00	R\$ 26.248,12	200	2	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	27/09/13	07/10/2013
202	CE	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00336/2010-15	78818/2010	R\$ 1.351.973,33	R\$ 1.003.200,00	R\$ 348.773,33	2.500	25	18 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	06/10/13	11/11/2013
203	PR	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00341/2011-81	78818/2011	R\$ 137.812,54	R\$ 132.300,00	R\$ 5.512,54	300	2	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	20/11/13	-
204	BA	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00346/2011-28	78879/2011	R\$ 105.250,00	R\$ 101.250,00	R\$ 4.000,00	100	1	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	28/09/13	25/09/2013
205	MG	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00341/2011-10	78888/2011	R\$ 105.250,00	R\$ 101.250,00	R\$ 4.000,00	100	1	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	05/09/13	06/09/2013
206	SP	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00337/2011-43	78786/2011	R\$ 206.270,00	R\$ 194.400,00	R\$ 5.870,00	400	4	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	02/09/13	19/09/2013
178	PR	Paraná Export - INAVET/PR	50701.00450/2011-42	78118/2011	R\$ 527.888,40	R\$ 581.715,40	R\$ 53.827,00	400	3	18 meses	PST	Navegar	Especial	Convênio	-	-
207	PR	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00415/2011-70	78118/2011	R\$ 114.960,51	R\$ 96.791,31	R\$ 24.269,20	100	1	18 meses	PST	Navegar	Municipal	Convênio	14/10/13	-
208	SC	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00450/2011-28	78128/2011	R\$ 136.258,70	R\$ 127.533,70	R\$ 8.725,00	100	1	18 meses	PST	Navegar	Municipal	Convênio	02/09/13	18/11/2013
210	PI	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00360/2011-04	78801/2011	R\$ 136.200,00	R\$ 132.300,00	R\$ 3.900,00	300	2	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	13/09/13	23/09/2013
211	CE	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00354/2011-54	78808/2011	R\$ 236.200,00	R\$ 225.450,00	R\$ 13.750,00	500	5	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	30/09/13	05/09/2013
212	SP	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00360/2011-78	78803/2011	R\$ 208.088,40	R\$ 194.400,00	R\$ 13.688,40	400	4	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	28/09/13	25/09/2013
213	SC	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00353/2010-45	78847/2010	R\$ 2.384.855,24	R\$ 2.042.900,00	R\$ 352.955,24	5.000	50	18 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	27/09/13	05/09/2013
214	BA	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00330/2011-48	78791/2011	R\$ 1.010.940,00	R\$ 921.300,00	R\$ 79.640,00	2.400	24	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	05/11/14	-
215	PR	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00342/2011-87	78818/2011	R\$ 104.055,00	R\$ 101.250,00	R\$ 2.805,00	100	1	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	17/07/13	05/09/2013
216	PI	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00343/2011-77	78827/2011	R\$ 580.800,00	R\$ 549.000,00	R\$ 11.390,00	800	8	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	21/09/13	05/09/2013
217	MG	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00344/2010-75	78106/2010	R\$ 208.497,22	R\$ 200.800,00	R\$ 47.697,22	400	4	18 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	28/09/13	07/10/2013
218	MG	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00351/2011-13	78864/2011	R\$ 104.200,00	R\$ 101.250,00	R\$ 2.950,00	100	1	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	17/07/13	13/09/2013
219	PR	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00357/2011-54	78847/2011	R\$ 101.340,00	R\$ 101.250,00	R\$ 2.090,00	100	1	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	-	-
220	SP	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00360/2011-61	78888/2011	R\$ 135.000,00	R\$ 132.300,00	R\$ 2.700,00	300	2	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	27/09/13	19/09/2013
221	CE	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00112/2012-28	77888/2012	R\$ 528.000,00	R\$ 418.200,00	R\$ 109.800,00	1.400	14	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	28/09/13	19/09/2013
222	RJ	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00452/2011-51	78128/2011	R\$ 176.104,14	R\$ 131.459,94	R\$ 44.644,20	100	1	18 meses	PST	Navegar	Municipal	Convênio	27/09/13	05/09/2013
223	RJ	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00114/2012-31	77128/2012	R\$ 522.080,00	R\$ 418.200,00	R\$ 103.880,00	1.400	14	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	28/09/13	05/09/2013

Nº	UF	Conveniente	Nº do Processo	Convênio nº SICORV	Valor Global	Repasso ME	Contrapartida	Beneficiários	Núcleo(s)	Moeda de Execução	PROGRAMA	Modalidade	Esfera	Tipo de Parceria	Data de Início das Atividades	Data do Encerramento das Atividades	
224	PA	Prefeitura Municipal de Mello	50701.00360/2011-01	78862/2011	R\$ 202.720,00	R\$ 194.400,00	R\$ 5.520,00	400	4	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	25/09/13	05/09/2013	
225	PI	Prefeitura Municipal de Monteirópolis	50701.00352/2011-18	78828/2011	R\$ 136.200,00	R\$ 132.300,00	R\$ 5.600,00	300	2	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	17/07/13	05/09/2013	
226	RJ	Prefeitura Municipal de Pombal	50701.00350/2010-22	78841/2010	R\$ 430.317,00	R\$ 393.217,00	R\$ 7.000,00	600	6	18 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	05/09/13	01/10/2013	
227	RS	Prefeitura Municipal de Niterói	50701.00360/2010-55	78818/2010	R\$ 540.752,81	R\$ 497.500,00	R\$ 43.252,81	1.000	10	24 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	-	-	
228	BA	Prefeitura Municipal de Paulo Afonso	50701.00338/2011-21	78827/2011	R\$ 370.473,80	R\$ 318.800,00	R\$ 51.873,80	800	8	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	18/09/13	08/10/2013	
229	CE	Prefeitura Municipal de Pindaíba	50701.00366/2011-05	78868/2011	R\$ 282.000,00	R\$ 259.500,00	R\$ 5.500,00	800	8	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	05/09/13	06/09/2013	
230	PR	Prefeitura Municipal de Petrópolis	50701.00318/2011-05	78791/2011	R\$ 1.378.043,75	R\$ 1.324.600,00	R\$ 53.443,75	3.700	37	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	20/09/13	25/09/2013	
231	BA	Prefeitura Municipal de Petropolis	50701.00367/2011-19	78888/2011	R\$ 186.842,00	R\$ 183.350,00	R\$ 3.492,00	300	3	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	02/10/13	02/10/2013	
232	PI	Prefeitura Municipal de Pirenópolis	50701.00349/2011-11	78868/2011	R\$ 287.780,00	R\$ 259.500,00	R\$ 11.280,00	800	8	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	28/10/13	-	
233	BA	Prefeitura Municipal de Planaltina (Linha)	50701.00366/2011-08	78879/2011	R\$ 136.270,00	R\$ 132.300,00	R\$ 3.970,00	200	2	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	11/09/13	08/10/2013	
234	PI	Prefeitura Municipal de Pombal	50701.00352/2011-13	78863/2011	R\$ 201.800,00	R\$ 194.400,00	R\$ 7.500,00	400	4	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	22/11/13	-	
235	PI	Prefeitura Municipal de Raposo	50701.00360/2011-20	78828/2011	R\$ 173.200,00	R\$ 183.350,00	R\$ 6.800,00	300	3	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	28/09/13	17/09/2013	
236	SP	Prefeitura Municipal de Reginópolis	50701.00347/2011-07	78888/2011	R\$ 481.800,40	R\$ 443.100,00	R\$ 10.500,40	1.000	10	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	30/09/13	23/09/2013	
237	RS	Prefeitura Municipal de Rio Grande	50701.00345/2011-08	78818/2011	R\$ 286.521,25	R\$ 287.500,00	R\$ 11.980,25	700	7	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	05/09/13	04/10/2013	
238	MG	Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Monte Verde	50701.00355/2011-01	78887/2011	R\$ 103.270,00	R\$ 91.250,00	R\$ 2.120,00	100	1	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	26/09/13	06/09/2013	
239	RN	Prefeitura Municipal de São José	50701.00337/2011-73	78797/2011	R\$ 294.145,00	R\$ 258.500,00	R\$ 7.645,00	800	8	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	-	-	
240	MG	Prefeitura Municipal de São João del-Rei	50701.00364/2011-24	78891/2011	R\$ 103.626,40	R\$ 101.250,00	R\$ 2.376,40	100	1	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	11/11/13	-	
241	RJ	Prefeitura Municipal de São João del-Rei	50701.00367/2011-03	78888/2011	R\$ 146.300,00	R\$ 134.400,00	R\$ 3.900,00	400	4	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	17/07/13	13/09/2013	
242	RN	Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste	50701.00414/2011-123	78805/2011	R\$ 105.738,00	R\$ 101.250,00	R\$ 4.488,00	100	1	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	05/08/13	05/09/2013	
243	RJ	Prefeitura Municipal de São João del-Rei	50701.00360/2011-11	78878/2011	R\$ 2.467.275,60	R\$ 2.408.800,00	R\$ 125.375,60	1.000	10	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	26/09/13	01/10/2013	
243	RS	Prefeitura Municipal de Santo Gonçalves	50701.00375/2011-60	78791/2011	R\$ 481.738,70	R\$ 443.100,00	R\$ 38.638,70	7.000	70	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	-	-	
245	ES	Prefeitura Municipal de São Mateus	50701.00342/2011-11	78888/2011	R\$ 388.050,00	R\$ 348.850,00	R\$ 17.200,00	800	8	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	06/09/13	25/09/2013	
246	BA	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Rio	50701.00322/2011-14	78791/2011	R\$ 630.000,00	R\$ 596.800,00	R\$ 33.200,00	2.000	20	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	28/09/13	-	
247	MG	Prefeitura Municipal de São Leopoldo	50701.00359/2011-11	78873/2011	R\$ 611.947,20	R\$ 587.500,00	R\$ 44.947,20	1.400	14	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	01/09/13	13/09/2013	
248	MS	Prefeitura Municipal de São Leopoldo	50701.00355/2011-11	78888/2011	R\$ 330.346,00	R\$ 318.800,00	R\$ 8.746,00	800	8	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	05/09/13	27/09/2013	
249	RJ	Prefeitura Municipal de São João del-Rei	50701.00336/2011-19	78828/2011	R\$ 254.400,00	R\$ 194.400,00	R\$ 10.500,00	400	4	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	22/11/13	-	
250	MG	Prefeitura Municipal de São João del-Rei	50701.00376/2011-014	78847/2011	R\$ 103.730,00	R\$ 132.300,00	R\$ 21.400,00	200	2	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	01/11/13	01/11/2013	
251	PI	Prefeitura Municipal de São José do Bonifácio	50701.00362/2011-03	78883/2011	R\$ 1.401.403,40	R\$ 1.002.700,00	R\$ 113.703,40	5.000	50	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	30/09/13	25/09/2013	
252	SC	Fundação Municipal de Esportes de Pomerânia	50701.00333/2011-16	78794/2011	R\$ 684.686,34	R\$ 796.800,00	R\$ 87.889,34	2.000	20	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	-	-	
253	BA	Prefeitura Municipal de Ubatuba	50701.00345/2011-08	78879/2011	R\$ 120.000,00	R\$ 132.300,00	R\$ 2.700,00	200	2	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	26/09/13	23/10/2013	
254	PI	Prefeitura Municipal de Valença do Piauí	50701.00365/2011-03	78864/2011	R\$ 201.800,00	R\$ 194.400,00	R\$ 7.500,00	400	4	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	06/09/13	21/09/2013	
255	MG	Prefeitura Municipal de Várzea do Rio	50701.00345/2011-70	78888/2011	R\$ 136.273,47	R\$ 132.300,00	R\$ 3.973,47	200	2	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	26/09/13	19/09/2013	
256	BA	Prefeitura Municipal de Vitória do Conquista	50701.00304/2010-28	78837/2010	R\$ 2.331.710,00	R\$ 2.115.800,00	R\$ 215.910,00	5.300	53	14 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	06/09/13	-	
257	RS	Prefeitura Municipal de Viamão	50701.00321/2011-45	78821/2011	R\$ 136.273,47	R\$ 132.300,00	R\$ 3.973,47	200	2	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	22/11/13	08/12/2013	
258	RS	Prefeitura Municipal de Viamão	50701.00312/2011-01	78823/2011	R\$ 105.620,20	R\$ 76.800,00	R\$ 27.220,20	200	2	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	26/07/13	15/09/2013	
259	RJ	Saciedade do Estado do Tatuapé - Lazer	50701.00361/2010-63	74881/2010	R\$ 14.014.330,00	R\$ 11.543.700,00	R\$ 1.870.800,00	30.000	300	10 meses	PST	Especial	Federal	Convênio	26/09/13	30/09/2013	
260	SP	Prefeitura Municipal de Guarani - NUTIGAR	50701.00362/2011-01	78883/2011	R\$ 102.476,87	R\$ 113.243,87	R\$ 73.236,00	100	1	10 meses	PST	Nutrição	Federal	Convênio	-	-	
261	BA	Saciedade do Tatuapé, Esportes, Lazer e Juventude - TATUAPÊ - SACERJ	50701.00361/2010-67	74881/2010	R\$ 2.586.465,00	R\$ 1.802.700,00	R\$ 759.765,00	3.000	30	26 meses	PST	Padrão	Especial	Federal	Convênio	26/09/13	19/09/2013
262	AM	Saciedade Municipal de Esportes, Lazer e Juventude - SMO - SACERJ	50701.00370/2011-02	78847/2011	R\$ 4.886.205,36	R\$ 4.304.250,00	R\$ 154.955,36	12.000	120	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	18/09/13	23/09/2013	
263	BA	Superintendência da Desportiva do Estado de Pernambuco - SUDPE - SACERJ	50701.00361/2010-63	74881/2010	R\$ 5.156.548,80	R\$ 3.484.800,00	R\$ 1.673.748,80	7.100	71	26 meses	PST	Padrão	Especial	Federal	Convênio	11/12/13	-
264	AL	Universidade Federal de Alagoas - UFLA	50701.00348/2011-08	17329/11	R\$ 158.850,00	R\$ 158.850,00	-	300	1	26 meses	PST	Universitário	Federal	Término da Cooperação	26/09/13	18/02/2013	
265	SP	Universidade Federal de São Bernardo do Campo	50701.00314/2010-05	77414/2010	R\$ 646.385,00	R\$ 586.400,00	R\$ 51.985,00	2.000	20	26 meses	PST	Padrão	Municipal	Convênio	-	-	
266	MG	Universidade Federal de Juiz de Fora - UFLAJ - UFLAJ/INTEGRAÇÃO	50701.00336/2011-10	17329/11	R\$ 186.800,00	R\$ 186.800,00	-	400	2	26 meses	PST	Deficiente e Universitário	Federal	Término da Cooperação	01/07/13	-	
267	PE	Universidade Federal de Pernambuco - UFPB - UFPB/INTEGRAÇÃO	50701.00337/2011-63	18839/11	R\$ 216.300,00	R\$ 216.300,00	-	400	2	26 meses	PST	Deficiente e Universitário	Federal	Término da Cooperação	18/09/13	06/09/2013	
268	TO	Saciedade do Tatuapé, Esportes, Lazer e Juventude - TATUAPÊ - SACERJ	50701.00316/2010-014	77173/2010	R\$ 276.800,00	R\$ 248.100,00	R\$ 31.500,00	700	7	26 meses	PST	Especial	Federal	Convênio	-	-	
269	MG	Prefeitura Municipal de São João del-Rei - PNT	50701.00361/2011-06	18839/11	R\$ 105.620,20	R\$ 105.620,00	-	300	1	26 meses	PST	Universitário	Federal	Término da Cooperação	27/09/13	06/10/2013	

Nº	UF	Convênio	Nº do Processo	Convênio nº SICONV	Valor Global	Repassa ME	Contrapartida	Beneficiários	Núcleo(s)	Meses de Execução	PROGRAMA	Modalidade	Ente	Tipo de Parceria	Cópia de Q.t.	Data do Efeito Início das atividades
265	MG	Universidade Federal de Juiz de Fora - FZURJ	50701.003705/2011-32	19102011	R\$ 1.802.700,00	R\$ 1.802.700,00	-	2.000	50	26 meses	PST	Padrão	Federal	Termos de Cooperação	-	-
271	CE	Universidade Federal do Ceará - PST DEFICIENTE UNIVERSITÁRIO	50701.003596/2011-67	19102011	R\$ 159.900,00	R\$ 159.900,00	-	400	2	26 meses	PST	Deficiente e Universitário	Federal	Termos de Cooperação	04/09/13	05/03/2012
272	ES	Universidade Federal do Espírito Santo - PST UNIVERSITÁRIO	50701.003603/2011-33	19102011	R\$ 106.600,00	R\$ 106.600,00	-	300	1	26 meses	PST	Universitário	Federal	Termos de Cooperação	26/09/13	01/09/2012
273	PA	Universidade Federal do Pará - PST UNIVERSITÁRIO	50701.003450/2011-64	17902011	R\$ 106.600,00	R\$ 106.600,00	-	300	1	26 meses	PST	Universitário	Federal	Termos de Cooperação	06/09/13	01/09/2013
274	PR	Universidade Federal do Paraná - PST UNIVERSITÁRIO	50701.003360/2011-11	17402011	R\$ 106.600,00	R\$ 106.600,00	-	300	1	26 meses	PST	Universitário	Federal	Termos de Cooperação	26/09/13	13/10/2013
275	RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro - PST UNIVERSITÁRIO	50701.003707/2011-11	19102011	R\$ 120.742,00	R\$ 120.742,00	-	300	1	26 meses	PST	Universitário	Federal	Termos de Cooperação	13/09/13	02/09/2013
276	MS	Universidade Federal Mato Grosso do Sul - PST UNIVERSITÁRIO	50701.003459/2011-17	17302011	R\$ 172.415,87	R\$ 172.415,87	-	300	1	26 meses	PST	Universitário	Federal	Termos de Cooperação	05/09/13	06/09/2013
277	RJ	Universidade Federal/Rio de Janeiro - UNIVERSITÁRIO / DEFICIENTE	50701.005857/2012-41	00702012	R\$ 156.700,00	R\$ 156.700,00	-	400	2	26 meses	PST	Deficiente e Universitário	Federal	Termos de Cooperação	06/09/13	-
278	PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Curitiba - PST DEFICIENTE / UNIVERSITÁRIO	50701.003396/2011-53	19102011	R\$ 229.590,00	R\$ 229.590,00	-	400	2	26 meses	PST	Deficiente e Universitário	Federal	Termos de Cooperação	26/09/13	05/03/2012
289	RR	Universidade Federal de Roraima - FZURJ	50701.003347/2011-59	19902011	R\$ 443.100,00	R\$ 443.100,00	-	1.000	10	26 meses	PST	Padrão	Federal	Termos de Cooperação	-	-
270	SE	Universidade Federal de Sergipe - UNIVERSITÁRIO	50701.005960/2012-53	01902012	R\$ 62.350,00	R\$ 62.350,00	-	300	1	26 meses	PST	Universitário	Federal	Termos de Cooperação	-	-

Planilha 02 – Pintando

UF	ENTIDADE	QUANT. DE CONVÊNIO POR ENTIDADE	OFÍCIOS	DATA	RESPOSTA	VISITADO	DEPEN	ENVIADO P/ TOMBAMENTO	STATUS
AC	FUNDAÇÃO DE CULT.E COMUNIC. ELIAS MANSUR	3	738/2013 e 322/2013	29/10/2013 e 10/12/2013	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	Ofício diligência para atendimento no prazo de 7 dias enviado em 31/01/2014
	SECRETARIA EXTRAORDINARIA DO ESPORTE	2	725/52013 e 321/2013	29/10/2013 e 10/12/2013	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	
	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	4	725/52013 e 321/2013	29/10/2013 e 10/12/2013	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	
AL	SECRETARIA EXECUTIVA DE ESPORTE E LAZER	2	734/2013 e 323/2013	29/10/2013 e 10/12/2013	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	Ofício diligência para atendimento no prazo de 7 dias enviado em 31/01/2014
	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE	2	734/2013 e 323/2013	29/10/2013 e 10/12/2013	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	
AP	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEG. PÚBLICA	3	718/2013 e 324/2013	29/10/2013 e 10/12/2013	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	Ofício diligência para atendimento no prazo de 7 dias enviado em 31/01/2014
CE	SECRETARIA DA CULTURA E DESPORTO	1	716/2013 - 325/2013	29/10/2013 - 10/12/2013	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	Visita prevista para 20 e 21/03/2014
	SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA	4	716/2013 - 325/2013	29/10/2013 - 10/12/2013	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	Maquinário sob a responsabilidade da SEJUC/CE
DF	FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DF	8	724/2013 - 327/2013	29/10/2013 - 10/12/2013	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	Visita prevista para 12/02/2014
	SECRETARIA DE ESPORTE E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE	1	723/2013 - 326/2013	29/10/2013 - 10/12/2013	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	Maquinário sob a responsabilidade da FUNAP/DF
ES	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA	4	719/2013 - 328/2013	29/10/2013 - 10/12/2013	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	Visita prevista para 27 e 28/03/2014
GO	AGÊNCIA GOIÂNIA DE ESPORTE E LAZER	1	721/2013 - 329/2013	29/10/2013 - 10/12/2013	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	Visita realizada em 04/02/2014. Relatório em elaboração. Início da articulação junto ao DEPEN para a destinação dos equipamentos.
MA	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA	5	841/2013	41634	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	Visita prevista para 29 e 30/04/2014

UF	ENTIDADE	QUANT. DE CONVÊNIO POR ENTIDADE	OFÍCIOS	DATA	RESPOSTA	VISITADO	DEPEN	ENVIADO P/ TOMBAMENTO	STATUS
MG	SECRETARIA DE ESTADO DE DES. SOCIAL E ESPORTES	8	726/2013 - 331/2013	29/10/2013 - 10/12/2013	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	Visita prevista para 17 e 18/02/2014
MT	SECRETARIA DE JUST. DEFESA CIDADANIA -	3	717/2013 e 332/2013	29/10/2013 e 10/12/2013	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	Ofício diligência para atendimento no prazo de 7 dias enviado em 31/01/2014 Maquinário sob a responsabilidade da Fundação Nove Chance
	FUNDAÇÃO NOVA CHANCE/MT	1	51/2014	31/01/2014	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	
MS	FUNDAÇÃO DE DESPORTO E LAZER - FUDESORTE	4	799/2013	11/12/2013	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	Visita prevista para 17 e 18/03/2014
PA	SECRETARIA EXECUTIVA DE ESPORTE E LAZER	10	720/2013 e 333/2013	29/10/2013 e 10/12/2013	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	Ofício diligência para atendimento no prazo de 7 dias enviado em 31/01/2014
PB	SECRETARIA DE ESTADO E DA ADM. PENITENCIÁRIA	5	800/2013 - 49/2014	11/12/2013 - 31/01/2014	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	Ofício diligência para atendimento no prazo de 7 dias enviado em 31/01/2014
PE	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	3	733/2013 - 334/2013	29/10/2013 - 10/12/2013	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	Visita prevista para 27 e 28/03/2014.
PI	FUNDAÇÃO DOS ESPORTES DO PIAUÍ	2	737/2013 e 335/2013	29/10/2013 e 10/12/2013	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	Ofício diligência para atendimento no prazo de 7 dias enviado em 31/01/2014
PR	PARANÁ ESPORTE	8	727/2013 - 336/2013	29/10/2013 - 10/12/2013	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	Ofício diligência para atendimento no prazo de 7 dias enviado em 31/01/2014 Maquinário sob a responsabilidade da SEDUC/PR
	SECRETARIA DE EST. DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SEJU	1	727/2013 e 336/2013	29/10/2013 e 10/12/2013	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	
RJ	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	3	732/2013 e 338/2013	29/10/2013 e 10/12/2013	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	Ofício diligência para atendimento no prazo de 7 dias enviado em 31/01/2014
	FUNDAÇÃO BEATRIZ GAMA - FGB	3			SIM	SIM	NÃO	NÃO	Entidade solicitou doação do maquinário - SNELIS avaliar
RN	SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA	4	736/2013 e 337/2013	29/10/2013 e 10/12/2013	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	Ofício diligência para atendimento no prazo de 7 dias enviado em 31/01/2014
RR	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO	1	801/2013	29/10/2013 e 10/12/2013	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	Visita prevista para 07 e 08/04/2014
RS	SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA	2	802/2013	11/10/2013	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	Visita prevista para 22 e 23/05/2014

UF	ENTIDADE	QUANT. DE CONVÊNIO POR ENTIDADE	OFÍCIOS	DATA	RESPOSTA	VISITADO	DEPEN	ENVIADO P/ TOMBAMENTO	STATUS
RO	SUPERINTENDÊNCIA DE JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA	4	722/2013 - 339/2013	29/10/2013 e 10/12/2013	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	Visita prevista para 10 e 11/04/2014 <i>Marquinhos sob a responsabilidade da SEJUS/RO. Entidade solicitou a doação.</i>
	SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	2	722/2013 - 339/2013	29/10/2013 e 10/12/2013	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	
	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA	1	722/2013 e 339/2013	29/10/2013 e 10/12/2013	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	
SC	FUNDAÇÃO CATARINENSE DE DESPORTOS	7	735/2013 e 340/2013	29/10/2013 e 10/12/2013	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	Visita prevista para 19 e 20/05/2014
SP	FUNDAÇÃO CASA CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE	2	803/2013	41619	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	Visita prevista para 24 e 25/03/2014
	SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO-SELT	3	730/2013 e 341/2013	29/10/2013 e 10/12/2013	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	
SE	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA	5	804/2013	41619	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	Ofício diligência para atendimento no prazo de 7 dias enviado em 31/01/2014
TO	SECRETARIA DE ESPORTES	4	731/2013 e 342/2013	29/10/2013 e 10/12/2013	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	Visita prevista para 28/04/2014

LEGENDA	
	Entidades que responderam às diligências

Anexo 11 – Avaliação das Prestações de Contas e Órgãos de Controle

A **Coordenação Geral de Avaliação e Controle de Convênios – CGCON** tem como atribuição precípua:

- A análise da execução física/cumprimento do objeto da Prestação de Contas dos convênios formalizados no âmbito da SNELIS, ficando sob a responsabilidade Coordenação Geral de Prestação de Contas - CGPCO, vinculada à Secretaria Executiva, a avaliação do aspecto financeiro concernente à boa e regular utilização dos recursos;
- O atendimento às demandas oriundas de Órgãos de Controle, predominantemente do TCU, da CGU, de Câmaras Municipal e Federal, e de Procuradorias da República nos municípios onde os Programas sob a gestão da SNELIS estão inseridos.

I. Análise do Aspecto Técnico da Prestação de Contas Final

Nesse sentido, compete à CGCON a avaliação preliminar da documentação que compõe a Prestação de Contas Final enviada pelos órgãos e pelas entidades parceiras; a análise e emissão de Parecer de Avaliação do Aspecto Técnico da Prestação de Contas Final, voltado à análise do cumprimento do objeto e ao alcance dos objetivos do convênio; e ainda, a reanálise de Pareceres já encaminhados à Coordenação Geral de Prestação de Contas – CGPCO, quando solicitada pela conveniente ou pelos órgãos de Controle.

As medidas internas adotadas para o setor de Prestação de Contas, no exercício de 2013, foram no sentido de reestruturar o processo de análise, com as peculiaridades de cada programa, com destaque especial aos novos procedimentos adotados por força do SICONV, o que ensejou remodelação dos pareceres e das diligências, bem como readequação operacional da equipe.

Contudo, em função do reduzido quadro de pessoal (composição restrita a quatro DAS de nível 4, 2 e 1, contando com apoio administrativo de 5 funcionários da empresa contratada pelo ME, estes impossibilitados de contribuir no processo meritório de análise), a área de Prestação de Contas não conseguiu satisfazer a demasiada demanda de trabalho apresentada em 2013, cujos resultados se encontram nos Quadros A.4.3.3 e A.4.3.4, e no item 4.3.5 – Análise Crítica do presente Relatório.

Tal contexto se justifica em razão de em 2013 a CGCON ter continuado a enfrentar os impactos decorrentes da constituição da SNELIS (mediante a fusão da SNEED com a SNDEL) e aglutinamento de todos os programas delas oriundos e respectivas prestações de contas.

Por outro lado, destaca-se como principal avanço da CGCON a real definição do passivo citado nos Quadros A.4.3.3 e A.4.3.4, com levantamento minucioso dos processos que se encontravam pendentes de análise de suas prestações de contas no SICONV, SIAFI e nos próprios sistemas/controles da SNELIS.

Ressaltamos, por oportuno, que o acompanhamento in loco realizado pelas Equipes Colaboradoras tem sido essencial para a averiguação precisa da implementação das políticas públicas conveniadas, e se mostrou instrumento de extrema necessidade e importância para elaboração dos pareceres por parte da área técnica, representando a presença do Ministério do Esporte no papel de fiscalização da execução dos convênios, sendo as observações dele decorrentes - extraídas das visitas - um contraponto ao apresentado pela entidade conveniente na sua prestação de contas.

Por fim, cumpre registrar que a operacionalização do SICONV vem sendo gradualmente atendida, demandando inclusive capacitações internas para a consolidação desta ferramenta, tanto pela CGCON (em face do significativo avanço na celeridade da análise, no acompanhamento processual e na indicação do “status” das entidades parceiras com ou sem restrição) quanto pelos parceiros convenientes (na inserção de documentos ao longo da execução até a apresentação Prestação de Contas Final).

II. Atendimento de demandas de Órgãos de Controle

Conforme já informado nos exercícios anteriores, a concentração dessas demandas na CGCON objetiva um controle mais efetivo sobre o conteúdo das respostas e o cumprimento de prazos assinalados, já que para o atendimento se faz necessário consolidar informações, inclusive de vários setores dos Departamentos, da Secretaria ou do Ministério, e emitir posicionamento da gestão acerca do assunto tratado.

Em geral, o procedimento interno consiste no levantamento de informações processuais (deflagrando diligências internas ou externas se necessário) e na elaboração de ofício ou memorando de resposta, prestando esclarecimentos e encaminhando cópias de documentos solicitados.

Em 2013, embora a unidade não tenha sido objeto de auditoria interna, as demandas oriundas do TCU e da CGU encontram-se devidamente relacionadas nos Quadros A.7.1.1, A.7.1.2, A.7.2.1 e A.7.2.2 do presente Relatório, com os devido detalhamento sobre as medidas adotadas para o respectivo cumprimento e/ou as justificativas dos motivos que obstaram.

Ademais, cumpre destacar que por meio do Ofício nº 30.481/2013/DRTES/DR/SFC/CGU-PR, DE 04/10/2013 encaminhado à Assessoria Especial de Controle Interno deste Ministério, a CGU solicitou a elaboração do **Plano de Providências Permanente – PPP** para esta UJ, consolidando as recomendações expedidas, com vistas a auxiliá-la no monitoramento das providências cabíveis.

Ressalte-se que o referido PPP foi elaborado dentro do prazo assinalado – qual seja 30/10/2013, e encaminhado via AEI, consignando medidas já implementadas e a serem implementadas entre 2013 – 2014.

Com relação às demandas de outros órgãos, a exemplo de Procuradorias/Ministério Público, registre-se que todos os documentos recebidos e de resposta encontram-se arquivados na CGCON, de forma sistematizada.

Anexo 12 – Suprimentos e Logística

A **Coordenação de Suprimentos e Logística - CGES** é responsável pela gestão dos suprimentos (kits de materiais esportivos e uniformes) dos Programas Segundo Tempo, PELC e Vida Saudável, e pela gestão dos contratos administrativos de fornecimento dos materiais e respectiva logística de distribuição, gestão dos materiais produzidos, análise dos pedidos de doações de materiais esportivos dos programas Pintando a Liberdade/Cidadania, controle de estoque, distribuições e das doações dos materiais esportivos dos programas desenvolvidos pela SNELIS.

I. Aquisição/Distribuição de Uniformes e Materiais Esportivos

Acerca dos **contratos de transporte e logística de materiais** e o de **fornecimentos de uniformes** (bermudas) no âmbito do Programa Segundo Tempo, no ano de 2013 a CGES administrou os contratos abaixo especificados:

Tabela – Contratos de Transporte, Logística e Fornecimento de Materiais Esportivos

Descrição		Empresa Fornecedora	Nº Ata/ Contrato
01	Transp. e logística de materiais	Transp. Encomendas de Cargas Pontual	33/2010
02	Fornecimento de Uniformes PST (Bermudas)	R.A.S. Indústria de Brindes Ltda	28/2013

Especificamente sobre a aquisição de **Uniformes** para atender aos convênios firmados em 2011 e 2012 no âmbito do **Programa Segundo Tempo**, em face da inviabilidade de realizar processo licitatório para a contratação de fornecedor de uniformes em 2012, a Coordenação de Suprimento e Logística elaborou em 2013 o Projeto Básico contendo especificações técnicas, quantitativos e demais dados necessários para a compra, solicitando por meio do Departamento de Gestão Interna – DGI a adesão às Atas de Registro de Preço do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE (para eventual aquisição de uniformes), conforme itens e quantidades especificadas na tabela abaixo:

Tabela – Aquisição de Uniformes

ITEM	GRUPO/ITEM	nº Ata FNDE	DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE/ DEMANDA	ABRANGÊNCIA
72	ITEM 72	72/2012	Camiseta escolar - PV	250.000	MG, ES, RJ
86	ITEM 86	69/2012	Camiseta escolar - PV	22.000	SP
100	ITEM 100	69/2012	Camiseta escolar - PV	85.000	GO, DF, MS, PR, SC, RS
80	18	89/2012	Calção - Educação Física	66.500	MG, ES, RJ
81	18	89/2012	Calção - Educação Física	44.000	MG, ES, RJ
94	21	89/2012	Bermuda - Educação Física	6.500	SP
95	21	89/2012	Bermuda - Educação Física	5.000	SP
2	ITEM 2	19/2013	Camiseta escolar - PV	44.000	AC, AM, RR, PA, AP
10	GRUPO 3	19/2013	Calção - Educação Física	13.500	
11			Bermuda - Educação Física	9.000	
16	ITEM 16	20/2013	Camiseta escolar - PV	123.000	RO, MT, TO, MA, PI
24	GRUPO 6	20/2013	Calção - Educação Física	36.500	
25			Bermuda - Educação Física	25.000	
30	ITEM 30	19/2013	Camiseta escolar - PV	150.000	CE, RN, PB

38	GRUPO 9	29/2013	Calção - Educação Física	45.000	
39			Bermuda - Educação Física	30.000	
44	ITEM 44	20/2013	Camiseta escolar - PV	56.000	PE, AL, SE
52	GRUPO 12	19/2013	Calção - Educação Física	16.000	
53		19/2013	Bermuda - Educação Física	10.500	
58	ITEM 58	11/2013	Camiseta escolar - PV	84.000	BA
66	GRUPO 15	19/2013	Calção - Educação Física	24.000	
67			Bermuda - Educação Física	15.000	
108	GRUPO 24	20/2013	Calção - Educação Física	24.000	BA
109			Bermuda - Educação Física	17.000	

Como resultado inicial, foram feitas adesões às Atas de nºs 72, 69 e 89, gerando os Contatos Administrativos nºs 26/2013, 27/2013 e 28/2013, conforme especificado na planilha abaixo:

Tabela - Contratos Administrativos

nº Contrato	DISCRIMINAÇÃO/MATERIAL	ABRANGÊNCIA	FORNECEDOR	STATUS
26/2013	Camiseta escolar - PV	SP	Vida Importação	Contrato Recusado
26/2013	Camiseta escolar - PV	GO, DF, MS, PR, SC, RS	Vida Importação	Contrato Recusado
27/2013	Camiseta escolar - PV	MG, ES, RJ	Ducontext Indústria e Comércio de Manufaturados Ltda	Contrato Recusado
28/2013	Calção - Educação Física	MG, ES, RJ	R.A.S. Indústria de Brindes Ltda	Contrato vigente
	Bermuda - Educação Física			
28/2013	Calção - Educação Física	SP	R.A.S. Indústria de Brindes Ltda	Contrato vigente
	Bermuda - Educação Física			

Registre-se que não houve adesão às Atas de nºs 11/2013, 19/2013 e 20/2013.

Para os contratos acima mencionados, foram alocados recursos na seguinte classificação orçamentária:

Tabela – Pagamentos Referentes à Aquisição de Kits Esportivos

PROGRAMA DE TRABALHO					
27.812.2035.20JP. 0001.0001					
CONTRATO Nº	FONTE DE RECURSOS	ELEMENTO DE DESPESA	NÚMERO DE EMPENHO	DATA DE EMPENHO	VALOR (R\$)
26/2013	118	339030	2013NE800615*	08/07/2013	509.320,00
27/2013	118	339030	2013NE800613*	08/07/2013	1.205.000,00
28/2013	118	339030	2013NE800614	08/07/2013	778.030,00

*empenhos cancelados

No entanto, cabe ressaltar que as empresas Vida Importação e Ducontext, mesmo tendo aceitado a adesão, posteriormente se recusaram a assinar o contrato, entrando em vigência somente o **Contrato nº 28/2013** (referente à Ata de Registro de Preço nº 89/2013) com a **R.A.S. Indústria de Brindes Ltda.**, para fornecimento de calções e bermudas nos Estados de SP, MG, ES e RJ.

Desta forma, por meio do contrato supracitado e do estoque já existente no Ministério, em 2013 foi possível promover a distribuição dos seguintes itens:

Tabela – Distribuição de Materiais Esportivos

Convênios firmados em 2011 e 2012, com os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo	49.000 Bermudas de Educação Física 73.000 Calções de Educação Física
10 Convênios firmados em 2011	53 kits de Uniformes que estavam em estoque

Ademais, ainda em 2013 foi encaminhado ao Departamento de Gestão Interna – DGI/SE/ME o Memorando nº 215/2013, de 22/10/2013, solicitando a aquisição de novos uniformes (conforme quadro abaixo), para atendimento dos convênios firmados em 2013 no âmbito dos Programas **Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável**, bem como para promoção de ações de implantação dos respectivos programas nas Cidades-Sede e regiões metropolitanas da Copa do Mundo de Futebol, o que acarretou em abertura de processo licitatório, o qual se encontra em fase de coleta de orçamentos.

Tabela – Solicitação de Aquisição de Novos Uniformes

PROGRAMA	DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE SOLICITADA
Programa Segundo Tempo – PST	Camiseta – PV	1.287.288
	Bermuda - Educação Física	423.450
Programa Esporte e Lazer da Cidade-PELC	Camiseta – PV	604.395
	Bermuda - Educação Física	198.000
Programa Vida Saudável	Camiseta – PV	475.638
	Bermuda - Educação Física	156.200

Com relação aos **Kits Esportivos**, embora não tenha sido realizado novo processo de aquisição no exercício, houve recebimento e pagamentos de pedidos do ano anterior – passivo do **3º Empenho 2012NE800941 – 01/10/2012**, referente à compra de kits, concernentes à Ata de Registro de Preço nº 09/2010, firmada com a empresa V.R. Comércio de Calçados Ltda. e encerrada em 28 de dezembro de 2012.

Assim, foram enviadas para pagamento Notas Fiscais referentes a 800 kits de materiais esportivos, conforme especificado no quadro abaixo:

Tabela – Pagamentos referentes a Kits de Materiais Esportivos

Notas Fiscais -VR Comércio de Calçados Ltda - CNPJ: 07.027.366/0001-01		
Quantidade de Notas Fiscais	Tipo de Serviço	Valor total das Notas Fiscais
05	Aquisição de mat. esportivos PST	R\$ 2.713.776,00

Acerca da distribuição de materiais esportivos, no exercício de 2013 foram distribuídos 2.458 kits de materiais esportivos do Programa Segundo Tempo, destes 2.117 foram distribuídos a escolas do Programa Mais Educação/PST selecionadas em 2012. Os 341 restantes foram distribuídos aos convênios do PST formalizados nos anos de 2010, 2011 e 2012, que estavam aptos ao recebimento, conforme tabela abaixo:

Tabela – Distribuição de Materiais Esportivos/PST Demanda - 2013

Demanda – 2013	Número de kits	Nº de convênios ou termos/ Escolas
PST – Convênios formalizados em 2010	56	02
PST – Convênios formalizados em 2011	143	30
PST – Convênios formalizados em 2012	141	11
Ministério da Defesa	01	01
PST – Mais Educação 2012 (Passivo)	2117	2117
TOTAL	2.458	2.161

De outra parte, para atender à demanda dos projetos formalizados em 2013 no âmbito dos Programas Esporte e Lazer nas Cidade/PELC, Vida Saudável e o Segundo Tempo – Padrão e Mais Educação, esta Secretaria encaminhou à DGI/SE/ME o Memorando nº 53/2013-CGES/DEGEP/SNELIS/ME no dia 20 de março de 2013, com o Projeto Básico visando à aquisição de 35.000 (trinta e cinco mil) kits de materiais esportivos.

Para tanto, foi aberto o processo licitatório mediante o Pregão Eletrônico nº 21/2013, o qual ainda não foi concluído, estando em fase final de análise (aceitação de amostras e documentos encaminhados pelos primeiros colocados no certame).

Contudo, considerando a não conclusão do processo licitatório em tempo hábil, não houve aquisição de materiais esportivos no ano de 2013.

II. Logística de Distribuição (Armazenamento / Transporte)

A empresa Encomendas e Transporte de Cargas Pontual Ltda. é responsável por toda a logística de recebimento, armazenamento e distribuição dos materiais do Programa Segundo Tempo, através do Contrato Administrativo nº 33/2010, o qual se encontra em vigência até 28/04/2014.

Registre-se que em 2013 a empresa Encomendas e Transporte de Cargas Pontual Ltda. atendeu à 2.319 requisições emitidas por esta Coordenação para o envio de materiais aos convênios do Programa Segundo Tempo.

No fim de dezembro de 2013, encontravam-se armazenados no Centro de Distribuição 1.284 kits de materiais, entre itens esportivos utilizados no Programa Segundo Tempo, Jogos de Xadrez, Jogos de Damas e materiais recolhidos de convênios rescindidos, conforme tabela abaixo:

Tabela - Armazenamento de Materiais Esportivos/PST

Materiais em Estoque				
Descrição do Material	Quantidade de Kits em Estoque no Início de 2013	Quantidade Kits Recebidos	Quantidade Kits Entregues	Quantidade de Kits em Estoque
Uniformes – PST	0	53	53	0
Kit – Material Recreativo – Recreio nas Férias	139	0	139	0
Kit – Material Esportivo – Recreio nas	139	0	139	0

Férias				
Bermudas/Calções - PST	0	255	255	0
Uniformes – Recreio nas Férias	414	0	414	0
Kit – PROESP/BR	231	0	231	0
Kit – Material Esportivo PST	1.938	800	2.458	280
Caixa de Xadrez	1.144	0	1.037	107
Caixa de Dama	2.774	1.200	3263	711
Caixa com Materiais Esportivos Diversos (Recolhidos dos Convênios Rescindidos)	306	2.406	2525	187
Total Geral	7.085	4.714	10.515	1.285

No exercício de 2013, foram atestadas e encaminhadas para pagamento 70 Notas fiscais, referentes a transporte e armazenagem de materiais do Programa Segundo Tempo, totalizando o valor de R\$ 721.690,95 (setecentos e vinte e um mil, seiscentos e noventa reais e noventa e cinco centavos), conforme a seguir especificado:

Tabela – Pagamentos referentes a Transporte e Armazenamento

Notas Fiscais - Encomendas e Transporte de Cargas Pontual LTDA - CNPJ: 01.253.053/0001-87		
Quantidade de Notas Fiscais	Tipo de Serviço	Valor
13	Armazenagem	R\$ 338.952,72
57	Transporte	R\$ 382.738,16
Valor Total		R\$ 721.690,95

Registre-se que em 05/08/2013 a contratada formalizou pedido de rescisão contratual (caso não seja atendido o pleito de adequação dos preços contratados), o qual se encontra sob análise no Departamento de Gestão Interna/DGI.

Diante desse contexto, tendo em vista que a empresa Encomendas e Transporte de Cargas Pontual pediu a rescisão do contrato firmado com este Ministério, e considerando o processo licitatório visando à aquisição de materiais esportivos e uniformes para atender à demanda já existente dos programas PELC e Programa Segundo Tempo, além de parcerias a serem formalizadas como Legado Social da Copa do Mundo e a parceria com o Ministério da Educação, foi encaminhado o Memorando nº 186/2013, de 18/09/2013, com o respectivo Termo de Referência, ao Departamento de Gestão Interna visando à contratação da Empresa de Correios e Telégrafos para a prestação dos serviços continuado em Logísticas de Transporte e Distribuição de mercadorias.

Registre-se que o referido processo de contratação ainda não foi concluído, estando em fase de análise de documentação.

III. Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania

Considerando a Ordem de Início para os convênios do PELC e Vida Saudável, formalizados em 2011 e 2012, foram enviados materiais esportivos e uniformes produzidos pelos Programas Pintando a Liberdade e Cidadania, para os 22 convênios do PELC e 9 convênios do Vida Saudável, conforme especificado na planilha abaixo:

Tabela – Distribuição de Materiais Esportivos PELC e Vida Saudável

Programa	Convênio Ano	Quant. e convênios atendidos
PELC	2010	3
	2011	8
	2012	11
Vida Saudável	2012	9
Valor		31

Além disso, considerando que esta Coordenação também é responsável pela análise dos pedidos de solicitação de doações e a distribuição e expedição dos materiais esportivos produzidos no âmbito dos Programas Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania (Portaria nº 249, de 19 de outubro de 2012), no ano de 2013, embora tenham sido oficializados 4.106 pedidos de doações de materiais, em virtude do baixo estoque só foi possível o atendimento de 260, estando pendente para atendimento 1.232, tendo sido indeferidos 2.874, conforme especificado no quadro abaixo:

Tabela – Pedidos de Solicitações de Doações de Materiais Esportivos

Qt. ofícios recebidos	Qt. de pedidos aptos para atendimento	Qt. Pedidos indeferidos	Qt. Pedidos Atendidos	Qt. Pedidos recebidos em 2013, aptos, aguardando atendimento
4.106	1.232	2.874	260	972

Considerando os pedidos de doações aptos de acordo com a Portaria que regulamenta as doações, e a ainda, a demanda internas do Ministério do Esporte, como também o atendimento aos convênios do PST, PELC e Vida Saudável (doação de Damas, Xadrez, redes, camisetas e bonés);

Foram distribuídos entre os períodos de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2013, 181.133 itens, entre bolas, redes, camisetas, Jogos de Dama e Xadrez, conforme planilha abaixo:

Tabela – Doações de Material Esportivo

QUANTIDADE DE MATERIAIS DOADOS PELO PINTANDO A LIBERDADE/CIDADANIA		
PRODUTO	TIPO	QUANTIDADE DOADA
BANDEIRA NACIONAL		5.731
BOLAS	FUTEBOL DE CAMPO ADULTO	5.079
	FUTEBOL DE CAMPO INFANTIL	5.704
	FUTEBOL DE CAMPO COM GUIZO	0
	FUTSAL ADULTO	5.092
	FUTSAL INFANTIL	4.791
	FUTSAL COM GUIZO	152
	VÔLEI	5.235
	HANDEBOL	6.531
	HANDEBOL INFANTIL	6.995
	BASQUETE	6.650
JOGOS DE XADREZ		11.587

JOGOS DE DAMAS		42.989
BONÉS		20.651
CAMISETAS	BRASIL	2.601
	PELC	17.556
	PST	27.418
	PINTANDO	760
BERMUDAS		220
REDES	VÔLEI	1.990
	FUTEBOL DE CAMPO	531
	FUTSAL/HANDEBOL	1.169
	BASQUETE	914
PASTA EXECUTIVA		68
PASTA COLEGIAL		44
BOLSAS GRANDES		264
BOLSAS PEQUENAS		408
AGASALHO MOLETON		3

Cabe ressaltar que em Junho/2013 a gestão decidiu pelo encerramento dos Programas Pintando a Liberdade e Cidadania, causando a paralizando da produção dos materiais e automaticamente a redução do estoque dos mesmo.

Assim sendo, vislumbra-se que o estoque de materiais nas fábricas não suprirá aos pedidos aptos para atendimento, o que, por consequência, ensejará o encerramento das atividades desta Coordenação relacionadas a tais programas.

Anexo 13 – Sistemas Informatizados

A **Sub-Coordenação Geral de Sistemas – CGSIS** tem como objetivo principal o desenvolvimento de sistemas a partir de estudos dos processos e rotinas da SNEIS. Atualmente a CGSIS desenvolve e é responsável por dezessete sistemas e utilitários em uso nos diversos programas sociais desta secretaria.

A atribuição principal da coordenação é o estudo, análise e desenvolvimento de soluções informatizadas (sistemas) para web. De modo secundário, mas não menos importante, esta coordenação atua no suporte técnico, de orientação e capacitação dos usuários da plataforma informatizada, além disso, participa indiretamente do estudo e análise dos processos internos e das alterações estruturais na secretaria. Estas atividades são uma forma efetiva de popular e implantar os sistemas informatizados, uma vez que tais sistemas são utilizados por todas as ECs – Equipes Colaboradoras (Rede de Universidades) do Programa Segundo Tempo e diversos usuários do Programa Esporte da Escola espalhados por todo o país.

Os sistemas informatizados da Plataforma SNEIS constituem a principal ferramenta de integração e automatização dos trabalhos das demais Coordenações do Projeto junto à FAURGS (CGDEP e CGAPA), sem a qual não seria possível o controle, acompanhamento e administração dos programas sociais desta secretaria.

Atribuições CGSIS

Coordenação e Subcoordenação:

- Coordenação Geral das Equipes de Brasília e da UEM Maringá;
- Acompanhamento de todas as tarefas inerentes à TI e que impactam diretamente no desempenho dos sistemas utilizados no PST e demais programas SNEIS;
- Elaboração, acompanhamento e participação nas capacitações de Equipes Colaboradoras, Coordenações dos Convênios, e usuários internos e externos, no que diz respeito à operação e suporte dos Sistemas Informatizados;
- Assessoramento técnico administrativo à Diretoria e Gabinete do Secretário Nacional de Esporte Educacional, Lazer e Inclusão Social. Participação e Acompanhamento na gestão administrativa da Secretaria atuando em algumas de suas Coordenações para o aprimorando dos controles administrativos em geral;
- Atuação na análise de negócios (regras) e compatibilização com a elaboração dos Sistemas Informatizados (Engenharia de Sistemas);
- Gerenciamento do Projeto Geral da Plataforma Informatizada (UEM);
- Análise de rotinas, processos, procedimentos e regras de negócio, objetivando o desenvolvimento de soluções informatizadas para a Secretaria;
- Suporte técnico para implantação dos sistemas;
- Suporte técnico corretivo e proativo para melhoria dos sistemas em uso;
- Pesquisa e articulação de novas tecnologias e soluções informatizadas com aplicabilidade na plataforma informatizada.

Equipe Desenvolvimento – Maringá - UEM (consultores/bolsistas)

- Análise geral de requisitos e funções dos sistemas propostos pela Coordenação Geral;
- Participação em capacitações e reuniões gerais de trabalho diretamente ligadas à área de sistemas;
- Manutenção e controle de Backups dos sistemas e bancos de dados da plataforma informatizada;
- Documentação e *versionalização*¹³ dos sistemas em uso;
- Suporte técnico para implantação dos sistemas;
- Suporte técnico corretivo e proativo para melhoria dos sistemas em uso;
- Pesquisa e articulação de novas tecnologias e soluções informatizadas com aplicabilidade na plataforma informatizada;
- Manutenção e controle dos servidores residentes no *Data Center*¹⁴ da Universidade Estadual de Maringá – UEM.

Equipe Suporte – Brasília (consultores/bolsistas)

- Suporte operacional e de orientação aos usuários internos do ME e convênios em geral;
- Manutenção e controle dos dados inseridos nos Sistemas Informatizados, principalmente o SIC – Sistema Informativo de Convênio;
- Atendimento aos usuários por e-mail e telefone.

Equipe Processos (BPM¹⁵) – Brasília (consultores/bolsistas)

- Apoio na análise e definições dos processos junto à Coordenação Geral de Sistemas e Diretoria do Departamento;
- Participação nas reuniões para definição de novas demandas de negócio;
- Elaboração de fluxos dos processos internos para apoio à análise e desenvolvimento dos sistemas ou ajustes dos mesmos.

¹³ Termo normalmente utilizado em TI para designar a organização versões progressivas de um mesmo sistema ou software identificando a sua evolução

¹⁴ Um **Centro de Processamento de Dados (CPD)**, é o local onde são concentrados os equipamentos de processamento e armazenamento de dados de uma empresa ou organização. Também conhecidos pelo nome em inglês, **Data Center**.

Normalmente projetados para serem extremamente seguros, abrigam milhares de [servidores](#) e bancos de [armazenamento de dados](#), processando grande quantidade de [informação](#).

¹⁵ BPM é um conjunto de técnicas associadas ao gerenciamento de processos de negócio (**Bussiness Process Managing**)

Texto 01 – Relatório CGSIS (Anexo 13)

Infraestrutura Servidores SNELIS

A infraestrutura dos servidores SNELIS é constituída hoje de 2 servidores alocados na Universidade Estadual de Maringá, os dois servidores são colocados com propósito de redundância. A infraestrutura de rede da Universidade Estadual de Maringá possui hoje links redundantes, além de ser integrantes na estrutura de PTTs brasileira. Já na parte de segurança os servidores ficam atrás dos firewalls da universidade, além de possuírem seu firewall atualizado. O sistema operacional do host de virtualização é Linux Ubuntu 2012.04 com sistema de virtualização VirtualBox, a escolha do sistema de virtualização e sistema operacional foram antecedidas de avaliação e testes de conformidade os requisitos seguindo um processo inspirado na ISO 9126. A seguir segue a descrição do hardware desses servidores e máquinas virtuais existentes.

Servidor IBM

O servidor IBM está em funcionamento desde julho de 2009, com um RAID 1+0 de discos com interface SAS proporcionando 500GB de espaço com redundância e tolerância à falhas de discos, o controle de partições utilizado é o LVM2 fornecendo flexibilidade na manutenção.

Descrição do hardware

Nome do produto	IBM eServer x3400-[7976PER]
Número de série	82AK7K3
UUID	33FFC9C0-8B3B-01B6-8AB0-00215E4F31F0
Placa Mãe	
Fabricante	IBM
Modelo	M97IP
Socket	LGA 771
Processador	Intel Xeon
Família	6
Modelo	Xeon E5405 2.00Ghz
Memória primaria	
Memória	8 GB DDR3
HardDisk	
4 discos	SAS 250 GB

Servidor DELL

O servidor IBM está em funcionamento desde junho de 2011, com um RAID 1+0 de discos com interface SAS proporcionando 500GB de espaço com redundância e tolerância à falhas de discos, o controle de

partições utilizado é o LVM2 fornecendo flexibilidade na manutenção. A seguir segue a descrição do hardware desse servidor

Nome do produto	PowerEdge R710
Número de série	5TS09R1
UUID	44454C4C-5400-1053-8030-B5C04F395231
Placa Mãe	
Fabricante	Dell
Modelo	09C7P8
Socket	LGA 771
Processador	Intel Xeon
Família	6
Modelo	Intel(R) Xeon(R) CPU E5620 2,40Ghz
Memoria primaria	
Memória	16 GB DDR3
HardDisk	
4 discos	SAS 300 GB

Maquinas virtuais

As maquinas virtuais são identificadas pelos nomes, esses nomes são padronizado com prefixo vm e com algumas informações.

vm-[Nome da plataforma]-[Versão do sistema Operacional]-[Proposito]

O nome das maquinas virtuais podem conter ainda sufixo para identificar que os são cópias uma da outra.

O estado ou atividade das vm (run, stop, snapshoting, pause, cloning) não são apresentados pois são dinâmicos, em atividade constantes ficam apenas as maquinas virtuais para Desenvolvimento e Produção da plataforma.

A estrutura existente tem objetivo de proporcionar redundância e rápida recuperação, não são formas de backup, apesar de poderem ser utilizadas para recuperação em casos específicos.

Tabela 1 - Maquinas virtuais existentes na infraestrutura.

Nome da máquina virtual	Host
vm-snelis-u2012-modelo	SERVIDOR 1 – IBM
vm-snelis-u2012-producao-01	SERVIDOR 1 - IBM
vm-snelis-u2012-producao-02	SERVIDOR 1 – IBM
vm-snelis-u2012-desenvolvimento-01	SERVIDOR 1 – IBM
vm-snelis-u2012-desenvolvimento-02	SERVIDOR 1 – IBM
vm-snelis-u2012-modelo	SERVIDOR 2 – DELL

vm-snelis-u2012-producao-01	SERVIDOR 2 – DELL
vm-snelis-u2012-producao-02	SERVIDOR 2 – DELL
vm-snelis-u2012-desenvolvimento-01	SERVIDOR 2 – DELL
vm-snelis-u2012-desenvolvimento-02	SERVIDOR 2 – DELL
vm-windowsServerR2-DirceuTesteRTCIBM	SERVIDOR 2 – DELL
vm-snelis-u2012-teste	SERVIDOR 2 – DELL

Legenda - Maquinas virtuais a serem excluídas.

Acessos mês de Dezembro 2013.

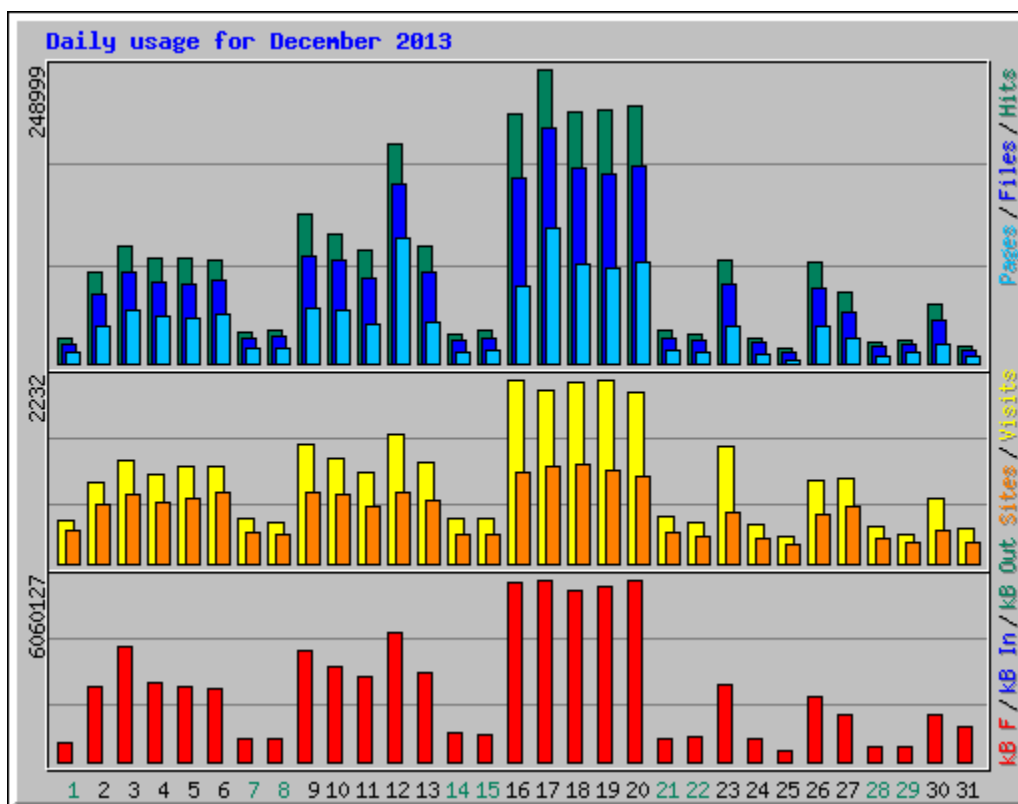


Figura 1 - Acessos Recebidos no mês de outubro de 2013

Comentários técnicos:

A distribuição dos acessos à plataforma no mês de dezembro não foi equilibrado como é nos demais meses do ano, principalmente devido aos feriados de fim de ano muitos usuários adiantaram os serviços na semana entre os dias 16 a 20 de dezembro. Nos últimos 10 dias do mês de dezembro o número de acessos a plataforma reduziu drasticamente, tal comportamento já era esperado.

Legenda:

Azul: Hits;

Amarelo: Número de acessos recebidos;

Vermelho: Fluxo de dados em KB

Navegadores utilizados

Conhecer os navegadores utilizados para acesso a plataforma é de suma importância para as aplicações tenham o comportamento esperado, haja vista a baixa padronização em recursos entre os navegadores. A seguir na figura exibe a tabela com a proporção de acessos de cada navegador a plataforma.

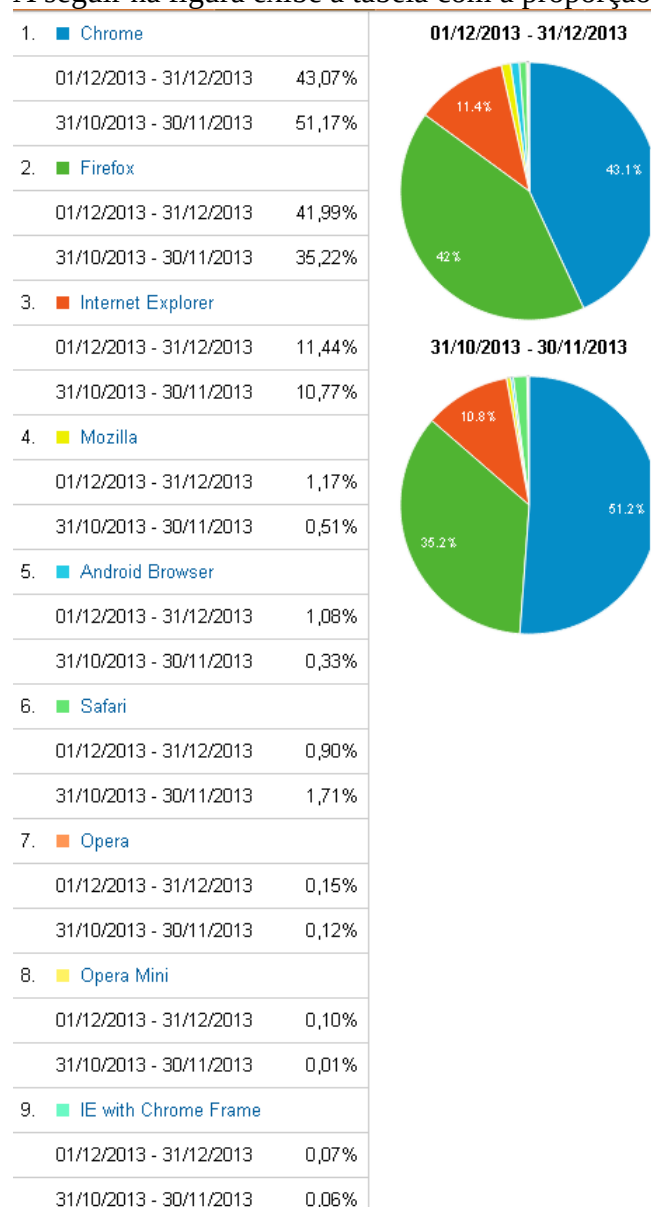


Figura 3. 2- Tabela com navegadores utilizados em suas respectivas proporções.

O navegador chrome é o mais utilizado para acesso a plataforma embora sendo utilizado no mês de dezembro de 2013 por 43% dos usuários, sendo seguido pelo Firefox que foi utilizado por 41% dos usuários, o navegador Internet Explorer é utilizado por cerca de 10 % dos usuários.

Acesso a plataforma por região

A figuras abaixo exibem os acessos realizados por região geográfica.

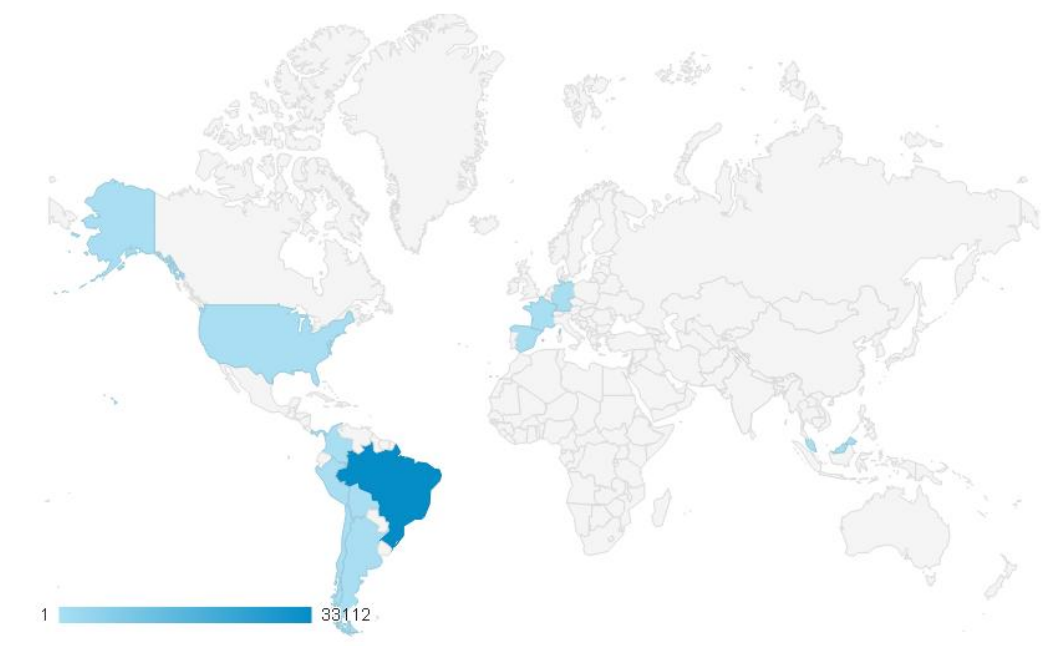


Figura 3 - Contagem total de acessos recebidos na plataforma.

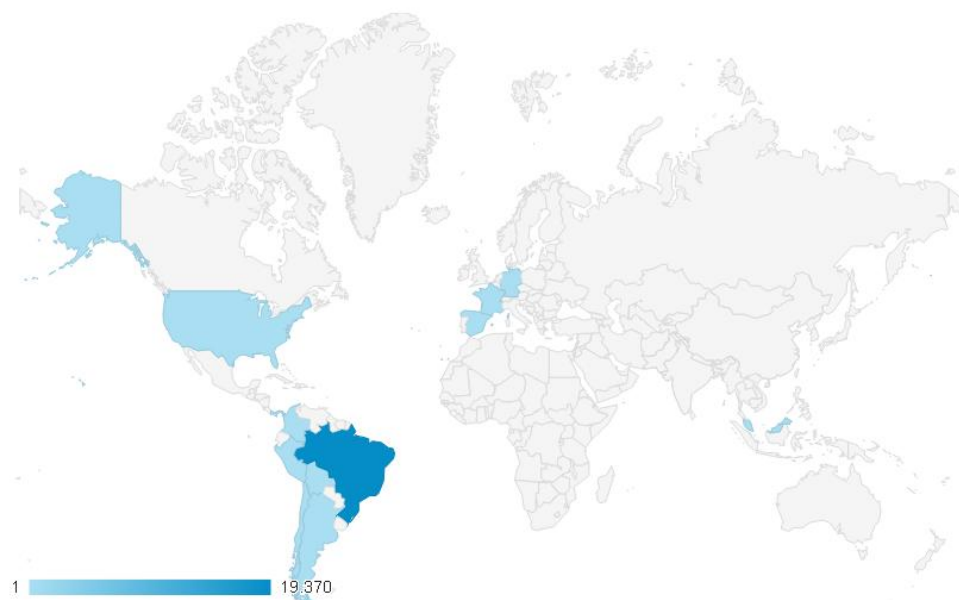


Figura 4 - Contagem de acessos de visitantes únicos

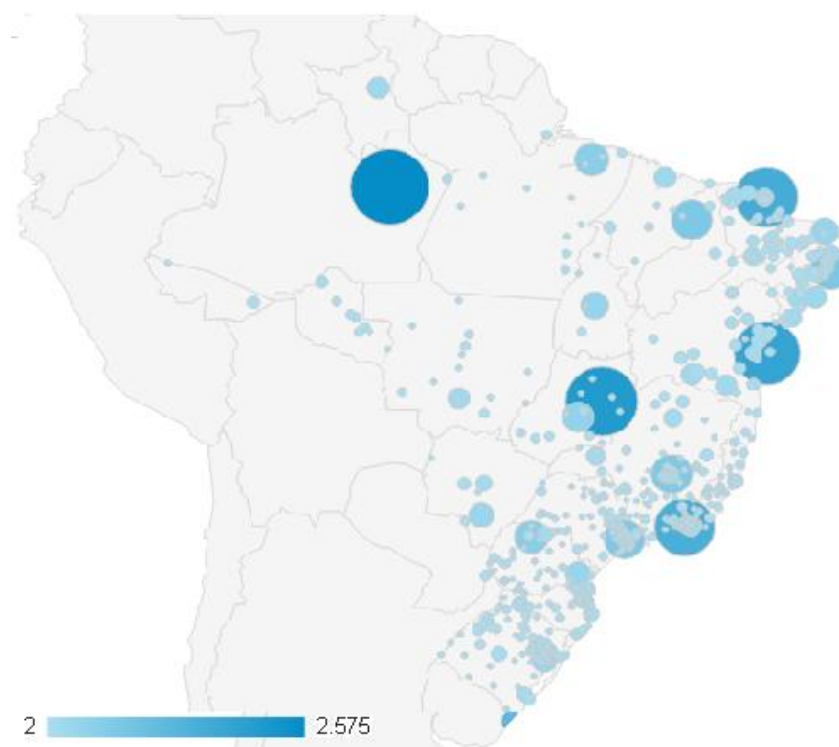


Figura 5- Acessos únicos feitos à plataforma a partir da cidade com mais acessos no Brasil

1.	Manaus	1.909	27,82%	6.	(not set)	645	46,05%
2.	Brasília	1.570	13,57%	7.	Recife	536	42,54%
3.	Salvador	1.342	43,67%	8.	Sao Paulo	510	31,18%
4.	Fortaleza	1.161	41,09%	9.	Teresina	507	50,30%
5.	Rio de Janeiro	1.113	46,81%	10.	Belo Horizonte	491	46,64%

Comentários Técnicos:

O número de acessos é muito maior que o número de usuários, pois um único usuário pode acessar a plataforma diversas vezes em um mês.

A cidade com maior número de usuários, a plataforma no mês de dezembro de 2013 foi a cidade de Manaus, de forma incomum a cidade de Manaus saiu 232 acessos para quase 2000 mil acessos, saindo assim da 11º para a 1º em número de visitantes únicos a plataforma.

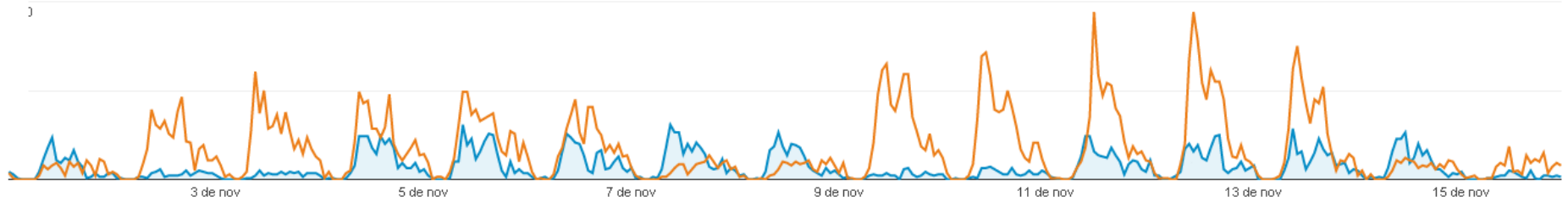
A cidade de Salvador manteve o grande número de acesso ficando atrás apenas e Manaus e Brasília.

Comparação dos acessos quinzenais do mês de dezembro de 2013 com acessos do mês anterior

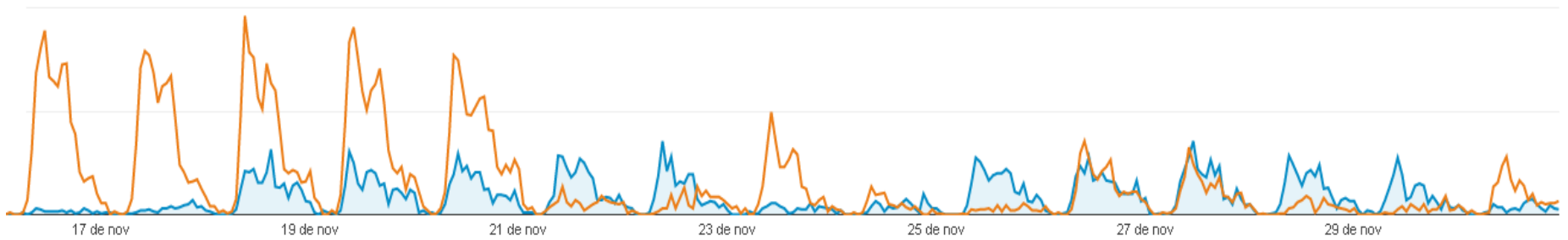
Primeira quinzena do mês comparada com o mesmo período do mês anterior.

01/11/2013 - 15/11/2013: ● Visitas

01/12/2013 - 15/12/2013: ● Visitas



Segunda quinzena do mês comparada com a segunda quinzena do mês anterior.



Acessos médios por hora.

A média de acessos à plataforma por hora, nos fornece um indicador da utilização da plataforma durante o dia.

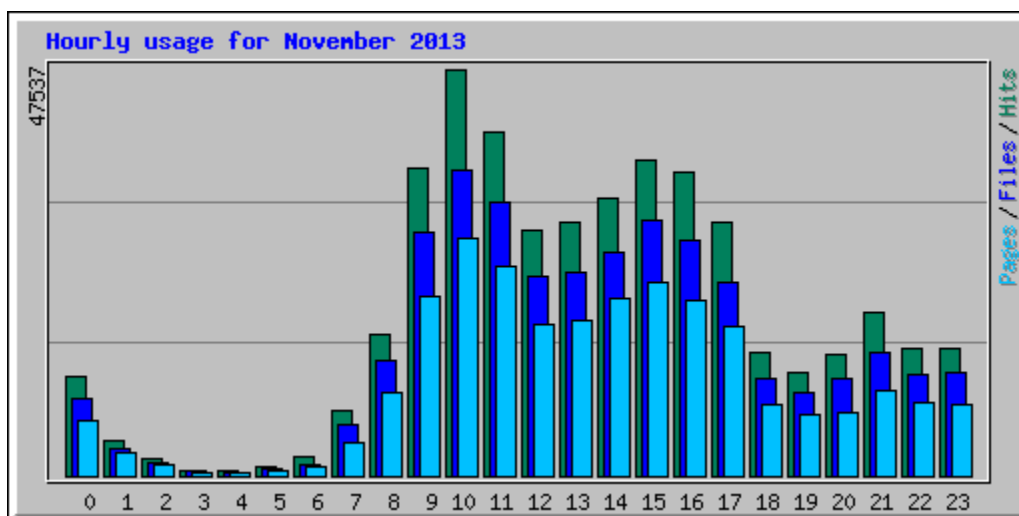


Gráfico de barras com acessos por hora no mês de novembro 2013.

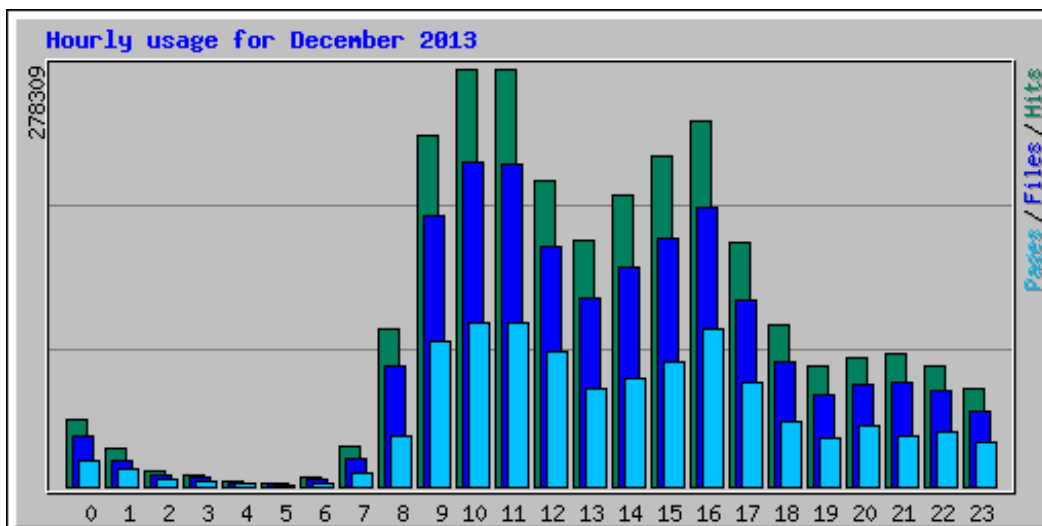


Gráfico de barras com acessos por hora no mês dezembro 2013

Comentários técnicos:

O número médio de horas de utilização da plataforma SNELIS no mês de novembro foi de 19 horas. O horário de início dos acesso foi cerca de 5h 00m até as 2h 00m do dia seguinte.

Por meio dos gráficos acima conseguimos identificar uma intensificação no número de requisições realizadas para a plataforma durante o horário comercial.

Os picos de acessos que geralmente ocorrem por volta das 10h e 15h de cada dia.

Informações analíticas diárias sobre os acessos

Tabela 2- Número de acessos registrados nos meses de dezembro /2012 dezembro /2013, gerado com logs do apache pelo aplicativo (WebAnalizer)

	dez/12		jan/13		fev/13		mar/13		abr/13		mai/13		jun/13		jul/13		ago/13		set/13		out/13		nov/13		dez/13	
Day	Visits		Visits		Visits		Visits		Visits		Visits		Visits		Visits		Visits		Visits		Visits		Visits		Visits	
1	372	2.43%	303	1.75%	667	4.79%	495	3.26%	954	4.90%	399	2.24%	260	1.62%	540	3.38%	464	3.57%	200	1.57%	507	2.84%	557	8.98%	524	1.59%
2	406	2.65%	464	2.68%	245	1.76%	342	2.25%	738	3.79%	731	4.11%	293	1.82%	540	3.38%	418	3.22%	487	3.83%	676	3.79%	326	5.25%	980	2,98%
3	597	3.89%	596	3.44%	238	1.71%	332	2.19%	763	3.92%	794	4.47%	657	4.09%	518	3.24%	202	1.55%	512	4.02%	591	3.31%	318	5.12%	1251	3,80%
4	609	3.97%	579	3.34%	553	3.97%	611	4.02%	695	3.57%	243	1.37%	845	5.26%	562	3.51%	276	2.12%	496	3.90%	501	2.81%	753	12.14 %	1073	3,26%
5	714	4.66%	462	2.67%	711	5.11%	520	3.42%	872	4.48%	291	1.64%	704	4.38%	508	3.18%	561	4.32%	460	3.61%	301	1.69%	816	13.15 %	1177	3,57%
6	564	3.68%	476	2.75%	604	4.34%	549	3.61%	399	2.05%	711	4.00%	698	4.35%	310	1.94%	548	4.22%	405	3.18%	316	1.77%	626	10.09 %	1177	3,57%
7	621	4.05%	677	3.91%	561	4.03%	551	3.63%	402	2.07%	801	4.51%	667	4.15%	284	1.78%	459	3.53%	214	1.68%	656	3.67%	812	13.09 %	557	1,69%
8	418	2.73%	611	3.53%	483	3.47%	405	2.67%	763	3.92%	750	4.22%	305	1.90%	588	3.68%	418	3.22%	248	1.95%	668	3.74%	639	10.30 %	492	1,49%
9	422	2.75%	469	2.71%	208	1.49%	388	2.55%	671	3.45%	662	3.72%	348	2.17%	549	3.43%	391	3.01%	470	3.69%	715	4.00%	319	5.14%	1432	4,35%
10	729	4.75%	473	2.73%	269	1.93%	262	1.72%	701	3.60%	708	3.98%	823	5.13%	570	3.56%	239	1.84%	429	3.37%	656	3.67%	367	5.91%	1268	3,85%
11	844	5.50%	471	2.72%	299	2.15%	620	4.08%	647	3.33%	320	1.80%	794	4.94%	661	4.13%	251	1.93%	486	3.82%	569	3.19%	652	4.40%	1094	3,32%
12	734	4.79%	289	1.67%	231	1.66%	444	2.92%	766	3.94%	305	1.72%	663	4.13%	564	3.53%	467	3.59%	524	4.12%	365	2.04%	591	3,99%	1567	4,76%
13	679	4.43%	294	1.70%	377	2.71%	560	3.69%	348	1.79%	780	4.39%	725	4.51%	310	1.94%	459	3.53%	449	3.53%	386	2.16%	698	4,71%	1223	3,71%
14	543	3.54%	633	3.66%	687	4.94%	570	3.75%	374	1.92%	645	3.63%	756	4.71%	396	2.48%	425	3.27%	274	2.15%	703	3.94%	721	4,87%	546	1,66%
15	451	2.94%	667	3.85%	631	4.54%	435	2.86%	798	4.10%	769	4.33%	342	2.13%	623	3.89%	389	2.99%	282	2.22%	656	3.67%	279	1,88%	556	1,69%
16	418	2.73%	585	3.38%	307	2.21%	300	1.97%	567	2.91%	659	3.71%	353	2.20%	691	4.32%	366	2.82%	503	3.95%	689	3.86%	319	2,15%	2220	6,74%
17	762	4.97%	639	3.69%	331	2.38%	304	2.00%	686	3.53%	862	4.85%	741	4.61%	820	5.13%	292	2.25%	511	4.01%	810	4.54%	697	2,37%	2097	6,37%
18	692	4.51%	814	4.70%	588	4.23%	602	3.96%	640	3.29%	287	1.61%	915	5.70%	629	3.93%	242	1.86%	478	3.75%	672	3.76%	817	5,51%	2188	6,64%
19	678	4.42%	276	1.59%	651	4.68%	515	3.39%	586	3.01%	292	1.64%	649	4.04%	806	5.04%	560	4.31%	484	3.80%	376	2.11%	907	6,12%	2232	6,78%
20	516	3.37%	170	0.98%	550	3.95%	490	3.23%	273	1.40%	630	3.54%	612	3.81%	492	3.08%	505	3.89%	413	3.24%	420	2.35%	830	5,60%	2075	6,30%
21	490	3.20%	1114	6.43%	777	5.58%	588	3.87%	410	2.11%	654	3.68%	516	3.21%	332	2.08%	571	4.39%	171	1.34%	686	3.84%	906	6,11%	581	1,76%
22	377	2.46%	700	4.04%	575	4.13%	893	5.88%	865	4.45%	658	3.70%	340	2.12%	573	3.58%	488	3.76%	273	2.14%	801	4.49%	1064	7,18%	498	1,51%
23	290	1.89%	614	3.55%	349	2.51%	380	2.50%	723	3.72%	721	4.06%	303	1.89%	616	3.85%	487	3.75%	576	4.52%	765	4.28%	317	2,14%	1421	4,31%
24	215	1.40%	719	4.15%	363	2.61%	356	2.34%	840	4.32%	666	3.75%	459	2.86%	581	3.63%	232	1.79%	629	4.94%	716	4.01%	361	2,44%	483	1,47%
25	242	1.58%	910	5.26%	1077	7.74%	1311	8.63%	747	3.84%	277	1.56%	507	3.16%	528	3.30%	267	2.05%	548	4.30%	616	3.45%	1693	11,42 %	332	1,01%
26	397	2.59%	432	2.50%	535	3.85%	728	4.79%	939	4.83%	251	1.41%	415	2.58%	416	2.60%	545	4.19%	615	4.83%	317	1.78%	774	5,22%	1007	3,06%
27	406	2.65%	403	2.33%	601	4.32%	414	2.73%	344	1.77%	835	4.70%	448	2.79%	271	1.69%	585	4.50%	501	3.94%	340	1.90%	985	6,65%	1023	3,11%
28	357	2.33%	694	4.01%	559	4.02%	442	2.91%	347	1.78%	812	4.57%	409	2.55%	235	1.47%	565	4.35%	323	2.54%	436	2.44%	989	6,67%	458	1,39%
29	279	1.82%	710	4.10%			321	2.11%	858	4.41%	584	3.29%	311	1.94%	600	3.75%	568	4.37%	352	2.77%	654	3.66%	791	5,34%	354	1,07%
30	272	1.77%	551	3.18%			283	1.86%	842	4.33%	340	1.91%	272	1.69%	556	3.48%	567	4.36%	505	3.97%	737	4.13%	564	3,81%	799	2,43%
31	346	2.26%	625	3.61%			280	1.84%			430	2.42%			463	2.89%	257	1.98%			710	3.98%			427	1,30%
Total	15440		17420		14027		15291		19558		17867		16130		16132		13064		12818		18011		20488		33112	

Comentário técnico:

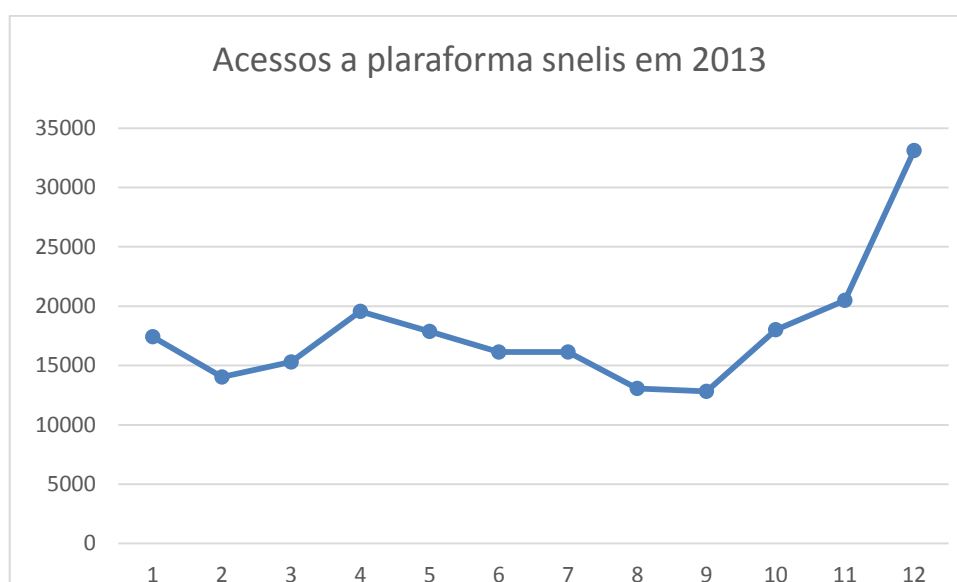
Os dados mostram um aumento expressivo de 61,75% no número de acessos em relação ao mês de novembro, e um aumento de 91% em relação à média de acessos dos últimos 3 meses.

Esse aumento provavelmente está relacionado com a grande quantidade de usuários que entraram na plataforma a partir do mais educação, e crescimento do número de funcionalidades disponibilizadas pela plataforma.

Acessos a plataforma em 2013

O número de acessos à plataforma teve pequenas variações no início do ano de 2013 (5 % ao mês), já no início do segundo semestre houve uma grande redução no número de usuários (quase 30%), como pode ser observado na Figura “Acessos a plataforma SNELIS em 2013”.

Na segunda metade do segundo semestre o número de usuários voltou a subir (15% ao mês), chegando a 33 mil usuários em dezembro 2013.



Acessos internos do SIAPA

EC	Operação Realizadas
1	392
3	209
5	203
6	183
7	139
8	2
9	120
12	183
13	29
15	55
17	131
18	218
20	120
21	94
22	144
23	216
25	553
Total Geral	2991

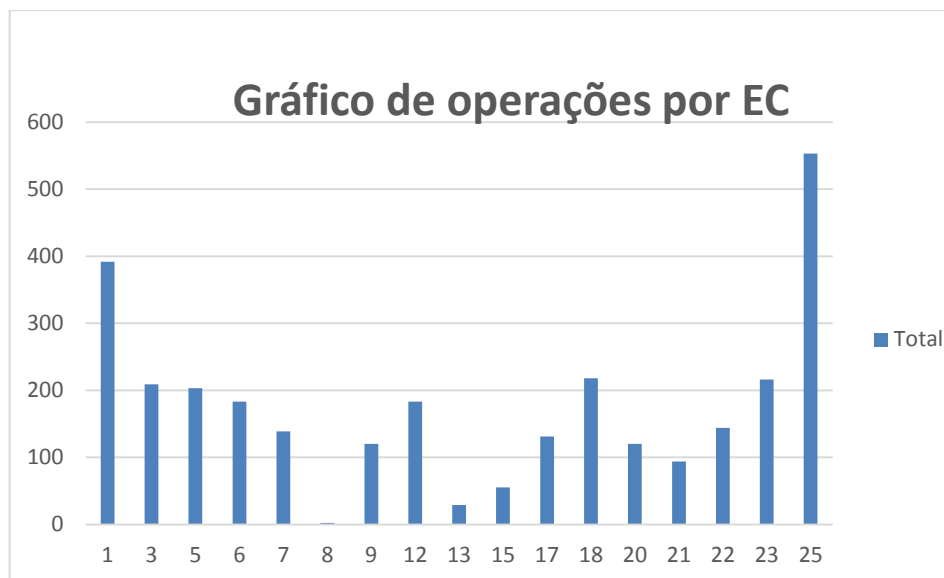


Figura 5 - Gráfico com operações realizadas por equipe de colaboração

Sobre os Backups

Os servidores do programa segundo tempo encontra-se rodando com 3 níveis de backups.

- 1) Backups de redundância feitos entre os servidores DELL e IBM, os servidores mantem copias das maquinas virtuais do segundo tempo. Esses backups são de restauração rápida permitindo uma recuperação 5 minutos.

Esse backup mantém cópia perfeitas, verificadas por checksum e mantendo o uuid dos hd virtuais, como toda estrutura das maquinas são copiadas, o tempo de recuperação é muito rápido.

Esse backup Consome muito espaço por isso não é possível mantem backups de longas datas. Deixamos apenas 5 dias armazenados nos servidores. Que já somam 200GB.

Frequência: 1 vez por dia, pois é necessário parar a máquina virtual por 3 minutos para se extrair essa cópia.

Qualidade do backup: Esse backup é analisado no momento em que é gerado por um checksum do arquivo vdi, que possui o hd virtual. O processo de backup é reiniciado por 3 vezes, se ao fim não o check sum não coincidir é disparado um e-mail para o responsável pelos servidores.

Tempo previsto de recuperação: 5 minutos a 50 minutos.

- 2) Mantemos um backup geograficamente distinto feito a cada 3 horas, é um backup diferencial dos arquivos e do banco de dados.
O tempo de restauração foi estimado em 5 horas.

Qualidade do backup: Esse backup é analisado diariamente, a fim de ser assegurada a sua qualidade.

- 3) **Tempo previsto de recuperação: 5 a 12 horas. Desde que existam máquinas para serem colocados.**
- 4) Backup de mensal, os backups geograficamente distintos, hoje são cerca de 30 GB, não sendo possível pela estrutura atual mantê-lo por longas datas, ao invés disso mantemos uma cópia mensal desses backups.
- Qualidade do backup:** Esse backup é analisado no momento em que é armazenado.
- Tempo previsto de recuperação: 5 a 24 horas. Desde que existam máquinas para serem colocados.**

Contingência

O plano de contingência atual está descrito abaixo, separados pelos possíveis tipos de problemas que podem ser previstos.

Processamento inadequado de uma aplicação.

No caso de alguma aplicação iniciar o processamento inadequado consumindo o processador por mais de 10 minutos, ou consumindo muito recurso como disco ou memória, os servidores agem automaticamente matando a aplicação, caso o problema aparece repetidas vezes o servidor solicita intervenção manual por e-mail.

Apesar de ser difícil padronizar o procedimento, os passos básicos em caso de intervenção manual é matar os aplicativos causadores do problema e verificar a existência de logs.

Falta de espaço em disco

Quando é detectada a falta de espaço em disco deve-se, expandir a partição virtual, para isso deve-se expandir o HD virtual caso seja necessário. Após isso se deve rodar aplicação de verificação de integridade no sistema de arquivo e verificação de integridade em cada uma das tabelas do banco de dados. Caso ocorra alguma falha nessas verificações elas devem ser tratadas da seguinte maneira:

- **Arquivos do sistema operacional:** Substituição da máquina virtual por um template existe.
- **Arquivos das aplicações:** restauração das cópias de segurança.
- **Tabelas no banco de dados:**
 1. Verificar a possibilidade de recuperação dos arquivos das tabelas caso não seja possível por meio das aplicações de checagem oferecidas pelo SGBD.
 2. Restauração das cópias de segurança e analisar se houve perda de dados.

Falha na comunicação com um dos servidores

Entrar em contato com o datacenter da UEM imediatamente para verificar os possíveis motivos.

Tabela no banco de dados corrompida.

1. Verificar a possibilidade de recuperação dos arquivos das tabelas caso não seja possível por meio das aplicações de checagem oferecidas pelo SGBD.
2. Restauração das cópias de segurança e analisar se houve perda de dados.

Falha na máquina raiz.

Em caso de uma falha na máquina raiz de virtualização ou seja nos servidores DELL e IBM deve-se imediatamente paralisar as máquinas virtuais (se possível). E iniciar a máquina em modo de recuperação, para analisar os possíveis problemas. Caso o problema não seja detectado rapidamente deve-se verificar por meio de aplicações de teste

- Processadores –Stress test
- Memória ram-memtest
- Raid
- Disco- testes de leitura para evitar problemas com sobrescrita.

Caso passe em todos teve proceder testes e análise de logs do Sistema Operacional para verificar possíveis problemas com o sistema operacional. Por fim se o problema não for encontrado recomenda-se que seja feito um backup do servidor e o mesmo seja formatado.

Antes que o mesmo volte a operação deve executar testes de carga no mesmo.

Falha em uma máquina virtual.

As falhas possíveis em um máquina virtual são diversas abaixo segue o plano a ser seguido no caso de dos seguintes problemas.

Falha na definição da máquina

Caso não o arquivo xml com a definição da máquina virtual deve-se restaura uma definição armazenada no backup, caso o problema persista por motivos desconhecidos deve-se criar uma nova definição e importar os discos ligados a essa máquina virtual.

Falha na leitura ou escrita dos Discos Virtuais VHD

Como problemas com vhd podem resultar em perda de dados deve-se paralisar a máquina virtual imediatamente realizar um backup do mesmo e a seguir:

- Verificar a estrutura do vhd com ferramentas de checagem.
 - Caso a ferramenta consiga realizar a verificação deve-se realizar um backup e prosseguir com o funcionamento.
 - Caso a recuperação pela ferramenta seja impossível, deve-se procurar outros meios como a recuperação manual, embora a mesma somente seja recomendada em caso de suma importância dos dados caso seja possível prosseguir com o backup o mesmo deve ser feito

Em caso de impossibilidade de recuperação de uma máquina virtual

Deve-se restaurar o último backup da máquina virtual, por meio da interface de controle das máquinas virtuais.

Parada do servidor de backup atual

Deve-se iniciar a cópia diária em discos externos até que seja possível que outra máquina assuma o seu papel

Intervenções técnicas

Data	Evento

07/01/2014	Foi feito teste no servidor DELL com as ferramentas de testes da • Processadores –Stress test • Memória ram-memtest • Raid • Disco- testes de leitura para evitar problemas com sobrescrita Como é especificado no protocolo de contingencia estabelecido. Nenhum teste apresentou falha no hardware, a única falha encontrada foi no log que apontou uma falha de energia no dia 3, que foi seguida por uma falha no módulo de memória. A fonte de energia apenas foi alternada e alguns instantes depois a máquina travou, deixando todas as maquinas virtuais congeladas. Os Discos virtuais foram sincronizados e o servidor IBM ficou configurado como o mestre entre os dois servidores.
06/01/2014 05/01/2014 04/01/2014	Foi feito monitoramento das atividades do servidor IBM durante todo o dia, no dia 04,05,06
03/01/2014	Por volta de 10 horas da noite o servidor DELL apresentou um problema critico, (falha em um modulo de memória) que causou o travamento do host todos os sistemas mantiveram em funcionamento a partir do servidor IBM.
19/12/2013	Foi feito um teste, antes do início das datas comemorativas afim de garantir a estabilidade da plataforma e disponibilidade em caso de falhas. A vm do servidor foi bloqueada em 10 minutos a vm copia entrou em funcionamento sem prejuízos.
15/12/2013 16/12/2013 17/12/2013 18/12/2013	Foi criada um novo modelo de máquina virtual mais flexível ontem todos os discos estão utilizando volumes lvm, isso foi feito para adicionar mais flexibilidade a operação dos servidores. Esses novos discos são distribuídos em dois VGs com os seguintes volumes lógicos vg-snelis-so: root – Contém o sistema operacional unix, kernel todas aplicações que compõem a infraestrutura mas não são sistemas da plataforma. vg-snelis-dados: home - Contém dados e fonte dos sistemas. var - contém os bancos de dados logs - contém a pasta de log do SO Os vg foram dimensionados pouco acima do tamanho necessário para operação, de forma que ele podem ser redimensionados em operação sem qualquer prejuízo, e assim evitando desperdício de espaço físico e banda para cópia das vm.

13/12/2013	Foi atualizado o sistema operacional raiz do servidor DELL
12/12/2013	Foi atualizado o sistema operacional raiz do servidor IBM
03/12/2013	Foi corrigida a chave de autenticação entre os servidores. A vm estava com a chave diferente o que impedia o logins entre as vm copias no mesmo servidor.
19/11/2013	Foi implementado e configurado o backup diferencial dos servidores.
19/11/2013	Foi feito atualização do sistema operacional do sistema operacional da máquina de backup, devido ausência de suporte no sistema operacional utilizado, e necessidade de ferramentas atualizadas para realização dos backups diferenciais. Ubuntu 12.04.03 LTS suporte até 2017.
15/11/2013	Foi feito o ajuste na configuração do banco de dados para acesso externo, pelos desenvolvedores, esse acesso foi alterado durante a atualização.
14/11/2013	Foi feito a atualização e teste “todos os sistemas e funcionalidades”, ao fim do teste foi restaurado o snapshot.
05/11/2013	Foi feito ajuste na máquina virtual de teste para atualização, e todos os desenvolvedores fizeram um teste na suas aplicações. Também foi iniciado o backups extraordinários preparando para atualização agendada para o dia 12
01/11/2013	Teste de atualização dos servidor produção. Foram atualização o php para versão 5.4, mysql entre outras aplicações do sistema operacional.

21/10/2013	Foi feita uma expansão manual do disco da vm prod, os dispositivos /dev/mapper/sys-home.
15/10/2013	A máquina clonada foi sincronizada novamente com produção(5 min) , essa sincronização permitiu testes mais realistas, uma vez que os sistemas foram atualizados nos dias 13 e 14.
12/10/2013	Máquina Virtual do desenvolvimento foi clonada com proposito de testes no produção. Foi feita uma sincronização entre os dados e bacos da vm clonada, todos as aplicações (S.O) foram atualizadas e os programadores foram convidados a testar o impacto das mesmas.
05/10/2013	Análise manual das tabelas do banco, checando a integridade das tabelas, também foi feito com proposito de documentar a condições do banco de dados.
30/09/2012	A universidade esteve configurando novas regras ao firewall para implantação definitiva do ipv6 na infraestrutura. A rede ficou com oscilação de cerca de 1 hora e meia.
27/09/2013	Houve um travamento no sistema de virtualização, por precaução foram feitas diversas verificação no banco de dados e no sistema de arquivos de todas as unidades do servidor produção. Para evitar paradas prolongadas indesejadas foi feita uma montada uma máquina virtual reserva e programada para se sincronizar como servidor produção. As chaves de acesso do servidor foram copiadas para esse servidor reserva afim de deixa-lo apto liberado ao público.
25/09/2013	Ajuste no sistema de backup, por motivo desconhecido o 7za travou na compactação dos arquivos, deixando um arquivo aberto de 42GB impedindo que o sistema de backup continuasse ou se recuperasse, pois o arquivo citado não poderia ser excluído enquanto o processo de compactação não fosse encerrado. O problema exigiu intervenção técnica e um backup remoto excepcional para suprir a falta do backup do dia.
21/08/2013	Desativação dos virtuais hosts no servidor apache para implantação dos novos domínios.

20/07/2013	Foi feito um teste de carga sobre as aplicações com o Jmeter.
12/07/2013	Foi feito um snapshot do disco virtual e acionado o protocolo de contingência 8.2 de Expansão do disco virtual .
23/06/2013	A máquina virtual referente ao desenvolvimento não iniciou corretamente, após uma clonagem, o erro foi causado devido a uma modificação no script de clone. O problema foi solucionado e a vm foi iniciada corretamente um snap-shot de segurança foi feito.
12/06/2013	Um problema na autenticação fez com que o servidor de backup não autentica-se no servidor produção. O problema foi corrigido e o backup foi realizado normalmente.
27/04/2013	A plataforma ficou instável devido ao número alto de conexões existentes com a base de dados isso ocasionou o estouro do limite de conexões para resolver isso.
27/04/2013	Não é possível saber exatamente que aplicação solicitou as conexões com o banco pois o banco fornece os serviços de consulta sobre websocket ou seja como todas as chamadas de conexão vem de localhost é tecnicamente impossível detectar desta maneira.
22/04/2013	Devido a uma atualização de chaves públicas a máquina de backup não conseguiu se conectar para realização do backup, o problema foi resolvido as 11:20 da manhã e o backup foi feito na mesma hora.
01/04/2013	A plataforma ficou instável devido ao número alto de conexões existentes com a base de dados isso ocasionou o estouro do limite de conexões para resolver isso foi alterado o wait time das conexões foram baixados para 60 segundos e o número de conexões aceitas foi levado para o limite do mysql 10000.
27/03/2013	Devido a uma falha na atualização de alguns servidores DNS no brasil, os domínios PST e DES ficaram respondendo de maneira incorreta. A plataforma continuava ativa no entanto indisponíveis para muitos usuários. Apesar do transtorno muitos usuários continuaram acessando a plataforma normalmente e não sentiram nenhum problema.
24/03/2013	Devido a erros que surgiram pelo overflow de memória compartilhada de consultas do Mysql, a configuração foi alterada para eliminar os caches com idade maior que 1 hora. 24/03/2013
12/03/2013	Modificação das interfaces bridge para o novo AS. Realizado as 3 AM
04/03/2013	A rotina de backup falhou devido ao um problema na máquina de backup.

28/02/2013	Foi feita um teste na rede AS nova UEM, para evitar problemas com os usuários as maquinas foram desligadas e foi feito durante a madrugada entre as 3 e 4 horas da madrugada.
28/02/2013	O banco de dados mysql estava parado devido inúmeras conexões estáticas abertas. Para corrigir o problema foi dado um restart
25/02/2013	Novamente foi modificada o rede pois estamos em uma rede temporária a transição, um teste de modificação com domínio teste.pst.uem.br foi feito para ver se tudo estava ok.
23/02/2013	Foi feito um resize na partição de dados /var/lib/ Devido ao aumento de do banco de dados. Também foi feito um resize no lvm da partição /home/ que está atualmente com 46 GB sendo 42 utilizados.
22/02/2013	Servidores foram reiniciados, modificação da rede. As maquinas virtuais foram reconfiguradas com novas interfaces para o novo AS da universidade estadual de Maringá.
11/02/2013	Modificação configuração do php aumento do limite de envio de arquivos.

Acesso de usuários únicos à plataforma por rede

Provedor de serviços	Visitas
telemar norte leste s.a.	4357
net servi os de comunica o s.a.	1889
brasil telecom s/a - filial distrito federal	1833
me - ministerio do esporte	1301
global village telecom	1099
telef nica brasil s.a	588
embratel-empresa brasileira de telecomunica es sa	433
claro s/a	432
infoway servicos de informatica ltda	380
companhia de telecomunicacoes do brasil central	209
vivo s.a.	158
associa o rede nacional de ensino e pesquisa	151
brisanet servicos de telecomunicacoes ltda	130
cia proc. de dados do estado de s paulo - prodesp	130
telefonica data s.a.	130
prodepa - processamento de dados do par	129
unknown	119

byal telecom ltda	111
tim celular s.a.	111
procergs - cia de processamento de dados do rgs	106
oops telecom	85
cia. de processamento de dados do estado da bahia	83
instituto curitiba de inform tica	83
joao josileudo de nascimento informatica-me	74
online provedor de acesso a internet ltda	71
universidade estadual de maring - uem	64
comite gestor da internet no brasil	62
marinter telecom ltda.	62
micks inform tica ltda	62
(not set)	59
brasil telecom s.a.	59
webfoco telecomunicacoes ltda	58
staynet servicos de internet ltda - me	57
grv telecom	54
centro de informatica e automacao do estado de sc	53
proderj-centro de tecnologia da informa o do rj	53
empresa de tecnologia da informacao do ceara-etice	51
henet telecomunica es ltda	51
universidade federal rural de pernambuco	51
agencia estadual de tecnologia da informacao - ati	50
mma acessorios e servicos de informatica ltda.	48
ase telecomunica oes ltda	44
fsf tecnologia ltda me	44
universidade federal do rio grande do norte	43
click.com telecomunica es ltda-me	41
prefeitura municipal de cachoeirinha	37
provedornet telecom. e servi os de internet ltda	36
rede brasileira de comunicacao ltda	36
rvnet - r v portela aguiar & cia ltda	36
jose carlos roque oliveira & cia ltda	35
jupiter telecomunicacoes e informatica ltda	34
virtex ltda	34
sitecnet inform tica ltda	33
teotonio servicos de internet ltda	33
verao comunicacoes ltda	33
voanet telecomunica es ltda.	33
minas gerais telecomunica es ltda me	32

ministerio da defesa	31
rossana valeria mariz queiroga pedrosa -me	31
vetorialnet informatica e servicos de comunicacao	31
via cast solu es em telecomunica es ltda - me	31
m & m telecomunica es ltda	30
viacom inform tica ltda	30
telecomunicacoes da bahia s.a.	29
datacorpore servi os e representa es	28
vip comunica o ltda	28
microrcim pro net do brasil inform tica ltda	27
s. a. da silva junior	27
mar provedor de internet ltda	26
universidade estadual vale do acarau	26
vm openlink comunica o multimedia e inform tica l	26
ibsol telecom ltda	25
megainfoline informatica ltda	25
paloma geraldina nunes dias costa	25
telecomunicacoes brasileiras s. a. - telebras	25
websul telecomunicacoes ltda	25
hol stica provedor internet ltda	24
vcb provedor de acesso ltda	24
vs distribuidora ltda	24
lojas simonetti ltda	23
mob servicos de telecomunicacoes ltda	23
prodam processamento de dados amazonas s.a	23
rapeedo ltda me	23
sendnet provider ltda	23
celinet informatica ltda-me	22
cortez on line provedor de internet ltda - me	22
internet by sercomtel s.a.	22
prefeitura municipal de parob	22
aurin lia casimiro alves morais - me	21
elonet provedor de internet ltda	21
roque andrade ferreira	21
systemsfox presta o de servi os ltda	21
araujosat comercio de antenas ltda me	20
barbosa & costa ltda	20
ivi tecnologia e comunica o ltda	20
net on line ltda me	20
prefeitura municipal de marica	20
cabo servicos de telecomunicacoes ltda	19
commcorp comunicacoes ltda	19

cyber net informatica ltda me	19
halley telecom comercio & servi o ltda me	19
inb inform tica ltda	19
jose adilson dos santos de tucano	19
opera software asa	19
ruralweb telecomunica es ltda	19
veloo net ltda	19
intelnetservico de multimidia ltda	18
lizitec inform tica ltda - me	18
veloz-net.com servi os e internet ltda.	18
atl com rcio e servi os de inform tica ltda	17
vcnet provedora de internet ltda.	17
allconnect tecnologia ltda me	16
empresa municipal de informatica s/a	16
lemos e morais ltda.	16
prefeitura municipal de monte belo do sul	16
sophidea inc.	16
alberto torres barreto	15
elig servi os de telecomunica oes ltda-me	15
lucia neves silva paramirim net	15
nt brasil tecnologia ltda. me	15
paulo junior do nascimento	15
universidade do estado da bahia	15
universidade federal do rio de janeiro	15
brabecnet servi o de comunica o multimidia ltda	14
copel telecom s.a.	14
nanobit multimidia ltda me	14
net inform tica ltda	14
net onze provedor de acesso a internet ltda	14
pgi servicos de telecomunicacoes ltda me	14
sat lite tecomunica es ltda	14
videomar rede nordeste s/a	14
df link telecom comercio e servi os de comunica o	13
jobson luis melo de negreiros me	13
municipio de estrela	13
net.com telecomunica es ltda	13
netway provedor de internet ltda	13
sulnet telecom	13
ufpr (universidade federal do paran)	13
universal telecom s.a.	13
alian a sistemas de telecomunica es	12
beta comunica o multimedialtda	12
erinaldo alves do nascimento	12

hiper link provedor de internet ltda - me	12
londres & veloso inform tica ltda	12
mauricio de toffol boch me	12
prefeitura municipal de criciuma	12
pronto net ltda.	12
secretaria de fazenda de mato grosso do sul	12
star conect telecom ltda	12
viasatdigital telecom ltda	12
ampernet telecomunica es ltda	11
francisco alves da silva	11
geeknet provedor de internet ltda me	11
m.j. ventura ltda	11
m4.net acesso a rede de comunicacao ltda - me	11
marivaldo fernandes de oliveira	11
mark lane pinheiro batista me	11
mega wireless telecom ltda me	11
netline tecnologia ltda.	11
ondanet ltda	11
papelaria lan copy house	11
paulo de tarso de carvalho bayma filho	11
rede connect telecom ltda	11
s. o. do brasil telecomunica es ltda me	11
speed travel comunica o multim dia ltda - me	11
universidade de sao paulo	11
universidade federal do rio grande do sul	11
virtual mostardas - com de art de inform tica ltda	11
yahoo! inc.	11
act servi os para internet ltda	10
cia. de tecnol. da infor. e comunica o do paran	10
desbravador telecomunicacoes ltda	10
e.serv informatica e tecnologia ltda.	10
guilherme luiz leite ferreira brasileiro	10
homenet telecomunica es ltda	10
hughes telecomunicacoes do brasil ltda.	10
info net provedor de comunicacao ltda	10
infotech informatica e assistencia tecnica ltda	10
jc telecom servi os de telecomunica es ltda	10
linhares servi os online ltda epp	10
metroflex telecomunicacoes ltda	10
natel telecom ltda. - me	10
novatec telecom ltda me	10
power telecomunica es ltda. - me	10
prefeitura municipal de s o francisco do conde	10

provedor ouro net ltda	10
tessi - tecnologia em seg e sistemas de informa o	10
ci centro de informacoes ltda	9
cia. de governan a eletr nica do salvador	9
domingos jose costa bezerra	9
faar turbonet ltda.	9
funda o universidade de bras lia	9
infotec- servi os de provedor da internet ltda	9
inpasupri - com. de suprimentos p/inf. ltda	9
intelig telecomunica es ltda.	9
manos informatica ltda	9
markson oliveira da silva	9
max telecom ltda	9
menne.sys - com rcio & servi os de inform tica ltd	9
microecia informatica ltda	9
ogs informatica ltda - me	9
predialnet provedor de internet ltda	9
prefeitura municipal de campo grande	9
prefeitura municipal de lucas do rio verde	9
prestec presta o de servi os t cnicos ltda	9
sisalweb internet	9
thiel e da rosa ltda	9
tpa telecomunicacoes ltda	9
universidade federal do ceara	9
1telecom servicos de tecnologia em internet ltda	8
alvo telecom	8
celante servi os de telecomunica es ltda epp	8
cinte ind stria com rcio e servi os ltda.	8
conectsul - comercio e servicos ltda	8
danillo da silva ventura	8
emp proc de dados do estado do es	8
felisberto ferreira filho	8
gigante net group inf ltda	8
high tech informatica ltda	8
ibituruna tv por assinatura s/c ltda	8
interadio internet ltda	8
jrt servi os e consultoria ldta	8
media networks latin america sac	8
mingo net comunicacao ltda me	8
new speed internet banda larga	8
nogueira & dantas ltda	8
prefeitura de ipatinga	8
prefeitura municipal de est ncia	8

prefeitura municipal euclides da cunha	8
richardson ferreira da silva	8
sidney c malta	8
sistema oeste de servi os ltda	8
souza&santiago ltda	8
tche turbo provedor de internet ltda	8
turbonet provedor ltda	8
unetvale servicos e equipamentos ltda	8
universidade federal da bahia	8
a. c. vera filho telecomunicacoes e informatica -	7
alt informatica ltda	7
avast cloud	7
cmw - inform tica ltda.	7
comcast cable communications inc.	7
cpnet com. e serv. telecomunica es ltda.	7
hipernet servico de comunicacao ltda me	7
iconect telecomunicacoes internet e servicos ltda	7
inetsafe comercio de equipamentos eletronicos ltda	7
isprj - inform tica e telecomunica es me	7
janaj servi os ltda	7
jean claudio silva lima	7
jf solu es inform tica ltda.	7
jose ribamar da silva barros	7
konnet inform tica ltda	7
linda bahia viagens e turismo ltda	7
norte telecomunica es servi os de internet ltda	7
prefeitura municipal de lages	7
prefeitura municipal de taquari	7
rogerio de paula rodrigues	7
rosana claudia pai o me	7
stratus telecomunicacoes ltda	7
ufla - universidade federal de lavras	7
anderline telecomunica es ltda	6
butzen e mentges ltda	6
caweb informatica ltda	6
coderp-cia desenvolvimento economico de ribeirao	6
companhia de processamento de dados da paraiba	6
everaldo gon alves da fonseca	6
gb inform tica ltda	6
inktomi corporation	6
interfacil limitada	6

j louren o de lima informatica	6
japan motos ltda	6
mix informatica & tecnologia ltda -me	6
monte santo informatica ltda	6
n cleo de inf. e coord. do ponto br - nic.br	6
n f da silva	6
portalmail informatica ltda	6
prefeitura municipal de jacarezinho	6
prefeitura municipal de nova petr polis	6
prefeitura municipal de pinh o	6
skynet - provedor	6
unidasnet comunica es ltda.	6
veloturbo servi os de internet ltda.	6
vivo	6
world connect inform tica ltda	6
active media	5
adylnet telecom	5
alta conexao telecomunicacoes ltda	5
conectlan servi os de internet	5
dailson a.s.vieira - me	5
din mica telecomunica es ltda	5
edilson santos silva sobrinho - me	5
fly link ltda	5
guifami inform tica ltda.	5
interpira internet service provider ltda	5
ipe informatica ltda	5
its telecomunica es ltda	5
jl informatica ltda	5
mega grupo de telecomunica es ltda	5
minas mais telecomunica es ltda -me	5
navinet ltda	5
neoline servi os ltda.	5
netjat provedor de acesso a internet	5
new master provedor de acesso a internet	5
norte line telecomunica es ltda.	5
papa tecnologia ltda	5
prefeitura municipal de goianinha	5
prefeitura municipal de serrinha	5
proserver telecomunica es ltda.	5
provedor redesul ltda	5
radio connect telecomunicacoes e informatica ltda	5
teiasat servi os e inform tica ltda	5
via cabo provedor de internet e inform tica ltda.	5

vig web comercio instalacoes e manutencao ltda	5
vr comercio e servi os eletronicos ltda	5
waldiney machado borges bueno	5
adllink provedor de internet via radio ltda	4
aecio do n santos informatica me	4
alsol provedor de internet ltda.	4
apanet servicos de internet ltda.	4
associa o caruaruense de ensino superior	4
atento telecom s.i.ltda	4
atua net provedor de internet ltda	4
bit informatica ltda	4
clonix inform tica ltda	4
compuservice empreendimentos ltda	4
cpnet (seu provedor banda larga)	4
douracom-dourados comunica es ltda	4
empresa editora a tarde s.a.	4
governo do distrito federal	4
governo do estado do tocantins	4
greys michelle farias bispo wg internet	4
ictus informatica ltda	4
infobarra solu es em informatica ltda	4
instituto federal da bahia - reitoria	4
interjato servi os de telecomunica es ltda.	4
jo o ricardo galdino de aguiar	4
josildo silva de Moraes me	4
jr link provedor de internet via r dio ltda	4
mgnet informatica e servi os ltda	4
microtell informatica - comercio & prestacao de s	4
municipio de itapipoca	4
neotec provedor de internet	4
net flex ltda me	4
netcertto informatica ltda.	4
oberto prata gois	4
op o tecnologias	4
ovi services	4
piotr piwowar	4
prefeitura municipal de foz do igua u	4
prefeitura municipal de itaipulandia	4
quatro irmaos serv. com. em inform. ltda	4
r e r informatica ltda	4
rodrigo aquino e silva	4
s.m.c redes e informatica ltda	4
tdf provider servicos em informatica ltda	4

technet inform tica ltda	4
televisao cidade s/a	4
thd - allconnect	4
the procter and gamble company	4
unica tecnologia ltda	4
uniredes telecomunicacoes e informatica ltda me	4
universidade estadual de londrina	4
usinet inform tica e telecomunica es ltda.	4
vas freitas servicos de internet ltda	4
via sul telecomunica oes ltda me	4
virtu@lnet rs	4
vmconnect com e material e equip. de info	4
w3 network ltda	4
walkiria pereira de macedo	4
abenet provedora de acesso a internet ltda	3
adrenalina net ltda	3
apec-sociedade potiguar de educacao e cultura s.a	3
argusnet com rcio representa o e servi os ltda	3
atualnet provedor de internet ltda.	3
banner servi os de telecom e internet ltda.	3
britis telecom ltda	3
cmdnet internet & inform tica ltda	3
companhia de tecnologia da informa o estado mg	3
conect provedor de acesso a internet ltda me	3
ctbc multimidia data net s/a	3
de almeida e mensch - provedor de internet ltda	3
delv nia de almeida borges e cia.ltda	3
dgnet telecom	3
disk sistema tele-informatica ltda- me	3
e. j. machado de souza e cia ltda me	3
empresa sergipana de tecnologia da informa o	3
fernando soares pereira	3
francisco pereira de oliveira neto	3
g. s. costa delgado junior - me	3
g3 servi os em informatica ltda	3
glp telecomunica es ltda.	3
gold net provedor de internet banda larga ltda	3
guaiba telecom	3
hpnetwork ltda. me	3
iacu net telecom	3
infolic comercial de informatica ltda.	3
informatica itapiranga ltda - me	3
izaz processamento de dados ltda	3

jan charles rueckert - epp	3
jo o marcos nabhen	3
lanteca telecom ltda - me	3
link10 telecom	3
lol conectividade ltda	3
lucas network informatica ltda me	3
mega dat informatica ltda - me	3
mf gomes da silva portais-me	3
narayana provedor de internet ltda	3
net vale ltda	3
nova web servicos de acesso a internet ltda me	3
optitel redes e telecomunicacoes ltda	3
petrox comercial ltda	3
planalto net	3
prefeitura municipal de chapeco	3
prefeitura municipal de guarulhos	3
prefeitura municipal de morro reuter	3
prefeitura municipal de santa amelia	3
primanet informatica ltda	3
remota comunica es ltda.	3
scj info com. serv. de informatica ltda	3
secretaria de estado - seplad - ro	3
sete telecom ltda	3
startnet comercio e servicos de informatica ltda	3
stone telecomunica es ltda me	3
tecwave telecomunica es ltda.	3
telecomunica es nordeste ltda.	3
terabyte de teresopolis provedor de internet ltda	3
tuxnet - materiais e servi os de inform tica ltda.	3
universidade catolica dom bosco	3
universidade federal do rio grande	3
vante provedor de internet ltda	3
velomax telecom s/a	3
vipturbo comercio e servi o ltda	3
virtual net servi os de informatica ltda - me	3
world line ltda	3
wsp servi os de telecomunica es ltda	3
:-) v i v a	2
a rede servi os de inform tica ltda	2
abaete net servi os em tecnol. de inform tica ltda	2
acesse comunica o ltda	2
adic lia ambrozina machado	2
almeida & moura ltda	2

altarede de teresopolis provedor de internet ltda	2
arenanet tel com e serv em inf ltda	2
auna	2
bidobens participa es e empreendimentos ltda	2
bom tempo inform tica ltda	2
brasil radiowave ltda-me	2
brasilnet telecomunica es ltda me	2
brt comercio de produtos de inform tica ltda	2
bruno primo lima	2
carlos eduardo de carvalho silva me	2
cia itabirana de telecomunicacoes	2
cilnet comunicacao e informatica ltda.	2
clicfacil computadores servi os e telecomunica e	2
colatina secretaria de cultura	2
conecta tecnologia ltda	2
cooperativa regional de desenvolvimento teutonia	2
datacit data centro de inf. telecomunicacoes ltda	2
dataconnection - provedor de internet ltda-me	2
datasafeit solu es em tecnologia	2
digicontrol internet	2
e m c tavares servi os de inform tica ltda	2
e r de souza agra servi os me	2
edgar rodrigues romao filho me	2
edson de brito bastos junior	2
eletrodata ltda	2
eltel telecomunicacoes ltda	2
enteriw provedor de internet ltda	2
epm telecomunicaciones s.a. e.s.p.	2
flex seg - internet banda larga ltda	2
floriani inform tica ltda me	2
furnas centrais el tricas s.a.	2
g g tecnologia de informa o ltda me	2
geraldantonio pereira de andrade 51968274634	2
hispamar sat lites s/a	2
inexa - flavio jose penso junior - me	2
informax on line informatica e telecom ltda	2
infortel telecomunica es e servi os ltda.	2
inorpel ind. nordestina de prod. eletricos ltda.	2
inove telecomunicacoes ltda me	2
intercampo empreendimentos tecnol gicos ltda	2
intercol telecomunica es ltda epp	2
internet provider mil br net ltda	2
ipiranga prefeitura	2

irm os paris ltda - me	2
itasis inform tica ltda	2
itm tecnologia de redes ltda	2
itnet ltda	2
itsa intercontinental tecomunicacoes ltda	2
j.vasconcelos e cia ltda	2
jatimnet telecom	2
jet link telecomunicacoes ltda	2
jos eudenio gon alves leal de souza	2
jose flavio lopes de castro	2
k2 telecom e multimedia ltda me	2
l e c cis telecomunica es e eletro eletr nico ltd	2
lb rocha inform tica	2
link s/a c.c.t.v.m.	2
linytron eletronica e telecomunicacoes ltda	2
luciane rodrigues siqueira me	2
m. i. internet ltda.	2
mato grosso governo do estado	2
melp informatica ltda	2
mensh produtos eletronicos ltda - me	2
mundivox do brasil ltda	2
munic pio de ponta grossa - smspg	2
n&g tecnologia ltda	2
ndx net servi os de informatica ltda.	2
net rosas com rcio e servi os em inform tica ltda.	2
net serv s/c ltda.	2
netcar internet telec info e tecnologia ltda	2
nettel telecomunica es ltda.	2
newnet consultoria informatica ltda	2
nortelpa engenharia s.a	2
nsu telecomunica es ltda	2
p blica consultoria contabilidade e projetos ltda	2
paintweb internet ltda	2
paiva santana telecomunicacoes ltda	2
paulo macrine andrade silveira	2
pazetto e silva ltda	2
prefeitura municipal de alfenas	2
prefeitura municipal da lapa	2
prefeitura municipal de blumenau	2
prefeitura municipal de ilha solteira	2
prefeitura municipal de itapema	2
prefeitura municipal de rio grande	2
prefeitura municipal nova america da colina	2

projesom internet ltda	2
razaoinfo internet ltda	2
realeza prefeitura	2
rede popular de internet ltda	2
regency comunica es ltda	2
renato antonio da silva me	2
rosane goncalves da silva	2
s rgio ricardo carneiro	2
scr - provedor de internet ltda	2
sebasti o esut quio coleho	2
sidnei cecchin	2
sidys comunica es ltda.	2
sil sistemas e informatica ltda	2
sorriso internet ltda.	2
sspnet com de equip. de tele informatica	2
stiw sistema de telecom. inf e wireless ltda	2
sulcom inform tica ltda	2
superimagem tecnologia em eletr nica ltda	2
t-net wireless e informática	2
tdkom informatica ltda.	2
tech cable do brasil sist. de telec. ltda	2
tecmidiaweb ltda	2
universidade federal do par	2
unotel telecom s/a	2
vanderlan chaves cotrim	2
vieira e retecheski ltda	2
wgo telecomunica es ltda	2
wiff telecom eireli	2
wix net do brasil ltda	2
acer telecomunica es ltda	1
acesso10 internet ltda	1
acessoline telecomunicacoes ltda	1
agi inform tica ltda me	1
agyonet ltda	1
ajato telecomunicacao ltda	1
aki provedor de internet ltda	1
alta rede group network ltda	1
america-net ltda.	1
atento brasil s.a	1
b n inform tica ltda	1
band telecomunica es ltda	1
base solucoes de int. em tecnologia e informatica	1
boa vista telec. ltda.	1

br live telecomunica es ltda - me	1
brasil digital telecomunicacoes ltda	1
broseghini ltda epp	1
bt latam brasil ltda	1
cable onda	1
caezar provedor de internet ltda	1
caririweb provedores de internet ltda	1
carrefour organisation et systemes groupe	1
casa aparecida	1
centro educacional nossa senhora auxiliadora	1
cia de proc. de dado do munic pio de porto alegre	1
coema com. de materiais de inform tica ltda	1
comercial 15 de novembro ltda	1
companhia de inform tica de jundia - cijun	1
comsinal do brasil servicos de telecom ltda me	1
conect e instale	1
conecta ltda.	1
conquest telecomunica es ltda	1
copel gera o e transmiss o s.a.	1
deny de santana silva	1
digital net ltda	1
dinamica seguran a e internet ltda me	1
domingues e rodriguez advogados associados	1
e. m. fernandes	1
e. p de lucena - me	1
easy embranet servi os de comunica o ltda	1
edatel telecomunica es ltda.	1
elo.net tecnologia ltda. - me	1
emi net telecomunicacoes ltda	1
empresa mineira de telecomunica oes ltda -me	1
entel s.a. - entelnet	1
f b comunicacao multimidia ltda	1
fabiano rodrigo segoa	1
fatima video eletronica ltda me	1
federa o catarinense de municipios - fecam	1
firemicro inform tica com. e serv. ltda	1
flashnet com e serv de telecomunica es ltda	1
focus provedoria de internet	1
fortalnet bureau de comercio e servicos ltda	1
fox conect provedor de internet ltda	1
frosinet - frosi inform tica ltda me	1
gft comercio de telefonia e comunicacao ltda	1
gigaline internet servicos de informatica ltda	1

gigalink de nova friburgo solu es em rede multimi	1
google inc.	1
governo do estado de mato grosso do sul	1
gpsnet provedor de acesso a redes de comunica o	1
hardonline ltda	1
help desk net telecomunicacoes ltda me	1
help internet	1
iftnet informatica ltda	1
ilig telecom ltda.	1
indagraf ltda	1
index internet solution provider ltda me	1
inexa tecnologia ltda.	1
infornet consultoria e assessoria ltda	1
infothel net telecomunicacoes ltda - me	1
inst. de tec. da informa o e comunica o do e.s.	1
instituto federal do cear	1
interfire tecnologia da informa o ltda	1
itake servicos de telecomunicacoes ltda - sc	1
itana gabriela do nascimento bezerra 07302188483	1
j. v. de andrade informatica	1
jef telecom servicos de telecomunicacoes ltda	1
jo o m. s. de almeida junior & cia ltda	1
joani pereira da silva	1
joao charles martins de araujo	1
jose adailson neto me	1
jose nailson ferreira de siqueira	1
jose wilker da silva cunha - me	1
knet - internet a radio	1
l. de f tima da silva leite	1
lantec comunicacao multimidia ltda	1
lb redes telecomunica es ltda	1
leandro costa foly	1
leaseweb usa inc.	1
leni gomes oberleander me	1
leste flu servi os de telecom ltda	1
linktel telecomunicacoes do brasil ltda	1
loral skynet network services (europe) ltd	1
macauturbo servi os de provedor na internet ltda	1
marbrielle.com internet provider ltda	1
marcelino cardoso da silva mee	1
marcio eliel dos santos	1
marcio gustavo placido	1
marcos scortegagna-me	1

matera & matera ltda	1
max telecomunicacoes ltda	1
mhnet empreendimentos ltda	1
mikrocenter inform tica ltda.	1
miotto & ribeiro ltda	1
municipio de nova erechim	1
myloc managed it ag	1
netline solu es em redes ltda.	1
netpal internet palmares ltda.	1
newcom international inc.	1
norte brasil telecom s/a -santarem	1
oeteline inform tica ltda.	1
paes de barros participacoes corporativas ltda	1
pgf telecomunicacoes ltda	1
planetarium ltda	1
plugnet provedor internet ltda	1
portal medianeira inform tica ltda	1
pref mun de indaial	1
prefeitura de campo limpo paulista	1
prefeitura do munic pio de catanduva	1
prefeitura do municipio campo magro	1
prefeitura municipal de alegria - rs	1
prefeitura municipal de brusque	1
prefeitura municipal de cachoeira do sul	1
prefeitura municipal de campina grande do sul	1
prefeitura municipal de cariacica	1
prefeitura municipal de clevel ndia	1
prefeitura municipal de coronel vivida	1
prefeitura municipal de feira de santana	1
prefeitura municipal de nova tebas	1
prefeitura municipal de quissama	1
prefeitura municipal de s o jos dos campos	1
prefeitura municipal de santana de parna ba	1
prefeitura municipal de vacaria	1
prefeitura municipal santa helena	1
provedor de internet de anapu ltda - me	1
quicknet internet provider ltda. me.	1
r e c de teresopolis comercio de informatica ltda	1
redewsnnet provedor de internet banda larga	1
rita maria br s ter ncio gon alves da silva me	1
roalnet solu es web ltda	1
rogerio batista dos santos e cia ltda me	1
rp net servicos de telecomunica es ltda	1

saint clair pereira de carvalho	1
saturno comunica es ltda	1
scandolara e franzen	1
screen saver inform tica ltda	1
sdmnet informatica ltda - me	1
seabra informatica ltda	1
secico	1
sert o online - solu es inteligentes	1
silveira & ziquinatti ltda	1
smart telecomunica es e servi os ltda.	1
solu es cc telecomunica es ltda	1
sp telecomunica es ltda	1
station net provedor de internet	1
sul americana tecnologia e inform tica ltda.	1
suporte tecnologia e instala es ltda.	1
taquara informatica ltda me	1
telesa telecomunicacoes s.a	1
tim brasil servicos e participacoes s/a	1
time warner cable internet llc	1
tiscali france	1
titania comercio e serv. de tecn. da info. ltda	1
tmnst	1
tolrs inform tica ltda	1
turbo bsb tecnologias em rede ltda.	1
turbo sp internet provider	1
twister soft net ltda	1
ubs brasil cctvm s.a.	1
uni o para forma o educa o e cultura do abc	1
unidasnet comunica es ltda	1
universidade estadual do ceara	1
universo online s.a.	1
vale verde tecnologia integrada	1
ver tv comunica es s/a	1
vialink telecomunicacoes	1
vis onet telecom ltda.	1
viviane catusso	1
voax provedor de internet	1
vodafone com. e servi os de comunica o ltda	1
w de c canto junior	1
w.e.k. informatica ltda - me	1
we radio comunica es ltda epp	1
west internet banda larga	1
willams torres de melo	1

win time informatica ltda.	1
wkve asses. em servi os de inform. e telecom. ltda	1
	19562